



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA - DAN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**O TRADICIONAL COMO PERSPECTIVA DE FUTURO:  
relações ecológicas e conflitos ambientais entre as comunidades veredeiras  
do Norte de Minas Gerais**

**Breno Trindade da Silva**

**Brasília-DF  
2023**

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA - UNB  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS - ICS  
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA - DAN  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL**

**Breno Trindade da Silva**

**O TRADICIONAL COMO PERSPECTIVA DE FUTURO:  
relações ecológicas e conflitos ambientais entre as comunidades veredeiras do Norte de  
Minas Gerais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Lins Ribeiro  
Coorientador: Prof. Dr. Henyo T. Barretto Filho

**Brasília-DF  
2023**

BRENO TRINDADE DA SILVA

**O TRADICIONAL COMO PERSPECTIVA DE FUTURO:  
relações ecológicas e conflitos ambientais entre as comunidades veredeiras do Norte de  
Minas Gerais**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Antropologia Social.

BANCA EXAMINADORA

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Gustavo Lins Ribeiro – Orientador e Presidente da Banca  
PPGAS-UnB

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Aderval Costa Filho – Membro Efetivo, Externo ao Programa  
PPGA-UFMG

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Mônica Celeida R. Nogueira – Membro Efetivo, Externo ao Programa  
MESPT-UnB

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Ellen Fensterseifer Woortmann – Membro Efetivo  
PPGAS-UnB

Suplente:

---

Prof<sup>o</sup>. Dr. Carlos Alexandre B. P. dos Santos  
PPGAS-UnB



Ilustração 1: Representação do Ambiente das Comunidades Veredeiras  
Autores: Tereza Moura e Breno Trindade



Imagem 1: Buriti morto, Vereda Buriti Grosso, distrito de São Joaquim, Januária-MG  
Autor: Breno Trindade

*Às memórias de Seu Júlio José Alves (Júlio Boteco) e Dona Elisa Ribeiro dos Santos, da comunidade de Barra do Tamboril, que sempre me acolheram com todo carinho.*

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho se iniciou em agosto de 2018. No entanto, para o momento, fecho essa empreitada com a primazia de que toda obra é um trabalho inacabado e sempre em processo. Não por acaso utilizo como epígrafe duas citações que, por meio de caminhos distintos, se complementam. A partir de J. Borges e J. Guimarães Rosa percebo o abismo que separa a experiência vivida e a tentativa de gerar conhecimento a partir dela. Assim sendo, não saio dessa experiência dominando algum segredo ou vivência exótica que me coloca em algum lugar privilegiado no campo da Antropologia, mas sim afetado pelos caminhos que andei e que, ao final dessa travessia, converteram meu olhar sobre meu próprio mundo e a forma que faço Antropologia. Outro importante aprendizado é o fato de que, apesar de ser o responsável por todo o conteúdo dessa tese, não a fiz sozinho. Existe um mundo de pessoas a quem serei eternamente grato pelas contribuições das mais diversas.

Inicialmente agradeço a minha família, tendo como exemplo três mulheres, minha mãe, minha esposa e minha sogra, pessoas que me inspiram respeito e ética no trabalho e na vida. Não poderia deixar de lado meu pai, que sempre me ensinou códigos e práticas braçais vividas no interior de Minas Gerais, que me vale a cada dia, sendo caminhos para o diálogo estabelecido em campo.

Dentre a generosidade daqueles que nos dão a mão e nos mostram o caminho a ser trilhado, agradeço ao Jaime Alves dos Santos, liderança veredeira e amigo que, com uma paciência inigualável, me ensinou tudo que sei sobre as comunidades veredeiras. Estendo esse sentimento a todos aqueles vinculados à Associação Central Veredeira (ACEVER), que tive a oportunidade de ver nascer durante meu trabalho de campo. Tenho a mesma gratidão ao Carlos Alberto Dayrell, que me presenteou com a possibilidade de desenvolver essa pesquisa quando me apresentou ao Jaime. Nesse contexto, espaço fundamental para meu aprendizado e engajamento na região é o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas Gerais (CAA-NM), que se converteu em uma segunda casa. Do mesmo modo o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros (NIISA-Unimontes) e seus integrantes, com quem pude dialogar ao longo dessa empreitada.

Agradeço aos professores e funcionários do Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília (PPGAS-UNB), que tiveram papel fundamental na minha formação como doutorando, em especial aos meus orientadores Gustavo Lins Ribeiro e Henyo Trindade Barretto Filho, profissionais que me espelho

enquanto antropólogo. Da mesma forma agradeço, em nome da professora Virgínia Garcia Acosta, toda equipe do Centro de Investigaciones y Estudios Superiores en Antropología Social (CIESAS) da Cidade do México que me acolheram com toda fraternidade no período de doutorado sanduíche.

Dessa forma estendo minha gratidão à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoa de Nível Superior (CAPES) e ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) que, apesar dos últimos anos sombrios e a guerra travada contra o fazer científico, possibilitaram a manutenção de bolsas fundamentais para a produção do conhecimento a nível nacional.

*[...] Nada de eso, señor. Ahora que poseo el secreto, podría enunciarlo de cien modos distintos y aun contradictorios. No sé muy bien cómo decirle que el secreto es precioso y que ahora la ciencia, nuestra ciencia, me parece una mera frivolidad.*

*El secreto, por demás, no vale lo que valen los caminos que me condujeron a él. Esos caminos hay que andarlos. [...]*

*Jorge Luis Borges – El etnógrafo*

*O real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia.  
Guimarães Rosa – Grande Sertão: veredas*

## RESUMO

O presente trabalho busca compreender os diferentes processos políticos em que um conjunto de comunidades do Norte de Minas Gerais passou a acionar e experienciar a partir da construção do “ser veredeiro”, a fim de objetivar sua identidade historicamente reconhecida por grupos de fora e recentemente autorreconhecida por eles próprios como Povos e Comunidades Tradicionais. As comunidades veredeiras contempladas nesse estudo estão localizadas nas regiões dos Planaltos Sanfranciscanos, concentradas, principalmente, nas extensas áreas de chapadas da margem esquerda do rio São Francisco, distribuídas nas bacias dos rios Pardo e Pandeiros, que abarcam os municípios de Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, São Francisco e Cônego Marinho. Tais comunidades encontram-se em uma ampla faixa de tensão ecológica onde se sobrepõem áreas de Cerrado, da Caatinga e porções de Mata Seca, o que confere a estas terras alta variação de espécies vegetais e animais, faixas de solos férteis e, até algumas décadas, alta disponibilidade de água superficial. Desse modo, objetivo analisar os processos de organização sociopolíticos das comunidades veredeiras atrelados à relação estabelecida com o ambiente ao qual estão vinculadas. Para tal, tomei como principais elementos dessa abordagem: (i) os processos históricos, políticos e ecológicos que são intrínsecos à experiência veredeira na relação e construção do seu ambiente; (ii) as redes colaborativas que essas comunidades vêm tecendo ao longo de sua trajetória de reivindicação territorial; (iii) as mudanças ocorridas na própria relação com o ambiente a partir do engajamento junto aos movimentos sociais ligados à agenda de povos e comunidades tradicionais; (iv) o esforço em compreender as práticas cotidianas desenvolvidas no território, assim como a incorporação de novos conhecimentos adquiridos por meio da experiência de indivíduos com outros povos tradicionais e com movimentos sociais; (v) as transformações ambientais ocorridas desde a década de 1970, oriundas da implementação de grandes projetos de desenvolvimento que impactaram diretamente a relação dessas comunidades com seu ambiente. E, por último, (vi) verificar as principais estratégias de construção de futuro, desde uma perspectiva ecológica própria, a partir do que defini como território-ruína, ambientes habitados fortemente degradados pelas empresas vinculadas ao setor agrominerário.

Palavras-chaves: Povos e Comunidades Tradicionais, conflito ambiental, território tradicional, ambiente, futuro.

## ABSTRACT

The current work seeks to comprehend the various political processes that a group of communities in northern Minas Gerais have gone through since the construction of the "being a veredeiro," with the goal of achieving their historically recognized and self-recognized identity as Traditional People and Communities. The veredeira communities under consideration in this study are located in the Sanfranciscanos highland, primarily in the extensive chapada areas of the São Francisco River, which are distributed in the basins of the rivers Pardo and Pandeiros, which abut the municipalities of Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaucha, São Francisco and Cônego Marinho. These communities are located in a high ecological stress zone that includes areas of Cerrado, Caatinga, and Mata Seca, giving these lands a wide variety of plant and animal species, fertile soils, and, for many decades, a high availability of surface water. The goal is to analyze the sociopolitical organizational processes of the veredeira communities in relation to the established relationship with the environment. As a result, I chose the following as the primary elements of this approach: (i) the historical, political, and ecological processes that are intertwined with veredeira experience in the relationship and construction of their environment; (ii) the collaborative networks that these communities are forming along their territorial reclamation journey; (iii) the changes that occur in one's own relationship with the environment as a result of engagement with social movements linked to traditional people's and communities' agendas; (iv) the effort to comprehend daily practices developed in the territory, as well as the incorporation of new knowledge gained through the experiences of individuals with other traditional peoples and social movements; (v) environmental transformations have occurred since the 1970s, as a result of the implementation of large development projects that have had a direct impact on the relationship of these communities with their environment. Finally, (vi) verifying the primary future construction strategies from a specific ecological perspective from what I defined as ruin-territory, habited environments heavily degraded by companies linked to the agriculture and mining.

Keywords: Traditional Peoples and Communities, environmental conflict, traditional territory, environment, future.

## LISTA DE IMAGENS

Imagem 1: Buriti morto, Vereda Buriti Grosso, distrito de São Joaquim, Januária-MG .....	5
Imagem 2: Toniquinho e Tonicão .....	200
Imagem 3: Forno de carvão em pequena propriedade.....	237
Imagem 4: Fornos de carvão com destaque para forno infantil .....	238
Imagem 5: saruá, comunidade de Poções .....	238
Imagem 6: Caminhão tombado próximo a São Joaquim, Januária-MG.....	239
Imagem 7: área de chapada marcada pelos carregadores .....	242
Imagem 8: Voçoroca na vereda Acicel, São Joaquim .....	242
Imagem 9: vereda Capivara.....	250
Imagem 10: roça de feijão próxima à Vereda Grande.....	267
Imagem 11: roça de feijão em área de vazante de vereda .....	268
Imagem 12: período de seca e fim das pastagens em áreas de mata. ....	277
Imagem 13: gado tratado com ração/silagem feita a partir das últimas plantações de cana do período.....	278
Imagem 14: recuperação de novilha fraca que não conseguiu retornar das chapadas .....	278
Imagem 15: solta do gado em área de chapada .....	279
Imagem 16: Ferros da família de Seu Pedro - PM-Pedro e Maria / D11-Donisete.....	280
Imagem 17: Marcação do gado com ferro de Donisete, filho de Seu Pedro, comunidade de Poções.....	281
Imagem 18: Troca de sementes entre Antônio Seiscentos, comunidade de Capivara, e Jaime, comunidade de Barra do Tamboril, Januária-MG .....	305
Imagem 19: qualidade de feijão adquirida por Jaime na comunidade quilombola de São Félix, Chapada Gaúcha-MG .....	305
Imagem 20: variedade de sementes crioulas manejadas por Jaime, comunidade de Barra do Tamboril. No sentido horário: milho BR da várzea, fava vermelha, melancia pingo de mel, sorgo gigante, feijão guandu manteiga, milho asteca, arroz branco, mini feijão catador, milho preto, milho vermelho, milho branco, fava orelha de vó, fava amarela, feijão bico de ouro ou feijão rosinha, linhaça, abobrinha moranga, quiabo de três quinas. ....	306
Imagem 21: apiário localizado na antiga área de exploração da empresa Plantar Ltda. ....	331
Imagem 22: Verificação e retirada dos quadros para extração de mel. ....	331
Imagem 23: processo de desopercular os favos.....	332
Imagem 24: inserção dos quadros na centrífuga para retirada do mel .....	332

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Localização das comunidades veredeiras .....	22
Figura 2: Biomas em Minas Gerais .....	50
Figura 3: Carta Geográfica da Capitania de Pernambuco .....	62
Figura 4: Representação da ocupação dos sertões pelos currais da Bahia e Pernambuco.....	64
Figura 5: Os limites do território da “Comarca do Rio de São Francisco, 1951.....	71
Figura 6: países com grande diversidade cultural e biológica.....	156
Figura 7: representação gráfica do ambiente veredeiro.....	182
Figura 8: unidades do ambiente veredeiro.....	188
Figura 9: Temporalidade veredeira.....	190
Figura 10: parte da ascendência de Seu Pedro, comunidade de Poções.....	194
Figura 11: parte da ascendência de Seu Bauzinho e Seu Dedé, comunidade de Traçadal e Barra de Mandis. ....	196
Figura 12: Vínculos familiares entre as famílias e Joaquim Manuel Cirino e Antônio Rodrigues Nunes (Tonicão).....	199
Figura 13: Unidades de Conservação do Mosaico Sertão Veredas do Peruaçu .....	232
Figura 14: Obituário das águas .....	248
Figura 15: Área proposta para RDS Januária .....	256
Figura 16: Localização e Contexto Hidrográfico dos territórios veredeiros Berço das Águas/Alegre e Buriti Grosso/São Joaquim – Município de Januária, MG.....	258
Figura 17: Modelo de bandeira que se encontra em discussão ente as comunidades .....	259
Figura 18: matrimônio estabelecido por sororato.....	270
Figura 19: matrimônio estabelecido por sororato.....	271

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Representação do Ambiente das Comunidades Veredeiras .....	4
--------------------------------------------------------------------------	---

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Categorias de identificação da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais .....	137
Tabela 2: Estratificação do modelo de Coutinho, 1978. ....	168
Tabela 3: Representação gráfica do modelo “bioma Cerrado” .....	168
Tabela 4: Estratificação do “Sistema Biogeográfico do Cerrado”. ....	169
Tabela 5: Quadro simplificado do “Complexo: gerais – tabuleiro –veredas”.....	171
Tabela 6: Modelo geralista. ....	172
Tabela 7: estratificação do ambiente das comunidades veredeiras .....	188
Tabela 8: Conjunto de resoluções do Senado Federal .....	211
Tabela 9: Dinâmica de solta do gado.....	275
Tabela 10: Calendário produtivo veredeiro .....	317
Tabela 11: Distribuição das floradas nos diferentes ambientes.....	328

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABA – Associação Brasileira de Antropologia  
ABRACAVE – Associação Brasileira de Florestas Renováveis  
ABRASCO – Associação Brasileira de Saúde Coletiva  
ACEBEV – Associação Casa de Ervas Barranco da Esperança e Vida  
ACEVER – Associação Central Veredeira  
ADCT – Ato das Disposições Constitucionais Transitórias  
ALMG – Assembleia Legislativa de Minas Gerais  
ANA – Agência Nacional de Águas  
APA – Área de Proteção Ambiental  
APP – Áreas de Preservação Permanente  
ASA – Articulação no Semiárido Brasileiro  
BNB – Banco do Nordeste do Brasil  
BSC – Banco de Sementes Comunitárias  
CAA-NM – Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas  
CAV – Centro de Agricultura Alternativa Vicente Nica  
CDB – Convenção sobre Diversidade Biológica  
CEB – Comunidades Eclesiais de Base  
CEDEFS – Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva  
CEMIG – Companhia Energética de Minas Gerais  
CENARGEN – Rede Cerrado e Centro Nacional de Recursos Genéticos  
CEPCT-MG – Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais  
CNBB – Comissão de Direitos Humanos, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil  
CNPCT – Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais  
CIMI – Conselho Indigenista Missionário  
CIMOS-MP-MG – Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais  
CNBB – Confederação Nacional dos Bispos do Brasil  
CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São COP Francisco e do Parnaíba  
COP – Conferência das Partes  
CPI – Comissão Parlamentar de Inquérito  
CPT – Comissão Pastoral da Terra  
CPRM – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais  
CTA – Centro de Tecnologias Alternativas  
CUT – Central Única de Trabalhadores  
DISOP/Brasil – Instituto de Cooperação Belgo-Brasileira para o Desenvolvimento Social  
DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas  
EFA – Escola Família Agrícola  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ETC Group – Action Group of Erosion, Technology and Concentration

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
FETAEMG – Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais  
FISET – Fundo de Investimentos Setoriais  
GEF – Global Environmental Fund  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
ICMS – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviço  
IFNMG – Instituto Federal do Norte de Minas Gerais  
IGAM – Instituto Mineiro de Gestão das Águas  
IPPC – Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas  
ISPN – Instituto Sociedade, População e Natureza  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
IUCN – International Union for Conservation of Nature  
PIMC – Programa 1 Milhão de Cisternas  
PPG MADER – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural  
PTA – Projeto Tecnologias Alternativas  
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MASTRO – Movimento Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores do Alto Rio Pardo  
MPF – Ministério Público Federal  
MPMG – Ministério Público de Minas Gerais  
MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra  
N'GOLO – Federação das Associações Quilombolas de Minas Gerais  
NIISA-Unimontes – Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental  
LCP – Liga dos Camponeses Pobres  
NUHICRE – Núcleo de História Regional da Universidade Estadual de Montes Claros  
ONGs – Organizações Não Governamentais  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PBBI – Programa Biodiversidade Brasil-Itália  
PCTs – Povos e Comunidades Tradicionais  
PNUMA – Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente  
RAFI – Rural Advancement Foundation International  
RDS – Reserva de Desenvolvimento Sustentável  
REDE – Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas  
Rede PTA – Rede Projeto Tecnologias Alternativas  
RESEX – Reserva Extrativista  
RIOCAP – Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Pardo, Capoeirão e Adjacências  
RIS – Rede de Intercambio de Sementes  
RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural  
SACTES – Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social  
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SPU-MG – Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais

STR – Sindicatos de Trabalhadores Rurais

SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste

TAC – Termo de Ajustamento de Conduta

TPP – Tribunal Permanente dos Povos

UFJVM – Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UNIMONTES- Universidade Estadual de Montes Claros

VAF – Valor Adicional Fiscal

VARs - Variedades híbridas de alto rendimento

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	20
CONTEXTUALIZANDO O AMBIENTE VEREDEIRO E SUPORTES CONCEITUAIS...	23
DELINEANDO CAMINHOS: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS .....	30
ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E IMERSÃO ETNOGRÁFICA .....	38
ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS .....	43
<b>1 O NORTE DE MINAS GERAIS E SUAS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS</b> ...	46
1.1 DA IMENSIDÃO DO SERTÃO OU DAS POSSÍVEIS ORIGENS DO LATIFÚNDIO.	52
1.2 O RIO DOS CURRAIS E O BOI COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO SERTÃO.....	59
1.3 REGIÃO SANFRANCISCANA: AUTONOMIA POLÍTICA E REGIONALISMO.....	70
1.4 A QUESTÃO INDÍGENA E NEGRA NO SERTÃO MINEIRO.....	79
1.5 O SERTÃO COMO ESPAÇO DO ATRASO.....	89
1.6 SERTÃO: ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO REGIME MILITAR DE 1964-1985 E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES.....	93
<b>1.6.1 Apropriações Do Sertão: Movimentos Sociais E Mudanças De Paradigma</b> .....	96
<b>2 CONTRUÇÕES TEÓRICAS E MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS EM TORNO DA CATEGORIA POVOS TRADICIONAIS</b> .....	100
2.1 AMBIENTALISMO A NÍVEL INTERNACIONAL E O DEBATE SOBRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS .....	102
2.2 SITUANDO O DEBATE NO BRASIL.....	111
<b>2.2.1 Povos tradicionais como categoria complexa e abrangente</b> .....	116
2.3 GIRO ECOLÓGICO E “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS”: RESIGNIFICAÇÕES E APROPRIAÇÕES NO NORTE DE MINAS .....	128
<b>2.3.1 Unificação da luta: o surgimento da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais</b> .....	139
<b>2.3.2 O engajamento político das comunidades veredeiras na promulgação da Lei 21.147/2014</b> .....	142
<b>3 COMUNIDADES VEREDEIRAS: IDENTIDADE, AMBIENTE E ECOLOGIA</b> .....	149
3.1 RELAÇÕES ECOLÓGICAS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ESPECÍFICAS.....	155
3.2 BIOMAS, AMBIENTES E CLASSIFICAÇÕES LOCAIS: ENTRE GENERALIZAÇÕES E ESPECIFICIDADES .....	163
<b>3.2.1 Divergências e alternativas para o entendimento do Cerrado enquanto bioma</b> .....	164
<b>3.2.2 O ambiente veredeiro</b> .....	174

<b>4 HABITANDO RUÍNAS: MOMENTOS DA TEMPORALIDADE VEREDEIR.....</b>	<b>189</b>
4.1 NO TEMPO DAS DIVISÕES.....	190
4.2 O SERTÃO COMO LABORATÓRIO PARA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA.....	204
4.3 NO TEMPO DAS EMPRESAS.....	212
4.4 OURO NEGRO: O CICLO DO CARVÃO.....	223
<b>4.4.1 A Máfia do Carvão e a produção local .....</b>	<b>227</b>
4.5 OBITUÁRIO DAS ÁGUAS E A MORTE DO BURITI.....	241
4.6 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DAS RUÍNAS.....	249
4.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS.....	259
<b>5 AS COMUNIDADES VEREDEIRAS: FAMÍLIA, TERRA E AMBIENTE.....</b>	<b>262</b>
5.1 TERRITÓRIO/AMBIENTE E REDES DE PARENTESCO.....	262
5.2 O GADO: RELAÇÕES ECOLÓGICAS E SIMBÓLICAS.....	271
<b>5.2.1 Variedade de raças e cruzamentos: processos adaptativos ambientais.....</b>	<b>272</b>
<b>5.2.2 Criação na solta e a relação com os variados ambientes.....</b>	<b>275</b>
<b>5.2.3 O gado como elemento de diferenciação econômica e fundo de reserva financeira para as famílias.....</b>	<b>285</b>
<b>5.2.4 Promessas, dívidas e vínculos arriscados.....</b>	<b>288</b>
5.3 PRÁTICAS AGRÍCOLAS, EXTRATIVISMO E NOVOS PARADIGMAS.....	295
<b>5.3.1 As casas de sementes crioulas e as redes de trocas de sementes.....</b>	<b>299</b>
<b>5.3.2 Sementes crioulas e a busca por variabilidade genética frente aos “pacotes tecnológicos”.....</b>	<b>318</b>
<b>5.3.3 Ressignificando o ambiente e o manejo tradicional.....</b>	<b>323</b>
<b>6 CONSIDERAÇÕES .....</b>	<b>334</b>
6.1 DISPUTANDO O FUTURO.....	337
6.2 ELABORANDO OUTROS MUNDOS E O CASO VEREDEIRO.....	341
<b>7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>345</b>

## INTRODUÇÃO

Tenho como principal elemento de análise etnográfica a experiência junto às comunidades veredeiras do Norte de Minas Gerais, localizadas nas regiões dos Planaltos Sanfranciscanos, concentradas, principalmente, nas extensas áreas de chapadas da margem esquerda do rio São Francisco, distribuídas nas bacias dos rios Pardo e Pandeiros. Tais comunidades encontram-se em uma ampla faixa de tensão ecológica, onde se sobrepõem áreas de Cerrado, da Caatinga e porções de Mata Seca, o que confere a estas terras alta variação de espécies vegetais e animais, faixas de solos férteis e, até algumas décadas, alta disponibilidade de água superficial.

O presente recorte geográfico ocorre, não por uma estratégia metodológica definida anteriormente, mas pelas próprias dinâmicas políticas e ecológicas das comunidades veredeiras. No entanto, tal delimitação contribui de forma estratégica, pois, como argumenta Paul Little, definições de nível intermediário como “região” e bacias hidrográficas são, simultaneamente, uma entidade geográfica que contém distintos ecossistemas, uma área onde diversos grupos sociais, com suas respectivas instituições socioeconômicas, constroem um modo de vida particular e o *locus* para mobilização política e ambiental em torno do conflito socioambiental (LITTLE, 2006, p. 97).

Minha pesquisa não é uma etnografia do “modo de vida” veredeiro. Não busquei caracterizar essas comunidades com o objetivo de retratar padrões específicos, apesar de também pontuar algo próximo disso em alguns momentos. Muitas das práticas produtivas, manejo de ambientes e extrativismo também são compartilhados por outros povos da região que reivindicam outras identidades. Como argumentou Isabelle Stenger, “nomear não é dizer a verdade sobre algo, mas sim atribuir àquilo que é nomeado o poder de nos fazer sentir e pensar no que o nome suscita” (2015, p. 38). Desse modo, meu esforço se dá, muito mais, no sentido de compreender os diferentes processos políticos em que um conjunto de comunidades do norte-mineiro passou a acionar e experienciar a partir da construção do “ser veredeiro”, a fim de objetivar sua identidade historicamente reconhecida pelos de fora (PIERSON, 1972; SANT-HILAIRE, 1847; SPIX & MARTIUS, 1840) e recentemente autorreconhecida pelos de dentro.

A partir dessa primeira consideração, tenho como objetivo analisar os processos de organização sociopolíticos das comunidades veredeiras atrelados à relação estabelecida com o ambiente ao qual estão vinculadas. Para tal, tomei como principais elementos dessa abordagem: (i) os processos históricos, políticos e ecológicos que são intrínsecos à

experiência veredeira na relação e construção do seu ambiente; (ii) as redes colaborativas que essas comunidades vêm tecendo ao longo de sua trajetória de reivindicação territorial; (iii) as mudanças ocorridas na própria relação com o ambiente, a partir do engajamento junto aos movimentos sociais ligados à agenda de povos e comunidades tradicionais; (iv) o esforço em compreender as práticas cotidianas desenvolvidas no território, assim como a incorporação de novos conhecimentos adquiridos por meio da experiência de indivíduos com outros povos tradicionais e com movimentos sociais; (v) as transformações ambientais ocorridas desde a década de 1970, oriundas da implementação de grandes projetos de desenvolvimento que impactaram diretamente a relação dessas comunidades com seu ambiente, transformações essas que passei a classificar, inspirado em Isabelle Stenger (2015), como evento-catástrofe; e, por último, (vi) verificar as principais estratégias de construção de futuro, desde uma perspectiva ecológica própria, a partir do que defini como território-ruína, ambientes habitados fortemente degradados pelas empresas vinculadas ao setor agrominerário e, para tal entendimento, tomo emprestadas as provocações de Anna Tsing (2019) sobre “habitar as ruínas”.

A região Norte<sup>1</sup> de Minas Gerais é a maior do estado em dimensões territoriais, abrangendo um total de 128.454,108 km<sup>2</sup>. Está dividida em 07 microrregiões: Januária, Janaúba, Espinosa, Salinas, Pirapora, Montes Claros e São Francisco. O conjunto das comunidades que compõem hoje a Associação Central das Comunidades Veredeiras – ACEVER<sup>2</sup> encontram-se distribuídas entre os municípios de Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, São Francisco e Cônego Marinho, sendo que, para o presente trabalho, a pesquisa se concentrou, de forma mais detida, naquelas onze comunidades destacadas em vermelho no mapa abaixo. Para o recorte levei em consideração aquelas comunidades que estavam mais engajadas no processo de organização política e reivindicação territorial.

---

<sup>1</sup> Desde 2017 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (2017) realizou revisão das unidades mesorregionais e microrregionais, que passaram a ser classificadas como Regiões Geográficas Intermediárias e Regiões Geográficas Imediatas, respectivamente. No entanto, para o presente trabalho utilizei a nomeação recorrente entre as comunidades locais e amplamente reconhecida, seja pelo imaginário simbólico seja pelos movimentos sociais que ali se estruturaram. Ressalta-se que essas fronteiras irão variar de acordo com a abordagem ou perspectivas ambientais podendo se estender, inclusive, para além dos limites administrativos do próprio estado.

<sup>2</sup> Instituição que desde 2019 passou a congregiar todas as comunidades que se autorreconhecem enquanto veredeiras.

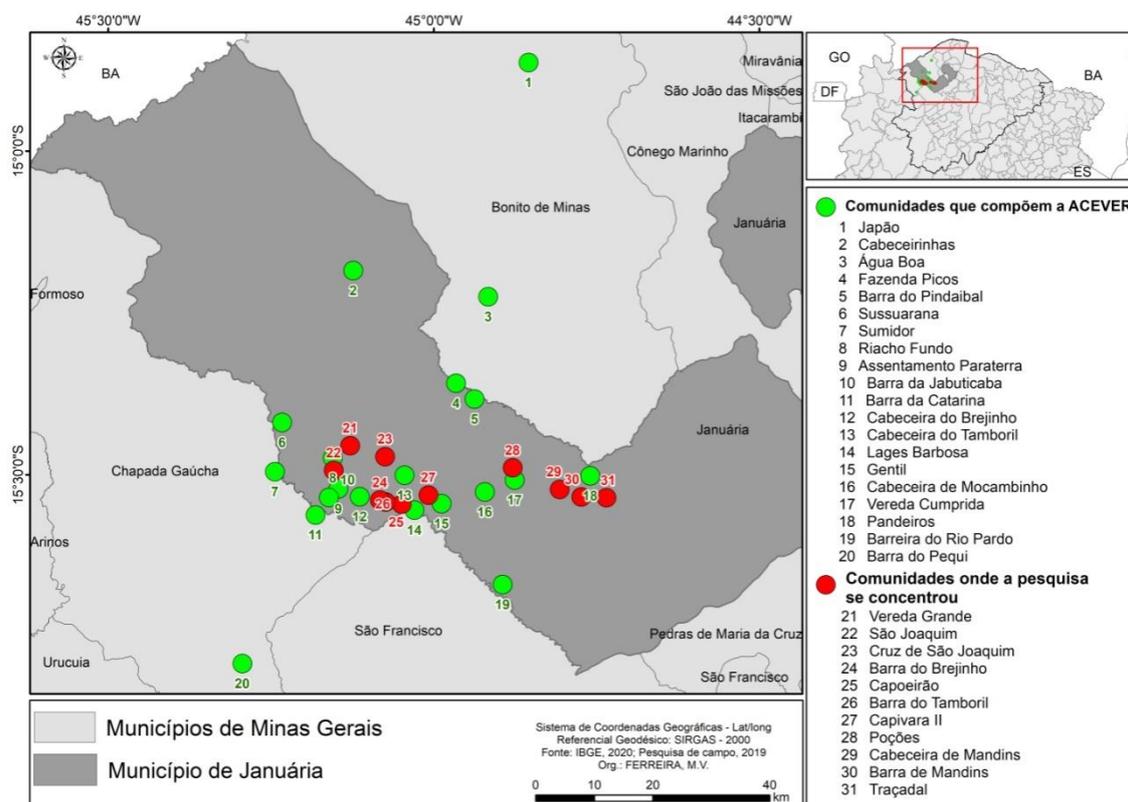


Figura 1: Localização das comunidades veredeiras

Situo o presente contexto empírico em duas perspectivas. A primeira decorrente de processos históricos e econômicos coloniais que moldaram formas específicas de se relacionarem com o “sertão” e uma grande quantidade de ambientes que o compõe<sup>3</sup>. Como já demonstrado em diferentes trabalhos (COSTA, 1999 e 2003; DAYRELL, 1998; MATA-MACHADO, 1991; NOGUEIRA, 2017; RIBEIRO, 2005, 2006), por meio de complexos e amplos processos históricos, redes locais de solidariedade se formaram, dispersas por toda região norte mineira, configurando assim experiências comunitárias próprias constituídas em relação direta com o ambiente habitado. A segunda perspectiva se inspira nos processos de emergência étnica que se espalharam desde o Norte e Nordeste do país a partir da década de 1970 (ALBERT, 2014; CARNEIRO DA CUNHA & ALMEIDA, 2009; OLIVEIRA, 1998) e influenciaram tanto a reivindicação de identidades baseadas em uma relação conservacionista com os ambientes locais (BARRETTO FILHO, 2004, 2006<sup>a</sup>; DIEGUES, 1996, 2001) quanto formas de compreensão e apropriação do espaço por meio da noção de “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 1989, 2004). Em decorrência deste contexto, nas últimas décadas, grupos, coletivos e comunidades do Norte de Minas Gerais, Vale do

<sup>3</sup> No decorrer dos capítulos, a categoria “sertão” será discutida com base nas próprias categorias nativas e a partir das políticas públicas implementadas na região.

Jequitinhonha e região de Diamantina-MG, em vista de sua mobilização política e acesso a dispositivos legais, passaram a acionar diferentes categorias identitárias na busca por reconhecimento e ampliação de direitos sociais (COSTA, 2006; DAYRELL, 2017). Internamente à diversidade desses grupos, destacam-se: povos indígenas Xakriabá e Tuxá, comunidades quilombolas, além de um número ainda desconhecido de comunidades geraizeiras, vazanteiras, catingueiras, vereadeiras, apanhadores de flores e, mais recentemente, vacarianas. Nos últimos anos, parte desses povos tem se organizado se autorreconhecendo enquanto segmento tradicional mobilizados em torno da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Trata-se de uma rede de articulação política e social que, por meio de ações colaborativas com instituições parceiras, busca incidir regionalmente tendo como base uma agenda compartilhada de demandas, principalmente a reivindicação e regularização dos territórios tradicionalmente ocupados. Desde 2017 as comunidades vereadeiras passaram a integrar a Articulação Rosalino, que se converteu em um espaço fundamental de elaboração política, sendo que foi por meio dela que iniciei os primeiros contatos com as lideranças vereadeiras e passei a integrar sua rede de colaboradores.

#### CONTEXTUALIZANDO O AMBIENTE VEREDEIRO E SUPORTES CONCEITUAIS

Todo trabalho de campo é datado, seja pelo presente etnográfico, seja por contextos políticos teóricos de um dado momento histórico. Nossas escolhas empíricas e teóricas são marcadas por nossas trajetórias pessoais e contextos vividos social e politicamente, mas, em alguns casos, lançamos mão de um arcabouço conceitual que surge dos próprios desafios vividos no fazer antropológico.

Desde o início da pesquisa algo que ficou evidenciado foram as limitações do meu conhecimento sobre os processos históricos de formação da região. Procurei, então, evitar o equívoco e anacronismo de buscar compreender a relação vereadeira e seus processos políticos e ecológicos, que as vinculam ao seu ambiente, sem antes entender, mesmo que de forma limitada, a historicidade regional. Historicamente, desde o período da invasão colonial, a apropriação desses espaços esteve diretamente vinculada às potencialidades de seus ecossistemas e aos contextos políticos e econômicos de cada período. Uma das atividades de maior destaque nas áreas de chapada foi e continua sendo a criação de gado à solta em áreas coletivas. No início do século XVII, por toda a margem direita do rio São Francisco estendia-se o território da Capitania da Bahia e, do mesmo modo, ao longo da margem esquerda o

território da Capitania de Pernambuco. A nomeação dessas áreas se refere à forma como se deu a colonização na região, baseada nos descimentos das fazendas de gado do Nordeste, inicialmente associadas à produção açucareira. O primeiro fluxo de ocupação colonizadora da região veio do litoral da Bahia e de Pernambuco, na direção sul, pelos afluentes do rio São Francisco. O Norte de Minas Gerais sempre possuiu vegetação propícia à criação de gado, o que levou à instalação de currais para a solta de animais para pastagem, fazendo com que a região fizesse parte dos domínios que ficaram conhecidos como “Currais da Bahia” e “Currais de Pernambuco”.

Processos históricos específicos, engendrados pelos povos daquela região, levaram à formação de grupos diferenciados, desenvolvendo formas de produção e organizações sociais específicas desde ao menos o século XVIII. O Norte de Minas, em alguma medida, tornou-se uma área marginal ao sistema dominante e se encontrou frequentemente marginalizado pelos centros do poder durante o processo colonial (NOGUEIRA, 2017; RIBEIRO, 2005, 2006). Ao longo do trabalho de campo, tive a oportunidade de construir amostras genealógicas de troncos específicos de cada comunidade pesquisada, os quais indicaram a permanência dessas famílias no território ao menos desde a segunda metade do século XIX.

Busquei demonstrar que o pertencimento e autoidentificação das comunidades veredeiras, assim como aqueles outros segmentos identificados denominados como “Povos do Norte de Minas”, tomam por base elementos identitários construídos a partir de relações ecológicas, tecendo mecanismos de diferenciação e aproximação com outros grupos da região. Um dos principais pontos de construção desses vínculos e diferenciações está na relação estabelecida com o ambiente de pertencimento, conjuntamente com os processos sociopolíticos experimentados no decorrer do tempo. Com o cuidado de não limitar esse vínculo a regionalismos ou determinismos geográficos, argumento que as nomeações utilizadas por esses grupos estão vinculadas ao ambiente que dá base para suas construções identitárias, existenciais e, conseqüentemente, reivindicações políticas. Para melhor elaboração dessa perspectiva tomo as análises ecológicas do biólogo evolucionista Richard Lewontin (2002) e de Tim Ingold (2004).

Lewontin, ao criticar a perspectiva biológica que atribui toda variação humana e não-humana às diferenças genéticas, delegando ao ambiente apenas a condição de cenário, lança luz sobre as complexas relações estabelecidas entre ambiente e aqueles viventes que o habitam. Para o autor há robustas evidências que apontam para que a ontogenia<sup>4</sup> de um

---

<sup>4</sup> Ontogênese: desenvolvimento de um indivíduo desde a sua geração até seu estado adulto.

organismo é consequência da interação entre seus genes, a relação temporal dos ambientes externos que ele habita e uma série de eventos aleatórios de interações moleculares que ocorrem a nível celular de cada indivíduo. Dessa forma os organismos são formadores de seus ambientes do mesmo modo que os ambientes formam as especificidades dos seus organismos. Busco, por meio dessa aproximação, compreender a identidade veredeira através das relações estabelecidas com os ambientes vividos, não reduzindo esse espaço única e exclusivamente à institucionalidade de um recorte territorial.

Complementarmente à argumentação de Lewontin, Tim Ingold (2004) argumenta que as abordagens ecológicas não devem ser reduzidas a organismos e ambientes como elementos distintos, mas percebidas como constituidoras da fundação existencial a partir da qual organismos crescem. Do mesmo modo, não podemos conceber como elementos distintos a noção de organismos e pessoas, ao contrário, trata-se de entidades substantivas situadas dentro de um campo ilimitado de relações, no qual o crescimento está em curso. Defende o autor que as relações ecológicas não devem ser reduzidas à interação entre uma coisa e outra, como formas distintas, mas sim como relações sociais onde organismos-pessoas estão mutuamente implicados no surgimento uns dos outros.

Revedo as entrevistas realizadas com Jaime, meu principal interlocutor em campo, me sinto constrangido com algumas perguntas que sempre fazia e, ao mesmo tempo, extremamente confortável com a generosidade com que ele se esforçava ao me explicar certas diferenciações que, em um primeiro momento, não pareciam fazer sentido para mim. Quando pergunto por que eles não se identificavam como geraizeiros, a resposta para Jaime era quase óbvia, pois, o próprio ambiente no qual está inserido o impede de se pensar como geraizeiro. Vale destacar que, diferentemente daqueles ambientes tratados por Nogueira (2017) e Dayrell (1998), para as comunidades veredeiras, “gerais” é uma unidade da paisagem que, no contexto veredeiro, também pode ser considerada terra mista.

Como busquei apontar no segundo capítulo, ao debater os processos constitutivos da categoria povos e comunidades tradicionais, enquanto para indígenas e quilombolas a forma de reconhecimento se dá por meio dos elementos diferenciadores étnicos e étnico-raciais, respectivamente, no caso de alguns povos e comunidades tradicionais, entre elas as veredeiras, os elementos ecológicos são determinantes para o entendimento dessas identidades. Ao tratar dos nominalismos que surgem a partir das transformações dos estudos de campesinato, Mauro Almeida chamará atenção para a situacionalidade de cada contexto de emergência de identidades menos substantivadas e mais fragmentadas. O autor tratou tais

emergências como identidades-em-devir, dessubstancializadas, diasporizadas (ALMEIDA, 2007, 174).

Ao longo da pesquisa ficou evidenciado que a relação desenvolvida com as veredas e a própria região que ocupam, devido à quantidade dos mananciais, é o que organiza as relações com os ambientes e conseqüentemente as relações familiares, produtivas e religiosas. Os processos históricos de ocupação e uso dessa unidade da paisagem, conformados pelas comunidades veredeiras, as levou ao desenvolvimento de relações ecológicas e produtivas complexas e dinâmicas, estruturadas a partir de uma interdependência entre os diferentes ecossistemas, sem que se verificassem alterações profundas no regime hídrico ou na vitalidade ecológica do ambiente. Desse modo, podemos fragmentar o ambiente veredeiro a partir de quatro unidades distintas, mas diretamente vinculadas. Partindo das terras baixas da margem esquerda do rio Pardo, fazendo um recorte transversal e subindo em direção às terras altas da margem direita do rio Pandeiros, encontraremos áreas de mata, onde se desenvolvem as lavouras de sequeiro e moradia; uma faixa de transição, composta por manchas denominadas de tabuleiro, capão e terra mista ou gerais, separa as matas das amplas chapadas, comumente coletivas utilizadas para criação de gado e agroextrativismo. Por fim, nos vastos planaltos dominados por solos de areias quartzosas surgem verdadeiros oásis, as veredas, exploradas de forma intensiva a partir de pequenas roças de esgotamento e fonte de água para as famílias e animais. Todos esses variados ambientes são atravessados por impressionante diversidade de frutos do cerrado, multiplicidade de espécies frutíferas que, por meio do extrativismo local, complementam parte da economia veredeira. Fator estruturante da relação entre veredeiros e ambiente é o manejo e uso combinado desses diferentes ecossistemas locais.

As veredas, diferente das outras fitofisionomias encontradas em biomas como o Cerrado, carregam uma vegetação adaptada a solo turfoso e com alta saturação hídrica - solo encharcado. Além de ter papel central em termos do equilíbrio hidrológico dos aquíferos regionais, trata-se de uma unidade da paisagem reconhecida como um manancial perene e regulador da vazão de centenas de riachos que formam os principais rios que deságuam na margem esquerda do rio São Francisco. Muito comum serem classificadas pelos veredeiros como brejos, quando pequenas, ou pantâmes, quando atingem grandes extensões. Entre sua rica biodiversidade, possui algumas espécies que são características de ambientes úmidos, chamadas de espécies-chave, como o buriti (*Mauritia flexuosa*) e o xiriri (*Mauritiella armata*). No entanto, as veredas encontradas no Norte de Minas possuem uma conformação

diferente das veredas de outras regiões, pois são levemente rebaixadas no interior das áreas de chapadas, ficando totalmente alagadas, inclusive, no período de seca (NUNES; AZEVEDO; NEVES; VELOSO; SOUZA; FERNANDES, 2009).

Chama atenção o fato de que não é por se reconhecerem enquanto veredeiras que essas famílias habitem necessariamente às margens dessas áreas alagadas. Percebe-se que a forma de apropriação de cada ecossistema é diversa. Muitas dessas famílias moram em zonas de mata/terra de cultura, devido à qualidade do solo e à proximidade de suas roças aos leitos de córregos e rios. Todavia, utilizam diretamente as veredas para cultivos específicos, como algumas qualidades de arroz e feijão, e coleta de frutos, como o buriti. A proximidade dessas comunidades com o ambiente irá variar. Na região pesquisada, há comunidades que estão a cerca de 9 km da vereda mais próxima, o que não necessariamente é considerada uma longa distância em se tratando das dimensões norte mineiras. Por outro lado, há comunidades que estão ao lado dessas áreas, em contato mais direto. Inclusive, há veredas próximas à área mais urbanizada, como no distrito de São Joaquim, Januária-MG.

A organização das comunidades veredeiras sempre esteve conectada aos ciclos das águas, às dinâmicas de seus ambientes e à relação com outros viventes. Entre os veredeiros, as águas não somente são fundamentais para as práticas vinculadas à terra como também dão nome a cada comunidade, pois as localidades são nomeadas de acordo com sua posição em relação ao leito de água mais próximo.

No entanto, a partir da década de 1950, o Cerrado brasileiro tornou-se laboratório para a implementação de projetos desenvolvimentistas que, com robustos incentivos fiscais, financeiros e fundiários, iniciaram ampla frente de exploração jamais vista. Sustentada pelas institucionalidades dos governos federal e estadual na regularização fundiária e em projetos de colonização e de incorporação das áreas de chapadas e de várzeas pela agricultura moderna, observou-se uma movimentação que convergiu para uma expropriação em larga escala das terras onde viviam centenas de comunidades locais, entre elas as veredeiras. Em vista de acordos entre governo federal e estadual, baseados em resoluções e leis da época, os projetos atingiram a quantia de 1.118.000 (um milhão cento e dezoito mil) hectares de “terras devolutas”, que foram cedidas nas regiões do Norte de Minas Gerais e Jequitinhonha às empresas para exploração, com contratos de arrendamentos provisórios que variavam de 20 a 30 anos.

Em consequência, assistimos durante a década de 1980 e 1990 intensa intervenção nos ambientes veredeiros. As chapadas, historicamente utilizadas como áreas de uso comum,

foram privatizadas para se tornarem eucaliptais; brejos e veredas foram drenados para receberem o cultivo irrigado; matas secas foram derrubadas para dar lugar a pastagens; a vegetação nativa foi convertida em carvão para abastecer os fornos de siderúrgicas da região central. Mas devido à fragilidade dos ambientes locais essa exploração durou menos que duas décadas, visto que as chapadas e veredas, com seus solos arenosos e profundos, não suportaram o manejo agroindustrial. Extensas áreas de eucaliptais sucumbiram e, até mesmo, as pastagens cultivadas não progrediram como o esperado.

Em decorrência do manejo desastroso das áreas de chapadas e veredas, sistemas sensíveis e ao mesmo tempo centrais para regulação hídrica local, ocorreu a extinção de mais de uma centena de córregos e, aqueles que ainda resistem, têm suas águas drasticamente afetadas, chegando a “cortar” (quando as águas param de correr) em períodos de estiagem.

Com a dinâmica que vivi em campo, determinados pressupostos teóricos que fundamentam o debate sobre povos tradicionais e conservação ambiental foram esvaziados, de modo a me fazer sentir, em muitos momentos, perdido conceitualmente. Ao longo do trabalho ficará evidente que o debate sobre conservação ambiental é uma linguagem aprendida desde um processo pedagógico internalizado no próprio cotidiano vivido nos movimentos sociais. Não quero com isso insinuar que as práticas tradicionais não têm relação com a preservação de ambientes, mas assinalar, assim como fazem Cunha (1999) e Albert (2014), que tal linguagem ou modelo ocorre quando em contato com espaços institucionais mediados por ONGs, universidades e, muitas vezes, o próprio Estado.

Quando cheguei às comunidades veredeiras, percorri durante dias grandes distâncias sem observar qualquer sinal de vereda. Tal experiência me consumia. Claro que, após uma semana em campo, pude conhecer alguns desses mananciais, mas só depois tive condições de entender que, naquela área específica entre os rios Pardo e Pandeiros, os principais pantâmes, denominados também “vereda mãe”, encontravam-se mortos. O choque me corroeu por muitas semanas e não sabia como orientar a argumentação sobre a reivindicação territorial de um ambiente em ruínas.

Passado o tempo e depois de longas conversas com Jaime e outros moradores, uma possibilidade que passou a me acompanhar durante o resto do trabalho de campo foi que as reivindicações e possibilidades de preservação, não estavam calcadas em práticas localizadas no passado ou no presente, pois a solta do gado estava comprometida pelo cercamento de parte das áreas antes coletivas, enquanto que as principais veredas, nascedouros de todos os córregos e ribeirões da região, estavam secas. No entanto, o que estava em jogo desde a

reivindicação de áreas centrais para conservação, como a vereda do Alegre, Buriti Grosso e Pindaibal (que formam o que passou a se chamar Território Veredeiro Berço das Águas) era a possibilidade de construção de um futuro.

Sobre esse aspecto, tomo como base a argumentação de Arjun Appadurai (2015) ao tratar sobre a tendência subjacente nos conceitos centrais da Antropologia, tais como cultura, diversidade, estrutura, significado e costumes, que remetem a certa estabilidade e fixidez quando tratam de cosmologias em diferentes sociedades. Para o autor esta tendência tem limitado a contribuição da disciplina no estudo da forma que diferentes sociedades humanas organizam o futuro como horizonte cultural. Destaca Appadurai a necessidade iminente de uma reorientação da Antropologia que encoraje contribuições importantes para os estudos que tratam das formas que nós, populações humanas, construímos nossos futuros culturais. Chama atenção para iniciativas que, de algum modo, debruçam-se em um esforço inicial de questionamento desse quadro por meio de estudos como “*la buena vida*” e “*la felicidad*” enquanto visões de mundo que reorientam os próprios conceitos da Antropologia. Como bem coloca o autor:

[...] como nos recuerdan de manera convincente quienes se expresan con mayor precisión sobre el calentamiento global, la degradación del medioambiente y el futuro potencialmente breve de nuestra especie como arquitectos centrales del futuro de la naturaleza, es fundamental concebir y construir de manera colaborativa una robusta antropología del futuro. Esto requiere un compromiso pleno con la variedad de ideas del bienestar humano y de la buena vida que hoy nos rodean y que sobreviven en nuestros archivos del pasado (APPADURAI, 2015, p. 17).

A perspectiva de se pensar o futuro enquanto projeto não só político, mas ontológico (CADENA, BLASER, 2018; ESCOBAR, 2015) no contexto veredeiro se deu não por escolha, mas por circunstâncias etnográficas. Não ignoro a internalização de pressupostos conservacionistas, por parte das lideranças veredeiras, quando em contato com movimentos sociais, que, por meio de uma construção necessariamente utópica, passa a projetar a salvação no futuro, como tratou Gustavo Lins Ribeiro (1992) ao debater ambientalismo e desenvolvimento sustentável. Foi devido à própria situação veredeira e sua reivindicação por um ambiente em ruínas que me vi obrigado a perceber as “terras tradicionalmente ocupadas” como “territórios em devir” que, apesar de estarem, em parte, sob o domínio veredeiro, são compreendidos em sua potência a partir de uma projeção futura de recuperação e bem estar ambiental em construção.

## DELINEANDO CAMINHOS: ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E CONSTRUÇÃO DE ALIANÇAS

Defino o presente trabalho como uma etnografia de processos socioculturais ou, por sugestão de Mônica Nogueira, como uma escrita de travessia. Ao pretendermos desenvolver nossas pesquisas em um dado campo empírico percebo que, além da clareza do recorte conceitual que guia o trabalho, também deve fazer parte do arcabouço metodológico os caminhos políticos, pactos e alianças estabelecidos entre antropólogo e os vários agentes/instituições que, em diferentes níveis, possibilitam de fato a execução da investigação. Como bem destacou Bruce Albert (2014) o trabalho de campo tradicional, preconizado pela Antropologia malinowskiana, foi extinto em decorrência das transformações ocasionadas pela emergência de movimentos étnicos que influenciou diretamente na “situação etnográfica” vivida por nós pesquisadores. Por esse motivo discorro sobre a construção do recorte empírico e os caminhos percorridos até minha chegada em campo.

Os recortes iniciais para definição do objeto de pesquisa se deram ainda de forma ampla e um tanto quanto imprecisas, devido ao meu limitado conhecimento sobre a região em questão. Na primeira versão, tinha a pretensão de entender como o conjunto de povos tradicionais do Norte de Minas, organizados em movimentos sociais, interagem e articulavam alianças políticas com objetivo de fortalecimento de suas identidades étnicas e construção de seus territórios. Essa primeira visão estava associada à experiência que tive, durante os anos de 2015 e 2017, como antropólogo no Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG) e ao contato com o Inventário Cultural do Rio São Francisco (2015). Na época, fiz algumas incursões no Norte de Minas nas quais estabeleci o primeiro contato com as comunidades vazanteiras de Sangradouro Grande e Balaieiros, localizadas às margens do São Francisco, em Januária-MG. Além das comunidades vazanteiras, faziam parte do Inventário aqueles autodenominados “povos sanfranciscanos” ou “gentes do São Francisco”, como: os geraizeiros, pescadores, ribeirinhos, barranqueiros, quilombolas, indígenas, remeiros, veredeiros, campineiros, catingueiros e chapadeiros (IEPHA, 2015).

Conjuntamente às minhas atividades dentro do IEPHA-MG, mantive diálogo com a Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo). No período, estava se organizando em Minas Gerais a Comissão Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada pelo Decreto 46.671, de dezembro de 2014, onde o IEPHA-MG, enquanto órgão de Estado, possuía assento. Dessa forma, acompanhei as primeiras reuniões onde 34 representantes da sociedade civil e Estado discutiam a

implementação da Política Estadual para Povos e Comunidades Tradicionais, de que trata a Lei Estadual nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014.

É nesse contexto que conheço a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, instância que congrega diferentes povos do Norte de Minas e Alto Jequitinhonha que possuem assento no Conselho Nacional e Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais. Em diálogo com algumas lideranças que compunham as reuniões da Comissão Estadual, me chamou atenção a capacidade organizativa desses grupos e a agenda específica do Norte de Minas e seus vínculos territoriais, não só com o rio São Francisco, mas com diferentes biomas e ecossistemas dessa região. Aqui surgiram meu interesse e as primeiras indagações em relação às construções políticas e identitárias dos “povos do norte”.

No entanto, por intermediação do professor Henyo T. Barretto Filho (PPGAS-UnB) tive acesso ao texto de qualificação para o doutoramento do colega, agora amigo, Carlos Dayrell (2017), vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, da Universidade Estadual de Montes Claros (PPGDS-UNIMONTES). Dayrell foi um dos principais colaboradores do Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e da Articulação Rosalino Gomes, além de atuar no Norte entre as comunidades da região desde a década de 1980. Ao tomar contato com seus objetivos de pesquisa, percebi que eram muito próximos aos meus. Em específico, ele pretendia realizar “uma incursão às territorialidades dos ‘sete povos’<sup>5</sup> com o objetivo de atualizar a Cartografia Social da Articulação Rosalino de Povos e Comunidades Tradicionais”. A partir da proposta de Dayrell, vi que minhas intenções iniciais eram insustentáveis. Primeiro, pelo limitado conhecimento que eu tinha sobre os processos políticos que vinham sendo desenhados há décadas por essas comunidades. Segundo, pela ampla e complexa diversidade de povos que necessitavam ser mais bem conhecidos. E, terceiro, pela própria extensão territorial da região e dificuldade de acesso físico e político às comunidades. Por esses motivos meus objetivos deveriam ser revistos.

Ao longo de 2018, busquei reelaborar os objetivos e delimitações empíricas. Para isso, em junho do mesmo ano, iniciei uma aproximação com as ações da antiga Secretaria de Desenvolvimento Agrário do Estado de Minas Gerais – SEDA-MG – que, desde 2014, vinha construindo marco legal com o objetivo de criar políticas públicas para povos e comunidades tradicionais – PCTs, com base na Lei Estadual 21.147/2014. Junto ao mesmo órgão, iniciei

---

<sup>5</sup> No período em que Carlos Dayrell desenvolveu sua pesquisa, os povos vacarianos ainda não haviam reivindicado sua identidade enquanto povos tradicionais e não faziam parte da Articulação Rosalino. Esse fato só veio a ocorrer no final de 2021.

contato com o grupo responsável pela resolução nº 39/2018 que passou a regulamentar o procedimento para elaboração do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação Territorial – RTID dos territórios tradicionais, de que trata o Decreto Estadual 47.289/2017.

Outro fator que contribuiu de forma decisiva foi submeter minhas intenções aos colegas presentes no 18º Congresso Mundial de Antropologia (International Union of Anthropological and Ethnological Sciences-IUAES), realizado em Florianópolis. Apresentei minha proposta de pesquisa no Open Panel – “Cimarrones, Cumbes, Palenques, Marrons, Quilombos, afro-descendant communities: territorial dynamics, forms of resistance and anthropological challenges” – coordenado por Raquel Mombelli, Vladimir Montoya Arango e Aderval Costa Filho. Vale ressaltar que o professor Aderval Costa Filho teve papel ativo na elaboração da Lei Estadual 21.147/2014 e do Decreto 46671/2014, além de ser coordenador do Projeto Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

Posteriormente ao Encontro da IUAES, participei do V Encontro de Ciências Sociais vinculado à UNIMONTES, realizado em julho/2018, no Grupo de Trabalho “Lugares de vida: coletivos rurais, cotidiano e movimento”, que tinha entre os coordenadores a professora Cláudia Luz de Oliveira (UNIMONTES), que desenvolve pesquisa entre os vazanteiros do Norte de Minas (OLIVEIRA, 2005). Nesse GT apresentei meu recorte de pesquisa, estabeleci diálogos com pesquisadores que vêm realizando trabalhos na região e me aproximei de alguns desses estudos.

Dando continuidade aos contatos com os núcleos de pesquisas da UNIMONTES, em meados de agosto participei do VI Congresso de Desenvolvimento Social, realizado pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social (PPGDS-Unimontes), onde continuei mapeando as atividades desenvolvidas na região e interagindo com as várias comunidades e instituições que participaram do evento, entre as quais o Centro de Agricultura Alternativo (CAA) e a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Nesse período, me reuni com o Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental – NIISA-UNIMONTES – com as professoras Cláudia Luz Oliveira, Felisa Anya, Elisa Cota e Carlos Dayrell, que apresentaram um denso panorama do contexto político e dos principais conflitos envolvendo os povos e comunidades tradicionais da região.

Entre os diferentes contextos mencionados, me chamou atenção o caso do núcleo das comunidades veredeiras, localizadas no distrito de São Joaquim e região, distante 100 km da sede do município de Januária-MG. Naquele momento essas comunidades estavam iniciando

um processo de organização política a partir do autorreconhecimento enquanto povo veredeiro. Tal movimentação havia se iniciado em 2017 em consequência da exclusão dessas comunidades na negociação de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre Ministério Público de Minas Gerais, Instituto Estadual de Floresta (IEF-MG) e a empresa Plantar Ltda, referente à multa por passivos ambientais<sup>6</sup>. Vale ressaltar que outras comunidades veredeiras foram expropriadas de seu território e transferidas para assentamentos no município de Formoso-MG, no contexto de instalação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, que se encontra sob a gestão do Instituto Chico Mendes da Conservação e Biodiversidade (ICMBio)<sup>7</sup>. No entanto, não fazem parte da rede de articulação dos grupos aqui estudados.

Nesse contexto, explicou Carlos Dayrell, com base na experiência obtida como consultor no Termo de Ajustamento de Conduta, que as comunidades veredeiras da referida região reclamavam por estudos e maior participação das universidades devido aos conflitos socioambientais envolvendo empresas do setor agrosiderúrgico. Entre os problemas apontados estavam o limite imposto às áreas de chapada, antes de uso comum, a degradação das bacias dos rios Pardo e Pandeiros que impactaram a dinâmica das águas superficiais da região, ocasionando a extinção de um número expressivo de veredas e córregos, espaços fundamentais para a reprodução física e social dessas comunidades.

Nesse percurso conheci Jaime Alves dos Santos, veredeiro da comunidade de Capoeirão, Januária-MG. Tornou-se presidente da ACEVER até meados de 2022 e principal liderança veredeira atuante na região, por anos Jaime esteve como representante do segmento no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais do estado de Minas Gerais, além de integrar a Articulação Rosalino. Foi acompanhando uma reunião ordinária do Conselho Nacional, em Brasília, em outubro de 2018, que iniciamos o diálogo e o desenho da minha primeira incursão às comunidades veredeiras, que se deu no mês de setembro de 2018.

Desde os primeiros diálogos estabelecidos com os pesquisadores da UNIMONTES, conjuntamente com o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas e a Articulação Rosalino, foi acordado que a pesquisa pudesse ter desdobramentos vinculados aos conflitos socioambientais vividos localmente e atentasse para as práticas e vínculos estabelecido entre

---

<sup>6</sup> Inquérito Civil nº 0352.08.000015-6. Sobre o Termo de Ajuste de Conduta entre Ministério Público de Minas Gerais e Plantar S/A, ver o quarto capítulo.

<sup>7</sup> Em relação à sobreposição do território das comunidades veredeiras e do Parque Nacional Grande Sertão Veredas, ver Costa (2005).

comunidades veredeiras e seus ambientes, de modo a contribuir com o acesso a direitos. Sem dúvida, a região Norte de Minas Gerais, assim como algumas áreas da Amazônia, do Maranhão, da Bahia, possui tradição de frentes de pesquisas estabelecidas há décadas, contribuindo dentro de redes políticas organizadas, muitas vezes, com agendas definidas. Dessa forma, o caminho escolhido para se pensar o recorte empírico e o problema central da pesquisa se deu em diálogo com esses núcleos de pesquisas e de mobilização política da região, assim como em diálogo com as próprias comunidades.

Diferentemente de outros trabalhos que já partem de uma base teórica definida quando imersos em campo, preocupei-me inicialmente em compreender os processos históricos e políticos que levaram as comunidades veredeiras a se objetivarem com base em uma identidade ambiental específica. Para isso passei a acionar diferentes caminhos conceituais levando, talvez, a uma indisciplina teórica, por não aderir totalmente a linhagens consagradas da Antropologia. A própria complexidade e as interseções vividas em campo me impediram de seguir um único caminho analítico. Acredito que, se posso definir de algum modo os vínculos teóricos aqui estabelecidos, seria, em parte, com a Ecologia Política, que, para o mal ou para o bem, abarca um amplo espectro de linhas investigativas com diferentes contornos conceituais e, sem dúvida, é uma das bases estruturais do debate sobre povos tradicionais e conflitos ambientais. Tendo entre seus pilares o pensamento complexo de Edgar Morin (1997), compreende que os problemas ambientais devem ser analisados a partir do contexto político em que foram criados. Os processos socioeconômicos, políticos, agentes sociais e ambientais nos níveis global, regional e local são elementos constitutivos para uma compreensão sistêmica dos conflitos em análise. Trata-se de um esforço holístico que prioriza o entendimento integral dos fenômenos, em oposição a procedimentos analíticos que tratam componentes de uma dada realidade de forma isolada.

Ao tratar a Ecologia Política como possibilidade de método etnográfico, Paul Little (2006) localiza três princípios que sustentam o paradigma ecológico. O primeiro aponta que o foco central da pesquisa ecológica está nas relações sociais, ambientais e socioambientais e não em sujeitos substantivos. O segundo princípio está na importância de contextualização das análises dentro de seus marcos históricos e ambientais. Por último, elemento central para a ecologia, são as abordagens processuais onde o acompanhamento dos diferentes fluxos, tais como de energia, de pessoas, de sementes, de ideias, de pólen, entre outros, possibilitam compreender diferentes dinâmicas essenciais para a pesquisa (LITTLE, 2006, p. 91).

Dentro dessa perspectiva, e levando em consideração os diferentes agentes que interagem num dado contexto ecológico, a análise de conflitos socioambientais surge como parte intrínseca de uma abordagem da Ecologia Política. Ainda de acordo com Little, os conflitos socioambientais estão vinculados a um conjunto complexo de embates entre grupos sociais em função de seus distintos modos de inter-relacionamento ecológico. Pontua o autor que, para uma abordagem propriamente antropológica sobre conflitos, a análise não deve se restringir única e exclusivamente aos embates políticos e econômicos, mas incorporar elementos cosmológicos, rituais, identitários e morais que atravessam as relações entre os diferentes agentes e seus ambientes.

Desse modo, compreendo o fenômeno veredeiro a partir de um universo muito mais amplo de fluxos, processos políticos e ecológicos vinculados ao que passou a ser conhecido como “lutas contemporâneas planetárias”, que envolvem os diferentes “povos da biosfera” e as distintas arenas de poder em que estão inseridos. No entanto, me distancio, de algum modo, da abordagem proposta por Little (2006) quando o autor condiciona a abordagem etnográfica, a partir da Ecologia Política, à necessária suspensão de “valores por parte do etnógrafo” ao dialogar com membros de distintos grupos sociais envolvidos num dado conflito socioambiental. Para o autor, tal distanciamento permitiria melhor compreensão dos respectivos pontos de vista dos agentes envolvidos.

Sobre essa discordância relembro Viveiros de Castro quando afirma que a missão da Antropologia como ciência é contribuir para a autodeterminação ontológica dos povos do mundo (VIVEIROS DE CASTRO, 2003 *apud* ALMEIDA, 2021). Todavia, esse posicionamento também está diretamente associado às mudanças ocorridas no fazer antropológico vividas nas últimas décadas.

Bruce Albert (2014) chama atenção para as transformações nas relações do campo de pesquisa da Antropologia que ocorreram a partir do “boom ecológico” e da “retórica do desenvolvimento sustentável”. Mudanças essas que tiveram como fonte propulsora, de um lado, a nova ordem mundial de desenvolvimento estabelecida depois da Segunda Guerra Mundial e, de outro, os projetos nacionais de modernização que impactaram diretamente os territórios habitados por povos nativos. Tal contexto levou povos indígenas, e mais tarde uma série de outros segmentos identitários, a buscarem legitimação de suas demandas territoriais e culturais nos termos de uma “etnicidade ecológica” (PARAJULI, 1996). Assim, tendo como palco inicial a região amazônica, tais desdobramentos se espalharam por outros contextos políticos e ambientais no Brasil, delineando um novo cenário para a prática antropológica.

O conjunto de elementos que está por trás do empoderamento de povos tradicionais e a globalização político-simbólica de uma etnicidade ecológica é a noção amplamente difundida e, por vezes, estereotipada, de superioridade indígena em relação ao conhecimento ecológico e do manejo de recursos naturais que levou à uma “ecologização” do discurso de povos e comunidades tradicionais como um todo. O reconhecimento obtido a partir de agências internacionais e, em consequência, da ampla mobilização desses povos contribuiu para reestabelecer hierarquias na relação pesquisador e pesquisado. Como destacou Albert, desde a década de 1970 comunidades e organizações indígenas passaram a questionar os propósitos e consequências dos estudos antropológicos em relação aos seus próprios projetos de autodeterminação. Desde então, somos confrontados com obrigações éticas e políticas no fazer antropológico. Enquanto somos levados a prestar contas do nosso trabalho àqueles que eram tradicionalmente apenas os “objetos” de estudo; também somos levados a assumir a responsabilidade que a produção do conhecimento antropológico implica para as estratégias de resistência desses povos diante das políticas discriminatórias e espoliadoras dos estados-nação dominantes (ALBERT, 2014).

Como coloca o autor tal contexto, ao invés de levar a uma condenação da antropologia, acabou por criar uma demanda crescente oriunda de grupos indígenas, outras populações tradicionais, ONGs envolvidas com direitos humanos, com pautas identitária e de desenvolvimento humano. Para muitos acadêmicos, trata-se de um tipo de trabalho antropológico “aplicado” que passa a ser reconhecido como “ativismo antropológico”.

Nesse contexto, o engajamento social do etnógrafo não pode mais ser visto como uma escolha pessoal política ou ética, opcional e estranha a seu projeto científico. Ele claramente passa a ser um elemento explícito e constitutivo da relação etnográfica. A “observação” do antropólogo não é mais meramente “participante”; sua “participação” social se tornou ao mesmo tempo condição e enquadramento de sua pesquisa de campo (ALBERT, 2014, p. 133).

No entanto, percebo que a oportunidade de fazer uma etnografia a partir das pautas locais está vinculada a uma construção compartilhada da realidade. A depender da relação estabelecida com o Outro, o trabalho do antropólogo pode ter desdobramentos diretos para a realidade dos grupos em questão, o que por si já justifica nossa atuação. Nesse contexto de engajamento político das várias frentes de pesquisa, a atuação antropológica é reconhecida como possibilidade não somente de tradução do Outro para determinados espaços do poder, entre eles a própria universidade, mas, a partir de um esforço reflexivo, contribuir com as comunidades no reconhecimento e acesso a direitos mais amplos. Donna Haraway ao argumentar sobre uma “objetividade localizada”, chama atenção para a “capacidade parcial”

de traduzir conhecimentos entre comunidades muito diferentes – e diferenciadas em termos de poder. Segundo a autora, somente a perspectiva parcial possibilita a visão objetiva do outro, abolindo assim a falácia de uma pretensa neutralidade ou objetividade verticalizada. Toma a perspectiva dos subjugados não como “inocentes”, mas como possuidores de ampla experiência com os modos de negação que se dão por meio da repressão, do esquecimento e de atos de desaparecimento. Contrapõe a objetividade científica, localizada em uma esfera de gênero e poder do capital, com as perspectivas dos subjugados, pois “parecem prometer explicações mais adequadas, firmes, objetivas, transformadoras do mundo” (HARAWAY, 1995, p.23).

Indiscutivelmente, ser inserido em campo através de uma rede de colaboradores ativa na região e estar atento às demandas e reivindicações das comunidades veredeiras e, por meio do conhecimento antropológico, colaborar cientificamente em contexto político, foi fundamental para minha aceitação e para a abertura que recebi por parte das lideranças. Nessa perspectiva, o processo de aceitação e empatia foi legitimado anteriormente à minha ida às comunidades, pois transitei entre os principais núcleos de articulação política que apoiam os povos em questão. Desse modo, penso que a preocupação em construir uma pesquisa dialógica e multivocal está diretamente relacionada à própria formação em que nós, pesquisadores brasileiros, somos iniciados. Como sugere Soraya Fleisher (2007, p.65) sobre a particularidade da atuação antropológica nacional, estamos “diante de uma antropologia na e da intervenção singularmente brasileira: discreta, porém difusa e espaiada”. Assim, a antropologia “engajada”, se encontra implícita na própria prática antropológica realizada no Brasil.

João Pacheco de Oliveira nota que, na Antropologia brasileira, os grupos envolvidos com as pesquisas, como os movimentos sociais e religiosos, minorias ou grupos étnicos, mantêm, frequentemente, relações complexas com aqueles que decidem pesquisá-los – muitas vezes, marcadas por questões políticas, culturais e identitárias de um espectro bem variado. “As possíveis formas de espelhamento (consciente ou não, virtual ou atualizado, pragmático ou íntimo) podem ser muito distintas, manifestando-se em relações variadas (simpatia, aliança, assessoria, iniciação, evitação, isenção, neutralidade, etc.)”. Observa o autor que homogeneizar todos esses vínculos e anular, previamente, a possível repercussão que tenham nas etnografias e nas interpretações avançadas seria um procedimento redutor e empobrecedor da própria pesquisa (OLIVEIRA, 2013, p. 54).

Diante do exposto, reitero que a construção e o entendimento das possibilidades que o campo ofereceu se deu mediante o diálogo junto às principais lideranças das comunidades pesquisadas e com as organizações apoiadoras. Foi por meio desse diálogo que pude perceber que os conflitos vividos localmente estavam associados a diferentes escalas: local, regional, estadual, nacional e internacional, e distribuídos ao longo do tempo: passado, presente e futuro.

## ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS E IMERSÃO ETNOGRÁFICA

A presente pesquisa se estendeu entre agosto de 2018 e dezembro de 2019. Na primeira fase, que denominei de exploratória, realizei 31 dias de campo com o objetivo de coletar material suficiente para embasar a reelaboração do projeto de pesquisa para qualificação, que ocorreu em março de 2019. Nesse período, tive a oportunidade de realizar parte da revisão bibliográfica com atenção às referências que tratavam, em especial, das especificidades da construção histórica regional do Norte de Minas e região sanfranciscana. Foi um esforço fundamental que auxiliou na compreensão dos mecanismos políticos e relações ecológicas construídas ao longo dos séculos a partir do avanço das frentes colonizadoras. Soma-se a essa fase o contato com instituições que atuam direta ou indiretamente com as comunidades, como, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-MG), o Ministério Público de Minas Gerais, a partir da Coordenadoria de Inclusão e Ações Sociais (MPMG-CIMOS), e o Projeto Mapeamento dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, vinculado à Universidade Federal de Minas Gerais.

Nos primeiros dias de campo meu trabalho foi pautado pela própria Associação Central Veredeira, que na minha primeira visita convocou uma reunião geral com seus membros para que eu me apresentasse e pudesse explicar as intenções com a minha pesquisa. Daquela reunião, tive a oportunidade de mapear demandas expressivas dessas comunidades e desenhar agenda de visitas para os dias seguintes. Nessa primeira fase, com o auxílio de Jaime, percorri 11 comunidades distribuídas entre os municípios de Januária, São Francisco, Bonito de Minas e Chapada Gaúcha. Visitei diferentes áreas fortemente degradadas pelas ações dos projetos de desenvolvimento implementados na região, entre eles aqueles de responsabilidade das empresas Plantar Ltda e RIMA Industrial S/A. Também tive a oportunidade de visitar áreas de roças, de solta do gado, locais de criação de abelhas, variadas

nascentes que se encontravam mortas. Participei também de reuniões de mobilização e articulação em outras comunidades que iniciavam o processo para se autorreconhecerem enquanto veredeiras. Acompanhei parte das atividades produtivas de famílias que viviam tanto na região de mata, nas terras de cultura, quanto daquelas que utilizavam as áreas alagadas de veredas para o cultivo de suas roças. Outra experiência importante que pude aprofundar posteriormente foi nos giros dos ternos de Folia de Reis, prática religiosa central entre as famílias veredeiras. Além disso, participei das primeiras reuniões que culminaram no II Encontro das Comunidades Veredeiras do Norte de Minas, que ocorreu em outubro de 2019.

Considero que a segunda fase da pesquisa se iniciou em meados de dezembro de 2018, quando passei a acompanhar de forma mais detida os circuitos religiosos dos grupos de Folias de Reis. Nesse período, passei a gozar de maior liberdade e transitar de forma independente entre as várias comunidades veredeiras, permanecendo alguns dias em cada uma delas. Com essa experiência, ao mesmo tempo em que ficou evidente a importância da relação ecológica estabelecida entre famílias veredeiras e seu local de pertencimento, também tive clareza dos meus limites ao tentar entender as diferenciações e particularidade de cada variação daquele contexto e ambiente. Reconhecer as nuances entre as chapadas, as áreas de matas, veredas, terra mista e todo um gradiente de transição entre esses ecossistemas, foi de fundamental importância para compreender as próprias comunidades e suas práticas, pois é por meio dessa relação que a identidade veredeira se manifesta.

Inicialmente, passei a estabelecer contato com as lideranças mediante entrevistas previamente agendadas e conduzidas por roteiros semi-estruturados, tendo como principais eixos: o universo produtivo, principalmente referente às sementes crioulas, criação de gado e abelhas; os usos e variações dos ambientes e os conflitos socioambientais travados nas últimas décadas. Ao longo dos meses e, após ficar amplamente conhecido nas comunidades, abandonei tal formato e passei apenas a tomar notas ou, em alguns momentos, somente ligava o gravador quando achava necessário e gravava a conversa sem pretensão de torná-la uma entrevista. Tal mudança possibilitou, de um lado, maior fluidez, abrindo para pontos e reflexões mais profundas por parte dos interlocutores, mas, de outro, gerou um volume enorme de horas de conversas que ainda estão em processo de análise.

A mudança mencionada na condução dos diálogos foi seguida de outras que alteraram substancialmente a forma de acessar informações no trabalho de campo. Entre elas, a maneira de tomar notas ou interagir em conversas cotidianas. A partir do momento que passei a

conhecer melhor os códigos locais e me situar nas interações do dia a dia fui abandonando a necessidade de tomar nota simultaneamente ao diálogo e as conversas deixaram de ser entrevistas conduzidas, seguindo uma série de perguntas pré-estruturadas. Converteram-se em conversas ordinárias, mas carregadas de significados e *insights* valiosos construídos conjuntamente nesse processo de interação. Quando necessário, ao final do dia ou em algum momento oportuno, buscava sintetizar essas construções em anotações mais bem estruturadas.

Uma postura que contribuiu amplamente para mudanças na relação entre pesquisador e sujeitos foi quando passo a participar das práticas sobre as quais estava me debruçando, como, por exemplo, as folias de Reis e a solta de gado nas chapadas. Por ter algum domínio sobre o rito das folias de Reis<sup>8</sup> e execução de instrumentos musicais<sup>9</sup> passei de observador a participante dos giros. Compondo o corpo de instrumentistas, acompanhei algumas folias durante dias e noites inteiras de visitas. Tal deslocamento trouxe mudanças importantes na forma que os próprios foliões passaram a me ver naquele espaço. Saí do lugar de jornalista/pesquisador/simpatizante para o lugar de aprendiz, alguém que estava ali, não por curiosidade, mas que, de alguma forma, buscava compartilhar daquela experiência de fé. Muitos foliões passaram a se aproximar para compartilhar comentários sobre questões relativas ao próprio giro, repassar alguma informação sobre o tipo de toque executado em cada ocasião e, também, para manter conversas sobre assuntos fora do universo da folia, em sua grande maioria vinculadas à chegada ou não da chuva, quando iriam fazer suas roças ou soltar o gado na chapada. Desde então percebi que as chuvas e as dinâmicas das águas deveriam ser tratadas como elementos estruturantes na pesquisa.

Outra experiência que marcou minha percepção sobre a relação estabelecida entre ambiente, gado e povo veredeiro, foi quando tive a oportunidade de participar das soltas, período em que a chuva chega à região e os animais são levados para as chapadas para lá permanecerem durante todo o período das águas. O árduo trabalho de conduzir pequenos rebanhos por horas até chegar às áreas de solta, as mais próximas distam duas horas a cavalo, me permitiu entender melhor a própria dinâmica daqueles ambientes, as variedades de gramíneas e outros alimentos importantes para o gado, o cuidado distante que se tem com os animais dispersos nas imensas áreas de chapadas, a variedade de frutos e ervas utilizadas para tratamentos terapêuticos.

---

<sup>8</sup> Entre os anos de 2016 e 2017 participei, na condição de técnico do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais, do registro e reconhecimento das folias de Minas como patrimônio cultural do estado de Minas Gerais.

<sup>9</sup> Durante 06 anos me dediquei ao estudo de instrumentos percussivos privilegiando a linguagem rítmica brasileira.

Como bem afirmou Tim Ingold (2016), não pode haver observação sem participação. No entanto, para ele, é possível observar e participar, mas não simultaneamente. Percebe que a observação e a participação permitem a produção de tipos diferentes de dados – objetivos e subjetivos, respectivamente. Para o autor, a observação participante não deve ser percebida como uma “técnica à paisana” para coleta de informações com o pretexto de estar aprendendo com o outro. Trata-se antes de tudo de um compromisso ontológico que ocorre a partir desse encontro. Nessa perspectiva, devemos considerar a etnografia como caminho para processos pedagógicos de aprendizado, os quais, por sua vez, ocorrem por meio da observação participante. A experiência em campo tem a capacidade de remoldar a pessoa do indivíduo e, por conseguinte, a antropologia que ele/ela produz. Desse modo, o autor compreende que a Antropologia é uma busca pela educação no sentido original do termo. “Derivada do latim *educere* (de *ex*, “fora”, mais *ducere*, “levar para”), a educação consistia em levar os noviços para *fora*, para o mundo, e não, como se entende hoje, instilar conhecimento *dentro* das suas mentes” (INGOLD, 2016, p. 408).

Desse modo, assim como os trechos trazidos a partir de Guimarães Rosa e Luis Borges, que tratam do conhecimento por meio da travessia, Ingold demonstra que em campo as coisas não estão prontas, ao contrário, estão sempre no limiar da emergência contínua, sendo que tanto as pessoas quanto seres de outros tipos não se encontram já lançados no mundo, mas sim estão sendo lançados. Não devemos percebê-los nem como sujeitos, nem como objetos, muito menos como híbridos desses, mas sim como verbos, ou seja, sujeitos em “devires”. Desse modo, a maneira de como objetivo as informações nesse trabalho, assim como aquilo que entendi como o construto do que se converteu no “ser veredeiro”, advêm em partes dos processos de construção contínuos e da relação e interação estabelecidos na minha participação e dedicação às atividades ordinárias ou ritualizadas das comunidades veredeiras durante o período em campo.

Como forma de espacializar a coleta de dados e melhorar minha percepção sobre os ambientes, iniciei o georreferenciamento<sup>10</sup> dos locais visitados, mapeando as principais áreas degradadas, todas as veredas, ribeirões e rios que servem de referência para as comunidades, locais de produção agrícola, áreas de criação de animais, trajetos religiosos e áreas de retomada de terras<sup>11</sup>.

---

<sup>10</sup> A tabela com a relação dos principais pontos coletados se encontra em anexo ao final desta tese.

<sup>11</sup> Observa-se que os processos de retomada de terra estão se generalizando para além dos movimentos indígenas. Uma possibilidade de análise se refere aos próprios espaços de diálogos em que indígenas e outros segmentos tradicionais passam a compartilhar. Ver Alarcon (2013) e Anaya (2012).

Após seis meses em campo, e com um pouco mais de conhecimento sobre os gradientes ambientais do amplo território, iniciei o processo de construção da cartografia social veredeira. Para isso, concentrei as oficinas em sete comunidades distribuídas em diferentes ambientes da área de pesquisa: São Joaquim, Cruz de São Joaquim e Vereda Grande, localizadas em áreas de chapadas e veredas; Cabeceira e Barra de Mandins, localizadas no gradiente denominado terra mista ou gerais; Comunidade de Poções, próxima à Pandeiros, localizada em área de chapada ao lado da Vereda do Alegre; Barra do Tamboril e Capoeirão, comunidades localizadas em áreas de mata, próximas ao rio Pardo.

A possibilidade de criação de mapas, definição de fronteiras com características específicas, muitas vezes, fluidas e imprecisas, nos permite adentrar em uma esfera na qual o que está em jogo é a disputa na construção de espaços e, conseqüentemente, da realidade. Nas últimas décadas, o debate sobre espaço, lugar e território converteu-se em importante tema no debate sobre povos e comunidades tradicionais, visto que o principal objeto de conflito é o próprio local de pertencimento desses grupos. Sobre esse aspecto, compreendo que a noção de território operacionalizada pela geografia encontra espaço e diálogo dentro da Antropologia ao pensarmos os territórios a partir das relações de poder estabelecidas principalmente com agentes hegemônicos, como o Estado e sua relação com grandes empreendimentos. No entanto, no caso da Antropologia, se levarmos em conta a construção do espaço a partir dos referenciais dos próprios grupos estudados, passamos a compreender essa construção a partir de outras variáveis que poder e hegemonia. Do mesmo modo que Turra Neto (2015) compreende a necessidade de abordagens qualitativas de cunho etnográfico para melhor identificar, na especificidade complexa de um lugar concreto, a materialidade, os sujeitos em interação e a conformação de espaços e territórios específicos, entendo que a melhor forma de “traduzir” a compreensão sobre o território veredeiro é por meio de suas próprias categorias e vínculos ambientais. Em última instância, as categorias nativas nos permitem manifestar outras racionalidades que classificam, organizam e habitam ambientes estruturados a partir de outros paradigmas.

Ao desenvolver a cartografia social entre o povo veredeiro, ficou evidente a forma de organização do espaço a partir daqueles elementos estruturantes. Enquanto minha principal referência para entender aquele território era a BR 479, que atravessa toda a área, ligando os municípios de Januária e Chapada Gaúcha, para os participantes o espaço era entendido pelos fluxos das águas e deslocamento do gado. Esses agentes são os principais responsáveis pela

construção territorial e ambiental veredeira, apontando, inclusive, para as variações entre os ecossistemas locais.

Por meio da cartografia social, que serviu como método para compreender o ambiente veredeiro, tivemos a possibilidade de construção de duas percepções do espaço. Primeiramente, do esforço artístico de Tereza Moura que, com a junção dos sete mapas produzidos pelas comunidades, juntamente com fotografias de campo e bases cartográficas do Google Earth, resultou na ilustração apresentada no início do presente trabalho, denominada “Ambiente das Comunidades Veredeiras”. Segundo, o levantamento exaustivo de todos os rios, córregos, veredas e ribeirões feito a partir do cruzamento das informações da cartografia realizada junto com as comunidades com o banco de dados da rede hidrográfica disponibilizada pelo IBGE, permitiu chegar ao que tratei, baseado em Rutgerd Boelens (2016), como hidrotérrio veredeiro. Esse levantamento foi classificado como “Obituário das Águas”, visto que dos 127 cursos d’água identificados, ao menos 110 estavam mortos ou gravemente afetados pela degradação ocorrida na região desde a década de 1980. Esse documento serviu como parte do material utilizado na peça de acusação do caso Veredeiro na “Sessão em defesa dos territórios do Cerrado” realizada pelo Tribunal Permanente dos Povos<sup>12</sup>. As audiências ocorreram entre setembro de 2021 e julho de 2022.

## ESTRUTURAÇÃO DOS CAPÍTULOS

Quando notei que o presente trabalho se tratava de uma escrita de travessia e/ou uma etnografia de processos, estruturei os capítulos respeitando minha própria compreensão sobre os desdobramentos vividos ao longo da jornada de pesquisa. Cada seção foi ganhando corpo de forma concomitante à consolidação do meu entendimento sobre: os processos históricos regionais e locais; as formas em que a temporalidade veredeira se apresenta; o entendimento nativo sobre seu próprio ambiente e as formas de interação com ele; a importância dada a cada prática social, religiosa; e, não menos importante, as formas que essas famílias criativamente ocupam territórios/ambientes ruínas, projetando para o futuro melhores condições de vida ou mesmo possibilidades para o enfrentamento de catástrofes em devir.

A tese está estruturada em cinco capítulos. No primeiro, me aventurei no entendimento da própria conformação do sertão, categoria controversa e profunda, necessária para se tratar dos ambientes que adentrei. Detive-me na construção histórica regional do Norte de Minas e

---

<sup>12</sup> Para maiores informações acessar: <https://tribunaldocerrado.org.br/>.

da região sanfranciscana para compreender os processos de caráter colonial e político que se desdobram ao longo do século XX e estruturaram, em grande parte, formas específicas de se relacionar com os variados ambientes locais, ao mesmo tempo em que contribuíram para o atual contexto socioambiental em que as comunidades veredeiras se localizam. Elemento central nesse processo é a própria construção política da experiência da seca.

Com o objetivo de embasar o entendimento sobre a categoria político-conceitual de povos e comunidades tradicionais, discuto no segundo capítulo os principais debates sobre essa definição e os desdobramentos dos movimentos que estavam na gênese do que veio a se tornar a política nacional de desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, e também o decreto 6040/2007, e a lei 21.147/2014, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

O terceiro capítulo é uma continuidade do debate anterior. Mas nele introduzo alguns pressupostos teóricos importantes para a guinada conceitual expressa nas políticas indigenistas e que serviram de base para a ressemantização da categoria remanescentes de quilombo em 1994, refiro-me às teorias da etnicidade. Destaco certa continuidade institucional ao espriar tal entendimento sobre variados contextos relativos a outras identidades abrigadas na categoria povos e comunidades tradicionais. Ainda no mesmo capítulo, apresento possibilidades alternativas que podem nos ajudar na discussão sobre aqueles grupos que passam a reivindicar sua identidade por meio de uma relação específica com um dado ambiente.

No quarto capítulo, busco apresentar o ambiente/território veredeiro a partir das temporalidades que marcam a memória local e formam o entendimento sobre o espaço e instigam as atuais emergências políticas. Evidencio que tal contexto não deve ser percebido como uma tradicionalidade vinculada às práticas do passado ou que são simplesmente passadas de geração em geração. Ao contrário, trata-se de processos criativos dados no presente, vinculados a uma possibilidade de construção de futuro. Ponto importante, que rompe com qualquer essencialismo, é o fato de que, diferentemente de outras áreas do país reivindicadas por povos tradicionais, uma expressiva parte dos ambientes veredeiros localizados entre o rio Pardo e Pandeiros, encontrava-se fortemente degradada pelas ações governamentais e privadas implementadas ao longo das décadas de 1970 e 1980 advindas da Revolução Verde no Brasil. Tais ações fizeram do Cerrado e da Caatinga verdadeiros laboratórios que culminaram em catástrofes ecológicas espriadas de forma sistêmica. Sem

dúvida, a chegada das empresas é o evento que marca de forma estrutural a memória veredeira, de modo que desde esse encontro o universo cultural local é reorganizado sob outras perspectivas. Tratei essa experiência como “evento-catástrofe”, categoria pensada com a ajuda de Stenger (2015) e Tsing (2019) e que me auxilia a compreender os desdobramentos vividos nas últimas décadas pelas comunidades veredeiras, assim como a relação estabelecida com o ambiente-ruína das principais veredas da região.

No quinto e último capítulo, apresento aquelas práticas que se mostraram, ao longo do trabalho de campo, centrais para compreensão da relação veredeira com seus ambientes e de novos conhecimentos que passam a ser implantados com as trocas e aprendizados oriundos de novas redes de articulação política, como a Articulação Rosalino Gomes. A atenção é voltada para práticas construídas historicamente e ressignificadas por novos manejos trazidos por projetos implementados em decorrência dos próprios impactos sofridos. Considerando as redes de parentesco e as interações com os diferentes ambientes, discuto o manejo do gado e sua importância econômica, familiar e religiosa, assim como as práticas vinculadas às sementes crioulas e ao extrativismo.

Nas Considerações Finais, não quis desenhar conclusões de modo a fechar a análise do trabalho, mas indicar que todo o esforço etnográfico empreendido em campo levou a pensar que as construções políticas das comunidades veredeiras apontam para uma perspectiva de futuro, reconfigurando ambientes em ruínas no presente para um território tradicional em devir.

## 1. NORTE DE MINAS GERAIS E SUAS PARTICULARIDADES HISTÓRICAS

Minas Gerais carrega no seu próprio nome a dualidade de experiências históricas em que, ao mesmo tempo diferentes, tornam-se complementares, mas que, devido às suas particularidades, formaram mundos distintos que compõe um mesmo estado. As Minas, porção correspondente ao Ciclo do Ouro, tiveram como epicentro a região central do estado, mas não só. Destacam-se também as regiões diamantíferas que se estenderam sertão adentro. A exploração que se estendeu ao longo do século XVIII criou dinâmicas políticas e territoriais próprias com grande centralidade do poder pela Coroa portuguesa. Por outro lado, nos sertões sanfranciscanos outro mundo se criou, onde as dinâmicas vividas por diferentes grupos sociais se formaram com íntima relação com os variados ecossistemas que compõem esse ambiente. A experiência dos currais, grandes áreas que tinham na pecuária extensiva sua principal atividade, foram base para produção de carne, couro e demais alimentos, tanto para a região mineradora como para o abastecimento do litoral e seus grandes centros urbanos. Ressalta Marco Antônio Coelho (2005) que foi a pecuária quem deu suporte à corrida alucinada para mineração, não só na região central de Minas Gerais, mas, inclusive, nos locais mais distantes do litoral, como nas barrancas e nas ribeiras dos rios em Mato Grosso e Goiás. Assim, como destacou Mônica Nogueira (2017), Minas e Gerais se constituíram por meio de uma antinomia, entre o fausto do ouro e a rudeza dos currais.

Para qualquer pesquisador que busque se aventurar na região Norte de Minas Gerais, independente da área de conhecimento, três categorias são fundamentais, *Gerais*, *Sertão* e *Cerrado*. Polissêmicas, carregam diferentes significados e apropriações que variam entre classificações ambientais, geográficas, históricas, políticas e existenciais, pois, se “Sertão! *é dentro da gente*”, como escreveu João Guimarães Rosa (2019 [1956]), sua imensidão também é física. Introduce o autor: “*Ah, que tem maior! Lugar sertão se divulga: é onde os pastos carecem de fechos; onde um pode torar dez, quinze léguas, sem topar com casa de morador; e onde criminoso vive seu cristo-jesus, arredado do arrocho de autoridade*” (ROSA, 2019, p. 13, grifo nosso). Fazendo um contraponto a partir da mesma obra, Nogueira (2017) abre um dos capítulos do seu livro com a provocação de que “*o grande sertão de Minas é gerais*”. Lembra que o termo *gerais* é utilizado desde o Brasil colônia e se refere às vastas paisagens de campos que se estendem de norte a sul do país, coincidindo muitas vezes com áreas do

bioma Cerrado. Foi nomeada pelas bandeiras paulistas em contraste à Mata Atlântica, onde se concentravam as primeiras ocupações coloniais<sup>13</sup>.

Se de um lado gerais se confunde e, às vezes, se sobrepõe ao o bioma Cerrado, por outro, gerais também é *sertão*. Argumenta Ricardo Ribeiro que o termo sertão trata de uma corruptela de “desertão”, espaço sem gente, de natureza inóspita, rústico. Ao refletir as classificações desse ambiente ao longo da história, o autor argumenta que, “desertar é apenas uma forma de deserdar seus habitantes, esvaziar é uma estratégia histórica para justificar a dominação: o que não é de ninguém pode ser meu, precisa e deve ser apropriado por alguém de mérito”. Trata-se de justificar as estruturas de dominação do colonizador sobre a nova realidade com que ele se depara. Para o autor o Cerrado e a Caatinga, são construídos historicamente como ambientes desertados, passam a ser compreendidos como sendo uma natureza menor, “mais que um desafio, uma ameaça a ser vencida, transformada à imagem e semelhança do universo civilizado” (RIBEIRO, 2006, p. 06). A partir de um recorte ecológico, se gerais coincide, em alguma medida, com o bioma Cerrado, sertão engloba tanto esse último como também as áreas de Caatinga, dentre outros biomas. Entretanto, como destacado por Ribeiro e fundamental para esse trabalho, tais perspectivas são construções epistêmicas sobre esses espaços que perduram até os dias de hoje. Nesse sentido, Arturo Escobar (2005) questiona a persistente marginalização dos modelos culturalmente específicos da natureza e da construção dos ecossistemas submetidos historicamente ao colonialismo ocidental. Trata-se de dispositivos epistemológicos profundamente enraizados em modelos eurocêntricos estruturantes das teorias sociais que marcam nossa percepção sobre esses ambientes.

Ponto importante no presente trabalho é que, às margens e em constante interação com as dinâmicas impulsionadas pelos grandes ciclos econômicos que estruturaram a construção histórica colonial brasileira, uma série de grupos sociais se estabeleceram nas áreas de sertão e em especial na região Norte de Minas, antes, durante ou após os processos coloniais que ocorreram ao longo dos séculos. Nas últimas décadas, esses grupos, coletivos e comunidades, a partir da mobilização política e acesso a dispositivos legais, emergem acionando diferentes categorias identitárias, na busca por reconhecimento e ampliação de direitos sociais. Entre a diversidade desses grupos, destacam-se os povos indígenas Xakriabá e Tuxá, centenas de

---

<sup>13</sup> No terceiro capítulo tratarei sobre as diferentes concepções referentes aos ambientes que formam a região de estudo.

comunidades quilombolas, além de outras tantas comunidades geraizeiras, vacarianas<sup>14</sup>, vazanteiras, catingueiras, apanhadoras de flores sempre vivas, assim como as comunidades veredeiras, base da presente pesquisa. Esses grupos e comunidades, nos últimos anos, passaram a se organizar com base no que se compreende como “novos movimentos sociais”<sup>15</sup> constituindo uma rede política amplamente reconhecida a nível nacional, os quais tratarei no próximo capítulo.

Importante ressaltar que, muitas vezes, ao utilizar a categoria “Norte de Minas”, me refiro menos aos contornos geográficos de uma dada região administrativa do Estado, enquanto Unidade Federativa, do que ao norte habitado por povos específicos onde, muitas vezes, suas fronteiras não coincidirão com os contornos institucionalizados.

Dessa forma, ao iniciar a empreitada de estudo junto às comunidades veredeiras, a primeira coisa que me saltou aos olhos foram as profundas diferenças que marcam o Norte de Minas Gerais quando comparado ao restante do estado. Aqui não me restrinjo à formação político-formal e aos documentos que teceram uma história oficial, mas às diferenças que influenciaram diretamente a construção e organização de outras realidades, como a das comunidades veredeiras e demais povos ali localizados. Fatores como a experiência colonial, os inúmeros conflitos entre colonizadores e indígenas, a estruturação fundiária e as diversas populações que se estabeleceram na região no decorrer de séculos, constituem importantes elementos para compreendermos as dinâmicas sociais vividas hoje.

Walter Benjamin (1987) em suas teses “Sobre o conceito da História”, de 1940, afirma que “ocupar-se da história é colocar o presente em uma situação crítica”. Ao tecer suas análises ao projeto historicista iluminista do século XIX, Benjamin defende que frente à perspectiva otimista dos defensores do progresso devemos nos atentar para que a narrativa oficial, contada sob a ótica dos vencedores, é uma ideologia que encobre uma catástrofe. Para o autor “trata-se de sempre questionar cada vitória dos dominadores” e que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o ‘estado de exceção’ em que vivemos é na verdade a regra geral”. Nesse sentido, “o sujeito do conhecimento histórico é a própria classe combatente e oprimida” (BENJAMIN, 1987, p. 219-230).

Apesar da crítica feita por Benjamin à versão hegeliana iluminista de construção do passado, devemos repensá-la a partir dos encontros coloniais em que o outro é construído,

---

<sup>14</sup> Recentemente um conjunto de comunidades que habitam as áreas da bacia dos rios Vacarias e Peixe Bravo, situados na porção Norte de Minas Gerais, passou a se autorreconhecerem como povo vacariano.

<sup>15</sup> Sobre “novos movimentos sociais” e a construção de “novas identidades coletivas”, ver Alfredo Wagner Berno de Almeida (2008).

tendo como base não somente relações de classe, mas fronteiras racializadas que se mostraram intransponíveis ao longo dos séculos. Assim, as construções teóricas vinculadas aos conflitos e antagonismos de classes vividas no contexto europeu devem ser matizadas ao serem transpostas para o contexto colonial latino-americano. Anibal Quijano (1992, 1993, 2000) argumenta que as interações ocorridas com base no padrão de poder expresso pela colonialidade se dão dentro de um sistema de dominação assentado em vínculos sociais intersubjetivos, baseados na classificação social hierárquica sustentada na configuração e naturalização da ideia de raça/etnia. Para o autor a ideia de raça e o complexo ideológico do racismo dominam todos os âmbitos da existência social. Constitui-se como a mais profunda e eficaz forma de dominação material e intersubjetiva. Destaca ainda que a posição subalterna dos povos submetidos a esse padrão de dominação é compreendida, não como resultado de um conflito de poder, mas como derivação lógica de inferioridade de sua própria natureza.

Propõe Paul Little (2002) que para entendermos os diferentes processos territoriais (OLIVEIRA, 1998) que levaram aos arranjos fundiários existentes hoje no Brasil, faz-se necessário atentarmos para incessantes movimentos de expansão de fronteiras, em muitos casos, vinculados às frentes de colonização. Destaca que as histórias das fronteiras no Brasil tratam-se, necessariamente, de uma história territorial, uma vez que a expansão de um determinado grupo social, munido de suas formas próprias de se relacionar com o meio, entra em choque com outras territorialidades dos grupos já existentes naquele espaço. Para o autor, cada frente de expansão produziu um conjunto próprio de choques territoriais que provocou distintas ondas de territorialização por parte de povos indígenas, grupos negros e tantos outros grupos marginalizados dentro de um modelo político/econômico dominante. Com base no que propõe o autor, para compreendermos as diferentes frentes de expansão que culminaram nos conflitos vividos atualmente, torna-se necessário a contextualização do momento histórico, a região geográfica que serve como palco principal aos atores sociais presentes no processo, a tecnologia à sua disposição e as cosmografias que promovem (LITTLE, 2002).

Com base no exposto, percebo que ao estudar as comunidades veredeiras do interior do município de Januária, com base nos processos que culminaram na sua organização política, além da abordagem sincrônica vivida a partir da experiência etnográfica do trabalho de campo, fui levado a considerar elementos históricos importantes que, direta ou indiretamente, influíram no tempo atual vivido por essas comunidades. Não se trata aqui de reconstruir uma narrativa histórica da ocupação do sertão norte-mineiro, mas apontar para elementos que, de alguma maneira, foram importantes para compreender práticas, manejos e formas

organizativas vividas pelas comunidades estudadas. Vale ressaltar que não advogo uma continuidade histórica ideal que legitimaria uma dada tradição, pelo contrário, compreendo que as práticas atuais, por mais que tenham um vínculo processual com o passado, também são construídas e adaptadas com base no conhecimento dos indivíduos no presente, a partir de sua relação com o ambiente e ressignificações da experiência em grupo.

O primeiro esforço que realizei foi conhecer, de forma mais detida, os processos históricos, políticos e ambientais que estruturaram a conformação dessa vasta região, que, historicamente, se expande para além da divisão administrativa do estado de Minas Gerais. Apesar do bioma Cerrado se estender de norte a sul do estado, o que entendemos como sertão mineiro, a grosso modo, pode ser pensado com base nas atuais regiões Vale do Jequitinhonha e Norte/Noroeste de Minas Gerais. Essas delimitações são historicamente imprecisas e irão variar de acordo com o período. Todavia, quando atentamos para os processos históricos, tais regiões só podem ser compreendidas a partir dos seus vínculos com o vale do São Francisco e suas diferentes regiões.

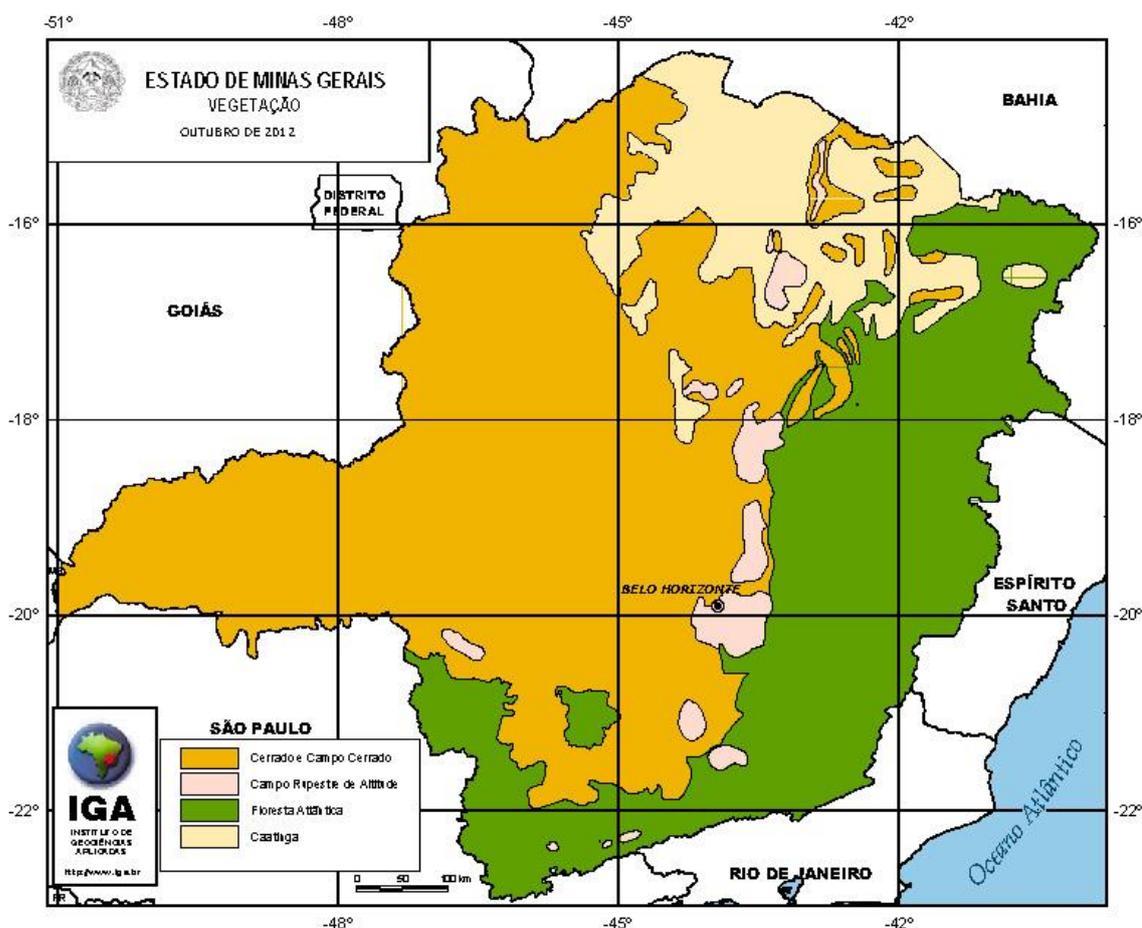


Figura 2: Biomas em Minas Gerais

Fonte: <https://www.mg.gov.br/conteudo/conheca-minas/geografia/clima-vegetacao-e-relevo>

Explica Antônio T. Coelho (2005) que no Alto São Francisco, desde o século XVIII, predominou a mineração de ouro e diamante como principal prática econômica; no Médio São Francisco a pecuária extensiva dominou o panorama, se estendendo para outros estados nordestinos como Piauí e Ceará; no Baixo São Francisco houve a predominância da economia do açúcar, além de sua ligação com os núcleos urbanos e políticos, sediados no litoral, como Salvador, Recife e Maceió. Vale destacar que, o ciclo econômico da mineração no Alto São Francisco e a pecuária extensiva no Médio São Francisco tornaram-se atividades complementares mantendo íntima relação de trocas ao longo dos séculos. Nesse sentido, o ponto de destaque é a influência do próprio rio São Francisco na região e na formação das comunidades aqui estudadas. Como demonstra Coelho (2005, p. 16), no processo colonizador, o São Francisco representou “papel condensador e distribuidor das correntes povoadoras” do sertão colonial.

Para compreender as particularidades que modelaram a vida social e política na atual região norte-mineira, nesse primeiro capítulo, busco fazer uma revisão mais ampla, levando em consideração os processos históricos e as dinâmicas de ocupação da região, que ficou conhecida como região sanfranciscana/são-franciscana<sup>16</sup>. Para isso abordarei três pontos que entendo como relevantes. O primeiro se refere aos processos que moldaram a estrutura fundiária do Brasil rural, as sesmarias. Podemos perceber que o sistema sesmarial, implementado pela Coroa portuguesa, estruturou a realidade fundiária e social no território colonial se estendendo até a Nova República. O segundo ponto se refere à cultura dos currais, fazendas de gado que se consolidaram ao mesmo tempo em que formaram os vários povoados do Médio e Médio-Alto Vale do São Francisco. Nesse universo dois elementos se destacam, o primeiro se refere ao universo da pecuária extensiva que teve importância central no alargamento das fronteiras territoriais e na construção simbólica de diferentes grupos sociais ao longo dos séculos. O segundo faz referência ao universo coronelista que, por meio de relações de mandonismo e compadrio, mantinha o poder centralizado na mão de famílias específicas da região. Como último ponto dessa primeira parte discorro sobre as guerras indígenas e, por sua vez, a influência desses povos na conformação das cidades, povoados, tornando-se, inclusive, referência para o movimento político iniciado pelos povos e comunidades tradicionais nos tempos atuais.

---

<sup>16</sup> A grafia irá variar de acordo com a fonte e período pesquisado. Opto por utilizar no presente trabalho o termo sanfranciscano(a).

No final do capítulo, foco nas classificações e construções simbólicas referentes ao termo sertão e à região nordestina que influenciaram largamente a realidade vivida, tanto no período colonial quanto durante o século XX, a partir dos processos de modernização tardios. Por fim, contextualizo as consequências das políticas desenvolvimentistas do período militar e as apropriações da categoria sertão, que passa a ser ressignificada como semiárido pelos movimentos sociais emergentes, entre as décadas de 1980 e 1990.

## 1.1 DA IMENSIDÃO DO SERTÃO OU DAS POSSÍVEIS ORIGENS DO LATIFÚNDIO

Quando iniciei os trabalhos entre os veredeiros e buscava a identificação territorial das comunidades, percebi que estavam localizadas sempre em imensas áreas nomeadas com base em alguma fazenda antiga da região. Entre as localizações mais comuns, estavam a Fazenda Picos, Fazenda Alegre, Fazenda Angicos, Fazenda Flores, Fazenda Floriano, esta última também conhecida como Fazenda Lagoa. Todas localizadas nos municípios de Januária, Bonito de Minas e São Francisco, na região Norte do estado de Minas Gerais. Nos documentos de divisão de terras dessas fazendas, datados da metade do século XIX e anos 1930, é possível localizar alguns dos sobrenomes de famílias locais. Esses documentos estão disponíveis no Fórum de Januária-MG e no Arquivo Público Mineiro, respectivamente. Quando tentava buscar maiores informações sobre a origem das divisões de terras das antigas fazendas, muitos moradores antigos argumentavam que se tratava de terras oriundas de “cartas sesmárias” e que o conhecimento era pouco por não terem vivido naquela época.

Eduardo Magalhães Ribeiro (2010), que atuou junto às comunidades próximas ao rio dos Cochós, também no município de Januária-MG, identifica na sua área de pesquisa que as fazendas antigas são denominadas como *fazendas gerais*.

Na região os grupos de comunidades rurais ficavam compreendidos em uma grande área que os moradores mais antigos denominavam *fazenda geral*. A fazenda geral Mamede, a fazenda geral Maria Criola; a Tejuco Pandeiros, Macaúba, Itapiraçaba: essas e muitas outras ainda são a base da divisão da área rural de Januária, Cônego Marinho e Bonito de Minas. Fazendas gerais, além de conter muitas áreas sem donos e outras dominadas por sítios e fazendas, reúnem logradouros – lugares dominados por pastejo em meio às chapadas de soltas -, veredas e *capões*, que são as áreas de terras mais férteis em meio aos chapadões de gerais (RIBEIRO, 2010, p. 27).

A partir das informações compartilhadas pelos moradores antigos das comunidades veredeiras e também por Ribeiro (2010), uma possibilidade de compreensão dessa forma de organização fundiária está, ainda, nas próprias divisões de terras do período colonial, que teve

como principal política fundiária as sesmarias. São recorrentes no debate histórico aqueles que, como Marco Antônio Coelho (2005), defendem a tese de que as sesmarias foram uma das principais formas que estruturaram o Brasil rural. Para este autor, devido à imensidão das terras de além-mar e os limites de investimentos da Coroa portuguesa, o único projeto de colonização viável foi a doação de grandes extensões de terras àqueles que se dispunham a se aventurar no Novo Mundo. Inicialmente, essa era a principal estratégia de ocupação do território, sem que houvesse necessidade de nenhum tipo de investimento por parte da Coroa, pois, nessa perspectiva, as terras eram um patrimônio dos soberanos de Lisboa. Por outro lado, os aventureiros que dispunham de recursos financeiros para se lançarem nessa empreitada eram beneficiados com grandes vantagens, como imensos latifúndios destinados à monocultura, principalmente no litoral; criação de gado, exercida nas áreas interioranas do sertão; além de indígenas aprisionados e grupos africanos escravizados que, posteriormente, tornaram-se base para a estrutura econômica colonial. Na concepção de Sérgio Buarque de Holanda, a exploração dos trópicos pelos portugueses não ocorreu a partir de um empreendimento metódico e racional, “fez-se antes com desleixo e certo abandono”. Complementa o autor que “sem braço escravo e terra farta, terra para gastar e arruinar, não para proteger ciosamente, ela seria irrealizável” (HOLANDA, 1995 [1936], p. 43).

Destacam Karla Silva e Cláudio Maia (2019) que as sesmarias foi o primeiro modelo jurídico-normativo imposto ao Brasil enquanto colônia, assim carrega a origem histórica do direito de “propriedade agrária no país”<sup>17</sup>. Defendem que, nos debates sobre direito agrário e conflitos fundiários, a compreensão sobre as normas que regulamentavam as sesmarias possibilita melhor entendimento sobre a formação do latifúndio no Brasil, assim como sobre os conflitos agrários da atualidade que tiveram como base esse sistema de concentração de terras.

Demonstra Márcia Menendes Motta (2012) que, por definição, as sesmarias foram um sistema português de distribuição de terras adaptado para o Brasil. Esse regime foi instituído em Portugal, em 1375, com objetivo de frear uma crise que se abateu sobre a região no século XIV. A Lei de Sesmarias em Portugal decorreu da grande desestruturação fundiária devido à instabilidade econômica agravada pela Peste Negra, ocorrida em 1348-50. A doença e os surtos endêmicos que vieram posteriormente prejudicaram profundamente a sociedade portuguesa, tanto nas áreas rurais quanto urbanas. Em decorrência, houve a fuga de trabalhadores para os centros urbanos, em busca de melhores condições de vida, levando ao

---

<sup>17</sup> Para os autores a categoria propriedade não deve ser compreendida aos moldes contemporâneos como aquela prevista no Código Civil de 2002.

despovoamento do campo, gerando grandes áreas abandonadas, agravando ainda mais a situação de crise. Como consequência da carência de braços para produção agrícola um colapso de abastecimento se instalou. Na intenção de estimular a agricultura e obrigar o cultivo em terras abandonadas a estrutura de sesmarias foi instaurada. Como apontado por Motta (2012), a lei de sesmarias objetivava coagir o proprietário de terras a cultivá-las, sob pena de expropriação. Buscava também estimular a produção de cereais para suprir a população e inibir a fuga de trabalhadores rurais.<sup>18</sup>

No caso do Brasil, a ampla concessão de terras pelo Governo de Portugal era regida por um sistema de normas instituído com objetivos similares à experiência do século XIV, entre eles, a obrigatoriedade de cultivo, a não transferência das terras aos descendentes do sesmeiro e limites de extensão para a concessão, pois seria doado aquilo que o interessado tivesse condições reais de explorar. Nesse sentido, a instituição jurídica das sesmarias, transplantada em sua íntegra para as terras da Colônia, era, em sua essência, contrária à grande e improdutiva propriedade. Nota-se com isso que, entre os preceitos que normatizavam o instituto das sesmarias, o dever do cultivo era fator primordial como instrumento jurídico para a concessão de terras. Como pontuam Silva e Maia, um dos argumentos contrários em relação à tese de que a estrutura sesmarial deu origem ao latifúndio brasileiro se baseia na noção de que nem todas as terras com áreas extensas eram cultivadas, “daí surge a contradição da tese de que as sesmarias, enquanto instrumento jurídico normativo, foram o sustentáculo do latifúndio” (SILVA & MAIA, 2019, p.11).

Por sua vez, Olímpio Galvão (2006) argumenta que a concentração fundiária no Brasil teria se estruturado, principalmente, não no sistema formal de distribuição de terras português, as sesmarias, mas sim em fatores domésticos expressos na forma como a terra foi apropriada e no papel das elites locais. Explica o autor que:

Da consulta à vasta literatura documentada sobre a questão fundiária em Portugal, pode ser extraída a conclusão de que a legislação portuguesa com respeito ao uso da terra era, em geral, democrática tanto em seu conteúdo, quanto na prática, que seu objetivo era, claramente, o de impedir a formação do latifúndio e de propriedades ociosas, e que tinha a intenção deliberada de estimular o desenvolvimento da agricultura, através da promoção de uma vasta classe de pequenos agricultores (GALVÃO, 2006, p.6).

A despeito do inicial caráter democrático da legislação das sesmarias, o autor ressalta que foi o comportamento das elites locais que, a contragosto da Coroa, ditou os cursos e resultados da colonização portuguesa no Brasil.

---

<sup>18</sup> Para maior compreensão sobre a relação entre concentração de terras e as sesmarias, ver Coelho (2010), Motta (2012), Silva e Maia (2019).

No decorrer dos séculos, diferentes regras foram fixadas com objetivo de melhor adequar a estrutura sesmarial portuguesa à realidade colonial brasileira. Contudo, segundo Coelho (2005), elas nunca foram respeitadas, principalmente no Nordeste, onde as *plantations* de açúcar e a emergência da atividade criatória acabou gerando uma profunda divisão social na colônia. De um lado, formou-se uma classe de poucos, mas de poderosos latifundiários, legalmente responsáveis pelas sesmarias. Enquanto, de outro, um vasto número de anônimos colonos, ocupantes, posseiros dedicados ao trabalho na terra, seja cultivando alimentos, seja dedicando-se ao pequeno criatório de animais.

Nessa perspectiva, a concessão de sesmarias não obedecia à ordem legal de limitação de terras. A Carta Régia de 1695 recomendava que não se concedesse ao interessado uma área maior que quatro léguas de comprimento por uma de largura. Posteriormente, em 1697, outro documento da Coroa restringiu essa extensão a três léguas de comprimento. Por sua vez, em 1729, o limite foi reduzido para uma légua quadrada, sendo que em 1753, promulgou-se um decreto exigindo a medição e demarcação das terras<sup>19</sup>. No entanto, esses limites nunca foram respeitados e, embora existisse lei própria, a concessão de sesmarias foi realizada fora do arcabouço institucional. Predominava nas permissões para uso de terras um interesse político e territorial, segundo Motta (2012).

Galvão (2006) aponta que, nos primeiros dois séculos de colonização, sesmeiros iniciaram um processo de ampliação de terras de forma legal e ilegal, o que deu origem, em um curto espaço de tempo, à formação de uma “aristocracia de invasores de terras” constituída de produtores de gêneros de exportação e de pecuaristas. Esses grupos passaram a exercer forte influência nos negócios internos da colônia ao ponto de que as autoridades coloniais no Brasil se tornaram fortemente sujeitas à influência das elites locais.

Coelho (2005) argumenta que no Nordeste, as áreas de sesmarias sempre tiveram dimensões maiores que aquelas autorizadas pela Coroa, uma vez que nelas foram estabelecidos os engenhos e as fazendas de criação de gado. A disponibilização de terras não se tratava de um direito de propriedade decorrente de títulos cartoriais, ou de benefícios originados da Coroa, mas fundada pura e simplesmente nas relações de forças locais. A concessão desses latifúndios, em sua grande maioria, era preterida àqueles que tinham a verdadeira intensão de trabalhar um pedaço de terra. Por sua vez, levavam imensa vantagem

---

<sup>19</sup> Sobre os diferentes mecanismos utilizados para limitação à concessão de terras via sesmarias ver Coelho (2005), Diegues Júnior (1960) e Motta (2012).

os potentados<sup>20</sup> que tinham forte influência junto aos governantes. Eram os homens da cidade que, influentes politicamente, dominavam os caminhos formais para requererem as cartas e possuíam poder para obtenção do deferimento e da confirmação.

Francisco C. T. da Silva (1997) apontou que nos primeiros tempos da colonização grande parte das terras concedidas eram apropriadas sem qualquer referência concreta à área ou localização, principalmente quando se tratava de terras localizadas nos sertões, menos cobiçadas que aquelas do litoral. A facilidade em se obter terras praticamente desconhecidas, atrelada ao monopólio das terras recém conquistadas por parte de uma elite colonial, acabou gerando muitas tensões. Explica o autor que, conforme a frente pioneira avançava, acabava encontrando as terras já apossadas juridicamente com base nas doações realizadas em Salvador, Bahia. Como consequência, “aqueles que, após duras fainas, chegavam às novas áreas deveriam se contentar em arrendar terras dos grandes sesmeiros que, de Salvador, controlavam através de mecanismos políticos e argumentos legais toda a fronteira” (SILVA, 1997, p. 121).

O crescimento das áreas de sesmarias se deu de forma rápida, uma vez que as terras que eram doadas não tinham nenhuma precisão em seus limites. Tais limitações perpassaram toda a história brasileira influenciando diretamente na problemática estrutura fundiária do país, pois informações mais precisas sobre localização e medição de terras somente se tornaram possíveis em meados do século XX. Assim, grupos poderosos conseguiram ampliar as áreas concedidas formalmente pela Coroa de acordo com seus interesses. Como argumentou Antônio Costa (2011), com exceção de algumas ações isoladas dos governos provinciais, como foi o caso das capitanias de Minas e do Rio de Janeiro, ou, em alguns casos, de particulares, até meados do século XIX, não houve muito empenho por parte do Governo Imperial na confecção de mapas sobre a dinâmica fundiária interna à Colônia. A preocupação maior recaía nas questões relativas aos limites do território com outros países e colônias. Além da falta de pessoas com qualificações suficientes para atender o mapeamento de tamanha dimensão territorial.

Nesse sentido, apesar do modelo jurídico sesmarial buscar regularizar a concessão de terras em parcelas de territórios com delimitações específicas, destinadas ao cultivo e moradia habitual, como argumenta Silva e Maia (2019), uma estrutura administrativa paralela dominou as pretensões de controle da Coroa portuguesa em disciplinar o uso da terra. Administradores da concessão de sesmarias, governadores e capitães-generais, juntamente com grupos e

---

<sup>20</sup> Sistema de organização política baseada na força e violência cuja autoridade era restrita aos grupos armados que impunham sua noção de ordem ao domínio territorial.

famílias influentes politicamente, utilizaram do instituto sesmarial para se apossarem de grandes extensões de terras, moldando uma realidade fundiária que se estendeu ao longo dos séculos.

Galvão (2006) argumenta que, não só a autonomia dos senhores de terras sobreviveu a todas as tentativas de centralização do governo português, mas o poder político de tais grupos aumentou na medida em que a base econômica do Brasil se expandia e a de Portugal declinava. Além disso, não adiantavam as tentativas da metrópole de tomar medidas mais drásticas de controle dos latifúndios no Brasil, uma vez que dependia profundamente das elites proprietárias brasileiras para continuidade das transferências de recursos da colônia para a metrópole.

Nessa forma particular de estruturação fundiária, Portugal consolidou seu domínio com base na transferência de terras para umas poucas famílias, sendo que grande parte do poder acumulado se concentrou na região nordeste, com a produção de açúcar e as grandes fazendas de gado. A organização social que se constituiu nos sertões foi assentada, em partes, a partir de dois esteios, o regime de propriedade privada e a família<sup>21</sup>. É a partir dessa união, segundo Diegues Júnior (1960), que surge a fazenda como núcleo econômico, social, demográfico e cultural, característica generalizada na colônia portuguesa. Essa situação é ilustrada pelo domínio de duas principais famílias que, por quase dois séculos, dominaram os negócios e a política na região da Bahia, além de manter e ampliar seus interesses econômicos a partir do Maranhão até o Alto São Francisco, em Minas Gerais. Trata-se da Casa da Ponte, vinculada à família Guedes de Brito, e o morgado Casa da Torre, vinculada à família dos Garcia D'Ávila.

Sobre a Casa da Ponte, Capistrano de Abreu (1998[1907]) aponta que, a jusante, no sentido sul, a margem baiana do São Francisco o grande proprietário desta banda chamava-se Antônio Guedes de Brito, com cento e sessenta léguas (aproximadamente 772 km), contadas do morro do Chapéu até águas do rio das Velhas. Já sobre a extensão das posses da Casa da Torre, porção pernambucana localizada na margem direita do rio São Francisco, também a jusante, o autor argumenta que:

Na margem pernambucana do rio S. Francisco possuía duzentas e sessenta léguas de testada a Casa da Torre, fundada por Garcia d'Ávila, protegido de Tomé de Sousa, a qual entre o São Francisco e Parnaíba senhoreava mais oitenta.<sup>22</sup> Para adquirir estas propriedades imensas, gastou apenas papel e tinta em requerimentos de sesmarias (ABREU, 1907/1998, p. 133).

---

<sup>21</sup> Francisco Silva (1997) chama atenção para formas de uso coletivo de faixas territoriais no nordeste brasileiro ainda no período das sesmarias.

<sup>22</sup> 260 léguas equivalem a 1.255 km e 80 léguas a 386 km.

Sobre a forma com que os domínios das sesmarias se davam, Francisco Carlos Teixeira da Silva (1997) traz importantes informações. Demonstra que não devemos confundir o domínio de uma dada sesmaria com a uniformidade de uma fazenda. Para ele, a visão tradicional de fazendas perdidas no Sertão deve ser matizada. Os grandes domínios de terras não se constituíam uniformemente em fazendas de gado sob a forma de uma única exploração. Era comum um só fazendeiro possuir vários currais, para isso dependiam basicamente da existência de pastos e águas, bem como da qualidade dos campos e seus recursos naturais (como os refrigérios, isto é, um campo com abundância de cactáceas que pudessem servir de pastos de reserva nas longas secas). Com base em relatos e documentações do século XVII, argumenta o autor que, ao contrário de certa visão heroica do sertão, não se identificam imensos domínios contínuos ou fazendas de muitas léguas, sendo que, uma distância aproximada entre uma fazenda arrendada e a seguinte, por exemplo, era de três léguas. Assim, como já argumentado, à revelia do marco jurídico português que impedia qualquer forma de arrendamento, tal prática era largamente utilizada nos domínios das sesmarias, convertendo-se em método altamente lucrativo para os sesmeiros. A universalidade do sistema de arrendamentos dominou setores, como os do açúcar, tabaco e a mandioca, tendo no escravismo de negros e indígenas, principal mecanismo de apropriação do sobretrabalho, baseado no monopólio da terra e de seus recursos. Aponta que a renda da terra surgia como um mecanismo de enriquecimento do grande senhor, sem qualquer investimento prévio necessário. As riquezas constituídas dos arrendamentos eram derivadas da influência política e certo uso da força, o que garantia o monopólio de vastos tratos de terras (SILVA, 1997, p.123).

Sobre a questão, André João Antonil, em 1837, ao discorrer sobre os domínios da Casa da Torre, em Pernambuco, e a Casa da Ponte, na Bahia, afirmava que: “E nestas terras, parte os donos dellas tem curraes proprios, e parte são dos que arrendarão sitios dellas, pagando por cada sitio, que ordinariamente he de huma legoa, cada anno dez mil réis de fôro” (ANTONIL, 1837, p. 199-200).

Conclui-se que, se o regime de sesmarias tinha como objetivo final gerar a divisão de terras para fomentar a produção e assim estruturar a vida na colônia, a apropriação das elites locais, administrativa e política, levou à criação de um regime de fato paralelo, os arrendamentos, que, talvez, esse sim tenha conformado a estrutura fundiária no Brasil. Foi por meio desse mecanismo que os sertões se moldaram territorial e politicamente.

## 1.2 O RIO DOS CURRAIS E O BOI COMO ELEMENTO CONSTITUTIVO DO SERTÃO

O projeto português de dominação das terras além-mar encontrou grandes obstáculos devido às enormes proporções territoriais encontradas. A urgência do povoamento da colônia, necessária para evitar a sua perda para outras potências estrangeiras, aliados à escassez da população da metrópole e à relativa pobreza do Estado Português, levaram à implementação do sistema de concessão de terras, as sesmarias, e a incentivar a ocupação e produção na terra. Para isso, a criação de gado foi um dos mecanismos que levou a ampla apropriação do vasto território. A facilidade de manejo desses animais possibilitou a conquista, ampliação e estabilização de povoados.

Meio século depois da chegada dos portugueses a Porto Seguro, começaram a chegar ao país as primeiras cabeças de gado vindas do arquipélago de Cabo Verde, provavelmente, já aclimatados para a criação extensiva, na qual os próprios animais buscavam as aguadas e seu alimento nos campos. Os primeiros rebanhos se instalaram no agreste pernambucano e na orla do Recôncavo baiano, seguramente distantes das zonas de produção de açúcar, para não prejudicarem o solo com o pisoteio. Esses animais foram de extrema relevância para a colônia, pois deram início aos rebanhos de gado vacum, muar e cavalar, possibilitando a consolidação do domínio português e a montagem da estrutura econômica e social do país. Se multiplicaram e se dispersaram em currais, ao longo dos grandes rios, formando as ribeiras pastoris (COELHO, 2005; RIBEIRO, 1995). Manuel Diegues Júnior explica que a expansão do povoamento, baseada na criação de gado, foi fundamental para estabilização das populações, que puderam, a partir de então, estabelecer no contato com o ambiente novos elementos de fixação e, em consequência, novas identidades surgiram (DIEGUES JÚNIOR, 1960, p. 158).

Poucas décadas depois da chegada dos europeus, o gado converteu-se em elemento primordial para se estabelecer o domínio no território, principalmente naquelas áreas que ofereciam condições mais propícias à proliferação dos rebanhos. Esse foi o caso dos sertões do São Francisco, onde floresceu aquilo que passou a ser reconhecido como “civilização do couro”. Esses animais serviram como alicerce alimentar, dando base às massas populacionais que, posteriormente, invadiram a região mineradora, tornando-se também indispensáveis enquanto força motriz em inúmeras atividades na agricultura e na indústria, sendo por muito tempo o único meio de locomoção e transporte de pessoas e cargas.

A relação desenvolvida com o ambiente proporcionou o aparecimento de um novo tipo de gado, diferente daquelas reses importadas de Cabo Verde que, passado o tempo e o manejo local, transformaram-se em um animal próprio. Desenvolveram caracteres morfológicos e fisiológicos próprios oriundos de longa aclimação que com o tempo se refletiu no porte, no tipo e textura da pelagem, na espessura do couro, assim como outras características físicas. Por muitas décadas, até a chegada dos primeiros animais zebuínos de origem indiana, como o gado nelore, predominou nos pastos gerais o gado curraleiro, que ainda é encontrado entre algumas comunidades tradicionais da região, entre elas as comunidades veredeiras. Ricardo Pereira Ribeiro (2005) destaca também a criação de gado cavalariço/equino que, apesar de exigirem maiores cuidados, também era criado solto e adaptava-se ao ambiente. Aponta que as éguas que viviam soltas no meio das Caatingas do São Francisco cavavam a terra com os pés, buscando por raízes que arrancavam com os dentes para se alimentarem<sup>23</sup>. Para Coelho, os rebanhos se tornaram, pelo menos nos primeiros séculos de colonização, a “infraestrutura, a argamassa, o alicerce da vida civilizada nestes trópicos” (COELHO, 2005 p.31).

De acordo com Ribeiro (2005), a conquista do sertão foi disputada por paulistas e baianos, que, partindo em direções opostas, se encontraram no chão norte-mineiro. Por sua vez, demonstra Coelho (2005) que a descoberta das jazidas de ouro no rio das Velhas, por volta de 1697, por bandeirantes paulistas, é vastamente documentada pela historiografia brasileira. Todavia, antes, os nortistas já haviam levado suas boiadas e currais até a zona do ouro, pois, aqueles vindos de Salvador, se instalaram no vale do São Francisco, dedicando-se à criação de gado. É comum na historiografia tradicional a ideia de que o protagonismo da ocupação do sertão se deu por meio das estoicas aventuras dos bandeirantes paulistas e da centralidade de famílias poderosas da Bahia responsáveis pela estabilização de grandes fazendas de gado. No entanto, tanto Coelho (2005) quanto Ribeiro (2005) ressaltam que o protagonismo da ocupação do sertão se deu, em grande medida, pelo labor daqueles que lidavam diretamente com o gado. Para Coelho, foi devido a estes que se deu a devassa do interior, a construção dos currais, a lida permanente com o gado, a multiplicação do rebanho e a vivência compartilhada pelos seus familiares nos pontos mais distantes do litoral. Nesse sentido Ribeiro argumenta que a ocupação do vale do São Francisco por fazendas de gado, não deve ser atribuída apenas aos potentados paulistas ou baianos, mas também aos homens pobres que iam se dispersando sertão adentro e ali se fixando. Todavia, salienta que a

---

<sup>23</sup> Augusto de Sant-Hilaire (1938) *apud* Ricardo Pereira Ribeiro (2005).

colonização não podia avançar de forma constante, pois sempre corria o risco frente à resistência indígena e quilombola, sofrendo recuos e reveses importantes.

Caio Prado Júnior apontou a rapidez com que as fazendas de gado se alastraram para os sertões do São Francisco, de um lado pela demanda crescente do litoral e por outro pela facilidade com que se estabeleciam:

Levantada uma casa, coberta em geral de palha – são as folhas de uma espécie de palmeira, a *carnaubeira*, muito abundante, que se empregam, feitos uns toscos currais e introduzido o gado (algumas centenas de cabeças), estão ocupadas três léguas (área média das fazendas) e formado um estabelecimento. Dez ou 12 homens constituem o pessoal necessário: recrutam-se índios e mestiços, bem como entre foragidos dos centros policiados do litoral – criminosos escapos da justiça, escravos em fuga, aventureiros de toda ordem que logo abundam em uma região onde o deserto lhes dá a liberdade e desafogo (CAIO PRADO JÚNIOR, 1981, p 45).

Para além da descrição plástica de Prado Júnior, a partir da estrutura fundiária e na instituição do sistema de arrendamentos, o sertão foi tomado por diferentes formas de apropriação. Explica Francisco C. T. da Silva (1997) que, apesar da existência de inúmeras fazendas em uma mesma sesmaria, essas possuíam dimensões e formas de organização variadas. Algumas eram denominadas somente de currais, onde o gado era reunido para realização das marcas a ferro. Nesse caso, o curral era sinônimo de pasto. Em outros espaços ocorria a existência de taperas, onde o vaqueiro e seus cabras (ajudantes de toda estirpe) se concentravam. Alguns currais podiam ser como satélites distantes de uma grande fazenda, outros como estabelecimentos de senhores residentes em Salvador ou de engenhos do Recôncavo da Bahia. Mas, em sua grande maioria, eram estabelecimentos autônomos, caracterizados pela baixa inversão de recursos financeiros, restritos, muitas vezes, à compra de matrizes para procriação e de escravos.

Explica o autor que matrizes e escravos eram os investimentos básicos para a constituição de um curral, sendo que escravos se convertiam na parte mais onerosa, uma vez que as reses podiam ser adquiridas por mecanismos de pagamento por trabalho, vínculos de compadrio ou por outros laços de clientelismo. Denominações, como curralinho, malhada, brejo, campos, tapera, fazendinha, cafundó, manga, cercadinho, aguada, olho d'água ou mesmo sítio, eram algumas das variadas designações existentes nos inventários e registros de terras. Atualmente, essas mesmas alcunhas são utilizadas para denominarem dezenas de comunidades no Norte de Minas Gerais. Eram em sua grande maioria currais foreiros, ou seja, cedido mediante foro/pagamento, com um custo que poderia variar de 2 ou 3% do preço da terra. A maioria possuía dimensões de 4.356 hectares, muito distante do gigantismo ocorrido nas primeiras sesmarias (SILVA, 1997).

A estruturação dessas fazendas de gado, que se estenderam sertão adentro, teve como principal eixo norteador o rio São Francisco e a disponibilidade de recursos naturais, atividade essa que se concentrou fortemente nas regiões do Alto-Médio e Médio. Dominadas pelas capitanias de Bahia e Pernambuco, seu poder administrativo se estendia pela porção norte do atual estado de Minas Gerais. Do lado direito, à vazante do rio, predominava o domínio da Bahia, que se abria até as nascentes do rio Vaihum (rio Paraopeba)<sup>24</sup>, do lado esquerdo, também à vazante, o domínio de Pernambuco, que se estendia até as cabeceiras do rio Paracatu. Elemento que pode exemplificar esses vínculos é a própria igreja de Nossa Senhora do Rosário de Barro Alto, distrito de Januária, datada de 1688, que deveria prestar contas ao bispo de Olinda, cerca de quinhentas léguas de distância<sup>25</sup>.



Figura 3: Carta Geográfica da Capitania de Pernambuco  
Fonte: Arquivo Nacional, Rio de Janeiro.

<sup>24</sup> RIBEIRO, 1998; COSTA, 2005.

<sup>25</sup> Sobre a extensão do território de Pernambuco e os processos que levou à sua retração, ver Pereira da Costa (1918).

Em Carta Geográfica da Capitania de Pernambuco de 1807<sup>26</sup> se encontra representado os limites entre as Capitânicas de Minas Gerais ao sul, e da Capitania de Pernambuco e da Bahia, a leste e a oeste do Rio São Francisco, respectivamente, como podemos observar na transcrição paleográfica de Antônio Costa (2011).

Compreendida entre a Costa Marítima do Brasil, que faz o seu lado oriental, o Rio de São Francisco que a divide pelo extremo meridional com a capitania da Bahia desde da sua Foz até á confluência do Carunhanha, segundo a digressão curva que lhe demarca Robert Vangondy, os limites conhecidos das Capitânicas de Minas Geraes, e de Goyaz, que aterminão pelo lado occidental; e as Comarcas de Piauí, Ceará, e Parahiba pelo septentrion; sendo estas ultimas divizões determinadas conforme as noticias combinadas dos moradores, e viajantes praticos dos lugares, que abrange a sua vasta extensão. Por Jose Fernandes Portugal. Anno de 1807. Copiado no Archivo Militar pelo Ten A. A. P. R. Cirne em 1841 (COSTA, 2011, p.11).

As criações tornaram-se o principal vetor de povoamento e expansão na região. No baixo São Francisco, onde começaram as entradas, o exclusivismo do gado não absorvia toda a demanda da população que se dedicava à produção de cereais, farinha, extração de pau Brasil e pesca. Todavia, já no começo do século XVII a substituição dessas atividades pela pecuária pode ser notada pela concessão de terras para criação nas margens alagoana e sergipana do São Francisco. Dessas paragens irradiavam as criações sertão adentro, para o Norte, para o Sul e para Centro-Oeste.

Para o norte, foram se alastrando do São Francisco para Paraíba, Ceará e Piauí, transpondo o rio Paraíba, atingiu o Maranhão. Em direção ao sul, alcançou o território mineiro, nas zonas do Alto e Médio São Francisco e Urucuia. Na rota oeste, além de devassar a margem esquerda do São Francisco (na Bahia e Minas Gerais), o rio foi usado para encaminhar levas de imigrantes para Goiás e Mato Grosso. De forma lenta, a ocupação foi deixar sementes no atual Triângulo Mineiro (DIEGUES JÚNIOR, 1960).

Sobre a criação de gado na colônia, a prática estava longe de ser tão lucrativa quanto os montantes produzidos nos engenhos litorâneos ou, posteriormente, nas imensas quantidades de pedras preciosas e ouro que se obteve nas regiões mineradoras. No entanto, a criação nos campos abertos do interior do Brasil se tornou o principal meio de produção extrativa garantida pelas sesmarias, que disponibilizara a posse de imensidões territoriais cobertas de gramíneas naturais nas quais o boi transformava em carne e couro, sem nenhuma necessidade de interferência do homem (COELHO, 2005).

---

<sup>26</sup> Disponível em Arquivo Nacional, Rio de Janeiro – [www.sian.an.gov.br](http://www.sian.an.gov.br). Acesso em 26 de maio de 2021.

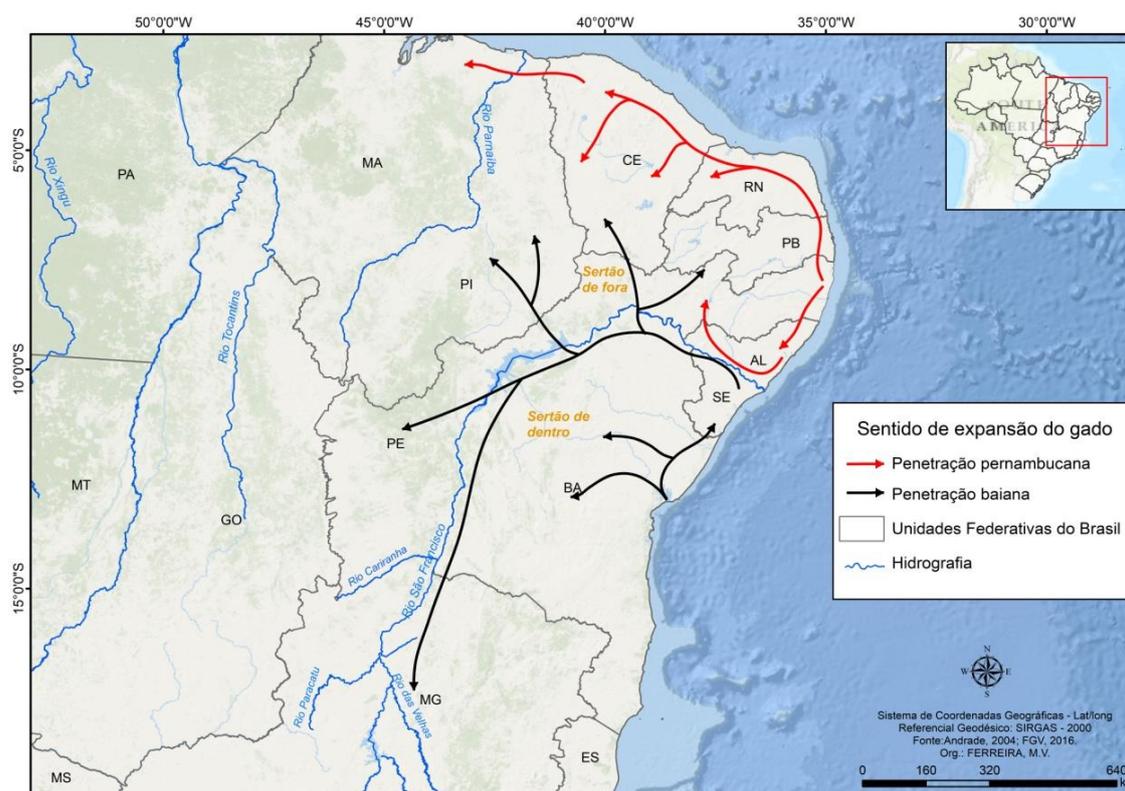


Figura 4: Representação da ocupação dos sertões pelos currais da Bahia e Pernambuco<sup>27</sup>

As vantagens naturais do sertão como ambiente propício para a criação de vastos rebanhos foi o principal elemento propulsor dessa atividade. O botânico francês August Saint-Hilaire (1779-1853) fez importantes observações sobre as pastagens do vale do São Francisco, destacando diferentes qualidades de pastos como o capim-flexa que, segundo Ribeiro (2005) pode se tratar da gramínea *Tristachya leiostachya* Nees comum em ambientes de cerrado, campo cerrado e campo sujo. Fez referência também à gramínea n° 335, localizada principalmente na região da nascente do São Francisco, e “muito apreciada pelo gado, principalmente quando começa a brotar” (SANT-HILAIRE, 1937 [1847], p. 163).

O uso do fogo para manejo das pastagens nativas, sempre foi, e ainda é, recorrente nas áreas de criação de gado, onde a vegetação é formada por gramíneas e arbustos baixos, ficando completamente seca devido ao período de estiagem. Para renovar essas pastagens e controlar o risco de incêndios de grandes proporções, dão-se início às queimadas. Nesse tipo de manejo, as cinzas servem como adubo para o solo e, tão logo inicia o ciclo de chuvas, novos brotos de capim surgem. Explica Ribeiro (2005) que o uso do fogo para manejo dos

<sup>27</sup> Imagem adaptada de Andrade (2004) e Fundação Getúlio Vargas (2016) - Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/caminhos-do-gado/mapas/o-nordeste-da-cana-e-do-gado-no-seculo-17>. Acesso em: 28 de janeiro de 2021.

pastos exigia certos conhecimentos e cuidados específicos que permitiam a sua preservação, como, por exemplo, evitar as queimadas em anos de estiagem mais intensas, o que acarretaria a não brota do capim. Sant-Hilaire apontou que as queimadas praticadas nos pastos aos arredores de Paracatu, quando não acometidas por secas extremas, ocorriam anualmente, durante o período de estiagem, entre os meses de junho, julho e agosto.

Algumas vezes as queimadas podiam fugir ao controle destruindo áreas maiores que aquelas pretendidas e, em alguns casos, causando prejuízos como a morte de animais ou incêndios nas fazendas<sup>28</sup>. Todavia, por se tratar de um manejo largamente utilizado pelos criadores de gado, as queimadas raramente causavam danos significativos para a vegetação do Cerrado. Segundo apontou Sant-Hilaire, “como o fogo consome com grande rapidez a herva das pastagens, não queima o tronco das árvores dispersas sobre os *tabuleiros cobertos* e não faz mais do que ennegrece-los. Desceca as folhas, mas em breve são substituídas por outra” (SANT-HILAIRE, 1937 [1847], P. 242).

O manejo das áreas de pastagens por queimadas para forçar a brotação de gramíneas novas, não foi a única forma dos criadores de gados se relacionarem com esse ambiente. As diferentes espécies de gramíneas nativas dos campos gerais passaram a dividir espaço também com outras espécies trazidas de fora. Como explica Francisco Silva, sem saber precisar um período específico, em diferentes regiões, iniciou-se a plantar diferentes espécies de capins, entre eles o sempre-verde e o de angola, visando garantir melhores condições para os campos de engorda. “Dado o volume do movimento anual não se deveria mais confiar na bondade da natureza, impondo-se assim a necessidade de pastos artificiais” (SILVA, 1997, p. 145).

Por sua vez, Ribeiro aponta para o fato de que, várias gramíneas africanas, como o capim gordura ou meloso (*Melinis minutiflora*, Beauv), o capim-colinião (*Panicum maximum*, Jacq), o capim angola (*Brachiara multica*, (Forsk.) Stapf) e o capim-jaraguá (*Hyparrhenia rufa* (Nees) Stapf) teriam sido introduzidos no Brasil no final do século XVIII. Sendo capazes de sustentar os grandes mamíferos das terras africanas, sua introdução era consequência dos fluxos e intercâmbio entre Brasil e África. A adaptação e proliferação dessas espécies foram tão rápidas e dominaram de forma tão intensa a paisagem, que alguns botânicos do século XIX, pensaram se tratar de espécies nativas do Brasil. Ressalta o autor que o mesmo ocorre com muitos sertanejos ainda hoje. No caso das comunidades veredeiras,

---

<sup>28</sup> Ricardo Ribeiro (2005) citando Freiresyss descreve uma queimada fora de controle numa fazenda na região de Pompéu-MG: “de modo que à noite todo o horizonte estava em chamas” e “50 escravos tiveram ordens de ir com água para capela, onde o fogo podia chegar” (FREIRESYSS, 1982, p. 58).

capins como colônia, gordura, meloso são classificados como espécies nativas, endêmicas da região.

À oferta de campinas e savanas pelo vasto território dos sertões do alto-médio São Francisco juntou um elemento básico para o gado, o sal. Em diferentes paragens, as pastagens nativas do Cerrado podem se combinar com a presença de sal na terra, configurando os chamados “pastos salitrosos” do Vale do São Francisco. Coelho aponta que, sendo produto indispensável, foi encontrado em inúmeros pontos dos rios São Francisco e Salitre, até a Vila do Urubu, ocupando uma área estimada de 60 léguas de comprimento, por 25 a 30 de largura, sendo que não era fácil encontrar em outros sítios. Até nas barrancas dos rios, os terrenos salobros também atendiam às exigências dos animais. Segundo o autor, o sal produzido abastecia o alto sertão desde o Piauí até Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso (COELHO, 2005, p. 31).

Os terrenos salitrados do sertão são altamente valorizados e necessários para a criação de animais dos mais variados portes: o gado vacum, cavalar, os carneiros, as cabras, os porcos. Nele se encontra o sal que os criadores de outras zonas das capitânicas de Minas Gerais e São Paulo, devem forçosamente disponibilizar aos seus animais, mas que em algumas zonas o produto era vendido a preços exorbitantes. Segundo Ribeiro (2005), enquanto mercadoria no norte de Minas, em especial nas proximidades de Porto do Salgado, região de Januária, o sal era extraído das terras localizadas às margens do São Francisco, gerando um comércio lucrativo com as fazendas e povoações rio acima. Destaca Silva (1997) que a presença permanente de água, como rios, lagoas perenes, poços ou cacimbas, bem como os famosos lambedouros (jazidas de sal), qualificavam as terras e permitiam o estabelecimento de uma unidade de exploração.

Nesta perspectiva, para além das estratégias de arrendamento, como já discutidas anteriormente, o autor lança luz sobre outra interpretação referente às grandes apropriações de terras que ocorreram no processo colonial de conformação fundiária. Aponta que as imensas sesmarias, reunindo vastos tratos de terras, podiam significar o esforço em se apropriar, não exatamente de terras para o próprio enriquecimento, mas de recursos naturais raros necessários para as atividades pastoris. Identifica que havia menção frequente nas cartas de sesmarias de “terras para criar, pastos bons ou terras úteis” que indicavam a busca por áreas com recursos necessários a qualquer empreendimento. A própria estruturação de sítios e fazendas no interior dos domínios das sesmarias acompanhavam os recursos naturais existentes, “insuficientes para transformar toda a extensão de terras em uma só exploração

aptos, contudo, para manter uma unidade mais restrita”. Refuta o autor a ideia de limitar a explicação da grande propriedade agrária no Brasil colônia à simples noção de prestígio ou vantagens financeiras. As imposições ecológicas também determinaram, desde cedo, os traços fundadores da paisagem nos sertões. Argumenta ainda que, “os grandes domínios sertanejos assemelhar-se-iam a desertos pontilhados de oásis de alta concentração populacional, humana ou não” (SILVA 1997, p. 141).

Devido às condições ecológicas, a agricultura era limitada. Apesar de estar presente nas fazendas de gado, era restrita a alguns poucos cultivos. Concentrava-se sobretudo às margens dos rios perenes, principalmente o São Francisco e seus grandes afluentes, Jequitinhonha, Verde Grande, Paracatu, Urucuia. Destaca-se aqui o manejo agrícola nas grandes ilhas do São Francisco, denominado agricultura de vazante, que, aproveitando-se das enchentes que fertilizavam a terra, permitia plantar lavouras de cultivos de ciclo curto – mandioca, milho, feijão, algodão, melancia, melão, abóbora, etc. Como o gado era criado solto nos sertões, as lavouras necessitavam ser isoladas por grandes valados denominado de “travessões”. Porém, as práticas agrícolas e pecuárias dependiam sobremaneira das condições climáticas, o que sempre levou à eterna e angustiosa preocupação com as secas. Marco Antônio Villa (2001) irá tratar sobre os inúmeros períodos de seca que assolaram o norte<sup>29</sup> ao longo dos séculos e o estado de inanição que toda a sociedade sertaneja viveu repetidas vezes.

Essa relação entre ser humano e ambiente, muitas vezes, incontrolável, passa a influir diretamente no comportamento social e nas mais diversas formas de adaptação, refletindo-se diretamente na cosmologia e nas práticas religiosas, fator que iremos tratar nos próximos capítulos. Vale ressaltar que, se o ambiente se torna espaço para a construção mítica da experiência social no sertão, a pecuária também possibilitou a construção de estruturas mentais da sociedade do mediterrâneo nordestino, forjando relações sociais, vínculos afetivos e territoriais. Serviu como formas de nomear rios, localidades ou mesmo de parâmetro para segmentação das estruturas sociais entre as diferentes classes sociais. Enredada em práticas performativas vinculadas à lida como boi, como pecuária, vaquejadas, cavalgadas, danças, cantos, tornou-se elemento central de consagração presente em práticas religiosas, como as folias de Reis. Para Diegues Júnior (1960), no Vale do São Francisco, o boi e a relação estabelecida com ele estão vinculados a uma “verdadeira consagração totêmica”. No caso das comunidades veredeiras do Norte de Minas, não seria demasiado afirmar que o gado seria

---

<sup>29</sup> Expressão utilizada pelo Sudeste para se referir à região Nordeste até meados do século XIX.

uma categoria de pensamento fundamental, que rege tanto o plano cotidiano quanto os momentos rituais.

Guiados pelos rebanhos, diferentes grupos sociais se fixaram no Vale do São Francisco, iniciando o que Capistrano de Abreu (1998 [1907]) denominou como “época do couro”. Para Diegues Júnior<sup>30</sup>:

Os rebanhos tornaram-se responsáveis não apenas pela ocupação humana da região, mas ainda por sua caracterização social. A pecuária dá fisionomia à região, quer marcando-lhe a vida econômica, quer norteando-lhe a feição cultural. Em torno do gado criam-se as condições que normalizam a vida regional (DIEGUES, 1960, p. 150).

As fazendas de criação eram lugares onde a pecuária estruturava a organização econômica e social, tratava-se de um microcosmo que constituía o universo de regras e relações, fazendo surgir certa divisão social do trabalho, como aponta o autor. O proprietário, figura muitas vezes relacionada com a patente de “coronel”<sup>31</sup>, era quem exercia o controle e os mandos sobre os vaqueiros, os agregados, e todos que ali empregavam alguma atividade. Nessa divisão, algumas funções vão se destacando, como os “alugados”, que recebem um ordenado, com direito a comida e duas roupas anuais fornecidas pelo patrão; os “carreiros” que conduzem os “carros de boi”; os “tangerinos” ou “tangedores”, residentes nos povoados que tangiam a pé as boiadas, nos caminhos para as feiras de gado, recebendo salários por esse trabalho avulso; os “amansadores”, que domavam os animais; os “guias” ou “candeeiros”, que lideravam o transporte das boiadas; os “ferradores”, que ferravam os gados com a marca do dono e também colocavam ferraduras nos animais; os “boiadores”, que assumiam a missão de levar o gado para as feiras; os “aboadores”, que se destacavam cantando o aboio ou usando os “berrantes”; os “curadores”, que cuidavam das moléstias.

Importante destacar que ao longo da história e da concepção que se construiu do que vinha a ser o sertão, criou-se também, em torno da figura do vaqueiro, uma visão idealizada e impressionista, interpondo aspectos heroicos carregados de certa brutalidade. Concernente a esse olhar, outra generalização abusiva sobre esse personagem refere-se à indistinção do termo vaqueiro, como todo aquele que trabalha na fazenda. Explica Francisco Silva que o vaqueiro era um indivíduo livre, de prestígio, muitas vezes filho reconhecido ou bastardo do fazendeiro e que carregava posição única na fazenda ou curral, distinguindo-se claramente de

---

<sup>30</sup> Diegues Júnior (1960) limita seu entendimento sobre “ocupação humana” aqueles grupos sociais vinculados ao manejo dos animais, excluindo qualquer forma de ocupação indígena preexistente no Vale do São Francisco.

<sup>31</sup> Sobre o surgimento da categoria “coronel” como distinção para grandes proprietários de terras, ver Coelho (2005).

seus homens, camaradas, cabras ou fábricas. Esses ocupavam uma posição subalterna, inferior, e não tratavam diretamente com os proprietários (SILVA, 1997, p.133).

Destaca o autor que o vaqueiro é o gerente das atividades econômicas da fazenda de criação e, nesta condição é, ainda, capataz. É pago por meio do sistema de partilhas ou sortes, sendo que a cada 04 cabeças de cria uma era destinada a ele, como pagamento pelo seu trabalho. Isso permitia que, ao fim de certo tempo, um grande número de cabeças lhe permitia estabelecer seu próprio rebanho, podendo, assim, abrir outra frente de ocupação.

Outro elemento importante de se levar em consideração no cotidiano das fazendas do sertão é a presença de negros e indígenas escravizados. Ribeiro (2005) e Silva (1997) argumentam, frente à historiografia tradicional, a expressiva participação da escravidão na vida econômica do Sertão, bem como nos traços fundamentais do cotidiano sertanejo. Ribeiro aponta, por meio de documentos, tais quais as cartas de sesmarias, o Mapa de negros (1736-1749), testamentos e outras fontes, a presença de escravos negros nas fazendas de gados do sertão mineiro, na primeira metade do século XVIII. Apesar do baixo percentual de negros no Sertão, 1,23% e 3,37% do total de habitantes da Capitania, destaca o autor que por se tratar os sertões de região de ocupação recente, sua população era diminuta, o que não fazia desse contingente uma população inexpressiva. Destaca ainda que naturalistas do século XIX apontavam que a maioria da população sertaneja era composta por “homens de cor” (negros e mulatos). Explica que o “sistema de capitação” (1735-1750), imposto de 4 oitavas e 3 quartos de ouro cobrado por cabeça de escravo, era demasiadamente oneroso para os senhores do Sertão, levando a um possível deslocamento dessa mão de obra para regiões como Goiás e, por último, conclui que, ao contrário da mineração, a criação de gado exigia pouca mão de obra (RIBEIRO, 2005, p.197-200).

Por sua vez, ao tratar dos dados sobre o Piauí do século XVII e XVIII, destaca Silva<sup>32</sup> que a população negra daquela região era de 48%, em 1697 e 33%, em 1772, contra 13,5% e 5,9%, respectivamente, de índios. A população indígena em questão deveria se tratar de “índios mansos”, sob domínio branco, aldeados em missões e, não do “gentio bravo”. Ao somar a esta a população os mulatos, 0,9% e 21,1%, a dominância “negra” torna-se absoluta. Sobre a questão indígena, destaca que havia “no Sertão do São Francisco uma reduzida população índia e, muito claramente, um esforço de sesmeiros e seus capatazes em expulsar, e mesmo chacinar, tribos inteiras” (SILVA, 1997, p. 132).

---

<sup>32</sup> O autor toma como base os trabalhos de Luís Mott da década de 1970 que se debruçou sobre a demografia das fazendas de gado do Piauí.

Ao apresentar os dados dos mesmos anos, 1697 e 1772, agora das populações residentes nas fazendas do Piauí, Silva aponta a dominância do trabalho escravo, com 55,1% da mão-de-obra nas fazendas de criação. Conclui o autor que as teses dominantes da não existência de mão de obra escrava nos Sertões deveria ser revistas. Sobre esse aspecto, vale destacar que Antonil (1837), ao tratar do deslocamento das boiadas do sertão do Brasil às zonas de abate e comercialização, destaca que “Constão as boiadas, que ordinariamente vem para a Bahia, de cem, cento e sessenta, duzentas, e trezentas cabeças de gado; [...] Os que as trazem são brancos, mulatos, e pretos, e também Índios, que com este trabalho procurão ter algum lucro”. Apesar do autor não especificar a presença de indivíduos escravizados, importante notar que a prática pastoril era desenvolvida por diferentes grupos raciais e étnicos (ANTONIL, 1837, p.203).

A complexidade social que se estabeleceu nas fazendas, currais e campos dos sertões, tendo como principais elementos as relações com o ambiente e a criação de gado, formou uma região que, ao longo dos séculos, foi criando e tecendo fronteiras próprias, esse é o tema da próxima seção.

### 1.3 REGIÃO SANFRANCISCANA: AUTONOMIA POLÍTICA E REGIONALISMO

Se por um lado o norte do estado carrega particularidades que o diferem, em larga medida, de outras regiões de Minas, por outro, guarda proximidades, até certo ponto, com outras áreas do Vale do São Francisco. Como relembra Eduardo Magalhães Ribeiro (2010), desde o século XVIII, a referida região representa uma espécie de enclave no Sudeste do Brasil. Se o norte-mineiro pode ser concebido como uma área distinta do que se entende enquanto Nordeste, de outro modo não encontramos laços que o vincula àquilo que se entende como Sudeste. Entre o início da colonização europeia e o século XIX a região oscilou em termos de seu pertencimento político.

Como já referido anteriormente, a atual porção norte do estado chegou a fazer parte da Capitania de Pernambuco, onde toda a margem esquerda do São Francisco e parte da atual região do norte-mineiro eram subordinadas à província pernambucana e à diocese de Olinda. Devido às grandes distâncias entre as terras do sertão e sua comarca, em 1753<sup>33</sup>, a área compreendida entre Pilão Arcado e o rio Carinhanha foi submetida à Comarca de Jacobina,

---

<sup>33</sup> Segundo Marco Antônio T. Coelho (2005) do mesmo modo que já ocorria com outras áreas do território de Minas Gerais, incorporados à Comarca de Jacobina, essa submissão era apenas judiciária.

pertencente então à Capitania da Bahia. Todavia, um inconveniente surge em decorrência desse novo arranjo, uma vez que o Termo da Vila da Barra confinava, de um lado, com o distrito de Pilão Arcado chegando ao Carinhanha, pertencente à Capitania de Pernambuco, mas, por outro, era submetido à comarca de Jacobina, Capitania da Bahia. Juntado a isso, havia a necessidade de maior presença da justiça colonial na margem esquerda do São Francisco. Como solução foi proposto a criação de uma nova comarca no sertão pernambucano. Com o consentimento do Príncipe Regente D. João, foi criada a Comarca do Sertão de Pernambuco, em 1810. No entanto, como demonstra Costa (2011), devido à grande extensão da nova comarca, em 1820, foi determinado seu desmembramento em Villa de São Francisco das Chagas, conhecida vulgarmente como “da Barra”, Pilão Arcado e as Povoações de Campo Largo, Carinhanha, com os seus respectivos Termos, sendo a Cabeça da Comarca a Villa de São Francisco da Barra. Essas respectivas localidades passam a compor a Comarca do Rio de São Francisco, como pode se observar na imagem que se segue.

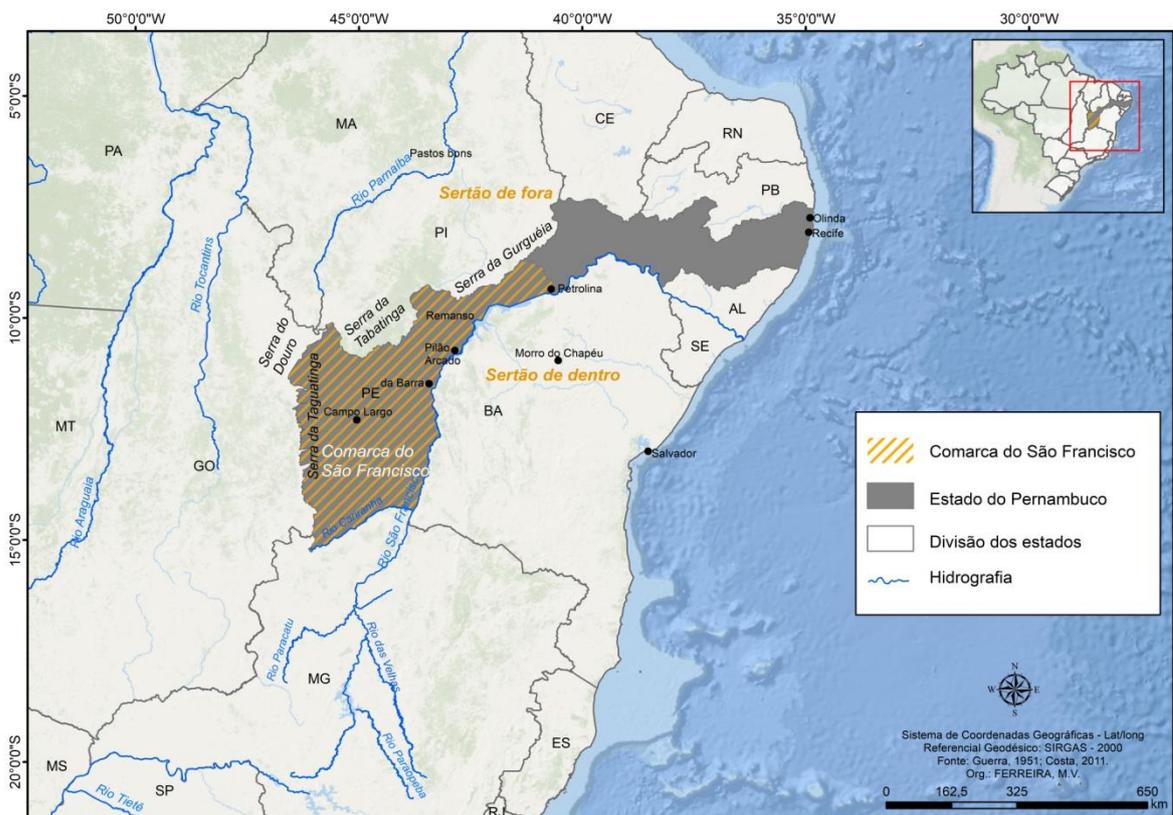


Figura 5: Os limites do território da “Comarca do Rio de São Francisco, 1951.”<sup>34</sup>

<sup>34</sup> Imagem adaptada de Guerra, 1951, p. 14, apud Costa, 2011.

Como se pode observar na ilustração, a Comarca do Rio de São Francisco tinha como demarcadores de seus limites as serras de Taguatinga, do Duro, da Tabatinga e do Gurguéia. Inicialmente estava vinculada à Capitania de Pernambuco, mas foi desmembrada do território pernambucano e incorporada à província de Minas Gerais, em julho de 1824, em consequência dos movimentos revoltosos difundidos a partir de Pernambuco, em decorrência da Revolução de 1824. No entanto, tal medida se estendeu somente até 1827, quando então a Comarca do Rio de São Francisco é incorporada definitivamente ao território da província da Bahia.

A historiografia mostra que no decorrer de quatro séculos, no Vale do São Francisco e de seus afluentes, foi criado um modo de vida singular no extenso território que vai do Norte de Minas Gerais, região de Pirapora-MG, até os sertões do Nordeste, região de Juazeiro-BA. Compreendida como “região sanfranciscana”, as populações que ali se estabeleceram, devido a inúmeros fatores que iremos tratar nesse capítulo, construíram, como argumenta Antônio Marco T. Coelho, um “*modus operandi* autônomo e quase autárquico, contrastando em muitos aspectos com o que sucedia no restante do país”. A região compreendia, grosso modo, o Médio e Submédio, centro geográfico do vale e da bacia do rio São Francisco. Para o autor, durante quase duzentos anos, o rio funcionou como uma lançadeira que uniu fios isolados na confecção de um tecido social próprio. Nessa perspectiva, é comum afirmar que os grupos sociais do Médio São Francisco criaram formas próprias de interação com o ambiente, criaram convenções e códigos morais próprios, formas de solidariedade e hábitos culturais diferenciados. Tais particularidades levaram muitos a denominarem esses diferentes agrupamentos existentes na região como a “civilização do São Francisco”. Para Coelho, a existência dessa “civilização” não deve ser reduzida ao “isolamento” e o “retardamento” frente às mudanças dos grandes centros urbanos provinciais. Para o autor, os principais processos que levaram a essas particularidades foram os sertões abusivamente sesmados (recortados em sesmarias); a pecuária extensiva e as relações de poder estruturadas nos vínculos de coronelismo e compadrio praticados pelos grupos sociais locais (COELHO, 2005, p. 48).

De acordo com o autor, para se entender a “civilização do São Francisco”, dois pontos merecem destaque. Primeiro, trata-se de uma sociedade essencialmente rural, marcada pela vivência nas fazendas. Destaca Mônica Nogueira (2017) que as fazendas eram unidades econômicas autárquicas, pois sua produção estava vinculada a uma diversidade de culturas utilizadas permanentemente para o consumo interno. Somente o sal, o metal para as

ferramentas de trabalho, a pólvora para as armas e alguns outros artigos inviáveis de serem produzidos ali, eram buscados fora de suas fronteiras. O segundo ponto levantado é que o principal elo dessa estrutura era a família e seus vínculos extensos<sup>35</sup>. Nas grandes fazendas predominava a vontade e os interesses dos grandes proprietários de terras, os coronéis<sup>36</sup>, que comandavam seus próprios contingentes armados, formados por familiares, afilhados, compadres, agregados e até escravos. A família respondia não somente pelo poderio econômico, mas político e bélico. Em cada região que havia uma quantidade de fazendas, uma determinada família impunha sua chefia ou se guerreava por ela.

Uma vez ocorrida a Independência do Brasil, a administração na região do São Francisco foi entregue aos potentados que já haviam se estabelecidos naquelas terras, fazendo com que o poder tornasse cada vez mais disputado entre as famílias de maior prestígio e capacidade bélica. Nessa perspectiva, os grandes centros e capitais eram reduzidos somente às relações comerciais e para nomeação de autoridades locais. Para Coelho (2005), o “Estado era apenas uma abstração para o sertanejo”.

Os conflitos em Lisboa, Salvador, Recife e Rio de Janeiro resultavam das disputas em torno do melhor uso possível das benesses dos cargos oficiais e de todas as sinecuras estatais. Todavia, nos grotões, prescindia-se disso, pois o Estado era um ente apenas virtual, menosprezado e fraco. Não servia para nada, não prestava qualquer serviço. Apenas iniciava com dificuldade a cobrança de impostos. Nas árduas pejejas paroquiais, dos governos tão somente se desejava que os delegados de polícia e os juízes não fossem mancomunados com os adversários (COELHO, 2005, p.75).

Na região sanfranciscana, as possibilidades de intervenção do poder central eram diminutas, não prevalecendo o menor respeito às normas legais que estruturavam os grandes centros urbanos do litoral ou da área mineradora. Francisco Silva (1997) chama atenção para o fato de que, no decorrer dos séculos, a população no Sertão conseguiu impor um regime de terras distinto daquele baseado na apropriação individual e privada da terra. Mesmo após 1850, com a nova Lei de Terras, não ocorreu qualquer mudança significativa no regime de posse e uso da terra. De acordo com o autor, os efeitos da estrutura legal vigente parecem ter se limitado à área cafeeira, no eixo Centro-Sul do país, sem qualquer impacto nos demais regimes. Mesmo com a imposição de mecanismos como cadastro e medições de terras, dentre

---

<sup>35</sup> Diferentes trabalhos, ao tratarem sobre a família e campesinato, parecem receber a influência das teorias da mestiçagem, como Diegues Júnior (1960), Marco Antônio Coelho (2005). Ellen Woortmann (1994) e Klaas Woortmann (2018) lançaram debates mais profícuos sobre o tema.

<sup>36</sup> O surgimento da figura dos “coronéis” decorre da criação da Guarda Nacional em 1831, para substituir as milícias e ordenanças do período colonial. Nessa corporação foi estabelecida uma hierarquia em que a patente de coronel correspondia a um comando municipal ou regional. Aqueles vinculados à essa patente se firmaram durante o Segundo Império e na República Velha, concentrando grandes poderes. (COELHO, 2005, p. 75).

outras formas coercitivas para disciplinar o estatuto da terra, a referida lei, durante muitas décadas, não conseguiu se implementar ou ser levada a sério, como tantas outras leis do país que tentaram se impor nessas regiões.

Os vínculos e disputas políticas moldaram fronteiras e estabeleceram relações interestaduais. Na Bahia, destaca Coelho (2005), os coronéis conseguiram sair vitoriosos em diferentes contendas contra governantes estaduais, levando em determinados períodos, a uma espécie de dualidade de poderes naquela unidade do território. Os confrontos políticos levaram esses coronéis do São Francisco, a terem projeção a nível nacional influenciando o jogo político para além de seus currais. Em Minas Gerais, a atuação desses caudilhos ocorria localmente, mas não de forma menos violenta, influenciando os caminhos políticos a nível municipal. Não por acaso, em todo “Grande Sertão: veredas”, o que mais repetiu Riobaldo Tatarana foi que “*viver é muito perigoso*”, advertindo que “*O senhor sabe: sertão é onde manda quem é forte, com as astúcias. Deus mesmo, quando vier, que venha armado!*” (ROSA, 2019, p.21).

João Batista A. Costa (2005) comenta que a descoberta do ouro deu fundação à sociedade mineradora, levando os bandeirantes e toda sorte de gente a se lançar à mineração. Entretanto, o autor lembra que, aqueles que ingressaram na aventura da mineração, tiveram que abandonar a exploração aurífera em decorrência da falta de alimentação nas áreas mineradoras. Evento esse que se repetiu em 1698, 1700 e não se repetiu em 1702, porque em 1701 os membros da sociedade pastoril dos *Currais da Bahia*, que haviam deixado de estabelecer relações comerciais de gêneros alimentícios com o Recôncavo baiano e com Salvador, passaram a direcionar o comércio para a zona de mineração. Argumenta o autor que tais processos foram ignorados pelas elites mineiras, não reconhecendo o poder simbólico do Norte de Minas em se constituir como “sociedade fundadora e agente da consolidação da sociedade mineira” (COSTA, 2005, p. 11).

Temos então que, nas primeiras décadas do século XVIII, o São Francisco despontou como centro da criação de gado bovino e equino de engorda, destinados a abastecer a população que se dedicava à mineração. Nesse sentido, o desenvolvimento do distrito dos couros equivalia ao do território das minas e vice versa. Como sustentou Coelho (2005) as riquezas eram transferidas dos embornais dos mineradores para as algibeiras dos fornecedores de carne e de outros alimentos.

Chamou a atenção de Antonil (1837) as vultosas quantidades de ouro que passaram a servir como principal moeda de compra na região mineradora. Os preços extraordinariamente

altos fizeram com que todos os centros produtores da colônia enviassem para lá seus produtos, buscando maior lucratividade:

E não havendo nas minas outra moeda mais que ouro em pó; o menos que se podia, e dava por qualquer cousa, erão oitavas. Daqui se seguiu mandarem-se ás Minas Geraes as boiadas de Paranaguá, e as do Rio das Velhas, as boiadas dos campos da Bahia, e tudo mais que os moradores imaginavão poderia apeter-se, de qualquer genero de cousas naturaes, e industriaes, adventícias, e proprias (ANTONIL, 1837, p.153).

Tal situação impactou diretamente os preços e abastecimento em outras áreas da Colônia, levando a uma crise de abastecimento em cidades, vilas e engenhos de açúcar nas regiões litorâneas. Antonil traz uma listagem de produtos dos preços praticados em 1703, onde, por uma rês se pagava oitenta oitavas em ouro; por um boi ou um cavalo se pagava cem oitavas em ouro<sup>37</sup>. Segundo João Batista Costa (2005), devido à demanda por alimentos, por animais para o transporte e devido à grande oferta de ouro na zona de mineração, o metal teve forte queda frente ao valor simbólico e físico dos alimentos.

Diante dos crescentes lucros e desvios ocorridos na região das minas e dos currais, a administração colonial, na tentativa de ter maior controle sobre o fluxo ilegal de ouro, criou a Capitania de Minas Gerais, em 1720, anexando parte dos *Currais da Bahia* em seu território, além de instituir, entre 1735-1750, o Imposto da Capitação. A partir de então, todo morador na capitania, fosse ou não minerador, pagaria um quinto daquilo que ele produzisse. Costa aponta que, até aquele momento, o único imposto que os criadores de gado pagavam era o dízimo anualmente para a Igreja.

Nos primeiros anos de implementação do Imposto de Capitação, o enviado da Coroa – Gomes Freire de Andrade – fez “vista grossa” engavetando os processos fiscais contra os sonegadores e não cobrando as dívidas atrasadas com a Coroa. Mas, com sua substituição, Martinho de Mendonça de Pina, assumiu a administração das Minas e medidas mais duras foram implementadas. Entre elas, as cobranças dos quintos não pagos, fazendo verdadeira devassa e determinando prisões. Tais medidas impactaram figuras de prestígio tanto da região das minas como da sociedade pastoril do sertão norte-mineiro, incorporado à capitania das minas. Todavia, foi essa última que se organizou iniciando uma série de agitações que ficaram conhecidos como “motins do sertão” ou, como salienta Costa (2005), “Conjuração Sanfranciscana”.

---

<sup>37</sup> Oitava: unidade de medida usada para aferir a massa de ouro, corresponde a 3,5859g. Equivale à oitava parte de uma onça, que tem o valor de 28,6872g. Com esses valores calcula-se que o preço da rês em ouro seria de 286, 87g e pelo boi ou cavalo um total de 358,59g por animal. Os valores aqui apresentados se diferem largamente daqueles apresentados por Costa (2005).

Tais agitações ocorreram entre os anos de 1736-1738 e se inflamaram contra o poder colonial levando à expulsão de juízes e cobradores de impostos de várias cidades. Além disso, buscava reverter a anexação da porção baiana da então capitania mineira. Seus membros planejaram, inclusive, um ataque à Vila Rica e a independência da região, mas, salienta Costa que, por descuidos dos revoltosos, a revolta não se concretizou e a Coroa conseguiu impor a ordem na região.

Segundo Carla Anastasia, as revoltas traziam para o debate a tentativa de manutenção de independência dos grandes proprietários do norte-mineiro em relação ao poder central, mas não só. As revoltas foram apropriadas pelas camadas mais baixas, tomando outra conotação:

A Sedição evidenciou a postura dos grandes proprietários de terra, ligados às atividades agropastoris, que negavam-se à serem incorporados a ordem político-administrativa estendida ao Sertão do São Francisco, corporificada no avanço da máquina tributária metropolitana através da cobrança da taxa de capitação. A tentativa dos potentados rurais de preservar a ordem privada que predominava no Sertão e o nível da acumulação em uma área economicamente bem sucedida, embora desligada dos canais habituais de comercialização do período colonial, foi o *leitmotiv* da Sedição. Este movimento foi transformando-se em seus desdobramentos, tendo sido apropriado pelas camadas mais baixas da população do Sertão que lutavam contra a dominação interna exercida pelos grandes proprietários (ANASTASIA, 1989, p. 75).

Por outro lado, Mônica Nogueira (2017) destacou que os conflitos entre o governo colonial e a população sertaneja, decorrentes das tentativas de controle da metrópole sobre as serras e matas gerais ao norte das minas, favoreceu o surgimento de redes locais de solidariedade em diferentes níveis: horizontais - que uniam garimpeiros, quilombolas, homens pobres livres e escravos - e verticais - entre senhores e escravos, homens de patentes e reles infratores. De acordo com a autora, esses vínculos improváveis tinham como objetivo o interesse comum de manutenção da autonomia política dos potentados locais e a manutenção do controle do excedente gerado pelas trocas comerciais com a região mineradora. Para isso, lutavam para se manterem excluídos da subordinação à administração colonial (NOGUEIRA, 2017, p. 49).

Vale ressaltar que, apesar dos “motins do sertão” terem se concentrado na região norte-mineira, havia em todo alto e médio vale do São Francisco diferentes processos e interpretações que vinculavam o povo dessa região em uma espécie de unidade social. Ao longo do século XX, no esforço de construção e entendimento da identidade nacional, o sertão ou as áreas que se contrapunham ao litoral, assim como todo o universo social e simbólico que compunham esse ambiente, passaram comumente a ser associados ao atraso da região, ao tempo no qual suas populações “vivem alheias às leis econômicas”, ocupando-se somente

daquilo que é preciso para viver. Para Coelho, “a região do São Francisco não incorporou o modo de vida, os costumes, as modificações econômicas e sociais que o capitalismo começou a implantar no país”.<sup>38</sup> Todavia, com base nos recentes estudos antropológicos sobre povos e comunidades tradicionais<sup>39</sup>, outras perspectivas passam a clarear essas concepções. Percebemos que, devido aos diferentes fatores históricos e ambientais, as populações localizadas na região sanfranciscana puderam desenvolver um sistema produtivo e social autônomo do poder central, seja da Coroa/Império, no período colonial, seja da República, mas sempre mantendo relações políticas e de trocas econômicas com o litoral ou com os grandes centros urbanos.

Ressalta Ribeiro (2010), que, para além dos vínculos regionais, sempre foi reconhecida como região sanfranciscana, constituindo ao longo dos séculos identidades e pertencimentos muito próprios associados a dois fatores. De um lado, a concentração de poder dos mandões locais – os régulos, potentados do sertão. Do outro, uma organização produtiva peculiar, de grande abundância, baseada em diferentes manejos e no uso combinado dos variados ecossistemas locais, como lavouras de sequeiro nas matas, na exploração intensiva das áreas úmidas e no uso das imensas chapadas e das matas secas para criação de gado e agroextrativismo.

As especificidades da formação político-social e geográfica do alto-médio e médio curso do rio acabaram contribuindo para se pensar uma unidade territorial da região do São Francisco. Costa (2005) discorre sobre as tentativas do Governo da Bahia, nas primeiras décadas do século XVIII, em reaver as áreas de currais desmembradas do território baiano, quando criada a província de Minas Gerais. Por sua vez, Coelho (2005) aponta que, durante o período colonial e, posteriormente, após a proclamação da Independência, emergiram propostas e medidas para a constituição de uma província (estado) na área do São Francisco. Quando o Poder Legislativo Imperial passou a operar, em 1823, representantes de lideranças locais iniciaram a movimentação com a proposta de criação da Província do São Francisco. Por três vezes, nos anos de 1830, 1850 e 1873, grupos políticos ligados aos grandes proprietários de terras do sertão baiano buscaram essa autonomia. Na terceira vez que o

---

<sup>38</sup> Ao apontar as diferenças da região devemos levar em consideração os grandes ciclos econômicos como o açúcar, a mineração e o café que concentram nos grandes centros urbanos litorâneos os espaços de decisão.

<sup>39</sup> Para ficar somente em alguns exemplos, destaco aqui programa e núcleos de pesquisa que vêm se destacando a nível nacional sobre o tema: Mestrado Profissional em Sustentabilidade junto a Povos e Territórios Tradicionais (MESPT-UnB), Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA-UNIMONTES), Grupo de Estudos em Temáticas Socioambientais (GESTA-UFMG).

projeto foi levado ao plenário, chegou a ser aprovado na Câmara, mas acabou sendo rechaçado no Senado pela bancada mineira:

Em 1850, o deputado João Maurício Wanderley (futuro barão de Cotegipe), apresentou ao Parlamento um projeto de lei criando a província do São Francisco, na qual, além de certas comarcas da Bahia, seriam incluídas a comarca de Paranaguá, (do Piauí) e os termos de Paracatu, São Romão e Januária, pertencentes à época à província de Minas Gerais (COELHO, 2005, p. 83).

Por sua vez, Costa (2005) chama atenção para o incômodo corrente da região Norte do estado em estar englobada à sociedade mineira. Sobre o fato aponta para os constantes movimentos de autonomia da região. Ao longo de sua história, tentou-se por 36 vezes sua independência do estado mineiro. Nesse sentido, afirma Nogueira (2017) que a Conjuração Sanfranciscana teve importante influência para os movimentos regionalistas, ainda hoje latentes no Norte de Minas. Além de servir como marco ideológico, reafirmando as continuidades ambientais, históricas e culturais com o Nordeste, contribuiu como sustentação do caráter nordestino da identidade norte-mineira, frente à mineiridade característica do restante do estado.

Todavia, de acordo com Laurindo Pereira (2006) é necessário olhar com cuidado para a tese construída e difundida por intelectuais e políticos norte-mineiros, a partir de 1960, de que o Norte de Minas é nordestino, frente à predominante ideologia da mineiridade. Segundo o autor é nesse período que se têm a criação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, órgão do governo federal responsável pela formulação e implementação de planos de desenvolvimento na região assolada pela seca, que incluía também o Norte de Minas. O conjunto dessas áreas passou a ser conhecido como Polígono das Secas. Tratarei do tema mais adiante.

Influenciados pelas ações de regionalização da SUDENE, em 1968 e em 1987, movimentos separatistas, baseados em argumentos históricos regionalistas que realizavam uma espécie de “nordestinação” do norte-mineiro, propuseram a criação de um novo estado. Ambas as propostas buscavam separar o Norte de Minas, o Oeste e Sul da Bahia e instituir um novo Estado, denominado estado de Cabrália. Pereira (2006, p. 07) mostra que a “nordestinidade” do Norte de Minas ganhou os espaços universitários, convertendo-se em uma “verdade” sem se questionar os interesses e condições que lhe são relativos<sup>40</sup>.

---

<sup>40</sup> As tentativas de criação do estado do São Francisco ainda perduram até em períodos recentes. Em 21 de agosto de 2013, a Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia aprovou a proposta que prevê a realização de plebiscito para a criação do estado do Rio São Francisco conforme o Projeto de Decreto Legislativo 355/11, do deputado Oziel Oliveira (PDT-BA). Fonte: Agência Câmara de Notícias -

No que tange a esse trabalho, tenho como preocupação fundamental, não centrar a análise no Norte de Minas enquanto unidade político-cultural reduzida às regionalizações administrativas do Estado. Como o próprio Ricardo Ribeiro (2005) apontou, a dimensão do sertão mineiro engloba mais da metade de Minas Gerais. Entretanto, é quase impossível ignorar, com base nos estudos etnográficos, os vínculos ecológicos, históricos, religiosos com o Nordeste brasileiro, assim como os fluxos migratórios expressos daí provenientes e refletidos nas teias genealógicas de cada comunidade. Não se trata de analisar tamanha complexidade a partir dos processos legislativos de construção de fronteiras ou de nos atermos aos discursos dominantes e documentos formais. No complexo quadro dos grupos tradicionais estudados em diferentes contextos, o Noroeste da Bahia, assim como o Vale do Jequitinhonha e Norte/Noroeste de Minas Gerais compartilham importantes elementos políticos, históricos e culturais que não podem ser deixados de lado.

#### 1.4 A QUESTÃO INDÍGENA E NEGRA NO SERTÃO MINEIRO

Ao longo das seções anteriores, busquei evidenciar os processos e a complexidade com que se deu o avanço colonizador nos sertões por meio da expansão e estabilização de currais e novos povoados às margens do rio São Francisco. No entanto, a historiografia demonstra que o grande desafio para o projeto colonial português não foi unicamente o próprio ambiente e todas as dificuldades enfrentadas por aqueles que buscavam seu domínio, mas o combate àqueles que dele se valiam há séculos. Refiro-me aos diferentes grupos indígenas que ocupavam o vale sanfranciscano, assim como, também, os vales dos seus tributários, tais como os rios Verde, Verdinho e Formoso.

No sertão mineiro e nas imensas ilhas do São Francisco, que se espalham pela porção média e baixa, se estabeleceram indígenas do tronco linguístico Macro Jê. Nessas mesmas ilhas, posteriormente habitaram também missionários católicos que aldearam indígenas em diferentes vilas: Assunção, Zorobabel, Itacuruba, Ilha da Viúva, Pontal e Missões, são algumas delas. Todavia, em consequência da derrubada do poder da Companhia de Jesus por Marquês de Pombal, consolidaram-se os latifúndios e as oligarquias na região sanfranciscana. (COELHO, 2005).

Com base em revisão de estudos arqueológicos, Mônica Nogueira (2017) enfatiza a correlação dos povos indígenas do tronco linguístico Macro-Jê e grupos que habitaram o Cerrado durante a pré-história. Tal perspectiva sugere que a distribuição geográfica do tronco Macro-Jê coincide em larga medida com a área nuclear do Cerrado.

Mas, a história referente aos grupos indígenas de Minas Gerais possui grandes lacunas em relação aos povos que habitavam sua porção entre o Norte e o Oeste. Segundo Ribeiro (2005), as informações disponíveis concentram-se mais nos povos indígenas dos vales do rio Doce e Mucuri, Zona da Mata e baixo Jequitinhonha<sup>41</sup>, do que em relação ao Alto São Francisco, Triângulo Mineiro, alto Jequitinhonha, Norte e Noroeste de Minas, ou seja, as áreas que compõem o sertão mineiro. Aponta o autor que um dos possíveis motivos está vinculado à ocupação mais recente daquelas regiões localizadas em áreas de Mata Atlântica, pois, a fim de evitar o contrabando de ouro, a Coroa portuguesa limitou a abertura de novos caminhos na região até o século XVIII.

Por sua vez, o sertão mineiro já havia sido objeto de mais de um século de ocupação europeia e, por duzentos anos, grande parte dos povos indígenas da região sofria com a devassa de bandeirantes, criadores de gado e toda forma de colonização que visava riquezas minerais, escravos nativos e terras para instalação de fazendas de gado. A expansão dessas fazendas no sertão mineiro levou muitos desses grupos ao êxodo, pois, devido ao avanço da pecuária, as lavouras indígenas foram liquidadas e transformadas em áreas de pastagens. Quando não podiam fugir para regiões mais distantes no interior, como Goiás e Mato Grosso, eram exterminados ou escravizados. Aqueles que conseguiam sobreviver se imiscuíram entre a população sertaneja, restando alguns poucos aldeamentos. Outros elementos que culminaram com o deslocamento ou mesmo extermínio de incontáveis grupos foram os efeitos dizimadores das enfermidades trazidas pela colonização, além, é claro, da exacerbação das guerras entre os próprios indígenas, o que levou muitos grupos à extinção, ainda no primeiro século de colonização (RIBEIRO, 2005; NOGUEIRA, 2017).

Como já apontado, o Norte de Minas Gerais foi dominada por grupos indígenas vinculados ao tronco linguístico Macro Jê, distribuídos em três famílias: Bororo, Cariri e Jê (línguas Akwen, Kayapó e Kaingang). Ribeiro (2005) assinala que as primeiras informações históricas sobre os indígenas que habitavam o território mineiro advêm da carta de Padre João Aspícueta Navarro, de 1555, que, junto à expedição de Francisco Bruza de Espinoza em

---

<sup>41</sup> Como principais referências, Ricardo Ribeiro (2005) aponta Nelson Coelho Senna (1937), Oiliam José (1937), Mônica Chaves Abdala (1997).

1554, percorreu 350 léguas adentrando em Minas Gerais pelo Rio Jequitinhonha, alcançando o rio São Francisco em direção ao rio Pardo, chegando a Ilhéus, Bahia.

No documento, Padre Navarro, informa que os Tapuia ou Jê de Minas Gerais configuravam-se em inúmeros grupos vinculados a uma região de grande diversidade ambiental, principalmente aquelas tributárias do rio São Francisco. Em se tratando da porção norte e noroeste, o autor destaca a presença de variados grupos indígenas como os *Guaianá* (*Guaianases*, *Goianá*, *Goyaná*, *Goianás*), que também se encontravam espalhados pelas regiões Norte, Nordeste e Sul do Brasil, e foram dos primeiros a estabelecerem contato com os portugueses ainda no litoral. Por sua vez, Nelson Coelho de Senna (1937) indica outras dezenas de agrupamentos indígenas em Minas Gerais, dentre os quais apontarei aqueles vinculados à região Norte e Noroeste do estado. Diz Senna<sup>42</sup> que os *Cayapós* (*Kayapós*) se encontravam dos sertões do São Francisco aos do Rio Grande, ou seja, desde Januária até Paracatú, Uberaba e Fructal, durante o período colonial; os *Abatirás*, viviam às margens do São Francisco; *Acoroás* (*Akroás*, *Acoroá*) e *Acroás-Mirins*, vindos de Goiás habitaram o noroeste mineiro – vales do Paracatu e Urucuia; os *Amoipirás*, de Pernambuco e Bahia subiram o São Francisco no Vale do Carinhanha; os *Bokués*, viveram nas matas do Jequitinhonha e Norte de Minas; os *Camacans*, oriundos da Bahia, subiram pelo vale do rio Pardo ou Patipe (entre Bahia e Minas Gerais) até a extrema parte septentrional mineira; uma parte dos *Cariris*, descidos do Ceará para os sertões do São Francisco, parte desenvolveu relações com os *Kayapó* do município de Januária-MG; os *Categuassús* (*Catiguçús*), viviam na zona entre Jequitinhonha e São Francisco até o século XVI, estão presentes nas narrativas do jesuíta Navarro; os *Catolés*, habitavam o vale do rio Pardo e Verde nas comarcas de Tremendal e Rio Pardo (fronteira Bahia/Minas Gerais); os *Crixás*, migraram de Goiás para diferentes locais do estado, entre eles rios São Marcos, Paracatu e Urucuia; os *Cururús*, habitavam o vale do Carinhanha e territórios mineiros; os *Guahybas*, da mesma nação *Kayapó*, viveram na ilha sanfranciscana dos *Guahybas*, atual São Romão e foram dizimados por sertanistas no século XVIII; os *Kiriris*, descidos do Ceará viveram nos sertões do São Francisco entre Januária e Urucuia; já os *Manaxós*, do Baixo-Jequitinhonha, faziam correrias do Sul da Bahia até o Norte de Minas.

---

<sup>42</sup> É sabido que, por convenção etnológica desde a década de 1950, não se flexionam os etnônimos ou adjetivos pátrios que designam os nomes das etnias indígenas, seja quanto ao plural, seja quanto ao gênero. (FUNAI, 2016). No entanto, por se tratar de uma citação indireta, mantenho a grafia do mesmo modo que encontrada na referida obra.

Entre os grupos com maior evidência no Norte de Minas Gerais estão os Xakriabá. Mantiveram contato com os colonizadores desde o século XVII e, entre alianças e conflitos, se estabeleceram em terras “doadas” pelo Mestre de Campo Januário Cardoso. Destaca Ana Flávia Santos (1997) que, em 1817, Saint-Hilaire, se refere aos índios aldeados em São João das Missões como *xicriabás*, alegando que haviam se fundido com negros e mestiços. Afirmava que, por não serem “índios puros”, a lei não lhes concedia o direito de serem julgados pelos seus. Destaca Santos que outros visitantes da Missão se referem aos índios lá aldeados como “cayapós” e “acroás” (SANTOS, 1997, p. 13-17).

Considerados extintos, ressurgiram no Norte de Minas Gerais na década de 60, e iniciaram o processo de reconhecimento de sua indianidade e a retomada de parte de seu território<sup>43</sup>. A Terra Indígena Xakriabá foi homologada em 1987, com cerca de 46 mil hectares, no município de São João das Missões, MG. Atualmente, os indígenas constituem a maioria da população do município, além de ser referência para outros povos tradicionais da região<sup>44</sup>. Para Nogueira, os Xakriabá constituem para o Norte de Minas, “um testemunho vivo da profundidade histórica da ocupação do Cerrado, protagonizada pelos povos Jê”. No entanto, menos evidentes, outras experiências vinculadas ao processo histórico do encontro entre os distintos mundos de colonizadores e indígenas evidenciam a formação dos demais grupos que habitam o que hoje denominamos Norte de Minas (NOGUEIRA, 2017, p. 37).

Antônio Emílio Pereira (2004), barranqueiro de Januária-MG, em seu trabalho de memorialista trouxe algumas informações sobre a conformação do município que julgo importantes. Assim como outros autores que rememoram a história local, como Diogo Vasconcelos (1918), Pereira menciona a instabilidade que dominou as paragens da região em meados do século XVII. Conta que, com o desenvolvimento da região mineradora e o São Francisco se convertendo na principal rota comercial da colônia, a região sanfranciscana tornou-se local de variadas tensões, seja de grupos indígenas que resistiam ao avanço colonizador, seja do banditismo que passou a dominar as águas do rio assoladas por piratas. Antes dos bandeirantes, brancos foragidos da justiça, degredados vindos da corte portuguesa,

---

<sup>43</sup> O pleito pelo reconhecimento enquanto indígenas pelo Estado ocorreu dentro do contexto de disputa de terras, no qual a RURALMINAS, órgão fundiário do Estado de Minas Gerais, deflagrou uma série de iniciativas vinculadas projetos de desenvolvimento agrícola na região Norte e Jequitinhonha em meados de 1960. Tidas pelo Estado como “devolutas”, despertou o interesse de grandes proprietários de terra locais. Sobre o tema ver Santos (1997) e Santos (2014).

<sup>44</sup> A Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, organização representante dos povos tradicionais do Norte de Minas, foi assim nomeada em homenagem às lideranças xakriabá assassinadas naquilo que ficou conhecido como o Massacre Xakriabá, entre elas Rosalino Gomes de Oliveira. Em 12 de fevereiro de 1987, 15 homens armados comandados por Francisco de Assis Amaro, conhecido grileiro de terras do Norte de Minas Gerais, invadiram a aldeia Sapé e atacaram a casa do líder Xakriabá assassinando também José Pereira Santana e Manoel Fiúza da Silva.

ciganos e negros estabeleciam vínculos com as aldeias ribeirinhas, então misturadas com lavas de índios que chegavam do litoral, fugitivos do convívio escravizante dos brancos. A região, onde hoje se encontra os municípios de São Romão e Januária, margem esquerda do rio, estava sob domínio dos Kayapó, belicosos e arredios à dominação. Pela margem direita, hoje município de São Francisco e mais abaixo Manga, estabeleceram-se tapuias de “índoles mais pacífica”, como os Xakriabá.

A fim de estabelecer o controle na região que passou a gerar prejuízos à Província e à Metrópole, o Governador Geral convocou o Coronel Januário Cardoso de Almeida, filho de Matias Cardoso, com quem esteve guerreando contra grupos indígenas do Ceará e que a vitória lhe rendeu terras e patente no Norte de Minas Gerais. Sua missão era combater a pirataria no rio de alto a baixo, garantir livre navegação, pacificar ou dominar os grupos indígenas da região.

Entre as táticas utilizadas por Januário Cardoso para o domínio indígena estava a aproximação a partir daqueles menos belicosos que se adaptavam mais facilmente aos costumes do povoado e da evangelização, para, posteriormente, com o auxílio dos mesmos, conquistar os grupos que não se alinhavam ao seu governo. Aqueles que estabeleceram relações de forma mais pacíficas foram rapidamente transformados em arraiais sem grandes esforços, livremente se estabeleceram em propriedades privadas, com aproveitamento da mão de obra indígena. Aqueles que buscavam o enfrentamento tendiam ao extermínio e escravização.

Os últimos redutos a serem conquistados da nação Kayapó eram Guayba e Itapiraçaba. O primeiro localizava-se em uma extensa ilha com mais de uma légua e meia de largura (mais de 07 km), que dividia o rio em dois braços. O segundo encontrava-se rio abaixo à margem esquerda, sendo a maior aldeia da região, “o último bastião indígena” às margens do Médio São Francisco. Ainda hoje é possível encontrar referência das terras da aldeia Tapiraçaba. As comunidades veredeiras relembram do Morro do Tapiraçaba, onde havia uma lagoa que não secava, local no qual as mulheres tomavam banho, mas que pela exploração das empresas acabou. Considerados o ramo mais bravo da nação Jê, eram reconhecidos pela habilidade na guerra e destreza com o arco e a flecha.

Januário Cardoso confiou a conquista de Guaíbas ao seu sobrinho, Capitão Manuel Francisco Toledo, sob a guia de Manuel Pires Maciel<sup>45</sup>. O ataque ocorreu isoladamente a cada aldeia, começando por Guaíbas, sem dar oportunidade para socorro por parte de Itapiraçaba.

---

<sup>45</sup> Foragido da justiça esteve entre os Kayapó de Itapiraçaba. Conhecendo a organização dos indígenas ofereceu seus serviços a Januário Cardoso.

“Foi uma luta encarniçada, que nunca se tinha visto no País do São Francisco” (VASCONCELOS, 1918 p. 31). Em 23 de outubro de 1668 à ilha foi dado o nome de São Romão, santo do dia. Lá se estabeleceu Manuel Francisco Toledo, que fundou o arraial de Santo Antônio da Manga, mais tarde nomeado por Vila Risonha de São Romão.

Tão logo à desforra de Guaybas acabara, ocorreu o domínio de Itapiraçaba que, mesmo considerada de grandes dimensões, sucumbiu ao ataque. Os indígenas sobreviventes se retiraram para a serra próxima. Todavia, conta a narrativa que no meio da guerra uma das filhas do cacique é poupada por Manuel Pires e convencida a viver com ele, posteriormente batizada por Catarina. Vitorioso, a Manuel Pires foi prometida parte das terras em que ergueu capela consagrada à Nossa Senhora do Amparo, onde se formou o povoado de Brejo do Salgado, mais tarde denominado de Brejo do Amparo, vizinha à atual Januária.

Por várias vezes os Kayapó tentaram reaver suas terras e expulsar os invasores, mas todas as tentativas não foram bem sucedidas, obrigando-os a buscar abrigo no sertão do Acary, afluente do rio Urucuia, próximo à Serra das Araras, parte das áreas habitadas hoje pelas comunidades veredeiras. Segundo fontes históricas, a aldeia de Itapiraçaba deveria ficar onde hoje se localiza o município de Januária, que recebeu esse nome em homenagem a Januário Cardoso, algoz indígena que se tornou grande proprietário de terras, entre elas a fazenda Itapiraçaba, uma das fazendas gerais existentes no município de Januária<sup>46</sup>.

Os relatos de fundação do povoado de Brejo do Salgado e Januária trazem contornos parecidos a um realismo fantástico, veiculando a atuação dos sertanistas e o domínio dos grupos indígenas da região. Tais construções trazem a união entre conquistador e indígenas como uma espécie de resolução de uma equação improvável. Todavia, Eduardo Ribeiro (2010) argumenta que, posteriormente ao domínio e “já abasileirados”, esses indígenas ressurgiram na história de Brejo do Amparo e Januária como *catrumanos*, espécie de Kaiapó abasileirados.

Essa sociedade de agricultores livres, baseada em caiapós *catrumanizados* e lavradores de origem variada – inclusive quilombolas, que povoaram, sobretudo, a mata seca e as vazantes da margem esquerda do rio, terras livres, soltas e então consideradas piores -, foi a base produtiva da economia de Januária e a base social do recrutamento para os grupos armados. (RIBEIRO, 2010, p. 25).

Ao revisar historicamente a presença indígena na região de estudo, saltou aos olhos a possibilidade de extinção ou assimilação de dezenas de grupos indígenas, inclusive aqueles que os memorialistas narram em suas obras, como o caso dos Kayapó de Guayba e

---

<sup>46</sup> Sobre a atuação de Januário Cardoso nas guerras de conquista indígena e fundação de vilarejos, ver Costa (2003).

Itapiraçaba. Sobre esse aspecto, José Maurício Arruti (1997), analisando as relações e vínculos entre grupos indígenas e comunidades negras/quilombolas, faz importante observação. A partir de Reis (1996), o autor argumenta que os verbos “extinguir” e “destruir” foram os mais utilizados pelos poderes coloniais para se relacionarem com índios e negros. No século XIX, a extinção de aldeamentos era operada pelas Comissões de Demarcação de Terras Públicas, que foram criadas para operacionalizar as novas formas de apropriação territorial estabelecidas pela lei de terra de 1850. Sua função era identificação, localização e demarcação das terras dos aldeamentos, diagnosticar os seus problemas e o grau de mistura que a população ali se encontrava. Como em sua grande maioria tais diagnósticos apontavam para total mistura da população aldeada com os “nacionais”, o aldeamento era considerado extinto e suas terras eram divididas em lotes e distribuídas entre os antigos aldeados e entre os nacionais. Arruti chama atenção para o fato de que, nessa mesma década de extinção dos aldeamentos ocorria também iniciativas de libertação de escravos através do Fundo de Emancipação (1871), movimento que visava a substituição do domínio senhorial por formas públicas de controle da população. Explica o autor que “extintos os aldeamentos e libertos os escravos, aquelas populações deixam de ser classificadas, para efeito dos mecanismos de controle, em termos de índios e negros, passando a figurar nos documentos como indigentes, órfãos, marginais, pobres, trabalhadores nacionais...” (ARRUTI, 1997, p. 17).

Outro exemplo utilizado pelo autor, a partir de Monteiro (1994)<sup>47</sup>, refere-se às classificações utilizadas na São Paulo colonial, onde o termo índio referia-se apenas aos integrantes dos aldeamentos, sendo que para todo o restante da população indígena não aldeada dava-se denominação de “negros da terra”. No final do século XVII, a denominação mais presente era de apenas “negros”.

De acordo com os exemplos trabalhados pelo autor, uma das formas mais eficazes de extinção indígena e negra, quando não diretamente pelo extermínio físico, era pelas estratégias de classificação desses grupos que passavam de indígenas e negros para indigentes ou generalizados em uma mesma categoria.

Elemento de destaque na contextualização até agora apresentada é a constante relação entre negros e indígenas como grupos subalternizados nas dinâmicas de conformação histórica ao longo dos séculos.

Nesse sentido, não me parece exagero apontar que, em grande parte das situações que tenhamos como base de análise povos e comunidades tradicionais três elementos se fazem

---

<sup>47</sup> MONTEIRO, John. **Negros da Terra**. Índios e Bandeirantes na Formação de São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras. 1994.

importantes: as relações ecológicas que vinculam esses grupos aos seus ambientes/territórios; as relações étnico-raciais que conformam essas comunidades e, atrelado a essa, os vínculos passados ou presentes com a questão indígena. Mônica Nogueira (2017), ao historicizar a ocupação indígena nos sertões, pontua a preocupação de não assinalar continuidades culturais entre as comunidades geraizeiras e os grupos indígenas que historicamente ocuparam o sertão norte-mineiro. Apesar de identificar nas práticas dos grupos pesquisados diferentes formas de conhecimentos, ao que tudo indica, de origem indígena, como técnicas de pesca, coletas de espécies nativas, usos de plantas para fins terapêuticos, para a autora os riscos de associações apressadas podem acabar reificando contextos, na maioria das vezes, complexos.

No entanto, vale questionar se ignorar certos vínculos, sejam do passado, sejam construídos no próprio presente, identificados constantemente quando estamos em campo, não seria deixar de lado importante elemento empírico? Ressalta Nogueira que a própria ideia de população tradicional é definida como tributária de conhecimentos seculares sobre uma porção de natureza específica, ambiente esse no qual se sentem profundamente vinculadas e, por isso, com motivação especial para cuidar e defender. Ainda que podendo ser desqualificada como culturalista, aponta a autora que essa visão é associada pelos geraizeiros e tantos outros grupos sociais locais objetivando afirmar sua ancestralidade no lugar enquanto nativos. Nesse sentido, seja para legitimar a ligação com seu território, seja a partir da memória ou em vínculos presentes, a experiência indígena atravessa muitas comunidades no sertão de Minas Gerais.

Antônio Bispo de Souza, o Nêgo Bispo, quilombola da comunidade de Saco-Curtume, município São João do Piauí-PI, tornou-se uma das principais referências quilombola a nível nacional como liderança política e pensador. Em seu texto de 2015 ao refletir sobre diferentes contextos de conflitos, com “pretensões etnocidas”, experimentados por negros e indígenas nos processos de colonização, apontou as diferentes formas de resistência perpetradas por esses grupos como um movimento de contra-colonização por parte dos que classifica como “povos afropindorâmicos”. Nessa categoria o autor tenta sintetizar as trajetórias e aproximações de grupos negros quilombolas e indígenas do Brasil em contraposição ao pensamento ocidental e a experiência colonial.

Sob outra perspectiva, Marcio Goldmam (2015) propôs como frente de investigação a “relação afroindígena”, ou seja, os agenciamentos entre afrodescendentes e ameríndios. Chama a atenção do autor que foi devido à escravização de cerca de 04 milhões de negros e o encontro desses com outros milhões de indígenas, que se constituíram e coexistiram os

poderes mortais da aniquilação e as potências vitais da criatividade. Trata-se do maior processo de desterritorialização e reterritorialização da história da humanidade. Todavia, aponta que, apesar da dimensão desse fenômeno, o mesmo recebeu pouca atenção naquilo que ele classifica como “dimensão transcendental” desse encontro. Como referência para se pensar tal relação, o autor traz a necessidade de libertar a relação afro-indígena da dominação e do ofuscamento teórico-ideológicos produzidos pela presença da variável “maior”, os “brancos”. Para tal, utiliza-se da noção deleuziana de “operação de minoração”<sup>48</sup> que consiste na subtração da variável majoritária dominante de uma trama, nesse caso os brancos, possibilitando com que esta possa se desenvolver de um modo completamente diferente, atualizando as virtualidades bloqueadas pela variável dominante e permitindo reescrever toda a trama. Atrelado à essa operação de extração do elemento dominante, associa-se a perspectiva guattariana em que as conexões que se pretende compreender não são nem horizontais, nem verticais, mas transversais. No entanto, destaca Goldmam que não se trata de identificar ou contrastar aspectos históricos, sociais ou culturais em si, mas “princípios e funcionamentos que podem ser denominados ameríndios e afro-americanos em função das condições objetivas de seu encontro, o que significa que não são traços, aspectos ou agrupamentos culturais que devem ser comparados, mas os princípios a eles imanentes” (GOLDMAN, 2015, p. 647).

Com base nessa problematização, tomo como importante referência a ser considerada nas abordagens sobre povos tradicionais do sertão a relação negro/indígena. Mesmo não havendo, em muitos casos, a identificação direta de certos grupos ou famílias com etnias indígenas específicas, com comunidades autorreconhecidas enquanto quilombolas, ou mesmo, como aponta Goldmam, comunidades autoidentificadas como afro-indígena, a trajetória, a experiência histórica, as redes familiares, os fluxos migratórios, carregam em si proximidades com a interseção desses universos.

Em 2015, quando servidor do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA-MG), realizei visita técnica ao conjunto de comunidades vazanteiras – Sangradouro Grande, Balaieiros, Quebra Guiada e Caraíbas - localizadas à margem esquerda do rio São Francisco. Vinculadas administrativamente à cidade de Januária-MG, a cerca de 30 quilômetros de distância, elas mantinham estreita relação com a cidade de Pedras de Maria da Cruz-MG devido à proximidade que era apenas atravessar o rio.

---

<sup>48</sup> DELEUZE, Gilles & BENE, Carmelo. *In: Superpositions*. Paris: Minuit. 1979.

Quando questionados sobre alguma possível origem da comunidade todos remeteram aos seus fundadores e à chegada desses na região. Antônio Evangelista de Jesus, conhecido como Antônio da Crôa, foi o primeiro nome referendado como o fundador da comunidade. Antônio chegou à área em questão por volta de 1906 com sua família, vindo de uma cidade chamada Malhada, sertão baiano, localizada próxima à divisa com Minas Gerais. O segundo nome apontado foi de Vô Eduardo, com origem no Vale do Gurutuba<sup>49</sup>.

Para referirem-se a seu autorreconhecimento, eles diziam que eram vazanteiros, pescadores e ribeirinhos, pois era a partir da relação com o rio que todas suas práticas se davam. Por outro lado, também eram quilombolas, devido à ascendência negra, além de alguns moradores antigos trazerem na memória ascendência indígena, apesar de não conseguirem especificar qual grupo específico.<sup>50</sup>

Entre as comunidades veredeiras por mim pesquisadas, até o momento, não há a identificação objetiva com qualquer identidade indígena e quilombola. Todavia, a partir de elementos pontuais torna-se possível acessar informações que vinculam algumas famílias a grupos indígenas da região. De um lado, ao pesquisar as redes de parentesco desses grupos, é muito comum a identificação de parte dos parentes antigos como indígena, principalmente os matrimônios com mulheres, muitas delas indígenas, sempre associadas a formas de violência como “pegas no mato” ou “a dente de cachorro”. Também foi possível identificar famílias que possuem ascendência direta com o povo Xakriabá de São João das Missões em Minas Gerais, vínculos de parentesco que variam entre a primeira e segunda geração ascendente. Por outro lado, determinadas práticas como as benzeções e conhecimentos vinculados às parteiras sempre são associados aos ensinamentos oriundos de conhecimentos indígenas femininos.

Quero salientar o fato que, de alguma forma, as comunidades veredeiras, como tantas outras localizadas nos sertões de Minas Gerais, carregam algum tipo de vínculo, tanto negro quanto indígena, como elemento formador de suas práticas e formas de pensamento. É fato que, historicamente, a conformação dessas terras, ou de qualquer outra forma da ocupação do território, como os povoados e vilarejos sertão adentro, se deu por meio de perseguições, matança e extermínio de toda forma de vida que impedisse o avanço do projeto colonial, sendo que os grupos exterminados se constituíam, em sua grande maioria, de indígenas e

---

<sup>49</sup> O povo gurutubano, população que vive no vale do rio Gurutuba, se constitui como uma série de grupos locais aparentados. “Trata-se de um povo numeroso, morador de 27 localidade ou grupos locais [hoje 31 localidades], situados na confluência dos municípios do centro-norte-mineiro de Pai Pedro, Porteirinha, Jaíba, Janaúba, Gameleira, Catuti e Monte Azul” (COSTA FILHO, 2008, p. 11; inserção nossa).

<sup>50</sup> João Pacheco de Oliveira (1993) discorre sobre os entrecruzamentos de indígenas do nordeste e quilombolas o que leva a certas dificuldades em relação a delimitação dos sinais diacríticos.

negros/quilombos. Todavia, essa relação não ficou somente no passado, pois os elementos que compõem o universo simbólico, religioso, cosmológico desses grupos são atravessados por princípios imanentes do universo afro-indígena, ressignificados e potencializados no presente como forma de construção de futuro.

## 1.5 O SERTÃO COMO ESPAÇO DO ATRASO

As particularidades da ocupação do sertão sanfranciscano e dos gerais que se espalham pelo interior do Brasil e tomam conta do Norte de Minas Gerais, constituíram-se em formas próprias de poder político, muitas vezes alheias aos grandes centros. No entanto, no final do século XVIII mudanças significativas ocorreram impactando diretamente as dinâmicas dessa região. Com a decadência do Ciclo do Ouro, a economia do norte-mineiro experimentou um processo de retração que, com a abertura de um novo caminho para o Rio de Janeiro, afetou diretamente o comércio dos Currais da Bahia. Tal medida eliminava a mediação da região sanfranciscana como entreposto comercial dos bens e escravos vindos de Salvador. Como consequência, houve ampla dispersão de toda sorte de gente que, chegada à região mineradora, se espalhou por fazendas isoladas e autárquicas. Além de brancos e pardos, um grande contingente de negros livres compunha as fileiras de homens que se refugiaram pelos campos gerais. Aponta Nogueira (2017) que, com a crise da exploração do ouro, muitos senhores de escravos, não tendo condições de arcar com as despesas de seus cativos, lançaram mão de alforrias se isentando assim de qualquer responsabilidade para com eles. Por sua vez, com o impacto do declínio econômico, o monopólio da terra perdera temporariamente o sentido na região dos currais, levando ao abandono de grandes fazendas e povoados gerais a fora. Já no século XIX, em decorrência da abolição da escravatura, nova leva de negros libertos ganhou os vales dos rios São Francisco e seus afluentes. Assim, hordas de agrupamentos humanos se dispersaram pelos sertões, firmando-se como agrupamentos de camponeses pobres.

Tendo em vista a origem social e racial desses grupos e o contexto escravista, ainda presente na sociedade brasileira, esses homens e mulheres acabaram constituindo grupos diferenciados que, pelo isolamento, necessário para a sobrevivência, desenvolveram formas de proteção e organização social próprias. Argumenta Nogueira<sup>51</sup> que, com a vastidão de

---

<sup>51</sup> Com base nos estudos de Laura de Mello e Souza, *Desqualificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII*, 1982.

terras livres onde esses grupos se dispersaram, os gerais se constituíram mais uma vez como uma espécie de área marginal ao sistema dominante, por vezes marginalizada pelos centros de poder. Talvez por isso, esses núcleos camponeses se mantiveram ocultos nos subterrâneos da história.<sup>52</sup> (2017, p. 58). Assim, a ocupação diferenciada por variados grupos sociais, “rejeitados da colonização”, foi a base para construção de relações próprias que se estabeleceram em zonas distantes do poder central, que se baseavam em uma economia de subsistência com limitada circulação de moeda que, apesar de vínculos com centros urbanos, mantinham certa independência. Como veremos no quarto capítulo, tal realidade se estendeu na região veredeira até meados da década de 1970.

Como já salientado, nos primeiros séculos de colonização, o termo “sertão” designava terras sem ocupação ou a perspectiva de quem as via do mar, como expresso na Carta de Pero Vaz de Caminha<sup>53</sup>. Aponta Gislene Moreira (2018) que até o início do século XIX, o termo era a síntese do “vazio” da colonização europeia no Brasil, referindo-se à maior parte do território nacional, incluindo a Amazônia e grandes faixas litorâneas no Sudeste. Todavia, ao longo dos séculos, o termo foi tomando outros contornos, seja como classificação do espaço/ambiente seja pelo próprio entendimento daqueles que lá habitam, mas sempre em contraposição ao outro civilizado, localizado nos centros urbanos e/ou litorâneos.

A partir dos termos de Yi-Fu Tuan (1983), Nogueira argumentará sobre a construção do sertão como um espaço mítico que, sendo uma área imprecisa espacialmente, de conhecimento deficiente por parte daqueles grupos que a operam como categoria, torna-se fundamental para afirmação da realidade do seu mundo empírico. Ao longo dos séculos multiplicaram-se os trabalhos que recorrentemente reafirmavam as representações do sertão como espaço vazio, indômito, natureza inóspita, uma terra sem ordem e sem lei. Daí a compreensão que seus desbravadores ou habitantes deveriam ser também rústicos e incultos.

Sertão e sertanejo são, assim, imagens inventadas, que permitiram à sociedade litorânea a experiência de alteridade em que, tal qual o Oriente em relação ao Ocidente (SAID, 1990), o sertão é tornado uma totalidade, uma entidade cultural e geográfica, contraposta a outra, a da sociedade litorânea. São os “dois Brasis” que marcam parte da literatura historiográfica e geográfica brasileira (NOGUEIRA, 2017, p. 56).

Nesse sentido, parte das ciências sociais brasileiras se dedicou a tratar o sertão ora como berço da nação, ora o restringindo como local de atraso e subdesenvolvimento. De

---

<sup>52</sup> Sobre grupos que utilizaram do isolamento como forma de manutenção da liberdade, ver Aderval Costa Filho (2008) e seu estudo sobre o povo Gurutubano: “Gurutuba, região ou terra de refúgio historicamente relacionada à presença da malária, à não presença de brancos, a espaços de liberdade e autonomia”.

<sup>53</sup> Moacir Silva (1950).

acordo com Moreira (2018, p. 33-35), os estudos clássicos que buscaram compreender os sertões são comumente agrupados em três marcos paradigmáticos. O primeiro, referente à perspectiva *geoclimática*, remonta aos relatos dos viajantes do século XVIII se estendendo à obra de Euclides da Cunha, *Os sertões*, de 1902 (ANTONIO-FILHO, 2011). O autor toma como principal objeto de análise as condições climáticas, o fenômeno da seca e os homens que ali se estabeleceram. Chama atenção Moreira (2018) que tal paradigma influenciou em grande medida os estudos posteriores que priorizavam um discurso tecnicista, tendo nas questões geoclimáticas a justificativa para escolhas e práticas sociais, políticas e culturais na região, dando base para criação, por exemplo, de instituições como o Banco do Nordeste e a Embrapa Semiárido.

Segundo Roberto Marinho A. da Silva (2003), é nessa chave que o Nordeste surge como a “terra da seca” com projeções a nível nacional. Com a institucionalização das secas no final do século XIX, principalmente a partir da seca de 1877-1879<sup>54</sup>, que levou a mobilizações para “auxílio aos flagelados” e as primeiras “obras contra a seca”, tal evento tornou-se poderoso instrumento regionalista para unificação do discurso de grupos políticos dominantes do “Norte” na conquista de espaço no Estado republicano que estava se formando, comandado pelas oligarquias do sudeste. “A seca, divulgada nacionalmente como um grave problema, torna-se um argumento político quase irrefutável para conseguir recursos, obras e outras benesses que seriam monopolizadas pelas elites dominantes locais” (SILVA, 2003, p. 362).

O segundo paradigma é o *culturalista*, cujas produções acadêmicas tomaram como base os variados grupos sociais que habitaram esse território unificando-os em uma única categoria, o sertanejo. Como principal obra literária que retrata essa perspectiva tem-se o romance de José de Alencar, *O Sertanejo*, de 1875. Obra que apresenta os sertões de forma romantizada a partir dos tipos humanos que o habitam. Todavia, é o Movimento Regionalista do Nordeste, iniciado na década de 1930, que fixará as bases desse modelo explicativo do sertão. Não são raras as vezes que ainda hoje nos deparamos com análises em que diversos grupos sociais que habitam variados ambientes são generalizados em categorias como “sertanejo”.

Como terceiro modo de perceber os sertões apontado por Moreira (2018), está o paradigma *político* que, surgido posteriormente, irá refletir as demais perspectivas de forma

---

<sup>54</sup> Segundo Marco Antônio Villa (2001) a seca de 1877-1879 foi uma das mais terríveis da história. Estima o autor que teria dizimado cerca de 5% da população brasileira, erigindo o Nordeste, então chamado de Norte, em “região-problema” desde então.

crítica, centrando-se os estudos em função das relações de poder em detrimento das condições climáticas. Tal perspectiva passa a contextualizar a região dentro do modelo de desenvolvimento econômico nacional, denunciando as práticas das elites locais e os usos políticos da seca. Como já mencionado, somente a partir da seca de 1877 que o problema é elevado ao nível nacional. Sobre esse aspecto, Silva (2003) mostra que para além da grande mortandade de pessoas, pesavam também os interesses políticos dos coronéis que, devido à grande perda dos rebanhos, passaram a ampliar suas riquezas por meio das situações de calamidades vividas. Como consequência, colocam a seca a seu serviço fazendo dela grande negócio, instaurando nesse contexto aquilo que ficou conhecido popularmente como “indústria da seca”.

Sobre as diferentes narrativas construídas em relação às delimitações conceituais da categoria sertão, talvez, a obra de maior importância, principalmente em Minas Gerais, seja o romance roseano, *Grande Sertão Veredas*, de 1956. Presente em grande parte dos trabalhos que versam sobre o norte-mineiro ou o sertão, a obra, talvez possa trazer a possibilidade de uma perspectiva de transição entre as formas de olhar o sertão. Por meio de um método quase etnográfico, seja no rigor, seja na organicidade, Guimarães Rosa narra as memórias de Riobaldo Tatarana, velho homem do cangaço, cujas inquietações apontam para movimentos contraditórios relativos à sua própria existência em um sertão conservador, violento e machista, não lhe restando alternativa que rememorar as lembranças de um passado decadente. Todavia, Vladimir Safatle<sup>55</sup> nos chama atenção para o fato de que, se de um lado o autor reafirma o sertão como lugar de rusticidade, espaço periférico de violência, de outro, a narrativa parece não se limitar somente a uma leitura do sertão rural, mas às contradições e críticas à política nacional desenvolvimentista aplicada àquela época. Orquestrada como uma espécie de “marcha para o oeste”, tratou-se de uma forma de colonização interna, onde o sertão é reificado como lugar vazio, inabitado, aberto ao projeto civilizatório das grandes metrópoles. Como lamentou Riobaldo, “*Ah, tempo de jagunço tinha mesmo de acabar, cidade acaba com o sertão*” (GUIMARÃES ROSA, 2019, p. 125). Expressão extrema dessa perspectiva está nas consequências da Revolução Verde para o Cerrado brasileiro, tema que será tratado no quarto capítulo.

---

<sup>55</sup> Palestra proferida no SESC-SP, “Presente, pós verdade e experiência de passado”. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=E9GWv\\_ymJeQ](https://www.youtube.com/watch?v=E9GWv_ymJeQ). Acesso em 16 de julho de 2019.

## 1.6 SERTÃO: ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO DO REGIME MILITAR DE 1964-1985 E SUAS RESSIGNIFICAÇÕES

A partir do século XIX, mudanças significativas ocorreram no cenário nacional, tendo influência direta em regiões como o Norte de Minas, deflagrando um processo conhecido na historiografia como *modernização do sertão*. Atrelado ao projeto ideológico de construção da Nação, o sertão, desse ponto de vista, era tido como campo aberto para a nova onda civilizatória que levaria esse espaço de isolamento e decadência a se integrar ao restante da sociedade brasileira. Para tal buscou-se a composição da estrutura burocrática estatal dos poderes executivo, legislativo e judiciário nos centros regionais. A segunda metade do século XIX e início do XX tiveram como importante marcador as políticas de apoio à construção de uma rede de transportes atrelada ao incentivo à industrialização, atividades essas que viriam se juntar à agricultura e à pecuária da região. Em Minas Gerais, devido à própria presença dos grandes rios, a navegação se mostrou alternativa para ligação regional e de integração de partes do estado com o Brasil. Atrelada à essa, malhas ferroviárias passaram a adentrar à região interligando São Paulo, Goiás, Corumbá (Mato Grosso do Sul), Triângulo Mineiro, Norte de Minas. Tais mudanças culminaram em um crescente processo de urbanização dos centros regionais, como Januária, Montes Claros, Pirapora, Porteirinha. Todavia, os acontecimentos oitocentistas apenas antecipavam a onda modernizadora mais aguda que iria se aprofundar no século XX, sobretudo, a partir da década de 1960 (RIBEIRO, 2005; COSTA 2006; NOGUEIRA 2018).

Na primeira metade do século XX, devido aos prolongados períodos de seca, a perspectiva do Nordeste como região problema se aprofundou, aumentando discrepâncias sociais ao mesmo tempo em que grupos políticos locais se estabeleciam como grandes caciques por meio da indústria da seca. Da mesma forma que no início do século o latifúndio e seus coronéis tinham dominado a Inspeção de Obras contra a Seca, criada em 1909, mais tarde capturariam também o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS), criado em 1945. Roberto Silva (2003), rememora que em *Geografia da Fome*, de 1946, Josué de Castro já denunciava que a seca foi feita vilã do drama nordestino. Foi a partir dela que se acobertou todas as formas dominantes da exploração econômica que levaram à concentração das riquezas e do poder político, gerando miséria e dependência de milhares de sertanejos. No final da década de 1950, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), coordenado pelo economista Celso Furtado, confirma que as ações governamentais de

combate à seca, além de ineficazes, contribuíram para reprodução das crenças difundidas pelas elites locais de que a seca era responsável pelo subdesenvolvimento regional.

O grande projeto nacional de modernização das décadas de 1950 e 1960 se reapropriou do velho conceito de sertão como “vazio demográfico” e passou a definir as prioridades para a região, entre elas a Revolução Verde, que buscou a diversificação da produção agrícola. Para isso, fez do Cerrado seu principal laboratório, ignorando qualquer forma de ocupação pré-existente ou peculiaridades dos diversificados biomas. Para facilitar o ingresso desses novos empreendimentos, o Estado passou a definir metas diferenciadas para as zonas de seca. Com esse fim, em 1952, por meio da lei Federal nº 1649, foi criado o Banco do Nordeste, com o objetivo de atuar no Polígono das Secas, designação essa dada ao perímetro do território brasileiro atingido periodicamente por prolongados períodos de estiagem. No ano de 1968 teve sua atuação ampliada passando a abranger estados da Região Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia), além do Norte de Minas Gerais (incluindo os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha) e o Norte do Espírito Santo<sup>56</sup>. Já em 1959, por meio da lei nº 3.692, foi instituída a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada para possibilitar a intervenção do Estado federal no Nordeste, com o objetivo de promover e coordenar o desenvolvimento na região. Sua instituição também está vinculada à própria definição das fronteiras consideradas como Nordeste que passou a abranger os estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e a região Norte de Minas Gerais. Entre as políticas da SUDENE, estavam os custosos e conflitivos investimentos de infraestrutura, como estradas, telecomunicações, a construção de hidrelétricas, e medidas de “pacificação” do campo. Vale ressaltar que as agitações eram crescentes no interior nordestino, com o crescimento das Ligas Camponesas de Francisco Julião em Pernambuco. Nos anos 1960 os movimentos de insurreição camponesa atuaram para mudanças na estrutura agrária e criação dos sindicatos rurais em 1962, tornando-se um dos principais fatores que levaram à reação do Golpe Militar de 1964.

Entre os anos de 1970 e 1990, uma série de rodovias federais foram construídas ou reestruturadas objetivando, junto às redes estaduais, dinamizar e incentivar a instalação de empresas vinculadas aos projetos de agricultura irrigada, pecuária intensiva, monocultivos de algodão e eucalipto, além do incentivo à instalação de parques agroindustriais. Com o objetivo de incrementar a agricultura empresarial através de projetos de irrigação, em 1974 foi

---

<sup>56</sup> Informações disponíveis em [www.bnb.gov.br](http://www.bnb.gov.br).

criada a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF). Também nos anos 1970, com objetivo de suprir a demanda energética, intensificou-se a construção de barragens hidroelétricas, principalmente no rio São Francisco. Já em 1945, Getúlio Vargas havia inaugurado a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (CHESF). No entanto, foi a partir dos anos 1960 que ocorreu verdadeira reestruturação do setor elétrico brasileiro, com a construção de quatro represas – incluindo Sobradinho – e dez hidrelétricas<sup>57</sup>. De acordo com o Movimento de Atingidos por Barragens (MAB), foram inundados um total de cinco cidades e mais de 200 comunidades, além da expulsão de mais de 50 mil pessoas, naquilo que classificaram como a maior onda de migrações forçadas da história recente do país.

A onda modernizadora que dominou as políticas públicas destinadas ao desenvolvimento do Nordeste gerou novos arranjos produtivos, que impactaram diretamente as conservadoras relações sociais pré-existentes, ultrapassando a antiga figura dos coronéis e introduzindo o proprietário agroindustrial, os bancos financiadores de investimentos e as Sociedades Anônimas (S.A.) como atores destacados no cenário agrícola sertanejo. Ainda dentro de uma estrutura altamente verticalizada conseguiram associar as antigas práticas latifundiárias com as exigências do capital internacional. Os grupos empresariais que passaram a atuar na região, grande parte vinculados ao mercado externo, se apropriaram dos recursos e investimentos estatais, impulsionando a expansão da fronteira agrícola a partir da apropriação de grandes extensões de terras, institucionalizando formas contemporâneas de grilagem. Segundo Moreira (2018), aos coronéis restou o protagonismo mais restrito à liderança política nas prefeituras municipais ou como deputados federais e estaduais. No entanto, vale ressaltar que, em muitos casos, o poder local se configurou como principal base para o avanço empresarial sobre o Cerrado.

Segundo João D'Angelis Filho e Carlos Dayrell (2003) essa nova paisagem configurada pelo processo desenvolvimentista acabou por afetar drasticamente as bases da agricultura familiar tradicional que convivia há longo tempo com os ecossistemas e seus limites agroambientais. Argumentam os autores que a prática da monocultura reduziu a agrobiodiversidade local, impactando os principais pilares da agricultura tradicional, cortando o acesso a recursos hídricos e áreas de plantio; introduzindo, em larga escala, sementes

---

<sup>57</sup> Represas no rio São Francisco: Três Marias, em Minas Gerais; Sobradinho e Luiz Gonzaga, entre a Bahia e Pernambuco; e Xingó, entre a Bahia, Alagoas e Sergipe.

Hidrelétricas no rio São Francisco: Três Marias, Sobradinho, Paulo Afonso (I, II, III e IV), Itaparica, Moxotó e Xingó.

geneticamente modificadas; enfraquecendo mercados e feiras livres devido à chegada de insumos da agroindústria. Exemplificam que, de polo exportador de alimentos, o Norte de Minas passa a importador de insumos básicos para alimentação.

Nesse contexto de modernização, o sertão se converteu em “semiárido” e passou a ser percebido com base em um discurso técnico-científico que objetivava propor ações, inicialmente, de combate à seca. Com a incidência dos movimentos sociais essa percepção se converte, posteriormente, para a noção de convivência com o semiárido. Nessas circunstâncias, foi criado, em 1975, o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA), precursor da atual Embrapa Semiárido. Não é demasiado apontar que a categoria “semiárido” nasce, mais uma vez, da apropriação do sertão como “vazio demográfico” que deveria ser ocupado pelo progresso. Tais perspectivas técnico-burocráticas, não possibilitaram mudanças estruturais da realidade nordestina e norte-mineira, mas reacomodações de um regionalismo de modo a beneficiar elites empresariais do Sul e Sudeste que se apresentaram como novos colonizadores de um “de-sertão”, como pontuou Moreira (2018).

### **1.6.1 Apropriações do Sertão: Movimentos Sociais e Mudanças de Paradigma**

A expansão do setor agroindustrial por meio do modelo extensionista baseado na difusão de inovações tecnológicas vinculados aos paradigmas da “Revolução Verde” teve como principal propulsor o aparato estatal, o acesso a linhas de financiamentos, cessão de imensas áreas para exploração e a ampla assistência técnica. Como consequência, esses novos modelos redefiniram a realidade socioambiental das áreas nas quais foram implementados, contribuindo para concentração fundiária, agora estruturada a partir de Sociedades Anônimas, além dos impactos ambientais de proporções inimagináveis até então.

A ideia de semiárido como síntese da passagem do sertão para uma modernização conservadora foi marcada por contradições e disputas que ficaram evidentes nos contrastes presentes na própria estrutura legal que definiu a área em questão. A Constituição Federal de 1988, artigo 159, inciso I, alínea C, e a lei nº 7.827/1989, que tratam da questão, tomam como base os critérios geoclimáticos como definição técnica do semiárido e, apesar da pretensão inovadora, delimitaram o mapa com o conceito de “zona das secas”, área que abrangeria os municípios a serem beneficiados pelo Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste. Apesar de uma aparente neutralidade do conceito, desde que tal “zona” foi definida, esse mapa passou por diferentes alterações evidenciando possíveis mudanças climáticas, mas,

sobretudo, as consequências de debates e disputas políticas vinculados aos interesses de apadrinhados. Em consequência, observa-se a quantidade de municípios beneficiados ser reformulada convencionalmente a cada período, de acordo com as forças políticas do momento (SILVA, 2003; MOREIRA, 2018).

Tal processo de modernização do sertão configurou-se em um projeto tardio e autoritário, onde as divergências e disputas em torno do modelo de semiárido ficaram cada vez mais evidentes, levando a graves tensões no final de 1970 e durante a década de 1980. Os anos 1980, particularmente, foram marcados pelo período de agravamento dos conflitos, com expressivo aumento do número de trabalhadores rurais mortos em confronto. Entre os dados apresentados pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Paulo Girardi – 1986-2006 – no período de análise, os anos de maior concentração de assassinatos estão entre 1986 e 1990<sup>58</sup>. Nesse sentido, as tensões e contradições desse contexto desenvolvimentista provocou a emergência e articulação de diferentes frentes insurgentes a partir da sociedade civil. Houve uma aproximação dos movimentos de base com organizações sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT); se acentuaram as ações de organizações vinculadas à Igreja Católica como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Caritas<sup>59</sup>; surgiu o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), em 1989; se consolidou o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), nos anos 1990, assim como se fundou a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA), nos anos 2000.

Durante os anos 1990, essa rede política foi responsável pela apropriação e ressignificação do discurso vinculado à categoria semiárido como contraposição à “indústria da seca” e ao “combate à seca”. A percepção era de que o termo, mesmo dotado de forte teor tecnicista, apontava também para possibilidades de cunho mais progressistas. Com ele uma versão contra-hegemônica começa a ser lapidada, ganhando força a ideia de “convivência com o semiárido”. Tratava-se da elaboração de um paradigma alternativo que levava em consideração as dinâmicas ambientais próprias da região, associando o manejo adequado do solo e da água com o uso de qualidades de plantas e animais adaptados a tais condições.

Não é de se estranhar que na década de 1980 surjam dissidências de caráter mais progressista entre os técnicos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) e da Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER), que

---

<sup>58</sup> Dados disponíveis em “Atlas da Questão Agrária Brasileira”, Eduardo Paulo Girardi: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/violencia.htm>, acesso em 20 de janeiro de 2021.

<sup>59</sup> Daniel Munduruku (2012) chama atenção para a mudança de postura da Igreja Católica, criação do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e das pastorais como importante marco para o contexto das lutas subalternas.

passaram a desenvolver propostas e a experimentar alternativas baseadas na ideia de convivência com a seca e o semiárido. Em 1982, a EMBRAPA divulgou um documento intitulado “Convivência do homem com a seca” que tinha como principal mote a segurança hídrica por meio da captação e armazenamento de água em pequenas propriedades. Essa proposta atacava diretamente o modelo coronelista de exploração eleitoral dos carros-pipa e da apropriação das grandes barragens que ficavam submetidas aos mandos e desmandos dos caciques de cada localidade. A nova compreensão incorporada à noção de semiárido balançou as estruturas conservadoras do poder e passou a pautar as ações dos novos movimentos sociais que estavam a se organizar.

Em 1999, na III Conferência das Partes da Convenção de Combate à Desertificação das Nações Unidas (COP 3), sediada em Recife, um fórum paralelo da sociedade civil reuniu cerca de 700 organizações como igrejas, ONGs, movimento sindical de trabalhadores rurais e entidades ambientalistas. Como resultado dos debates, as organizações lançaram a “Declaração do Semiárido”, documento que marcou a ruptura com o pensamento e ações do combate à seca.

Sobre esse aspecto, duas frentes merecem destaque. No Norte de Minas Gerais, a Caritas, entidade da Igreja Católica que atua com ajuda humanitária em áreas de vulnerabilidade social, havia iniciado a construção, em caráter experimental, de cisternas de placas para armazenamento de água potável. O objetivo era fazer frente ao abastecimento por carros pipa oriundo da corrupta estrutura política local. Alguns dos trabalhadores desse projeto foram moradores das comunidades veredeiras, base da presente pesquisa. Inclusive, a possibilidade de conhecer e trabalhar em dezenas de comunidades, construindo e instalando cisternas de placas contribuiu, posteriormente, para estruturar a rede das comunidades veredeiras dos municípios de Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, São Francisco e Cônego Marinho.

Outro programa que teve grande êxito no semiárido foi o projeto iniciado pela Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) no início dos anos 2000, denominado Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC). Seu objetivo era a construção de cisternas com placas de cimento que eram posicionadas ao lado das casas e que tinham a capacidade de armazenamento de água da chuva, possibilitando uma inimaginável independência e acesso à água durante períodos de seca, prática denominada como cultura de estoque.

A partir dessas iniciativas, uma série de projetos vinculados às tecnologias de convivência com a seca passaram a ser desenvolvidos por uma densa rede de organizações

civis, em parceria com o Estado e universidades. Paralelamente aos avanços vinculados à positivação das relações com o semiárido, outros movimentos passam a operar em escala nacional via o surgimento de “direitos insurgentes” que penetraram nas estruturas do direito positivo dominante via “rachaduras hermenêuticas” se configurando em “direitos difusos” (ARRUTI, 1997). Observa-se com isso o fortalecimento dos movimentos indígenas do Nordeste, que ganhou força desde a década de 1970 (OLIVEIRA FILHO, 1998), e a emergência dos grupos compreendidos como “populações tradicionais”, primeiramente as “comunidades remanescentes de quilombo”, acionando os mecanismos jurídicos referentes ao artigo 68 da Constituição Federal e, posteriormente, outras dezenas de povos, que passam a se autorreconhecer como tradicionais, amparados pela Carta Magna, em seus artigos 215 e 216, mas também pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho e pelo Decreto 6040/2007.

## 2. CONTRUÇÕES TEÓRICAS E MOBILIZAÇÕES POLÍTICAS EM TORNO DA CATEGORIA POVOS TRADICIONAIS

Ao longo do capítulo anterior tive a preocupação de expor, com base em revisão histórica e a partir de pesquisa etnográfica, diferentes processos coloniais que se desdobraram durante os séculos XIX e XX, influenciando direta ou indiretamente no Norte de Minas Gerais e, por consequência, na formação dos diferentes povos que habitam a região. Reafirmo a necessidade de que, para compreender o atual contexto das comunidades veredeiras, ou de qualquer outro grupo social, é indispensável o conhecimento não só do presente etnográfico, mas dos diferentes processos e articulações que culminaram naquilo que pude experimentar durante o trabalho de campo.

As comunidades veredeiras emergem, inicialmente, no cenário político local e, posteriormente, no cenário estadual, nacional e internacional, em resposta aos complexos contextos de conflitos fundiários e ambientais locais. A inserção em uma rede colaborativa, na qual diferentes agentes da sociedade civil e do poder público se articulavam frente às novas formas de políticas públicas que estavam sendo gestadas desde a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Poder Executivo nacional, possibilitou a algumas comunidades da região a se repensarem dentro do seu próprio contexto político ambiental<sup>60</sup>.

Ao buscar analisar os processos políticos e ambientais que levaram as comunidades veredeiras ao autorreconhecimento enquanto povos tradicionais, acredito ser necessário localizar os processos históricos que culminaram na conceitualização da própria categoria “populações residentes / povos / comunidades tradicionais”. A historicidade e implicações do debate político, acadêmico e institucional referente à construção da categoria já foi largamente debatida durante as décadas de 1990 e 2000 (ALMEIDA, 2008; ARRUDA, 1999; DIEGUES, 1996; CUNHA & ALMEIDA, 2009, BARRETTO FILHO, 2001, 2006a; LITTLE, 2002). Todavia, ainda hoje, os desdobramentos sociopolíticos engendrados por um arcabouço legal que estruturou políticas públicas para esses segmentos, atrelado aos vínculos estabelecidos entre organizações da sociedade civil e grupos sociais que se encontram imersos nessa arena, trazem novos contornos. Ao mesmo tempo em que possuem vínculos com os debates supracitados, apontam para novos caminhos políticos, conceituais e, também, paradigmáticos. Nesse sentido, situarei alguns dos importantes contextos histórico/políticos que serviram como ambiente para forjar, ainda de forma inacabada, aquilo que entendemos hoje por povos e comunidades tradicionais (PCTs).

---

<sup>60</sup> Refiro-me à Convenção 169 da OIT, ao decreto 4887 de 2003 e ao decreto 6040 de 2007.

Localizo o debate em torno da categoria a partir de três perspectivas. Primeiro, as discussões em âmbito internacional referentes ao surgimento do ambientalismo como área de conhecimento e discurso político que constituiu, ao longo do século XX, o debate sobre áreas de preservação/conservação e, conseqüentemente, os grupos humanos que lá habitam. Segundo, os debates relativos às tentativas de delimitação e compreensão dos grupos e movimentos sociais que passam a se organizar reivindicando o reconhecimento de novas identidades que associavam a defesa dos seus territórios a partir da conservação ambiental e formas de distribuição de terras. E, como terceiro ponto, os desdobramentos dessas mobilizações, seus deslocamentos e influências para o contexto regional do Norte de Minas, com especial atenção às mudanças ocorridas a nível político-ambiental e o surgimento de “novos movimentos sociais” de caráter ecológico. Tal debate contribuiu com a afirmação da categoria em análise e na delimitação referente às suas formas situacionais enquanto camponeses, pescadores, quilombolas, indígenas e tantos outros segmentos que continuam surgindo, década pós década.

Segundo Henyo T. Barretto Filho (2006a), o debate que nos interessa tem origem no reconhecimento da existência de “estilos de vida tradicionais” no âmbito do conservacionismo internacional<sup>61</sup>. Explica o autor que a noção de “população tradicional” desde seu início esteve atrelada às discussões vinculadas às áreas de conservação ambiental e a permanência ou não de grupos em seu interior. A perspectiva favorável ao reconhecimento desses grupos enquanto sujeitos possuidores de formas específicas de vida se baseia no reconhecimento do “conjunto de valores culturais coletivos relativos ao meio ambiente – percepções, valores e estruturas de significação que orientam e estão na origem de certas políticas ambientais”. Localiza o autor que tal perspectiva está vinculada à incorporação oficial do princípio do zoneamento à definição das áreas protegidas atrelada, juntamente, com a preocupação em relacionar conservação da biodiversidade *in situ* com o desenvolvimento socioeconômico à escala local na gestão dessas áreas (2001, p. 111).

No entanto, sobre outro ponto de vista, Manuela Carneiro da Cunha e Mauro Almeida (2009), apesar de não negarem as discussões internacionais, relativas ao conservacionismo e populações *in situ*, compreendem como um mal entendido afirmar que as organizações não-governamentais e as ideologias “estrangeiras” são responsáveis pela conexão entre a conservação da biodiversidade e os povos tradicionais. Questionam esses autores, se o

---

<sup>61</sup> Sobre o debate relativo às formulações e orientações produzidas nos fóruns internacionais de discussão sobre os estatutos, os objetivos e as metodologias de gestão das áreas protegidas, ver Barretto Filho (2001, 2006).

envolvimento desses grupos com seu ambiente não poderia se tratar de “um caso de projeção ocidental de preocupações ecológicas sobre um “bom selvagem ecológico” construído *ad hoc*?” Por sua vez, Maurício Torres (2012), apontará que as origens do conceito de população tradicional misturam-se com o surgimento das Reservas Extrativistas (Resex) no Brasil.

Ao longo das duas últimas décadas o debate se intensificou ganhando em extensão e profundidade. Nas próximas páginas tentarei apresentar parte desse processo, de modo a direcionar tal construção para a compreensão da dinâmica vivida hoje pelas comunidades veredeiras de Minas Gerais, uma vez que, todas as bases de articulação e organização política gestadas atualmente têm vínculos específicos com esse processo político construído desde os anos 1980.

## 2.1 AMBIENTALISMO A NÍVEL INTERNACIONAL E O DEBATE SOBRE POPULAÇÕES TRADICIONAIS

Como já apontado por Diegues (1996, 2001), Barretto Filho (2006) e tantos outros, o debate relativo à permanência de populações tradicionais em áreas destinadas à proteção surge no pós-guerra, entre as décadas de 1960 e 1970, momento em que ocorre a grande estruturação do ambientalismo a nível mundial. Na perspectiva de John McCormick (1992), o ambientalismo gerou uma “revolução conceitual de proporções copérnicas”. Segundo Donald Worster (2011), a década de 1970 pode ser considerada a “era da ecologia”, pois é quando o debate transpõe os espaços da academia e se difunde de forma mais generalizada para a sociedade como um todo. Para Wolfgang Sachs é nesse período que a ecologia deixou as faculdades de biologia das universidades e migrou para a consciência das pessoas: “O termo científico transformou-se numa percepção do mundo” (SACHS, 2000, p. 124). É nesse período que surgem importantes entidades de renome internacional como, o *Friends of the Earth International* (1971), o *Greenpeace*, no Canadá (1971), a *Sea Shepherd Conservation Society*, nos EUA (1977), entre outras.

A consolidação da perspectiva ecológica enquanto paradigma da época pode ser entendida como resposta ao complexo quadro destrutivo alcançado pela humanidade, seja pelos avanços tecnológicos, seja pela crescente demanda de recursos ambientais para manutenção do desenvolvimento econômico base da continuidade do modelo capitalista. Arelado ao efeito estufa, buraco na camada de ozônio, potenciais chuvas ácidas, e o risco de uma hecatombe derivado do contexto de Guerra Fria, estavam os traumas advindos dos

efeitos nucleares experimentados na II Guerra Mundial. Para certa parcela da humanidade, os riscos de continuidade da espécie entravam no radar. De acordo com Worster (2011), a era ecológica se iniciou com a explosão da primeira bomba atômica no deserto do Novo México, em 16 de julho de 1945. Ali parece ter se concretizado o “domínio do homem sobre a natureza”, a partir do lado mais sombrio do legado iluminista. Argumentam Gilmar Arruda, Aparecida Silva e Eliane Biasetto que nesse período “o que efetivamente o ambientalismo acrescentou às ideias sobre os limites, concepções e alterações provocadas pelos homens no meio ambiente foi o senso de urgência, que chegava aos limites do apocalipse. O meio ambiente estaria em ‘estado de crise’” (2011, p. 51).

Já nas décadas de 1950 e 1960, observou-se forte mudança da perspectiva governamental em relação ao interesse pelo debate ambiental. Argumenta McCormick (1992) que até então o tema era considerado como “a excentricidade amigável de certas pessoas com quem era preciso ser indulgente”<sup>62</sup>. Com o avanço das pesquisas e aumento de financiamentos para mapeamento de espécies ameaçadas, constatou-se que os riscos de extinção de um expressivo número de espécies se davam pela perda ou contaminação dos seus habitats de origem. Assim, a importância da conservação de ecossistemas representativos passou a atrair maior atenção e o início de uma “consciência ecológica”, referente às ações e consequência da atividade humana, começa a se difundir.

A atenção se voltava, entre outras frentes, aos parques nacionais como espaços essenciais para conservação. Vale ressaltar que a institucionalização de parques já vinha se desenvolvendo em isolamento nacional, desde pelo menos o século XIX, de acordo com as demandas domésticas de cada país. Todavia, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN, sigla em inglês), buscando maior coordenação a nível mundial, realizou a I Conferência Mundial sobre Parques Nacionais, em Seattle, estado de Washington, em julho de 1962. Destaca Barretto Filho (2006) que o debate sobre a permanência de grupos humanos em áreas de proteção obteve importantes avanços a partir dessa Conferência, onde se admitiu “existirem exceções à regra geral de ampla proteção legal contra a exploração de seus recursos naturais ou qualquer outro dano ocasionado pelo homem”. No entanto, a partir de um caráter preservacionista, tais exceções, vinculadas à

---

<sup>62</sup> O autor refere-se às palavras de Edward Max Nicholson (nascido em 1904), ornitólogo que teve grande contribuição na evolução do ambientalismo britânico e internacional. Foi Co-fundador do *British Trust for Ornithology*, do *Council for Nature*, participou da criação da *International Union for Conservation of Nature* (IUCN-1948) e do *World Wildlife Fund*, além de segundo diretor-geral da *Nature Conservancy* (1952-1966) e esteve engajado no debate meio ambiente/desenvolvimento dos anos 70 (McCORMICK, 1992, p. 55).

habitação, agricultura, pecuária, prospecção mineral e caça, uma vez identificadas antes da criação do parque, deveriam ser manejadas, aspirando sua redução ou mesmo seu fim.

No decorrer das décadas seguintes, tal perspectiva vai se alterando de modo a flexibilizar, cada vez mais, a permanência de grupos humanos em áreas protegidas. Em 1972, a IUCN, em assembleia geral no Canadá, passou a incorporar o princípio do zoneamento à definição de parque nacional, reconhecendo assim que “comunidades humanas com características culturais específicas faziam parte dos ecossistemas a serem protegidos, na figura das ‘zonas antropológicas’”. Por sua vez, em 1982, no III Congresso Mundial de Parques Nacionais e Áreas Protegidas, realizado em Bali, na Indonésia, houve grande preocupação com o desenvolvimento na definição do conceito de parque nacional. Entre as formulações, destaca-se a preocupação de que os parques deveriam desempenhar papel fundamental no desenvolvimento nacional e na conservação, enfatizando a integração das áreas protegidas aos programas de desenvolvimento regional e à relação entre essas áreas e as populações locais. Enfatizava-se que tais áreas melhoravam as perspectivas de um “desenvolvimento sustentado”, porém, ponderava-se que a criação de parques, muitas vezes não levava em consideração o conhecimento e o engajamento das populações que vivem nas áreas a serem protegidas. Em 1986, na conferência “Conservação e Desenvolvimento: pondo em prática a *World Conservation Strategy*”, realizado pela IUCN, em Ottawa, Canadá, foi a primeira vez que a situação dos povos tradicionais que se encontravam em contexto de parques foi tratada de forma explícita. O evento possibilitou o diálogo entre governos, ONGs e demais instituições de modo a estabelecer acordos que garantissem: (i) a participação das populações tradicionais no controle e uso de recursos; (ii) a possibilidade de consultas e acordos na criação de parques; (iii) a necessidade de atenção por parte dos governos às demandas e aspirações desses grupos. Tais concordâncias apontavam para o fato de que os povos tradicionais não deveriam ter seu modo de vida alterado se optassem por permanecer nas áreas foco de preservação ou que não seriam deslocados para fora delas sem consentimento. Destaca Barretto Filho que: “tudo se passa como se a IUCN, o Pnuma, o WWF e outras organizações internacionais tivessem, paulatinamente, chegado a reconhecer efetivamente os direitos dos ‘povos tradicionais’, entre os quais se destaca o direito à ‘autodeterminação’”. Nesse sentido, o autor chama atenção para a própria “resistência nativa e/ou autóctone à implantação de áreas protegidas”. Aponta para o fato de que a resistência das populações tradicionais à agenda conservacionista “implicou na flexibilização da parte de

seus formuladores e executores na direção de ‘farejar as resistências’ para melhor levar adiante seus intuitos” (BARRETTO FILHO, 2006, p. 112-117).

Apontado por Sérgio Jatobá, Lúcia Cidade e Gloria M<sup>a</sup>. Vargas (2009), como “ambientalismo moderado”, por ser egresso de um ecologismo de caráter mais radical, essa perspectiva buscava equacionar o conflito entre crescimento econômico e preservação ambiental, adaptando-se à racionalidade instrumental do modelo vigente<sup>63</sup>. O centro das preocupações estava na ameaça à sustentabilidade do modelo econômico por causa do esgotamento progressivo de recursos naturais do planeta. Em 1972, foi elaborado o estudo *The Limits to Growth*, coordenado por Meadows e patrocinado pelo Clube de Roma, “uma associação de empresários, e não de ecologistas”, segundo os autores (2009, p. 56). De inspiração neomalthusiana, o estudo indicava os limites vinculados aos altos índices de produção e consumo, o que acarretaria, em poucos anos, uma crise econômica sem precedentes e que a própria vida na Terra estaria em perigo de extinção. Na sequência se realizou a Conferência de Estocolmo, em 1972, primeira Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente, onde foi criado o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA). Para Edgar Morin, o relatório do Clube de Roma foi um dos mais importantes documentos de cunho ecológico desse período histórico, “prevenia o mundo inteiro de que a continuação do crescimento econômico e industrial, no mesmo ritmo e segundo as mesmas modalidades do passado, arrastaria o conjunto da biosfera e consequentemente toda a humanidade para a catástrofe” (MORIN, 1997, p. 56).

A Conferência de Estocolmo, de 1972, é um dos principais marcos do início do debate ambiental a nível internacional. Influenciada pela crise econômica e energética dos anos 1970, nela foi proposta uma moratória do crescimento econômico e populacional a nível mundial. Tal medida contava com o apoio de países industrializados, que se coadunavam com a redução do crescimento econômico provocado pela crise energética e pela crise da hiperacumulação, mas encontrava forte resistência daqueles “países em desenvolvimento”,

---

<sup>63</sup> Para estes autores, o conceito de ambientalismo e suas variações podem ser divididos, de acordo com suas transformações históricas e políticas, em três correntes ou abordagens. Primeiramente tratam da “ecologia radical”, ou ecologismo, que, estruturada no século XIX, tem como base uma visão “romantizada da natureza” baseada no biocentrismo, ou seja, contrário a qualquer uso antrópico dos espaços protegidos. Também inclui o biorregionalismo como uma peculiar forma de interação dos humanos com a natureza. A segunda abordagem é o ambientalismo moderado, que busca a conciliação dos usos antrópico e conservacionista em um mesmo território sem, no entanto, esclarecer como atingir esse objetivo. Foi o berço onde se estruturou a noção de desenvolvimento sustentável a partir da década de 1970. Como terceira via, apontam o debate proposto pela Ecologia Política que, ao contrário da segunda, tem como centro de análise as relações de poder e os conflitos socioambientais advindos das disputas entre frentes de desenvolvimentos e grupos locais. Sobre o assunto ver: Jatobá, Cidade e Vargas (2009, p. 32-33).

que argumentavam sua impossibilidade de superar a pobreza sem a continuidade do crescimento econômico, sendo essa mais grave que os altos níveis de poluição ambiental. Sobre tais diferenças é importante salientar que a crise energética teve consequências ambientais muito diferentes entre o Norte e o Sul global. Jatobá, Cidade e Vargas (1999), chamam atenção para o fato de que, se nos países desenvolvidos industrialmente a crise gerou avanços tecnológicos resultando em melhores desempenhos na preservação ambiental, nos países do Sul o mesmo não pôde ser observado. Imersos em uma crise econômica seguida da euforia de um crescimento insustentável vivido no início dos anos 1970 e sem condições de investimentos em tecnologias de caráter ambiental, buscou-se como estratégia baixar custos à custa de maior pressão sobre os ambientes explorados. É nesse período que se observa, por exemplo, no Brasil, o maior avanço sobre o Cerrado com base em projetos de agricultura irrigada, como o Projeto Jaíba<sup>64</sup>, o incentivo para produção de maciços de eucalipto, criação de grandes rebanhos de gado e agricultura em áreas de várzea, como o Programa Pró-Várzea, que iremos tratar a frente. Além disso, houve a criação dos primeiros parques na região como medida compensatória para os grandes projetos. Essas atividades, ao longo das décadas seguintes, transformaram-se num dos principais focos de conflitos ambientais/territoriais no Norte de Minas.

Voltando ao contexto internacional, com objetivo de conciliar os interesses conflitantes, tem início o debate daquilo que seria a tentativa de equacionar crescimento econômico e conservação ambiental no que culminou, mais tarde, no Relatório Brundtland, 1987, documento final da Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento (CMMAD, 1991), criada em 1983, pela Organização das Nações Unidas. O documento introduziu o conceito de *desenvolvimento sustentável*, que tinha como base uma posição claramente antropocentrista, muito diferente do ecocentrismo das propostas ambientais anteriores, que imputava ao desenvolvimento seu caráter de degradação ambiental. De acordo com Jatobá, Cidade e Vargas (1999), seu neomalthusianismo era bem mais ameno, quando comparado com o dos ecologistas conservacionistas. Além de ratificar as posições anteriormente defendidas nos documentos oficiais da ONU, o Relatório preparou o caminho para a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ou Cúpula

---

<sup>64</sup> Localizado no extremo Norte de Minas Gerais, o Projeto Jaíba está à margem esquerda do rio Verde Grande e direita do rio São Francisco abrangendo uma área de 100 mil hectares. Foi concebido visando criar um centro de produção agroindustrial, tendo em vista que grande parte dos solos, quando irrigados e corretamente corrigidos, com o uso de calcário e adubos, passam a ser produtivos. Entre suas consequências destaca-se a criação de várias áreas de conservação ambiental como medida compensatória, chegando a um total de 90.000 hectares (Minas Gerais, s/d).

da Terra, conhecida por Rio-92 ou Eco-92, realizada no Rio de Janeiro, em 1992. Nesse sentido, destaca Gustavo Lins Ribeiro (1992) que, a partir desse momento, o ambientalismo, antes relacionado a "modelos alternativos de desenvolvimento", passa a operar como um dos principais interlocutores entre os principais agentes do campo desenvolvimentista – Estados, agências multilaterais e bilaterais, empresários, organizações não-governamentais e movimentos sociais.

Sendo a maior conferência sobre meio ambiente, a Eco-92 pode ser considerada o evento mundial que selou politicamente o ambientalismo moderado, baseado na proposta conceitual do desenvolvimento sustentável que, segundo Henyo Barretto Filho (2006b), era o paradigma do desenvolvimento absorvendo a própria crítica ecológica. Entre seus resultados destaca-se a aprovação de cinco documentos oficiais: três convenções (Biodiversidade, Desertificação e Mudanças Climáticas), uma declaração de princípios e a Agenda 21. Entre os acordos firmados, destaca-se a intenção dos países ricos em contribuir com 0,7% do seu PIB para ajudar os países em desenvolvimento, além da criação de um fundo especial para financiar programas ambientais nos países pobres, o *Global Environmental Fund* (GEF).

Dez anos depois, em 2002, ocorria em Johannesburgo, na África do Sul, a Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável, também conhecida como Cúpula da Terra 2 (Rio + 10). Seu objetivo era realizar um balanço dos compromissos firmados na década anterior. Todavia, ficou claro no encontro os limites daquelas iniciativas e os poucos avanços conquistados. Os dados apresentados apontavam para pioras nos indicadores sociais e ambientais. Como consequência, ficou evidente a necessidade de redução da pobreza como ação prioritária, dando um caráter marcadamente socioambiental para as propostas decorrentes da Cúpula da Terra.

Nos anos de 2007, 2013 e, recentemente, 2021, as preocupações governamentais e de organizações da sociedade civil aprofundaram com a divulgação dos relatórios do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPPC), publicações que constata as crescentes perturbações dos ambientes a nível global. Em 2007, o Quarto Relatório Científico do IPCC (AR4) apresentou como principal argumento o aquecimento global como decorrente das ações antropogênicas, com 90% de certeza. Um ano antes, em outubro de 2006, outro relatório, produzido pelo economista britânico Nicholas Stern (2006), já trazia informações preocupantes referentes aos riscos de perdas econômicas em decorrências das mudanças climáticas. Afirmava o autor que as elevações da temperatura entre 1°C e 5°C poderiam acarretar secas, inundações, desabastecimento de água, redução de safras agrícolas,

desnutrição, fome, exposição a doenças e extinção de espécies. Tais transformações são sentidas de forma mais aguda nas regiões e parcelas mais vulneráveis do mundo.

Talvez a proposição mais extrema tenha sido colocada no ano de 2000 pelo químico, ganhador do prêmio Nobel em 1995, Paul J. Crotzen e pelo biólogo Eugene F. Stoermer (2000), no artigo “*The Anthropocene*”, publicado na revista *Global Change Newsletter*. Segundo os autores, o “antropoceno” seria o termo adequado para a atual era geológica que se encontra o planeta, enfatizando a capacidade adquirida pela humanidade em gerar mudanças em escala geológica e ecológica a nível planetário. Entre os argumentos utilizados, os autores apontam que, devido às emissões antropogênicas de CO<sub>2</sub>, o clima da Terra pode se afastar significativamente do comportamento natural pelos próximos 50.000 anos. As ações da humanidade e sua demanda por recursos naturais se transformaram em uma força geológica capaz de incidir nas dinâmicas do planeta por milhares e talvez milhões de anos, podendo levar ao que muitos cientistas, entre eles Elizabeth Kolbert (2015), classificam como a Sexta Extinção.

Entre as várias frentes políticas que surgem desde os anos 1980, com o objetivo de contestar as propostas de conciliação ambiental advindas da visão economicista predominante nos organismos internacionais, destaca-se a da Ecologia Política, que passa a questionar diretamente as abordagens de caráter neomalthusiano da crise ambiental baseadas em medidas predominantemente tecnicistas para a resolução dos problemas ambientais<sup>65</sup>. Sobre esse aspecto, destaca Ribeiro que a noção de desenvolvimento sustentável tinha como principal base a crença na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento que compatibilizavam interesses tão diversos quanto a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza, até justiça social, uma vez que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental. Para o autor, “a exploração de um segmento social por outro(s) não sendo problematizada de frente, acaba sendo aparentemente resolvida como mais um subproduto da instalação de um modelo racional, adaptado às realidades do nosso tempo” (RIBEIRO, 1992, p. 18).

Fortemente influenciada pelo pensamento complexo, de Edgar Morin, entre as linhas de análise da Ecologia Política, destaca-se seu entendimento de que os problemas ambientais

---

<sup>65</sup> Apesar do debate sobre a Ecologia Política poder ser associado a discussões teóricas anteriores, parece ser acordado localizar como principal responsável pela proposta político-teórica Eric Wolf (1972). Lembra Casey Walsh (Universidade da Califórnia), que Eric Wolf (EUA) e Angel Palerm (México), entre outros intelectuais, nos anos 1970, desenvolveram projeto colaborativo que assentaram as bases para estudos sobre seres humanos e ambiente, que levavam em consideração aspectos da ecologia, economia política, convertendo-se em uma das vertentes do que viria a ser a Ecologia Política.

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=bf0LeFsr8G0&t=2022s>

não podem ser compreendidos isolados do contexto político em que foram criados. Faz-se necessário relacionar processos socioeconômicos, políticos e atores sociais nos níveis global, regional e local. Sua abordagem vincula as crises ambientais nas regiões socialmente desiguais como derivadas de processos políticos, tomando como base os interesses e ações dos principais atores sociais envolvidos nos conflitos que passam a ser analisados a partir de uma abordagem socioambiental.

Para Martinez-Alier (2007), a Ecologia Política é a fusão da ecologia humana com a economia política e busca estudar os conflitos ecológicos distributivos em uma economia ecologicamente cada vez menos sustentável. Para o autor, o embate entre economia e ecologia não se sustenta com medidas como a internalização das externalidades no sistema de preços ou com propostas como as do desenvolvimento sustentável, modernização ecológica ou ecoeficiência. Argumenta no sentido de que a propalada desmaterialização da economia é uma hipótese falaciosa, uma vez que, apesar da tendência de a produção tornar-se relativamente menos intensa na sua demanda por energia e por matérias primas, o aumento do consumo continua implicando em uma crescente pressão ambiental. Nesse sentido, as disputas por recursos naturais, cada vez mais escassos, vem se acirrando com maior intensidade, agravando os conflitos socioambientais. O choque entre economia e meio ambiente materializa-se nos conflitos e, como consequência, têm-se a transferência dos custos ambientais para os segmentos sociais mais vulneráveis, significando uma distribuição desigual de ônus e benefícios ambientais, em função de capacidades desiguais de poder entre os atores envolvidos na disputa. Martinez-Alier também reconhece que, na perspectiva da Ecologia Política, os movimentos sociais que surgem a partir da década de 1980, espalhados ao redor do mundo, organizados em prol de justiça ambiental, são agentes importantes dentro dessa arena de análise e disputa, com destaque para as proposições de alternativa ao desenvolvimento e as formas de resistência como principal estratégia de luta.

Desse modo, devemos localizar o surgimento dos movimentos ambientais e/ou socioambientais a partir dos conflitos vivenciados por diferentes grupos sociais locais frente a experiências diversas como a de contaminação tóxica, poluição hídrica, obras geradoras de forte degradação ambiental e ameaças à biodiversidade, deflagradas no seio do sistema de exploração capitalista. Juliana Santilli (2005) argumenta que o socioambientalismo se estrutura a nível mundial a partir da metade dos anos de 1980, principalmente após a ECO-92 – passando a consolidar os seus conceitos e paradigmas, incorporados cada vez mais ao discurso e à prática política e jurídica. A partir da relação desenvolvida entre os movimentos

sociais e ambientalistas passa-se a incorporar o componente ambiental às lutas sociais e políticas. Essa perspectiva reconhece a relação entre biodiversidade e sociodiversidade com base em uma interpretação sistêmica e integrada da proteção jurídico-constitucional conferida à diversidade biológica e à diversidade cultural, influenciadas pelo multiculturalismo e pelo humanismo<sup>66</sup> (SANTILLI, 2005, p. 29). Alguns exemplos de movimentos sociais apontados por Martinez-Alier são os que lutam por justiça ambiental nos EUA, surgidos em meados dos anos 1980; os grupos ambientalistas que se transformaram em organizações ecopacifistas, como o *Greenpeace* e os movimentos sociais dos países terceiro-mundistas. Sobre esse último o autor destaca o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Produtores Rurais, os variados movimentos organizados para o reconhecimento de territórios tradicionalmente ocupados, como os quilombolas, aqueles vinculados à resistência de trabalhadores extrativistas, como seringueiros, ribeirinhos, quebradeiras de cocos de babaçu e, claro, o movimento indígena.

Importante salientar que, apesar de historicamente se antagonizar com o Estado, principalmente em relação aos grandes projetos desenvolvimentistas, promovidos por este em parcerias com grandes empresas, as frentes socioambientais buscam estabelecer pressão para possibilitar críticas e ações necessárias frente a conflitos específicos. Como destaca Martinez-Alier, a maior parte dos movimentos ambientais não são movimentos anti-Estado. Entre alguns exemplos que podemos citar, destacam-se: o movimento norte-americano pela justiça ambiental, que mantém proximidade com o Estado e dele reivindica maior controle e regulamentação para os conflitos ecológicos distributivos; grupos ambientalistas, como Amigos da Terra, *World Wildlife Fund* (WWF), *International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources* (IUCN), *Inland Rivers Network* (IRN) e *Greenpeace*, que também dependem do Estado para as suas ações e o atendimento de reivindicações, como a criação de áreas protegidas (MARTINEZ-ALIER, 2007; JATOBÁ, CIDADE & VARGAS, 1999).

Se, a partir de Martinez-Alier, podemos entender a Ecologia Política como o estudo e atuação política frente aos conflitos de distribuição ecológica vinculados ao acesso e controle dos recursos naturais, para Arturo Escobar (2005), esta dupla vertente deixa de fora uma

---

<sup>66</sup> Juliana Santilli destaca que “na América Latina, o multiculturalismo encontrou a sua tradução, no mundo jurídico-constitucional, nos anos 1980 e 1990, com a aprovação de Constituições que passaram a reconhecer o caráter multicultural e pluriétnico dos países latino-americanos”. Já no âmbito internacional, o principal instrumento sobre o tema é a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que trata sobre Povos Indígenas e Tribais, já ratificada pelo Brasil. (SANTILLI, 2005, p. 50)

terceira dimensão central do conflito, sua parte cultural. Assim, ao tomar a variável cultura como parte do conjunto em análise, deixa-se de dar tamanha centralidade aos aspectos econômicos e ecológicos, dominantes em perspectivas como desenvolvimento sustentável. Destaca o autor que as crises ecológicas devem ser compreendidas como crises dos sistemas modernos de pensamentos, que se manifestam por meio de uma colonização da natureza. Nesse sentido, chama atenção para “outros conhecimentos” que são gerados por aqueles grupos que se constituem nos “limites epistêmicos do sistema mundo moderno/colonial” com destaque para formas de “pensamento fronteiro” que, no caso do presente estudo, amplia tal perspectiva para a experiência dos PCTs brasileiros, que assim como negros e indígenas do Pacífico Sul colombiano têm se constituído e vivido com base no que Escobar chamou de uma “cultura pluriversa”. É importante reconhecer que esses grupos não só produzem um conhecimento próprio sobre as situações em que estão submetidos, mas que essas formas de conhecimento constituem marcos sofisticados que devem ser levados em consideração nas análises relativas à globalização com base nas perspectivas econômicas, culturais e ecológicas.

## 2.2 SITUANDO O DEBATE NO BRASIL

Barretto Filho (2006) destaca que os “formuladores nativos<sup>67</sup> da noção de ‘povos tradicionais’”, ao refletirem sobre a questão ambiental, tomaram como base certas correntes do pensamento social brasileiro vinculadas aos estudos antropogeográficos, que tinham como base a delimitação de tipos regionais brasileiros, definidos a partir do conceito de sociedade e/ou culturas rústicas. Importante destacar que, nesse contexto, o indígena surge como uma espécie de ideal em conservação ambiental ou agente legitimado pelos vínculos “tradicionais” desenvolvidos com o território em disputa. Sobre esse aspecto, não só no contexto amazônico, mas também em outras regiões que passaram por experiências similares de mobilização, como veremos no Norte de Minas com a formação da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, a atuação indígena parece dar maior legitimação para a causa.

---

<sup>67</sup> Compreende-se por formuladores nativos aqueles intelectuais brasileiros que estiveram desde o início envolvidos na compreensão e formulação da categoria “população tradicional”. Entre eles destaca-se Antônio Carlos Diegues, pioneiro na discussão sobre populações e áreas naturais protegidas no Brasil; o autor tem contribuído não só na construção do conceito, mas também na formulação de legislações. (VIANNA, 1996; BARRETTO FILHO, 2006).

Como discurso estruturante, Barretto Filho destaca os esforços explicativos embasados na narrativa hegemônica da miscigenação, entendido ao mesmo tempo como processo biológico e cultural, onde o “caboclo” torna-se elemento central, ocupando um “espaço ambiental e epistemológico intersticial”. Afirma ainda que as construções sobre o entendimento de “culturas rústicas” e a formação de sub-regionalismos brasileiros se baseiam em ideias de herança, descendência, sucessão e mistura, nos planos cultural e biológico, das três matrizes raciais<sup>68</sup>. Arelado a esses fatores, soma-se o isolamento em que teriam se desenvolvido “face aos empreendimentos coloniais dominantes – a monocultura, a pecuária e a mineração etc.”. Outro ponto de destaque é a noção de “peculiaridades históricas e ecológicas dessas regiões, que teriam contribuído para plasmar os vários modos de viver e ser dos brasileiros, ou ainda, as variantes locais da chamada ‘cultura rústica’”.

Em todas as formulações, concede-se especial destaque aos inventos adaptativos indígenas, dos quais as subculturas regionais – a cabocla amazônica, em particular – teriam herdado a maior parte dos elementos constitutivos de seu *cultural core*<sup>69</sup>. Este seria, portanto, o elo de ligação dos caboclos com os povos indígenas, a lhes assegurar um lugar no guarda-chuva conceitual das “populações tradicionais”, detentores que seriam de características positivas para a conservação da natureza (BARRETTO FILHO, 2006, p. 128).

Nesse contexto, Manuela Carneiro da Cunha & Mauro Almeida (2009) chamam atenção para a mudança de perspectiva ocorrida em relação às populações tradicionais da Amazônia que passam de “entraves ao desenvolvimento”, até a década de 1970, para serem a linha de frente da modernidade, quando seu conhecimento tradicional passa a ser associado à conservação ambiental. Nessa conjuntura, os povos indígenas se constituíram como agentes privilegiados, pois, de agentes desprezados e perseguidos, transformaram-se em modelos para os demais povos amazônicos não-indígenas. Demonstram os autores que ao longo da Constituinte lideranças indígenas conseguiram se articular junto a antropólogos, advogados e geólogos, frente às pressões de empresas privadas e setores governamentais que almejavam a construção de hidrelétricas e exploração mineral em terras indígenas. Nesse sentido, o êxito das reivindicações fundiárias indígenas ganhou destaque, possibilitando capítulo específico na

---

<sup>68</sup> Entre as referências sobre o tema, Barretto Filho aponta os estudos de Manuel Diegues Jr. que divide o país em nove regiões com base nas formas ativas de adaptação humana à diversidade de aspectos fisiográficos do Brasil; Antônio Candido, que, a partir do conceitos de *part society* e *part culture* de R. Redfield, analisará o “caipira” como um tipo cultural regional brasileiro; e Darcy Ribeiro, que, empregando explicitamente a narrativa da miscigenação genética e cultural, tipifica as cinco regiões histórico-culturais, variantes da cultura brasileira rústica: a crioula, a caipira – que no litoral se apresenta sob a forma do caçara –, a sertaneja, a cabocla e a dos “brasis sulinos” – que reúne os matutos, gaúchos e gringos. (BARRETTO FILHO, 2006, p. 128).

<sup>69</sup> Segundo Antônio Carlos Diegues (2008), a noção de *cultural core* (núcleo central da cultura) tem como base a Ecologia Cultural de Julian Steward. O autor associa as atividades econômicas de subsistência, tecnologia, organização social como elementos constituintes do “núcleo central da cultura” (*cultural core*) responsáveis pelas respostas adaptativas do homem ao meio ambiente.

Constituição Federal de 1988, e serviu de base para que outros setores “despossuídos da sociedade”, como quilombolas e seringueiros, começassem a emulá-las.

Maurício Torres (2012), ao refletir sobre os conflitos envolvendo os órgãos gestores e as populações residentes na Floresta Nacional do Crepori, no Pará, aponta que as origens do conceito de população tradicional no Brasil misturam-se com o surgimento das Reservas Extrativistas (Resex). Mais precisamente, partem de uma aliança essencialmente política firmada entre seringueiros e indígenas, que se alinhavam frente a inimigos comuns, numa mesma identidade política, designando-se, então, “povos da floresta”.

Rompendo com a invisibilidade a que estavam relegados, e forjando alianças também por meio de uma apropriação do discurso da conservação ambiental, esses grupos logram o reconhecimento do Estado na forma de uma política pública que viria a se consolidar com as Resex, hoje definidas, de acordo com a Lei 9.985, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC)<sup>70</sup>. (TORRES, 2012 p. 151).

Como já apontado por Cunha e Almeida (2009), as mobilizações indígenas da década de 1970 e 1980 foram tomadas como referência pelos seringueiros do Acre responsáveis pelas primeiras mobilizações que levaram à criação das reservas extrativistas. Buscando se opor a fazendeiros e especuladores que, a partir de incentivos governamentais, queriam dominar extensas áreas dos antigos seringais para enriquecimento fácil, criou-se a partir de 1977 uma rede de sindicatos rurais que, aliados a alas progressistas da Igreja Católica e operando fora dos marcos tradicionais do controle clientelísticos, possibilitaram formas de resistência à expulsão de centenas de famílias seringueiras e evitaram a derrubada de expressivas áreas de florestas que dariam lugar a pastos para gado. A estratégia ficou conhecida como “empates” – do verbo empatar ou atrasar, obstruir. Iniciada por Wilson Pinheiro<sup>71</sup> e continuada por Chico Mendes, tornou-se referência entre outros movimentos a nível nacional. Ao longo dos anos, converteu-se em mobilização aos moldes de movimentos de desobediência civil, voltadas para ampla divulgação da situação local para todo o país. Tais ações tinham como principal objetivo criar caminhos para uma reforma agrária que contemplasse a realidade da prática seringueira.

---

<sup>70</sup> Destaca Almeida (2008) que a Lei n. 9.985, de 18 de julho de 2000, que regulamenta o Art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, menciona explicitamente as denominadas “populações tradicionais” (Art. 17) ou “populações extrativistas tradicionais” (Art. 18) e focaliza a relação entre elas e as unidades de conservação (área de proteção ambiental, floresta nacional, reserva extrativista, reserva de desenvolvimento sustentável).

<sup>71</sup> Wilson Pinheiro, era presidente do sindicato dos trabalhadores rurais de Brasília e foi assassinado no início dos anos de 1980. Por sua vez, Chico Mendes foi assassinado em 1988.

Em 1985, a partir do encontro entre agentes do governo, organizações não-governamentais, lideranças sindicais amazônicas, foi criado o Conselho Nacional dos Seringueiros. A criação dessa entidade chama atenção para o fato de que em sua carta de princípios se destacava a reivindicação para criação de “reservas extrativistas” para seringueiros<sup>72</sup>. Cunha e Almeida (2009) afirmam que foi a primeira vez que o termo “reserva” era utilizado em uma transposição direta da proteção associada às “terras indígenas”. Tal referência ocorria no sentido de que o sistema das terras indígenas era o único que impediria qualquer possibilidade de reprivatização da floresta pela venda de terras. “Os seringueiros perceberam que a conexão entre os empates contra o desmatamento e o programa de conservar as florestas em forma de Reservas Extrativistas tinha o potencial de atrair aliados poderosos”. A partir dessas mobilizações, os seringueiros passavam de grupos vinculados à um passado em decadência a protagonistas, convertendo-se em “vanguarda em mobilizações ecológicas”. No final de 1988, emergiu no Acre, a partir da associação do Conselho Nacional dos Seringueiros e da União das Nações Indígenas, a Aliança dos Povos da Floresta, uma aliança criada para defesa das florestas e de seus habitantes. No final da década de 1980, a conexão de tais grupos sociais e ambientalistas tinha se tornado inevitável. (CUNHA, ALMEIDA, 2009, p. 285).

A aliança estabelecida entre seringueiros e ambientalistas possibilitou o vínculo entre os projetos de reforma agrária dos primeiros e os objetivos conservacionistas dos segundos. Todavia, no ordenamento fundiário nacional as Reservas Extrativistas faziam parte de um programa agrário do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e não de um programa ambiental vinculado ao Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Com as eleições de 1989 e a ascensão de um governo de caráter mais à direita, o projeto de reforma agrária a nível federal encontraria limites para avançar. Frente a esse cenário houve a proposta de que “se as reservas extrativistas fossem decretadas como áreas de conservação, o procedimento de áreas de desapropriação não precisaria enfrentar todas as dificuldades encontradas no âmbito do INCRA”. Assim, seguindo o exemplo da Reserva Extrativista do Alto Juruá<sup>73</sup>, foram propostos três projetos

---

<sup>72</sup> De acordo com Paul Little (2002) duas conquistas importantes resultantes das mobilizações iniciadas pelos seringueiros foram o estabelecimento dos Projetos de Assentamento Extrativista dentro da política de reforma agrária (INCRA), em 1987, e a criação da modalidade Reservas Extrativistas dentro da política ambiental do país (IBAMA), em 1989.

<sup>73</sup> A Reserva Extrativista do Alto Juruá, criada em 23 de janeiro de 1990, por meio do decreto nº 98.893, foi a primeira unidade de conservação desse molde. Com um território de 500 mil hectares passou do controle dos “patrões” para à condição jurídica de terras da União, destinada ao usufruto exclusivo dos moradores, por meio de contratos de concessão.

construídos a partir desse mesmo modelo. Segundo Cunha e Almeida, a aliança ambientalista foi uma estratégia que possibilitou a mudança de perspectiva ao pleitear a criação de Reservas Extrativistas, não mais como projetos de reforma agrária, mas como unidades de conservação, convertendo-se em uma escolha tática. Tratava-se de uma escolha acertada para, de um lado, o problema fundiário e social e, de outro, a solução para o problema de conservação ambiental. “A ideia de que as pessoas mais qualificadas para fazer a conservação de um território são as pessoas que nele vivem sustentavelmente é também a premissa da criação das Reservas Extrativistas”. (CUNHA, ALMEIDA, 2009, p. 287, 292 e 296).

Se de um lado, segmentos do campesinato e extrativistas passavam a se vincular à categoria “populações tradicionais”, buscando se legitimar por meio de uma possível herança indígena associada aos conhecimentos ecológicos que os remeteriam a um dado ambiente, passando a sujeitos “ecológicos-históricos-culturais”, por outro, esses mesmos grupos, inseridos em contextos de conflitos localizados, envolvendo aparelhos de poder de caráter econômico, passavam a formar alianças mais amplas, organizando formas autônomas, caracterizadas por Alfredo Wagner B. Almeida como “novos movimentos sociais” que trouxeram a partir de 1980 outra camada de complexidade ao contexto político, fundiário e ambiental a nível nacional. Destaca o autor que “a ‘crise ecológica’ vivida por segmentos do campesinato e por grupos indígenas da Amazônia tem uma dimensão marcadamente política e ideológica e não corresponde, necessariamente, à denominada ‘questão ecológica’ que caracteriza hoje a sociedade abrangente” (ALMEIDA, 1989, p. 05).

Argumenta Almeida que a implantação de programas de exploração vinculados às instituições de caráter econômico tem como consequências o surgimento ou agravamento de conflitos localizados. Sendo que no bojo desses antagonismos ocorrem condições favoráveis à aglutinação de interesses de grupos sociais diferenciados. “Embora não haja homogeneidade absoluta nas suas condições materiais de existência, são momentaneamente aproximados e assemelhados baixo o poder nivelador da ação do Estado” (ALMEIDA, 1989, p. 04). Dessa forma, o ambiente das políticas públicas possibilita os elementos básicos à formação e vínculos solidários registrados em situações de confrontos. Define o autor que a pressão de uma força externa a grupos sociais diferentes entre si opera decisivamente para uniformizar ações políticas de grupos não-homogêneos, do ponto de vista econômico. Tais grupos, a partir de suas práticas e vínculos com um dado território, alcançam alto nível de coesão consolidando formas eficazes de organização política, tomando como principal objetivo a

manutenção das condições de vida preexistentes a programas e projetos implementados por agentes públicos, muitas vezes, em parceria com setores privados.

Tais movimentações ganharam forte impulso no início de 1989, período que o autor se refere como “o tempo dos primeiros encontros”. Trata-se do momento em que se intensificaram os preparativos para planos de luta pensados a nível nacional tidos como “forma superior de luta” objetivando maior universalização do localizado, segundo Almeida. Tais formas organizativas, como veremos mais adiante, se ampliaram para além da região amazônica e, guardada as particularidades de cada contexto político, converteram em formas pedagógicas de mobilização social, servindo como espaço de aprendizado para outros indivíduos ou grupos de variadas regiões que, uma vez em contato, passavam a estabelecer estratégias semelhantes no seu contexto específico de conflitos socioambientais.

### **2.2.1 Povos tradicionais como categoria complexa e abrangente**

As definições referentes aos grupos sociais que passam a se identificar ou serem identificados como tradicionais sofreram variadas acomodações ao longo de três décadas, até que passaram a ser definidos por meio do decreto 6040/2007. Como já analisado por Alfredo Wagner B. Almeida (2008), “nunca houve unanimidade em torno dessa expressão”. Todavia, antes de passarmos à definição legal dessa categoria, gostaria de apontar alguns dos esforços que pautaram o debate ao longo desse período. Como veremos, cada autor baseia sua argumentação a partir das experiências empíricas vivenciadas em anos de estudos, mas em contextos específicos. Assim, suas generalizações, apesar de objetivarem abranger uma ampla realidade, encontram limites.

Como já pontuado por Barretto Filho (2006), Antônio Carlos Diegues é reconhecido por seu engajamento nos debates referentes às populações tradicionais e áreas protegidas no Brasil, sendo um dos responsáveis por cunhar parte do entendimento sobre o assunto. Ao buscar construir seu argumento sobre populações tradicionais, Diegues (2008 [1996]) toma como referencial a narrativa da miscigenação, apontando que os atuais povos tradicionais são frutos dessa mistura entre o branco colonizador, o português, a população indígena nativa e o escravo negro. Nessa relação, o autor inclui grupos como os "caiçaras" que habitam o litoral de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná; os "caipiras", dos estados do Sudeste; os habitantes de rios e várzeas do Norte e Nordeste (os varjeiros); as comunidades pantaneiras e ribeirinhas do

Pantanal Mato-grossense; os pescadores artesanais, como os jangadeiros do litoral nordestino; as comunidades de pequenos produtores litorâneos açorianos de Santa Catarina.

Eles são classificados como “populações de pequenos produtores que se constituíram no período colonial, frequentemente nos interstícios da monocultura e de outros ciclos económicos”. Para o autor, a condição de um isolamento relativo possibilitou a essas populações desenvolverem modos de vida particulares que têm como principais características a “dependência dos ciclos naturais, conhecimento profundo dos ciclos biológicos e dos recursos naturais, tecnologias patrimoniais, simbologias, mitos e até uma linguagem específica, com sotaques e inúmeras palavras de origem indígena e negra”. Tal isolamento ocorreu por terem se estabelecido em ecossistemas marginais, como: mangues, restingas, florestas tropicais. Outra característica apontada pelo autor é o baixo poder político dessas populações e a falta de título de propriedade da terra, pois a ocupação se deu em áreas que posteriormente foram transformadas em terras devolutas (DIEGUES, 2008 [1996], p. 18).

A análise de Diegues aproxima-se das concepções oriundas da Ecologia Política de caráter neomarxista, em certa medida, associada àquilo que ficou conhecido como “ecologia dos pobres”, como já apontado anteriormente por Martinez-Alier (2007). Em diferentes momentos, o autor associa as populações tradicionais a povos camponeses e, a partir de Robert Redfield e George Foster, aponta que tais grupos caracterizam-se enquanto “sociedades parciais” (*part society*), devendo ser compreendidos como uma expressão local de uma civilização mais ampla, na qual as cidades exercem papel fundamental. Argumenta ainda que “as culturas tradicionais estão associadas aos modos de produção pré-capitalistas, próprios de sociedades em que o trabalho ainda não se tornou mercadoria, onde há grande dependência dos recursos naturais e dos ciclos da natureza, em que a dependência do mercado já existe, mas não é total”. Assim, define “culturas tradicionais” como sendo aquelas que se desenvolvem dentro do modo de pequena produção mercantil. Com base nesse ponto de vista, o autor destaca os países terceiro mundistas, onde seus variados ecossistemas ainda não foram totalmente destruídos pela expansão capitalista. Para Diegues, “o que marca os países subdesenvolvidos é a existência de sociedades indígenas, de camponeses, de extrativistas articuladas com a sociedade urbano-industrial”. Destaca que esses grupos ainda conservam relativa independência baseada em torno de uma autossustentabilidade, mantendo uma relação de simbiose com o ambiente em que se encontram, sendo que, o uso dos recursos naturais por parte dessas populações “só pode ser entendido dentro de uma lógica mais ampla de reprodução social e cultural, distinta da existente na sociedade capitalista”. Seus sistemas de

manejo são marcados pelo respeito aos ciclos naturais e a exploração do ambiente ocorre dentro da capacidade de recuperação das espécies de animais e plantas utilizadas, ou seja, se dão baseadas em práticas sustentáveis. (DIEGUES, 2008, p. 81, 84).

Em uma linha de reflexão muito próxima à de Diegues, Rinaldo Arruda (1999) localiza o conhecimento das populações tradicionais a partir dos grupos em contexto de áreas protegidas, dando destaque para o conhecimento acumulado por eles em relação às práticas de manejo e conservação ambiental. Também com base na definição de “culturas rústicas”, Arruda compreende os grupos sociais em Unidades de Conservação (UCs) a partir da experiência colonial e seu vínculo com povos indígenas, culminando em um modelo sociocultural de adaptação ao meio. De acordo com o autor, “esse modelo sociocultural de ocupação do espaço e de utilização dos recursos naturais deve a maior parte de suas características às influências das populações indígenas e ao caráter cíclico e irregular do avanço da sociedade nacional sobre o interior do país”. Argumenta que a confluência entre indígenas e não-indígenas estaria na ocupação do espaço, nas formas de habitação, na alimentação, nas formas de fazer os roçados, na confecção de utensílios, nas estratégias de caça e organização familiar a partir de unidades de produção e consumo. Destaca o autor que:

[...] as populações alijadas dos núcleos dinâmicos da economia nacional, ao longo de toda a história do Brasil, adotaram o modelo da cultura rústica, refugiando-se nos espaços menos povoados, onde a terra e os recursos naturais ainda eram abundantes, possibilitando sua sobrevivência e a reprodução desse modelo sociocultural de ocupação do espaço e exploração dos recursos naturais, com inúmeras variantes locais determinados pela especificidade ambiental e histórica das comunidades que neles persistem (ARRUDA, 1999, p.82).

Argumenta ainda que, com a emergência da questão ambiental e as ações deslocadas para formas de manejo sustentado dos recursos naturais, os modelos indígenas de manejo desses recursos ganharam destaque e, por consequência, as práticas aplicadas por aqueles grupos passaram a ser classificadas como cultura rústica. Assim grupos sociais que passam a ser notados como tradicionais, tais como: seringueiros, castanheiros, ribeirinhos, quilombolas e as sociedades indígenas, passam a ser reconhecidos pelo complexo e minucioso conjunto de conhecimento dos processos naturais aplicados e únicas práticas de manejo adaptadas às florestas tropicais. Argumenta o autor que grande parte das áreas do território brasileiro que ainda mantêm alto grau de preservação, são habitadas, em maior ou menor grau de densidade, por grupos indígenas e comunidades rurais tradicionais. A herança indígena que perdurou no tempo e no espaço, conjuntamente com as relações estabelecidas com os variados ambientes, permitiu que essas sociedades desenvolvessem formas muito particulares com o “mundo

natural” distintas das que prevalecem nas sociedades urbano-industriais. (ARRUDA, 1999, p. 83-86).

Desse modo, Arruda passa a compreender populações tradicionais como:

[...] aquelas que apresentam um modelo de ocupação do espaço e uso dos recursos naturais voltado principalmente para a subsistência, com fraca articulação com o mercado, baseado em uso intensivo de mão de obra familiar, tecnologias de baixo impacto derivadas de conhecimentos patrimoniais e, normalmente, de base sustentável. [...] em geral ocupam a região há muito tempo e não têm registro legal de propriedade privada individual da terra, definindo apenas o local de moradia como parcela individual, sendo o restante do território encarado como área de utilização comunitária, com seu uso regulamentado pelo costume e por normas compartilhadas internamente. (ARRUDA, 1999, p. 79).

Podemos apontar como elementos centrais e comuns utilizados por Diegues (2001, 2008 [1996]) e Arruda (1999) na definição de populações tradicionais os seguintes aspectos: isolamento relativo, ruralidade, não titularidade das terras, pequena produção para subsistência, miscigenação entre grupos rurais e indígenas, o emprego de tecnologias de baixo impacto ambiental, dependência e simbiose com a natureza, profundidade histórica na ocupação territorial, organização baseada na unidade familiar e diferenciação entre áreas individuais e de uso comum. Tais características, atreladas às complexas formas de conceberem o próprio ambiente, legitimariam esses grupos como detentores de formas ambientalmente favoráveis à preservação dos espaços por eles habitados.

Por sua vez, Cunha e Almeida (2009) ao refletirem sobre populações tradicionais, sua abrangência e vínculos ambientais, partem de um ponto de vista mais amplo, estendendo o reconhecimento a outros sujeitos que, por meio de novas práticas de caráter ambiental, estão associados a um território específico. Os autores, nesse esforço, não reduzem tais práticas somente aos grupos indígenas e aqueles que, de alguma forma, expressariam algum tipo de proximidade. Destacam que, os termos índio, indígena, tribal, nativo, aborígene e negros se tratam de criações frutos do encontro colonial, mesmo sendo genéricos e artificiais em sua origem, passaram a ser progressivamente habitados por aqueles que deveriam representar. Se, inicialmente, esses grupos foram forçados a se encaixarem em tais categorias, acabaram se apropriando delas, invertendo estigmas e forjando novos significados. Argumentam que “a deportação para um território conceitual estrangeiro acabou resultando na ocupação e defesa desse território”. Assim, a categoria “populações tradicionais” se expandiu abrangendo cada vez mais grupos sociais que com sua ampla diversidade, compartilham práticas de baixo impacto ambiental e trabalham para manter ou recuperar o controle sobre o território que exploram. Nessa dinâmica, tais grupos são abertos às possíveis negociações referentes ao

controle do território em troca de serviços ambientais. Para os autores, a categoria em análise é ocupada por “sujeitos políticos” dispostos a lhe conferir substância, ou seja, estão dispostos a constituir um pacto referente às formas e práticas conservacionistas, em troca de algum tipo de benefício e, sobretudo, de direitos territoriais. Mesmo aquelas sociedades que são culturalmente conservacionistas são, não obstante e em certo sentido, neotradicionais ou neoconservacionistas.

Desse modo, Cunha e Almeida associam diretamente conservação ambiental com práticas tradicionais necessárias para o reconhecimento do direito de determinados grupos a um dado território. Definem os autores que:

[...] populações tradicionais são grupos que conquistaram ou estão lutando para conquistar (prática ou simbolicamente) uma identidade pública conservacionista que inclui algumas das seguintes características: uso de técnicas ambientais de baixo impacto, formas equitativas de organização social, presença de instituições com legitimidade para fazer cumprir suas leis, liderança local e, por fim, traços culturais que são seletivamente reafirmados e reelaborados. (CUNHA & ALMEIDA, 2009, p. 300).

No entanto, apesar de trazerem um olhar que em muito se aproxima dos argumentos anteriormente citados, é importante destacar que, na abordagem de Cunha e Almeida, a denominação de populações tradicionais deve ser estendida a todos aqueles grupos da sociedade que desenvolvem alguma forma reconhecida de conservação ambiental, não devendo ser reduzida somente aos grupos indígenas ou camponeses “caboclicados” que manifestam alguma forma distinta de identidade. Talvez, o ponto de destaque dessa abordagem é localizar as formas de conservação, não vinculadas às práticas do passado, mas a partir das dinâmicas e esforços de transformação do presente.

Sobre a associação de populações tradicionais às narrativas de um campesinato ou de um mundo agrário, Mauro Almeida (2007), ao refletir sobre os limites de análise dos estudos de “campesinato”, apontou que a abordagem culturalista transformou o objeto camponês em um “fato social total” e tal generalização operava a partir da dicotomia entre ruralidade, como o Outro, e urbanidade. Para o autor, seria possível desconstruir a ideia de civilização camponesa do mesmo modo que se fez como a noção de orientalismo. Destaca que a categoria “campesinato” permitiu agrupar uma grande variedade de realidades locais sob uma única linguagem teórica, a de uma narrativa do atraso para o progresso, seja contra ou a favor dele. Nesse sentido, a teoria do campesinato é parte de uma história da modernização que de alguma forma sempre olhará para o Outro anteposto a esse projeto a partir da perspectiva de perda.

No entanto, para o autor, o debate relativo ao campesinato enquanto paradigma de uma época teve grande importância, devendo ser compreendido a partir da noção de “grandes narrativas” que, devido a diferentes fatores, perderam seu poder de convicção. Contudo, “as peças que esse código organizava no passado estão ainda em circulação”. Sobre esse aspecto aponta que foram os estudos sobre culturas camponesas que viabilizaram o acúmulo de conhecimento sobre peculiaridades linguísticas, religiosas, tecnológicas e sociais, que evidenciaram variações do modo de falar e regras de propriedade, e constituíram-se como “arma política para a reivindicação de direitos fundiários, jurídicos, educacionais e de outros dos quais muitos são desprovidos”. Para o autor, a relação entre cultura e terra tornou-se arma para que muitos grupos, antes invisibilizados pelas próprias abordagens do campesinato, pudessem utilizar essa associação para se defenderem contra relações de poder abusivas. Nesse sentido, a onda ambiental que recai sobre tais grupos no contexto brasileiro se encontra com outras correntes políticas latentes, como a reforma agrária (ALMEIDA, 2007, p. 159).

Ao discutir os vários nominalismos que surgem com as transformações dos estudos de campesinato, Mauro Almeida argumenta que a situacionalidade desses contextos, por se tratar de identidades progressivamente menos substantivadas e fragmentadas, acaba por levar a novos movimentos sociais mobilizados por identidades-em-devir, dessubstancializadas e diásporizadas. Aponta ainda que os problemas vivenciados localmente possuem vínculos e desdobramentos globais. Trata-se de problemas que dizem respeito a paisagens como mares, florestas, savanas, rios e aqueles que os disputam – moradores “tradicionais”, agências do Estado, megaempresas –, bem como as consequências dessas disputas para o futuro (ALMEIDA, 2007, p. 176).

Nesse sentido, Paul Little (2002), ao centrar sua análise a partir dos processos de territorialização (OLIVEIRA, 2013) que vinculam “comunidades tradicionais” ao seu território, localiza as frentes de expansão desenvolvimentistas, perpetradas pelo Estado ao longo do século XX, como fator central para compreender as formas particulares de territorialização dos povos tradicionais. Para o autor, foi por meio do avanço de formas de apropriações/expropriação de áreas até então “marginais” dentro da estrutura agrária nacional, somadas a novas tecnologias industriais de produção, que passaram a alterar diretamente as relações ecológicas de forma inédita, devido à sua capacidade e poder de transformação ambiental, que os povos tradicionais foram levados a elaborar estratégias territoriais para defesa das áreas por eles ocupadas.

Alfredo Wagner B. Almeida (1989), por sua vez, ao tratar da abrangência desses grupos, não só na Amazônia, mas em diferentes contextos nacionais, compreende tais formas organizativas a partir de suas “unidades de mobilização”. Para Almeida, essas “unidades” devem ser entendidas por meio da capacidade de aglutinação de interesses específicos de grupos sociais, não necessariamente homogêneos, que passam a estabelecer vínculos por meio das experiências circunstanciais ocasionadas pela intervenção do Estado, seja através de políticas desenvolvimentistas, ambientais e agrárias, seja pelas ações por ele incentivadas ou empreendidas, como obras de infraestrutura que culminam em deslocamentos compulsórios. Tais “unidades de mobilização” têm o poder de se constituírem em “forças sociais” atuando diretamente na alteração dos padrões tradicionais no que tange às relações políticas com os centros de poder e com as instâncias de intermediação. Por meio da criação de comissões, conselhos e associações emergem novas lideranças que prescindem dos que detêm o poder local, aumentando sua capacidade de representação e poder de barganha face ao Estado. Por sua vez, as categorias mobilizadas por esses grupos, além de refletir o tipo de intervenção dos aparelhos de poder, convertem-se em efeitos de ação, como: “atingidos por barragens”, “remanejados”, “deslocados”, “reassentados”, “assentados” e remetem a noções mais genéricas, tais como: “povos da floresta” e “ribeirinhos”. Destaca o autor que categorias de circunstâncias (“atingidos”) passam a se combinar com outras de sentido permanente (“povos da floresta”) no contexto de conflitos abertos, culminando em “identidades coletivas redefinidas situacionalmente numa mobilização continuada”. Nesse sentido, “o critério político-organizativo sobressai combinado com uma “política de identidades” (ALMEIDA, 1989, p. 06; 2009, p. 30).

Essas formas organizativas darão espaço àquilo que o autor classificou como “novos” movimentos sociais responsáveis pelo surgimento de “novas” identidades coletivas, que trazem como principais fatores constitutivos: raízes locais profundas, consciência ambiental, critérios de gênero, e passam a se agrupar em torno das mesmas reivindicações, através de um critério político-organizativo particular. Destaca ainda que esses sujeitos passam de uma “existência atomizada para uma existência coletiva, objetivada em movimentos sociais”. (ALMEIDA, 2008, p. 18)

Assim como Paul Little (2002), o autor toma como base de análise o surgimento destes movimentos sociais atrelados aos “processos de territorialização” (OLIVEIRA, 1998) que lhes são correspondentes, todavia, a partir de sua reelaboração, aponta que tais processos culminaram naquilo definido como, “territorialidade específica”. O conceito recupera o

debate entre processo de territorialização e territorialidade, proposto por Oliveira (1998), e passa a operar a noção de “territorialidade específica” para “nomear as delimitações físicas de determinadas unidades sociais que compõem os meandros de territórios etnicamente configurados”. Explica o autor que as territorialidades específicas devem ser compreendidas como “resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território” (ALMEIDA, 2009, p. 29).

Um dos pontos de grande tensão apontados tanto por Little (2002) quanto por Almeida (2009) refere-se ao fato de que, com a efetivação dos dispositivos legais que tomam como base de análise os fatores étnicos, os laços de parentesco, as redes de vizinhança e as identidades coletivas, desvelam-se conflitos fundiários atrelados às diferentes formas de apropriação de recursos básicos. O reconhecimento da diversidade fundiária expresso pelos grupos organizados impede que as terras sejam transacionadas livremente como mercadorias, tendo efeitos diretos sobre a reestruturação formal do mercado de terras. Olhares mais otimistas da época apontavam para a possibilidade de uma “outra reforma agrária”. Com os avanços relativos ao reconhecimento de outras formas de apropriação territorial, baseadas em conjunto de valores locais, a perspectiva de compreender a terra não somente como propriedade passa a se colocar no horizonte. Como destacou Little, a questão fundiária do país não se reduz a redistribuição de terras, mas tem como centro de sua problemática os processos de ocupação e afirmação territorial que, dentro do marco legal do Estado, apontam diretamente para as políticas de ordenamento e reconhecimento territorial.

É por meio dessas variadas contribuições conceituais que alguns dos mais importantes avanços se estruturaram ao longo das últimas décadas. Trata-se de conquistas e embates que envolveram inúmeras organizações, cientistas sociais e atuação direta de grupos sociais que se engajaram na conquista de direitos, sobretudo os direitos territoriais. Entre tais avanços eles destacam-se o artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) e os artigos 215 e 216 da Constituição Federal de 1988<sup>74</sup>. Em decorrência, conquistas ocorreram

---

<sup>74</sup> Artigo 68 do ADCT: Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos. (BRASIL, 1988).

Artigo 215: O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional... (BRASIL, 1988).

Artigo 216: Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. (BRASIL, 1988).

nos marcos normativos a partir dos anos 1990. Para ficar em alguns exemplos, menciono as primeiras iniciativas municipais e estaduais orquestradas pelo movimento dos seringueiros e pelo Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco de Babaçu<sup>75</sup>. Destaque para a “Lei Chico Mendes”, Lei 1.277, de 13 de janeiro de 1999, que dispõe sobre a concessão de subvenção econômica aos seringueiros produtores de borracha natural bruta. De igual modo, estão as leis que garantem a preservação e o livre acesso aos babaçuais, inclusive de propriedade de terceiros, a todos que praticam o extrativismo em regime de economia familiar, que foram aprovadas pelas Câmaras de Vereadores em sete Municípios do Estado do Maranhão e dois Municípios do Estado do Tocantins, conhecidas localmente como Leis do “Babaçu Livre”.<sup>76</sup>

Ao nível federal, um dos grandes marcos no reconhecimento de direitos foi a promulgação do Decreto Federal 4.887/2003, que regulamenta o procedimento para titulação e registro das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos; e o Decreto Federal 6.040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que passam a ser entendidos como grupos culturalmente diferenciados, que possuem condições sociais, culturais e econômicas próprias, mantendo relações específicas com o território e com o meio ambiente no qual estão inseridos. São grupos que conservam o princípio da sustentabilidade, buscando a sobrevivência das gerações presentes sob os aspectos físicos, culturais e econômicos, bem como assegurando as mesmas possibilidades para as próximas gerações. Eles ocupam ou reivindicam seus territórios tradicionalmente ocupados, seja essa ocupação permanente ou temporária. Por manterem modos de ser, fazer e viver distintos dos da sociedade em geral, esses grupos se autorreconhecem como portadores de identidades e direitos específicos.<sup>77</sup>

Nesse sentido, de acordo com o Parágrafo 2º do Art. 4º do Dec. 8.750/2016, que instituiu a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais<sup>78</sup>, reconhece-se como comunidades tradicionais uma extensa lista de grupos,

---

<sup>74</sup> Talvez o movimento das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão e Piauí tenha sido uma das principais referências a nível nacional. Sobre os avanços normativos a níveis municipais e estaduais, ver: ALMEIDA (2019).

<sup>75</sup> Talvez o movimento das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão e Piauí tenha sido uma das principais referências a nível nacional. Sobre os avanços normativos a níveis municipais e estaduais, ver: ALMEIDA (2019).

<sup>76</sup> Do Maranhão tem-se: Lei Municipal nº 05/97 de Lago do Junco, Lei n. 32/99 de Lago dos Rodrigues, Lei nº 255/99 de Esperantinópolis, Lei nº 319 de São Luis Gonzaga, Lei nº 1084/03 de Imperatriz, Lei nº 466/03 de Lima Campos e Lei em votação na Câmara de Capinzal do Norte. No Tocantins, foram aprovadas em Praia Norte, Lei n. 49/03, e Axixá, Lei nº 306/03. (ALMEIDA, 2008, p. 91).

<sup>77</sup> Decreto 6.040 de 07 de fevereiro de 2007.

<sup>78</sup> Hoje Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais.

entre eles: povos indígenas; comunidades quilombolas; povos e comunidades de terreiro/povos e comunidades de matriz africana; povos ciganos; pescadores artesanais; extrativistas; extrativistas costeiros e marinhos; caiçaras; faxinalenses; benzedeiros; ilhéus; raizeiros; geraizeiros; caatingueiros; vazanteiros; veredeiros; apanhadores de flores sempre vivas; pantaneiros; morroquianos; povo pomerano; catadores de mangaba; quebradeiras de coco babaçu; retireiros do Araguaia; comunidades de fundos e fechos de pasto; ribeirinhos; cipozeiros; andirobeiros; caboclos. Importante destacar que o reconhecimento de novas identidades está em aberto e ao longo dos anos novos segmentos identitários vêm reivindicando seus direitos diferenciados e inclusão sociopolítica.

Outro importante mecanismo de apoio aos grupos organizados tem sido a Convenção 169 da OIT de 1989, aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo Federal 143/2002 e promulgada pelo Decreto Federal 5.051/2004, que define que o principal critério para que se apliquem as disposições desta Convenção deve ser “a consciência de sua identidade”. Também em âmbito internacional, destaca-se a Convenção da Diversidade Biológica (CDB) que passou a valer a partir de 1998, por meio do Decreto n.º 2.519/1998. Fruto dos debates realizados na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Eco-92, seus objetivos são a conservação da diversidade biológica, a utilização sustentável de seus componentes e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados da utilização dos recursos genéticos.

Em se tratando de Minas Gerais, somente a partir de 2014 houve a criação de um conjunto de mecanismos normativos que passaram a operacionalizar as ações voltadas para povos e comunidades tradicionais. Ao que tudo indica, a pressão parece ter aumentado a nível estadual devido à inépcia do governo federal em fazer valer as políticas quilombolas e para povos tradicionais. Destaque para a Lei estadual 21.147/2014, que institui a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais, e o Decreto 46.671/2014, que cria a Comissão Estadual, responsável pela elaboração de formas de gestão para os Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

No relato acima, observam-se significativos avanços relacionados, principalmente, à participação de grupos até então marginalizados na arena de debates políticos, com relevantes conquistas no tocante ao reconhecimento de direitos.

Contudo, no contexto brasileiro, alerta Almeida (2008) que a implementação de dispositivos legais de reconhecimento de direitos coletivos e difusos, encontra enormes dificuldades, sobretudo em sociedades autoritárias e de fundamentos coloniais e escravistas.

Assim, esses avanços acabaram não resultando na adoção pelo Estado de ações governamentais sistemáticas capazes de reconhecer de forma eficaz os fatores situacionais que influenciam uma consciência étnica. Têm prevalecido ações pontuais e relativamente dispersas, focalizando fatores étnicos, mas sob a égide de outras políticas governamentais, tais como a política agrária e as políticas de educação, saúde, habitação e segurança alimentar. Assim, como também não ocorreu uma reforma de Estado, que, de fato, operacionalizasse as novas disposições constitucionais. A solução burocrática encontrada foi articulá-las com as estruturas administrativas preexistentes, acrescentando à sua capacidade operacional “atributos étnicos”.

Diante do exposto é importante ressaltar que, em relação à principal pauta, regularização fundiária, pouco se concretizou, pois, paralelos aos ganhos institucionais, movimentos contrários sempre estiveram presentes. No caso do referido Decreto 4.887/2003, pouco depois de sua promulgação, sua constitucionalidade foi questionada pela Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3239, ajuizada pelo Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), que em 08 de fevereiro de 2018 foi julgada improcedente pelo Supremo Tribunal Federal. Mesmo com os drásticos cortes de recursos dos últimos anos para a continuidade da “política quilombola”, o reconhecimento da constitucionalidade do referido Decreto foi uma importante conquista simbólica, num cenário de acirramento de conflitos e ataques contrários aos direitos territoriais das comunidades quilombolas, indígenas e povos e comunidades tradicionais. Outras iniciativas de parlamentares e demais atores contrários à titulação dos territórios quilombolas podem ser citadas, como o Projeto de Emenda Constitucional (PEC) 215/2000, a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) FUNAI/INCRA<sup>79</sup>, além do ofício da Confederação Nacional de Agricultura (CNA) que pedia a revogação do Decreto 6.040/2007 (Ofício nº239/2018-CNA). Este último cita especificamente o convênio estabelecido entre a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) em Minas Gerais e a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES) para regularização de territórios vazanteiros em terras da União no Norte de Minas Gerais, além de investir contra um dos principais mecanismos de reconhecimento dos dispositivos legais, a autoatribuição. Entre as últimas ofensivas dos setores reacionários do Congresso Nacional, está o Projeto de Lei 1942/22, de proposição de um deputado e coronel vinculado ao Partido Liberal de Santa Catarina, que estipula regras para regularização de território quilombolas a nível nacional. Entre os pontos mais polêmicos, está o uso do “marco temporal” para

---

<sup>79</sup> Sobre o tema ver o trabalho de Júlia Marques Dalla Costa (2019).

comprovação de que as comunidades estavam em seu território em 05 de outubro de 1988 e a titulação individual ao invés da coletiva, como ocorre atualmente.

Em decorrência das mudanças políticas vividas no país desde 2016, com o impeachment da então presidente Dilma Rousseff, o fortalecimento de grupos de extrema direita que passam a gerir órgãos como INCRA e FUNAI e a catastrófica eleição, em 2018, do chefe do Poder Executivo – 2019-2020, houve uma total paralização dos processos administrativos para criação de unidades de conservação de uso sustentável, demarcação de terras indígenas, territórios quilombolas e reforma agrária. Conseqüentemente, observa-se expressivo aumento da violência no campo e o aumento dos conflitos relativos à questão agrária. De acordo com dados apresentados por Cordeiro (2015), no “Relatório final da avaliação CAA-NM - plano trienal 2014-2016”, fica evidente a enorme extensão de áreas sob conflito no Norte de Minas Gerais. O documento aponta que apenas na área de atuação do CAA-NM conjuntamente com a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, foi observado em 2015, a existência de 17 processos judiciais de conflitos territoriais abrangendo meio milhão de hectares e cerca de cinco mil famílias. Destaca o relatório que tais números são uma fração dos conflitos territoriais que emergiram na região nos últimos anos.

Exemplos latentes sobre a propagação da violência na região são vários. Destaco a conformação de milícias armadas organizadas por empresários, políticos de variados municípios e vinculados ao próprio Governo do estado, atrelados à Polícia Militar. Entre os casos de violência sofridos pelas comunidades, estão as disputas de terras e reintegração de posse envolvendo empresários latifundiários como Walter Santana Arantes, sócio de três das maiores redes de supermercados mineiras, EPA, BH e Mineirão; e a Brasnica Frutas Tropicais, empresa fundada por Yuji Yamada na década de 1960. Em Montes Claros – MG, há um grupo autointitulado “Movimento Segurança no Campo”, que objetiva atuar na defesa de fazendeiros, “proprietários de terras”, contra “invasões” e que conta com o apoio da estrutura de segurança pública local e possui como um dos articuladores o general Mário Araújo, ex-Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública do governo de Minas Gerais (2019-2020). O referido movimento, assim como os empresários citados atuam contra famílias em ocupações coordenadas pela Liga dos Camponeses Pobres (LCP), contra comunidades vazanteiras e quilombolas nos municípios de Itacarambi, Januária e Pedra de Maria da Cruz, todos em Minas Gerais.

Vale ressaltar que essas comunidades se encontram em áreas de vazantes do rio São Francisco, legalmente pertencentes à União. Todavia, com a paralisação do processo de declaração das terras da União e demarcação das margens do rio como terras tradicionalmente ocupadas, que vinha sendo realizado pela Secretaria de Patrimônio da União (SPU), as comunidades se encontram sem o devido amparo administrativo legal, afetadas diretamente por recorrentes ações judiciais de reintegração de posse. Os moradores das comunidades apontam que são vigiados por drones que sobrevoam as casas e plantações, além de sofrerem constantes ameaças pela polícia local e por jagunços a mando dos latifundiários.<sup>80</sup>

Assim como no cenário nacional, os avanços da regularização fundiária a nível estadual são tímidos. Em se tratando de comunidades quilombolas, para as quais os dados estão mais bem estruturados, Minas Gerais é o terceiro estado em número dessas comunidades, mas conta com limites significativos em relação à regularização fundiária no que tange a povos e comunidades tradicionais. Levantamentos realizados pelo Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES) identificaram 1.053 comunidades negras e quilombolas no estado de Minas Gerais. Todavia, somente quatro territórios foram titulados, sendo um pela Fundação Cultural Palmares e outros três com titulações parciais de um total de 254 processos administrativos instaurados no INCRA<sup>81</sup>. Em se tratando da política específica para PCTs as ações para regularização fundiária são praticamente inexistentes.

### 2.3 GIRO ECOLÓGICO E “NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS”: RESIGNIFICAÇÕES E APROPRIAÇÕES NO NORTE DE MINAS

Durante o processo de organização e mobilização dos diversos grupos que passaram a ser referidos pelo conceito de povos e comunidades tradicionais em todo o país, fica evidente a influência do movimento capitaneado por povos indígenas e seringueiros entre as décadas de 1970 e 1980 na região amazônica. No entanto, também é evidente que as violações sofridas pelos povos amazônicos, vinculadas às frentes de desenvolvimento e integração nacional, deflagradas pelo regime militar com objetivo de explorar riquezas minerais e fomentar a agroindústria, também ocorreram em outras regiões do Brasil, principalmente nas áreas do

---

<sup>80</sup> As denúncias sobre as milícias do Norte de Minas Gerais foram realizadas por Frei Gilvander, importante liderança vinculada à Igreja Católica, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, pela Liga dos Camponeses Pobres. Uma audiência pública na ALMG foi realizada em 25 de abril de 2018, assim como uma série de investigações passou a ocorrer no âmbito do Ministério Público de Minas Gerais, sem grandes resultados.

<sup>81</sup> Informações disponibilizadas pela Superintendência Regional do INCRA em Minas Gerais.

Cerrado. Nesse sentido, como apontou Daniel Munduruku cabe, destacar o “caráter educativo que o movimento indígena” teve nas últimas décadas, não só para os próprios indígenas, mas para aqueles outros povos que passaram a estabelecer vínculos e alianças com eles. Demonstra o autor como a articulação política iniciada pelos grupos indígenas por meio de assembleias promovidas pelo Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e outros agentes da sociedade civil, teve importância fundamental na “tomada de consciência” vinculada ao processo de apoderamento de mecanismos e instrumental teóricos ocidentais (MUNDURUKU, 2012, p. 210-211). Nas assembleias apontadas pelo autor, a partir de 1974, ou nos “primeiros encontros” destacados por Almeida, a partir de 1989, iniciou-se uma série de formas de organização política que passaram a ser adotadas e replicadas em outras instâncias, desembocando em uma pedagogia política que culminou em formas de mobilização e qualificação de lideranças e coletivos em diferentes níveis e regiões.

Como busco ressaltar, as estratégias políticas protagonizadas por indígenas e seringueiros ganharam diferentes contornos ao serem apropriadas e adaptadas para outros contextos. Entretanto, há certa continuidade no método baseado em assembleias e encontros que têm como foco aumentar a capacidade de luta e articulação dos grupos envolvidos, possibilitando assim o fortalecimento ou a criação de uma solidariedade coletiva, a possibilidade de compartilhamento de problemas, novas estratégias para a construção de caminhos alternativos àqueles historicamente vividos pelas comunidades. Problemas locais passam a ser compreendidos como problemas em escala nacional e internacional, compartilhados por muitos outros coletivos.

Nesse sentido, para se entender os processos que compõem o cenário de organização e reivindicação territorial das comunidades veredeiras é de suma importância compreender, além dos desdobramentos políticos históricos que apontamos no primeiro capítulo, as alianças estabelecidas ao longo dos anos e a internalização de outras formas de pensamento que encontram solo fértil no ambiente dessas comunidades. Refiro-me ao pensamento ambiental ou socioambiental que, de forma muito particular, é apropriado e adaptado ao contexto local vivido no Norte de Minas Gerais. Para tal, tomo como referência os processos que levaram à organização da Articulação Rosalino Gomes, representação que se converteu como um dos principais espaços para mobilização e articulação dos diferentes povos, tendo como base a reivindicação territorial no Norte de Minas. Sobre esse aspecto, tomo como referência o trabalho de Carlos Dayrell (2019), um dos principais nomes que acompanhou desde o início a movimentação política dos povos e comunidades tradicionais na região.

Observa Dayrell que, em decorrência da promulgação da Constituição de 1988, houve um processo de reposicionamento das lutas pela terra desencadeadas por diferentes movimentos; de um lado, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Liga dos Camponeses Pobres (LCP), por outro, o debate socioambiental que emerge das experiências adquiridas a partir de alianças e ativismo junto aos movimentos ambientais em instâncias como encontros nacionais e internacionais. Ambos os processos tiveram desdobramentos diretos no Norte de Minas em relação à emergência de lutas pelo território. Entre as articulações que insurgem desse cenário, destaca-se a luta dos Xakriabá, seguida pelas reivindicações das comunidades quilombolas, geraizeiras, vazanteiras, apanhadoras de flores, veredeiras, catingueiras e, mais recentemente, as vacarianas. Tratam-se de distintos grupos que, ao longo das últimas três décadas, devido a uma série de processos políticos tratados por Dayrell, passam a se organizar e se apresentar como “povos”.

Ao historicizar esses processos, Dayrell aponta algumas mudanças ocorridas na ação de organizações da sociedade civil, entre elas o Centro de Agricultura Alternativo do Norte de Minas (CAA-NM) que, dentro de sua proposta de apoio às associações de pequenos produtores rurais, acaba incorporando elementos da agroecologia e debates socioambientais que, cada vez mais, passam a guiar suas ações. Sobre esse aspecto, chama atenção que, no Norte de Minas, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e o movimento sindical, ao mesmo tempo em que atuavam junto aos trabalhadores rurais, passavam a interagir em outros espaços com movimentos culturais locais e ecológicos que se faziam críticos à intensa degradação ambiental promovida pelos grandes projetos agropecuários e florestais, onde o desmatamento do Cerrado era a principal preocupação. Conta Dayrell que foi na II Festa do Pequi, realizada em Montes Claros, no ano de 1989, onde ocorreu um momento de aproximação dos movimentos pastorais e sindicais com o ecológico e cultural, com destaque para as contribuições de Carlos Walter Porto Gonçalves, professor da Universidade Federal Fluminense, e sua crítica à noção de desenvolvimento.

Ele nos apresentou as bases filosóficas que permeavam a noção de desenvolvimento, uma ação do capital que promovia a negação ou a ruptura do envolvimento (desenvolvimento) das pessoas com o lugar. Ele também nos apresentou o pensamento de Chico Mendes, um dos principais defensores da Amazônia a partir da “Aliança dos Povos da Floresta” e que tinha sido recentemente assassinado, e a concepção dos extrativistas de convivência com a floresta (DAYRELL, 2019, p. 95).

A partir desse momento se inicia uma série de encontros, descritos por Dayrell, em que se articulavam organizações de agricultores, pescadores, pastorais, ONGs de diversas vertentes, educadores, pesquisadores, ambientalistas, grupos culturais, sindicatos urbanos que,

ao longo dos anos 1990, adensaram os debates ecológicos, fortemente influenciados pela Ecologia Política, sobre os inúmeros processos de conflitos ambientais que viviam as comunidades das regiões, tanto do Norte de Minas quanto do sertão da Bahia. Essa articulação possibilitou a ampliação de uma rede de agentes que passou a denunciar a degradação do Cerrado que tinha como centro os grandes projetos agropecuários e industriais instalados nas áreas de recarga dos córregos e rios formadores do São Francisco; além dos impactos da siderurgia, das grandes barragens (Sobradinho e Itaparica) e dos projetos de irrigação. Importante perceber que o espaço privilegiado para articulação dessas redes é o próprio Vale do São Francisco, com destaque para as organizações vinculadas ao Alto (Minas Gerais), Médio (Bahia) e Baixo São Francisco (Pernambuco e Alagoas). Assim como procurei destacar no primeiro capítulo, o rio continua sendo elemento aglutinador, de identificação e organização política de diferentes grupos, que tomam como referência as dinâmicas ambientais que o circundam.

Por meio dessa articulação foi possível indicar a participação de importantes nomes que representariam o Norte de Minas no Fórum Global da ECO 92<sup>82</sup>, seu principal propósito era promover uma ação articulada com outros pares, objetivando retirar os cerrados e seus povos da invisibilidade frente às sociedades nacional e internacional e pautar sua importância junto a outros biomas. Sobre esse aspecto, Mazzeto Silva (2009) chama atenção para o silenciamento sobre o Cerrado brasileiro, pois mesmo sendo a savana mais rica em biodiversidade do planeta, ainda era apresentado como um espaço a ser incorporado pela grande produção agroindustrial de exportação. Aponta o autor que o imaginário da vegetação rala, de árvores tortas, sem beleza, sem utilidade e sem valor intrínseco – seja social, econômico ou ecológico, continua predominante. Esse olhar percebe o Cerrado distante do status ecológico das florestas Amazônica e Atlântica, além de não possuir os atrativos turísticos do Pantanal, os três grandes biomas brasileiros reconhecidos como Patrimônio Nacional.

Mazzeto Silva mostra que, desde o preparatório para a ECO 92, inúmeras entidades estavam reunidas debatendo os problemas oriundos da degradação do Cerrado e pensando em formas alternativas de desenvolvimento que revertersem a lógica dominante que havia transformado o bioma em extensas áreas para monocultura e exportação de commodities. Esse debate teve como desdobramento, no Fórum Global da Eco 92, o primeiro documento oriundo

---

<sup>82</sup> O Fórum Global foi um grande encontro da sociedade civil planetária que ocorreu paralelamente à Conferência da ONU no Rio de Janeiro. Dayrell (2019) aponta como representantes, Braulino Caetano dos Santos, João Batista de Almeida Costa, Aline Mendonça e Carlos Eduardo Mazzeto Silva.

dessa articulação, o “Tratado dos Cerrados”, que foi a base para posterior estruturação da Rede Cerrado - articulação da sociedade civil, em nível nacional, em torno da defesa do Cerrado e de seus povos – que à época passou a contar com financiamento do Fórum Nacional do Japão (MAZZETTO SILVA, 2009, p. 209).

Nesse contexto, Dayrell (2019) indica que, a fim de compreender o potencial extrativista do Cerrado com base na perspectiva agroecológica, foi implementado, a partir de 1993, o Programa de Formação de Jovens e iniciativas de manejo sustentável em parceria com o Serviço Alemão de Cooperação Técnica e Social (SACTES). No projeto, os esforços de compreensão do potencial dos cerrados se articulavam com o trabalho desenvolvido com os agricultores que viviam no próprio Cerrado. Menciona ainda as novas perspectivas que passam a incidir sobre o universo local, com destaque para a potencialidade da visão integradora adotada pela agroecologia, na qual “paisagens e agroecossistemas são construídas a partir de processos coevolutivos homem-natureza, nas interações entre os sistemas biológicos e culturais, cada qual pressionando seletivamente o outro”. Segundo Dayrell, foi por meio do enfoque etnoecológico da agroecologia que se tornou possível compreender uma “outra ecologia” desenvolvida pelas populações locais, em um processo secular. (DAYRELL, 2019, p. 105).

Em relação ao contexto norte-mineiro, com a incorporação da perspectiva socioambiental, as pautas relativas à defesa do Cerrado e das águas passaram a nortear as ações de importantes entidades atuantes a nível regional, como o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Cáritas Brasileira, Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG), Central Única de Trabalhadores (CUT), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Associação para a Barca Andar, Articulação do Semiárido (ASA) e a Rede Alerta contra o Deserto Verde, além das parcerias estabelecidas junto à Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). A conjunção desses atores e organizações aponta para a transição de uma organização política de caráter sindical para uma organização política que passa a pautar suas ações a partir de um olhar socioambiental.

Como centro dos conflitos fundiários vividos no Norte de Minas à época e, em alguns casos, ainda hoje, destaca-se o “encurrallamento”, expressão nativa utilizada na região para se referir à sobreposição dos territórios dos povos nativos com novas formas de colonização implementadas ao longo da bacia do alto e médio São Francisco. Como demonstrado por Felisa Anaya (2014), em meados dos anos 1990, comunidades geraizeiras do Alto Rio Pardo,

“encurraladas” por grandes maciços de eucalipto, passam a se identificar como “atingidos” e a objetivar suas lutas pela reapropriação territorial a partir do que ficou conhecido como “Movimento dos Encurralados”. Nesse contexto, a categoria “encurralado” é percebida a partir de seu caráter político de denúncia e de resistência, incorporando outros povos e comunidades tradicionais da região, entre elas: remanescentes de quilombos, catingueiros e vazanteiros. Argumenta a autora que, desde então, inicia-se a construção de uma rede social, análoga aos “movimentos de territorialização”<sup>83</sup>, que passam a reivindicar o reconhecimento de suas diferenças culturais e ecológicas vinculadas à defesa de seus territórios.

Emergem daí: os geraizeiros da Serra Geral, “encurralados” pela monocultura de eucalipto; os quilombos de Brejo dos Crioulos e Gurutubanos, “encurralados” por grandes empresas rurais e projetos de irrigação; e as comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha, “encurraladas” atualmente pelos parques estaduais compensatórios ao projeto de fruticultura irrigada Jaíba (ANAYA, 2014, p. 4043).

Como desdobramento dessas iniciativas ocorreu a constituição do Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas, no ano de 1994<sup>84</sup>. Nesse mesmo período, o CIMI inicia diálogo com o CAA-NM, buscando a aproximação do povo Xakriabá de São João da Missões-MG com os debates que estavam ocorrendo na região. A expectativa era o fortalecimento político da causa indígena e das práticas agroextrativistas associadas ao manejo dos cerrados.

Por meio de uma série de encontros, onde se articulavam os diferentes agentes vinculados à Rede Cerrado, foi criada a Articulação dos Agroextrativistas dos Cerrados. Esse espaço passou a congregiar variadas organizações vinculadas à defesa do bioma, assim como inúmeras comunidades que naquele momento se autodenominavam agroextrativistas, entre elas os geraizeiros do Norte de Minas Gerais, que passavam a ter uma incidência a nível nacional.

Em novembro de 2002, em decorrência do encontro realizado no município de João Lisboa, no estado do Maranhão, a Articulação dos Agroextrativistas dos Cerrados publicou a “Carta do Maranhão”. O documento pode ser considerado um dos marcos da organização de grupos e comunidades que passaram a se reconhecer enquanto povos do Cerrado por analogia aos povos da floresta, entidade criada durante a luta dos seringueiros e consagrada à Cúpula

---

<sup>83</sup> Assim como discutido por Almeida (2008).

<sup>84</sup> Inicialmente, o Fórum regional surgiu como resposta das organizações populares do Norte de Minas à proposta da Assembleia Legislativa de Minas Gerais de criar espaços para audiências públicas regionais, no ano de 1993. No entanto, o “Fórum Popular” deu continuidade à sua articulação em rede, constituindo-se então, a partir de 1994, como Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável do Norte de Minas (DAYRELL, 2019).

da Terra de 1992 (AUBERTIN & PINTON, 2013)<sup>85</sup>. A carta contou com a participação das quebradeiras de coco babaçu, vazanteiros, indígenas Kaiowa-Guarani, ribeirinhos, geraizeiros, assentados, organizações de base e entidades de apoio dos estados do Maranhão, Goiás, Piauí, Minas Gerais, Tocantins, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Nele os vários grupos reivindicavam maior atenção do poder público ao Cerrado e aos povos que dele dependem, assim como, marcavam seus posicionamentos políticos a partir das relações territoriais estabelecidas com esse ambiente:

O Cerrado tem sido um bioma esquecido no debate, nas ações e políticas ambientais bastando lembrar que sequer é considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal, ao contrário do Pantanal, da Mata Atlântica e da Floresta Amazônica. Entretanto, o valor dado às regiões ocupadas pelos Cerrados está no centro da política econômica com o avanço destruidor do *agronegócio* (*agrobusiness*) globalizado com as monoculturas de exportação, dos transgênicos, da grande criação de gado [...]

Hoje, nossas populações se encontram literalmente encurraladas pela apropriação das chapadas pelos latifúndios produtivos do agronegócio que não só concentram poder e riqueza como, ao usar irresponsavelmente a irrigação, estão contribuindo para desperdiçar a água trazendo diretamente como consequência o secamento de rios, córregos e lagoas, inviabilizando as práticas agrícolas de agricultores nos fundos de vale.

Estamos, pois, diante do confronto de dois modelos de uso dos recursos naturais nos Cerrados:

1- o dos Povos dos Cerrados, que maneja os recursos naturais conservando a biodiversidade e a água, fundamentais não só para nós como para toda a humanidade e o planeta, que sabe que a sobrevivência de todos e de cada um depende da conservação da fertilidade natural da terra e;

2- o do Agronegócio, que beneficia poucos, sendo que a maioria sequer habita a região e que, exatamente por isso, não respeita os lugares, sua natureza e sua cultura e coloca em risco todo esse patrimônio natural e cultural. (Carta do Maranhão, João Lisboa, 22 de novembro de 2002).

Ao reler a Carta do Maranhão percebo que nela estão algumas das principais bases que estruturaram o debate e a articulação política dos grupos que passaram a se identificar enquanto povos e comunidades tradicionais ao longo das últimas décadas. A constatação do Cerrado como o bioma mais degradado pelos projetos agroindustriais, implementados durante o Regime Militar e intensificados ao longo dos anos; a reivindicação do reconhecimento da existência e contribuição secular dos diversos povos que habitam esse bioma; e a constatação do confronto entre duas perspectivas de mundo em sua relação com o Cerrado são fatores fundamentais observados entre aquelas comunidades que passam a compor essa rede

---

<sup>85</sup> Ponderam os autores que, enquanto os grupos organizados sob o nome de “povos da floresta” têm conseguido se integrar em torno dos laços muito fortes que unem formas de vida e conservação da floresta, os povos do Cerrado encontram dificuldade em estabelecer iniciativas locais de grande escala que possam reunir as pessoas do Cerrado em torno de uma narrativa comum (AUBERTIN & PINTON, 2013).

posteriormente. Talvez seja a primeira vez que a categoria, “guardiões das águas”, surja de forma objetivada entre os movimentos sociais de comunidades que habitam o Cerrado. Tal mote se tornou, mais tarde, expressão de força na bandeira do Movimento Veredeiro, demonstrando a constante reelaboração que se faz devido às dinâmicas internas que associam a organização do movimento com os variados biomas que passam a integrar a própria construção simbólica da articulação política.

Como já indicado, com a ascensão do Partido dos Trabalhadores ao Poder Executivo Federal em 2003, abriu-se caminho para maior incidência política dos movimentos sociais objetivando o reconhecimento e a participação em espaços de gestão da diversidade sociocultural brasileira, que vinha emergindo de forma organizada a partir dos caminhos já delineados por povos indígenas e comunidades quilombolas<sup>86</sup>. As reivindicações repercutem, principalmente, no extinto Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e no Ministério do Meio Ambiente (MMA), cujos ministros eram Patrus Ananias e Marina Silva respectivamente. Em julho de 2004, foi criada a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) que tinha como competência coordenar a implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, criada por meio do decreto 6040, em 07 de fevereiro de 2007.

A partir da mobilização já existente, capitaneada pela Rede Cerrado e seus apoiadores, Braulino e Luceli foram indicados para contribuir no I Encontro Nacional de Comunidades Tradicionais, realizado em 2005<sup>87</sup>. Foi acordado que a Comissão deveria ter representação paritária, sendo composta por 15 representantes de povos tradicionais e 15 representantes de órgãos governamentais. Entre os representantes de povos tradicionais Braulino foi indicado como membro efetivo, representantes dos geraizeiros, tendo como suplente Luceli, vinculada à Articulação Pacari<sup>88</sup>. As comunidades tradicionais representadas por 15 categorias, foram eleitas pelos participantes do Encontro a partir da sua autoidentificação, sendo elas:

---

<sup>86</sup> Sobre o reconhecimento e regularização fundiária das comunidades remanescentes de quilombo, destaque o Decreto 4887 de 2003.

<sup>87</sup> Braulino Caetano dos Santos, geraizeiro e doutor honoris causa pela UNIMONTES, é uma das lideranças de destaque da Articulação Rosalino Gomes, membro do CNPCT, tem uma trajetória como sindicalista rural. Desde a década de 1980, vem atuando em prol da conquista de direitos para povos e comunidades tradicionais. Durante minha pesquisa, tive algumas oportunidades de ouvir falas do seu Braulino e uma das que mais me recordo é quando ele argumenta que “o Cerrado é o ambiente mais comunicativo. Tudo nele se comunica” ao se referir que o Cerrado é único bioma que faz fronteira e possui relação de interdependência com todos os outros do país.

<sup>88</sup> Com sede no estado do Tocantins, a Articulação Pacari é uma rede socioambiental formada por organizações comunitárias e pessoas dos estados de Minas Gerais, Goiás, Tocantins e Maranhão, que praticam a

<b>Categoria de identificação</b>		<b>Instituição</b>
1	<b>Sertanejos</b>	Associação de Mulheres Agricultoras Sindicalizadas
2	<b>Seringueiros</b>	Conselho Nacional de Seringueiros
3	<b>Comunidades de Fundo de Pasto</b>	Coordenação Estadual de Fundo de Pasto
4	<b>Quilombolas</b>	Coordenação Nacional de Quilombolas
5	<b>Agroextrativistas da Amazônia</b>	Grupo de Trabalho Amazônico
6	<b>Faxinalenses</b>	Rede Faxinais
7	<b>Pescadores artesanais</b>	Movimento Nacional dos Pescadores - MONAPE
8	<b>Comunidades de terreiros</b>	Associação Cultural de Preservação do Patrimônio Bantu (titular) e Comunidades Organizadas da Diáspora Africana pelo Direito à Alimentação Rede Kodya (suplente)
9	<b>Ciganos</b>	Associação de Preservação da Cultura Cigana (titular), e suplente indicado pelo Centro de Estudos e Discussão Romani
10	<b>Pomeranos</b>	Associação dos Moradores, Amigos e Proprietários dos Pontões de Pancas e Águas Brancas (titular) e Associação Cultural Alemã do Espírito Santo (suplente);
11	<b>Indígenas</b>	Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (titular), e Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (suplente);
12	<b>Pantaneiros</b>	Fórum Matogrossense de Desenvolvimento (titular) e Colônia de Pescadores CZ-5 (suplente);
13	<b>Quebradeiras de Coco</b>	Movimento Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu (titular) e Associação em Áreas de Assentamento no Estado do Maranhão (suplente);

medicina tradicional através do uso sustentável da biodiversidade do bioma Cerrado e integram a Rede Cerrado. Para maiores informações, ver: <https://redecerrado.org.br/entidades/pacari/>

14	<b>Caiçaras</b>	Caiçara de Cultura (titular) e União dos Moradores da Juréia (suplente);
15	<b>Geraizeiros</b>	Rede Cerrado (titular), e Articulação Pacari (suplente);

Tabela 1: Categorias de identificação da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais

De acordo com Dayrell (2019), com a estruturação da Comissão Nacional, Braulino, na condição de representante geraizeiro e um dos principais articuladores do Norte de Minas, passou a socializar na Rede Cerrado, no CAA-NM e no Fórum Regional de Desenvolvimento Sustentável os desdobramentos ocorridos na construção da Política Nacional de Desenvolvimento de Povos e Comunidades Tradicionais. A fim de fortalecer a articulação entre os diferentes povos da região, Braulino iniciou uma mobilização a nível regional para que lideranças das comunidades participassem de um dos encontros regionais que aconteceria em Paulo Afonso (BA), em março de 2006. Tratava-se da I Reunião da Comissão dos Povos Tradicionais do rio São Francisco. O encontro ficou conhecido como I Conferência Geraizeira. Desde então, uma série de conferências passaram a pautar a agenda das comunidades norte-mineiras, tornando-se importante espaço para articulação e mobilização da rede de povos que passa a se formar na região. Aponta Dayrell que essa mobilização ocorreu a partir do momento que se percebeu a necessidade de se investir na ação local e regional, buscando formas mais qualificadas na construção de uma agenda específica das comunidades tradicionais na região. Importante notar que as conferências que passam a ser organizadas pela articulação dos povos tradicionais se converteram em espaços privilegiados de articulação/mobilização, inserção de novos povos e parceiros institucionais.

Alguns desses encontros merecem destaque e nos ajudam a compreender a consolidação do movimento das comunidades tradicionais do Norte do estado. Foi nesses espaços onde algumas lideranças veredeiras iniciaram o diálogo com a rede mais ampla de povos. Em abril de 2005, foi realizado na cidade de Porteirinha o I Encontro Norte-Mineiro da Agrobiodiversidade. O evento tinha como base os trabalhos com recursos genéticos e sementes crioulas que vinham sendo desenvolvidos desde os anos 1990 a partir do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA), vinculado à Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas (REDE), no âmbito da ONG Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE). O encontro envolvia o trabalho desenvolvido com os guardiões das sementes crioulas, iniciado ainda nos anos 2000 e passava a incorporar ao debate as múltiplas

dimensões associadas à agrobiodiversidade, entre aquelas de maior importância, estão: o fortalecimento dos modos de vidas das comunidades locais; as demandas territoriais explicitadas na luta dos encurralados pela monocultura do eucalipto, que demandavam a retomada das terras expropriadas pelas empresas de eucalipto; a luta dos quilombolas pela demarcação dos territórios e a luta dos Xakriabá pela ampliação do território. Nesse período, algumas comunidades veredeiras já haviam iniciado os primeiros contatos com outros agentes atuantes na região, como a Caritas Januária, por meio de um projeto de manejo das sementes crioulas que tratarei no quinto capítulo.

Nesse mesmo ano, no mês de setembro, ocorreu na cidade de Montes Claros, o IV Encontro dos Povos do Cerrado. Entre seus participantes estavam diversos povos do Cerrado Brasileiro: indígenas, quilombolas, geraizeiros, quebradeiras de coco babaçu, vazanteiros, chapadeiros, varjeiros, retireiros, pantaneiros e veredeiros. É a partir desse momento que algumas lideranças veredeiras passam a atuar de forma mais incisiva na rede dos povos do Norte e a compreender de forma mais clara o contexto político-ambiental em debate. Como ocorre em todos os eventos, a carta resultante – “Carta de Montes Claros” – trazia, não apenas reivindicações territoriais, mas, assinala Dayrell (2109), indicava outra racionalidade subjacente ao entendimento do Cerrado:

[...] os Cerrados são ricos e não podem estar subordinados à simples lógica mercantil contida na noção de agronegócio. Para nós, o valor dos Cerrados é antes de tudo o valor da vida de todos os seres e elementos que o constituem, que nele habitam e que dele dependem: homens, mulheres, os bichos, as plantas, a terra, as águas, os minerais (CARTA DE MONTES CLAROS, 2005).

Nos anos seguintes, outros encontros ocorreram tornando-se espaços de fundamental importância na afirmação política de cada segmento que compunha a rede dos povos tradicionais do Norte de Minas. Destaco aqui o 1º Encontro dos Vazanteiros, realizado em 2005, na divisa dos estados Minas Gerais e Bahia, na Ilha da Ingazeira, onde os vazanteiros afirmaram suas origens a partir de interações complexas entre indígenas, afrodescendentes e famílias nordestinas que utilizavam o rio como espaço de migração. Além disso, denunciaram os violentos processos de expropriação fundiária que vinham sofrendo desde 1950, passando pelas políticas de desenvolvimento do Regime Militar dos anos 1970 e dos deslocamentos compulsórios ocorridos pela implementação de Áreas de Preservação Permanente (APPs). Passavam assim a reivindicar suas demandas com base nos poucos instrumentos jurídicos que possibilitavam alguma garantia de direitos, os artigos 215 e 216, da Constituição Federal de 1988.

Nesse cenário de emergência identitária de diferentes povos tradicionais e frente à necessidade de um espaço mais articulado, tanto em relação aos diálogos acerca da Política Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, em construção à época, quanto em termos de mobilização e apoio às diversas lutas que estavam em andamento, Braulino passa a estabelecer diálogos com lideranças que poderiam contribuir de forma mais sistematizada a nível regional. Com o crescimento da movimentação em torno das pautas referentes às comunidades tradicionais e às comunidades quilombolas, essas últimas já com forte articulação a nível nacional, além dos representantes do povo Xakriabá, do povo gurutubano, dos geraizeiros do Alto Rio Pardo e comunidades vazanteiras, esses segmentos, que já vinham se articulando por meio de encontros, passaram a constituir a Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais no ano de 2011.

Nesse contexto, por todo o Norte de Minas os conflitos se acentuavam, como, por exemplo, as tensões fundiárias que impactavam diretamente os gerais, as áreas de vazante, os povos da caatinga; a implementação de projetos de mineração, criação de parques, fatores esses que demandaram da Comissão Regional maior intercâmbio entre as diversas comunidades locais. A latência desses conflitos e violações de direitos, juntamente com a experiência acumulada na Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT) abriu espaço para a criação de uma articulação regional com a proposta de “unificar suas lutas em defesa do território para obter maior peso político no processo”. (DAYRELL, 2019, p. 131).

### **2.3.1 Unificação da luta: o surgimento da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais**

Arturo Escobar (2010) destaca que, em resposta aos riscos perpetrados pelas frentes de desenvolvimento, diferentes movimentos sociais emergem acionando amplas redes em defesa do lugar:

[...] la gente se moviliza en contra de los aspectos destructivos de la globalización desde la perspectiva de lo que ellos han sido y de lo que son en el presente: sujetos históricos de culturas, economías y ecologías particulares; productores particulares de conocimiento; individuos y colectividades comprometidos con el juego de vivir en paisajes y con los otros de manera específica. (ESCOBAR, 2010, p. 23).

Como forma de ampliar os debates organizou-se o I Encontro Regional dos Povos e Comunidades Tradicionais, realizado em Montes Claros, entre os dias 18 e 20 de agosto de

2011. No evento foi decidido que a Comissão Regional deveria se estruturar em forma de uma articulação entre os diferentes povos que a compunham, contando com o apoio da rede sociotécnica de colaboradores<sup>89</sup>. Outro ponto era que a articulação deveria ter um nome que fosse representativo para todos os segmentos que a integravam. Célia Xakriabá<sup>90</sup> apresentou a história de 1.113, sua luta empreendida pelo território indígena e seu brutal assassinato. Por unanimidade a sugestão foi aceita e a articulação passaria a se autodenominar como: Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Importante destacar que, por meio desse encontro, as comunidades passam a conhecer, através do professor Aderval Costa Filho, o projeto Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais, vinculado ao Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais (GESTA/UFMG) e, nesse mesmo evento, se inicia as discussões com autoridades do Estado e da União para a construção de uma “Política Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais”.

Em agosto de 2012, a Articulação Rosalino, conjuntamente com colaboradores, promoveu o Curso de Direito Territorial, na comunidade de Arraial do Meio, no município de Matias Cardoso, a fim de articular os povos integrantes da articulação e fortalecer as reivindicações dos Vazanterios em Movimento. Desde 2006 os vazanteiros demandavam do Governo estadual e da União o reconhecimento do território tradicional das comunidades de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha que se encontrava afetado pelo Parque Estadual do Rio Verde. Uma vez suspensas as negociações, em julho de 2011, por meio de uma ação coletiva coordenada, iniciaram-se a autodemarcação do território visando à criação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável de Pau Preto<sup>91</sup>. Vale ressaltar que a estratégia de

---

<sup>89</sup> Integram a rede sociotécnica de colaboração entidades como o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), Comissão Pastoral da Terra (CPT), Movimento Articulado dos Sindicatos de Trabalhadores do Alto Rio Pardo (MASTRO), Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR), Federação das Associações Quilombolas de Minas Gerais (N’Golo), Escola Família Agrícola (EFA), Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental (NIISA-Unimontes), Universidade Federal dos Vales Jequitinhonha e Mucuri (UFJVM), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Instituto Federal do Norte de Minas Gerais (IFNMG), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Cerrado (EMBRAPA Cerrado), Rede Cerrado e Centro Nacional de Recursos Genéticos (CENARGEN). Outras organizações são parceiras, estabelecendo diálogos e contribuindo para articulações diversas, como: o Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB), Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), integrantes da Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais (SPU-MG), do Ministério Público Federal (MPF), da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais (CIMOS-MP-MG), a Comissão de Direitos Humanos, a Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), entre outras.

<sup>90</sup> À época, Célia Xakriabá era ainda adolescente. Ao longo dos anos construiu um caminho de incidência política e atualmente se converteu em uma das principais expoentes da causa indígena a nível nacional, sendo eleita deputada federal nas eleições de 2022 para o mandato 2023-2026.

<sup>91</sup> Felisa Anaya (2014) aponta que no final dos anos 1990 e meados dos anos 2000, com as políticas compensatórias ao projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba, iniciou-se uma série de ações de desterritorialização por meio da implantação de Unidades de Proteção Integral (UPI). O IEF/MG, responsável pela criação, execução e

autodemarkação já vinha sendo utilizada em diferentes contextos no Brasil, seja por seringueiros, indígenas ou comunidades geraizeiras. De acordo com Dayrell (2019), o referido curso de Direito Territorial objetivava ser um espaço propositivo de ações práticas a serem desenvolvidas pelas comunidades para proteção de seus territórios. Destaca que, em diferentes momentos da história da Articulação Rosalino, a organização de autodemarkação de territórios, retomadas, manifestações públicas, ocorreram a partir de mobilizações conjuntas entre geraizeiros, vazanteiros, apanhadores de flores, veredeiros, indígenas Xakriabá, comunidades quilombolas e catingueiras.

Sobre esse aspecto, é importante notar que os eventos organizados pela Articulação Rosalino, buscam incidir não só politicamente, apoiando lutas de seus membros, mas também no sentido de possibilitar reapropriação dos territórios, conjuntamente com a reelaboração simbólica e ressignificações das narrativas dominantes. Exemplo é escolha do local do encontro do Curso de Direito Territorial, o município de Matias Cardoso, fundado em 1720 e que tem sua origem com a ocupação das terras dos últimos remanescentes Caiapó do São Francisco, em 1664, pelo bandeirante Mathias Cardoso de Almeida, seu principal algoz. Trata-se de disputas não somente de caráter fundiário, mas também simbólicas de identificação e reescrita da própria história, no e do lugar.

Desde 2011, diferentes comunidades passaram a integrar a Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais. Para Dayrell (2019), a participação mais ativa do povo Xakriabá e, posteriormente, do Povo Tuxá, contribuiu como importante referência para os outros demais povos, no sentido de redefinir a forma em que o território e o ambiente são percebidos pelas outras comunidades. O contexto indígena parece influenciar, no sentido de reforçar os vínculos com a terra e legitimar as demais cosmovisões que passam a se comunicar, criando vínculos e pontes que se encontram em processos constantes de construção política e identitária. A Rosalino passou a ser representada por oito grupos: povos indígenas (Xakriabá e Tuxá), quilombolas, geraizeiros, vazanteiros, apanhadores de flores sempre viva, veredeiros, caatingueiros e vacarianos, estas últimas comunidades habitam a

---

fiscalização das unidades de conservação do Jaíba e o Instituto Brasileiro de Proteção ao Meio Ambiente (IBAMA), passam a assumir a vigilância e controle sobre as comunidades vazanteiras. Segundo a autora, iniciou-se assim a uma série de proibições e penalizações sobre as práticas extrativistas, de caça, plantio e pesca, redefinindo atores e projetos sociais em conflito.

De acordo com Carlos Dayrell (2019), atualmente o termo “Reserva de Desenvolvimento Social de Pau Preto” não é mais utilizado, pois o vínculo com tal categoria os submetiam ao domínio de órgãos ambientais como o IEF-MG - Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais. Passam a optar assim pelo uso do termo “território vazanteiro de Pau Preto”.

bacia do rio Vacarias. Ao longo dos anos observa-se, por meio da estruturação de laços de solidariedade, a consolidação dessa rede de povos do Norte de Minas.

Ao longo das últimas duas décadas, a partir da mobilização para criação da Comissão Regional até a estruturação da Articulação Rosalino Gomes, uma série de avanços e construções políticas ocorreu, entre elas: a constituição da articulação das comunidades vazanteiras - Vazanteiros em Movimento – Oliveira (2005), Anaya (2012); a realização das conferências dos povos geraizeiros e da emergência do Movimento Geraizeiro – Mônica (2017), Dayrell (1998, 2019); a consolidação das articulações das comunidades quilombolas de Brejo dos Crioulos – Costa (1999, 2001), Gurutuba e Lapinha – Costa Filho (2008)<sup>92</sup>. Sobre as conquistas da Rosalino, Dayrell (2019) enfatiza a autodemarcação do território da comunidade geraizeira de Moreiras, em 2013; a criação do Projeto de Assentamento Extrativista (PAE) Veredas Vivas<sup>93</sup>, também em 2013; a promulgação da Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Nascentes dos Gerais, em 2014, todas essas no município de Rio Pardo de Minas. Ressalta-se também a luta ativa para a promulgação da Lei nº 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que instituiu a Política Estadual para o Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais. Soma-se a isso a mobilização das comunidades veredeiras, organizada conjuntamente junta às lideranças geraizeiras, Cáritas Januária, CPT, CAA-NM, para a retomada do território da Fazenda Alegre, em 2017. Tema que voltarei a tratar em seções subsequentes.

### **2.3.2 O engajamento político das comunidades veredeiras na promulgação da Lei 21.147/2014**

Assim como as mobilizações a nível nacional possibilitaram uma série de ações que culminaram na promulgação do decreto 6040/2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, as articulações promovidas pela Comissão Regional de Povos e Comunidades Tradicionais, conjuntamente com órgãos do Governo estadual, organizações da sociedade civil e núcleos de pesquisas de universidades públicas tiveram como desdobramento a aprovação da lei 21.147, de janeiro de

---

<sup>92</sup> Vale ressaltar que desde 2004 as comunidades quilombolas de Minas Gerais passaram a se organizar a nível estadual por meio da Federação das Comunidades Quilombolas de Minas Gerais (N'Golo). Sobre o histórico de organização da N'golo ver: <https://www.cedefes.org.br/comunidades-quilombolas-em-minas-gerais-resiliencia-luta-e-assertividade-de-um-povo/>

<sup>93</sup> O PAE Veredas Vivas foi o primeiro desse tipo a ser regularizado no estado de Minas Gerais e conta com uma área de 4,9 mil hectares, beneficiando diretamente 100 famílias geraizeiras.

2014, que instituiu a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

O debate que culminou na promulgação da lei 21.147/2014 teve início em 2007, com a audiência pública sobre "Regularização de Territórios Quilombolas em Minas Gerais", promovida em plenário pela Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Em dezembro do mesmo ano a Comissão de Participação Popular fez uma audiência pública com o objetivo de debater “a realidade socioambiental e a inclusão social dos povos e comunidades tradicionais”. O evento contou com a presença de Aderval Costa Filho, então coordenador da Comissão Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, vinculada ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome - MDS<sup>94</sup>. Segundo Aderval Costa Filho<sup>95</sup>, quando trabalhou no Ministério, inúmeras audiências públicas foram realizadas em grande parte das unidades federativas, sendo uma delas em Minas Gerais. O objetivo era apresentar a política nacional de PCTs e, de certa forma, fomentar a proposição de um Projeto de Lei que pudesse, posteriormente, servir como marco regulatório do estado, no que diz respeito aos direitos desses povos.

Isso já havia sido feito por vários estados por articulação da sociedade civil. A sociedade civil sempre articulava comissões de direitos humanos nas respectivas assembleias ou comissões afeitas à pauta de PCTs com suas bases políticas, com seus candidatos. Eles organizavam suas audiências públicas e era uma estratégia que desde a coordenação da CNPCT eu estabeleci para poder disseminar para o território brasileiro a política de PCTs, como ela seria acolhida e como ela se materializaria em cada um dos estados da Federação. (Aderval Costa Filho, Belo Horizonte, 17 de agosto de 2018).

Em decorrência desse debate, resultou o Projeto de Lei PL nº 1981 / 2008. No entanto, esse projeto não foi colocado em pauta no plenário e foi arquivado em razão do término da legislatura, em 31 de janeiro 2011. Com o início da nova legislatura, em março de 2011 o deputado proponente solicitou o desarquivamento do projeto de lei que recebeu o número PL 883/2011. Todavia, sua tramitação ficou paralisada e “esquecida” por mais de um ano, correndo o mesmo risco de seu predecessor. No entanto, com a mobilização das comunidades veredeiras do Norte e Noroeste de Minas Gerais, decorrente de audiência pública promovida pelo Ministério Público de Minas Gerais, por meio da sua Coordenadoria de Inclusão e

---

<sup>94</sup> Desde a reforma ministerial de 2019, implementada pelo então governo de Jair Messias Bolsonaro, o MDS foi rebaixado a categoria de Secretaria.

<sup>95</sup> Entrevista realizada em Belo Horizonte, em 17 de agosto de 2018. Aderval Costa Filho é professor adjunto do Departamento de Antropologia e Arqueologia e do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), coordena o Programa "Mapeamento de Povos e Comunidades Tradicionais em Minas Gerais: Visibilização e Inclusão Sociopolítica", no Grupo de Estudos em Temáticas Ambientais - GESTA/FAFICH.

Mobilização Sociais (CIMOS), o PL 883-2011 voltou a ser movimentado na Comissão de Direitos Humanos em 2013.

Como explicam Oliveira, Leal e Lima (2015) as audiências que possibilitaram a participação das comunidades veredeiras dos municípios de Januária, Buritizeiro e Arinos ocorreram a partir de parceria entre o Programa Vereda Viva, da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes), a Coordenadoria Regional das Promotorias de Meio Ambiente das Bacias dos Rios Verde Grande e Pardo de Minas, e a CIMOS. Audiências essas realizadas entre o segundo semestre de 2012 e o primeiro de 2013. O objetivo central dessas reuniões era “a busca de soluções conjuntas para a garantia da proteção ambiental das veredas, combinada com a garantia e efetivação dos direitos fundamentais das comunidades veredeiras”. Vale ressaltar que a mobilização dessas comunidades estava vinculada à crescente precarização não só do modo de vida, mas da qualidade de vida vinculada a graves conflitos socioambientais acumulados desde a década de 1970 (OLIVEIRA, LEAL, LIMA, 2015, p. 06).

Um desdobramento dos debates regionais foi realizado, em 19 de junho de 2013, audiência pública em Belo Horizonte que contou com a participação de representantes das comunidades veredeiras, acadêmicos e gestores públicos. Na ocasião, a necessidade de consolidação de política pública específica para segmentos de povos e comunidades tradicionais se mostrou como caminho, sendo que as bases para consolidação de tal instrumento constava em linhas gerais no então PL 883-2011, em tramitação desde 2008 na Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Do evento resultou a “Carta das Veredas”, documento que solicitava celeridade e prioridade na tramitação do referido projeto de lei. A carta foi entregue ao Presidente da Assembleia Legislativa e ao Presidente da Comissão de Direitos Humanos, por comissão composta por representantes de comunidades veredeiras, da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais do Ministério Público de Minas Gerais e pela Secretária-Geral do Conselho de Segurança Alimentar de Minas Gerais (Consea/MG).

Comenta Costa Filho que à época atuou como colaborador na elaboração de um substitutivo ao PL de 2011 que carecia de atualizações e aprimoramentos, pois se assemelhava, em grande parte, ao texto do Decreto 6040/2007, uma vez que foi produzido em decorrência das audiências públicas já citadas. Uma das mudanças necessárias se referia à questão da regularização fundiária, devendo focar em certos setores que apresentavam maiores limitações para regulamentação, além de fazer constar no texto da lei de que forma ocorreria tal regularização. A partir dessas constatações a redação privilegiou que a regulamentação territorial a nível estadual deveria ser de caráter gratuito, coletivo,

inalienável, garantindo o direito às gerações futuras; podendo se dar tanto em áreas públicas quanto em áreas privadas; sendo que, uma vez em áreas públicas, deveria ocorrer por doação de terras e em áreas privadas por arrecadação de áreas para fins sociais, como ocorre em outros processos de regularização fundiária. Sobre esse aspecto, é necessário sublinhar que as mudanças inseridas no PL 883/2011 buscaram suprir um dos principais pontos que não consta no Decreto 6040, a regularização dos territórios tradicionais. No decreto federal, somente se identifica a necessidade de regularização, mas não se entra no mérito de como seria realizado esse rito. O contrário ocorreu no Decreto federal 4887/2003 que versa sobre a regularização dos territórios quilombolas.

O projeto passou por tramitação no segundo semestre de 2013, foi aprovado pela Assembleia Legislativa, sancionado pelo Governador do Estado de Minas Gerais e publicado no diário oficial de 15 de janeiro de 2014, transformando-se na lei nº 21.147, que institui a política estadual para o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais de Minas Gerais.

Nesse processo, Costa Filho destaca o protagonismo das comunidades veredeiras, pois foi em função da movimentação desse segmento que ele próprio tomou conhecimento do PL que estava “engavetado” e a discussão de um possível marco legal a nível estadual para PCTs foi retomada:

Eu sequer sabia que havia sido feito uma proposição de PL depois da audiência pública que eu tinha promovido em 2009. Mesmo porque ela foi engavetada, ninguém deu consecução. Ninguém me falou nada a respeito.

Eu só soube que esse PL estava em curso, por ocasião da audiência dos vereadores que estavam sendo pressionados pela monocultura do eucalipto. Estavam precisando defender os seus direitos. (Aderval Costa Filho, Belo Horizonte, 17 de agosto de 2018).

Desde então, as comunidades veredeiras, passaram a se organizar em diferentes frentes. A nível local destaca-se a criação ou conversão de associações para contemplar a emergência da agenda veredeira e buscar consolidar uma rede de comunidades que se encontram em comunicação, mas dispersas devido às grandes distâncias da região; a nível municipal e estadual, passaram a fomentar parcerias com instituições como Cáritas, CPT, governo estadual, CAA-NM; regionalmente, a principal referência está nos laços estabelecidos entre os povos da Articulação Rosalino Gomes; a nível federal, passam a interagir com a Rede Cerrado, Articulação Semiárido Brasileiro (ASA-Brasil), Governo Federal, além dos projetos desenvolvidos vinculados às instituições internacionais, como a WWF e a Misereor. Nos últimos anos, as comunidades veredeiras passaram a ocupar assento

no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais (CNPCT), na Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais (CEPCT) e no Conselho do Mosaico Sertão Veredas – Peruaçu. Espaços importantes que se tornaram símbolos oficiais de participação popular em instâncias institucionais em nível do poder público. Todavia, torna-se importante notar, como salientado por Isabelle Stenger (2015), o que foi encorajado foi também domesticado.

Ao observar os diferentes processos históricos que levaram à organização dos povos do Cerrado e reivindicação das distintas formas de se relacionarem com seu ambiente, percebo que o movimento veredeiro, que acompanho desde 2018, compartilhou e se apropriou de variadas estratégias organizativas lapidadas e acumuladas ao longo das últimas décadas. Seja a partir da associação entre reivindicação para fins de regularização fundiária e práticas de conservação ambiental e acesso a recursos naturais, seja assumindo um discurso em que se colocavam como “guardiões das águas”, apropriação direta que passa a ser reelaborada dentro do próprio movimento, desde a Carta do Maranhão de 2002. Nesse sentido, a inserção das comunidades veredeiras em uma rede colaborativa de comunidades e organizações da sociedade civil, com interface com instâncias do Estado, ocorre atravessada por um processo pedagógico de incorporação ou reelaboração de formas políticas e ambientais. Comunidades e lideranças passam a incorporar códigos e práticas próximas daquilo que apontou Daniel Munduruku (2012) ao tratar da articulação indígena a nível nacional e do despertar de uma consciência pan-indígena. No caso de determinados segmentos de povos e comunidades tradicionais, refiro-me a uma consciência ecológica.

Arturo Escobar (2010) destaca que os vínculos estabelecidos entre biodiversidade, movimentos sociais, capital, conhecimento devem ser percebidos como um conjunto de processos descentralizados, dispersos e transnacionalizados, operando em vários níveis e por meio de diferentes espaços. Nesse sentido, os movimentos sociais devem ser compreendidos como criações de sua própria história, vinculadas com as transações e genealogias complexas que os conformam. O autor compreende os movimentos sociais como campos de ação discursiva expansivos, heterogêneos e policêntricos que se estendem para além dos limites institucionais de organizações da sociedade civil. Destaca que esses campos são construídos, reinventados continuamente e configurados por particulares culturas e práticas políticas associadas a diferentes formas de distribuição de poder. Assim, como possibilidade para compreensão dessas relações e dos vínculos estabelecidos entre esses diferentes campos, espaços e níveis, o autor observa que o conceito que melhor se aplica é o de “rede”.

Tomando em consideração a complexa trajetória dos arranjos internacionais e nacionais que levaram à definição, mesmo que aberta e em constante transformação, da categoria povos e comunidades tradicionais, fica evidente a conformação de redes que passaram a interconectar diferentes agentes institucionais, sociais, em âmbito global, nacional, regional e local. No caso do norte-mineiro, isso se dá por meio da articulação iniciada desde a década de 1980, passando pela busca de pautar o Cerrado na agenda internacional, como na Conferência das Nações Unidas – Eco-92, culminando na integração da Comissão Nacional, agora Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais, além, é claro, das constantes conferências locais e constituição da Articulação Rosalino. O que se observa é a construção de “nós” dessa rede - espaços privilegiados de encontro, conexão, criação e expansão. Com base em Escobar (2010), percebo que a atuação de organizações, como as dos povos do Norte de Minas, ou de qualquer outro grupo inserido nesses espaços de articulações que envolvem PCTs no Brasil ou em outras partes do mundo, opera por meio da constituição de redes a partir de movimentos próprios com base em um poderoso campo discursivo de ação. Tal capacidade implica conexões com outras frentes organizativas, criadoras de outras camadas nessa rede, permitindo que cada grupo ou sujeito construa seus próprios vínculos, ampliando essa teia em diferentes direções, gerando variados ganhos e perdas, para o bem ou mal.

Ressalto que os vínculos estabelecidos nessas redes não ocorrem somente com agentes que almejam os mesmos objetivos que os PCTs, mas também fazem parte dessa teia, empresas vinculadas a grandes empreendimentos, grupos políticos de diferentes perfis ideológicos e, obviamente, o Estado.

Tais conformações nos levam a compreender essas redes e a interação dos segmentos identitários nelas existentes, por meio de estruturas de caráter verticalizados, dotadas de hierarquias mais bem definidas, maior controle institucional e regras burocráticas que regem suas ações. Suas estruturas se assemelham mais à figura de árvores. Por outro lado, em contextos onde as relações ocorrem de forma horizontalizada, em espaços como a Articulação Rosalino, observam-se outras formas de distribuição de poder, vinculadas, principalmente, ao conhecimento adquirido ou à dedicação à causa do movimento; a ordenação se dá pela auto-organização que, em muitos casos, toma como base a junção de variados tipos de conhecimentos para gerar códigos e formas de comunicação comuns dispostas em uma espécie de malha. Todavia, vale ressaltar que a diferenciação entre as relações verticais e horizontais são atravessadas por sujeitos/agentes que estão em constantes deslocamentos entre esses espaços. Muitas lideranças passam a compor quadros do Estado, enquanto servidores

convidados, assumem cargos políticos, como assessores, tornam-se vereadores e deputados. Em muitos casos, indivíduos de comunidades são empregados nas mesmas empresas que exploram seu território, como moradores de São Joaquim, que trabalham na empresa RIMA Industrial S/A. Nesse sentido, a verticalidade e horizontalidade das relações são relativas e devem ser analisadas caso a caso, segundo Escobar (2010).

Se a organização desses diferentes povos possibilita maior capacidade de incidência para fazer valer direitos ou abrir espaço para novas reivindicações, o conhecimento trazido por estes emerge como capacidade epistêmica, não reduzida a suas localidades, mas como questionamento às formas dominantes de exploração de recursos naturais. Como já argumentado anteriormente, ecologistas apontam que as crises ecológicas são crises dos sistemas modernos de pensamentos ou, como apontou Carlos Walter Porto-Gonçalves (2020), as crises que vivenciamos nas últimas décadas devem ser percebidas como crise civilizatória de longa duração, na qual o sistema político-econômico dominante é apenas parte do problema.

### 3. COMUNIDADES VEREDEIRAS: IDENTIDADE, AMBIENTE E ECOLOGIA

Atrelada ao caráter ambientalista das organizações sociais que nos interessam está a atuação dos movimentos indígenas na América Latina, que mobilizam a construção de uma “etnicidad contestataria”, nos termos de Laura Valladares de la Cruz e Antonio Escobar Ohmstede (2014), frente ao giro neoliberal que intensificou as formas de exploração do ambiente a partir da década de 1980. Por isso, é importante explorar mais a questão étnica e seus impactos na própria construção da categoria povos e comunidades tradicionais, assim como seus limites e outras perspectivas possíveis de análise.

Cruz & Ohmstede (2014) argumentam que o “renascimento” étnico dos anos 1970, perpetrado por diferentes grupos indígenas no contexto latino americano, teve como foco a reivindicação de seus direitos originários e serviu de base para organização de outras lutas sociais. Todavia, a mobilização para o reconhecimento das identidades indígenas a nível local, também deve ser percebida dentro do contexto mundial, pois organizações indígenas de diferentes regiões do mundo passaram a se articular fomentando movimentos de caráter ecológico, baseados na forte relação com o ambiente e em contraposição com o sistema capitalista. Pontuam os autores que, em se tratando de América Latina, tais movimentos indígenas passaram a orientar suas reivindicações para salvaguarda dos recursos naturais, proteção dos seus rios, florestas, cerros e montanhas. A partir de mudanças nas relações políticas junto ao Estado e demais grupos da sociedade civil, as organizações indígenas converteram-se em defensores e principais protagonistas dos interesses ecológicos do século XXI.

No contexto brasileiro, vimos que os desdobramentos das mobilizações indígenas, passando inicialmente pela questão quilombola, contribuíram para a configuração de um leque ampliado e aberto de sujeitos que, de um jeito ou de outro, passaram a compartilhar e se perceber a partir de atributos étnicos. Desse modo, percebo a ressemantização da categoria quilombo (ABA, 1994), reelaborada a partir da metáfora construída por intelectuais negros desde a década de 1970, como importante momento para que, posteriormente, houvesse a abertura para ampliação das questões étnicas a outros contextos sociais.

Ao analisar a produção antropológica de laudos técnicos de identificação de grupos e territórios etnicamente diferenciados, argumenta Ana Paula C. Carvalho (2019) que, desde a década de 1990, a atuação técnico-científica brasileira vem operando diferentes conceitos para compreensão do fenômeno “quilombos”, contribuindo para mudanças relativas ao próprio contexto social vivido por essas comunidades. Por sua vez, Antônio Carlos de Souza Lima

(2005)<sup>96</sup>, ao estudar a produção técnica sobre identificação de terras indígenas identifica nos primeiros estudos uma perspectiva, segundo a qual, as mudanças ocorridas nas sociedades indígenas tendiam a ser abordadas supondo a existência de um marco zero onde seria possível encontrar uma cultura “pura”. Com base em hábitos, padrões sociais, políticos, religiosos e traços culturais buscava-se localizar/criar esse passado longínquo. Por outro lado, continua Souza Lima, com o avanço dos estudos interétnicos a nível internacional, nas décadas de 1960 e 1970, e do avanço dos novos quadros jurídicos normativos implementados na década de 1990 no Brasil, percebe-se uma mudança nos padrões dos relatórios técnicos, onde a história da assimilação cedeu lugar ao conceito de etnicidade, que permitiu pensar as relações entre indígenas e não-indígenas a partir das diferenças e relações de poder. Assim, tal abordagem ganhou espaço no contexto nacional, pois permitia perceber o passado como uma experiência de exploração, o presente como forma de resistência e o futuro enquanto construção utópica a partir de um relativismo étnico (LIMA, 2005). Junta-se a isso o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2004) que, desde a promulgação da Constituição de 1988, passou a ser uma das principais referências nos trabalhos de identificação de terras indígenas em contraposição à noção de “ocupação imemorial”, que gradualmente passou a ser abandonada em contextos periciais (CHAVES, 2005).

As transformações da prática antropológica advindas da experiência de identificação de terras indígenas repercutiram para além do seu contexto original. No que se refere às abordagens vinculadas aos remanescentes de quilombos, que trata o artigo 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, observa-se uma importante atualização teórica. Os estudos sobre comunidades negras da década de 1970 são retomados em 1988, com outras abordagens conceituais. As reformulações aplicadas à questão indígena, em especial aos índios do nordeste (OLIVEIRA, 1998; ARRUTI, 2006), abriram precedentes na interlocução com o campo jurídico e burocrático estatal com o conceito de grupos étnicos, fortemente baseado nas contribuições de Fredrik Barth (1969). Com a adoção do marco teórico da etnicidade, nota-se o abandono de um naturalismo (raça), de um historicismo (quilombos históricos) e um reenquadramento dos trabalhos sobre grupos rurais negros do início dos anos 1980. A aplicação do conceito de grupos étnicos para pensar as comunidades quilombolas possibilitou definir “remanescentes” com base em critérios subjetivos e contextuais, marcados pela ideia de *contrastividade*, oposição e conflito ao outro. Seu emprego é diretamente

---

<sup>96</sup> Nesse texto, Souza Lima toma como base os estudos desenvolvidos pela etnologia indígena dos Estados Unidos, produzidos de 1930-40 até o início dos anos 1970.

associado à afirmação de identidades que rapidamente se convertem em autoatribuição, da mesma forma como ocorre com as identidades indígenas (CARVALHO, 2019).

Nesse sentido, Arruti (2006) aponta três paradigmas centrais que estruturaram a ressementização da categoria “quilombo”. O primeiro seria a utilização do termo “remanescentes”, o segundo a aplicação da noção de “terras de uso comum” (ALMEIDA, 1989b), e o terceiro elemento a etnicidade com base nas acepções barthianas. Demonstra o autor que a ressementização permitiu reestruturar a categoria quilombo de um caráter “primordialista”, pautado em um modelo essencializado, do que foi o quilombo de Palmares, para uma concepção pragmática de caráter descritivo e situacional, vinculando os “quilombos contemporâneos” a certo senso prático.

Ao tratar da utilização do termo “*remanescente*” na formulação do “artigo 68”, Arruti chama atenção que a categoria também foi de fundamental importância para as comunidades indígenas do Nordeste, onde os agentes que atuavam no momento das primeiras emergências étnicas das décadas de 1930 e 1940 passam a designar como “remanescente” grupos de caboclos que se supunham terem ancestrais indígenas aldeados. Para o autor, o primeiro núcleo da ressementização que marca a argumentação acadêmica é a análise de Alfredo Wagner B. de Almeida sobre as “terras de uso comum”, fruto de seu trabalho desenvolvido ao longo da década de 1980 junto às comunidades negras do Maranhão e do Pará. No estudo, o autor classificou “terras de uso comum” como:

Situações nas quais o controle dos recursos básicos não é exercido livremente e individualmente por um determinado grupo doméstico de pequenos produtores diretos ou por um de seus membros. Tal controle se dá por meio de normas específicas instituídas para além do código legal vigente e acatadas, de maneira consensual, pelos vários grupos familiares, que compõem uma unidade social (ALMEIDA, 1989b).

Nessa caracterização, a territorialidade, marcada pelo uso comum, é compreendida por uma série de variações locais que ganham denominações específicas, segundo as diferentes formas de autorrepresentação e autonominação dos segmentos camponeses, tais como Terras de Santo, Terras de Índio, Terras de Parentes, Terras de Irmandades, Terras de Herança, Terras de Preto e tantas outras que podem surgir desafiando o ordenamento fundiário dominante. A centralidade dessa análise está no fato de que o alargamento do artigo constitucional feito por Almeida referente ao direito quilombola, possibilitou uma reapropriação político-simbólica da própria categoria em disputa, que passou a abarcar também uma série de outros contextos empíricos ao longo das décadas.

Outro fator determinante trazido por Arruti foram os esforços em delimitação conceitual empreendido pelo GT sobre comunidades Negras Rurais da Associação Brasileira de Antropologia (ABA, 1994) que propôs a conceitualização do termo quilombo a partir de sua “ressemantização”, tomando como pressupostos os novos significados que lhe eram atribuídos pela literatura especializada e pelas entidades da sociedade civil que trabalhavam junto aos segmentos negros em diferentes contextos e regiões do Brasil. Sendo assim, ao lado do paradigma histórico e etnológico das terras de uso comum, o conceito de grupos étnicos (BARTH, 1969) possibilitou a definição de remanescentes de quilombos a partir de critérios subjetivos e contextuais, marcada pela forma que o grupo se percebe e se define sempre pela oposição (no caso, o conflito fundiário) a um outro (ARRUTI, 2006).

Uma das principais influências sobre os estudos étnicos no Brasil, Fredrik Barth preocupou-se em demonstrar que a identidade coletiva é constituída e modificada, não a partir de dinâmicas internas, mas através da interação entre grupos sociais por meio de processos de exclusão e inclusão que estabelecem limites entre tais grupos, definindo de forma duradoura as distinções entre o “nós” e “os outros”. Para o autor, a etnicidade não deve ser compreendida como um conjunto de “traços culturais” imutáveis manifestos através de um conjunto de crenças, valores, símbolos, regras de condutas, língua, códigos de comportamento, culinária, entre uma infinidade de subcategorias que abarca aquilo que se denomina “cultural local”, transmitida de geração para geração na história dos grupos. Para Fredrik Barth (2000), os “traços culturais” traçam sim as linhas de diferenciação entre os grupos étnicos, mas não importando quais elementos são acionados para essa diferenciação, pois tais elementos podem variar com o decorrer do tempo e as interações com outros grupos. O autor centraliza sua análise a partir de quatro princípios. O primeiro entendendo os grupos étnicos como categoria autoatributiva, ou seja, os grupos humanos constroem sua identidade a partir da forma que se definem. Central nessa análise são os aspectos generativos e processuais dos grupos étnicos, entendidos, não como grupos concretos, mas como tipos de organização baseados na consignação e na autoatribuição dos indivíduos às categorias étnicas. O reconhecimento da autoatribuição ganhou grande importância desde a Convenção 169 da OIT, convertendo-se em uma das principais ferramentas para manutenção de direitos para diferentes segmentos étnicos no Brasil e no mundo.

O segundo ponto de argumentação se refere ao fato de que, para compreendermos tais grupos, devemos tomar como base os diferentes processos que operam na sua geração e manutenção. O problema fundamental é o das condições generativas de emergência das

distinções étnicas e da articulação destas distinções com a variabilidade cultural. No caso brasileiro, tais esforços passaram a ter como referência os conflitos fundiários e socioambientais que culminaram na organização dos grupos para defesa de seus territórios. Como demonstra Almeida (2008), a complexidade de elementos identitários passou a ser operacionalizada no campo das relações políticas, possibilitando a ruptura com formas colonialistas homogeneizantes que historicamente apagaram diferenças étnicas e culturais, diluídas em classificações que privilegiavam a subordinação dos grupos subalternizados ao colonizador. Para Jean-William Lapierre (2011), o desenvolvimento da etnicidade está ligado ao desenvolvimento do capitalismo como sistema mundo e suas consequências enquanto formas de exploração do outro.

Como terceiro ponto, Barth desloca o foco da constituição interna de cada grupo para as fronteiras étnicas e a sua manutenção. Tema central nos estudos do autor, o foco de análise passa a ser as fronteiras étnicas que definem o grupo e não o conteúdo cultural por ela delimitado, uma vez que esse pode sofrer alterações sem necessariamente comprometer a identidade étnica coletiva. Logo, para além das diferenças culturais, o que mobiliza a etnicidade é a comunicação cultural que permite estabelecer fronteiras entre os grupos por meio dos símbolos simultaneamente compreensíveis pelos *insiders* e pelos *outsiders*. A centralidade dos aspectos relacionais das identidades étnicas implica que a identidade étnica só pode existir como representação consciente em um campo semântico onde funcionam sistemas de oposição – o nós e os outros ou os de dentro e os de fora.

O quarto princípio é a percepção da crença em uma suposta origem comum. Em termos weberianos, trata-se da estruturação de símbolos identitários que fundam a crença de uma origem em comum, importante para a propagação da comunalização, pouco importando que uma comunidade de sangue exista ou não objetivamente (WEBER, 2015). Jean-William Lapierre (2011) afirma que o que diferencia a identidade étnica de outras formas de identidade coletiva é o fato de ela ser orientada para o passado. Não se trata de um caráter histórico científico, mas um passado comungado pelo grupo baseado na memória coletiva. Barth (2000) argumenta que a etnicidade deve ser compreendida como uma forma de organização social, baseada na atribuição categorial que classifica as pessoas em função de sua origem suposta, que é confirmada na interação social a partir de signos culturais socialmente diferenciadores.

Como consequência da experiência de ressemantização da categoria quilombola e a partir da capacidade de mobilização de grupos organizados que passam a reivindicar suas

identidades para além das categorias indígenas e quilombolas, observa-se um espraiamento do corpo conceitual para outras realidades<sup>97</sup>. Se em um primeiro momento, a nomeação de “grupos étnicos” ficou restrita ao contexto indígena e quilombola, por gozarem de normativas jurídicas próprias, inclusive no que diz respeito à regularização fundiária, observamos que, devido às dinâmicas sociais deflagradas por outras infinidades de segmentos e o avanço de estudos da própria Antropologia, variados povos, comunidades e coletivos passam a ser amplamente classificados e compreendidos a partir de seus possíveis atributos étnicos.

Tomando como base somente as categorias de povos e comunidades tradicionais que estão representadas no Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais e a Comissão Estadual de Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais chegamos a um número aproximado de 40 segmentos entre grupos que constituem propriamente comunidades, com vínculos de parentesco e um passado comum, e grupos que se autorreconhecem por partilharem de uma mesma prática ou, nos termos do patrimônio cultural imaterial operado pelo Estado, um ofício.

Dentre os principais atributos evidenciados para o reconhecimento de um dado grupo como tradicional e/ou étnico (DIEGUES, 2001; ALMEIDA, 2008; CUNHA, Almeida, 2009) destacam-se: autodefinição enquanto sujeitos sociais com existência coletiva; vínculo profundo com o território, gozando de amplo conhecimento dos ciclos biológicos e da biodiversidade que compõem determinado espaço; profundidade histórica intracomunitária e com o território que se expressa por meio de formas próprias de organização social; organização política e religiosa centrada nos vínculos familiares, nas unidades domésticas ou comunais, tendo nas relações de parentesco e compadrio o principal mecanismo de coesão social; atividades produtivas variadas e de baixo impacto ambiental e, a principal delas, a propriedade comunal. Por sua vez, grande parte dos grupos que passam a se autorreconhecerem enquanto povos e comunidades tradicionais estão inseridos em algum tipo de conflito, principalmente de caráter territorial, que se torna o centro para emergência de uma identidade diferenciada sustentada por uma origem comum, marcando a fronteira entre “os de dentro e os de fora”. É nesse sentido que as teorias da etnicidade são acionadas e ampliadas para além dos contextos normativos indígenas e quilombolas.

No que concerne os debates sobre os conflitos étnicos, Poutignat e Streiff-Fenart (2011) evidenciam o papel central que etnicidade teve na segunda metade do século XX. Todavia, apesar da centralidade dos estudos étnicos na construção do que entendemos hoje

---

<sup>97</sup> Desde a década de 1980 Alfredo Wagner B. de Almeida (1989a, 1989b) já dedicava atenção a esses grupos que passaram a ser classificados como “novos movimentos sociais”.

como povos e comunidades tradicionais, vale nos questionar, a partir daquilo que vivenciei ao pesquisar as comunidades veredeiras, qual ou quais as categorias conceituais estariam mais imbricadas com os debates do século XXI e com os diferentes contornos que a agenda pautada por esses grupos adquiriu. Gadamer, chama atenção para que “cada época tem de entender um texto transmitido de uma maneira peculiar, pois o texto forma parte do todo da tradição, na qual cada época tem um interesse pautado na coisa e onde também ela procura compreender-se a si mesma” (GADAMER, 1997, p. 443). Nesse sentido, assim como percebido por Cruz e Ohmstede (2014) em relação aos movimentos indígenas na América Latina, a organização política dos povos tradicionais no Brasil passa a se conformar fortemente pautada com base em reivindicações de salvaguarda dos recursos naturais e dos ambientes em que estão inseridos. Importante notar que a mobilização não se reduz ao caráter conservacionista de suas práticas em relação a natureza, como já apontado por Cunha e Almeida (2009), mas é uma dimensão mais ampla e profunda do envolvimento desses grupos com seu ambiente ou território. Sobre o tema, Arturo Escobar (2015) chamou atenção para o caráter ontológico dessas relações e dinâmicas.

### 3.1 RELAÇÕES ECOLÓGICAS E A CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES ESPECÍFICAS

Tomando como base alguns dos trabalhos desenvolvidos no Norte de Minas Gerais com os povos vinculados à Articulação Rosalino Gomes, percebemos que parte expressiva desses grupos tem na particularidade de suas identidades e fronteiras o vínculo específico desenvolvido com seu ambiente de “origem”, acionando singularidades desse como elementos de diferenciação. Sobre esse aspecto é reconhecido o exemplo das comunidades vazanteiras do São Francisco (ANAYA, 2012; OLIVEIRA, 2005), dos geraizeiros (DAYREEL, 1998; OLIVEIRA, 2017; NOGUEIRA, 2017), caatingueiros (DAYRELL, 2017), os apanhadores de flores sempre vivas da Serra do Espinhaço (MONTEIRO, 2011) e os povos gurutubanos do Vale do rio Gurutuba (COSTA FILHO, 2008). Nessa mesma perspectiva também foi percebido o conjunto das comunidades veredeiras que habitam o norte-mineiro (COSTA, 2005; DAYRELL, 2017).

A fim de dar conta dos processos organizativos que leva esses povos a buscarem elementos de diferenciação a partir de seus ambientes específicos, passou-se a lançar mão do conceito de etnicidade ecológica (PARAJULI, 1996). Pramod Parajuli procura destacar o caráter político vinculado à associação entre identidade e território, onde situações de conflito

e disputas sobre o controle de recursos de um dado ambiente pode contribuir para a emergência étnica a partir de vínculos ecológicos estabelecidos entre grupos humanos e ambiente. Para o autor, a noção de etnicidade ecológica deve ser aplicada a qualquer grupo de pessoas que tem como principal base de reprodução social, material ou cultural a relação com o ambiente em que se encontra inserido. Ele considera que as categorias convencionais baseadas na noção de raça, castas, tribos ou línguas não são adequadas para compreender as relações de poder e suas lutas contemporâneas. Parajuli enfatiza que a etnicidade deve ser percebida a partir de sua diversidade biocultural, ou seja, como “prática de cultivar uma totalidade de espécies, populações, comunidades e ecossistemas, tanto selvagens quanto domésticos, que constituem a vida de qualquer ecossistema ou de ecossistemas superpostos” (PARAJULI, 2005, p. 100). Argumenta ainda Parajuli que, dos nove países onde se concentram 60% das 6.500 línguas remanescentes faladas do mundo, seis deles também são considerados megadiversos: México, Brasil, Indonésia, Índia, Zaire e Austrália. Argumento parecido é trazido por BOEGE, Eckart *et al* (2008).

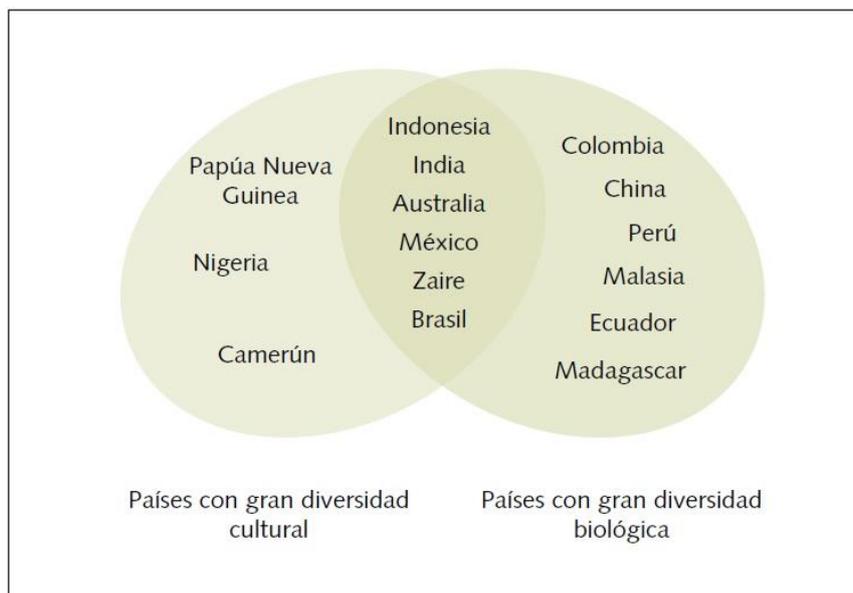


Figura 6: países com grande diversidade cultural e biológica.  
 Fonte: BOEGE, Eckart *et al* (2008).

Soma-se a isso o fato de que dos 25 países com maior concentração de línguas nativas, 16 deles mantêm alto índice de espécies selvagens endêmicas. Assim, a partir da perspectiva da etnicidade ecológica, Parajuli engloba cerca de 500 milhões de nativos espalhados por todo o mundo, cerca de 2 milhões de camponeses e outros grupos sociais que vivem em “culturas de habitat”. Nesse contexto, os grupos indígenas são agentes amplamente

reconhecidos por suas práticas, mas não são, de forma alguma, os únicos agentes constituintes das etnicidades ecológicas. Também podem ser classificados na mesma categoria pescadores, guardiões de sementes, habitantes das florestas, pastores nômades, caçadores, coletores, entre tantos outros. A fim de distinguir os grupos que possuem elementos diacríticos vinculados à etnicidade ecológica, o autor diferencia esses daqueles considerados *peessoas biosféricas*, ou seja, aqueles que extraem e consomem seus recursos em escala global e não estão submetidos às dinâmicas/constrangimento de um dado ecossistema, seja de seus ciclos, variações, épocas do ano ou estações.

Entretanto, vale ressaltar que os vínculos estabelecidos entre grupos sociais, ambientes e outros não humanos não devem ser reduzidos às “necessidades básicas” restritas à produção econômica no uso e manejo de *habitats*. A Antropologia, a partir de sua abordagem ecológica, juntamente com outras áreas do conhecimento como a etnobotânica, a etnobiologia e a ecologia histórica, vem contribuindo largamente ao demonstrar que práticas de caça, pesca, extrativismo, agricultura itinerante articulam-se a inúmeras outras dimensões da vida social de diferentes grupos e estão investidas de valores outros que estão para além da subsistência.<sup>98</sup> A variabilidade de espécies que encontramos hoje em diferentes ambientes seria o resultado de complexas interações históricas entre forças físicas, biológicas e sociais. Um dos pontos centrais desse debate se refere à inadequação ao tratar áreas/florestas que aparentemente estão distantes dos efeitos antrópicos como “naturais” ou “selvagens”. Nessa perspectiva, o mais correto seria atentar para esses espaços como “florestas culturais” (BALÉE, 1989, 1992), por se tratarem de florestas cultivadas, não somente por humanos, mas por todos os organismos que compõem um dado ecossistema: pássaros, insetos, plantas, mamíferos entre tantos outros possíveis. Nesse sentido, a diversidade é criada em sinergias colaborativas e deve ser compreendida sempre como devir (TSING, 2019).

Reconhece Parajuli que mesmo os mais remotos ecossistemas são manejados por meio de queimadas, podas, forrageamento, extrativismos e enriquecidos por meio de práticas de grupos que comungam de uma etnicidade ecológica. Mesmo em ambientes onde tudo parece selva, tradições de manejo da terra praticadas historicamente estão diretamente associadas à produtividade das plantas e à diversidade local. O autor chama atenção para que os diferentes grupos humanos, ao longo de sua relação com os ambientes em que estão inseridos, têm transplantado e dispersado diferentes qualidades de plantas, utilizando o fogo como forma de manejo de seus *habitats*, aumentando a abundância de fibras, alimentos, forragens,

---

<sup>98</sup> Sobre o assunto, trabalhos como o de William Balée (1989, 1992), Gary Nabhan (1987), Darrel Posey (1984, 1987) são alguns exemplos que contribuíram para a ampliação dessa perspectiva.

influenciando nas dinâmicas hídricas, desviando cursos de água para irrigar populações de plantas, etc. Trata-se de um complexo tecido cultural, compreendido por Mike Davis como “etnosfera”, que coevoluiu ao longo dessas atividades de transformação da natureza (PARAJULI, 2005, p. 101).

William Balée (1989, 1992), em seus estudos pioneiros na Amazônia, demonstra que a antropização de áreas da floresta implica uma maior taxa de biodiversidade nas florestas antropogênicas do que nas porções de florestas não modificadas pelo homem. Indica ainda que as próprias concentrações artificiais de certos recursos vegetais influenciaram na distribuição e na demografia das espécies animais que deles se alimentavam, levando a crer que a natureza amazônica é muito menos “natural” do que se imaginava, podendo ser considerada como produto cultural de uma manipulação muito antiga da fauna e da flora. A antropização indígena em áreas amazônicas aponta para estratégias de uso de recursos que, mesmo transformando de maneira durável o ambiente natural, não alteraram os princípios de funcionamento e nem colocaram em risco as condições de reprodução deste meio. Mesmo se tratando de ecossistemas de elevada fragilidade, a diversidade e a extensão de técnicas de manejo empregadas por grupos indígenas são sofisticadas formas de aproveitamento de recursos e adaptação do ambiente às suas necessidades. Por sua vez, Philippe Descola indica que também devemos atentar para o conjunto de práticas religiosas e mitológicas que estruturam o “saber ecológico transposto”. Trata-se de uma espécie de modelo metafórico do funcionamento do ecossistema e dos equilíbrios a serem respeitados para a preservação de um estado de homeostasia. Descola argumenta que as cosmologias amazônicas constituiriam transposições simbólicas das propriedades objetivas de um meio ambiente específico, podendo ser compreendidas como um produto da adaptação bem sucedida a um meio ecológico de grande complexidade (DESCOLA, 1997, 245).

Em sentido aproximado do que demonstrou Descola (1997), guardadas as proporções e contextos empíricos, podemos perceber a relação entre os veredeiros e seu ambiente/natureza não como um objeto que deve ser socializado, mas pessoa e ambiente como sujeitos de uma relação socioecológica. Os diferentes ambientes vividos pelas comunidades veredeiras podem ser entendidos como um prolongamento do mundo da casa, onde essa é ampliada para as mais extensas áreas dos chapadões do Norte de Minas. Mais uma vez, vale ressaltar que não se trata de um *continuum* social que relaciona humanos, plantas e animais como uma diferença de grau e não de natureza, como percebe Descola (1997), ao tratar dos povos indígenas amazônicos. Longe disso. Sobre os possíveis excessos

de perspectivismos transladados para ambientes extra-amazônicos, Bartolomé (2015) já teceu críticas consideráveis no contexto mexicano. Trata-se, inicialmente, de não nos deixar levar pelo paradigma dominante do binarismo natureza/cultura ou doméstico/selvagem e firmar a noção de continuidade e interdependência entre espécies e ambiente, inserindo também os humanos como parte dessa ecologia.

O biólogo evolucionista Richard Lewontin (2002) argumenta que “não pode haver organismos sem ambiente, não pode haver ambiente sem organismo”. Assim, “o ambiente de um organismo é a penumbra de condições externas que para ele são relevantes em face das interações efetivas que mantém com aqueles aspectos do mundo exterior” (LEWONTIN, 2002, p. 53-54). Por sua vez, Tim Ingold (2004), ao refletir sobre conhecimento ecológico, postula que os tipos de relações que comumente são chamadas de "ecológicas" não devem ser reduzidas a organismos e seus ambientes, como se cada um fosse algo "dado", independente um do outro, mas percebidas como constituidoras da fundação existencial a partir da qual organismos crescem. Outro ponto é que não devemos perceber organismos e pessoas como elementos distintos, mas como entidades substantivas situadas dentro de um campo ilimitado de relações, no qual o crescimento está em curso. Assim, ao tratarmos das questões mais fundamentais sobre os sistemas vivos, faz-se necessário pensar também os animais, não como coisas em si, mas como pontos de crescimento emergente dentro de um campo relacional que vincula organismos e ambiente dentro de uma mesma dinâmica de transformação. Dessa forma, as relações ecológicas não devem ser pensadas por meio da interação entre uma coisa e outra, como elementos distintos, mas do mesmo modo que as relações sociais, sendo as linhas ao longo das quais organismos-pessoas, por meio de seus processos de crescimento, estão mutuamente implicados no surgimento uns dos outros. Para o autor, se devemos utilizar o conceito de ambiente deve ser para compreendê-lo como a “interpenetração de organismos”.

Alguns elementos expostos nos ajudam a pensar pontos relevantes para a presente análise. Inicialmente, entender as comunidades veredeiras a partir do vínculo com a categoria mais genérica do bioma em que estão inseridos, muitas vezes associadas ao Cerrado, não necessariamente encontra respaldo junto às categorias nativas de classificação dos micro-habitats que constituem o ambiente experienciado/constituído por esses grupos. Apesar de participarem da rede política das comunidades que habitam o Cerrado, compreendo que cada segmento identitário deve ser analisado a partir de seus ambientes específicos ou dos ambientes em que eles se constituíram e que também ajudaram constituir. Desse modo, ao analisarmos as relações das comunidades veredeiras com seu ambiente/território, um

elemento que precisa ser considerado para esse entendimento são os vínculos ecológicos estabelecidos, responsáveis pela construção/transformação do espaço como também dos grupos sociais que o compõem. Talvez a construção metafórica que vem auxiliar na diferenciação daqueles seres *biosféricos*, no sentido dado por Parajuli (2005), daqueles que mantêm relações com ambiente baseadas em outro tipo de vínculo, seria o de *tradição* e seus complementos (conhecimento, populações, práticas...) que, ao final, tenta explicar justamente essas relações ecológicas que fogem àquelas da sociedade hegemônica.

Como já apontado no capítulo anterior, a percepção de povos e comunidades tradicionais vincula a definição de tradicional, antes de qualquer coisa, ao distanciamento e posição marginal, ou mesmo oposição, ao modelo de desenvolvimento econômico/industrial moderno ocidental.

Tim Ingold (2004) ao distinguir duas concepções de conhecimento tradicional nos ajuda a repensar as próprias concepções utilizadas para reconhecimento de grupos tradicionais e/ou étnicos. De um lado, aquela embutida no discurso modernista operada pelo aparato estatal que ele denominou de MTK (*traditional knowledge in modernist conception*). De outro, encontra-se o conhecimento que só faz sentido no contexto familiar ambiental em que os agentes estão envolvidos, LTK (*traditional knowkedge in local conception*).

O modelo MTK tem como principal estrutura de concepção a forma genealógica, ou seja, os elementos acionados para constituir uma pessoa se localizam no passado, ao longo de linhas de descendência dos antepassados. Esse modelo pode ser facilmente visualizado na convenção antropológica para diagramas de parentesco, onde as linhas representam canais para a transmissão da substância que, como explica o autor, pode ser “em parte material, fornecendo ao recipiente um componente da ‘biologia’ e, em parte, mental, fornecendo um componente complementar da ‘cultura’”. Explica Ingold que, nessa concepção, as substâncias que contribuem para a construção da pessoa se referem a um “amontoado de um corpus de regras ideais, recebidas e prescritas, transmitidas de geração para geração como um tipo de herança, em paralelo com a passagem transgeracional de substâncias corporais (sangue)”. Nessa perspectiva, o ambiente – incluindo a terra com os animais e plantas – não desempenha nenhum papel na construção da pessoa. Tratando-se de um simples pano de fundo no qual certo modo de vida se desenrola. Assim, o conteúdo da tradição poderia ser transmitido de geração para geração, sem fazer diferença onde as pessoas se encontram (INGOLD, 2004, np).

Já o conteúdo expresso no modelo LTK, não se reduz a uma "transmissão" por uma relação de herança, pelo contrário, ele é continuamente gerado e regenerado nos contextos de envolvimento prático e qualificado das pessoas com componentes significativos do seu ambiente. Explica o autor que, na perspectiva do LTK, não se trata de um aparato cognitivo, que se localiza "dentro da cabeça das pessoas", em oposição a "lá fora" no ambiente, ao contrário, a constituição do ser está no compromisso estabelecido mutuamente entre pessoas e ambiente nas questões comuns da vida. Em outras palavras, enquanto a perspectiva MTK se estrutura em um conjunto de conhecimentos que são armazenados na memória, sendo acessados e expressos na prática, o LTK subsiste a partir de atividades práticas manifestas no ambiente, ou seja, constitui-se como produto da relação dos indivíduos com seu local de experiência. Nesse mesmo sentido, Anna Tsing (2019) argumentará que a noção de diversidade biocultural tem sido geralmente usada como termo para reconhecer práticas ecológicas tradicionais, mas que essa biodiversidade é criada por práticas cotidianas.

Argumenta Ingold (2004) que a distinção entre os modelos MTK e LTK está entre pensar a tradição como um tipo de substância, repassada geracionalmente, e pensar a tradição como um tipo de processo que se encontra acontecendo continuamente a partir do envolvimento prático das pessoas com o ambiente. Ao pensar a tradição como um processo, ela pode ser contínua sem se restringir a qualquer forma fixa, não havendo nenhuma oposição entre continuidade e mudança. Sendo assim, o LTK é um tipo de conhecimento que pode ser mais bem compreendido pelo conceito de habilidade. Para isso o autor argumenta a partir de três pontos gerais. Primeiramente, essas habilidades não se restringem ao indivíduo isolado, entendido como o principal instrumento de uma tradição cognitiva recebida. Ao contrário, deve-se tomar como base todo o sistema de relações constituído pela presença do agente em um ambiente ricamente estruturado, de forma que o estudo da habilidade necessite de uma abordagem ecológica que situa o praticante, desde o início, no contexto de um envolvimento ativo com o ambiente ao seu redor. O segundo ponto implica que a prática qualificada não está restrita somente à ação do indivíduo no seu ambiente, mas esta ação envolve qualidades de cuidado, julgamento e destreza a nível comunitário. Como terceiro e último ponto, o autor pontua que as habilidades são refratárias à codificação na forma programática de regras e representações. Assim, não é por meio da transmissão de nenhum programa que as habilidades são aprendidas, mas sim através de uma mistura de imitação e improvisação nos cenários da prática.

Dessa forma, na presente pesquisa, tradição pode ser entendida como uma forma de organização diferenciada do modelo dominante, estabelecendo entre seus agentes relações específicas com formas de produção e comercialização, desdobrando-se em práticas que se mantiveram historicamente à margem. Mas não só isso, a partir dos vínculos comunitários expressos nos laços de parentescos, religiosidades próprias e interações ecológicas específicas, o conjunto das práticas se interpenetra de modo a constituírem um único universo manifesto em relação ao ambiente, a identidade veredeira. Trata-se de uma realidade criada e que só pode ser percebida quando voltamos nosso olhar para a relação estabelecida entre pessoa e ambiente a partir de suas práticas e relações cotidianas. Ponto importante na dinamicidade presente nesse argumento está no fato de que o atual território reivindicado pelas comunidades veredeiras em nada se assemelha com aquele em que as comunidades viveram até meados dos anos 1990. Os principais elementos constitutivos da dinâmica hídrica local foram destruídos, as variedades de espécies foram drasticamente reduzidas, áreas imensas foram cercadas, impedindo o acesso e limitando práticas centrais nessas comunidades, gerações passaram a se submeter aos pacotes tecnológicos disponibilizados ao pequeno agricultor<sup>99</sup>. Todavia, nem o ambiente e nem o conhecimento sobre esse território é algo estático, pois se o fosse essas comunidades sucumbiriam juntamente com suas terras. A pergunta que me acompanhou por toda a pesquisa foi como pensar as práticas tradicionais em um território devastado? A percepção trazida por Richard Lewontin (2002) e Tim Ingold (2004) possibilita pensar que, do mesmo modo que os ambientes mudam por meio dos seres que o habitam, o mesmo influi sobre esses últimos e, se chamamos aquilo que decorre dessa relação profunda entre grupos humanos e ambiente, de tradição, nada mais tácito de que compreender a dinâmica desse processo. É por meio dessa equação que passo a compreender o conhecimento tradicional das comunidades veredeiras, não vinculado ao passado, na linha do MTK operada institucionalmente, mas construído criativamente no presente e projetado para o futuro. A perspectiva do território tradicional veredeiro não se reduz à busca de acesso às terras expropriadas no passado, vai além disso, visa a reconstruir seu território a partir de uma perspectiva de futuro. Nesse sentido, a tradição não só está atrelada à capacidade criativa dos sujeitos na relação desenvolvida com seu ambiente no presente, mas também está vinculada às possibilidades e construções projetadas para o futuro. Tradição percebida a partir do contexto veredeiro é uma forma de construir novos caminhos.

---

<sup>99</sup> Tratarei desses temas nos próximos capítulos.

### 3.2 BIOMAS, AMBIENTES E CLASSIFICAÇÕES LOCAIS: ENTRE GENERALIZAÇÕES E ESPECIFICIDADES

No primeiro capítulo, aponte que categorias como sertão, cerrado e gerais, apesar de se sobreporem em relação ao ambiente estudado, carregam em si diferentes sentidos. Como já notou o escritor, “o sertão aceita todos os nomes: aqui é Gerais, lá é o Chapadão, lá acolá é a caatinga” (GUIMARÃES ROSA, 2019, p. 352). Nesse sentido, ao compreender as comunidades veredeiras, assim como outros segmentos, a partir de seu ambiente, faz-se necessário a diferenciação da percepção desses grupos em relação às outras formas de classificação e nomeação desses ambientes. Guilherme M. Fagundes (2019), tratando sobre comunidades generalistas do Jalapão – Tocantins, coloca as categorias de cerrado e gerais em perspectiva argumentando que a maneira que esses grupos percebem seu ambiente parece destoar daquelas oriundas de um universo científico que se baseiam em um sistema classificatório profundamente arraigado em “fitofisionomias” ou tipos de vegetação dominantes na paisagem. Para tal, busca argumentar que este “espaço do sertão” do Brasil central foi sendo transformado em “bioma natural” a partir da classificação de seus componentes vegetais, animais e climáticos. Todavia, tais estruturas são insuficientes para abarcar a profundidade do conhecimento local que, diferentemente de modelos taxonômicos científicos, nos permite apreender o espaço vivido a partir de outras percepções. Dessa forma, situar o debate acadêmico e estabelecer comparações e diferenciações com as formas de compreensão ambiental nativa é fundamental para o entendimento da lógica veredeira sobre seu espaço.

As primeiras formas de descrição e classificação ambiental no Brasil ocorreram ainda nos séculos XVIII e XIX com as incursões realizadas por botânicos europeus. Uma das mais importantes foi a Viagem Filosófica (1783-1793), projeto português de afirmação nacional. Já no século XIX, nomes como Philipp Von Martius, Auguste de Saint-Hilaire, August Heinrich Rudolf Grisebach contribuíram para as formas classificatórias dos biomas brasileiros. Variantes do que se considera o primeiro mapa fitogeográfico do Brasil foi organizado por Martius em 1824.

Até meados do século XX a caracterização de unidades ecológicas a partir das formações vegetais, baseando-se exclusivamente em critérios botânicos, onde a aparência da vegetação e as formas de vida predominantes eram uniformes, era reconhecida como o modo mais eficaz de definir os biomas em relação a qualquer outro sistema de classificação taxonômico ou evolutivo (BATALHA, 2011). A fitofisionomia é compreendida como uma

característica morfológica da comunidade vegetal, sendo o geógrafo Alexander von Humboldt quem a empregou pela primeira vez para descrever a vegetação. De acordo com Leopoldo M. Coutinho (2006) as plantas contribuíram para formação de diferentes tipos de vegetação, sendo que, dependendo do predomínio ou da proporção das diferentes formas de vida que as compunham, levando em consideração sua densidade, caducidade foliar, entre outras variações, essas vegetações apresentaram diferentes estruturas e fitofisionomias (florestas densas, arvoredos ou “woodlands”, carrascos, savanas, campos, estepes, desertos e etc.), refletindo, assim, os principais fatores físicos determinantes, como clima, solo, fogo e etc. (COUTINHO, 2006, p. 14). Como consequência dessa perspectiva, ao longo do tempo as formas de classificação utilizadas para definição dos biomas brasileiros adquiriram erroneamente uma conotação florística. Dessa forma, há termos usados na classificação da vegetação brasileira que são carregados floristicamente, pois quando nos referirmos, por exemplo, ao “Cerrado”, à “Caatinga” ou ao “Pampa”, estamos nos remetendo a certas espécies vegetais características (BATALHA, 2011).

### **3.2.1 Divergências e alternativas para o entendimento do Cerrado enquanto bioma**

Entre os diferentes biomas que compõem a variabilidade ambiental do Brasil, o Cerrado parece ser aquele que carrega maiores controvérsias em relação às suas definições, seja em extensão, seja em diversidade de domínios que o compõe. Como já tratado nos capítulos anteriores, o Cerrado foi o ambiente da grande expansão territorial do país quando colônia e, posteriormente, foi palco das grandes frentes da agricultura mecanizada a partir da segunda metade do século XX, voltarei ao tema no próximo capítulo. Todavia, como sabemos, e como dizem Catherine Aubertin e Florence Pinton (2013), a Constituição de 1988, apesar de dedicar um capítulo importante à questão ambiental, ignorou o Cerrado, ao mesmo tempo em que reconheceu a Amazônia, o Pantanal e a Mata Atlântica como patrimônio nacional<sup>100</sup>. Por ter se convertido em uma das principais áreas de exploração desde os tempos coloniais ou mesmo por ter se configurado como sertão (desertão), lugar que ninguém vai, o Cerrado, parece ter ficado de fora das perspectivas de natureza e exuberância que outras áreas “naturais” ou “selvagens” do Brasil acabaram gozando.

---

<sup>100</sup> Em 2010 foi apresentada ao Senado Federal a Proposta de Emenda à Constituição (PEC504/2010) que altera o § 4º do art. 225 da Constituição Federal, para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. A Proposta ainda não passou pela apreciação do Plenário.

Os planaltos centrais brasileiros passaram a ser nomeados pelos primeiros botânicos, tomando como base as expressões locais, como tabuleiros, que variavam entre “tabuleiros cobertos” ou “tabuleiros descobertos”, conforme mudança do estrato arbóreo encontrado. Para as áreas que possuísssem um estrato característico de uma “capoeira densa”, eram então chamados de “tabuleiros cerrados”. Aquelas áreas com vegetação de baixo porte e abertas eram conhecidas como carrasco. Ainda na segunda metade do século XIX, a categoria tabuleiro caiu em desuso cedendo lugar para o termo “campo”. Explica Coutinho (1978) que a literatura especializada da época passou a se referir à região fitogeográfica brasileira (planaltos centrais) como região dos campos ou região campestre. Sobre esse domínio passou-se a distinguir diferentes configurações vegetais, como “campos limpos”, “campos sujos”, “campos cerrados”. Nesse mesmo período, outros autores passaram a utilizar o termo savana, ao invés de campo, para se referirem a uma mesma área vegetal. Posteriormente, o termo “campo cerrado” passou a ser utilizado, não mais como um tipo específico de vegetação, mas como caráter genérico abrangendo todas as formas campestres de vegetação do Brasil Central. Segundo o autor, tais áreas não mais eram referidas como “zona dos campos”, mas como “zona dos campos cerrados”. Com as transformações das formas de classificação desse domínio, o termo que passou a carregar um caráter genérico de nomeação foi a própria palavra “cerrado”, que passou a designar todo o tipo de vegetação predominante no Planalto Central brasileiro. No entanto, iremos perceber que muitos desses termos ainda são correntes entre os povos que habitam as regiões do Cerrado e outros biomas, apesar de haver reapropriações e reclassificações de diferentes áreas a partir de uma mesma categoria.

Altair Sales Barbosa (1995) destaca, a partir de abordagens biogeográficas, que o Cerrado é um complexo central para a estabilidade dos demais biomas do continente. Demonstra também que a principal característica da sua biocenose<sup>101</sup> é a interdependência dos componentes com os diversos ecossistemas fronteiriços. Como sempre afirma o geraizeiro Braulino Caetano, “*o cerrado é o bioma mais comunicativo do Brasil*”, pois é o único que está em contato com todos os demais. Barbosa explica que, devido à sua posição geográfica, ao seu caráter florístico, faunístico e geomorfológico, os chapadões centrais do Brasil constituem-se como ponto de equilíbrio para os demais biomas brasileiros, uma vez que se conecta, através de corredores hidrográficos, com esses e com outros domínios continentais. Fator importante nessa perspectiva é a possibilidade de pensar os biomas não como áreas isoladas, mas como complexos interdependentes que mantêm elementos para a existência do

---

<sup>101</sup> Trata-se da associação equilibrada de animais e vegetais dentro de um mesmo biótopo.

outro, não só em relação às dinâmicas não-humanas, como também em relação a processos de antropização. Destacam Aubertin e Pinton (2013) a importância que o Cerrado desempenhou enquanto fronteira para proteção da Amazônia a partir da iniciativa conhecida como Moratória da Soja. Trata-se de pacto firmado em 2006, pela Associação Brasileira das Indústrias de Óleos Vegetais (Abiove) e a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (ANEC), que se comprometeram a não comercializar soja proveniente do desmatamento da Amazônia. Grandes empresas do setor passaram a concentrar a expansão de suas produções no Cerrado, fazendo com que o agronegócio e o poder público revestissem a produção agroindustrial com ações baseadas na responsabilidade ambiental, associada à adesão às tecnologias verdes. Preserva-se a Amazônia e produz-se com o verniz da sustentabilidade às custas da degradação do Cerrado.

Importante ressaltar que o complexo sistema fitogeográfico e morfo-climático dos cerrados constitui a cumeeira do Brasil e também da América do Sul, distribuindo significativa quantidade de água, que alimenta as principais bacias hidrográficas do continente. Há décadas tratado como “caixa d’água” do Brasil, o Cerrado tem um papel estratégico, onde suas quase 20.000 nascentes irrigam oito das 12 regiões hidrográficas brasileiras, sendo também fundamental para o abastecimento de água de todo o Pantanal. Além de que as grandes bacias dos rios Paraná, Tocantins-Araguaia, São Francisco, Paraguai são alimentadas principalmente pelas nascentes localizadas nesses chapadões.

Ponto comum no debate sobre a variabilidade de domínios que compõem o Cerrado é o fato de que, por se localizar em contato com outros biomas continentais, será constituído também a partir das variações de flora e uso compartilhado entre múltiplas espécies da fauna. Como argumentou Barbosa (1995) a região dos cerrados não pode ser entendida como uma unidade zoogeográfica particularizada, tampouco pode ser considerada uma unidade fitogeográfica, por não possuir uma área uniforme em termos de paisagem vegetal. Para o autor, o mais correto seria correlacionar os diversos fatores que compõem sua biocenose, e defini-la como um Sistema Biogeográfico. Todavia, outros modelos sobre a conformação do que vem a ser o Cerrado enquanto bioma nos ajuda a pensar tal problemática.

Para Coutinho (1978), estrutural e fisionomicamente, as formas vegetais que constituem o cerrado, enquanto domínio fitogeográfico, apresentam uma alta diversidade de tipos vegetacionais. Mas ressalta que apenas a vegetação florestal, expressa pelo cerradão, e a vegetação campestre, representada pelo campo limpo, possuem características mais bem definidas. Nesse sentido, Coutinho argumenta que o cerrado seria “um complexo de biomas,

distribuídos em mosaico” (2006, p. 19). Em consonância com o argumento de Coutinho (1978 e 2006), Batalha (2011) enfatiza que é justamente por sua variação fisionômica, indo do campo limpo (bioma dos campos tropicais), passando pelas fisionomias intermediárias (bioma das savanas) e chegando ao cerradão (bioma das florestas estacionais), o cerrado “sensu lato” não pode ser considerado um único bioma, mas sim um complexo de biomas. Sendo assim, Coutinho considera que o termo “cerrado” deve ser empregado a partir de três diferentes sentidos: (1) **Cerrado**, com a inicial maiúscula, quando referido ao domínio fitogeográfico do Cerrado, incluindo não só o cerrado sensu lato, mas também os outros tipos vegetacionais que ali se encontram; 2) **cerrado sensu lato** ou simplesmente cerrado, quando tratado enquanto tipo vegetacional, ou seja, da faixa que vai do campo limpo ao cerradão – tal recorte engloba um complexo de biomas: bioma dos campos tropicais, das savanas e das florestas estacionais; e 3) **cerrado sensu stricto**, empregado como um subgrupo das fisionomias savânicas do cerrado sensu lato (COUTINHO, 1978, 2006; BATALHA, 2011).

Todavia, Batalha observa que o argumento de Coutinho, ao mesmo tempo em que busca uma definição objetiva sobre o debate relativo ao cerrado, enquanto um complexo de diferentes biomas, em alguns momentos parece contraditório quando afirma que “não se deve duvidar em considerá-los como biomas individuais, que fazem parte de um mesmo domínio morfoclimático e fitogeográfico. Por sua vez, este é, também, um mosaico de diferentes biomas, uns mais extensos, outros menos”. Por outro lado, o modelo classificatório do autor acaba excluindo uma variedade de ambientes específicos das regiões de Cerrado, como ele próprio destaca: “as matas de galeria sempre verdes, os campos paludosos, as florestas tropicais estacionais sempre verdes, as semicaducifólias e as caducifólias, também chamadas de matas secas estão fora do bioma de savana do Cerrado”. Explica o autor que por se tratarem de florestas de maior porte e de maior complexidade estrutural se diferenciam dos demais domínios que compõe a estratificação por ele utilizada (**Tabela 2**) (COUTINHO, 2006, p. 19-20).

Cerrado – domínio fitogeográfico					
Outros tipos vegetacionais	Cerrado “sensu lato” – tipo vegetacional				
matas de galeria, campos paludosos, florestas tropicais estacionais sempre verdes, matas secas	campo limpo	camp o sujo	campo cerrado	cerrado senso strito - tipo de fisionomia savânica	cerradão
-	Bioma dos	Bioma de savanas			Bioma das

	campos tropicais		florestas estacionais
--	------------------	--	-----------------------

Tabela 2: Estratificação do modelo de Coutinho, 1978.

Com a proposta de um modelo mais ampliado que abarcasse, não somente as formações savânicas e campestres, mas também as formações florestais, Ribeiro & Walter (1998, 2008) compreendem o Cerrado como um único bioma de savana. Todavia, ao contrário de Coutinho, que se baseia em uma análise voltada ao caráter fitofisionômico da composição do Cerrado, os autores percebem o bioma em um sentido mais expandido, a partir da noção de “domínio fitogeográfico”. Para eles, “a localização geográfica dos biomas é condicionada predominantemente pelos fatores climáticos, como a temperatura, a pluviosidade e a umidade relativa, e, em menor escala, pelo tipo de substrato (solo)” (RIBEIRO; WALTER, 1998, p.89).

Com base nessa perspectiva, os autores compreendem o bioma Cerrado a partir de onze tipos fitofisionômicos gerais: **formações florestais** (Mata Ciliar, Mata de Galeria, Mata Seca e Cerradão), **savânicas** (Cerrado sentido restrito, Parque de Cerrado, Palmeiral e Vereda) e **campestres** (Campo Sujo, Campo Rupestre e Campo Limpo). Percebe-se que, diferentemente de Coutinho, Ribeiro e Walter (1998), ampliam a variabilidade dos tipos fisionômicos que compõem as formações florestais e savânicas, diversificando ainda mais o mosaico que se constitui o Cerrado.

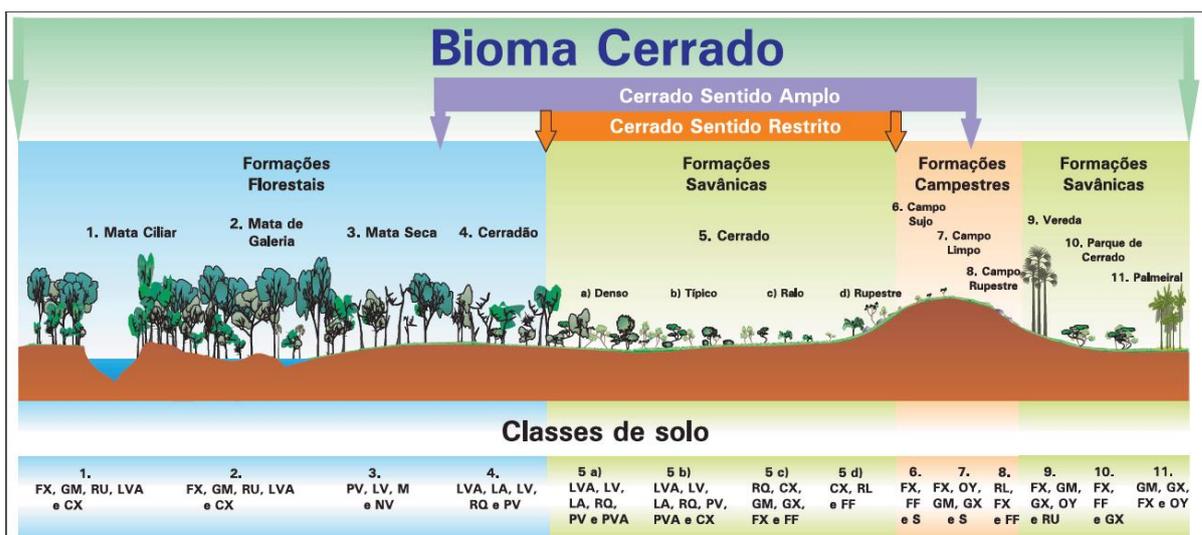


Tabela 3: Representação gráfica do modelo “bioma Cerrado”, Ribeiro e Walter (1998)

Entre as diferentes abordagens que buscaram criar modelos interpretativos para a variabilidade sistêmica presente no Cerrado, Barbosa (1995), por meio de uma abordagem

arqueológica, trata a variabilidade fitofisionômica do Cerrado, não a partir da centralidade dos tipos vegetacionais presentes nas percepções sobre o “bioma”, mas a partir da história evolutiva da região e da interferência de populações humanas que, de algum modo através de roças, criação de animais, derrubada de vegetação, contribuíram para a transformação do ambiente. Como construção conceitual, o autor percebe o Cerrado a partir dos diversos fatores que compõem sua biocenose (relações de vida dos seres que habitam uma região), definindo-o como um Sistema Biogeográfico composto por seis subsistemas específicos: “Campos”; “Cerrado”, “Cerradão”; “Matas”; “Matas Ciliares” e “Veredas e Ambientes Alagadiços”.

<b>Sistema Biogeográfico do Cerrado</b>	<b>Subsistemas</b>	<b>Características</b>
	Campos	Presentes em áreas mais elevadas, apresenta morfologia plana denominada regionalmente chapadões ou campinas com presença de vegetação arbustiva esparsa e graminácea.
	Cerrado	Paisagem dominante do sistema, possui estrato gramíneo, árvores de pequeno porte e aspecto tortuoso, solos de baixa fertilidade natural, mas não uniformes – variando de latossolos avermelhados a solos arenosos
	Cerradão	Possui árvores de maior porte e não ocorre a presença de gramíneas.
	Matas	Conhecidas pelo nome de capões, ocorre em manchas de solo de boa fertilidade em meio a uma paisagem dominante de cerrado.
	Matas Ciliares	Ocorre nas cabeceiras e margens dos pequenos córregos e rios, podendo variar de estritas faixas a largos bosques.
	Veredas e Ambientes Alagadiços	Decorrentes do afloramento do lençol de água ou em virtude de solos pouco permeáveis há o predomínio dos coqueiros buriti e buritirana e no estrato inferior gramíneas que se mantêm verdes todo o ano.

Tabela 4: Estratificação do “Sistema Biogeográfico do Cerrado”, Barbosa (1995).

Os modelos científicos propostos para o entendimento do Cerrado, muitas vezes, encontram-se sobrepostos com outras formas de percepção e vivência daqueles grupos que historicamente habitam esse lugar. Assim como observou Nogueira (2017) e Fagundes (2019), o *gerais*, apropriação nativa do ambiente, é habitado por povos e comunidades tradicionais que também percebem e classificam estas paisagens a partir de outros critérios. Os diferentes grupos sociais que ali se formaram também estão atentos aos fatores compreendidos anteriormente como fitofisionômicos (COUTINHO, 1978; RIBEIRO & WALTER, 1998) e biogeográficos (BARBOSA, 1995) da paisagem, mas operam a partir de outros sistemas classificatórios.

Mônica Nogueira, ao invés de tratar o “Gerais” como sinônimo de Cerrado, trabalha com uma definição etnográfica mais alargada, em que o primeiro é percebido como “entidade

histórico e geográfica” articulando elementos da geografia, história, ecologia, antropologia e literatura, compreendendo esse “espaço/lugar” como humanamente habitado e construído, através de distintos fluxos históricos (NOGUEIRA, 2017, p. 24-25). Partindo da construção do que chamou de “modelo de natureza geraizeiro”, a autora reconhece três distintas paisagens, as **chapadas** – próximas do modelo de Ribeiro & Walter 1998, que engloba as formações de Cerrado (estrito senso), Campos de Cerrado, Cerradões e Matas de Interflúvio – percebidas pelos Geraizeiros como *gerais*, referindo-se estritamente à paisagem dominante nas chapadas; os **tabuleiros** e as **vazantes**. Ressalta que essas três paisagens podem conter subsistemas, a depender das especificidades locais.

No modelo proposto por Nogueira, compreendido pelo par “espaço-lugar”, tal qual proposto por Yi-Fu Tuan (1983), os gerais e suas subdivisões possuem sentidos diversos. Primeiramente, a noção de Cerrado, enquanto bioma, corresponderia ao “espaço” devido ao seu caráter relativamente indiferenciado e abstrato para as comunidades geraizeiras. Por outro lado, seu par oposto, o “lugar”, é associado aos “Gerais”, porção regionalizada de uma paisagem mais ampla, porém vivida pelos que lá habitam, onde “para *os de fora*, era terra sem lei ou rei, mas para *sua gente* era espaço para fruir a liberdade”. Por sua vez, em uma perspectiva localizada, os “gerais”, enquanto ambiente biofísico é constituído por chapadas, veredas, com seus ambientes úmidos de vazante, brejo e beira de lagoa, tratados como domínios constitutivos dos “Gerais” são percebidos e diferenciados como “espaço” e “lugar”, respectivamente.

Os gerais são ameaça e liberdade a bordejar as veredas, que, contrariamente, representam o *lugar* de aconchego, segurança e estabilidade - são *recantiladas*, segundo Seu Nerim, oferecem resguardo aos Geraizeiros. Explica-se, assim, o aparente vazio dos gerais - *ermas terras, sem viv'alma* - pois, sua gente se ocultava ao forasteiro, assentada nas encostas rumo às veredas (NOGUEIRA, 2017, p. 86).

Ponto de articulação e composição localizado na borda dos gerais e próximos às terras mais úmidas das veredas, estão os tabuleiros, áreas que podem ser terras apropriadas privadamente pelas famílias ou faixas de transição para o outro extremo, os gerais. Explica a autora que o tabuleiro pode ser percebido como porção mais *culturalizada* da paisagem, pois se constitui como chão de morada. Destaca que o tabuleiro seria o centro do “modelo cultural de natureza”, entre as veredas e os gerais (Tabela 5).

Unidade espacial	Subsistemas	Ambiente	Atividade predominante
Gerais	gerais terras de campo	chapadas	- extrativismo - gado na solta

	<b>tabuleiro</b> chão de morada	carrasco espigão tabuleiro	- agricultura - criação de pequenos animais - pequenas indústrias
	<b>veredas</b> terras de cultura	vazante brejo beira de lagoa	- agricultura

Tabela 5: Quadro simplificado do “Complexo: gerais – tabuleiro –veredas”, Nogueira (2017).

Ao buscar uma alternativa conceitual, “etnograficamente situada”, para a compressão do *gerais*, Fagundes (2019) chama atenção para as aproximações e afastamentos entre as classificações nativa e aquelas que, de algum modo, acabaram forjando uma percepção hegemônica sobre o Cerrado. Para o autor, mesmo apresentando certa ressonância terminológica com a maneira a partir da qual os geralistas do Jalapão se relacionam com o *gerais*, as categorias de nomeação do ambiente apenas adquirem sentido quando articuladas às ações vinculadas aos meios. Nesse sentido, devem-se levar em consideração as atividades exercidas pelas comunidades geralistas, assim como sua relação com o gado, tida como fator decisivo na percepção dos distintos meios que compõem o *gerais*. Para isso, propõe Fagundes pensar o *gerais* como um “complexo de ‘meios técnicos’ a partir dos quais humanos, animais não-humanos, vegetais e o fogo interagem, constituindo ambientes singulares e dinâmicos” (FAGUNDES, 2019, p. 85).

Como alternativa conceitual e metodológica, o autor utiliza-se do conceito de “mesologia”, compreendida como a “ciência dos meios”, onde os meios são abordados, tanto objetiva quanto subjetivamente, transversal às dimensões ecológica e simbólica, no qual a modalidade de mediação entre seres e coisas se dá pela “técnica”. Para o autor, tal perspectiva permite romper o paradigma ocidental moderno “natureza/cultura”, dominante nas análises ecológicas sobre Cerrado, pois possibilita romper o dualismo entre ambiente e organismo, ao instituir uma relação de reciprocidade e não de oposição entre sujeito e objeto. Essa relação entre organismo e meio se funda numa interpretação fenomenológica das ações dos sujeitos humanos e não-humanos, que permite transformar o “ambiente indiferenciado e universal” em “meios” singulares. Assim, “meio” se trata de uma “realidade apropriada de maneira singular para (e por) um certo sujeito humano ou não-humano”. Isso permite perceber que o ser humano partilha com outros viventes a condição de sujeito. Como consequência, o ambiente deixa de ser reduzido à condição de objeto, quando associado a meios ímpares ligados a sujeitos diversos (FAGUNDES, 2019, 87). Diante do exposto, o autor propõe a percepção do *gerais* a partir da seguinte divisão:

Gerais		Meios	Característica
Partes baixas	Veredas (“v” maiúsculo)	brejo	Núcleo nevrálgico das <i>Veredas</i> .
		pantâme	Parte externa ao <i>brejo</i> , encharcada onde se arranca o capim-dourado e onde o gado não consegue entrar ou atola
		vereda (“v” minúsculo)	Parte enxuta ou seca da Vereda, em contraposição à parte encharcada ou pantâme.
		vargem ou varjão	Também conhecida como vereda larga por suas grandes dimensões, é parte enxuta ou seca da Vereda em contraposição à parte encharcada chamada de pantâme.
Partes altas	Cerrado sistema eco-tecno-simbólico	campina	Locais limpos ou abertos ocupados, sobretudo, pelo capim agreste em grandes extensões.
		chapadas	Se assemelham às campinas pela abundância de capim agreste, porém estão situadas em locais mais baixos e também são compostas por uma vegetação arbórea esparsa.
		carrasco	Internos ao meio das chapadas são extremamente densos, ausentes de capim agreste e apenas habitado pela vegetação arbustiva seca.
		capão	Locais de bolas de mato ou matas secas. São centrais para o sistema agrícola geralista por possuírem terras de cultura, concentram madeiras para a construção.
Tabuleiros ( <i>murundus</i> ou <i>maiadô</i> )		Locais de repouso bovino, podem ocorrer tanto nas partes mais enxutas das veredas e junto às poucas árvores das partes mais secas dos varjões, quanto nas partes mais altas das chapadas.	

Tabela 6: Modelo geralista, Fagundes (2019).

Ao comparar os diferentes modelos aqui apresentados, como bioma (COUTINHO, 1978 e 2006; RIBEIRO & WALTER 1998 e 2008), “sistema biogeográfico” (BARBOSA, 2017), “modelo de natureza geraizeiro” (NOGUEIRA, 2017) e “meios técnicos geralistas” (FAGUNDES, 2019), com aqueles identificados com a vivência e construção das comunidades veredeiras, vejo que as categorias operacionalizadas trazem tanto aproximações quanto contradições estranhas à percepção daquelas comunidades do Norte de Minas Gerais. No entanto, é notório que as contribuições apontadas por Nogueira (2017) e Fagundes (2019) nos permitem lançar luz sobre nuances e estruturas ignoradas em modelos abrangentes que, muitas vezes, não são reconhecidos ou não fazem o menor sentido pelas formas locais de classificação. Apesar disso, alguns pontos merecem ser colocados em perspectiva.

Tanto nas propostas de Nogueira, ao trabalhar com os processos de territorialização camponesa no “Gerais”, quanto na de Fagundes, ainda que em sua proposta o ambiente deixa de ser reduzido à condição de objeto e passa a ser tratado como “meios ímpares” associados a sujeitos diversos (humanos e não-humanos), observa-se que o espaço vivido, ambiente de

ação desses sujeitos, é colocado com segundo plano. O debate tende a se concentrar na ação humana e sua relação com outros não-humanos (gado, vegetação, água, terra, etc) sobre o ambiente, e demonstra ser menos sensível na relação contrária, a do ambiente sobre os organismos, relação fundamental na abordagem de Richard Lewontin (2002) e Tim Ingold (2004). Um exemplo simples seria o manejo do gado para adaptação dos animais estranhos ao ambiente de chapada (criação na solta) pois, caso contrário, padeceriam à hostilidade do lugar. Essa própria “hostilidade” interfere e molda comportamentos, humanos e não-humanos, que irão incidir em mudanças de hábitos, técnicas e culturas. Esse ponto é relatado historicamente e já foi trazido no primeiro capítulo, quando tratei dos Currais da Bahia e de Pernambuco. No entanto, se faz necessário até os dias de hoje quando outros animais chegam às áreas de manejo veredeiro. Um segundo exemplo seria a relação ecológica e territorial entre os grupos humanos e o gado, onde o segundo define a extensão territorial do primeiro. Outro exemplo é o manejo das sementes crioulas, como o milho, onde um mesmo tipo desenvolverá características próprias como forma, coloração, comportamento produtivo, variações essas que dependerão de qual ambiente foi cultivado, mesmo sendo em áreas de cultura. Nos momentos de trocas de sementes, formais ou informais, é comum um determinado povo, como os veredeiros, trocar sementes com um geraizeiro, mesmo que sejam sementes de um mesmo tipo, essas podem apresentar características diferenciadas, devido à forma como foi manejada, ao ambiente que germinou e as transformações que sofreu pelas próprias variações internas da estrutura da planta. Dessa maneira, se há algo que detém alta capacidade de ação sobre aqueles que o habitam, esse seria o ambiente, que deve ser sempre entendido a partir da relação com tais organismos. Como já argumentado por Lewontin (2002), os elementos relevantes de um dado ambiente são determinados pelas atividades de cada espécie sobre aquele ambiente, sendo que esses organismos não só transformam o mundo exterior, como o constroem ativamente. Por outro lado, a construção é mutua, pois, ao mesmo tempo que transformam o ambiente, são transformados por ele. Nesse sentido, me parece ser de extrema importância, ao trabalharmos com comunidades que se compreendem a partir de sua relação com os sistemas ecológicos em que estão inseridas, veredeiras, geraizeiras, caatingueiras, geralistas, vazanteiras, entre outras, a atenção ao ambiente também como sujeito. A perspectiva aqui defendida está no sentido de demonstrar que a relação dos humanos com aquele ambiente é fator fundamental no processo de conformação e transformação de ambos os sujeitos.

### 3.2.2 O ambiente veredeiro

Diante do exposto, não almejo a construção de um modelo de natureza veredeiro, de caráter culturalista (NOGUEIRA, 2017), menos ainda compreender os “meios” dessas comunidades a partir de conceitos específicos, como mesologia (FAGUNDES, 2019), mas sim atentar para a sensibilidade ecológica dessas comunidades, manifesta pela capacidade criativa desses sujeitos em relação ao seu ambiente de modo a se somar com outras perspectivas possíveis (INGOLD, 2004; LEWONTIN, 2002). É por meio dessa relação que anseio contribuir para as problematizações referentes às generalizações daquilo que convencionamos chamar de Cerrado. Assim, estou atento à perspectiva de Escobar (2005) que defende a ideia de que, ao reinventarmos os pensamentos, reinventamos também os mundos, mas talvez faça mais sentido para esse trabalho, estarmos atentos a outras formas de pensar outros mundos, pois assim temos condições de redefinir nosso próprio mundo.

De acordo com a classificação canônica, uma vereda deve ser percebida como um sistema fitofisionômico encontrado em solos hidromórficos, saturados durante a maior parte do ano, devido a sua baixa capacidade de drenagem, formando bosques sempre-verdes. Esses sistemas alagadiços tendem a ocupar os vales ou áreas planas de chapadas, podendo também serem encontrados em posição intermediária do terreno, próximos às nascentes (olhos d'água), ou na borda de Matas de Galeria. Sua ocorrência está condicionada ao afloramento do lençol freático, decorrente de camadas de permeabilidade diferentes em áreas sedimentares do Cretáceo e Triássico. É reconhecida pela predominância da palmeira buriti (*Mauritia Jlexuosa*), que deve ser associada à condição de baixa energia hidráulica dos fluxos dos seus canais, constituindo um dos aspectos mais relevantes dessas feições geomorfológicas tão particulares a esse ecossistema (AUGUSTIN, MELO, ARANHA, 2009; RIBEIRO & WALTER, 1998, 2008).

Os estudos sobre os povos que habitam e/ou fazem uso dos diferentes sistemas ambientais presentes na bacia do rio São Francisco são estudos de comunidade iniciados, ao menos, desde os anos 1950. Diferentes autores atentaram para as formas de classificação do Outro ou autorreconhecimento das populações locais em relação ao seu ambiente. Ladeira (1951 *apud* DAYRELL, 1998), “impressionado com as vastidões ‘incultas’ no Norte de Minas”, documentou a variedade de pequenos núcleos de populações, no interior das regiões do vale do São Francisco, com denominações próprias, conforme a região habitada. Cita o autor a existência de chapadeiros, como aqueles que moram em regiões denominadas de

chapadas; campineiros, aqueles que habitam as campinas; barranqueiros ou vazanteiros, os que vivem e produzem nas barrancas ou vazantes do rio São Francisco.

Por sua vez, Donald Pierson (1972), quando coordenou pesquisa que visava compreender os diferentes agrupamentos sociais que habitavam o vale do rio São Francisco, diferenciou as “gentes” veredeiras das “gentes” geralistas. De acordo com o autor, os veredeiros são aqueles que habitam as veredas da caatinga, cuidam de pequenas roças ao longo dos cursos de água, onde maiores vantagens podem ser tiradas dos recursos do habitat, abatem a caça, colhem mel e frutas silvestres e usam o buriti na construção de abrigos, como alimento, e na fabricação de utensílios e chapéus. Alguns deles trabalham como vaqueiros empregados pelos grandes senhores de terras. Por sua vez, os geralistas, ou habitantes das imensas campinas, têm na caça e agricultura seu principal sustento, pois os enormes areiões, predominantes na paisagem, apresentam-se quase sempre estéreis. À época, suas cabanas eram feitas de buriti, sendo que alguns habitantes locais eram mangabeiros, pois faziam longas jornadas pelos Gerais em busca de látex, usado na fabricação de borracha. (PIERSON, 1972, p. 12, 13, 77).

Mônica Nogueira (2017) recupera as correspondências entre Guimarães Rosa e seu tradutor italiano, onde o autor esboça de maneira própria as distinções entre gerais (chapadas) e veredas:

Mas, por entre as chapadas, separando-as (ou, às vezes, mesmo no alto, em depressões no meio das chapadas) há as veredas.

(...) A vereda é um oásis. Em relação às chapadas, elas são, as veredas, de belo verde-claro, apazível, macio. O capim é verdinho-claro, bom. As veredas são férteis. Cheias de animais, de pássaros.

As encostas que descem das chapadas para as veredas são em geral muito úmidas, pedregosas (de pedrinhas pequenas no molhado chão claro), porejando agüinhas: chamam-se resfriados. O resfriado tem só uma grama rasteira, é nítida a mudança de aspecto da chapada para o resfriado e do resfriado para a vereda. Em geral, as entradas, na região, preferem ou precisam de ir, por motivos óbvios, contornando as chapadas, pelos resfriados, de vereda em vereda. (Aí, talvez, a etimologia da designação: vereda).

Há veredas grandes e pequenas, compridas ou largas. Veredas com uma lagoa; com um brejo ou pântano; com pântanos de onde se formam vãos escoando e crescendo as nascentes dos rios; com brejo grande, sujo, emaranhado de matagal (marimbú); com córregos - para aumentar nossa confusão. (No começo do 'Grande sertão: Veredas' Riobaldo explica.)

Em geral, os moradores do 'gerais' ocupam as veredas, onde podem plantar roça e criar bois. São os veredeiros. Outros, moram mesmo no alto das chapadas, perto das veredazinhas ou veredas altas, que, como disse, também há, nas chapadas: estes são os 'geralistas' propriamente ditos (com relação aos veredeiros, isto é, em oposição aos veredeiros). Mas o nome de geralistas propriamente ditos. Quem mora nos gerais, seja em vereda ou chapada, é geralista. Eu, por exemplo. Você, agora, também (GUIMARÃES ROSA, 2003 *apud* NOGUEIRA, 2017, p. 77).

De acordo com o exposto e a partir de sua trajetória na região, Nogueira argumenta que no Oeste da Bahia e Noroeste de Minas Gerais é comum que aqueles grupos sociais que habitam as áreas próximas às veredas e brejos sejam chamados de veredeiros e brejeiros, por viverem próximos às veredas e brejos e deles se utilizarem para agricultura e para o extrativismo. Chama atenção Nogueira para uma possível “continuidade cultural” desses grupos com relação àqueles Geraizeiros do Norte de Minas Gerais, por ela estudados, e aos lavradores do Vale do Jequitinhonha, descritos por Galizoni (2000). Explica a autora que, apesar de pequenas variações, esses grupos trazem grande semelhança em seus processos de territorialização, nas formas de organização social, no modelo de natureza, entre outros aspectos (NOGUEIRA, 2017, p. 85).

Sobre os argumentos apresentados, alguns pontos merecem destaque. Primeiramente, fica evidente que ao tratarmos dos diferentes povos que habitam os variados gradientes que compõem os “gerais” estamos falando de áreas que englobam não somente o Cerrado, mas também a Caatinga e tantas outras variações percebidas por esses, como os tabuleiros, chapadas, veredas, campinas, mata seca, vazantes, carrasco, que podem, em alguns casos, estarem presentes em ambos os biomas. Generalizar esses povos como vinculados ao Cerrado remete à construção política necessária para a mobilização social e garantia de direitos. No entanto, em se tratando de biomas e ecossistemas, observa-se uma interpenetração de diferentes componentes fitogeográficos nos territórios dos diferentes povos. Talvez o maior exemplo da extensão territorial desses grupos e da interposição de biomas é o vínculo estabelecido com o santuário de Bom Jesus da Lapa-BA, localizado justamente na transição entre o Cerrado e a Caatinga e referência para qualquer comunidade que habita o Norte, Noroeste e Jequitinhonha em Minas Gerais. Outro exemplo é o fato de que se tomarmos a incidência do Movimento Veredeiro por município, como apresentado por Carlos Dayrell (2019), e cruzarmos com os dados do IBGE sobre biomas, chegaremos às “áreas de tensão ecológica” entre Cerrado, Caatinga e, também, Mata Atlântica. De fato, atualmente, a rede que compõem o Movimento Veredeiro engloba os municípios de Bonito de Minas (Cerrado), Chapada Gaúcha (Cerrado), Cônego Marinho (Caatinga e Cerrado), Januária (Caatinga e Cerrado) e São Francisco (Mata Atlântica, Caatinga e Cerrado).

O argumento de Nogueira sobre uma “continuidade cultural” entre esses grupos parece bastante lúcido e importante de ser notado. Todavia, ao acompanhar os debates onde esses diferentes segmentos estão presentes, parece evidente o compartilhamento de uma única linguagem, a do “gerais”, estruturada a partir dos diferentes ambientes que compõem esse

mundo. Mas acredito que o tamanho da semelhança seja o mesmo da diferença. Há especificidades muito marcadas que estruturam as fronteiras ambientais e simbólicas desses grupos. Tema que apresentarei mais adiante.

Um último ponto que merece ser ressaltado é que, como sugeriu Altair Sales Barbosa (1995), as regiões de veredas se expandem para além de Minas Gerais, em sentido sudoeste de Goiás, em direção a norte e a leste. Obviamente que nessas áreas outras comunidades estabelecem relações com esse ambiente, mas não necessariamente são ou manifestarão a identidade veredeira. A experiência vivida pelos grupos norte-mineiros se insere em um contexto político específico onde o ambiente é central, mas é uma parte das diferentes variáveis que compõem a reivindicação de uma dada identidade. Nesse sentido, há uma grande diferença entre algumas classificações que tendem a reduzir os “veredeiros” como aqueles que vivem na e da vereda, com aquela proposta no presente trabalho, que busca perceber os “veredeiros” a partir da complexidade de seu ambiente, que não se reduz às veredas, e do caráter situacional, social e político, de sua reivindicação identitária.

Como já exposto, as comunidades veredeiras aqui pesquisadas estão situadas à margem esquerda do rio São Francisco e se espalham pelos “Planaltos sanfranciscanos” desde pelo menos meados de 1850, de acordo com os levantamentos genealógicos feitos entre as comunidades pesquisadas. Tal área configura-se como uma extensa rede de drenagem formada por planícies fluviais, veredas que são o berço de dezenas de riachos, ribeirões que alimentam as sub-bacias dos rios Pandeiros e Pardo que, por sua vez, vão desaguar nas planícies do São Francisco, convertendo-se em importante núcleo para o equilíbrio hidrológico como área de recarga dos aquíferos da região – Urucuia-Areado (ANA, 2005).

Situam-se em áreas cuja predominância é de solos de areias quartzosas ou neossologiaia quartzarenicos, onde 85% da estrutura do solo é de areia. Tal solo localiza-se em apenas 15% da área do Cerrado e possui como características sua alta suscetibilidade à erosão, apresentam drenagem excessiva, baixa retenção de água e lixiviação de nutrientes. Os grandes bancos de areias, predominantes nas áreas de chapadas, podem chegar a profundidades extremas. Há relatos de locais onde se cava mais de 100 metros de profundidade, para abertura de poços artesianos, e só se encontra areia. Tais características apontam particularidades expressivas para o ambiente veredeiro situado à margem esquerda do Rio São Francisco, quando comparado a outras áreas do gerais.

Os diversos núcleos habitacionais que formam as distintas comunidades veredeiras estão sempre próximos à segurança de algum curso ou manancial d’água, seja córrego,

vereda, olho d'água ou brejo que, por sua vez, irá nomear cada comunidade em relação à sua posição no curso d'água. Por exemplo, aquelas localizadas no meio de um córrego receberá o nome de Barra + nome do córrego, aquelas localizadas na cabeceira, receberá o nome de Cabeceira + nome do córrego. Apesar das áreas de sertão estarem sempre associadas à seca, incluindo Januária, que compõe a região do semiárido pela Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), as comunidades veredeiras têm como principal referência as águas, seja nos nomes de cada comunidade, seja na extensa rede hídrica que compõe seu ambiente. Quando busquei a construção da cartografia social veredeira, um dos participantes me alertou que seria impossível desenhar todos os rios e córregos da região. Deve-se destacar que a distribuição dessas comunidades não se reduz às áreas de veredas, muito pelo contrário, abrange outros domínios que compõem aquilo que entendemos aqui como o ambiente veredeiro.

Destaca Ribeiro *et al* (2010) que os gerais do Alto-Médio São Francisco – em particular a margem esquerda do rio – não foram marcados pelas grandes propriedades rurais. Devido às dinâmicas próprias em que imensas áreas de terras eram de livre acesso e a concentração fundiária era limitada pela própria dinâmica espacial dos sistemas de produção agrícola, configurou-se uma lógica fluida de ocupar espaços produtivos. Essa relação com a terra não se centrou somente em áreas de Minas Gerais. Mostra Donald Pierson (1972) que, nos gerais, no Planalto Ocidental da Bahia, quando se chegava em uma nova zona, o indivíduo necessitava somente “roçar um pedacinho” de terra para indicar a posse, isto é, bastaria simplesmente “mexer um pouco no chão com a enxada”. Ou apenas “lavar o pau”, que na tradição local seria cortar a casca de árvores próximas como marca, ou como “sinatura de brejo”. Afirmo ainda que, aqueles que chegam posteriormente, observando as indicações de posse, continuam até encontrar outro promissor pedaço de terra. (PIERSON, 1972, p. 354).

Nesse sentido, estar próximo a um olho d'água bastaria para que uma família pudesse, como percebeu Ribeiro *et al*, fazer o uso combinado dos diferentes recursos de áreas de mata, vazante, brejo e de gerais que, por se tratar de um espaço aberto de livre acesso com suas chapadas e campinas, permite um sistema ultraextensivo de pecuária de solta a qualquer trabalhador, possibilitando assim a oportunidade de se tornar também um criador. Dessa maneira, a produção dessas comunidades tornou-se mais vinculada ao conjunto do ambiente e ao fluxo dos recursos disponíveis que propriamente ao controle da terra, enquanto propriedade ou especialização em um dado ecossistema, como as veredas.

Os ambientes ocupados pelas comunidades veredeiras podem ser divididos entre quatro grandes áreas: mata, tabuleiro ou terra mista, chapada e vereda, cada uma dessas possuem diferentes variações que parecem se ampliar infinitamente, tamanha capacidade local em perceber nuances que para alguém de fora, passariam despercebidas. As comunidades não classificam um determinado ambiente de forma ampla e genérica, mas sim a partir de formas mais detalhadas, levando em consideração todas as variedades observadas, tipos e misturas de solo, tipos vegetacionais, variações nas floradas, incidência de água, entre outros fatores. A categoria “gerais”, quando utilizada pelos veredeiros, pode ser sim utilizada como classificação genérica do ambiente objetivando englobar todos os ambientes vividos, mas, quase sempre, não é isso o que ocorre. Durante toda a pesquisa, o termo foi utilizado poucas vezes nesse sentido. O mais comum era associar o gerais como uma unidade da paisagem, muitas vezes, as áreas de Mata Seca, como as terras das comunidades de Cabeceira e Barra de Mandins. Nesse aspecto, o gerais é percebido com base em suas variações e nuances a partir da composição do seu solo e comportamento de sua vegetação, que comumente é composta de espécies tanto da mata quanto da chapada. Inclusive, o tipo de cascalho é essencial para essa diferenciação. Há subdivisões como gerais de mata, gerais de chapada, tabuleiro, entre outros. Tratarei do tema mais adiante.

Vale ressaltar que para as práticas de agricultura, solta do gado, produção de mel, extrativismo de frutos do cerrado ou acesso a algum tipo de planta para usos terapêuticos, seja em qualquer área desses ambientes, a dependência das dinâmicas hídricas vinculadas às veredas é sempre notória. Segundo Gersi<sup>102</sup>, “*você pode sair de qualquer galho de córrego desses aqui. Os galhos só puxam desses lugares que tinham água. Qualquer galho daqui só puxa para o lado do Pindaibal e do Buriti Grosso*”<sup>103</sup>. Geralmente, quando os moradores se referem a algum lugar nas áreas de chapada, ele é nomeado de acordo com a vereda mais próxima. Todavia, não se utiliza, por exemplo, o termo “vereda” do Pindaibal, mas simplesmente Pindaibal, dando a entender que estão se referindo à área nomeada por sua vereda. A comunidade de Brejinho, próxima ao córrego de Brejinho, encontra-se em região de mata acerca do rio Pardo. Ao se referir a “galho” Gersi trata qualquer pequeno córrego que se encontra na região, sendo que eles sempre vão nascer em alguma vereda.

---

<sup>102</sup> Gersi é liderança na comunidade de Brejinho e referência dessa comunidade para a Associação Central das Comunidades Veredeiras do Norte de Minas – ACEVER. Entrevista realizada em 21 de setembro de 2018.

<sup>103</sup> As veredas de Pindaibal e de Buriti Grosso são as “veredas mãe” de todo o complexo hídrico que compõe o território veredeiro estudado.

Quando, muitas vezes, questionei Jaime sobre qual seria a diferença entre as famílias que habitam as veredas e chapadas e aquelas que se situam nas áreas de mata, ele ficava, com frequência, sem saber como me responder<sup>104</sup>. Para ele, era muito clara a divisão dos ecossistemas, mas quase impossível pensar essa divisão considerando as pessoas que os habitam, pois as mesmas utilizam os mais variados espaços com diferentes atividades. Explicava também que os ambientes utilizados pelos veredeiros eram muito diferentes das áreas onde se localizavam as comunidades geraizeiras. Primeiramente, argumentava que eles eram veredeiros e moravam nas matas, porque “o terreno da mata é o segmento, vai da chapada e da chapada chega às veredas. Até chegar às chapadas há outros tipos de terrenos, com outras vegetações. Você tem as matas, depois as terras mistas, chega às chapadas e depois às veredas”. Assim, as grandes e pequenas veredas são o ponto de equilíbrio dos diferentes ambientes em que se encontram as comunidades. A existência das áreas de mata, onde se localizam as comunidades de Barra do Tamboril, Capoeirão e Brejinho, só é possível devido às veredas.

As famílias que possuem residência nas áreas de mata, também possuem terras “lá fora”, nas chapadas, variando suas práticas de acordo com as “águas”. Explica Jaime que:

*(...) o pessoal que morava nas veredas e nas chapadas ia plantar na mata agora na época de chuva que começava entre setembro e outubro. O pessoal daqui (chapada) sai para plantar milho lá (mata), fazer uma manguinha de pasto lá nas matas, porque o terreno aqui é mais arenoso. Então as pessoas acabam todas juntas e misturadas. Fica até difícil da gente querer separar as coisas, porque não tem nem como. Porque você vai querer diferenciar os moradores de mata, de vereda e de chapada, vai ser difícil de diferenciar porque o trabalho que a gente faz é tudo misturado. Quem tá na chapada utiliza muito as matas e quem tá nas matas vem utilizar as chapadas e as veredas no mesmo sentido (Jaime Alves, comunidade do Capoeirão, 15 de outubro de 2018).*

As comunidades veredeiras, ao se relacionarem com esses diferentes ambientes, baseiam-se no uso combinado dessas áreas de acordo com o ciclo das águas distribuído durante os períodos de chuva e seca. Para as comunidades veredeiras, talvez podemos generalizar a afirmação para todo o semiárido, há basicamente duas estações: inverno (chuva) e verão (seca). Todavia, há uma inversão em relação às classificações formais, pois no período de inverno ou chuvas para os veredeiros (de outubro a março) é quando comumente se percebe os períodos de primavera e verão em outros espaços. O mesmo ocorre com os

---

<sup>104</sup> Jaime Alves dos Santos é presidente da ACEVER e membro da Articulação Rosalino Gomes, além de acumular os cargos de representante dos veredeiros no CNPCT e na CEPCT-MG. Entrevista realizada em 21 de setembro de 2018.

períodos de verão ou seca nas comunidades (de abril a setembro), é quando se observa o período de outono e inverno.

Outro ponto importante a ser destacado refere-se à interdependência dos ambientes e as noções utilizadas para pertencimento, como as dimensões de fora e dentro em relação aos espaços de morada. Seu Mário, vive na área de mata, distante de São Joaquim 14 km, e se refere às chapadas como “lá fora”, onde o gado vai, em contraposição ao lugar de morada “dentro”, espaço das matas. Lá fora também pode ser associado como “larga”, onde se larga o gado nos períodos de chuva, onde o capim agreste e uma infinidade de outros vegetais servem de alimento. No entanto, para alguns moradores que vivem na chapada, como o caso dos moradores de Vereda Grande, “lá fora” se refere a São Joaquim, núcleo urbano que se encontra em área de chapada. Mesmo quando esses moradores possuem casas no distrito, essas continuam se localizando “fora”, pois a referência é o espaço habitado permanentemente. Assim, dentro é onde as pessoas estão, vivem, e fora é o espaço distante do lugar de morada.

Vejamos o caso de dona Milu, moradora de Vereda Grande, que também possui casa em São Joaquim. Para ela “lá fora” ou “na rua” significa São Joaquim em relação à chapada, seu lugar de morada. Todavia esse “lá fora” é diferente quando se referem às áreas em que os animais são soltos. São espaços mais distantes, onde não há moradores próximos. O “lá fora” quando se refere às chapadas, onde os gados são soltos, é mais distante do que os espaços de chapada em que se encontram as moradias de algumas comunidades.

Vale ressaltar que aqueles que ainda mantêm terras nas chapadas e nas matas, têm áreas de dimensões variáveis, pois as primeiras se caracterizam por serem áreas de grandes extensões, enquanto os terrenos nas matas são muito mais reduzidos pela própria faixa de terra que compõe esse ambiente e que está disponível para ocupação.

Tomando como base a representação do ambiente veredeiro (figura 6) pelas comunidades estudadas que se concentram, principalmente, entre os rios Pandeiro e Pardo, podemos subdividir esse ambiente entre áreas de matas, áreas de transição (tabuleiro, capão e terra mista), chapadas e veredas (pantâme), que irão mudar de acordo com a altitude e disponibilidade de água. Na área da pesquisa pude observar uma variação entre 450 metros nas áreas de mata e 700 metros de altitude em áreas de chapada. Galizoni (2005) demonstra que a diversidade desses ambientes está fundamentada na relação entre terra e água que em muitos casos se expressa na oposição entre a mata e os gerais. Nas áreas por ela estudadas, nas matas a terra possui maior fertilidade, mas há maior escassez de água, limitando o uso em

quantidades suficientes para a produção e consumo próprio. Por outro lado, nos gerais existe água de boa qualidade, mas pelas características arenosas do solo, não há boa produção. No contexto veredeiro, a escassez de água em áreas de mata não é regra, podendo ocorrer em algumas regiões de transição. Em relação às chapadas, as áreas habitadas são justamente pela presença de água e proximidade com espaços de veredas ricos em matéria orgânica, possibilitando o cultivo de alguns importantes gêneros alimentícios. Por outro lado, há sim áreas de chapadas com baixa disponibilidade de água de superfície. Dessa forma, cabe reforçar que, ao criar determinados modelos para o ambiente pesquisado, é importante não generalizar, pois, devido à dimensão e complexidade do Norte de Minas Gerais, cada ambiente construído em relação ao seu povo terá determinadas características. Passo agora e descrever esses ambientes, a partir da perspectiva veredeira.

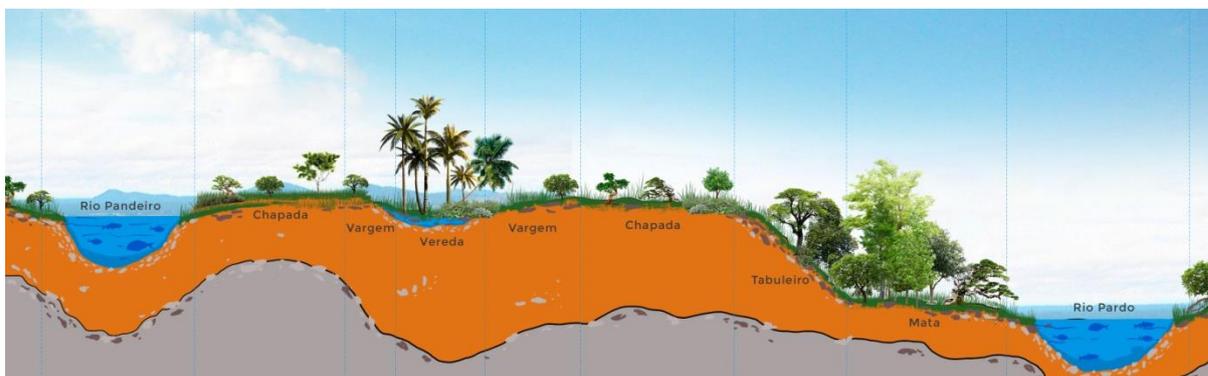


Figura 7: representação gráfica do ambiente veredeiro

As terras baixas são dominadas por áreas de mata e manchas de transição – capão, tabuleiro e terra mista. As áreas de **matas** margeiam o rio Pardo e são consideradas “terras de cultura” ou terras fortes. Como descreveu Jaime Alves, da comunidade do Capoeirão (entrevista em 15 de outubro de 2018), as matas são *“beira de rio Pardo, saindo pra Capoeirão e Tamboril, nas barras. É onde a gente diferencia porque o terreno é mais forte, é um terreno de barro, onde o barro é mais escuro”*. São nas matas que se concentra grande parte das culturas que precisam de “terra mais forte”, como milho, feijão, pastos, plantações de cana de açúcar e é para onde se leva o gado nos períodos de seca. Seu Vitro, da comunidade de Barra do Tamboril, nascido em 1940 (entrevista em 16 de outubro de 2018), comunidade de Barra do Tamboril, conta que seus avós vieram do Borrachudo, rio número 36 figura 13, situado no município de Bonito de Minas, onde predominam áreas de chapada. Explica que os antigos saíram do Borrachudo porque as terras *“foram ficando muito trabalhadas e para os lados de cá foram descobrindo muita mata, muita terra de cultura.*

*Eles descobriram essas matas para cá, essas culturas na margem do rio Pardo*”. Seus avós, por parte de pai, adquiriram terras “lá fora”, na Vereda Grande, onde seu Vitro e seus dez irmãos cresceram. Naquela época, as áreas de mata eram predominantemente para o cultivo e não para morada, devido ao difícil acesso. “*Eu nasci lá na Vereda Grande. Meu pai morava lá. Nós fomos 11 irmãos, eu sou o caçula. Todo mundo nasceu lá naquele galhão de rio que vocês passaram*”.

Se tomarmos como referência as representações de Ribeiro e Walter (1998), as matas habitadas pelas comunidades veredeiras referem-se a áreas de Mata Ciliar e Mata de Galeria. Um dos principais fatores de diferenciação é a presença de determinados tipos de madeiras. Importante notar não se tratar de uma classificação fitofisionômica baseada nas características da cobertura vegetal, mas muito mais na utilidade e relação com esses “pés de pau”, como costumam chamar os moradores. Entre os tipos predominantes encontrados na região de mata, destacam-se: aroeira (família *Anacardiaceae*), angico preto (*Anadenanthera macrocarpa*), angico branco (*Anadenanthera peregrina*), periquiteira (*Trema micrantha*), pau d’arco (*Tabebuia*), barriguda de espinho e barriguda embaré (*Cavanillesia arborea*), baru (*Dipteryx alata*), jatobá (*Hymenaea stigonocarpa*), pau preto (*Schinopsis brasiliensis Engl.*), pau ferro (*Caesalpinia leiostachya*), pau jacaré (*Piptadenia gonoacantha*), jacarandá do cerrado (*Machaerium villosum*), vinhático (*Plathymenia reticulata*), cedro/cedrinho (*Picramnia parvifolia Engl.*), pau d’óleo (*Copaifera langsdorffii Desf.*), tamboril (*Enterolobium contortisiliquum*), imburana (*Amburana cearensis*). Algumas dessas variedades podem ocorrer em áreas de transição, como nos tabuleiros e no gerais/terra mista, mas nunca nas chapadas. Outro ponto importante é que, apesar da mata possuir maior fertilidade, há uma menor variedade de espécies frutíferas e de floradas, o que irá diferenciar fortemente as práticas extrativistas de frutos do cerrado e produção de mel.

Entre as áreas de mata e chapada, pude observar variadas formas de transição que ganham diferentes nomeações de acordo com as características do solo e comportamento vegetal. Junto às áreas de mata, encontram-se os **capões**. Considerados como áreas de transição entre mata e chapada, o capão possui uma terra de melhor qualidade para plantações que outras áreas de transição, como os tabuleiros e as terras mistas, podendo ser uma opção para agricultura e criação de animais para as famílias que não possuem terras dentro das áreas de mata, consideradas as mais férteis. Por sua vez, no **tabuleiro**, pode-se encontrar a vegetação de mata, como a sucupira branca e preta, o baru, mas, por possuir um solo misto, esses tipos de vegetação não se desenvolvem tanto quanto nas matas e capões. Do mesmo

modo, pode-se encontrar também frutos de áreas de chapada. Entre as culturas mais indicadas encontram-se as plantações de mamona e algodão.

Sobre a definição de **terra mista**, Neilton, funcionário da Área de Proteção Ambiental Pandeiros (entrevista em 10 de abril de 2019), explicou que, aquilo que é considerado gerais também é tratado como terra mista, trata-se de uma terra que, mesmo localizada em campos do Cerrado, é considerada uma terra mais forte para agricultura. “*É aquilo que os veredeiros chamam de terra mista, ou seja, assim como outras áreas de transição, pode-se encontrar um solo composto por terra de mata (terra de cultura) com terra de chapada*”. Explicam os moradores da comunidade de Barra de Mandins que, para eles, o gerais é uma terra mista, onde tem muita areia, mas tem o barro, onde também podemos encontrar madeiras “mais misturadas”, com a presença de aroeira, angico, mas que, assim como nos tabuleiros, não crescem muito. Também é nas terras mistas, em direção às chapadas, que podemos localizar os primeiros pequizeiros (*Caryocar brasiliense*). Tanto a comunidade de Cabeceira de Mandins quanto a comunidade de Barra de Mandins estão em uma transição entre a mata e a chapada, por esse motivo a área é entendida como gerais, devido às características do solo, mais ricos que os capões e tabuleiros. Inclusive, alguns moradores afirmam que no Mandins as comunidades são mais geraizeiras do que veredeiras. No entanto, a referida área de gerais, em nada tem a ver com os Gerais apontados por Mônica Nogueira (2017) na região de Rio Pardo de Minas. Como não bastasse, Neilton chama atenção para que na região do Mandins há muitas manchas de **Mata Seca**, definida como Floresta Estacional Decidual (ANAYA & ESPIRITO SANTO, 2014). Trata-se de um domínio de transição entre a Caatinga e o Cerrado. Não possui associação com cursos de água e ocorre nas áreas mais elevadas, situadas entre vales, os interflúvios, denominados localmente como morros.

No caso das comunidades próximas ao riacho de Mandins, entendido como um ambiente de gerais, suas terras possuem tanto madeiras de mata quanto de chapada. Uma das atividades mais adaptadas é a apicultura, devida à diversidade de floradas que ocorre durante todo o ano. Nessa transição encontra-se tanto a florada da mata quanto a florada da chapada, onde as abelhas têm acesso a ambas, possibilitando maior e mais diversa qualidade e produção do mel. Explicou Toni Cigano, liderança e produtor de mel de Cabeceira de Mandins: “*Igual aqui em casa. Aqui é cerrado (chapada) misturado com cultura (terra de mata). Nós temos árvores aqui que é de Mata Seca e árvore de Cerrado, tudo junto, é mistura de Cerrado com Mata Seca e morro*” (conversa gravada em 23 de setembro de 2018).

Saindo da região de mata, passando as diferentes áreas de transição, chega-se às terras altas, imensas áreas de chapadas que, por sua vez, se subdividem em outras tantas variações, onde também encontramos os ambientes de veredas. Para Jaime, “*as chapadas já é irmã e pregada nas veredas. Porque as veredas já ficam no meio das chapadas*”. O conjunto desses ambientes pode ser entendido, com base em um olhar externo, a partir da generalização “Gerais”, como comumente utilizado nos estudos anteriormente citados. Por outro lado, devido às particularidades do ambiente veredeiro, os grandes planaltos são sempre referidos como **chapadas**, muitas vezes com alta escassez de água, mas com a presença de diferentes gramíneas e com a predominância de vegetação arbórea esparsa. São nas áreas de chapadas e campinas onde concentram-se as principais terras de uso comum das comunidades veredeiras. É onde todas as famílias levam seus animais para a solta, pois nessas áreas só é possível cultivar mandioca e capim. Como observam Eloy, Carvalho & Figueiredo (2017), no Cerrado brasileiro pode ser encontrado cerca de 510 espécies de gramíneas nativas. Tratarei do tema no quinto capítulo.

Em uma das visitas que fiz com Jaime à comunidade de Água Doce, no município de Bonito de Minas-MG, depois de rodarmos de moto cerca de 120 quilômetros por áreas de chapada, estávamos nos dirigindo para a vereda do Pindaibal, quando resolvemos parar no rio Pandeiro para nadar e descansar um pouco. Lá Jaime explicou que nas chapadas há aquelas famílias que mantiveram grandes extensões de terras. Terras essas utilizadas por todos, principalmente aqueles parentes vinculados à família extensa e que não conheciam cercas. Misturado a essas terras há ainda as terras de ausentes, áreas que ninguém as reclamou formalmente e por anos encontram-se apropriadas, fazendo parte das áreas de uso comum.

Uma variação comum dentro das áreas de chapadas são os **carrascos**. Vegetação que possui porte baixo, mas extremamente denso. Suas árvores são cheias de espinhos e sobrevivem com pouca água, mas dependem de um solo um pouco mais rico em nutrientes. Conta seu Manuel, da comunidade de Barra do Tamboril, que quando o gado se aventura dentro do carrasco, os moradores têm muita dificuldade para reavê-los. Explica que tem carrasco que nem jacu (*Penelope obscura*) consegue entrar. Jaime descreve que “*às vezes na chapada tem uns lugarzinhos de mata e onde é que o mato fecha bastante é que dá o nome de carrasco*”. Trata-se assim de manchas pontuais em grandes áreas de chapadas formadas por um tipo de vegetação densa que pode variar entre o carrascão, com a vegetação mais alta, e o carrasquinho, com predominância de vegetação mais baixa, mas ainda assim capaz de formar núcleos densos.

Junto às áreas de chapadas, mas com características próprias, encontram-se as áreas de **campina**, também utilizadas como terras de uso coletivo, mas com maior concentração de gramíneas, principalmente capim agreste, e disponibilidade de água, por ser uma faixa de transição para as áreas de veredas. Atualmente é a característica predominante no Buriti Grosso e na Capivara, antes extensas áreas alagadas. Como tentou explicar seu Manuel, quando estávamos construindo a cartografia social das comunidades locais (gravação realizada em maio de 2019), “*de acordo com que a água vai fugindo, vai mudando a natureza. Acabou a água, foi a natureza mudando*”. Na construção do mapa do território de Mandins, Toni explicou que a campina é uma área mista, destinada para criação de gado. “*Ela é tipo uma chapada com uma vereda, com pouco mato. Tem mais aquele capim aqui que a gente chama de capim agreste. Tinha lugar que você enxergava uma cabeça de gado com 100 m, 150m de distância. Porque é muito limpo. A árvore era contada*” (gravação realizada em maio de 2019).

Como descreveu Jaime, “*quando chega bem dentro da chapada, já não tem mais angico, nem pequena nem grande, nem de jeito nenhum. Aroeira, também já não existe*” (gravação realizada em maio de 2019). Algumas madeiras ou tipos vegetais encontrados nas chapadas e utilizados pelas comunidades são: sucupira branca e preta (*Pterodon emarginatus*), umbu do cerrado (*Spondias tuberosa*), pequi, cajuí (*Anacardium humile*), cagaita (*Eugenia dysenterica*), o panã/cabeça de nêgo (*Annona squamosa*), pinha do cerrado (*Annona coriacea*), mangaba (*Hancornia speciosa*), coquinho azedo (*Butia capitata*), favela ou fava d’anta (*Dimorphandra molles*), jatobá do campo (*Hymenaea stigonocarpa*), pau santo (*Kielmeyera coriacea*), umburuçu (*Pseudobombax Longi-florum*), grão de galo (*Pouteria ramiflora*), pau terra (*Qualea grandiflora*), pau doce (*Vochysia elliptica*), coco tucum (*Bactris setosa*), tatarena (*Chloroleucon foliolosum*) e catuaba (*Anemopaegma glaucum*). Seu Manuel conta que “*tudo quanto é medicina está lá na chapada*”.

Podendo ser considerada uma continuidade das campinas e uma faixa mais próxima às veredas, tratando-se de uma superfície de inundação nos períodos chuvosos, observam-se as áreas de **vargem**. Trata-se de uma área de transição entre o brejo da vereda em direção à chapada. Seu solo é basicamente areia com incidência de vegetação de pequeno porte, como gramíneas, sem incidência de arbustos. Todavia, devido à alta incidência de matéria orgânica advinda das cheias das veredas são utilizadas como áreas para pequenas roças de feijão, milho e arroz. Depois das áreas de vargem chegamos às **veredas**, ambiente sagrado para as comunidades veredeiras, berço de todas as águas e mãe de todos os córregos e ribeirões desse

ambiente. As veredas da região são diferenciadas entre veredas ou brejos e **pantâme** ou **pântano**. O que irá variar é a sua extensão, profundidade e a concentração da palmeira buriti (*Mauritia flexuosa*). Geralmente, o pantâme é a “mãe” de outras veredas da região. Nesse caso, deve-se considerar também as redes de comunicação hídrica desses sistemas. Algumas das veredas consideradas pantâmes eram: Buriti Grosso, Sussuarana, Papagaio, Galho de Dentro, Pindaibal, que por sua vez alimentavam outras veredas menores que eram as cabeceiras de dezenas de córregos que desaguavam no rio Pardo e rio Pandeiros. Muitos moradores lembram que haviam áreas do Buriti Grosso e do Pindaibal que não eram possíveis de atravessar nem a cavalo, devido a quantidade de água e densidade vegetal que fazia com que a própria luz do sol encontrasse dificuldades para penetrar até o espelho d’água. Esse complexo de veredas sempre foi fonte de segurança hídrica para as comunidades que historicamente fazem parte de uma região assolada por longos períodos de seca, como já demonstrado por Villa (2001). Assim, como recordou Dona Ana, moradora da comunidade de Cruz de São Joaquim, nascida em 1935 (entrevista realizada em 22 de setembro de 2018), os antigos falavam de uma grande seca que ocorreu, antes mesmo dela nascer, onde as pessoas vinham pegar água próximo a um olho d’água onde é hoje sua casa – vereda do Sumidor. Por sua vez, Seu Vitro relembra o período onde o Buriti Grosso gozava de grandes volumes de água:

*A passagem do Buriti Grosso, ninguém passava lá não. Era uma área com água daqui naqueles pé de manga lá (aproximadamente 1 km). Era aquela passajona com água limpinha. Tinha uma outra passagem que agora eles fizeram um aterro, mas lá tinha o nome de passagem ruim. Era muito fechada de mato, mas na época da seca, os animais iam passando, comendo e dava passagem a cavalo, mas atolava. Só os animais que já eram acostumados que passavam.*

*Bem mais para baixo, tinha uma lagoa que tinha sucuri. Quando queimava, queimava aqueles pantâme para o capim brotar. Quando o gado entrava morria, as emas entravam para comer e atolavam também. Eu andava com meu pai e via isso tudo lá.*

*Abaixo daquela lagoa, tem um poço onde o pai do João pescava. Lá tem esse poço que tinha um pé de buriti muito alto. Deu uma valeta lá em baixo e esse pé de buriti desceu que ficou só a copa de fora. Aí, o pai desse João tirava os paus e jogava fazendo um caminho por cima do pantâme até alcançar a copa desse buriti. Ficava lá de cima da copa do buriti pescando. Laçava o peixe lá, trazia e colocava no embornal (Seu Vitro, Barra do Tamboril, 16 de outubro de 2018).*

Apresento o quadro com os principais ambientes veredeiros classificados a partir das concepções locais.

Classificação genérica	Divisão por altitudes	Divisão do Ambiente Veredeiro	Subsistemas	Variações de subsistemas
Cerrado /	Terras baixas	Matas	mata ciliar	-

<b>Gerais</b>		Áreas de transição	mata de galeria	-	
			tabuleiro	-	
			capão	-	
	Terras altas	Chapadas	terra mista / gerais	-	-
				carrasco	carrascão
			campina	-	
			Veredas	vargem	-
				vereda/brejo	-
			pantâme	-	

Tabela 7: estratificação do ambiente das comunidades veredeiras

Para a compreensão da complexidade desses ambientes vividos pelas comunidades veredeiras, optei por construir uma representação das variedades de unidades da paisagem que compõem o ambiente Veredeiro. A partir da junção de diferentes fontes de informação, mapas produzidos pela cartografia social junto às distintas comunidades pesquisadas, coordenadas de satélite, *shape file* da rede hidrográfica da região e fotografias dos variados ambientes veredeiros. Assim, temos como uma das representações do ambiente veredeiro a seguinte imagem:

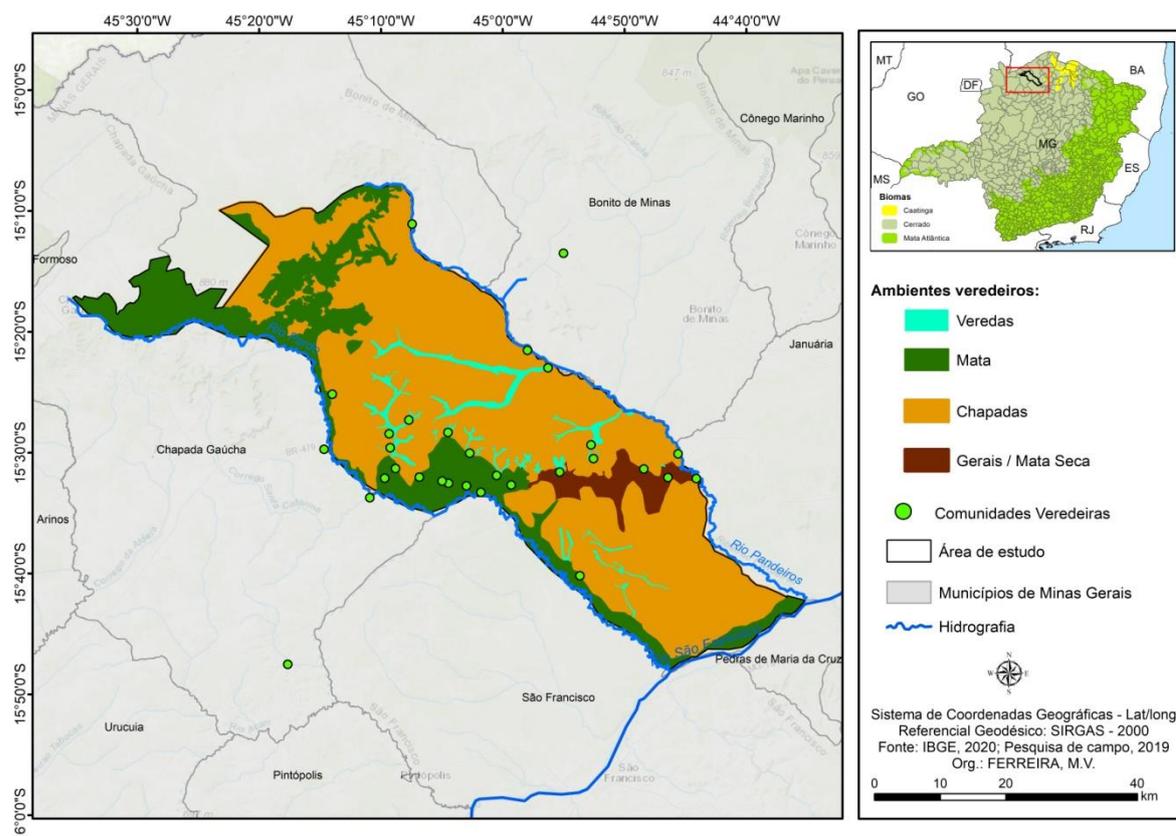


Figura 8: unidades do ambiente veredeiro

#### 4. HABITANDO RUÍNAS: MOMENTOS DA TEMPORALIDADE VEREDEIRA

*Um conhecimento que Deus me deu, eu sei entrar,  
manobrar e sair, deixo a estrada vaga para qualquer  
um passar.*

Seu Vitro, Barra do Tamboril.

Em sua análise sobre o desenvolvimento, Escobar (2007) considera as práticas vinculadas às políticas desenvolvimentistas e suas formas de poder como equivalentes ao discurso colonial. Em se tratando dos contextos de violência ambiental sofridos pelas comunidades veredeiras ao longo das últimas décadas, podemos perceber a sobreposição de perspectivas coloniais, como a própria carga que traz a categoria sertão, não como ambiente geográfico, mas como marcador ecológico e racial que reafirma ideias como vazio, selvagem, rústico, pobre, espaço livre para projetos civilizacionais. Tal perspectiva é evidenciada ao analisarmos a temporalidade veredeira que marca a existência dessas comunidades a partir de eventos vividos. Vejo duas formas delas dividirem sua percepção temporal. A primeira a partir dos eventos associados às dinâmicas ambientais, como períodos prolongados de secas ou pelas dinâmicas das águas, como as grandes cheias do rio São Francisco e seus tributários. Já a segunda forma de perceber esses marcadores temporais baseia-se nos eventos ocorridos a partir da chegada de novos agentes externos (Estado e empresas) e a relação que se estabelece com o ambiente a partir de então. As intervenções técnicas tiveram como consequências danos profundos com efeitos não planejados que, de certa forma, romperam com o modo tradicional dessas comunidades se relacionarem com seu território, o que denomino, inspirado em Stenger (2015), evento-catástrofe.

Assim, dividirei a temporalidade veredeira em quatro eventos que se dão de forma processual no tempo: o “tempo das divisões”; a “chegada das empresas” e o “tempo do carvão”; e o atual, onde as comunidades locais se organizam como “movimento veredeiro”. Ao buscar entender a organização territorial das famílias e comunidades, um dos primeiros marcos acionados diz respeito ao “tempo das divisões”, período entre as décadas de 1920 e 1930 no qual as áreas de “uso comum” passaram a ser regularizadas pelo poder público. O segundo momento, mais marcante entre as famílias, está relacionado à “chegada das empresas” na região. Trata-se do período de drástica transformação ambiental promovida por empresas do setor agro-siderúrgico-florestal e financiadas pelo Estado brasileiro. Entre as atividades implementadas destaca-se a derrubada e esgotamento das principais veredas e o início do ciclo da produção de carvão vegetal na região. E, mais recentemente, em decorrência

dos impactos e dos vínculos estabelecidos com movimentos sociais de caráter ecológico, as comunidades passam a se organizar no movimento social denominado como “Movimento Veredeiro”.

## Temporalidade Veredeira

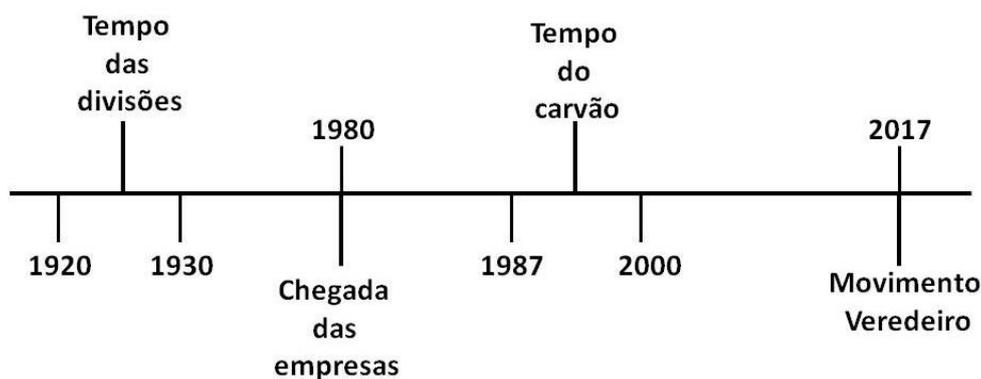


Figura 9: Temporalidade veredeira

### 4.1 NO TEMPO DAS DIVISÕES

Mostramos no primeiro capítulo como o instituto das sesmarias influenciou diretamente a formação de grandes fazendas nas áreas que ficaram conhecidas como os currais da Bahia e de Pernambuco. Até os dias atuais, as comunidades veredeiras se encontram localizadas em áreas de antigas fazendas que datam do século XVIII e XIX. Entre elas se destacam as fazendas Alegre, Angico, Floriano ou Lagoa, Flores. Importante ressaltar que muitas fazendas da região ainda guardam forte memória do período colonial e dos conflitos contra grupos indígenas da bacia do São Francisco, como é o caso da antiga fazenda Itapiraçaba, antes, reduto Kayapó.

Quando busquei compreender a complexidade das comunidades veredeiras em relação ao ambiente e sua organização política, a dimensão territorial tornou-se um dos pontos de maior atenção. Por meio da confecção de mapas, a partir da cartografia social, pude entender os processos históricos e territoriais, com base no fluxo de pessoas, áreas de manejo, produção, moradia, práticas religiosas e tensões com agentes externos. Entre os pontos de destaque, está o tempo das divisões das fazendas, que ficou marcado na terra e na memória das famílias. A partir daí pude identificar o cerne das mudanças fundiárias que aconteceram na década de 1970/1980, seu exemplo mais extremo. Ainda, é de conhecimento de todos

aqueles que trabalham direta ou indiretamente no contexto dos conflitos fundiários brasileiros que a Lei de Terras de 1850 é sem dúvida um dos pilares da formação da propriedade privada no Brasil. Do mesmo modo, é base para as divisões ocorridas no Norte de Minas entre as primeiras décadas do século XX e marco dos problemas vividos contemporaneamente em relação aos conflitos agrários.

Durante a Primeira Constituinte Brasileira, na era republicana, as elites oligárquicas agrárias regionais detinham a hegemonia política e a capacidade de incidir sobre a gestão das terras devolutas. É nesse contexto que foram gestados os dois principais instrumentos normativos da época, a Constituição de 1891 e o Código Civil de 1916, que esteve em vigor até janeiro de 2003. Mas, em 05 de setembro de 1890 entrou em vigor o Decreto nº 720 que tinha como objetivo a demarcação, medição e divisão da propriedade particular que se encontrasse em pró-indiviso. Foi por meio desse decreto que inúmeras ações judiciais foram movidas buscando a regularização dos limites entre imóveis rurais particulares, e dos pretensa ou supostamente particulares. De acordo com Sandra H. Costa (2017), o decreto em questão teve importância fundamental, enquanto mecanismo jurídico, para abertura dos processos judiciais movidos na década de 1920 e 1930 por comerciantes, fazendeiros, mineradores, juízes, agrimensores e maçons na comarca de Grão Mogol, em Minas Gerais. O mesmo movimento pode ser observado em outras áreas do Norte do estado, como tão bem observou Elisa Cotta Araújo (2009) ao pesquisar os vazanteiros do São Francisco.

Araújo demonstra em sua pesquisa que, com a instauração da República e a vinculação das terras devolutas aos estados, a divisão das terras transformou-se em um mecanismo de domínio político articulado pelos coronéis e fazendeiros que mantinham o mando da máquina estatal no Norte de Minas. Uma estrutura técnico-burocrática foi montada para operacionalização daquilo que Costa (2017) denominou de “grilagem judicial” que leva a um processo de “retaliação fundiária”, ou seja, ações de expropriações territoriais legitimadas pelo poder público que durante o século XX permitiram às elites locais e regionais se apropriarem das terras de uso comum e cercar as terras públicas devolutas. A partir dos novos marcos legais, agrimensores, oriundos da Escola de Minas de Ouro Preto, passam a articular seus serviços conjuntamente com os cartórios locais, de modo a atender as demandas de registro das terras pelos grandes proprietários (ARAÚJO, 2019);

O agrimensor fazia a medição da terra e os posseiros passavam, sem saber, a estarem sob o domínio de alguém, que na maioria das vezes não conheciam ou que não tinham relação alguma. Foi recorrente nesse processo a nomeação de diversas glebas como “terras de ausente”, que posteriormente foram comercializadas com pessoas de fora da região. Essas glebas eram posicionadas no território dividido,

separadas umas das outras, tendo no seu entremeio algumas pequenas glebas para os posseiros menos abastados (ARAÚJO, 2009, p. 132).

As “terras de ausente” são áreas conhecidas entre todas as comunidades, inclusive, muitas vezes reconhecem aquelas que passaram por processos de apropriação por grupos de fora. Destacou seu Vitro da comunidade Barra do Tamboril que:

*Na época da divisão em 1939, ficaram essas terras que ninguém interessava. Antes tinha donos ou eram utilizadas, mas na época que o Estado iniciou a política de mensuração, não apareceu donos. Depois vieram pessoas de fora (grileiros) e passaram a ocupar, vender, desmatar, plantar eucalipto, esgotaram os brejos e depois foram embora (Seu Vitro, Barra do Tamboril, 16 de outubro de 2018).*

Importante regramento que passou a incidir diretamente na entrada de atores externos às áreas tradicionalmente ocupadas no Norte de Minas foi o Código de Processo Civil de 1916, em especial seu art. 760, que trazia a obrigatoriedade de pagamento da terra medida “o credor anticrético tem direito a reter em seu poder a coisa, enquanto a dívida não fôr paga”. Como veremos, muitas famílias que foram obrigadas a legalizar suas terras não tinham condições de arcar com os custos sendo obrigadas a pagar os serviços cartoriais e de agrimensura com as próprias terras. Foi assim que muitas áreas passaram, paulatinamente, a entrar no mercado fundiário, sendo divididas e registradas nos cartórios locais que se encontravam sob o domínio ou influência de coronéis e fazendeiros.

No caso da região estudada por Araújo, os municípios de Matias Cardoso e Manga, esse processo se iniciou na década de 1910, levando à expropriação e ao deslocamento de grupos familiares em busca de outras “terras livres”. Em algumas localidades, esse período passou a ser reconhecido como “o tempo do carrancismo”. Aqueles primeiros moradores que permaneceram nas antigas fazendas, agora divididas, foram transformados em agregados ou posseiros e, uma vez não estando de acordo com os novos donos de terra, eram obrigados a sair em busca de novas áreas, ou seja, terras distantes, que não possuíam donos ou que não estavam sob o domínio dos coronéis (ARAÚJO, 2009). No entanto, ao buscar entender os fluxos migratórios das famílias mais antigas e sua relação com as grandes fazendas, pude observar um número expressivo de indivíduos e mesmo famílias que se deslocaram do atual distrito de Tejuco, localizado a 22 km do município de Januária-MG, em direção às áreas ocupadas hoje, 100 km de Januária-MG, e que estabeleceram laços de parentesco com aquelas famílias que já se encontravam nas terras das antigas fazendas da região veredeira. Para ilustrar essa dinâmica, tomo como base a divisão de terras das fazendas Alegre, Angico, Floriano ou Lagoa e fazenda Flores, que ocorreu nas primeiras décadas do século XX, assim

como quatro troncos familiares tidos como referência entre as comunidades, com os quais pude retroagir com maior segurança até meados do século XIX. O primeiro tronco se vincula à família de Seu Pedro e Dona Maria, da comunidade de Poções, cuja figura central é sua bisavó, Cândida Alves da Silva. O segundo refere-se aos irmãos Bernardo e Roberto Gomes Negrão, das comunidades de Barra e Cabeceira de Mandins. Ambas as famílias eram possuidoras de terras na antiga fazenda Alegre. O terceiro tronco está vinculado a Antônio Rodrigues Nunes, conhecido como velho Tonicão, e sua esposa, Maria Rosa Nunes, que dá nome à escola de Barra do Tamboril. São reconhecidos por manterem grandes extensões de terras nessas quatro fazendas. Por último, apresento o tronco da família de Joaquim Manuel Cirino, cuja família possuía terras na antiga fazenda Floriano e estão vinculados ao tronco familiar do velho Tonicão.

Seu Pedro Pereira dos Santos (1943), morador de Poções, explicou que seu pai, José Gonçalves Silva (1900-1946) veio da cabeceira do Tejuco e casou-se com Ursulina Pereira dos Santos (1918-2003), cuja família habitava as terras da fazenda Alegre desde pelo menos seu bisavô, José Gualberto da Silva.

*Meu pai era de Tijuco. Minha mãe que era daqui da fazenda Alegre. Meu pai veio de lá da cabeceira do Tejuco. Esse povo de lá casou tudo com gente daqui. Que o povo aqui tinha muita terra. As mulheres aqui tinham muita terra e lá não tinha. Lá eles não tinham e aqui elas tinham muita, "ah vou casar com quem tem terra para eu poder trabalhar". Casou e veio embora (Conversa gravada com Seu Pedro, Poções, maio de 2019).*

Explica Seu Pedro que muitas famílias vieram da região do Tejuco devido à escassez de terras livres nas áreas próximas de Januária-MG. Assim como apontado por Araújo (2009) e Costa (2017), desde pelo menos o final do século XIX, observa-se um movimento dessas famílias adentrando o interior, buscando novas áreas para serem ocupadas, pois as terras próximas à Januária estavam em processo de divisão e regularização deflagrado pela elite local, a partir dos seus vínculos com o aparelho estatal. No entanto, outros grupos familiares, há muitas décadas, já habitavam as terras das antigas fazendas distantes do centro político de Januária. A partir do cruzamento de dados, pude chegar até meados dos anos de 1850 e encontrar informações com base em sobrenomes das principais famílias que compõem a cadeia dominial das áreas dessas antigas fazendas.

Em documento datado de 1904, **Ezequiel Ribeiro da Silva** e sua esposa **Brígida Rodrigues (Reis) de Oliveira**, aparecem negociando terras na fazenda Alegre que herdaram de **José Gualberto Ribeiro da Silva**, pai e sogro respectivamente. Nesse mesmo processo também aparecem **Mariano Ribeiro da Silva** e **Cândida Alves da Silva**, que negociaram

terras de herança do mesmo José Gualberto da Silva, ainda em 1903. A partir das árvores genealógicas e do cruzamento com os documentos da divisão de terras da fazenda Alegre, datado de 1924, cheguei à seguinte genealogia:

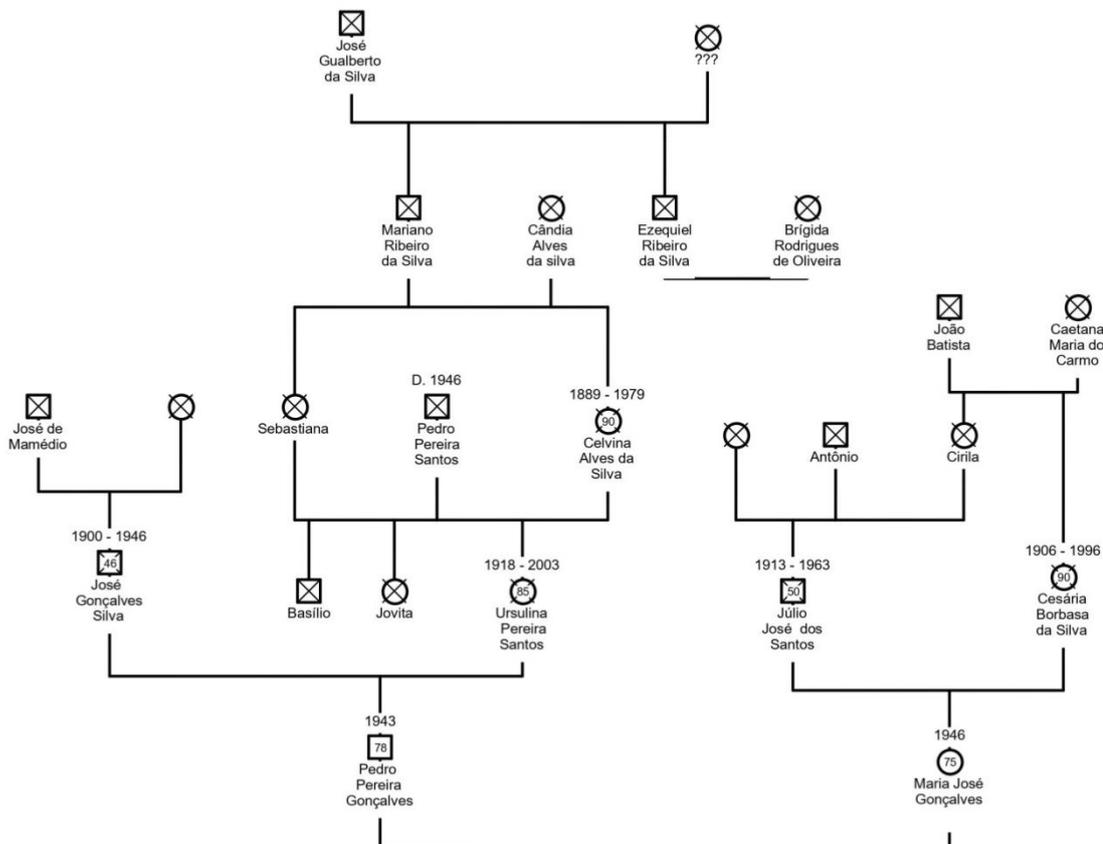


Figura 10: parte da ascendência de Seu Pedro, comunidade de Poções.

As terras da família de Seu Pedro Pereira Gonçalves localizam-se na fazenda Alegre, como pude observar, em novembro de 2019, no croqui da divisão dessa fazenda disponível no Fórum de Januária. O avô de seu Pedro, Pedro Pereira dos Santos, aparece como agregado de Cândida Alves da Silva<sup>105</sup>, proprietária de expressivas áreas dentro do Alegre, próxima ao curso da vereda de mesmo nome. Também é importante observar que Pedro Pereira se relacionou com Celvina e Sebastiana, ambas filhas de Cândida e Mariano. Veremos que os matrimônios intrafamiliares são algo comum entre as famílias das comunidades veredeiras da região.

Ainda na mesma área da fazenda Alegre, outros importantes nomes foram mapeados a partir da genealogia da família de Seu Bauzinho (Laurimar de Jesus), da comunidade de

<sup>105</sup> Cândida Alves da Silva aparece como “cabeça de casal no arrolamento e partilha” dos bens deixados pelo marido Mariano Ribeiro da Silva, reclamando terras no valor de 29.340 reis em 1918. Fonte: Processo de Divisão da Fazenda Alegre, de 1924, localizado no Fórum de Januária. Acesso em 09 de novembro de 2019.

Traçadal, trata-se dos irmãos Roberto e Bernardo Gomes Negrão, vinculados à ascendência paterna, e Guilherme Ferreira, localizado na ascendência materna. Seu Bauzinho conta que os irmãos Roberto e Bernardo eram nascidos na região do Alegre, já seu avô materno, Guilherme, era gurutubano, ou seja, de origem do Vale do Gurutuba<sup>106</sup>, importante região reconhecida por abrigar um complexo de comunidades quilombolas de mesmo nome. Explicou Bauzinho que:

*Meus avós eram da região, só um dos avôs que era de Gurutuba, Guilherme. Na verdade, essa área aqui, muito grande, era de dois irmãos. Era do meu avô, Roberto, e do irmão dele, Bernardo. Era um mundo de terra aqui, mas foi vendendo as terras, os fazendeiros foram comprando (Bauzinho, Traçadal, 10 de abril de 2019).*

Curioso observar que a categoria “fazendeiro”, geralmente é aplicada ao indivíduo de fora que se relaciona com a terra de modo diferente daqueles nascidos localmente, ou seja, não mantêm relações profundas com o lugar, mas o utiliza única e exclusivamente para ganhos econômicos. Ao longo da pesquisa não presenciei o uso da categoria “fazendeiro” para se referirem aos indivíduos e famílias das próprias comunidades. É muito pouco provável tratar aqueles com vínculos familiares, mesmo os mais antigos que detinham grandes extensões de terras, como fazendeiro.

Seu Dedé (José Virgulino), da comunidade de Barra de Mandins, primo de Bauzinho, contou que as terras pertencentes aos irmãos Negrão eram muito grandes e eram reconhecidos por possuírem um número expressivo de cabeças de gado espalhadas nas áreas de chapada. Relembrou Rômulo, filho de Dedé, que o finado Bernardo teve briga com o finado Joaquim Gobira<sup>107</sup>, seu primo, por conta da divisão de terras do Alegre.

*Tanto que aquela terra que nós passamos em Pandeiros ali, já é de briga do finado Bernardo. As terras de Bernardo iam até Pandeiros, que pertencia a ele também, mas antigamente, o terreno pertencia a uma pessoa e outra chegava e dizia que iria fazer uma casa ali e não tinha problema. O pessoal não tinha essa ganância que tem hoje por terra. Tanto que finado Bernardo ganhou a questão e doou, tem um documento de 1930, doou 04 alqueires para ele. É a beirada do rio acima de onde nós paramos lá na escola (Seu Dedé, Barra de Mandins, 10 de abril de 2019).*

Não tive condições de conseguir informações suficientes sobre o vínculo familiar entre os irmãos Negrão e Joaquim Gobira. No entanto, ao tratar dessas comunidades, temos uma

---

<sup>106</sup> Sobre o povo gurutubano, ver Aderval Costa Filho (2008).

<sup>107</sup> Joaquim Gobira era morador da comunidade de Pandeiros e parente de Bernardo, bisavô de Rômulo. Tinha muitas terras na região e chegou a ter demandas por terras em Pandeiros com Bernardo, e na justiça ganhou a causa. Na construção da genealogia não foi possível estabelecer o vínculo familiar, faz-se necessário maior aprofundamento documental.

densa rede familiar com vínculos consanguíneos e de consideração espalhadas por diferentes comunidades e fazendas.

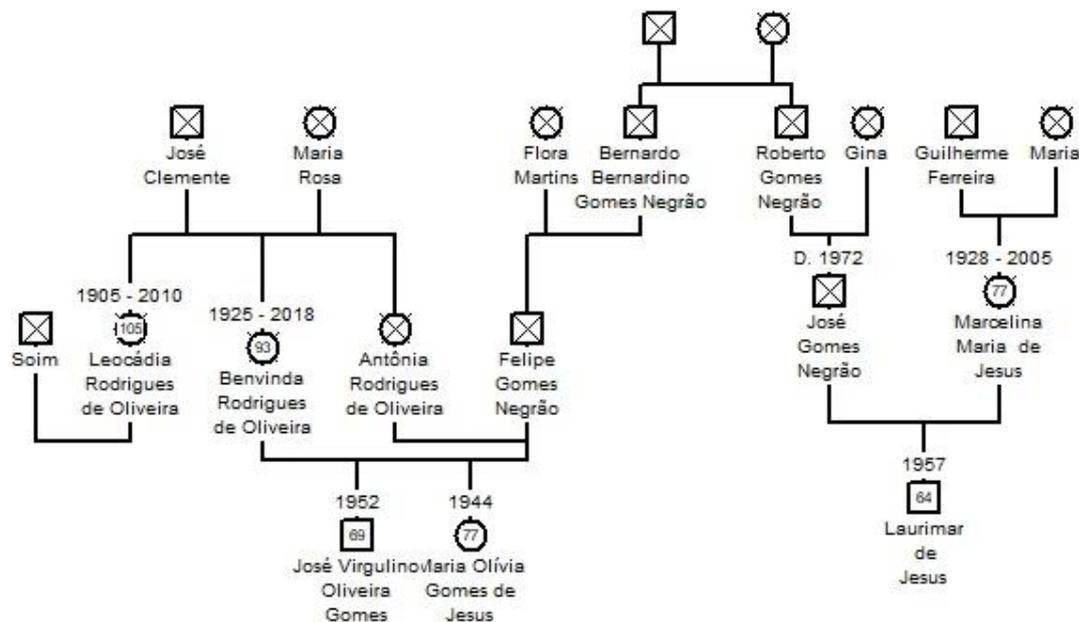


Figura 11: parte da ascendência de Seu Bauzinho e Seu Dedé, comunidade de Traçadal e Barra de Mandis.

De acordo com o “Quadro Demonstrativo” presente nos autos do processo de divisão da Fazenda Alegre, **Joaquim Barbosa Gobira** era um dos maiores possuidores de terras dentro dessa antiga fazenda, aproximadamente 1.882 ha. Ele foi herdeiro de **Clemente Teixeira Barbosa**, por ser cabeça de sua mulher Dona Maria Rosa de Jesus. Também recebeu herança de sua sogra Umbelina Rosa de Jesus, cujo formal de partilha é de 1903<sup>108</sup>. Foi ele quem, em 1922, entrou com o pedido para divisão das terras da fazenda Alegre. Nos documentos podemos verificar o memorial descritivo e características da área delimitada:

[...] A fazenda denominada Alegre está situada no município de Januária, distrito de Brejo do Amparo e fica a margem direita do rio Pandeiros. Ela dista de 60 quilômetros da sede do município e limita-se, ao norte, com as fazendas de São Francisco, Pico e Flores, a este com as de Santa Maria da Vereda e Palmeira, a oeste, com a de Buracos e Angicos e por último limitou-se ao sul com a fazenda Rio do Peixe. As suas terras são atravessadas na direção este-oeste por três veredas, sendo duas muito pequenas e uma mais importante, a do Alegre, cujo percurso é de quase 12 quilômetros de extensão.

[...] A não ser casas de moradia, roças e cercados não existem outras benfeitorias[...]

[...] As culturas existentes são a do milho, da cana do feijão, da mandioca e do algodão; mas todos em mui pequena escala de modo que sua produção é diminuta.<sup>109</sup>

<sup>108</sup> Sobre os vínculos familiares entre Joaquim Barbosa Gobira e Umbelina Rosa de Jesus, apresentarei mais adiante árvore genealógica.

<sup>109</sup> Processo de divisão da fazenda Alegre, 1922, Fórum di Januária. Acesso presencial em: 05 de dezembro de 2019.

Documentos da época trazem informação sobre a 1ª audiência com objetivo de contratação de agrimensor para divisão das terras da Fazenda Alegre, onde todos os condôminos deveriam arcar com as despesas do profissional contratado. O advogado contratado por Joaquim Gobira, para divisão da fazenda Alegre, foi João Moreira de Castro, que posteriormente passou a ser representante legal de outros condôminos. A família Castro faz parte da história de Januária por serem grandes proprietários de terras e manterem forte influência no mercado de terras da região.

No documento intitulado “Auto de Orçamento” de 1924 – a Fazenda Alegre é descrita como tendo um total de 25.083 hectares, dos quais 800 eram terras de cultura e 24.283 terras de campo ou, como classificadas no capítulo anterior, chapadas. Essas terras foram avaliadas pelos arbitradores da época por 30 mil réis, o alqueire geométrico de cultura, e 10 mil réis, o de campo.

No “Quadro Demonstrativo” dos valores e honorários do serviço de agrimensura temos importantes informações sobre as dimensões territoriais e valores cobrados pelos serviços do agrimensor. As terras de **Bernardo Gomes Negrão** somavam um total de **940,87 ha** e foram avaliadas em **2:064\$498** contos de réis, sendo que os honorários do agrimensor foram de **940\$870 réis**, algo próximo de **45% do valor total** de suas terras. Já as terras de **Cândida Alves** atingiam uma área de **343,67 ha** e foram avaliadas em **1:005\$876** contos de réis, sendo que o valor cobrado pelo honorário foi de **343.670 réis**, ou seja, **34% do valor total**. As terras de **Maria Rosa de Jesus** abrangiam uma área de **110,63 ha** e foram avaliadas por **228\$576 réis** e o valor dos honorários do agrimensor foram de **110\$630 réis**, aproximadamente **48% do valor total** das terras. Importante ressaltar que a variação dos valores se dá pela característica da terra, campo (chapadas) ou terra de cultura. Todavia, chama atenção os altos valores dos serviços do agrimensor se comparado com o preço final das áreas delimitadas. Voltarei ao tema mais à frente.

Outro ponto interessante trazido pelos documentos da época diz respeito à quantidade de terras de “ausentes, incertos e desconhecidos”, categoria fundamental para entendermos as áreas de uso comum utilizadas pelas comunidades veredeiras, áreas essas de grande importância para a dinâmica de criação de gado e extrativismo. Um total de **1.204,35 ha**<sup>110</sup> foram classificados de tal modo, sendo que toda sua dimensão está localizada em áreas de

---

<sup>110</sup> Os valores foram calculados com base no “Quadro Demonstrativo” da divisão da fazenda Alegre, juntamente com os dados disponíveis pelos arbitradores que apontaram o valor de 30 mil réis para o alqueire geométrico de terras de cultura e 10 mil réis para o alqueire geométrico de terras de campo.

campo/chapada. Dessa forma, se compararmos às demais terras, percebemos que as famílias sempre buscam ocupar áreas que estão próximas às terras de cultura e veredas pela possibilidade de maior produção e acesso à água.

Outro nome marcante entre as comunidades veredeiras foi o do velho Tonicão. Seu Manuel de Dalva, comunidade de Barra do Tamboril, explicou que Antônio Rodrigues Nunes (velho Tonicão) possuía grandes extensões de terras, algo como 3 mil alqueires distribuídos entre as fazendas Alegre, Angico, Floriano e Flores. Em uma conversão direta, de alqueire para hectare, tomando como base a medida de 1 alqueire = 4,84 hectares, chega-se à uma área de aproximadamente 14.500 ha.

*Ele mandava, daqui do Murici, que para lá já é Floriano, e vai virando aqui até Pandeiros. Essa Sussuarana, Galho de Dentro, Pindaibal. Esses trem tudo era terra que pertenceu ele. Um mucado ele foi dando pedaço de terra, outro foi vendendo barato para ir pagando pouco imposto. Aí, veio essas firmas e comprou um mucado (Seu Manuel, Barra do Tamboril, maio de 2019).*

Nos documentos que compõem o processo de divisão da fazenda Alegre, observa-se um intenso fluxo de compra e venda de terras entre as pessoas do mesmo lugar, sejam pequenas ou grandes áreas. Nos autos do processo constam documentos onde o velho Tonicão e sua esposa, Maria Rosa Nunes, vendiam duas partes de terras com área de 03 alqueires, localizados na fazenda Alegre, para José de Almeida Barbosa, cuja escritura pública data de 1921. O valor pago foi de 14\$713 e 2\$222 réis. As terras se localizam em área denominada Taboca (próxima de Vereda Grande/Mandins) e onde se encontrava uma casinha coberta de palha com uma cerca de madeira branca. Tais terras fazem parte de herança recebida por Tonicão de Umbellina Rosa de Jesus e de seu Clemente Teixeira Barbosa, avós maternos de Maria Rosa Nunes. Para se compreender os vínculos familiares, apresento a árvore genealógica que se segue.

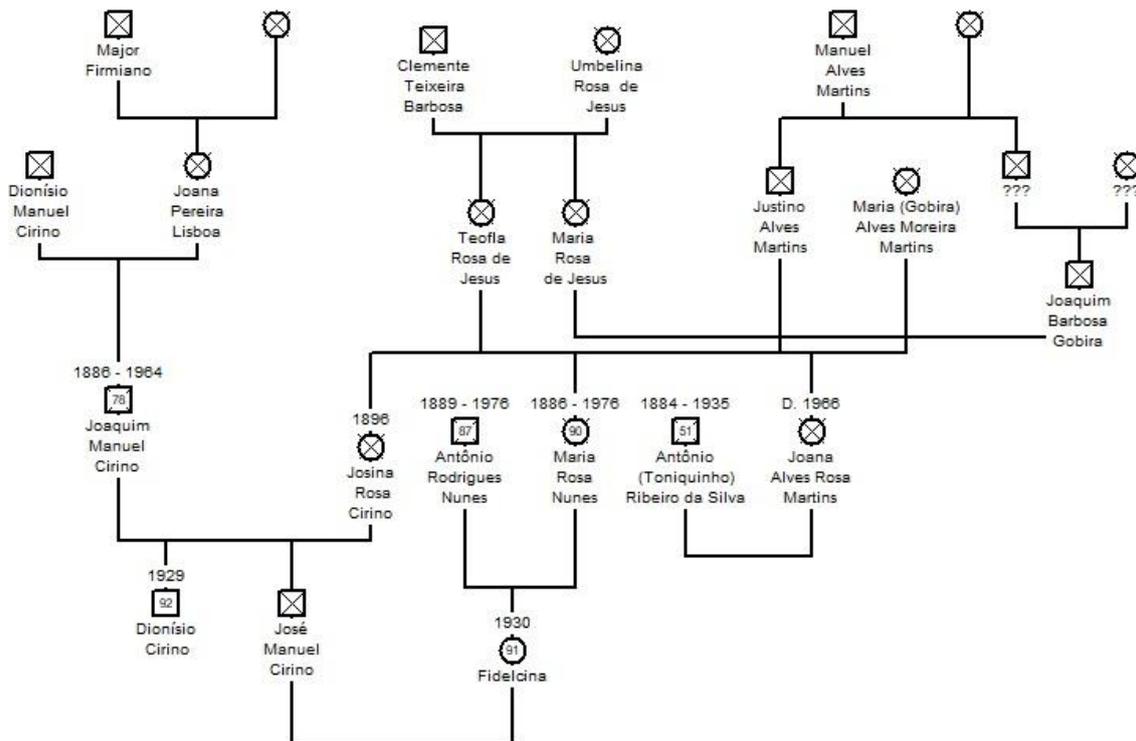


Figura 12: Vínculos familiares entre as famílias e Joaquim Manuel Cirino e Antônio Rodrigues Nunes (Tonicão)

Já no “Laudo de classificação e avaliação das terras da **fazenda ‘Angico’**”, datado de 30 de julho de 1931, o agrimensor, Jonas Lisboa, delimitou as áreas de cultura em 83.040 ares a 050 réis, na importância de 4:152\$000; campo com área de 2.251.548 ares a 010 réis, sendo o are (100m<sup>2</sup>) avaliado na importância de 22:515\$480 réis. Valores esses que perfaziam um total de 26:667\$480 réis. A área total da fazenda Angico era de 2.334.588 ares ou 23.345,88 hectares. Nos mesmos autos, no documento “Synopsis da especifica area e valores das glebas pertencentes aos socios da fazenda Angicos” de 18 de junho de 1931, **Antônio Rodrigues Nunes** (Tonicão) detinha uma área de 40.200 ares em terras de cultura e 739.215 ares em áreas de campo, sendo ele proprietário de um total de 779.415 ares ou 7.794,15 hectares.

Seu Anísio, bisneto de Tonicão, morador da comunidade de Barra do Tamboril (entrevista em maio de 2019), explicou que a família de seu bisavô veio deslocada da Bahia, fugidos das secas que assolaram a região na segunda metade do século XIX. Sua esposa, Maria Rosa Nunes, nasceu no Tejuco e tinha vínculos familiares com a família dos Gobira e dos Cirinos, uma das famílias mais antigas de São Joaquim. Essas ligações também podem ser observadas no esquema genealógico apresentado anteriormente.

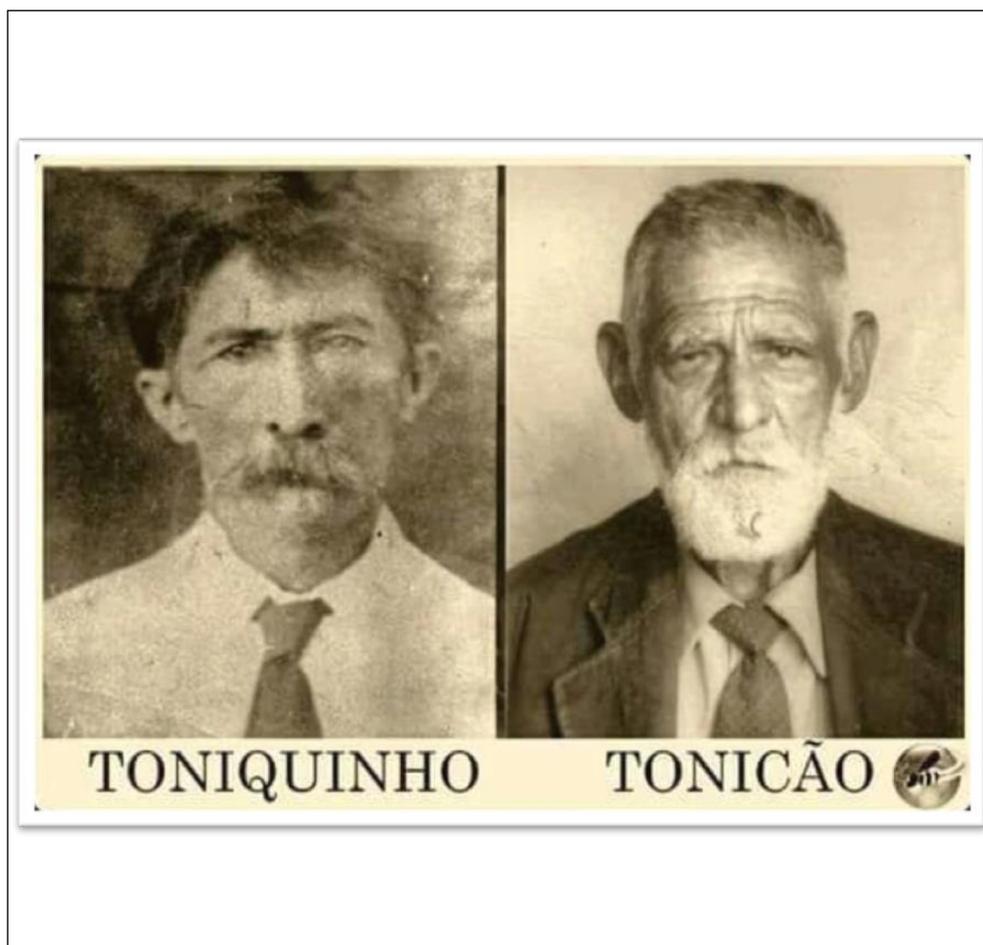


Imagem 2: Toniquinho e Tonicão  
Fonte: Arquivo pessoal da família, Barra do Tamboril, Januária-MG

Nos documentos de divisão da fazenda Floriano é possível identificar escritura pública, datada de 1932, feita entre Joaquim Manoel Cyrino e o casal Antônio Rodrigues Nunes e Maria Rosa Nunes, referente à venda de porção de terra localizada nessa fazenda, cuja área era de 03 alqueires, cerca de 14,5 ha, e uma fração de terra na área da passagem da Jabuticaba. Nesse período, Tonicão e Maria Rosa Nunes residiam na localidade denominada Gentio, próximo ao rio Pardo. No documento consta que a área foi recebida como herança via inventário de **Felipe Alves Martins** que, devido ao sobrenome, podemos suspeitar se tratar de um vínculo familiar localizado uma ou duas gerações da ascendência paterna de Maria Rosa Nunes, situado na terceira ou quarta geração da genealogia apresentada anteriormente.

Seu Dionísio Cyrino contou que foi seu pai, Joaquim Manuel Cirino, 78 anos (1886-1964), que, vindo da região do Pandeiros, foi o primeiro a dividir as terras em São Joaquim. Ele comprou parte da antiga fazenda Floriano ou Lagoa, mas ressalta que quando chegou já haviam muitas famílias que habitavam aquelas terras há muitas gerações. Afirma Seu Dionísio que *“meu pai gastou muito dinheiro com agrimensor. Que antigamente o camarada*

*pagava sem medir, né! E aí, nas terras de meu pai, foi tudo dividido as terras. Ninguém pode entrar”*. (Entrevista em 17 de maio de 2019).

O nome de Joaquim Manoel Cyrino foi localizado no Edital de convocação, de 1936, onde seu procurador, João Moreira de Castro, requeria a divisão da fazenda Floriano ou Lagôa, cujo limites apresentados eram:

[...] da cabeceira da vereda Salto, seguem em linha reta à cabeceira da vereda grande, dali águas vertentes até a cabeceira da Jabuticaba, dali, em linha reta, a cabeceira de Sussuarana, dali, seguem por esta abaixo até a sua barra no rio Pardo, dali, seguem por este abaixo até a barra do Jabuticaba, dali por este acima até a barra do Salto e por este acima até a sua cabeceira, onde começaram.<sup>111</sup>

O edital convocava todos os “supostos condôminos, ausentes, incertos e desconhecidos que por ventura existam...” para se manifestarem e integrarem o processo para a divisão da dita fazenda.

O “Memorial descritivo e caderneta de campo” da medição judicial da fazenda “Floriano ou Lagôa” aponta que a mesma possuía um total de 17.640 hectares sendo que seus limites são:

[...] começando na cabeceira da vereda Salto, seguem por esta abaixo até a sua barra no ribeirão Jabuticaba; daí, seguem por esta abaixo até a sua barra no rio Pardo; daí, seguem por este acima até a barra da vereda Sussuarana; daí, seguem por esta acima até o marco cravado na cabeceira do ribeirão da Jabuticaba; daí segue águas vertentes até a cabeceira da vereda Grande; daí seguem em linha reta à cabeceira da vereda Salto, onde se deu início.<sup>112</sup>

Entre os aspectos físicos, o documento aponta que o solo é em sua maior parte levemente ondulado, compõem-se de baixões do rio Pardo e ribeirão da Jabuticaba, é cortada por diversas veredas e grotas: as da Ponte, Rato, Três Irmãos ao Norte, as do Logradouro, vereda Grande e outras ao nascente; as do Alma (não identificado), S. Francisco, Barreiro e outras ao Sul as de Lagoa, Retiro, a Oeste. Suas terras se prestam à cultura da cana, do arroz e, as mais altas, para o milho, o algodão, a mamona, a mandioca, “sendo de notar-se que o principal plantio é o do arroz que vegeta admiravelmente em todas as veredas dos Gerais”. No documento intitulado “Laudo” avaliam que: “os campos, geralmente de ótimas pastagens, para criação de gado que é a principal indústria do imóvel, e os matos, geralmente escassos, para a lavoura, que é pouco desenvolvida devida a falta de meios de transporte para seus produtos”. O imóvel foi avaliado em 2\$500 o hectare sendo que o valor total foi de 44:100\$000 (quarenta e quatro contos e cem mil réis), ou seja, a área da fazenda Floriano ou

<sup>111</sup> Edital de convocação, de 1936, Fórum de Januária. Acesso presencial em: 05 de dezembro de 2019.

<sup>112</sup> Memorial descritivo e caderneta de campo, de 1936, Fórum de Januária. Acesso em: 05 de dezembro de 2019.

Lagôa abrangia um total de 17.640 hectares. Desse todo, Joaquim Manoel Cyrino possuía terras de 392 hectares no valor total de 980\$000, sendo esse quinhão dividido em três glebas.

Sobre a dinâmica deflagrada com a onda de medição das antigas fazendas da região, algo que podemos classificar como razão instrumental do Estado (QUIJANO, 1988; LITTLE, 2002), é importante notar a relação estabelecida entre agrimensores, estrutura cartorial local e prefeitura municipal. As famílias Castro e Lisboa<sup>113</sup>, grupos influentes ao longo da história de Januária, tiveram grande participação nas dinâmicas de terras envolvendo as comunidades veredeiras. Como narrou Seu Manuel sobre o inventário das terras de Tonicão:

*Val Castro (João Moreira de Castro) e Major Brito pegou uma sindicância das terras do velho Tonicão, uma herança, para dividir com os filhos. Por exemplo: aqui o velho Tonicão tinha essas terras aqui. Aí, os filhos de Tonicão precisava tudo de receber aquela herança, mas eles não quiseram correr atrás. Puseram na mão de outro para correr atrás, que era o Val Castro. E aí, Val Castro dividia a terra, mas só entregava para o filho se entregasse tantos alqueires para ele. O maior herdeiro de velho Tonicão foi o Val Castro (João Moreira de Castro) e Major Brito (talvez Major João Carlos Brito) (Seu Manoel, Barra do Tamboril, maio de 2019).*

Como pudemos verificar no Quadro Demonstrativo da divisão da fazenda Alegre, fator primordial para atentarmos está nos valores cobrados pelo agrimensor das famílias que tiveram suas terras divididas. Muitas delas não tiveram condições de arcar financeiramente com os custos de regularização fundiária. Assim, como já observado, essas famílias eram obrigadas a repassarem parte de suas terras aos agrimensores, advogados, donos de cartório ou qualquer outro intermediário, que por alguma razão, se achasse no direito de cobrar algum serviço burocrático. Esse movimento possibilitou grande concentração de terras pela elite política da região, abrindo caminhos para outras formas de “grilagem judicial” que passaram a ocorrer com a chegada das empresas na década de 1970 e 1980.

Sobre as posses e vendas de terras, é importante compreender que, em se tratando do Norte de Minas Gerais, deter grandes extensões de terras no final do século XIX ou início do século XX, não necessariamente significava ser abastado financeiramente. Ainda mais em se tratando de terras de campo (chapadas) que podiam ter seu preço três vezes menor que as terras de cultura localizadas, principalmente, nas áreas de mata. Para modo de exemplo, os documentos da divisão da Fazenda Alegre (1924) avaliavam 25 alqueires no valor de 100\$000 réis, sendo que uma cabeça de gado vacuum era avaliada por cerca de 09\$000 réis, ou seja, uma cabeça de gado valia mais que o dobro de um alqueire. Nas palavras de Seu Antônio de Chiquinho até os anos de 1970 “*tinha que ter gado para ser gente. Tinha que ter algo para*

---

<sup>113</sup> O cartório de registro civil de Januária leva o nome de Cartório Mario José Lisboa que foi prefeito de Januária por vários mandatos: 1946-1947; 1948-1951; 1955-1958; 1967-1970.

*viver e algo era gado*” (entrevista em dezembro de 2019). Trabalharei esse tema de forma mais detida no próximo capítulo, mas é importante dizer que a relação desenvolvida com o gado e seu manejo é parte fundamental da vida das comunidades veredeiras, seja como forma de controle e gestão territorial, seja como elemento estruturador das relações familiares, seja como forma de reserva econômica para gestão financeira familiar e de produção.

Os processos de divisão de terras ocorridos nos idos das décadas de 1920 e 1930 são, talvez, a primeira mudança drástica nas formas de se relacionar com o espaço/ambiente/território, principalmente no que tange à organização das terras de uso comum. O primeiro fato que se observa é que, mesmo as áreas coletivas, tinham sua dinâmica baseada nas relações familiares extensas e não aberta a qualquer membro da comunidade. O segundo ponto é que, não somente os indivíduos de fora passaram a ter documentos das terras, mas também membros das próprias comunidades regularizaram suas terras no “tempo das divisões”, mesmo que tal regularização tenha fomentado a perda de grandes áreas. No entanto, inicia-se aí a construção de uma racionalidade institucional externa àquela das comunidades veredeiras que por gerações habitaram aquelas matas, chapadas e veredas. A chegada dos agrimensores e as novas exigências por parte do poder estatal trazem a ideia de “um sistema de ação racional” que é incorporado como uma forma objetiva de construção da realidade. Arturo Escobar, ao se debruçar sobre a construção da realidade via mecanismos institucionais, chama atenção para que tal discurso e ações não devem ser tomadas como “registros objetivos da realidade”, mas sim como mecanismos que contribuem para construção de formas de consciência baseadas em um contexto ideológico institucional, que formam uma realidade específica: “las categorías no son para nada neutrales; antes bien, incorporan relaciones concretas de poder e influyen en las categorías con las que pensamos y actuamos” (ESCOBAR, 2007, 189). Nesse sentido, as categorias operadas são inventadas e mantidas pelas instituições sobre uma base contínua, como parte de um processo aparentemente racional, mas que ao fim é fundamentalmente político. Desse modo, é notório que a Lei de Terras de 1850 foi instrumento objetivo para limitar o acesso formal de terras a grupos específicos da sociedade brasileira, entre eles indígenas, negros, camponeses, imigrantes e toda sorte de coletivos que não se enquadravam às pretensões das elites políticas nacional e locais. A mesma lógica ocorrerá com a chegada das políticas de desenvolvimento no sertão.

## 4.2 O SERTÃO COMO LABORATÓRIO PARA DIVERSIFICAÇÃO PRODUTIVA

*“Quem se acostuma com a má vida, quando perde tem saudade”.*

Antônio Seiscentos, Comunidade de Capivara

A frase de Seu Antônio, como tantas outras, parece extraída de alguma das obras de João Guimarães Rosa. Refere-se ao fato de que, mesmo com toda a dificuldade da vida cotidiana no território veredeiro, com a distância da cidade, com os períodos de seca, a vida era muito melhor antes da chegada das empresas. Preferia a “má vida” que se dava a partir dos desafios da relação com o ambiente que viver as consequências de toda a degradação ambiental e falta de água que passam hoje.

A compreensão dos processos de violência e impacto ambiental vividos pelas comunidades veredeiras ao longo das últimas décadas só é possível a partir do entendimento das transformações e estratégias tecnológicas que fizeram do Cerrado uma espécie de laboratório para o desenvolvimento da indústria agrícola contemporânea no Brasil. Tal movimento se insere internacionalmente naquilo que foi denominado Revolução Verde, que deve ser compreendida como parte da cosmologia do desenvolvimento que passa a ser propagada a partir dos idos da Segunda Guerra Mundial, patrocinada pelo grupo Rockefeller. Trata-se de mecanismos do que poderíamos chamar de “invenção de novas realidades” que passaram a moldar as ações políticas para países em desenvolvimento.

Marco fundador desses novos preceitos, o discurso de Harry Truman, de 1949, apontava que a pobreza representava o principal obstáculo e ameaça às áreas mais prósperas do mundo, os países desenvolvidos. Era através do conhecimento técnico desses países, acumulado ao longo do desenvolvimento científico ocorrido após duas grandes guerras, que seria possível lograr acesso a uma vida melhor, vinculada aos programas de desenvolvimento baseados nos conceitos de trato justo e democrático (TRUMAN, 1964). O entendimento dominante tinha como base os preceitos onde o rápido crescimento populacional aliado a uma produção insuficiente de alimentos fomentasse as principais causas da fome e da instabilidade política no Terceiro Mundo. Modelos políticos, econômicos e tecnológicos tinham como fim criar diretrizes e impor caminhos aos países da Ásia, África e América Latina, com o pretenso objetivo de tornarem-se “clones” daqueles países ocidentais que se compreendiam como racionais e economicamente avançados. Todavia, esses mesmos mecanismos tinham ferramentas próprias para que isso não acontecesse. (ESCOBAR, 2017).

Nessa perspectiva, o caminho para a paz e prosperidade, almejada aos moldes modernos, era produzir mais, onde a chave para esse aumento produtivo em escala global era o conhecimento técnico científico, cujos pilares eram o capital, a ciência e a tecnologia. Evidente que não fazia parte dos planos dos idealizadores ajudar os países considerados atrasados a remover as estruturas tradicionais de poder, consideradas o maior de todos os obstáculos para se alcançar algum tipo de equidade social. Ao mesmo tempo em que as tecnologias da Revolução Verde eram vistas como ferramentas para produção de alimentos e combate à fome, também eram instrumento político contra o crescimento das doutrinas de esquerda no campo, como uma espécie de “new foodweapon” – utilização da produção de alimento/sementes como ferramenta nas relações de poder internacionais. (DUTRA, SOUZA, 2017).

A Revolução Verde se insere em um contexto geopolítico de Guerra Fria e intensa intervenção política e militar. A busca se concentrava em áreas de influência a nível mundial, estabelecendo como parâmetro altos níveis de industrialização, urbanização, tecnificação da agricultura e aumento da capacidade produtiva. Tratava-se de frear o avanço “comunista” que se entranhava em países terceiro mundistas, via movimentos camponeses e reconfiguração das bases produtivas do sul global com abertura de novos mercados, criando maior dependência tecnológica de produtos e insumos dos países do norte. Argumenta Arturo Escobar (2007) que a Revolução Verde, por meio da implementação de novas tecnologias para o desenvolvimento agroindustrial integrado à concentração de terras advinda dos mecanismos de regularização fundiária, deve ser entendida como forma de dominação onde o discurso de combate à fome e a pobreza é um dos seus pilares de sustentação.

[...] el cuerpo del desnutrido – el “africano” muerto de hambre que ocupó las portadas de tantas revistas occidentales; o el letárgico niño sudamericano “adoptado” por dieciséis dólares mensuales que aparecía en los anuncios de las mismas revistas – constituye el símbolo por excelencia del poder que tiene el Primer Mundo sobre el Tercero (ESCOBAR, 2007, p. 180).

Carlos Walter Porto-Gonçalves chama atenção de como as frentes desenvolvimentistas se globalizaram por meio dos agentes que se reafirmaram em escala global, entre eles as oligarquias financeiras e industriais vinculadas aos grupos políticos de centros globais aliados com setores hegemônicos dos países “em desenvolvimento”, como as oligarquias latifundiárias que, em países como o Brasil, se confundem com os setores industriais e gestores estatais e mesmo militares nacionalistas. Para esses grupos, a Revolução Verde surgiu como uma benção, abrindo caminho para uma modernização conservadora, que contribuiu para maior concentração de terras, expulsão de pequenos produtores rurais,

exploração profunda e inconsequente de biomas como o Cerrado. No Brasil, destaca o autor, “mais uma vez, como desde sempre, a modernização foi colonização” (2006, p. 25).

A Revolução Verde teve duas distintas fases de desenvolvimento. A pioneira, entre 1943 a 1965, onde se realizou experimentos no México, com o trigo, nas Filipinas, com o arroz, e nos Estados Unidos, com trigo e milho. A segunda fase foi de expansão dos programas, iniciada a partir de 1965, onde a Fundação Rockefeller patrocinou projetos-piloto em países selecionados para o desenvolvimento de pesquisas especializadas e experiências com sementes modificadas. Os principais pilares que sustentaram o projeto de revolução tecnológica no campo foram: o uso intensivo do solo, privilegiando populações geneticamente homogêneas de grãos modificados, em especial arroz, trigo e milho; desenvolvimento de sistemas de irrigação com grande controle e consumo de água; aplicação de fertilizantes minerais e controle químico de pragas. A perspectiva do cultivar a terra é totalmente alterada quando as formas de cultivos agrícolas passam a ter caráter industrial e sua produção é maximizada pelo aporte de insumos implementados. Independentemente do local de plantio, a eficiência produtiva é potencializada pela manipulação genética, produzindo sementes resistentes a pragas e variações climáticas, sendo a terra e o ambiente transformados em simples suportes onde as raízes ficam ancoradas (GLIESSMANN, 2001). Para Anna Tsing (2019) as *plantations*, que se estruturaram desde a Revolução Verde, tiveram entre seus impactos a capacidade de coagir as plantas a crescerem sem a participação de outros organismos, como fungos, insetos, mamíferos, aves, lagartos, mesmo outras plantas que passaram a ser tratados como seres invasores às monótonas plantações ou desertos verdes. Os nutrientes fornecidos dessa interação foram substituídos por fertilizantes não orgânicos, obtidos pela mineração, a partir de indústrias químicas. Trata-se da mutilação e simplificação de plantas cultivadas, de modo que elas percam a capacidade de participar em mundos de múltiplas espécies. Rompe-se com um ciclo de interação entre organismos em seus ambientes.

No Brasil, a modernização da agricultura teve como principal financiador o Estado brasileiro, via política de crédito rural por meio do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), criado em 1965. Iniciou-se na região sul em 1950, mas teve como espaço privilegiado de implantação o Cerrado. Entre outros fatores, contaram a facilidade de mecanização nas áreas planas de chapadas e a garantia de preços competitivos no mercado internacional. Todavia, a estratégia foi legitimada, em grande medida, pelo falso entendimento de que esse bioma seria menos frágil que os demais, ou seja, tinha como característica a capacidade natural de se recuperar quando extremamente degradado (VIA CAMPESINA,

2004; SILVA, 1999; PORTO-GONÇALVES, 2019; PESSÔA, 2020). O argumento foi reafirmado por uma série de acadêmicos da época, entre eles, Mário Guimarães Ferri, renomado estudioso da ecologia dos Cerrados:

Os ecossistemas do Cerrado são, sem dúvida, menos frágeis que os da Amazônia. Melhor, pois, começar a exploração agropecuária no Cerrado. Enquanto isso, podem-se desenvolver pesquisas que nos ensinem como utilizar de modo racional a Amazônia, sem que ela venha a sofrer os mesmos riscos de hoje. Assim, poderemos usufruir de suas riquezas e ao mesmo tempo preservar, para as gerações futuras, esse inestimável patrimônio que nos legou a Natureza. (FERRI, 1977, p.55).

Durante a década de 1970 estudos foram desenvolvidos para contribuir com formas de correção de solo e possibilitar a extensão das lavouras, principalmente de soja devido ao seu alto rendimento. A criação do Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado (CPAC) da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), em 1973, colaborou diretamente para esse projeto. No entanto, torna-se importante lembrar que o período político era de Ditadura Militar (1964-1984) e o projeto em curso era de possibilitar o “desenvolvimento” do país. Sob a euforia do Milagre Econômico, entre as estratégias utilizadas estava aplicar medidas que levassem ao maior estreitamento entre o setor agrícola e o setor urbano industrial. Ao final da década de 1970, o campo encontrava-se intimamente vinculado ao setor industrial (PESSÔA, 2020). É nesse contexto que chegam as empresas agrosiderúrgicas ao território veredeiro e se inicia uma nova realidade de transformação do ambiente nunca vista e imaginada antes.

A partir da década de 1960, o Estado brasileiro e suas unidades federativas passaram a criar um corpo de agências públicas e uma série de programas com o objetivo de fomentar a modernização no campo, com especial atenção àquelas áreas tratadas como vazios demográficos, nesse caso, em particular, o Cerrado. Em Minas Gerais, a principal agência de fomento foi a Fundação Rural Mineira de Colonização e Desenvolvimento Agrário **RURALMINAS**, instituída através da Lei nº 4278 de 21/11/1966. Nesse período, a agência era voltada para implementação de programas e políticas públicas de fomento à modernização da agricultura, além de representar o Estado de Minas Gerais nos processos de legitimação de propriedade e na discriminação de terras públicas dominiais e devolutas (COSTA, 2017). Destacamos aqui alguns dos programas que tiveram impactos diretos na realidade veredeira. O **PROTERRA**, criado em 1971, Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e do Nordeste, serviu de base para o financiamento de compra de terras e investimentos em atividades agropecuárias. Teve como principal objetivo o fomento da pecuária extensiva ou semiextensiva. Foram importantes as leis e os decretos que

regulamentavam incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais, com destaque para a lei nº 5.106 de 02/09/1966 e o decreto lei nº 1.376 de 12/12/74<sup>114</sup>. O **Programa Distritos Florestais**, criado no ano de 1974, foi instaurado em regiões de Cerrado, tendo como objetivo ocupar áreas do Estado consideradas inaproveitadas de modo a usufruir dos incentivos dos programas federais. Uma das principais fontes de investimentos no setor de silvicultura foi o **Fundo de Investimento Setorial (FISSET)**, criado pelo Decreto-Lei nº 1.376, de 12 de dezembro de 1974, para financiar programas de reflorestamento, turismo e pesca. O recurso era repassado diretamente para as empresas e funcionou até o ano de 1986, quando foi esvaziado pela redução de incentivos fiscais.

Entre as frentes de desenvolvimento mais lembradas pelas comunidades veredeiras está o **Programa Pró-Várzea**, cuja produção era voltada para exploração de áreas pantanosas, nascedouros de córregos e rios com brejos e veredas. O referido Programa contou com vultosos incentivos financeiros e fiscais para aquisição de terras em regiões do Norte de Minas Gerais. Tratarei das consequências do Pró-Várzea mais adiante.

Ainda vale destacar o **Projeto de Irrigação Jayba**, responsável pela irrigação de uma área de 18.586 hectares entre os municípios de Jaíba, Matias Cardoso e Verdelândia, localizados no Médio São Francisco, e o **PADSA**, Programa de Assentamento Dirigido à Serra das Araras, que viabilizou a vinda de sulistas para novas áreas de expansão de fronteira agrícola, nas quais receberam terras e o financiamento de infraestruturas produtivas para o plantio da monocultura de soja. Inicialmente se estabeleceram no município de São Francisco e, posteriormente, com o desenvolvimento que impuseram à região, criaram o município de Chapada Gaúcha (CHAVES, RIBEIRO, 2014; COSTA, 2017; DAYRELL, 2019).

Olhando os diferentes períodos de uso e ocupação do Cerrado, percebe-se que um dos períodos mais agressivos foi durante as décadas de 1970 e 1980, em pleno regime ditatorial militar. Assim, para se entender os principais conflitos vivenciados hoje por centenas de comunidades tradicionais da região, é necessário compreender essa ocupação que, em muitos lugares, ocorreu de forma arbitrária e violenta, resultando na expulsão ou exploração de mão de obra das comunidades e famílias que se constituíram em relação com esses ambientes há mais de um século. Entre as consequências dessa ocupação observam-se os deslocamentos compulsórios, o que levou muitas famílias a buscar novas moradas em outras áreas do

---

<sup>114</sup> A Lei nº 5.106 de 02/09/1966 dispõe sobre os incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais, enquanto o Decreto Lei nº 1.376 de 12/12/74 alterou a sistemática de incentivos fiscais concedidos a empreendimentos florestais. No seu artigo primeiro, apontava que as pessoas jurídicas poderiam descontar até 50% do valor do imposto de renda devido na declaração de rendimentos, para a aplicação em empreendimentos florestais, cujos projetos tenham sido aprovados pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF).

Cerrado ou mesmo a se deslocar para periferias das cidades mais próximas como Januária-MG. Em muitos casos, tiveram que reconstruir suas vidas por meio dos subempregos gerados pelas atividades florestais, como, por exemplo, a produção de carvão.

A formação dos grandes maciços florestais de eucalipto existentes nas regiões Norte e do Alto Jequitinhonha foi alavancada pelos incentivos fiscais concedidos pelo Governo Federal, conjuntamente com o Governo Estadual de Minas Gerais. Argumentaram Chaves e Ribeiro (2014) que desde o início dos anos 1960, o estado de Minas Gerais se destacava no cenário nacional como grande produtor de ferro e aço, tendo como matriz energética, até então, o carvão vegetal oriundo de florestas nativas. Com o objetivo de fazer frente ao consumo indiscriminado de materiais lenhosos oriundos de matas nativas do Cerrado, principalmente pelo crescimento da indústria siderúrgica, em meados dos anos 1960, foi promulgada a Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965 (antigo Código Florestal), que obrigava as empresas consumidoras de material lenhoso, a desenvolverem áreas de plantios de florestas para suprir as suas próprias demandas. O artigo 21 determinava que:

Art. 21- As empresas siderúrgicas, de transporte e outras, à base de carvão vegetal, lenha ou outra matéria prima florestal, são obrigadas a manter florestas próprias para a exploração racional ou a formar, diretamente ou por intermédio de empreendimentos dos quais participem, florestas destinadas ao seu suprimento.

Para se adequar às novas exigências legais, havia necessidade de se realizar investimentos na produção de madeira para abastecer os altos-fornos das indústrias siderúrgicas mineiras, localizadas principalmente na região central do estado. Assim, o Governo Federal, em 1973, por meio do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) iniciou estudos com a finalidade de mapear as áreas ociosas ou subaproveitadas, identificando as terras mais apropriadas para o desenvolvimento de atividades florestais. Os estudos abrangeram as regiões Centro Oeste, Norte, Alto Jequitinhonha, Alto Paranaíba e Triângulo Mineiro, resultando em um conjunto de relatórios denominados de Zoneamentos Econômicos Florestais – ZEFs.

De acordo com Chaves & Ribeiro (2014), foram identificados, aproximadamente, 7.500.000 ha (sete milhões e quinhentos mil hectares) de terras disponíveis para o plantio de florestas de eucalipto. Vale notar que toda essa área se concentrava basicamente em regiões do bioma Cerrado e Caatinga. No entanto, grande parte dessas “áreas ociosas” se encontravam sob o domínio de particulares, com exceção das extensas áreas de chapadas das regiões Norte e Alto Jequitinhonha, pois nesses locais havia sido mapeadas grandes porções de terras devolutas. As extensas áreas de chapadas, planas, cobertas por vegetação baixa e retorcida,

apresentavam-se “livres” e “despovoadas”, tornando-se viáveis para a implantação de culturas extensivas. Porém, algo que o levantamento não mapeou foi que essas áreas eram utilizadas há séculos por comunidades que ali se encontravam.

Uma vez cumprido o mapeamento para as novas áreas de exploração, em 1974, a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária de Minas Gerais apresentou um plano de aproveitamento econômico dessas terras, denominado “**Distritos Florestais**”. De imediato, foram disponibilizadas ao setor privado as terras localizadas no Norte e Alto/Médio Jequitinhonha, que abrangiam uma série de municípios, com destaque para: Grão Mogol, Cristália, Salinas, Rio Pardo de Minas, São João do Paraíso, Riacho dos Machados, Botumirim, Turmalina, Itamarandiba, Minas Novas, Capelinha, São Francisco e Buritizeiro. A gestão dos Distritos Florestais ficou sob a responsabilidade da Fundação Rural Mineira (Ruralminas), vinculada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária.

Frente à abundância de “terras ociosas”, de pouco valor comercial e com a facilidade de financiamentos, dezoito empresas públicas e privadas de diversos setores econômicos apresentaram projetos de reflorestamentos simultaneamente para o IBDF e o Governo de Minas Gerais. No entanto, a quantia de terras pleiteada por cada investidor ultrapassava a previsão legal para as terras devolutas, limitada à época em 03 mil hectares. Para resolução do problema, o Governo de Minas Gerais solicitou autorização via Senado Federal e Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Por meio de uma série de resoluções, aprovadas pelo Congresso Nacional em 1976, o Senado autorizou a alienação de grandes áreas do Cerrado. Esses projetos atingiram a quantia de 1.118.000 hectares de terras devolutas, que foram cedidas às empresas para exploração com contratos de arrendamentos provisórios que podiam variar de 20 a 30 anos (CHAVES, RIBEIRO, 2014, p. 323). Como podemos perceber na tabela que se segue, somente no ano de 1976, em Minas Gerais, um total de 1.071.911,60 hectares de terras teve sua alienação autorizada, via Senado Federal, para exploração das empresas de reflorestamento (BRASIL, 1977).

<b>Resolução do Senado Federal</b>	<b>Empresa</b>	<b>Área alienada</b>	<b>Municípios/Localização da área em MG</b>
01/1976	Companhia de Aços Especiais Itabira – Acesita	143.200 ha	Itamarandiba, Turmalina e Minas Novas
09/1976	Plantar Ltda. – Planejamento, Técnica e Administração de Reflorestamentos	61.000 ha	Itacambira e Botumirim
12/1976	Ferragens Antônio Falci S.A.	11.000 ha	Botumirim

27/1976	Florestas Rio Doca S.A.	400.000 ha	Grão-Mogol
39/1976	Carvalho – Projetos e Consultoria Ltda	8.000 ha	Turmalina
40/1976	Adiflor S.A. – Agrocomercial e Industrial	10.711,60 ha	Buritizeiro
41/1976	Metalur Ltda	20.000 ha	Riacho dos Machados
		5.000 ha	Grão-Mogol
42/1976	Fábrica de Papel Santa Teresinha S.A.	62.500 ha	Grão-Mogol
44/1976	Interflora – Florestamento e Reflorestamento Ltda	50.000 ha	Rio Pardo de Minas
45/1976	Florestamentos Minas Gerais S.A.	70.000 ha	São João do Paraíso
46/1976	Movex S.A. – Móveis, Indústria, Comércio e Exportação	12.500 ha	Grão-Mogol
51/1976	REPLASA – Reflorestamento e Planejamento Industrial Sorocaba Ltda.	50.000 ha	São João do Paraíso
52/1976	PROCEL – Empreendimentos Florestais S.C. Ltda.	18.000 ha	Rio Pardo de Minas
53/1976	Planta 7 – Serviços Rurais	40.000 ha	São João do Paraíso
54/1976	Condecrer Ltda. S.C.	50.000 ha	Rio Pardo de Minas
58/1976	Vale do Embaúba – Reflorestamento Ltda.	60.000 ha	Rio Pardo de Minas
<b>Total de hectares alienados</b>		<b>1.071.911,60 ha</b>	

Tabela 8: Conjunto de resoluções do Senado Federal

No decorrer dos anos 1970 e 1980, as atividades de monocultura (eucaliptos e grãos) se expandiram para outros municípios, entre eles Januária-MG, e não se limitaram somente aos contratos entre Estado e particulares. Devido à facilidade de recursos financeiros disponibilizados, amplas áreas de chapadas passaram a ser incorporadas às frentes neocolonizadoras do sertão. Tratava-se da venda de terras públicas para particulares, compra e venda de terras entre particulares, assim como mecanismos de negociações escusos, que abriram possibilidades de variadas formas de grilagem e explorações do ambiente e de seus habitantes. Negociações essas que relacionavam empresas e seus representantes com grupos políticos locais que detinham o controle dos cartórios, dos mecanismos de agrimensura e de grandes áreas adquiridas por meio do endividamento de famílias veredeiras durante o período das grandes divisões. Até o momento é quase impossível ter a real dimensão do montante de terras que foram cedidas, compradas e griladas por empresas para a agroindústria,

impulsionada pelo processo de desenvolvimento tecnológico e fomento público-privado durante o Regime Militar no Norte de Minas Gerais e Jequitinhonha.

#### 4.3 NO TEMPO DAS EMPRESAS

Entre as empresas beneficiadas pelas políticas da Revolução Verde no Cerrado e que tiveram profundo envolvimento com a degradação dos territórios veredeiros, destacam-se o Grupo Plantar Ltda e a empresa Metalur Ltda, mais tarde renomeada e incorporada ao Grupo RIMA Industrial S/A. Fundado em 1967, o Grupo Plantar Ltda expandiu do setor florestal para o de siderurgia a carvão vegetal. Posteriormente, em 2009, através da Plantar Carbon Ambiental, foi responsável pela emissão dos primeiros Créditos de Carbono Florestais (Certified Emission Reduction-CER) no mundo, emitidos com base no Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), acessando recursos do Fundo Global para o Meio Ambiente (GEF) / Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Por sua vez, o Grupo RIMA atua no setor de peças automotivas, metalurgia, reflorestamento e mineração. Sua fundação remete ao ano de 1952, quando foi criada, em São Paulo, a empresa Metalur Ltda. Em 1974, seu fundador, Ricardo Vicintin, funda em Minas Gerais a Eletrometalur S/A. A partir de 1982, essas empresas se fundem no que hoje se conhece como Rima Industrial S/A.

A chegada do Estado, via Ruralminas, e das empresas é talvez a marca mais profunda em relação aos marcos temporais entre as comunidades veredeiras, pois assinalam o processo de rompimento dos relacionamentos dessas famílias com o ambiente da forma que sempre o fizeram. O primeiro impacto sofrido foi com as intervenções da Ruralminas para abertura da BR 749, conhecida localmente como “Federal” ou “Cascalho”, que hoje liga Januária-MG à Chapada Gaúcha-MG passando por São Joaquim. Nota-se que as áreas em questão são constituídas de complexas redes hídricas totalmente interligadas e para qualquer intervenção seria necessário o manejo de brejos, rios, lagoas. Nesse sentido, muitos moradores contam que quem iniciou a drenagem das veredas foi a própria Ruralminas, para instalação de estruturas viárias para estimular os empreendimentos das empresas.

Lalu, filho de seu Pedro, e Dona Maria, sua mãe, contam que a comunidade de Poções carrega esse nome devido à quantidade de água que havia em seu território. Entre as veredas Alegre e do Papagaio formava-se um grande poço.

**Lalu:** *Aqui nesse canto da casa de mãe era uma vereda. Papagaio (vereda) caía ali, Poção caía ali, passava uma lagoa bem ali.*

**Dona Maria:** *A água vinha de lá do Papagaio, vinha de lá da Vereda Cumprida e caía tudo aqui no Poção e corria para cair no Alegre.*

**Lalu:** *Você sabe porque não tem água aqui hoje? Porque antigamente eles (Ruralminas) colocaram um buerinho e a água acumulava quando chovia muito. Aí, eles viram que estava destruindo a estrada, foi na época que a Ruralminas estava construindo essa estrada. Aí, eles construíram o bueiro grande. A água não teve como ficar acumulada mais. É a uns 150 metros pra frente. Dois bueirão enorme. Aí a água não firmou mais não.*

**Breno:** *Quando a Ruralminas construiu essa estrada?*

**Lalu:** *Foi antes das empresas. Dividiu nossa terra no meio. O pessoal morava aqui, mas não era dividido. Eles vieram com a estrada e passaram no meio.*

(Lalu e Dona Maria, Poções, 13 de abril de 2019).

Diferentemente dos municípios tratados por Chaves e Ribeiro (2014) e Costa (2017), a atuação dessas empresas em Januária-MG não ocorreu via alienação de terras públicas, mas por aquisição de terras via contratos formais e informais, facilitados por nomes importantes vinculados aos cartórios locais. Dentre aqueles sempre lembrados pelos moradores, destaca-se Val Castro, quem é considerado o maior grileiro da região. Empresário de Januária, Valcastro atuou no mercado de terras “auxiliando” os moradores locais a “regularizarem” suas propriedades em troca de dinheiro e/ou terras. Vale ressaltar que nessa época, Val Castro ficava de posse dos documentos das terras desses antigos moradores e passava a gerir as áreas, cobrando e pagando impostos. Durante a chegada das empresas, foi o principal intermediário entre essas e os moradores da região, sendo que muitas terras não tinham escrituras e foram negociadas entre posseiros e empresas por intermédio dele.

Em conversa, Seu Pedro de Poções (entrevista em maio de 2019) comentou que “*ela (a Plantar) arranhou dois caras em Januária para comprar direito de terras aqui (no Alegre) para ela plantar eucalipto, que foi Val Castro e Geraldo Costa. Eles dois era quem comprava terras para a firma. Ela pagava eles só para comprar terra*”. No mesmo sentido, Seu Basílio, morador de Capivara II (entrevista em 24 de setembro de 2018), também explicou que “*eles compravam cem alqueires e tomavam conta de mil. Val Castro foi o comprador de terra e grileiro aqui. Eu já estava morando do outro lado do rio Pardo quando ele começou a comprar terra aqui. Comprava terra quase a troco de quilo de café. Ele era poderoso. Andava de helicóptero*”.

Entre os diferentes relatos que tratam sobre a grilagem de terras, uma das estratégias apontadas era quando representantes dessas grandes empresas chegavam à região, em alguns casos até de avião, e promoviam festas com grandes quantidades de bebida.

*Aí, o que eles faziam... Quando dava meia noite, o pessoal tudo tonto, aí eles começavam negociar as terras. Os vereadores moravam perto da água porque antigamente não tinha poço, não tinha motor, não tinha nada. Então tinha que morar era perto da água, mas toda aquela parte alta, onde eles plantaram eucalipto, era a solta do gado. Então o cara morava ali e criava cinco, dez cabeças de gado. Criado tudo em comum, mas ninguém era dono. Eles tavam ali há 300 anos, mas ninguém fez documento pra eles. Então os caras falavam que tinham não*

*sei quantos hectares e eles (empresa) perguntavam quanto eles (veredeiros) queriam e pagavam na hora. Quem iria questionar? Aí, começou os conflitos com as empresas. Muitos moradores comentaram que até meados dos anos 2000 um hectare era vendido pelo valor de R\$70,00. O cara levava o bolso cheio de dinheiro e comprava 10 mil hectares. (Devido a delicadeza do tema opto por não identificar a fonte dessa entrevista, julho de 2019).*

Entre as terras que as empresas passaram a explorar estão grandes áreas das antigas fazendas Alegre e Angico, sob o domínio do Grupo Plantar Ltda, que atuou principalmente com o plantio de eucalipto, e as áreas do Pindaibal e Buriti Grosso, sob o domínio da Metalur Ltda, atual Grupo RIMA Industrial S/A, que, por meio de pivôs, investiu principalmente no cultivo de grãos, como arroz, feijão e milho, com o auxílio de recursos públicos oriundos de programas como o Pró-Várzea, associando também com o plantio de eucalipto. Somente entre a Cabeceira de Mandins e as veredas de Buriti Grosso e Pindaibal, a empresa Plantar Ltda adquiriu uma área de aproximadamente 28 mil hectares.

Como já apontado em outros momentos desse trabalho, Pindaibal, Buriti Grosso e Alegre eram as mais importantes áreas de recargas de todo o complexo hídrico veredeiro, nascedouro de centenas de córregos e pequenas veredas. Como explicou Gersi, da comunidade de Brejinho (entrevista realizada em 21 de setembro de 2018), “*você pode sair de qualquer galho de córrego desses aqui. Os galhos só puxam desse lugar que tinha água. Qualquer galho daqui só puxa para o lado da Metalur e Plantar que tinha água*”. De acordo com estimativas das lideranças das comunidades, somente a vereda do Pindaibal ocupava uma área de mais de mil hectares, enquanto a vereda do Alegre se estendia por 12 km até desaguar no rio Pandeiro, como pudemos observar nos documentos de divisão das terras da fazenda Alegre.

A sistematização de várzeas para o plantio de grãos e das chapadas para o plantio de eucalipto converteu-se naquilo que denomino como evento-catástrofe, que mudou o ambiente e a realidade das comunidades veredeiras por meio de ações sociotecnológicas. Trata-se de ações técnicas implementadas por empresas privadas e públicas que visavam ampla alteração e controle do ambiente. O manejo para aproveitamento das áreas de várzea se dava a partir do esgotamento de veredas e lagoas, onde suas águas eram direcionadas via drenos, para os rios mais próximos. A Metalur Ltda utilizou-se desse mecanismo para o esgotamento das veredas do Buriti Grosso, Cabeceira da Jabuticaba e parte do Pindaibal para instalação de pivôs centrais. Já as planas chapadas tiveram sua vegetação nativa suprimida para plantio de grandes áreas de eucaliptos, também irrigadas, muitas vezes, com águas das veredas. A Plantar Ltda utilizava de água da Vereda do Alegre e Sussuarana para essa finalidade. Para

Dona Santana, comunidade Barra do Tamboril, a forma predatória que as empresas se relacionavam com o ambiente não fazia o menor sentido, pois eles tiravam água das veredas e córregos para jogar na chapada, algo que parece impensável para qualquer morador com o mínimo de conhecimento sobre os ambientes da região.

O sistema de plantio utilizado pelas comunidades veredeiras adequou mecanismos de adaptação para lidar com os grandes períodos de estiagem. Como mencionado no capítulo anterior, essas famílias utilizam seus ambientes a partir do uso combinado, no qual um dos principais manejos utilizados é o esgotamento de pequenas áreas de veredas ou o plantio em áreas de vazantes dessas mesmas veredas nos períodos de seca. Esse tipo de tecnologia, por ser de pequena proporção e disperso em pequenos lotes controlados por grupos familiares, não impacta diretamente o lençol freático e sua relação com as veredas. No entanto, com a chegada das empresas, o esgotamento dessas veredas se deu em escala industrial, atingindo diretamente sua capacidade de regeneração via recarga do lençol freático. Uma vez alterada a dinâmica do ambiente, a degradação passou a ocorrer em efeito cascata.

Em conversa realizada na casa de Seu Antônio Seiscentos, na comunidade de Capivara II, em maio de 2019, Aldeir, morador de São Joaquim, argumenta que o que matou o Buriti Grosso foram os sistemas de drenagem construídos pela empresa. *“Porque o agricultor que trabalhava lá, que já plantava, ele esperava a água afastar. Tinha a época certa de plantar. A firma não vai esperar a água afastar, vai meter o dreno, vai canalizar a água. No que canalizou, secou a vereda”*.

Mesmo havendo órgãos ambientais, como o Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG), nesse período não havia grandes preocupações e mecanismos coercitivos para os impactos e consequências deflagradas pelas frentes desenvolvimentistas. Os técnicos desses programas e empresas, ao formularem os projetos de intervenção em áreas alagadiças ou de supressão vegetal nas chapadas, não calculavam os impactos ambientais causados em ambientes frágeis, como as veredas, e nem tinham dimensão dos seus desdobramentos. A exigência dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto de Meio Ambiente (RIMA), que teve como base a Lei Federal nº 6.938/81, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, regulamentada pelo Decreto Federal nº 99.274/90, tornou-se uma exigência dos Órgãos ambientais brasileiros somente a partir da Resolução CONAMA nº001/86.

Entre os relatos que pude acompanhar ao longo do trabalho de campo, aqueles que tratam da degradação das grandes veredas do Buriti Grosso, Pindaibal e Alegre parecem ser os mais angustiantes e até hoje não superados pelos moradores. Muitos relatam não imaginar

ser possível acabarem com áreas tão grandes, com tanta água, milhares de pés de buriti e uma variedade incalculável de animais nativos. Tratava-se de ambientes extremamente ricos em biodiversidade e de fundamental importância para reprodução de um infinito número de peixes que compunham a vida aquática do rio São Francisco: surubim (*Pseudoplatystoma corruscans*), piauí (*Leporinus*), curvina (*Argyrosomus regius*), mantrinxã (*Brycon*), curumatã (*Prochilodus lineatus*), mandi-açu (*Pimelodus maculatus*) são alguns presentes na memória veredeira. O Buriti Grosso carrega esse nome devido à sua extensão e quantidade de buritis que lá existiam. Heulália e Santana, de Barra do Tamboril, lembram que havia áreas do Buriti Grosso e do Pindaíba que não era possível atravessar, devido à quantidade de água e à densidade vegetal que fazia com que a própria luz do sol encontrasse dificuldade em penetrar até o espelho d'água.

Seu Basílio, Capivara II contou que:

*Naquele tempo eu lembro que lá próximo da rodagem tinha aquele chapadão e a gente ia para lá para caçar e tinha veado demais. Você via muito galheiro, campeiro, era os carrerão. Acabou tudo. Eles meteram os tratores de esteira, dois de uma vez com o correntão. Foi Plantar, Metalur. É trem demais, moço. Eles desmataram foi meio mundo tudo, Serra das Araras, para o lado de São Domingos. Eles foram só apertando os outros. Eles iam fazendo os aceiros na beirada da cerca e falava: “o que cercou, cercou, o que não cercou é nosso” (Seu Basílio, Capivara II, 24 de setembro de 2018).*

Beltrano, companheiro de Laura da comunidade de Barra do Tamboril, conta com pesar que ele próprio já “puxou correntão”. “*Eu tenho um pouco de pecado nas costas. Na época eu não sabia*”. Afirma que “*lugar que você puxa correntão é 20 anos para começar a desenvolver*”. Explica que o desmatamento era feito em áreas distribuídas em quadrantes que variavam entre 50m ou 100m utilizando-se de correntão, que chega a pesar algo próximo a 17 toneladas. Uma vez engatado nos tratores de esteira, modelo D6 Caterpillar, a corrente formava uma meia lua e onde passava suprimia toda a vegetação pela raiz. Segundo ele, muita criação que se encontrava pelo caminho morria, inclusive gente que passava pela área também. “*Parecia um terremoto quebrando tudo*”. Lembra que quando trabalhava na empresa, havia 04 veredas próximas que foram desmatadas para o plantio de arroz. Também na Barra da Ema, veredas foram desmatadas. Conta que até os buritis eram arrancados com correntão.

Na comunidade de Capivara II, em uma das conversas que tivemos na casa de Seu Basílio, em 2018, foi com muito pesar que ele lembrou do período dos correntões.

*Lá no Buriti Grosso era pantanal, moço. De onde era a sede da Metalur até embaixo, aquele trem era bonito demais. A Pindaíba, que é uma árvore que dá umas varona, tinha demais. Eles destruíram tudo, dá tristeza. No Alegre é uma área boa,*

*só você vendo. A água de lá é uma água gostosa. As firmas deram prejuízo demais. Metiam as máquinas, drenava tudo* (Seu Basílio, Capivara II, 24 de setembro de 2018).

Talvez um dos relatos mais marcantes e preocupantes sobre a catástrofe sofrida com a chegada das empresas foi o de Antônio Seiscentos, também conhecido como Antônio raizeiro. Seu Antônio mora na comunidade de Capivara II, em uma área de chapada próxima à vereda da Capivara. É profundo conhecedor das plantas das matas, das chapadas, das veredas e reconhecido pelas suas garrafadas para fins terapêuticos, utilizadas contra uma infinidade de males. Tomo a liberdade de transcrever e dialogar com importantes trechos que, a meu ver, descrevem de maneira visceral a experiência sofrida naquele período.

A chegada da Plantar Ltda e da Metalur Ltda ocorreu por volta de 1978, quando se iniciou a compra de terras via agentes locais, como Val Castro e Geraldo Costa. Em 1979, iniciaram os trabalhos de esgotamento das veredas e supressão da vegetação nativa das chapadas com as máquinas pesadas. Seu Antônio contou que as terras de vereda e chapada que abarcam a área do Morro dos Três Irmãos até depois de Pandeiros teve toda sua vegetação nativa derrubada. Somente as áreas de matas e as grotas não sofreram intervenção direta, fator que influenciou a atual ocupação desses ambientes, uma vez que grande parte das famílias e comunidades hoje se concentram nessas áreas. Seu Antônio conta que a atual vegetação que observamos hoje nos diferentes ambientes é recente, pois se trata da recuperação ocorrida pós-intervenção das empresas, que ocorreu há cerca de 30 anos.

Em entrevista, Walter Viana Neves, que atuou na região, pelo Instituto de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) e Caritas Januária, lembrou que um amigo que trabalhou na Metalur, no período de esgotamento do Buriti Grosso, contou que:

*[...] quando eles estavam montando os equipamentos topográficos para iniciar os estudos, passou um velhinho num cavalo e perguntou o que eles iriam fazer ali. Ele respondeu que eles iam plantar arroz. O velhinho respondeu: “você não são Deus”. O negócio era tão exuberante. Nada entrava lá. Só tinha era sucuri. Eles fizeram um dreno lá que até hoje você pode ver de imagem de satélite. Eles fizeram dreno espinha de peixe que descia pé de buriti dentro do dreno. E o Pindaibal que também está seco. Só quando chove ele corria água, agora nem quando chove* (Walter Viana, Montes Claros, 17 de setembro de 2019).

Os trabalhos de supressão vegetal ocorreram durante mais de um ano ininterruptamente, organizado em dois turnos de 12 horas, possibilitando 24 horas de operação. Experiência nunca vivida antes pelas comunidades. Transcrevo longo, mas importante, trecho de entrevista realizada com Antônio Seiscentos.

*Moço, eles ficaram derrubando aí foi mais de um ano, mais de 12 meses. Essa Metalur começou primeiro. Quando a Metalur terminou, veio para Plantar. Tinha*

*pau aí que dava aquela abelha urucu (Melipona rufiventris) que dava dez, quinze litros de mel e eles esbagaçou ele, matou as abelhas tudo. Os mel derramava no chão. Aquelas Europa (Apis mellifera), urucu (Melipona scutellaris), borá (Tetragona clavipes), uma outra também que chamava arapuá (Trigona spinipes). Aqueles bichão caíndo (árvores), só via mel lameando naqueles pau. Esbagaçava as abelhas tudo. Tinha deles que era oco, só tinha aquela casquinha com um monte de favo dentro que quando torava esbagaçava tudo cheio de mel. Se você soubesse o tanto de qualidade de abelha que tinha aí e eles esbagaçaram tudo. Antes do desmate, o irmão meu chegava aqui e chamava para gente ir ali panhar mel. Um panhava um balde o outro mais outro balde. Um três quatro abelha (colmeias) a gente tirava 40 litros de mel. Eu tirei um mel de um pau ali que ele deu 30 litros de mel, uma abelha sozinha. Uma colmeia sozinha. Hoje as coitadinhas tá num cupim, numa galhinha de pau tudo magrinha, morrendo de fome.*

*À noite, aquelas seriemas (Cariamidae) iam ficando naquelas bolas de chapadas, assim. Inundavam tudinho na árvore, ficava aquele temperão de seriemas na árvore, umas oito, dez, doze. Aí, quando os pau descia e rumavam elas no chão, aquelas que não morriam, aquelas outros levantavam de lá pra cá e chegavam na luz do trator ficava sentada lá e ia esbagaçando aquele monte. Tinha deles (funcionários tratoristas) que vinha aqui em casa de manhã cedo com um saco cheio de seriema para mulher tratar. Eu ia com eles no trator com a corrente e aqueles pequizerão (Caryocar brasiliense), aqueles pauzão, sucupira branca (Bowdichia virgilioides Kunth), sucupira preta (Bowdichia virgilioides Kunth). O correntão ia assim, quando os pau tava pesado, ele ia lá com o trator e dava uma bicada aquele pauzão tombava.*

*Os pau caíndo e o que era dos catingueiros (Mazama gouazoubira)? Eles corriam e ficavam moquecado assim e os pau caía no lombo deles. Eles corriam, mas chegava na luz, eles olhava para um lado e tava escuro eles vinham e batiam o peito na lâmina do trator. Se corresse para o fechado os pau iam torando em cima.*

*Tatu? Tinha aqueles tatu preto (Dasypus hybridus), tatu galinha (Dasypus novemcinctus). Eles gostavam de fazer morada naquele monte de folha, junto daquelas muitas e ficavam lá. Aqueles pauzão iam montando em riba. Eles saíam e as corrente passando e esbagaçando tudo. Os camaradas que vinham trabalhar já vinham com as reformas (armas de caça) pegava os tatu tudo e passava fogo. Não achava mais nada de comer. Pegava seriema.*

*Essas encostas aqui ficava tapada de galheiro (Odocoileus virginianus), campeiro (Ozotoceros bezoarticus), catingueiro (Mazama gouazoubira), você via dez, quinze passando os bandos aí. Lá no mato um dava um grito de um lado (funcionários da empresa) e corria aquela manada, o outro dava de outro, corria para o outro lado, os bichinho ficava cansado e eles iam atrás matando para comer. Teve um camarada aí que falou que matou 500 pebas (Euphractus sexcinctus). Todo dia matava dois ou três e aquele monte de gente trabalhando. Tinha quase mil pessoas trabalhando. Iam comendo e amontoando os cascos de peba, quando foi contar tinha quinhentos.*

*Eu lembro que uma máquina, às vezes, derrubava 10 pés de buritis de uma vez. Ela bocava um aqui e rumava nos outros assim e derrubava tudinho. Tinha um correntão que vinha e arrastava os buritis aqui e arrastava eles e ficava lá na chapada. Ia daqui lá no lugar que chama Buriti Grosso, voltava e esse trem esbagaçando.*

*Um pé de buriti daquele é até crime. Eu vou te mostrar um pé de buriti ali que deve dá numa base de 03 mil frutas. Quando dava no tempo da fruta, tudo quanto é bicho tava comendo: a jandaia, o periquito, a maritaca, o loro, a arara. Tudo tava comendo. Arrancaram tudo e o que eles fizeram? As araras agora tão cortando só as palhas do buriti e morrendo de fome (Seu Antônio Seiscentos, Capivara II, 17 de setembro de 2019)*

Uma diferença tácita é descrita pelo Seu Antônio, ao explicar o manejo utilizado tradicionalmente pelas comunidades para esgotar pequenas áreas das veredas para utilizar para plantação e aquele empregado pelas empresas Plantar Ltda e Rima Industrial S/A no mesmo ambiente.

*O agricultor que mora lá perto do brejo ou que não mora, mas trabalha lá, que vai plantar feijão ou arroz, ele espera o brejo baixar. Para você plantar feijão para você estocar, vocês não vai estocar com água, né? Você espera, tem o tempo. A água para dá uma quedazinha de 25 centímetros aqui, você tinha que começar mil metros abaixo, tirando carrasco, tirando palha. Com sessenta dias de sol a água abaixava ali 20 cm.*

*Porque quando eles chegaram, eles plantavam na beirada, na varjona. Ai, depois eles passaram para a beira do brejo. Quando viram que a colheita tava pouca, eles drenou o brejão. Eles plantavam muito arroz. Às vezes tinha cem homens colhendo arroz. E nós que tinha água para a vida toda, a água foi embora.*

*Agora os paus tá começando outra vez. Tão começando a render nesses matos que não foram desmatados, nessas encostas. Sei que nós precisa do pequi, precisa da mangaba, precisa do grão de galo (árvore/fruta). Nós quer é preservar a natureza. Algum bichinho que escapou você vê. Essa semana mesmo tinha uns catingueiros aqui no quintal. Os cachorros também acostudou, não corre com eles (Antônio Seiscentos, Capivara II, 17 de setembro de 2019).*

Diferentes lideranças contam que antes da chegada das empresas o fluxo de dinheiro que ocorria entre as comunidades era mínimo. As relações econômicas eram baseadas quase que exclusivamente nas relações de trocas, operadas principalmente a partir das redes das famílias extensas ou por meio de prestação de serviços com pessoas de fora do núcleo familiar, mas que possibilitava algum tipo reciprocidade aos moldes maussianos. Muitos moradores explicaram que o excedente da produção era trocado nas vendas por produtos que a família necessitava, na maioria das vezes sal e café, ou entre os familiares. Seu Antônio comentou que “o dinheiro era assim, fazia um saco de farinha aqui e chegava lá no armazém e eles compravam a troco do sal e do café. Aqui produziu o porco gordo, tinha o feijão, tinha o arroz, tinha a fava, a mandioca. Quer dizer que antes a gente só comprava o sal e o café”. Jaime chama atenção para que “antes era tudo na base da troca. Um tinha farinha e o outro trocava por feijão; matava um porco e emprestava para outro e ele quando matava devolvia o que tomou emprestado”. (Conversas gravadas em 20 de setembro de 2018).

Um dos exemplos mais marcantes entre aqueles apontados era em relação ao acesso à carne suína ou bovina. Jaime contou que “de primeiro, a gente matava uma vaca e comia ela durante um ano”. Como explicado, apesar de não haver nenhuma forma de refrigeração, ao matar um animal de grande porte, como um porco ou uma vaca, as partes eram distribuídas entre os diferentes núcleos familiares da família extensa, de modo que o grupo que recebia aquele pedaço contraía uma dívida com a família doadora que, posteriormente, deveria

devolver uma parte de carne quando outro animal, dessa vez de outra família, fosse abatido. Na perspectiva de Jaime, tratava-se de uma espécie de fundo rotativo: “*eles emprestavam para um, emprestava para o outro e aí, no outro mês ou depois de dois meses, o outro matava um garrotinho e ia pagando os outros que ele tinha pegado emprestado. Assim ia vivendo aquela vida de troca. Funcionava como se fosse um fundo rotativo*”. (Conversas gravadas em 20 de setembro de 2018).

Outra forma de troca observada se dava por meio da prestação de serviço. No caderno de anotações de Eliodoro<sup>115</sup>, filho de Tonicão, há informações de serviços prestados por pessoas da comunidade que eram pagas com produtos do próprio armazém da família. Entre os nomes mais frequentes nas anotações destaca-se Eusébio (Eusebão de Eduarda), que em diferentes momentos aparece prestando dia de serviço em troca ou em pagamento dos produtos comprados e negociados com Eliodoro. Percebe-se que esse sistema gerava um regime de autossuficiência, sustentado a partir dos vínculos familiares e da interdependência dos ambientes, manejados de acordo com cada período do ano.

Jaime chamou atenção para que, com a chegada das empresas, mudou-se toda uma dinâmica de vida entre as famílias das comunidades, não somente devido à outra relação com o ambiente, o que trouxe outras formas de trabalho, mas também pela diminuição do acesso à terra, uma vez que, muitas famílias perderam a possibilidade de acesso às áreas de uso comum e de plantação nas vargens. Antes, um dos elementos mais importantes para a boa colheita era o rodízio das terras para descanso, mas com a diminuição das áreas, via cercamento, essa prática ficou limitada. Tal situação é tratada no Norte de Minas como encantilhamento ou encurralamento, quando as comunidades passam por perdas expressivas de seu território e têm suas terras limitadas a pequenas áreas inviáveis para a manutenção de suas práticas tradicionais.

*Antigamente, quando existia a solta, quando não existia eucalipto, o cara criava duas, três, quatro, dez cabecinhas de gado solto, porque não tinha pastagem, não. Quando um filho tava morrendo, precisando comprar alguma coisa, vendia uma cabeça do gado. A partir do momento que eles tomaram toda a parte alta eles ficaram restrito nas veredas.* (Walter Viana, Montes Claros, 17 de setembro de 2019).

Muitos moradores relataram que houve um momento de euforia com a chegada das empresas, uma vez que possibilitou a oferta de trabalho e maior fluxo monetário entre as comunidades. “*Achou que ia melhorar porque tava um lugar assim esquecido. Aí, apareceu*

---

<sup>115</sup> Eliodoro Rodrigues Nunes, comerciante em Barra do Tamboril, manteve caderno de anotações entre setembro de 1955 e março de 1966, onde descreveu, de maneira descontínua, informações familiares, compras e vendas realizadas no armazém da família, serviços prestados por terceiros.

*uma panha de garrancho para pessoa ganhar um trocadinho para comprar o café, o sal*” (Antônio Seiscentos, maio de 2019). Segundo relatos, as atividades destinadas aos moradores locais foram a apanhação de garrancho, a plantação de mudas de eucalipto, atuação nos canteiros molhando mudas, aplicação de remédios contra formigas e na produção de carvão, a essa última dediquei seção específica.

No caso da área explorada pela empresa Plantar Ltda, a atenção se deu, principalmente, para a plantação de eucalipto. Lalu, da comunidade de Poções, conta que ele e seus irmãos trabalharam na empresa. Ele tinha 10 anos de idade e era o mais novo entre seus irmãos. Contou que começaram juntando garrancho, pequenos galhos que as máquinas grandes não conseguiam apanhar, para fazer as coivaras. Explica que na limpeza das quadras para o plantio de eucalipto não era permitido deixar nenhum tipo de “sujeira”, vestígio de outras plantas. Era necessário deixar a terra totalmente “limpa” (exposta).

Os trabalhadores, homens, mulheres, crianças eram organizadas em grupos de 70 indivíduos, coordenados por um empreiteiro, que em grande parte das vezes era pessoa da própria comunidade. Historicamente, tal estratégia é comum para maior controle dos grupos locais, vale lembrar da própria estratégia escravista com os capitães do mato ou da própria Guarda Rural Indígena no período da Ditadura Militar no Brasil (Reformatório Krenak)<sup>116</sup>.

Uma vez acabado o trabalho com os garranchos, esses trabalhadores passavam para o plantio das mudas de eucalipto. Como não existia plantio mecanizado, Lalu explica que *“passava o trator e onde ele passava você vinha com a machadinha e acabava de abrir o buraco, vinha com a muda e colocava. Isso arrastando a caixa, porque a gente não aguentava arribar a caixa”*. Entre os locais que foram manejados para o plantio de eucalipto encontram-se áreas nas comunidades de *“Quilombo, na Caiçara, na Ribanceira, até hoje tem o lugar do acampamento lá. No Areião, Buriti Grosso, Lajinha, essa beira de cascalho indo para São Joaquim, do outro lado do Alegre, vinha aqui nos Porcos, na Sussuarana, Veredinha, Cabeceira do Galho de Dentro, Galho do Meio, Cabeceira de Alegre. Tudo tinha eucalipto”* (Lalu, 13 de abril de 2019).

Com as áreas de chapadas tomadas pelas plantações de eucalipto, o desafio passou a ser o combate aos organismos nocivos àquele monocultivo. Mulheres, homens e crianças passaram a manejar venenos contra formigas, que se converteram em verdadeira praga para a nova espécie daquele ambiente.

---

<sup>116</sup> Ministério Público Federal. Inquérito Civil Público 1.22.000.000929/2013-49.

Lalu trabalhou em todas as fazes do eucalipto nas áreas da fazenda Alegre e região. Explica como se dava o trabalho nas quadras de eucalipto.

*Como a gente era novo, um pegava uma rua no meio e era responsável também pela rua da direita e da esquerda. Cada um pegava três ruas para sair lá fora. Levava o remédio enrolado numa capanginha. Nós tínhamos uma colherzinha e jogava na boca do buraco. Essas ruas eram quase todas de mil metros, algumas tinham dois mil metros. Eram muitas pessoas. Cada um pegava três e três e saía pela quadra toda. Quando voltava, já voltava na outra quadra. Era mês e mês mexendo com isso (Lalu, Poções, 13 de abril de 2019).*

Quando questionado sobre se havia algum tipo de proteção, Lalu ria.

*A gente almoçava com a mão suja. Não tinha proteção nenhuma, não lavava as mãos. Comia era no meio do mato. Nem colher nas marmitas existia. A gente pegava era as folhas de pau dura e sentava lá mesmo sem lavar as mãos, nem rosto, nem nada. Eles tinham o encarregado que ficava acompanhando a gente. Se tivesse faltando meio hora para acabar o serviço e se ele visse três formigueiros que você esqueceu de colocar remédio, eles cortavam o dia da pessoa (Lalu, Poções, 13 de abril de 2019).*

Em diferentes momentos pude ter acesso às falas sobre o uso indiscriminado de venenos, sem qualquer tipo de proteção e, como consequência, a contaminação e até morte de indivíduos. Muitas famílias relataram casos de pessoas que passaram a desenvolver problemas mentais advindos dos trabalhos, tanto nas áreas de exploração da Metalur Ltda quanto da Plantar Ltda. Entre os entrevistados, uma das moradoras do Capoeirão relatou que seu marido e todos os filhos, que se encontravam em condições de trabalho, iniciaram empreitada na arranca de garrancho no início dos anos de 1980<sup>117</sup>. Explicou que ficavam 15 dias nas chapadas na arranca, depois voltavam pra casa, por um curto período, e já tinham que voltar para a continuidade dos trabalhos que eram contínuos. Seus filhos eram pequenos e também trabalhavam no campo na arranca de feijão. Diferentemente do eucalipto, o veneno nas plantações de grãos se dava por meio de pulverização aérea, sendo que uma das consequências foi a contaminação das veredas, córregos e rios. Muitos dos trabalhadores tinham nessas veredas as principais fontes de água para consumo humano. Com o decorrer do tempo, alguns desses apresentaram reações que, em muitos casos, acometeram o sistema nervoso central. Explica a moradora que um dos seus filhos morreu e o outro ficou com sérios problemas neurológicos. “Um morreu e o outro ficou doido. Eu levei pra Montes Claros pra poder tratar. Fez o tratamento e eles encostaram ele (aposentou por invalidez). O outro ficou

---

<sup>117</sup> Especialmente nas entrevistas que tratam de temas delicados, como aqueles que adoeceram em decorrência do manejo de venenos nas lavouras de monocultura, optei por não nomear os entrevistados.

*muito tempo sofrendo epilepsia, desmaio. Foi pra Brasília, ficou por lá. Não fez o tratamento direito e até que Deus levou ele. Deixou três filhas e mulher”.*

É mais que sabido que, nos últimos anos, o Brasil passou a liderar o ranking mundial do consumo de agrotóxicos, situação essa que só vem a piorar com as novas liberações aprovadas a nível federal. De acordo com dados de 2017 da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), o país consome, em média, 7 litros per capita de veneno a cada ano, o que resulta em mais de 70 mil intoxicações agudas e crônicas em igual período. No entanto, de acordo com o próprio Ministério da Saúde, esse número deve ser ainda mais avassalador, pois estima-se que para cada evento de intoxicação por agrotóxico notificado há outros 50 não comunicados<sup>118</sup>.

Nesse contexto, vale relembrar que entre os preceitos da aplicação da Revolução Verde no Cerrado brasileiro estava não somente alavancar a produção de grãos geneticamente modificados para alimentar a indústria de exportação, mas criar melhores condições para beneficiar as indústrias siderúrgicas, em especial aquelas sediadas na região Central de Minas Gerais. Tratava-se de criar mecanismos que iriam suprir a crescente demanda por produção de carvão vegetal para alimentar os altos-fornos daquele setor que era fundamental para alavancar o desenvolvimento industrial que vinha impulsionado pela bolha do Milagre Econômico sustentado pelo Regime Militar. Se o esgotamento das veredas e a supressão vegetal nativa foram verdadeiras catástrofes ecológicas para as comunidades, esses eventos foram profundamente agravados pela introdução da produção do carvão entre os veredeiros.

#### 4.4 OURO NEGRO: O CICLO DO CARVÃO

Com a chegada das empresas agro-siderúrgicas-florestais, além do esgotamento das principais veredas e supressão vegetal de milhões de hectares de chapadas, iniciou-se também o ciclo de produção de carvão. De acordo com os relatos dos moradores, a prática de produção carvoeira não existia na região até os anos de 1980. As famílias veredeiras não tinham nenhum conhecimento sobre as formas produtivas e gestão de fornos. Não sabiam sequer construí-los para a queima da madeira nativa. Como nos conta Seu Antônio de Capivara, *“aqui ninguém conhecia carvão. O povo aprendeu com a firma”*. Toda a produção de carvão tinha como principal finalidade a alimentação dos altos-fornos da indústria

---

<sup>118</sup> Para maiores informações sobre a indústria do agrotóxico no Brasil, ver Larissa Bombardi (2017).

siderúrgicas da região Central de Minas Gerais, e era destinada para localidades como Sete Lagoas, Curvelo, Vale do Aço, Timóteo.

Podemos dividir a produção de carvão na região veredeira em três períodos. O primeiro referente à derrubada do Cerrado para plantação de eucalipto, onde parte das madeiras nativas foi transformada em carvão. O segundo, quando passaram a utilizar do próprio eucalipto. Até aqui o carvoejamento era, em grande parte, restrito às empresas. No terceiro período, observa-se o abandono da produção carvoeira por parte das empresas e a produção passa a ser predominantemente realizada pelas pessoas de fora que ali se estabeleceram e pelas famílias veredeiras, que passaram a manter pequenas produções com a derrubada, muitas vezes, das madeiras de suas próprias terras.

Com a vinda das firmas e a partir das intervenções da Ruralminas, não só a dinâmica ambiental sofreu fortes transformações, mas trouxe também centenas de pessoas de outras regiões do país, o que forçou uma nova organização e divisão social do trabalho entre as comunidades veredeiras. Com o início das atividades carvoeiras, os funcionários de fora mantinham-se diretamente ligados às baterias produtoras de carvão das empresas, sendo que os moradores das comunidades continuavam responsáveis pelos garranchos, produção de mudas de eucalipto e combate às suas pragas. Posteriormente, as famílias locais iniciam sua própria produção de carvão, marginal àquela das empresas.

Com a derrubada do Cerrado, as empresas deram início à produção de carvão com a madeira proveniente da supressão vegetal das extensas áreas de chapadas. Para isso, trouxeram pessoas, e até famílias inteiras, que já trabalhavam na produção de carvão. Havia pessoas de cidades como Patos de Minas, Montes Claros, Sete Lagoas, mas também de estados como Goiás e Bahia.

*Olha, foi mais ou menos nos anos 1980 que chegou os primeiros carvoeiros. Ninguém aqui sabia fazer e eles tiveram que buscar carvoeiro lá para os lados de Montes Claros, porque aqui ninguém sabia fazer. Ninguém sabia como fazia o forno, nem como enchia o forno, nem como é que trabalhava para dar ponto do carvão. Tinha que procurar muito longe. Depois foi pegando a prática todo mundo. Hoje, todo mundo sabe fazer o forno, sabe cortar a lenha com a motosserra e sabe fazer o próprio carvão. Os carvoeiros vinham de longe, lá da região de Montes Claros, Belo Horizonte, onde tem siderúrgica, Sete Lagoas, começou de lá (Seu Nego, Traçadal, 10 de abril de 2019).*

Havia uma divisão entre os carvoeiros que vieram de fora, responsáveis por trabalhar e coordenar a produção de carvão para as empresas, Plantar Ltda e Metalur Ltda, e os moradores locais que aprenderam a fazer os fornos e a queimar o carvão, mas não participavam diretamente da produção organizada a nível empresarial. De acordo com os

moradores que viviam próximos às áreas dos fornos, as baterias eram distribuídas em conjuntos de 20 a 40 fornos, podendo variar para mais ou para menos. Ao todo, cada empresa controlava entre 150 e 200 fornos na área entre o rio Pardo e o rio Pandeiros. Somente a Metalur Ltda concentrava 120 fornos divididos entre o Morro dos Três irmãos, 40 fornos, Vereda Grande, 40 fornos, e Buriti Grosso, 40 fornos. De acordo com informações locais, com o início da produção de carvão nas áreas citadas, essas empresas chegavam a um total de 12 caminhões carregados diariamente.

*Bateria é assim que nós fala: ali tem uma bateria de 20 forno. Aí, eles carregavam um caminhão velho, arrastava a madeira, fazia as pilha, enchia os fornos. Com três dias eles despejavam os fornos. Com três dias que parava de queimar eles entravam despejando. Aí, era dois (homens) em cada forno. Quando acabava de despejar os fornos, eles almoçavam ali 09 horas e iam encher. Quando era umas quatro horas, eles sentavam fogo em tudo.*

*Aqui na Plantar tinha cento e poucos fornos. Ali na Metalur (Rima S/A) devia ter quase uns 200 fornos. Era 20 fornos em cada bateria. Ali em Bastião tinha 20, ali na casa de Tonhão era mais 20, lá em cima tinha mais 20 forno, daquele outro lado era mais 20. Só essa firma daqui (Plantar) tinha uns 150. E a Metalur tinha uns 150 também. Tinha uns 300 fornos queimando nesse mundo aí. Tinha gente demais trabalhando aí (Seu Nego, Traçadal, 10 de abril de 2019).*

Em decorrência da produção de carvão pelas firmas, as famílias locais, que trabalhavam na cata dos garranchos e queima em coivaras, aprenderam também a construir seus próprios fornos e produzir seu próprio carvão. Os fornos construídos e o carvão produzido pelas famílias das comunidades eram em suas próprias terras, a partir da derrubada da vegetação nativa. Na produção de carvão da região, a produção familiar era marginal, quando comparada à estrutura das firmas. Cada família geria de um a quatro fornos e essas pequenas quantidades também eram compradas pelas empresas, fomentando aumento significativo do fluxo de dinheiro entre as famílias. A partir desse período observa-se um aumento vertiginoso na produção de carvão na região, o que ficou conhecido como “*a febre do carvão*”. Muitas vezes, ao se referirem à produção de carvão, os moradores passaram a tratar a prática como “*ouro negro*”, obviamente, mais pelo caráter ludibriador vinculado à facilidade de dinheiro rápido que pelo verdadeiro valor da produção.

Neilton, funcionário da APA Pandeiros, que, na época da chegada das empresas, na década de 1980, houve expressivo aumento de vagas para trabalhos temporários. Ele morava em Januária-MG e iniciou-se um fluxo grande de pessoas do município e de outras regiões para as áreas de exploração.

*Moço, se você imaginar aqui na região, todo mundo vinha para cá. Vinha era caminhão de gente. Era muito emprego. Mas plantaram e não vingou. Não sei qual o motivo. Aí o pessoal começou o carvão. Na região aqui, o carvão tornou um meio de vida. Nessa época muito forte do carvão era por causa da questão do valor. O*

*carvão subiu numa proporção que o cara que tivesse um forno, ele estava bonito. Era um negócio bom para eles* (Neilton, Pandeiros, maio de 2019).

Todavia, o *boom* do carvão produzido empresarialmente durou um curto espaço de tempo, até 1987, pois, de um lado, os incentivos públicos para o setor de reflorestamento diminuíram expressivamente, de outro, as grandes extensões de áreas reflorestadas não renderam alta produtividade. As empresas conseguiram produzir uma única vez a partir dos eucaliptais plantados, dado que a segunda plantação não vingou e as árvores não conseguiram desenvolver ao ponto de alcançarem o tamanho necessário para a derrubada e produtividade adequada. Segundo ex-funcionários da APA Pandeiros que acompanharam a chegada das empresas, o eucalipto na região foi findando devido à diminuição das águas que se iniciou a partir do esgotamento e supressão do Cerrado. Já no quinto e sexto ano, na segunda rebrota, as espécies exóticas já não vingavam. Para alguns, o tipo de eucalipto escolhido para ser plantado na região era de qualidade específica para utilização em altos-fornos, mas, apesar de render grande produtividade em regiões como Sete Lagoas, esse tipo não se adaptou ao ambiente veredeiro. Entre as principais espécies utilizadas para reflorestamento nas chapadas estavam o eucalipto do tipo “*grandis*” e o “*híbrido*”. Nota-se que entre as espécies mais utilizadas na indústria siderúrgica a nível nacional destacam-se o *Eucalyptus urophylla*, o *Eucalyptus benthamil* e o *Eucalyptus saligna*. Outra espécie largamente cultivada no Brasil é o *Eucalyptus grandis*, de alto rendimento e densidade, é fonte de matéria-prima para a indústria de celulose, utilizado para serraria e laminação. Outra qualidade utilizada nas últimas décadas na indústria siderúrgica é o clone híbrido de *Eucalyptus grandis* e *Eucalyptus urophylla*, denominado comercialmente de GG100.

Problema parecido ocorreu nas áreas alagadas, que passaram pelo processo de esgotamento, realizado pela Metalur Ltda. As primeiras levas de grãos tiveram alto rendimento, mas no decorrer de poucos anos a produtividade caiu drasticamente, mesmo com sistema de irrigação e correção de solo. Ponto de suma importância é compreender as particularidades dos ambientes onde as comunidades veredeiras se encontram, pois, diferentemente de outras áreas do Norte de Minas habitadas por comunidades geraizeiras, que também sofrem com monoculturas de eucaliptos (NOGUEIRA, 2017; COSTA, 2017; DAYRELL, 1998), as chapadas e veredas das bacias dos rios Pardo e Pandeiros possuem propriedades específicas em relação às suas águas e suas areias.

Como esclareceu Walter Viana, ex-funcionário do IEF-MG, a produção na vereda só é possível quando praticada tradicionalmente, em pequena escala, pois a vereda é sustentada

basicamente por sua tufa, conjunto de raízes e matéria orgânica que forma a base da vereda e contribui para sua retroalimentação. A principal fonte e nutriente para as plantações realizadas dentro de uma vereda é a matéria orgânica acumulada na tufa, mas a vereda uma vez seca, via esgotamento em larga escala, tem sua base também seca, limitando qualquer fertilidade no solo. *“Se você coloca calcário, aquilo lixívia. Se você coloca adubo, aquilo lixívia. Aquilo por baixo é só areia. Quando chove a água leva tudo. Chegou na areia grossa não fica nada, aquilo vai embora”*. Tanto nas veredas quanto nas chapadas, os solos compostos predominantemente por profundos bolsões de areia não possuem estrutura capazes de sustentar grandes plantações. Nesse sentido, o manejo tradicional das veredas a partir de pequenas áreas de esgotamento conseguia aproveitar as faixas de matéria orgânica sem levar à lixiviação das áreas drenadas, pois o uso retroativo dessas parcelas permitia a rápida recuperação da área drenada. Por outro lado, o projeto Pró-Várzea é compreendido como um erro técnico que ocorreu pelo não conhecimento profundo do ambiente local, levando a manejos que posteriormente geraram consequências ambientais catastróficas para as comunidades veredeiras. Todavia, além do esgotamento das grandes veredas para plantio nas várzeas e o plantio de extensas áreas de eucaliptos que inutilizou milhões de hectares de chapadas, a continuidade da produção do carvão deixou de ser realizada nas grandes baterias de fornos administradas pelas empresas e passou a ocorrer pelas próprias comunidades e aqueles grupos de fora que lá se estabeleceram. Essa mudança possibilitou não só a continuidade da produção de carvão para alimentação dos altos-fornos, mas também a continuidade da profunda degradação ambiental.

#### **4.4.1 A Máfia do Carvão e a produção local**

De acordo com informações disponibilizadas pela Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia do Carvão (MINAS GERAIS, 1996), em Minas Gerais, entre 1960 e 1994 foram plantados 1.900.000 ha de florestas de eucalipto, a maioria dessas concentradas no Norte de Minas Gerais. Do total, 500.000 ha foram plantados com recursos da iniciativa privada e 1.400.000 ha com incentivos fiscais que se extinguíram em 1986, como já apontado. De acordo com depoimento à CPI do Carvão, o presidente da Associação Brasileira de Florestas Renováveis (ABRACAVE), Marco Aurélio Andrade Correia Machado, informou que à época da investigação, 1995, o setor siderúrgico comprava nos municípios do Norte de Minas R\$200.000,00 de carvão/dia e que após a queda dos incentivos para o setor de

reflorestamento, em 1986, o consumo de madeira se voltou para as matas nativas. No entanto, uma informação não apresentada era de que a produção desse carvão se dava de forma clandestina, via pequenos produtores inseridos em uma rede de dependência que passou a ser conhecida como a “Máfia do Carvão”.

Com o fim dos incentivos fiscais do Governo Federal via Fundo de Investimentos Setoriais (FISSET) e das facilidades disponibilizadas pelo Governo Estadual, as empresas encerraram suas atividades produtivas sobre o território veredeiro, apesar de até o momento manter o domínio sobre as extensas áreas de chapada e veredas adquiridas na época dos grandes projetos.

Ao realizar a cartografia social da comunidade de Cruz de São Joaquim, os moradores explicaram que das áreas sob domínio da antiga Metalur Ltda, sobraram algumas pequenas parcelas não degradadas e algumas pessoas de fora, que vieram para trabalhar no carvão, compraram o direito de posse de parte dessas terras e iniciaram o desmate para produção de carvão. Por outro lado, os grandes proprietários de terras da região começaram a ceder parte de suas áreas também para exploração de carvão no sistema de meia com aqueles moradores de fora ou locais que não tinham terras para trabalhar. Aqueles que mantinham algum pedaço de terra da família e que possuíam alguma mata para derrubar, fizeram seus fornos para produção familiar. Inicia-se aí uma terceira onda na produção de carvão onde, sem os incentivos públicos, as mesmas empresas podiam comprar as cargas sem os custos de produção e encargos fiscais e ambientais. A produção continuou alta, mas agora predominantemente clandestina e a partir da derrubada do Cerrado. As próprias siderúrgicas, via atravessadores, passaram a disputar as cargas de carvão. *“Se uma pagava 40,00 reais o metro, como tá o preço agora, a outra pagava 46,00 reais, 48,00. Porque a produção de ferro vai muito carvão”* (conversa coletiva na comunidade de Barra do Tamboril, 17 de outubro de 2018).

Seu Mário, hoje guardião de sementes e liderança em Barra do Tamboril, conta que ele próprio produziu carvão entre os anos de 1990-1993. Sua produção, apesar de pequena, era contínua. Possuía 04 fornos pequenos de 2,5m x 2,5m na localidade conhecida como Riacho Fundo, próxima ao distrito de São Joaquim. Com essa estrutura, conseguia produzir de 40 a 50m<sup>3</sup> de carvão em 60 dias. O material produzido era destinado para uma empresa localizada em Pedra de Maria da Cruz-MG, às margens do rio São Francisco, e depois direcionado para siderúrgicas na região Central. Segundo ele, as medidas mais usuais para melhor rendimento são fornos de dimensões de 3,2m x 3,2m. Diferentemente de outros produtores, toda a lenha

era retirada manualmente por meio de machado. Explicou que com a produção de carvão o dinheiro era mais garantido, pois com o lucro de um único forno já era possível comprar arroz, açúcar e outros mantimentos básicos. Com o carvão, construiu sua casa, pôde comprar telhas e fogão a gás. Todavia, pondera que, mesmo produzindo carvão, respeitava certas qualidades de madeiras, como pequiizeiro, sucupira branca e preta, vinharco, folha larga, piuma, pois sofria pressão de sua esposa, Dona Santana, e seu sogro, que diziam, desde aquela época, que se cortasse tudo as veredas iriam secar.

Na comunidade de Barra de Mandins, quando questionados sobre como funcionava a produção de carvão entre os moradores, Seu Bauzinho conta que todos tinham sua produção de carvão. *“Todo mundo aqui tinha um forquinho de carvão. Os caminhoneiro vinham, compravam aquele carvãozinho deles, saíam, completavam em outro forno”*. Devido à alta produção de carvão na região, estruturou-se um depósito de carvão que operava como centro de distribuição, concentrando a produção local para abastecimento dos caminhões, que partiam com destino às empresas siderúrgicas. Seu Dedé, conta que em determinado período houve expressivo aumento de circulação de dinheiro, mas que acabava concentrado nas mãos dos carvoeiros, atravessadores das pequenas produções familiares. *“Dinheiro rolava adoidado e povo endoidou. Era só derrubando mata e acabando com tudo. Quem levou o dinheiro mesmo foi os de fora. Os daqui pegava seus pedacinhos de terra e ia desmatando. Foi os de fora que acabou com tudo”*. Explica ainda que mesmo no tempo do eucalipto, os pequenos produtores mantinham seus fornos a partir do desmatamento das matas nativas.

*Aqui funcionava era mais mata nativa. Eucalipto era por pouco tempo com os grandes que vinham de fora. Os daqui mesmo não tinha vez de trabalhar com eucalipto não. Trabalhava aqui como empregado, sofrendo entrando dentro de forno. Igual essa larga aqui, que se chama Sapato, tinha era pé de pequi. Desmatou o trem tudo. Os buritizal, as veredas com buriti verde. Acabou com tudo* (Seu Dedé, Barra de Mandins, 17 de outubro de 2018).

Mesmo com grande produção de carvão, as famílias locais entraram em um ciclo de precarização econômica, pois, submetidos à rede clandestina de produção e escoamento do carvão, o retorno passou a ser cada vez menor. Bauzinho explica que muitas famílias chegavam a passar fome e se endividarem. Os carvoeiros só pagavam depois que os caminhões buscavam as fornadas, no entanto, as famílias já se encontravam endividadas com os mercados locais, devido às compras já realizadas, mercados esses também de propriedade dos mesmos carvoeiros.

*O carvão não dava, era pouco. Outra coisa era que estava destruindo a natureza e parece que ela cobrava da pessoa. Eu acreditava porque você via, não tinha condições. E adoecendo também, porque tomando aquela fumaça ali. Antes não*

*tinha carvão aqui não. O pessoal vivia melhor, porque chovia bem, plantavam roça, tinha o algodão, a mandioca. Sobrevivia da roça. Depois que o carvão entrou, o pessoal começou até passar fome. Parou de fazer roça para mexer com carvão (Seu Bauzinho, Traçadal, 17 de outubro de 2018).*

No início dos anos 2000, foi criada a Caritas Diocesana de Januária, que passou a incidir diretamente na realidade do município, a partir de projetos de caráter social. Entre as ações desenvolvidas estavam aquelas que buscavam reverter os impactos ambientais vividos na região pela degradação das chapadas e instalação de pivôs centrais para agricultura irrigada, via projetos de desenvolvimento. Entre as áreas de atuação destacam-se o rio dos Cochos e o ribeirão Pandeiros. Por meio de parceria entre Caritas, Emater e IEF-MG iniciou-se ação de preservação ambiental da Área de Proteção Ambiental Pandeiros (APA Pandeiros), criada pela Lei Estadual nº 11.901, de 01 setembro de 1995, uma das principais bacias hidrográficas da região. Acumula centenas de veredas e é de fundamental importância em áreas inundadas como o Refúgio Estadual da Vida Silvestre do Rio Pandeiros, conhecido como pantanal mineiro, localizado no interior da APA Pandeiros, criado pelo Decreto nº 43.910, de 05 de novembro de 2004, com uma área total de 6.102,752 hectares de Cerrado e de Mata Seca.

Com base nos levantamentos iniciados na época, constatou-se que as áreas da bacia do Pandeiros concentravam os maiores índices de incêndios e carvoejamento ilegal da região, o que implicava diretamente no rebaixamento das águas, impactando todo o ecossistema, inclusive aqueles em proteção. Como explicou Walter Viana, funcionário do IEF-MG à época, foi esse o principal motivo de criação do Refúgio no rio Pandeiros, por possibilitar a proteção integral da área. No entanto, as águas continuavam diminuindo a cada ano e constatou-se que um dos motivos poderia ser a alta supressão das áreas de vegetação nativa, que vinha crescendo a cada ano.

Entre as estratégias utilizadas para combater o desmatamento do Cerrado, o IEF-MG iniciou ampla operação para fiscalização da produção do carvão clandestino na área da bacia do rio Pandeiros. Walter foi um dos articuladores dessas ações e explicou que toda a bacia foi mapeada, georreferenciada, dividida em quadrantes, e se estruturaram rotas de 10 km<sup>2</sup> para operações com helicópteros. Com isso foi possível identificar todas as carvoarias clandestinas existentes dentro do perímetro da bacia do rio Pandeiros. Foi contabilizado um total de 1.800 fornos de produção de carvão, em sua totalidade tratava-se de pequenas produções familiares que não ultrapassavam 04 fornos por família. *“Era tudo pequeno produtor. Só o cara que vivia mesmo daquilo, fazer pra sobreviver”*. É importante ressaltar que a operação se

concentrou na região da APA Pandeiros, havia, no entanto, áreas em que os fornos não sofreram intervenção.

A operação contou com o apoio de 13 viaturas, somando um total de aproximadamente 40 homens entre policiais militares e fiscais do IEF-MG. Teve como principal objetivo na primeira fase a derruba dos fornos. Durante 15 dias os agentes destruíram um total de 400 fornos. Explicou Walter que no início da operação ainda era possível ver alguns moradores na rua. No segundo dia as ruas encontravam-se vazias, as escolas, igrejas, botecos, casas, todas fechadas. *“Você chegava numa comunidade como em Cabeceira de Pandeiros, não tinha um ninguém, não via uma criança. Eles sabiam que a operação tava girando e, pra não identificar ninguém, todo mundo saiu pra esconder no mato”*. De acordo com as informações dos funcionários da APA Pandeiros e IEF-MG, parece que a operação se concentrou mais especificamente na área das comunidades próximas à Cabeceira de Pandeiros.

Impactados diretamente com a impossibilidade de manter a produção de carvão, as famílias e os carvoeiros/atravessadores acionaram grupos políticos locais, entre eles vereadores e o próprio prefeito para uma audiência que ocorreu na comunidade de Cabeceira de Pandeiros. Segundo Walter, havia cerca de 60 famílias daquelas que tiveram seus fornos derrubados. *“Eu sei que foi mais ou menos umas duas horas de pancada sem parar. Eles falando que nós tiramos a comida da boca deles, que eles estavam comendo gafanhoto assado e frito. Tinha gente que tava fritando gafanhoto pra comer”*.

A referida audiência trouxe à tona complexas tensões que envolviam segurança alimentar, sobrevivência física das famílias envolvidas, degradação ambiental, além de incidir diretamente nas relações de poder da política local. Nesse contexto, foi pensada uma proposta de projeto de desenvolvimento sustentável para a APA Pandeiros, com objetivo de criar opções de renda frente ao carvoejamento ilegal. Para isso, tomou-se como base a proposta de Bosques Modelo (BM). Originalmente o conceito foi elaborado no Canadá, em meados da década de 1980, e objetivava orientar a gestão de áreas protegidas no sentido de envolver a população local, possibilitando alcançar objetivos globais de redução da pobreza, mudanças climáticas, luta contra a desertificação e metas de sustentabilidade. Em 1992, o modelo canadense foi apresentado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro. A partir de então foram criadas redes de intercâmbio a níveis locais, nacionais e regionais que propiciaram a criação da Rede

Iberoamericana, constituída por quinze países da América do Sul, dentre os quais o Brasil, da América Central e Caribe, além da Espanha.

Segundo informações disponibilizadas pelo IEF-MG<sup>119</sup>, há em Minas Gerais duas áreas reconhecidas pela Rede Iberoamericana de Bosques Modelo. O BM Mata Atlântica, reconhecido desde 2004, alcançando cerca de 2,5 milhões de hectares, no qual estão localizados mais de 230 municípios. E o BM Mosaico Sertão Veredas Peruaçu, cuja criação se deu pela ampliação do BM Pandeiros, reconhecido desde 2005, que se estende por aproximadamente 1,8 milhão de hectares, em 11 municípios de Minas Gerais: Arinos, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, Cônego Marinho, Formoso, Itacarambi, Januária, Manga, São João das Missões e Urucuia; e em Cocos no estado da Bahia. Como apresentado no mapa 13, às áreas de abrangência do Mosaico Sertão Veredas Peruaçu se encontram quase que em sua totalidade sobrepostas aos territórios tradicionais veredeiros o que ocasiona constantes tensões e disputas entre comunidades e gestores estaduais e federais.

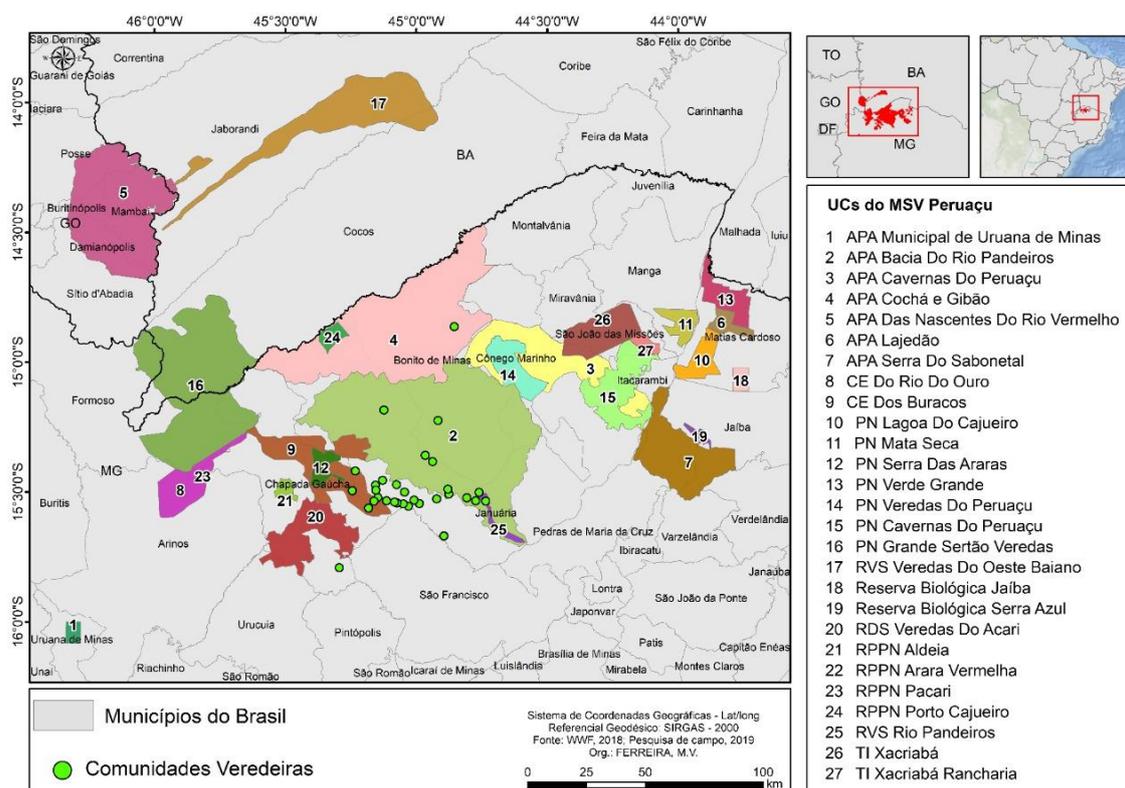


Figura 13: Unidades de Conservação do Mosaico Sertão Veredas do Peruaçu

<sup>119</sup> Informações disponíveis em: <http://www.ief.mg.gov.br/florestas/bosques-modelo> e <http://www.meioambiente.mg.gov.br/noticias/361-projetos-de-desenvolvimento-sustentavel-na-america-latina-e-caribe-sao-temas-de-encontro>. Acesso em 06 de janeiro de 2022.

Todavia, foi nesse contexto que foi pensado o Projeto Pandeiros que, através de parceria com a Promotoria Especializada da Bacia do Rio São Francisco, possibilitou o repasse de recursos provenientes de multas dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs). O montante que possibilitou o projeto sair do papel foi a reparação dos danos ambientais ocorridos na área do pântano do Pandeiros, onde a Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG) respondeu por uma ação civil pública referente à mortandade de aproximadamente 20 toneladas de peixes na área da usina hidrelétrica de Pandeiros, em 2007. Para além dos documentos institucionais, informações de técnicos do IEF-MG que atuavam na região naquele período sinalizavam que a insuficiência de água para geração de energia, devido ao volume do rio, levou a CEMIG a entrar em processo de fechamento da Pequena Central Elétrica Pandeiros. Segundo informações, os funcionários passaram a fechar as comportas durante o dia, para gerar acúmulo de água, e abriam no horário de pico, de cinco às dez da noite, possibilitando assim o funcionamento das turbinas. Todavia, essa operação secava o rio em mais de 40 km. A fim de flagrar esse tipo de manejo, funcionários do IEF-MG passaram a se organizar para coletar provas do que vinha ocorrendo.

*Aí eu comecei a montar acampamento para dar flagrante na Cemig, até eu consegui. Quando eu passava pra lá, eles sabiam que era eu, eles tinham o espião, eles abriam as comportas. Um domingo eu fui de moto, descaracterizado, e consegui fotografar a cachoeira do Pandeiro sem uma gota d'água, o rio totalmente seco. Eu fui no Ministério Público e aí conseguimos fazer um Termo de Ajustamento de Conduta. A Cemig passou um valor de 150 mil reais para o Projeto Pandeiros, por meio de uma ONG (Funcionário do IEF, setembro de 2019).*

Outra importante fonte de recurso se deu por meio de acordos firmados entre IEF-MG e empresas de siderurgia a partir da Reposição Florestal<sup>120</sup> por meio do qual, ao invés de pagar o replantio de cada metro cúbico da madeira consumida nos altos-fornos, as empresas poderiam investir em projeto de desenvolvimento sustentável, nesse caso, o Projeto Pandeiros. A partir dessa negociação, o Projeto passou a contar com uma injeção de quase dois milhões de reais, o que possibilitou sua ampla estruturação. Em 2004, o Projeto iniciou suas atividades com as famílias da região de Pandeiros.

O Projeto Pandeiros inicialmente possibilitou a distribuição de cestas básicas para as famílias que tiveram suas atividades de carvoejamento impactadas. Posteriormente, dedicou-se ao subsídio, aquisição de equipamentos, insumos e assistência técnica para o

---

<sup>120</sup> A Reposição Florestal é obrigação de caráter indenizatório, com o objetivo de reposição do estoque de madeira de florestas nativas, e é devida por pessoa física ou jurídica que suprima vegetação nativa ou que industrialize, beneficie, utilize ou consuma produtos e subprodutos florestais oriundos de florestas nativas. Maiores informações em: <http://www.ief.mg.gov.br/component/content/article/3306-nova-categoria/2551-reposicao-florestal>.

desenvolvimento de atividades alternativas àquelas que levavam ao alto índice de degradação ambiental. Entre as ações desenvolvidas estavam a promoção da agricultura e pecuária de pequeno porte, compatível com a preservação das áreas sob proteção, cursos de formação para manejo de abelhas para produção de mel e formação de florestas sociais de produção, como forma de reduzir a demanda por madeira para produção do carvão.

Neilton, funcionário da APA Pandeiros, explica o contexto do Projeto Pandeiros da seguinte forma:

*A chegada do IEF não se deu com o Refúgio, mas antes, devido à questão do carvão que era uma coisa muito forte na região. Eles perceberam que só a questão da fiscalização e derrubada de fornos não estava resolvendo muitas coisas. Porque os pequenos continuavam fazendo. Eles pensaram fazer o Projeto para dar opções para que as pessoas possuíssem uma outra renda. Porque o carvão era uma renda mais fácil e mais rápido para eles. Pelo que as pessoas que estavam no Projeto Pandeiros (funcionários do IEF-MG) falavam era para tirar essas pessoas das veredas, tirar essas pessoas do carvão. A vereda, a nossa caixa d'água é o Cerradão e a água vem das veredas. Então a intenção era tirar o povo das veredas, de queimar as veredas e ao mesmo tempo do carvoejamento. Mas tem que dar uma opção para eles e a opção foi o Projeto Pandeiros.*

*O Projeto Pandeiros não é um projeto de goela abaixo, não. Você chegava para a pessoa e perguntava, você quer criar o quê? Criar frango? Então beleza. Dava o treinamento, montava o galpão para ele poder trabalhar, colocava os frangos, a ração, a assistência técnica. Ah, não. Eu quero mexer com abelha. Então, dava o treinamento, dava o curso, dava as caixas, tudo. O que você imaginar. A pessoa tinha que entrar somente com o serviço, com a vontade (Neilton, Pandeiros, 10 de abril de 2019).*

As possibilidades proporcionadas pelo Projeto Pandeiros são reconhecidas como divisor de águas entre as famílias veredeiras. Desde a chegada das empresas as atividades voltadas para o desmatamento e produção de carvão se tornaram predominantes entre aquelas famílias, pois muitas delas perderam suas terras ou desmataram as áreas que tinham para produzir carvão. Seu Bauzinho nos conta que nesse período começou a trabalhar para uma dessas empresas, sediada em Belo Horizonte, construindo cercas.

*Na época das carvoeiras que estavam aí, eles desmatavam e eu fazia cerca. Quando acabou a cerca eles me colocaram para mexer com motosserra. Rapaz, até hoje eu me lembro. Nós, meio dia assim, almoçava debaixo de uma árvore lá, aquela marmitinha fria ali, depois o primeiro pau que a gente cortava era aquele pau. Isso foi me dando uma dor no coração que eu cheguei em casa e falei com a mulher que não iria mexer com motosserra mais não. Foi a época que chegou o pessoal do IEF orientando a gente. Agora que eu não corto mesmo madeira. Eu fiquei cortando lenha na base de uns três anos. Quando chegou o Projeto Pandeiros eu criei uma associação na comunidade que não tinha. A Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Traçadal (Seu Bauzinho, Traçadal, 10 de abril de 2019).*

Devido aos vultuosos volumes de recursos empregados, novas práticas passaram a ser incorporadas por muitas famílias, dentre elas, a de maior destaque, a apicultura, que se tornou

importante fonte de renda para um número expressivo de produtores. A área desmatada caiu de 3,5 mil hectares para 353 hectares, segundo estatísticas confirmadas por levantamento aerofotogramétrico realizado pela Secretaria Estadual de Meio Ambiente. Seu Bauzinho também conta que *“quando chegou o projeto Pandeiros, foi bom demais. Gradeavam terra para a gente, davam semente. Só para evitar o carvão. Fez até uma fabriqueta de farinha para nós. Até ontem tava funcionando farinha lá”*. Na mesma conversa Seu Dedé, Barra de Mandins, explicou que *“veio a Plantar, veio o Governo que liderava o desmate, numa época em que o IBAMA castigava o pobre e o rico deixava de boa. Quando o IEF veio melhorou. Hoje a gente mexe com apicultura através do IEF. Mas através disso aí, não deixa de ter um mão ligeira. Teve um mão ligeira no IEF, um grandão lá de cima e acabou”*. (Conversa gravada em Barra de Mandins com Seu Bauzinho da Comunidade de Traçadal e Seu Dedé, comunidade de Barra de Mandins, 10 de abril de 2019).

Seu Dedé se refere às denúncias de corrupção, amplamente conhecidas na região, que se iniciaram dentro do IEF-MG, envolvendo funcionários do alto escalão do órgão, o que levou ao desmantelamento da iniciativa. Outro ponto que afetou diretamente a participação das famílias e técnicos do IEF-MG foi a articulação entre os empresários, políticos e atravessadores de carvão vinculados à “Máfia do Carvão”. Segundo um dos funcionários do IEF-MG *“A gente era concorrente deles. A gente tirava o cara do carvão pra uma atividade sustentável e eles estavam perdendo a clientela”*. Como consequência da insatisfação dos atravessadores locais, um dos funcionários do IEF-MG que trabalhava em campo foi alvejado com 04 tiros em pleno horário de serviço. O autor dos disparos é irmão de um dos comerciantes mais conhecidos do distrito de Pandeiros. O evento levou alguns membros da equipe do IEF-MG a saírem da região.

A “Máfia do Carvão”, organização que atua principalmente no Norte de Minas, foi alvo de uma Comissão Parlamentar de Inquérito, iniciada pela Assembleia Legislativa de Minas Gerais (CPI-ALMG), em agosto de 1995. Teve como motivação uma denúncia em reportagem veiculada pelo jornal "Estado de Minas", que desde 1993 vinha realizando uma série de matérias sobre o tema. Em 16 de julho de 1995, o jornal publicou reportagem, demonstrando que a forma de circulação do carvão no Estado vinha lesando os cofres públicos em cerca de R\$200.000.000,00 por ano, em Impostos sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS), e a sua produção vinha causando danos irreparáveis ao meio ambiente, devido à destruição clandestina de matas nativas, com grande concentração na região Norte do estado. À época, Minas possuía o maior parque siderúrgico do país,

consumindo cerca de 93,8% do carvão produzido nacionalmente. Com a promulgação da Constituição do Estado de Minas Gerais, em 1989, passou a ser atribuição municipal a distribuição das notas fiscais para a circulação do carvão. A Secretária de Estado da Fazenda repassou aos municípios, nominalmente, os talonários das notas fiscais, atendendo ao disposto no artigo 147 da Constituição do Estado. De acordo com o Relatório Final da CPI, o ICMS do carvão só é recolhido na comercialização de ferro gusa. Assim, para que os municípios produtores de carvão aumentem o índice do Valor Adicional Fiscal - VAF, são necessárias informações corretas das siderúrgicas sobre a origem e a quantidade de carvão que consomem. O Relatório traz o exemplo do município de São João do Paraíso e a discrepância entre a produção de carvão e o recebimento de ICMS. A produção mensal de carvão girava e em torno de 50.000m<sup>3</sup> de carvão, algo próximo a 714 caminhões de 70m<sup>3</sup> que saiam carregados todo mês do município. Com o preço do metro cúbico, na época, a R\$22,00, sendo que o carvão de mata nativa, por ser mais pesado, tem cotação maior, a produção giraria em torno de R\$1.100.000,00. Entretanto, com o índice VAF de 0,02917, São João do Paraíso tinha recebido de ICMS, em março de 1993, R\$25.525,00, ou seja, pouco mais de 2% do faturamento estimado do município com o carvão em um mês. No período da CPI o IEF-MG calculava que 20% do transporte de carvão no Estado era clandestino. No entanto, caminhoneiros que trabalhavam diretamente com o transporte de carvão afirmavam que o transporte clandestino poderia chegar a quase 50% do total. Entre os investigados estavam empresários do setor siderúrgico, proprietários de terras do Norte de Minas e funcionários do IEF-MG. A CPI também apontou a necessidade de se investigar o trabalho possivelmente escravo e infantil, na região de São Francisco e São Romão, de crianças de 7 a 8 anos, que ajudavam os pais na produção de carvão. O valor pago por metro cúbico era de R\$0,50. Entre as empresas citadas, destaca-se a RIMA Industrial S/A, acusada por receptação de cargas com documentos ilegais no município de Bocaiúva (MINAS GERAIS, 1996).

A CPI da Máfia do Carvão dos anos 1990 não conseguiu resultados satisfatórios, fato que se evidencia pela degradação identificada na primeira década dos anos 2000 na bacia do Rio Pandeiros onde, mesmo sem a participação direta de empresas, a produção de carvão clandestino ainda se mantinha em alta. Antes da intervenção do IEF-MG, em 2005, no auge da produção de carvão, saíam de Pandeiros, aproximadamente, 30 caminhões por dia, sendo que cada caminhão custava algo próximo de R\$7.000,00. Segundo os moradores, todo o movimento comercial na região girava em torno da produção de carvão, as vendas de

alimentos, açougues, pensões, produtos de casa, sendo que toda produção era única e exclusivamente da derrubada de vegetação nativa.

Como narrado por diferentes lideranças que lutaram contra ou que em algum momento se envolveram com a produção de carvão, as famílias faziam suas produções por “catação”, ao contrário das grandes baterias das firmas que abriam grandes áreas de desmate. O pequeno carvoeiro derrubava uma ou duas árvores para fazer algo próximo de 20 m<sup>3</sup> de carvão ao mês, enquanto a carga de um caminhão é entre 80m<sup>3</sup> a 94m<sup>3</sup>. Para realização da catação, uma pessoa circula de moto identificando os pequenos produtores que tinham alguma produção e juntava essas pequenas cargas de 10m<sup>3</sup>, 20m<sup>3</sup> para formar um caminhão completo. Um caminhão pequeno chamado de baldeio entra nas áreas de chapadas recolhendo as pequenas cargas e trazendo para áreas próximas ao cascalho (BR 479). Muitas vezes, para identificar os locais que possuem cargas a serem carregadas pelos caminhões de grande porte, marcas são deixadas ao longo da estrada, podendo ser panos amarrados ou plásticos dependurados nas árvores identificando a catação. A estratégia ocorre porque os caminhões de carga são veículos trucados, ou seja, de grande porte, e por isso não têm condições de se deslocar nas áreas de chapada com suas areias soltas. É comum encontrar com grandes caminhões tombados em áreas de bancos de areia. Outro veículo utilizado nesse processo é o saruá ou prancha, pequeno caminhão que leva a lenha até os fornos.



Imagem 3: Forno de carvão em pequena propriedade  
Autor: Breno Trindade



Imagem 4: Fornos de carvão com destaque para forno infantil  
Autor: Breno Trindade



Imagem 5: saruá, comunidade de Poções  
Autor: Breno Trindade



Imagem 6: Caminhão tombado próximo a São Joaquim, Januária-MG  
Autor: Breno Trindade

Durante muitos momentos, enquanto me deslocava de moto no meio das chapadas, pude cruzar com esses pequenos caminhões, passando com pequenas cargas de carvão ou lenha. Durante o dia ocorre a catação, pois os deslocamentos são feitos dentro da chapada, distantes das vias principais, onde poderia ocorrer alguma fiscalização. No período da noite e finais de semana são quando mais se observa o fluxo de grandes caminhões, passando por São Joaquim e Pandeiros, com cargas completas de carvão.

A fim de criar um verniz de legalidade, dois mecanismos são utilizados desde os tempos da CPI (1995). O primeiro se dá pela aquisição de notas falsas. Havia um escritório de contabilidade, em Januária-MG, onde todas as notas eram geradas. Ao chegarem, as cargas recebiam uma nota fiscal que atestava que aquele produto era oriundo de outra região, como Bahia, Goiás, onde também havia outras redes que facilitavam esses documentos fiscais. O segundo recurso era que, nessa mesma rede, proprietários de terras solicitavam autorizações para desmatamento e produção de carvão. Todavia, ao invés de realizar a produção, pessoas do escritório de Januária estimavam supostas quantidades de cargas e disponibilizavam notas fiscais que eram utilizadas pelos atravessadores de carvão ilegal que, por sua vez, repassavam percentual para o proprietário de terra solicitante e para o escritório que agenciava a documentação. Assim, utilizava-se de um processo legal para cobrir as cargas de carvão que estavam sendo produzidas ilegalmente<sup>121</sup>. Todos esses procedimentos foram levantados pela

---

<sup>121</sup> A partir de 1993, o IEF, instituiu, seguindo a Lei Florestal, a Guia de Controle Ambiental - GCA - e o Selo Ambiental Autorizado - SAA - para o transporte de carvão. Tratava-se de um conjunto de selos que os documentos das cargas deveriam conter para comprovar a origem do carvão. Para maior conhecimento sobre os

CPI (MINAS GERAIS, 1996) e são de conhecimento das lideranças vereadeiras, mas até o momento continuam sendo realizados para manutenção dos transportes de cargas ilegais.

Na área de abrangência das comunidades vereadeiras, são três os principais polos de atravessamento de cargas de carvão, os distritos de Pandeiros e São Joaquim, em Januária, e em Bonito de Minas. Os principais nomes que agenciam essas cargas estão vinculados aos comércios e posto de gasolina, que possuem caminhões e negociam diretamente com os pequenos produtores. Lideranças vereadeiras narram que, em muitos casos, as compras de alimento feitas nas vendas pelas famílias locais são pagas com a produção de carvão. Seu Santino, da comunidade de Água Doce em Bonito de Minas, pontua que o aliciador do carvão, em muitos casos, estimula os pequenos produtores pagando antecipadamente, gerando uma espécie de dívida por dependência, uma vez que são eles que dominam o comércio local. Outra forma de contrair dívidas é quando os atravessadores disponibilizam bens domésticos como televisão, geladeira, fogão e mesmo material de construção, como forma de fazer que as famílias garantam a continuidade da produção nos fornos de carvão. Em conversa gravada no VI Colóquio Internacional de Povos e Comunidades Tradicionais, realizado na Unimontes em setembro de 2019, Santino explicou que *“às vezes, o caminhão vem com material de construção e volta com carvão. É uma forma de escravização moderna”*. Importante ressaltar que dentro desse jogo há àqueles carvoeiros que hoje se encontram vinculados à política local, ocupando cargos no legislativo municipal, como vereadores. Além de financiar campanhas de prefeitos, as pessoas envolvidas nessas atividades ilegais buscam também eleger seus próprios deputados.

Em janeiro e fevereiro de 2022, o preço do carvão passou de R\$80,00 o metro cúbico para estabelecer-se entre R\$180,00 e R\$200,00 o metro cúbico. Com isso houve uma nova onda de produção em algumas comunidades reconhecidas por manterem a prática. Na fala de um dos moradores: *“o pessoal tá quase tirando as madeiras das casas para queimar”*. Algumas lideranças que se voltaram contra o carvão passaram a ser ameaçadas de morte, entre elas, Jaime, presidente da Associação Central das Comunidades Vereadeiras (ACEVER), e Toni Cigano, produtor de mel de Cabeceira de Mandins.

---

procedimentos de atestados para desmatamento e produção de carvão e selos para transporte de carga, ver Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar Denúncias Contra A Chamada “Máfia Do Carvão” (MINAS GERAIS, 1996).

#### 4.5 OBITUÁRIO DAS ÁGUAS E A MORTE DO BURITI

Em diferentes momentos desse trabalho argumentei sobre a estreita relação entre as comunidades e os ambientes que compõem seus territórios, amplos e complexos, que incidem diretamente no que é ser veredeiro. Enfatizei também o vínculo existencial estabelecido entre as comunidades e suas águas, relação tão próxima que veredas, córregos e ribeirões dão nome a cada uma dessas localidades, ou seja, elas existem a partir dessas águas. Todavia, com a chegada das empresas abre-se um momento que trouxe mudanças nunca imaginadas, como na fala do senhor que questionou os funcionários da empresa se eles eram deuses. Trata-se de uma experiência que atravessou as formas dessas comunidades constituírem-se na relação com seu ambiente, pois, por meio de intervenções tecnológicas, a transformação do seu habitat ocorreu a ponto de desafiar o próprio conhecimento veredeiro.

Seu Pedro, comunidade de Poções, compartilhou sua percepção sobre essa transformação.

*Olha, a gente que é nascido e criado no lugar conhecia tanto córrego. Eu comecei a ser vaqueiro com 14 anos de idade. Eu fui criado com minha avó e ela tinha gado. Desde então eu venho mexendo com gado, é dos outros, é de irmão, é de filho. Eu conheci tanto córrego, como o Forquilha Nova, Capivara, Raposa, Gentil, Galho do Meio, Galho de Dentro, Porcos, Pindaibal. Só passava de carroça dentro d'água, os bois chegava a ficar rebocado dentro d'água. Hoje só tem areia. Por que aconteceu? Eles chegaram, meteram o trator e quebrou tudo. Não ficou um passarinho, não ficou um tatu, não ficou um veado. Ficou só o chapadão, porque onde a corrente passa, não sobra nada. (Conversa realizada em 23 de setembro de 2018).*

Como já descrito, as empresas utilizaram-se do sistema de correntão para realizar a derrubada das áreas de chapadas e veredas. Os lotes demarcados para o desmatamento e depois utilizados para plantações de eucalipto eram separados por carregadores, estradas abertas para a passagem dos tratores de esteira que carregavam os correntões. Até hoje é possível identificar esses carregadores em imagens de satélite dispostos como cicatrizes geométricas nas imensas chapadas do rio Pandeiros (imagem 6). Após décadas, esses carregadores tornaram-se corredores de deslocamento de grandes volumes de areias que, com as chuvas, correm por meio das enxurradas assoreando as cabeceiras de rios e veredas, muitas vezes, levando a morte dessas águas, além de causarem processos erosivos extremos, como o verificado na vereda Acicel (imagem 7).

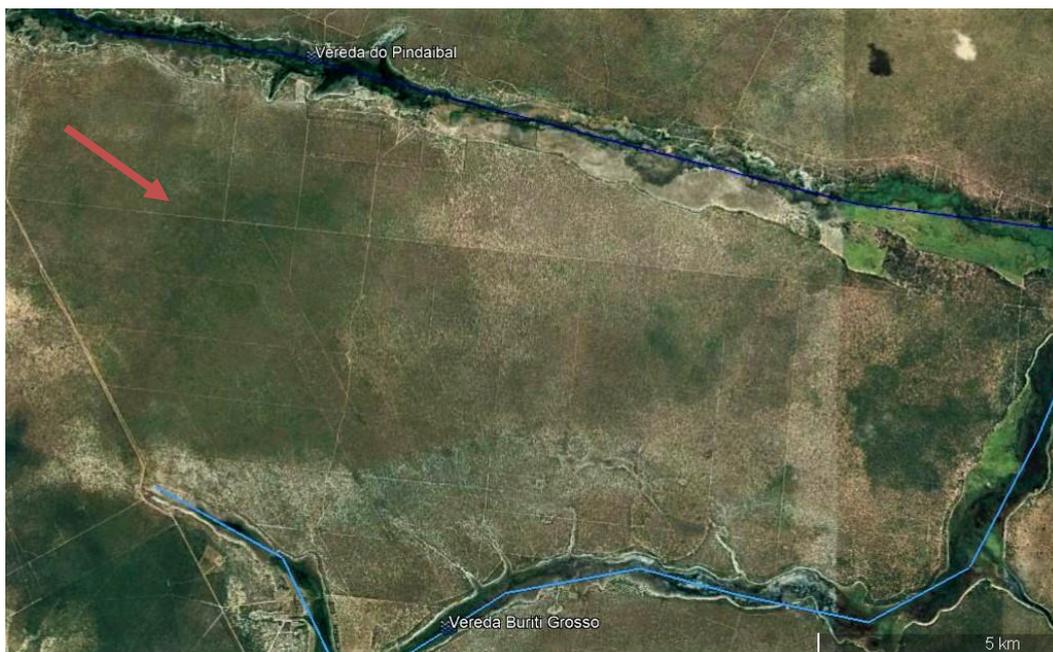


Imagem 7: área de chapada marcada pelos carregadores  
Fonte: Google Earth Pro



Imagem 8: Voçoroca na vereda Acicel, São Joaquim  
Autor: Breno Trindade

Dayrell (2019), ao visitar a comunidade veredeira do Japão acompanhado por Jaime, da comunidade de Capoeirão, tratou do cercamento das áreas de uso comum e do nível de degradação ambiental sofrido desde a chegada das empresas. Naquele período, a comunidade apontou que havia empresários que iniciaram projetos de irrigação com base em poços

artesianos para aproximadamente mil hectares de lavouras. Todavia, a perfuração para acesso à água ocorre em profundidades que podem alcançar 400 metros, a depender do local. Houve relatos de profissionais que, ao abrirem poços artesianos, encontraram 400 metros de areia, sem com isso atingir o lençol freático. Ponto importante para se compreender as chapadas da área em questão é que são ambientes compostos por bolsões de areias de 200, 300 e até 400 metros de profundidade, sustentados por rochas calcárias que armazenam grandes quantidades de água. Isso demonstra as características das chapadas da porção esquerda do rio São Francisco e as consequências danosas da exploração empresarial do Cerrado.

*A terra era de areia e esse trem foi afofando essa areia. Quando chovia a enxurrada descia pelos carreadores trazendo essa areia todinha para dentro dos córregos. Vou te falar a verdade, a gente passou um apuro que a gente não sabia onde meter a cabeça, mudar para onde? Porque não tinha mais água, não. Poço artesiano secando, só via o povo falar que os poços estavam secando (Conversa gravada com a participação de Seu Pedro, Poções, 23 de setembro de 2018).*

Com o passar das décadas, os danos causados pelas empresas e pela degradação ocasionada pela continuidade da produção do carvão passaram a ser percebidos não somente a partir das águas superficiais, mas também a partir dos impactos ocorridos no lençol freático da região. Explicou Walter Viana Neves, ex-IEF e atual funcionário do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (IGAM), que, mesmo com todos os trabalhos realizados para preservação da APA Pandeiros, os córregos e rios continuaram diminuindo de volume e, em alguns casos, acabaram secando. O combate à extração de madeira ilegal, a derrubada de fornos, o Projeto Pandeiros - que buscou incentivar o extrativismo e outras atividades alternativas ao carvão para geração de renda, nenhuma dessas ações foi eficaz a ponto de conseguir frear a diminuição das águas. Comumente, a ideia central que tende a guiar as ações de preservação ambiental se baseia na perspectiva de que preservando a vegetação nativa seria possível preservar as águas. Ponto crucial que é colocado: as grandes áreas de vegetação nativa que nos últimos 20 anos conseguiram se recuperar minimamente não contribuíram para mudanças significativas em relação aos volumes de água superficiais.

Com objetivo de entender os fatores da degradação hídrica local, Walter Viana Neves (2011) monitorou a vazão de seis bacias hidrográficas com veredas, em diferentes estádios de conservação, ocorrentes na APA do rio Pandeiros: foram três degradadas (Buriti Grosso, Pindaibal, Capivara [rio Catulé]) e três preservadas (Água Doce, Almescla, São Francisco). Um dos resultados alcançado foi que, conforme o aumento do impacto ambiental, menor é a vazão da vereda nos períodos de chuva o que poderia levar à seca desses ecossistemas. Todavia, após o estudo, Neves percebeu que mesmo em áreas preservadas como aquelas

situadas no Parque Estadual Veredas do Peruaçu, as águas das veredas continuavam diminuindo. Ponto básico que deveria ser levado em consideração: o que protege a vereda e é fundamental para a manutenção do seu sistema vivo é a própria água. Quando ela seca, mesmo sem qualquer tipo de exploração, a vereda entrará em colapso, seja pela morte de sua vegetação, seja pelo risco do fogo entrar e queimar tudo. Vale lembrar que o fogo ocorre todo ano, mas a água torna-se uma barreira natural. “*O Buriti Grosso, antes dele ser desmatado, não entrava fogo, não entrava gente, não entrava nada. Era um pântano o negócio*” (Entrevista Walter Viana Neves, Montes Claros, 17 de setembro de 2019).

Na tese de doutoramento de Neves<sup>122</sup>, evidencia-se que o principal mecanismo de degradação das principais veredas da região (veredas mãe) foi o esgotamento via sistema de drenagem espinha de peixe, mas não só. Mesmo com o fim das atividades das empresas e a diminuição de supressão via produção clandestina de carvão, as veredas continuam secando. Uma das hipóteses levantadas é que a degradação iniciada durante os anos de 1980 deflagrou um processo de deterioração do ambiente sem volta, que passou a avançar na região em cadeia. Estudando as variáveis hidrológicas<sup>123</sup>, Neves constatou que não houve variações significativas em relação ao nível de precipitação de chuvas desde a década de 1980. No entanto, em áreas como Peruaçu, foi observada uma diminuição da vazão de água na casa de dez vezes. Se nos anos de 1980 a vazão era de 450mm/s, no período de medição, em 2016, foi de 45mm/s. Em uma área de grande preservação, como no Parque Veredas do Peruaçu, a evapotranspiração, consumo humano e escoamento superficial eram desprezíveis. No mesmo sentido, nas áreas de estudo, não há presença de significativas plantações de eucalipto, pois, vale lembrar que as plantações industriais não vingaram em decorrência do tipo de ambiente. Uma possibilidade de análise tornou-se o lençol freático que, anualmente, sofre variações de acordo com os regimes pluviométricos. Notou-se então que entre as variações durante o ano havia mais perda de água do que a capacidade de recuperação do volume total. De acordo com as informações disponibilizadas pelo autor, no período de sua pesquisa, o monitoramento apontou que o lençol freático da região havia abaixado 02m aproximadamente. Suas estimativas indicam que a diferença negativa de recarga da porção do lençol freático da região pode girar em torno de 0,5m por ano, mesmo com o regime pluviométrico relativamente estável.

---

<sup>122</sup> A tese defendida por Walter Viana Neves não está disponível para consulta. No entanto, o autor compartilhou informações quando em entrevista realizada no dia 17 de setembro de 2019.

<sup>123</sup> As variações hidrológicas são formas quantitativas e qualitativas para se compreender as variações temporais e/ou especiais dos fenômenos do ciclo da água. Alguns exemplos são: vazão, número de enchentes no ano, tipo de água, intensidade da chuva. Fonte: [www.dpi.inpe.br](http://www.dpi.inpe.br). Acesso em 30 de dezembro de 2021.

Para explicar esse rebaixamento do lençol freático, a principal hipótese que passou a ser levantada foi o crescente número de poços artesianos que vem se multiplicando a cada década. Todavia, devido ao grande número de poços que devia ser monitorado e a complexidade desse levantamento, a hipótese não pôde ser comprovada. Um importante ponto a ser notado é que, devido à formação geológica da região ser predominantemente calcária, característica particular da margem esquerda do São Francisco (SOUZA *et al*, 2014), os lençóis freáticos comportam-se como verdadeiros rios subterrâneos, percorrendo centenas de quilômetros, o que influencia diretamente as dinâmicas hídricas superficiais, tornando esse ambiente de grande complexidade e, conseqüentemente, extremamente sensível a qualquer tipo de variação e intervenção. Os poços artesianos da região estão cravados nos calcários e cavernas que compõem o Aquífero Bambuí. Ao retirarem grandes quantidades de água de forma agressiva, como vem ocorrendo nas últimas décadas, tudo indica que tais práticas colaboram diretamente com a diminuição do nível de água desse aquífero, que interfere diretamente no volume de água superficial de veredas, córregos, lagoas e riachos.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM) realizou trabalho no Norte de Minas Gerais, nomeado Projeto Águas do Norte de Minas<sup>124</sup>, e analisou a disponibilidade dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos da região, principalmente o conjunto hidrológico do aquífero Bambuí e sua capacidade para exploração. Em entrevista, Neves questionou a forma que o Projeto baseou a análise de dados, pois, ao comparar os poços regularizados e aqueles clandestinos, a estimativa foi de 1x1, ou seja, para cada poço autorizado há um poço clandestino. No entanto, para os profissionais que trabalham na região, e têm conhecimento da demanda para perfuração de poços, sabem que essa relação deve ser de no mínimo 3x1, para cada poço autorizado existem pelo menos três irregulares<sup>125</sup>. A perfuração de poços artesianos passou a ser prática corriqueira na região, desde quando passaram a sentir os danos decorrentes da exploração por parte das empresas, somados aos críticos períodos de estiagem. A abertura de poços, pelo menos para aqueles que têm condições financeiras para arcar com os custos, pode variar de R\$15.000,00 a R\$20.000,00, tornou-se a solução para a seca. Em São Joaquim, identifiquei um poço artesiano perfurado ao

---

<sup>124</sup> Maiores informações em: <http://www.cprm.gov.br/publique///Projetos/Projeto-Aguas-do-Norte-de-Minas---PANM-5664.html>. Acesso em 06 de janeiro de 2022.

<sup>125</sup> De acordo com dados disponibilizados pelo Serviço Geológico do Brasil – CPRM, a quantidade de poços artesianos no município de Januária parece muito aquém daquela que verificamos quando em trânsito em campo. Sobre a quantidade de poços em Januária ver: [http://siagasweb.cprm.gov.br/pmapper/map.phtml?dg=station\\_spatial.estados.municipios.cidade&me=-46.159125459802,-16.090388066783,-43.838995002179,-4.800315527846&language=BR&config=default](http://siagasweb.cprm.gov.br/pmapper/map.phtml?dg=station_spatial.estados.municipios.cidade&me=-46.159125459802,-16.090388066783,-43.838995002179,-4.800315527846&language=BR&config=default). Acesso em 06 de janeiro de 2022.

lado da vereda Rancharia, próxima ao centro do distrito. Como consequência desse tipo de ações indiscriminadas, muitos poços da região já se encontram secos. Os moradores relatam que se antes, para cavar e se chegar ao lençol freático era comum poços que variavam entre 40 e 60 metros de profundidade. Atualmente, muitos poços só começam a brotar água a partir de 150 metros de profundidade. No entanto, a partir de 180 metros se torna inviável devido à baixa vazão de água.

Apesar do alto número de poços legalizados e subnotificados, a grande maioria das famílias, que vive e produz nos territórios veredeiros, utiliza, quase que exclusivamente, águas de chuva, seja nos períodos de precipitação, seja a partir dos volumes de água captados e armazenados via cisternas calçadão ou telhados<sup>126</sup>.

Para Neves, em se tratando do Norte de Minas, ao longo das décadas, o poder público estruturou a matriz produtiva regional com base em cálculos de reserva hídrica irreais, explorando, inclusive, parte do volume do Aquífero Bambuí que não consegue ser reposta gerando, anualmente, expressivo déficit hídrico. Trata-se de uma tragédia anunciada que mais cedo ou mais tarde levará a região a um colapso produtivo, no qual os mais afetados serão as comunidades que historicamente habitam aquele lugar.

De acordo com as informações até então apresentadas, pode-se inferir que em consequência da exploração do ambiente com a intervenção empresarial, tendo como base a supressão da vegetação nativa, esgotamento das veredas mãe, implementação indiscriminada de poços artesianos, gerou-se uma onda de destruição contínua.

*O mapa da APA de Pandeiros é igual ao mapa do Brasil. Aí, vem assim os afluentes. Quando você sai de Januária indo pra Bonito de Minas, no asfalto, você passa pelo primeiro afluente que é o Macaúbas, depois você passa pelo Burrachado, dentro do Bonito de Minas, depois o Catulé. O Macaúbas secou, depois o Burrachado secou e o Catulé começou a secar. Os poços começaram em Januária e foi andando. Conforme eles vão andando os rios estão secando. É igual a uma onda. Tá chegando no Burrachado que tá acabando de secar. Em Pandeiros os poços começaram a entrar e o Pindaibal começou a sentir. As veredas estão com os dias contados. Enquanto tiver uma vereda viva, o Bambuí tem água. Porque os poços estão cravado no calcário, né? Fura e vai lá na rocha (Walter Viana Neves, Montes Claros, 17 de setembro de 2019).*

De acordo com levantamento que realizei, a partir da cartografia social veredeira e do cruzamento com a base de dados do IBGE referente aos “Recursos Hídricos do Brasil”, foi possível localizar um total de 127 cursos d’água que compõem uma complexa rede hídrica, onde estão localizadas as comunidades veredeiras. Grande parte desses córregos, veredas e

---

<sup>126</sup> Um dos projetos que mais contribuiu para a independência hídrica dessas comunidades foi o Programa 1 Milhão de Cisternas (P1MC), desenvolvido pela ASA Brasil, já mencionado no primeiro capítulo desse trabalho.

ribeirões fazem parte das bacias dos rios Pardo e Pandeiros. Esse levantamento foi classificado pelos vereadores e colaboradores como “Obituário das Águas”, pois, em sua grande maioria, não mais existem enquanto cursos d’água, tamanha a degradação sofrida, seja por danos diretos e indiretos desde o tempo das empresas. Aqueles que ainda não secaram completamente, em períodos de estiagem, já não correm mais. A área hachurada, localizada entre os rios Pardo e Pandeiros, é uma parcela do total explorado pelas empresas Plantar Ltda e Rima Industrial S/A e compreende um montante de 80.000 hectares que foram profundamente degradados pelos correntões e pelo carvoejamento. Nota-se que as terras estão concentradas nas áreas do Buriti Grosso, Pindaibal e Alegre, ou seja, as principais veredas mantenedoras dos demais cursos d’água. Outro ponto fundamental é que as terras exploradas, além de abrangerem as grandes áreas de chapadas e veredas mãe, também englobam as cabeceiras de importantes córregos que nomeiam as diversas comunidades veredeiras.

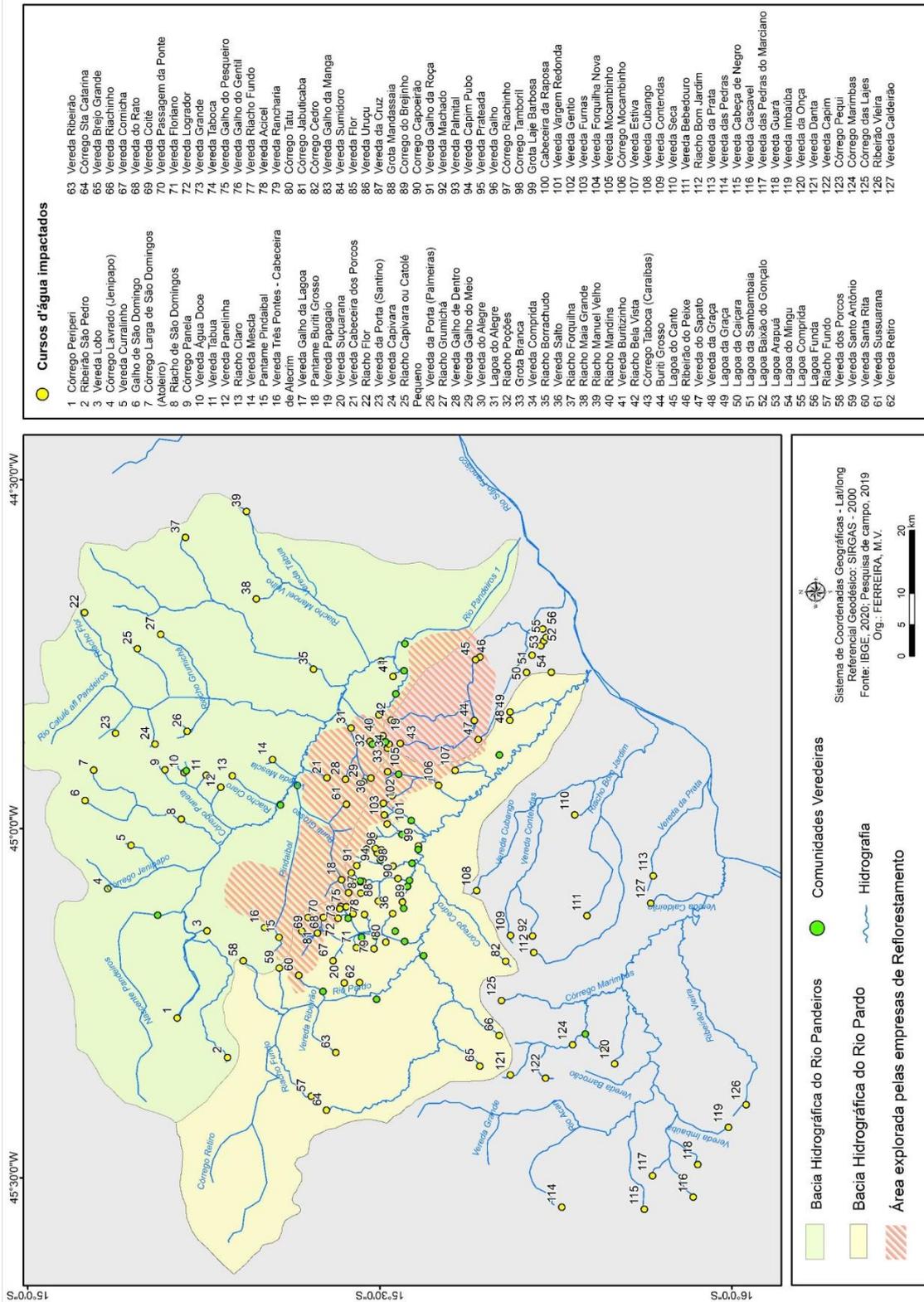


Figura 14: Obituário das águas

#### 4.6 ORGANIZAÇÃO POLÍTICA A PARTIR DAS RUÍNAS

Ao analisarmos os danos provocados desde os anos 1980, percebemos que se deram de forma direta, com a supressão vegetal e drenagem dos principais corpos d'água do território, e indireta, dispersas no decorrer de décadas, afetando diretamente os regimes hídricos, pois, em decorrência do primeiro movimento, os demais córregos e veredas acusaram o impacto poucas décadas depois. É com base nesses acontecimentos que se observa o agravamento dos conflitos socioambientais na região e a reivindicação de direitos pelas comunidades tradicionais, entre os quais, seus direitos ao território e à conservação dos mananciais de água. O processo de mobilização do conjunto de comunidades veredeiras se deu com o movimento de retomada da área da Fazenda Alegre/Angicos, em 2017. A área que passou a ser nomeada como “Território Veredeiro Berço das Águas” se encontra sob domínio da empresa Plantar Ltda, que desde 2009 negocia Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) junto ao Ministério Público de Minas Gerais (MPE-MG) e o Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), referente à multa por passivos ambientais.

Segundo o Instituto Mineiro das Águas (IGAM), em vistoria realizada no ano de 2005, a pedido da Promotoria de Justiça de Defesa da Bacia do Rio São Francisco, no âmbito do Projeto Vereda Viva, a Plantar Ltda foi acusada de “danos causados ao meio ambiente em razão da implantação de floresta de eucalipto, falta de conservação e manejo inadequado do solo na localidade denominada Fazenda Alegre/Angicos”.<sup>127</sup> Tal denúncia se valeu das atividades de desmatamento, como supressão de extensas áreas de Cerrado, por meio de técnicas de grande impacto, para a implementação de monocultura de eucalipto e outros cultivares, como arroz, feijão e algodão. Todavia, com a dificuldade de cultivo dessas espécies na região, devido às características de solo e clima, a empresa, no início dos anos 1990, abandonou a área, tendo realizado somente um corte nas plantações de eucalipto. De acordo com a denúncia, não houve qualquer preocupação com medidas de controle dos impactos, o que teve como consequência o agravamento da degradação ambiental em grandes proporções, por exemplo: assoreamento de cabeceiras de rios e veredas, culminando na morte desses sistemas, processos erosivos, como voçorocas, que tomaram proporções alarmantes nos dias de hoje. Outro fato importante de ser considerado é que a exploração não se deu somente na área da fazenda Alegre/Angico, mas espalha-se sobre diferentes localidades onde

---

<sup>127</sup>Ofício nº 035/2015 da Coordenadoria Regional das Promotorias de Justiça do Meio Ambiente das Bacias dos Rios Verde Grande e Pardo de Minas. O Inquérito se encontra na sede da Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Social (CIMOS) do Ministério Público de Minas Gerais.

a empresa atua. Inclusive para além do território veredeiro, em áreas diferentes daquela que contemplou essa pesquisa.

A denúncia concentrou-se na área da empresa Plantar, que abrange parte do que eram as antigas fazendas Alegre e Angicos. De acordo com as informações, duas veredas foram diretamente impactadas, Vereda do Alegre, que é afluente do rio Pandeiros e Vereda da Capivara, afluente do rio Pardo. A primeira encontrava-se com tamanha devastação que havia o risco de não ser possível sua recuperação, e a segunda, à época da denúncia, ainda conseguia sobreviver, porém seu curso d'água, que recebe o córrego Capivara, tinha se tornado intermitente.



Imagem 9: vereda Capivara  
Autor: Breno Trindade

De acordo com os autos do Inquérito Civil nº 0352.08.000015-6, em reunião realizada em janeiro de 2009, entre as medidas apontadas pela Promotoria de Justiça de Defesa do Rio São Francisco constava a criação de uma Unidade de Conservação (UC), a recuperação da área da Fazenda Alegre e investimentos em pesquisas e projetos ambientais. Com essa sugestão, por parte do MP-MG, o IEF-MG passa a fazer parte das discussões posteriores como interveniente.

Em 17 de março de 2010, reuniram-se na sede da Promotoria de Justiça da Comarca de Januária-MG para dar continuidade aos acordos para elaboração do TAC, representantes da empresa Plantar Ltda, promotores de justiça e representantes do IEF. Os representantes da empresa propuseram a criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) de

05 mil hectares ou um Parque Estadual de aproximadamente 08 mil hectares. Nessa segunda hipótese, a Plantar Ltda continuaria com as medidas emergenciais de recuperação das veredas degradadas, a partir de parceria com a Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES), que passa a acompanhar o Inquérito desde então.

Nota-se que, à medida em que as negociações iam avançando, novos atores passavam a fazer parte da mesa de discussão e o debate, antes restrito ao MP-MG e a Plantar Ltda, ganha novos contornos. Desse modo, passado um ano, em 30 de março de 2011, ocorre nova reunião na qual o IEF-MG manifesta incapacidade de manutenção da possível Unidade de Conservação a ser criada, como sugerido em reunião anterior. Frente ao fato, o órgão aponta três possibilidades: 1- criação de uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN), com área suficiente para a preservação da Vereda do Alegre e doação à União de área contígua a tal unidade, para a criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) Federal; 2- criação de uma RPPN, com área suficiente para preservação da Vereda do Alegre e doação, ao estado de Minas Gerais, de área no entorno do Parque Estadual Serra das Araras<sup>128</sup>; 3- criação de uma RPPN com área suficiente à preservação da Vereda do Alegre e financiamento da desapropriação de parte do Refúgio da Vida Silvestre do Pandeiros (áreas a serem levantadas).

Como demonstrado na figura 12, as comunidades veredeiras, quando não sobrepostas pelas áreas de preservação, encontram-se rodeadas por elas, tensão que limita diretamente os usos das áreas comuns. Um dos casos mais emblemáticos foi o das comunidades de São Francisco e Gentio, do município de Formoso-MG (COSTA, 2005; 2012), que sofreram impactos diretos com a implementação do Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Como consequência, foram assentados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária-INCRA em duas fazendas nas cercanias da Unidade de Conservação (UC) e, como mostrou Costa (2012), foram submetidas a práticas sociais impostas pelos organismos estatais responsáveis pela preservação ambiental e pela reforma agrária. Atualmente, encontram-se em meio às chapadas e distantes do seu ambiente de origem, ao lado das veredas.

Observa-se que expressivo número de parques foi criado ainda no período militar, a partir de uma onda preservacionista, quase como efeito colateral das ações de desenvolvimento do sertão. Para Paul Little (2002), as áreas protegidas representam uma

---

<sup>128</sup> O Parque Estadual Serra das Araras é uma Unidade de Conservação de Proteção Integral e está localizado no Distrito de Serra das Araras, Município de Chapada Gaúcha-MG. Possui uma área de 11.137 hectares. Sua criação deu-se através do Decreto nº 39.400, de 21 de janeiro de 1998. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br/noticias/3306-nova-categoria/1765-parque-estadual-serra-das-araras->. Acesso em: 07 de outubro de 2018.

vertente desenvolvimentista baseada nas noções de controle e planejamento, culminando em um preservacionismo territorializante. Setores conservadores governamentais e da sociedade civil dedicam-se à ampliação desses parques, em diálogo com setores empresariais naquilo que ficou conhecido como **ambientalismo de resultado**. Nesse contexto, as comunidades são impactadas duplamente, de um lado por frentes desenvolvimentistas e, por outro, pela implementação de UC. Um exemplo dessa aliança é descrito por Dayrell (2019) ao se referir à **AMDA** - Associação Mineira de Defesa do Meio Ambiente que, inicialmente, era animadora do movimento ambiental no estado e passou a atuar junto a setores empresariais do complexo envolvido na mineração, carvão e celulose, incorporando em seus quadros empresas que tinham passado a adotar as denominadas “boas práticas ambientais”.

Diante do exposto, percebe-se o poder que instituições vinculadas à preservação ambiental exercem em regiões como o Norte de Minas. Retomando aos autos do inquérito do Ministério Público Estadual, em reunião realizada em 08 de junho de 2011, tinha-se decidido pela criação de uma Unidade de Conservação em área a ser definida com base no diagnóstico realizado pelo Centro de Agricultura Alternativa (CAA), que também apontaria o modelo de UC mais adequado para o local. A referida Unidade, quando implantada, ficaria sob a gestão da Prefeitura de Januária. Uma vez realizado o diagnóstico, o representante do CAA, Carlos Dayrell, apresentou a área que seria destinada à criação da UC e argumentou que, com base nos estudos e na existência de comunidades tradicionais na área, o modelo mais adequado ao local seria exclusivamente a Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS) e pontuou que a área demandada pelas comunidades residentes poderia extrapolar a área inicialmente acordada com a empresa. Nesse sentido, sugeriu que fosse realizada uma consulta pública às comunidades para que, pela primeira vez, pudessem se manifestar dentro do Inquérito. Outro ponto importante a ser destacado nesse período das discussões é o fato de que, se antes a gestão da UC seria de responsabilidade da prefeitura de Januária-MG, a partir daquele momento o IEF-MG passou a demonstrar interesse em se responsabilizar pela UC em potencial, o que leva a outra dinâmica no jogo de interesses.

As referidas negociações se arrastaram de 2005, ano da denúncia, até meados de 2014, onde MPE-MG, Plantar Ltda e IEF-MG triangulavam como principais agentes da negociação. As comunidades interessadas estavam excluídas do debate. Todavia, na madrugada de 29 de setembro de 2017, em consequência da morosidade do trâmite legal, 130 famílias das comunidades de Barra do Pindaibal, Poções, Brejinho, Capoeirão, Barra do Tamboril, Cabeceira de Mocambinho e Cativara, montaram o Acampamento Geraizeiro do Alegre.

Dava-se início à retomada do território tradicional das “comunidades dos gerais e das veredas”, expropriadas durante a década de 1980 pelas empresas do setor siderúrgico, entre elas a Plantar Ltda.

*O pessoal não tá dando ouvido para nós, é mesmo que falar com pau. Vamos fazer um barulho lá. A gente decidiu comprar ¼ de um gado e bora assar lá. Cada um deu 50,00 reais e deu para comprar uma novilha boa. Levamos para lá e juntamos o pessoal e decidimos fazer a retomada. Foi dia de São Miguel Arcanjo, 29 de setembro, sábado, agora está completando 03 anos que nós fizemos a retomada.*

*Daí levamos a folia de Reis para cantar a folia de São Miguel Arcanjo lá e o pessoal da Plantar ficou doido falando que a gente ia invadi. A gente falou que não, que como era dia de São Miguel a gente iria lá para cantar a folia. Então, a folia fez que foi para lá e voltou os foliões e o povo foi. Aí, a gente entrou, trancamos as porteiras e tomando de conta os cadeados todos. Não deu tempo deles fazerem nada mais não (Conversa coletiva com lideranças vereadeiras, 21 de setembro de 2018).*

Como já apontado por Klaas Woortmann (1988), em momentos de crise aguda numa ordem social, os valores tradicionais como que sobem à consciência e o que era dado como ordinário torna-se mais intensamente pensado e transformado em ação. O ato de retomada pode ser pensado dentro de um contexto ritual nos moldes de Victor Turner (1974, p. 5), a partir dos conceitos de *liminaridade* e *communitas* (antiestrutura). Compreendidos para além dos ritos de iniciação, a “*liminaridade* é a passagem entre ‘status’ e estado cultural que foram cognoscitivamente definidos e logicamente articulados...”. Assim, momentos *liminares* são situações de transição de indivíduos e/ou coletivos que “não estão nem aqui nem lá”. Tais fases e pessoas podem ser muito criativas em sua libertação dos controles estruturais, ou podem ser consideradas perigosas do ponto de vista da lei e da ordem. Por sua vez, *communitas* é um relacionamento não estruturado que muitas vezes se desenvolve entre *liminares*. É um relacionamento entre indivíduos concretos, históricos e idiossincráticos”. Uma vez que o Centro de Agricultura Alternativo do Norte de Minas (CAA-NM) estava responsável pela elaboração dos estudos técnicos e, também, é um dos principais apoiadores da Articulação Rosalino Gomes de Povos e Comunidades Tradicionais, ambas instituições passaram a colaborar junto às famílias vereadeiras, dando suporte à retomada e apoio frente ao debate legal em torno da Fazenda Alegre. É durante esse processo de entrada na disputa junto ao Termo de Ajustamento de Conduta e organização da retomada da área da fazenda Alegre/Angicos que as comunidades da região passam a se autorreconhecerem como comunidades vereadeiras. Dessa forma, a ocupação é o marco do engajamento dessas comunidades e pode ser pensada como um momento ritual, espaço de *liminaridade*, no qual têm-se a suspensão temporária das regras cotidianas para que posteriormente essas

comunidades ressurgam identificadas a partir de uma nova identidade, nesse caso, se autorreconhecendo como veredeiras.

O manifesto divulgado pela Articulação Rosalino propunha, entre outras coisas:

a) preservação e recuperação do território; b) elaboração de um plano de zoneamento e regulamento de uso, acesso, cultivo, extrativismo, loteamento e manejo do território; c) a criação de uma cooperativa para beneficiamento e comercialização da produção e do artesanato cultural, com seu devido retorno às comunidades.

Para tanto, a autodemarcação e retomada do território tradicional é o primeiro passo de uma série de iniciativas do Movimento Geraizeiro, tais como: o resgate da criação de abelhas nativas; o uso de sementes crioulas e nativas; a criação de bancos de sementes e expansão dos já existentes para as demais comunidades; a fundação de uma associação representativa; e um estudo técnico de recuperação ambiental.<sup>129</sup>

As estratégias de retomada e autodemarcação são formas de resistência instituídas, pelo menos, desde a década de 1970, inicialmente entre os indígenas do grupo Kiriri, que se ampliaram como estratégia de resistência entre outros segmentos e coletivos (BRASILEIRO & SAMPAIO, 2012). Trata-se de experiências de apropriação e reapropriação de terras camponesas, indígenas, quilombolas que se interpõem aos fluxos do capitalismo neoliberal. Configuram-se em estratégias contemporâneas de intervenção política específica que os povos e comunidades tradicionais vêm executando nas últimas décadas em busca da regularização fundiária, visando à defesa e/ou recuperação dos seus territórios. Podemos compreender as ações de retomada e autodemarcação como práticas pedagógicas, nos termos de Daniel Munduruku (2012), apreendidas a partir da experiência acumulada em rede, onde comunidades se qualificam e criam possibilidades de desenvolverem ações para conquista de direitos ou mesmo criação de novos direitos. Em um contexto onde os territórios tradicionais são atravessados por frentes capitalistas de produção de matéria e energia, os grupos vinculados aos seus territórios, ao mesmo tempo que buscam a afirmação da legitimidade e capacidade de questionar os ritmos esperados da circulação do capital, constituem-se também em comunidades de vida, que se transformam em comunidades de luta. Tomando como base as experiências de retomada e autodemarcação operadas no Norte de Minas, essas comunidades passam a construir arenas políticas voltadas para pensar, planejar e agir juntos, apoiando-se na força da ação das comunidades envolvidas e das articulações externas que dão base ao movimento.

No caso das comunidades veredeiras, o movimento de retomada, marcado pelo discurso contrário às empresas que trouxeram danos irreparáveis para o ambiente, passa a ser

---

<sup>129</sup> Manifesto dos Povos Geraizeiros de Januária, 29 de setembro de 2017, documento anexo no Inquérito, p. 103.

estruturado a uma perspectiva ambiental avessa àquela promovida pelo IEF-MG, que os exclui da arena de debate, mas que, ao contrário, busca alternativas de conservação a partir da perspectiva veredeira. José S. Leite Lopes (2006) trata essa movimentação como ambientalização dos conflitos sociais, onde populações atingidas por danos ambientais passam a utilizar-se também da questão ambiental como repertório de seus interesses e reivindicações. Para o autor, trata-se da ambientalização como processo de interiorização de comportamentos e práticas, onde grupos passam a atuar com base em códigos ambientalmente aceitos e passam a disputar com outros agentes estratégias de conservação ambiental. Nesse sentido, as práticas tradicionais, construídas em relação ao ambiente, passam a incorporar tais códigos ambientais reestabelecendo novos parâmetros de ação entre os grupos sociais e suas terras.

Tão logo o acampamento foi estruturado nas terras da fazenda Alegre, o IEF manifesta-se, em 07 de outubro, afirmando que as áreas da Plantar Ltda mais relevantes para fins de compensação não seriam aquelas da Fazenda Alegre/Angico, mas sim as contíguas ao Parque Estadual Serra das Araras. Áreas essas distantes daquela reivindicada pelas comunidades. Nota-se que, em diálogo com funcionários do MP-MG que acompanhavam o processo, foi-me relatado que parte dos entraves encontrados no Inquérito estava vinculado aos posicionamentos individuais de representantes do próprio MP-MG e do IEF-MG. Algumas decisões tomadas iam muito mais de acordo com fatores e concepções pessoais de promotores e diretores envolvidos do que baseadas em marcos normativos ou conhecimento técnico sobre o assunto. De um lado, posturas mais conservacionistas iam contra a possibilidade de criação de uma Reserva de Desenvolvimento Sustentável que beneficiaria as comunidades veredeiras; de outro, os estudos realizados apontavam para um foco mais preservacionista.

Outro fator de grande importância para o desdobramento dos acordos foi o fato de que, inicialmente, o inquérito trazia uma área afetada de aproximadamente 08 mil hectares. Posteriormente aos estudos do CAA-NM, constatou-se, como podemos verificar na figura seguinte, que, para criação da RDS, seriam necessários 9.386,95 hectares. Todavia, quando feito o levantamento cartorial para averiguar a propriedade das terras por parte da Plantar Ltda, percebeu-se que a mesma possuía documentação de pouco mais que 06 mil hectares. As estratégias de grilagem por parte da empresa são bem conhecidas na região, principalmente em relação aos vínculos com agentes de terras como Val Castro, o que ficou evidente em tal levantamento.

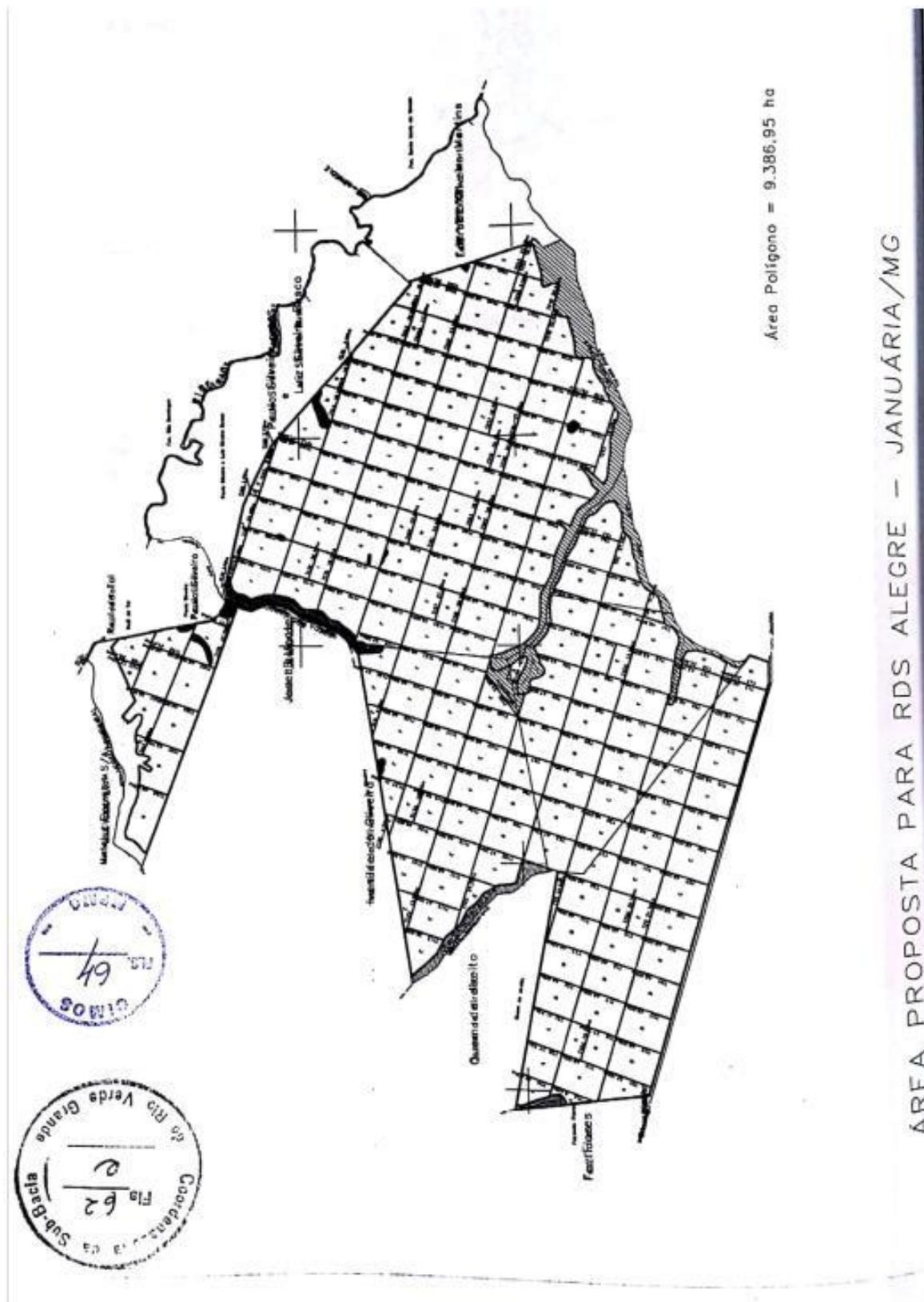


Figura 15: Área proposta para RDS Januária  
 Fonte: Inquérito Civil nº MPMG – 0352.08.000015-6, p. 64.

A permanência da ocupação não se deu de forma passiva. O acampamento sofreu ataques durante os períodos que esteve ativo. No dia 06 de outubro de 2017, três focos de incêndio simultâneos foram promovidos junto ao acampamento, se alastrando para as veredas próximas e, por estarem secas, tomaram grandes proporções. Um mutirão foi feito para controlar o incêndio que, mais tarde, descobriu-se ser criminoso. No dia 16 de outubro de 2017, um morador vizinho à Fazenda Alegre, investigador aposentado da Polícia Civil, simpatizante da empresa, adentrou ao acampamento, derrubou a bandeira do Movimento Geraizeiro e disparou tiros ameaçando os presentes. Posteriormente, dia 18 do mesmo mês, uma viatura oficial com quatro pessoas fortemente armadas foi até a Comunidade de Poções, localidade mais próxima ao Acampamento, para abordar uma das lideranças que, num primeiro momento, pensou serem oficiais que estavam ali para realização de Boletim de Ocorrência referente ao último acontecimento. Todavia, um dos acompanhantes era o próprio investigador aposentado, que naquele momento realizou novas ameaças e novos disparos com arma de fogo.

O acampamento se estendeu até novembro de 2014, quando lideranças negociaram com o MP-MG a desocupação da área, mediante constituição de mesa de negociação composta por representantes da empresa Plantar Ltda, representantes do Movimento Geraizeiros e dos seguintes órgãos: Coordenadoria de Inclusão e Mobilização Sociais (Cimos-MP-MG), Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Subsecretaria de Agricultura Familiar e Regularização Fundiária de Minas Gerais, Instituto Estadual de Florestas-MG, Caritas Diocesana de Januária, Comissão Pastoral da Terra, Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM) e Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental da Universidade Estadual de Montes Claros (NIISA-UNIMONTES). Todavia, mesmo com a promessa de regularização do território, até a escrita desta tese, nada ocorreu. Como mencionado, um dos maiores entraves ocorre pelo posicionamento de dirigentes do IEF-MG que são resistentes às propostas de RDS frente à possibilidade de expansão do Parque Serra das Araras como Unidade de Conservação de Proteção Integral (UCPI).

Atualmente, a partir de assessorias técnicas e cooperação junto à pesquisadores, como o caso do presente trabalho, a área reivindicada pelas comunidades veredeira está distribuída em dois núcleos contíguos. O Território Berço das Águas/Alegre apresenta uma área de 11.657 ha e o Território do Buriti Grosso/São Joaquim 12.706 ha, ambos inseridos entre as sub-bacias hidrográficas do Rio Pardo e do Rio Pandeiros.

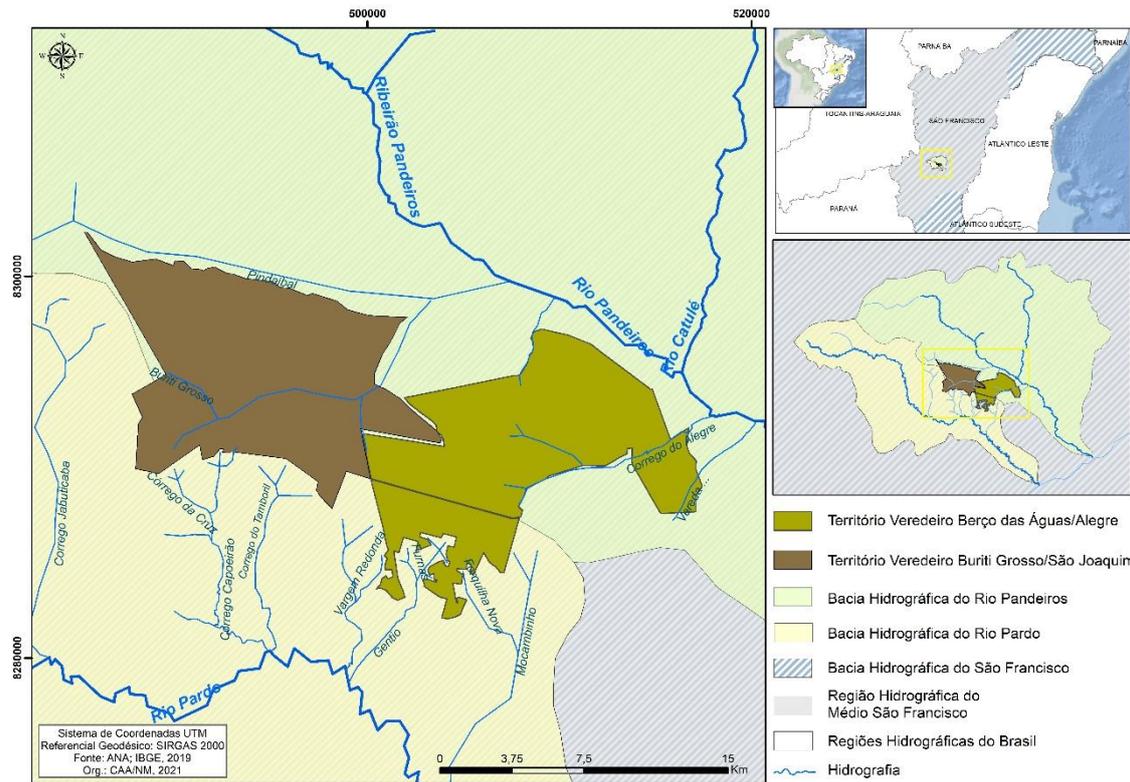


Figura 16: Localização e Contexto Hidrográfico dos territórios veredeiros Berço das Águas/Alegre e Buriti Grosso/São Joaquim – Município de Januária, MG.

Vale ressaltar que, no decorrer do processo de retomada, as comunidades envolvidas sentiram necessidade de se diferenciar do Movimento Geraizeiro, que servira como apoio estratégico e político. Perceberam que, apesar de compartilharem uma série de práticas em relação ao Cerrado, as trajetórias coletivas e as experiências com porções específicas do ambiente levaram à necessidade de diferenciação desses grupos. Assim, as comunidades antes identificadas como geraizeiras passaram a compor o discurso em que a principal referência identitária e territorial são as veredas, sendo que o esforço empreendido junto a esse ecossistema passa a ser a preservação das nascentes e olhos d’água que estão diretamente vinculados ao regime hídrico do próprio Gerais. Desde então, as comunidades veredeiras se encontram no processo de elaboração política via autorreconhecimento onde se identificam como povos veredeiros do Norte de Minas e sustentam a bandeira “Movimento veredeiros: guardiões das águas” e fundaram a Associação Central Veredeira (ACEVER), instituição que busca representar as comunidades veredeiras do Norte de Minas.



Figura 17: Modelo de bandeira que se encontra em discussão ente as comunidades  
Fonte: Associação Central Veredeira

#### 4.7 CONSIDERAÇÕES PARCIAIS

Como expus ao longo dos últimos capítulos, para compreender as comunidades veredeiras e seu ambiente vivido devemos nos atentar, de um lado, para a relação com o ambiente, como formador de uma existência própria e, do outro, para a organização política desse coletivo que passa a se dedicar a fazer valer seus direitos e ambientes violados pela intervenção de agentes externos (Estado e empresas) que, por meio de frentes desenvolvimentistas, promoveram catástrofes ambientais, causando danos profundos vividos nas últimas décadas. As comunidades veredeiras do Norte de Minas, mesmo estando seu território/ambiente em ruínas (TSING, 2019) resistem. Todo o esforço empreendido pelo povo veredeiro é pelo direito de habitar essas ruínas e a partir daí projetar alternativas futuras.

Aqui não me dedico à construção de um passado idílico solapado pela chegada do progresso, mas, ao contrário, quis contextualizar as dinâmicas territoriais estruturadas no ambiente, as transformações experimentadas a partir de conflitos com agentes externos e suas

consequências. Ao final, trata-se de uma etnografia de processos. Assim, como já discutido por Marshall Sahlins (1988), é equivocada a ideia de que a expansão global do capitalismo ocidental - exemplificada nesta tese pelas frentes desenvolvimentistas internas atreladas a estruturas mundiais como a Revolução Verde e a indústria siderúrgica - transformou os povos civilizados e “periféricos” em objeto passivo de sua própria história. Argumentará o autor que a ordem global moderna também foi moldada pelos povos periféricos, pelas diversas maneiras segundo as quais esses povos articularam culturalmente o que estava acontecendo à sua volta. A partir de Eric Wolf (1982), reafirma Sahlins que esses grupos são seres históricos e devem ser percebidos para além da ideia de “vítimas e testemunhas silenciosas” de sua própria subjugação. No entanto, também considerou que “o sistema mundial não é uma física de relações proporcionais entre ‘impactos’ econômicos e ‘reações’ culturais” (SAHLINS, 1988, p. 446).

A perspectiva iluminista de progresso e, posteriormente, a noção de desenvolvimento tornaram-se elementos estruturantes da cosmologia capitalista e mecanismo universal que procura estruturar toda e qualquer forma de se relacionar com outras realidades vividas. É sabido que a associação de populações tradicionais como empecilho para o desenvolvimento está por trás de muitas das tensões vivenciadas por esses grupos que têm em seus territórios o principal alvo de interesse de práticas desenvolvimentistas, como mineração, construção de barragens e monocultivos para produção de *commodities*. Além disso, com a ambientalização dos conflitos sociais, agências do Estado (federal, estadual e municipal) passam a intervir com o objetivo de intermediar o complexo campo do desenvolvimento entendido como um campo de poder (RIBEIRO, 2008, p. 109), no qual as dinâmicas são marcadas por diferentes formas de distribuição de poder e articuladas por meio de processos históricos de estruturação de redes. Trata-se de um sistema que opera em várias escalas onde, de uma forma ou de outra, todos os grupos interessados participam ou são afetados. Por sua vez, observa Ribeiro (2008) que os atores e as instituições mais poderosas do campo de desenvolvimento se empenham na reprodução desse campo como um todo, já que seus próprios interesses estão intimamente conectados à manutenção dele. Argumenta que os atores e instituições menos poderosos são os grupos locais mais vulnerabilizados por iniciativas desenvolvimentistas que, entre as consequências de suas ações, provocam impactos diretos no mundo de povos indígenas, quilombolas, povos tradicionais, ou toda a sorte de grupos que se encontram no caminho de grandes empreendimentos desenvolvimentistas. Vimos, por meio das diferentes temporalidades expostas ao longo deste capítulo, como os veredeiros representam os

processos que os levaram à posição na qual se encontram hoje internamente ao campo do desenvolvimento que se desenrola no Norte de Minas Gerais.

## 5. AS COMUNIDADES VEREDEIRAS: FAMÍLIA, TERRA E AMBIENTE

No quarto capítulo mostrei que o território/ambiente vivido e reivindicado pelas comunidades veredeiras não deve ser percebido a partir de uma tradicionalidade vinculada às práticas do passado ou simplesmente passadas de geração em geração. Ao contrário, como posto por Ingold (2004), trata-se de processos criativos dados no presente, como experiência acumulada, atravessada por processos ambientais e políticos, que, no caso estudado, se vinculam muito mais a uma possibilidade de construção de futuro construído desde as ruínas (TSING, 2019) decorrentes dos efeitos não planejados de projetos desenvolvimentistas implementados no Cerrado. No presente capítulo, busco evidenciar algumas das principais práticas que julgo centrais no processo de reconstrução territorial veredeiro e sua estruturação por meio de amplas teias de parentesco e redes políticas. São manejos que relacionam práticas antigas atreladas a novas oriundas de projetos implementados em decorrência dos próprios impactos sofridos.

José Maurício Arruti (1998, p. 26), ao analisar reivindicações territoriais de comunidades quilombolas, apontou como essas comunidades buscaram “o direito do acesso à terra na memória de uma ancestralidade e na malha de seus parentescos”. No que tange às comunidades veredeiras, chamo atenção para que entre os fatores fundamentais que balizam suas reivindicações territoriais estão os profundos vínculos ambientais estruturados a partir, de um lado, da relação temporal construída junto aos ecossistemas específicos de seu território e, de outro, da malha social estabelecida por uma extensa rede de parentesco, que abrange um número amplo de comunidades. Trata-se de compreender algo próximo ao que assinalou Klass Woortmann (2018), ao tratar de uma “ética camponesa” constitutiva de uma “ordem moral” que nos possibilita perceber as relações estabelecidas entre os veredeiros, seus ambientes e aqueles outros não-humanos que o habitam. Desse modo, busco detalhar algumas formas de manejo praticadas pelas comunidades veredeiras que se sustentam a partir de um sistema cosmológico próprio, tendo como principal elemento a relação estabelecida com o ambiente local.

### 5.1 TERRITÓRIO/AMBIENTE E REDES DE PARENTESCO

Desde Claude Lévi-Strauss o parentesco é compreendido como um sistema organizado em redor de uma “estrutura mínima” ou “átomo de parentesco”, de que as alianças

matrimoniais são, do mesmo modo que a filiação, um dado imediato. Estruturado a partir de uma prescrição universal, a proibição do incesto, evidencia-se a obrigação de procurar o cônjuge fora do grupo de filiação (exogamia), tornando-se, portanto, indispensável o estabelecimento de relações de parentesco através de alianças matrimoniais com outros diferentes grupos de filiação (AUGÉ, 2003). Por sua vez, ao analisar a família camponesa, Ellen F. Woortmann (1995) sustenta que relações de parentesco se estabelecem como uma espécie de contrato, onde “viver em paz significa viver como parente”, o que não significa estar ausente de conflitos e contradições, mas esses são obscurecidos pelas obrigações de sociabilidade internas à própria ideologia de parentesco, por meio das relações de reciprocidade. O princípio da reciprocidade proposto por Woortmann constitui-se enquanto contrato imposto a cada grupo doméstico, expresso numa linguagem de solidariedade, compondo assim um território de parentesco no qual as comunidades se pensam em oposição aos “estranhos”, ou seja, aos não parentes ou, em alguns casos, “aos de fora”.

Já apontei anteriormente que, de acordo com o cruzamento dos levantamentos genealógicos e documentos históricos de divisão de terras das décadas de 1920 e 1930, as famílias que integram as comunidades aqui pesquisadas habitam as áreas em questão desde ao menos meados do século XIX. No entanto, é importante lembrar que a forma de divisão e ocupação dessas áreas mantém particularidades de acordo com as especificidades dos ambientes e com a extensão e distribuição familiar. Nas últimas décadas, é comum observarmos em trabalhos técnicos e acadêmicos a associação direta entre comunidades tradicionais e “terras tradicionalmente ocupadas”.

No Brasil, o conceito de “terras tradicionalmente ocupadas” (ALMEIDA, 2004) se tornou um divisor de águas para a compreensão das variadas formas de ocupação de territórios que fogem à ambivalência “público x privado”. Como já destacado por Almeida, nas regiões em que se verificam formas de uso comum, as regras que regem a utilização dessas áreas estão vinculadas a um direito camponês estruturado a partir dos vínculos familiares. A ocupação e usos prescrevem métodos de cultivos e criação em extensões territoriais que são utilizadas consoante a vontade de cada grupo familiar, não havendo a exigência de áreas contíguas e permanentes. Demonstra o autor que, “nestes sistemas são articulados domínios de posse e usufruto comunal com regras de apropriação privada”. Assim, aparecem imbricados no conjunto de normas elementos que combinam as noções de propriedade privada e de apossamento através do uso comum e que aparecem indissociadas nos diferentes domínios da organização social desses grupos. Almeida argumenta que “a

noção de propriedade privada existe neste sistema de relações sociais sempre marcada por laços de reciprocidade e por uma diversidade de obrigações para com os demais grupos de parentes e vizinhos”. Todavia, destaca-se que as unidades sociais vinculadas ao modo tradicional de ocupação do território não devem ser percebidas como totalidades homogêneas e de caráter igualitário. Trata-se de um conjunto de grupos familiares atravessados por um grau de diferenciação interna, manifesto, muitas vezes, na desigualdade do acesso aos recursos básicos existentes no interior das unidades habitadas. Nesses contextos, a análise não se deve valer apenas dos aspectos comunais da cooperação expressa por esses grupos, pois a gestão camponesa não se apoia em princípios gerais de igualdade. Tanto em áreas de colonização antiga, quanto em áreas de colonização recente, as terras de uso comum estão sujeitas a um controle efetivo dos grupos familiares mais abastados. Ainda assim os domínios das áreas coletivas se mantêm como fonte potencial de recursos essenciais para todos, inclusive para as famílias mais pobres. Importante observar que, mesmo com as diferenças de acesso e poder, tal condição não leva à eclosão de antagonismos insolúveis como aqueles experimentados em contextos de conflitos fundiários com grupos externos que visam a concentração territorial através de grilagens de terras (ALMEIDA, 2008, p. 164-165).

Com base na categorização de Almeida (2008), ao analisar as dinâmicas de ocupação e distribuição territorial entre os veredeiros algumas variações são importantes para não incorrerem em generalizações precipitadas. Voltando à divisão proposta no terceiro capítulo, que compreende o ambiente veredeiro fracionado entre os ecossistemas de mata, tabuleiros, chapadas, veredas e gerais, entenderemos melhor a divisão das práticas produtivas e organização familiar.

Basto (2014) e Dayrell (2019) já apontaram que os espaços de uso comum geridos entre as comunidades veredeiras são “áreas de comunidades” de “parentes” e “agregados”, em regimes de posse. Todavia, não se trata somente de terras devolutas ocupadas desde tempos remotos. Muitas famílias guardam documentos do “tempo da divisão”, mantendo aquilo conhecido localmente como “onço da terra”, isto é, o título da terra ou o “direito de herança”. Voltando à análise de Almeida, as “terras de herança” são compreendidas como domínios titulados, tornados espólios que permanecem indivisos, ao longo de gerações, sem que se proceda ao formal de partilha ou que seus títulos tenham sido revalidados através de inventários, que deveriam ser realizados quando da morte do titular de direito, a fim de transmiti-los a seus herdeiros legítimos (2008, p. 152-153). Desse modo, alguns dos moradores mais antigos ainda mantêm documentação de glebas de terras que remontam às

décadas de 1930 e 1940 (BASTOS, 2014; DAYRELL, 2019). Traço comum da dinâmica territorial veredeira é o fato de que os terrenos familiares são negociados, quase sempre, no interior da rede familiar, via compra ou concessão, sobrepondo os laços extensos de parentesco ao conjunto das terras, ou seja, mesmo com intenso fluxo de tramitação de terras, essas ainda se mantêm sob o controle da família extensa e/ou comunidade.

Seu Pedro, morador da comunidade de Poções, contou que não eram todas as famílias que possuíam terras. Aqueles que não dominassem uma dada área trabalhavam em regime de meia nas terras de outros familiares. Por outro lado, quando uma dada área era colocada à venda, a prioridade era dada para um parente.

*É, tinha que ser cara trabalhador para ter um dinheirinho para comprar.*

*Depois que eu casei, eu comprei 16 hectares, onde tem esses lotes desse povo aí. Eu desmatei ano passado 07 hectares onde eu boto o gado e os cavalos. Tá tudo empastado e o resto tá sem desmatar. Chapadão aí, tudo cercadinho. Essa cerca que sobe aí vai mil metros para cima, tudo meu. E comprei lá em baixo também, dos meus avós. Agora mesmo morreu um tio meu (João) e a velha (tia) mesmo ligou para mim.*

*Minha mãe deixou 06 hectares e eu comprei 10,5 hectares. E o outro irmão do João, que morreu, tá em cadeira de roda. A velha Cândida, antes de morrer, a mãe deles, que era minha avó e minha mãe de criação, falou para o Bastião e para o Joaquim (tios), que tinha 10,5 hectares, e que eu poderia cercar e tomar de conta, fazer de conta que era meu. Joaquim disse: “O dia que eu der de vender, eu vou te vender barato e parcelado. É ordem da minha mãe. A ordem que ela deu foi de eu vender para você mais barato e parcelado e se você não pudesse comprar, era para eu tirar um pedaço e dar para você”.*

*Ele disse que morava em São Paulo e tinha dificuldade de vim aqui. “O dia que eu vim aqui a gente combina e se eu nunca vim aqui, é seu” (Seu Pedro, Poções, maio de 2019).*

Várias vezes me afirmaram que disponibilizar a compra da terra para um parente é uma das principais estratégias para preservar as terras da família e manter a área indivisa.

Outra forma de estruturação fundiária encontrada entre as comunidades veredeiras está no uso comum de extensas áreas, entre elas as “terras de ausentes”, “terras de sobra” ou, como também referido por Almeida (2008), “terras soltas” ou “terras abertas”. Entre os veredeiros, essas áreas em específico se localizam em chapadas e seu uso se dava de forma livre e aberta entre as diferentes famílias do lugar, sem grandes mecanismos de controle. A atividade predominante é a solta do gado<sup>130</sup>, o extrativismo de madeiras e frutos do cerrado, além de lugar de morada em períodos específicos do ano quando próximos ao tempo das águas.

---

<sup>130</sup> Diferentemente de outras comunidades do Norte de Minas Gerais, como os geraizeiros da região de Rio Pardo (DAYRELL, 1998; CHILES, 2018, NOGUEIRA, 2017), nos territórios veredeiros, mesmo com toda a degradação sofrida, as famílias ainda mantêm a solta do gado nas áreas de chapadas.

*Tinha uns que sobrava terra. Ficava terra de ausente quando a pessoa não apresenta para fazer o documento. Às vezes tem algum filho como herdeiro e sumiu no mundo e não apareceu para justificar. Então largava aquela terra sem medir. Aí, ficava separada como terra de ausente. Hoje em dia nas terras de ausente, eles estão apossando dela e resgatando, escriturando. Porque o governo quer o imposto (Seu Dionísio Cirino, São Joaquim, 17 de maio de 2019).*

Como venho insistindo ao longo do trabalho, os diferentes ambientes são utilizados de maneira combinada, variando de acordo com o período das águas e formas produtivas. Apesar de serem áreas sem donos formais, muitas famílias se apropriavam delas, principalmente quando localizadas próximas às veredas e terras baixas, locais de maior fertilidade pelo acúmulo de matéria orgânica, bons para roçado. Seu Antônio Seiscentos, ao explicar sobre a categoria “terras de ausente” diz: “*terra de ausente é quando ninguém conhece o dono, não tem proprietário, é deserto. Era um deserto que não tinha ninguém. É uma terra de uso comum, que, como não tem dono, todo mundo pode usar*” (Seu Antônio Seiscentos, agosto de 2019, comunidade de Capivara, Januária-MG). Curioso atentar para o uso da categoria “deserto”, ao se referir às instâncias longínquas em que se situam as terras de ausentes. Trata-se de extensas áreas de chapadas, muitas vezes, recortadas por veredas e pequenos córregos delas oriundos, onde as famílias se fixam. Seu Antônio contou que, quando mais novo, antes das empresas chegarem, sua família mantinha uma casa na vereda do Sumidorzinho e um rancho no Pindaibal, em terras de ausente, local distante onde faziam suas roças e soltavam os animais.

*É, fazia o ranhão lá para colheita. Terra que nós trabalhava, mais era terra de ausente. Eles (empresas) ficavam querendo comprar, mas meu pai dizia, “moço essa terra não é nossa, a gente só tá trabalhando aqui”. Eles diziam, “não, mas vocês têm o direito de posse. Nós não quer local de vocês trabalharem não, nós quer é a chapada”.*

*Moço, eu vou dizer. Se você visse aquelas maloconas de ema, aqueles galheirão (Odocoileus virginianus cariacou) passando assim nas vargens. Tinha aqueles pauzão que tinha cinco, seis seriemas (Cariamidae) dormindo. Tatu? Você via assim, tinha tatu fuçando na beira da casa. Olha só, a gente começou a trabalhar lá eu tava com 07 anos. Nós trabalhamos até quando eu tava com 30 anos. Essa fartura foi de 1955 até 1978 (Seu Antônio Seiscentos, Capivara II, agosto de 2019).*

Tendo em vista o exposto, é importante traçar algumas distinções que tratam da relação dos grupos familiares e as áreas de manejo e moradia. Em primeiro lugar, ao refletirmos sobre o território veredeiro a partir do conceito de terras tradicionalmente ocupadas de Almeida (2008), notamos que o uso comum das diversas áreas que o compõem irá variar de acordo com as características do ambiente, práticas produtivas utilizadas e a extensão familiar que o habita. Ao realizarem o uso combinado dos ambientes, um número

expressivo de famílias mantinha suas moradias fixas em áreas de mata e tabuleiros e os ranchos em áreas de chapada, próximo às veredas, dominando de forma privada essas terras. No caso das áreas de mata e tabuleiros, situadas em sua maioria às margens do rio Pardo, por se tratarem das terras mais férteis, são apropriadas pelas famílias em diminutas áreas de cultivo e criação de animais em pastos no período da seca. O domínio se estende ao núcleo familiar restrito, limitando-se àqueles parentes mais próximos, inclusive consanguineamente - pai, mãe, filhos e avós. O mesmo ocorre em áreas próximas às veredas, também utilizadas para o cultivo de roças de grãos, sua apropriação se limita ao núcleo familiar restrito, em que o grupo maneja áreas de cultivo, via sistema de esgotamento, podendo variar entre um e três hectares.



Imagem 10: roça de feijão próxima à Vereda Grande  
Autor: Breno Trindade



Imagem 11: roça de feijão em área de vazante de vereda  
Autor: Breno Trindade

Por sua vez, quando tratamos da criação de animais “na solta” e extrativismo nas extensas áreas de chapadas, o manejo e acesso aos recursos naturais ocorrem de forma ampliada, pois abarcam toda rede extensa de parentes, incorporando tanto aquelas alianças estabelecidas via matrimônio, quanto aqueles parentes por afinidade e/ou agregados. Importante lembrar que muitas das extensas áreas de terras estavam sob o domínio de famílias antigas antes e depois do período das divisões. Nomes como Antônio Rodrigues Nunes (velho Tonicão) e sua esposa Maria Rosa Nunes, da comunidade de Barra do Tamboril; os irmãos Bernardo e Roberto Gomes Negrão, da comunidade de Mandins, e a senhora Cândida Alves da Silva, da comunidade de Poções, aparecem nos documentos das décadas de 1920, 1930 e 1940 como possuidores de grandes porções de terras nas antigas fazendas. Terras essas deixadas como espólio, algumas ainda não inventariadas. Por outro lado, somam-se a essas grandes áreas aquelas consideradas “terras de ausentes” nas quais o uso e manejo se dão de forma livre e ampla, podendo inclusive serem apropriadas por núcleos familiares, por não estarem sob o domínio de nenhuma família extensa.

Dessa forma, as áreas de mata, tabuleiro e chapada, essas últimas próximas às áreas de veredas, muitas vezes, tratam-se de terras de herança, variando suas normas de apropriação e uso de acordo com o ambiente e vínculos familiares. De outra forma, as terras de ausentes localizam-se predominantemente em áreas de chapada, podendo ou não estar próximas a

leitos d'água, sendo consideradas “terras soltas” ocupadas ao longo de gerações. Nesse sentido, ao tratarmos do território tradicional veredeiro, como comumente ocorre no contexto das políticas públicas para regularização fundiária, o uso coletivo da terra deve levar em consideração as variações ambientais que incidirão na maneira com que as redes de parentesco se distribuem em cada área.

Sobre essas redes de parentesco que compõem as comunidades veredeiras e organizam as formas de ocupação e suas relações territoriais, entre os vínculos matrimoniais observados, observa-se um número expressivo de relações endogâmicas. Tal contexto é expresso repetidas vezes na frase, “*aqui todo mundo é parente*”. Os casamentos tendem a se concentrar entre primos de primeiro, segundo e terceiro grau. Evidentemente há entre as comunidades veredeiras uma série de matrimônios exogâmicos, todavia o número de matrimônios estabelecidos com cônjuges oriundos do mesmo grupo de filiação chama a atenção e é dominante.

Entre as relações de casamento e residência, a prática mais comum é o trânsito das mulheres. Quando constituído matrimônio, elas se deslocam para a casa/terras da família do marido, estabelecendo assim residência patrilocal ou virilocal. Isso é comum quando a família extensa do marido reside em uma mesma área de herança, onde os filhos homens passam a construir suas casas em lotes próximos à casa dos pais, considerada como uma espécie de casa núcleo. Por outro lado, quando a família não possui áreas comuns, se limitando somente aos pequenos lotes nos centros urbanos de cada comunidade/distrito, como em São Joaquim ou Pandeiros, a residência tende à bilocalidade, ou seja, o casal poderá residir junto aos pais do marido ou junto aos pais da mulher. Nesse caso, a escolha da residência está muito mais vinculada a fatores econômicos que a regras sociais.

Vale destacar que, entre as comunidades veredeiras, a estrutura familiar é atravessada por relações fortemente marcadas pelo patriarcado. No que tange ao local de residência, há a percepção do homem como alicerce da família, provedor de recursos e segurança. Porém, em muitos casos, principalmente em gerações mais recentes, as mulheres alçaram maior qualificação educacional, o que levou a um status diferenciado na organização política, pois são elas quem dominam os trâmites burocráticos, seja em relação à gestão das associações comunitárias, seja na gestão de projetos e tesouraria. Outro fator que contribui para mudanças nas relações de gênero é o fato de que, ao se relacionarem com instâncias institucionais como conselhos, comitês, ONGs, as mulheres são estimuladas a assumirem cargos de representação, influenciando diretamente na estrutura de poder dentro das próprias comunidades.

Outros laços que merecem destaque na organização familiar entre os vereadores são aqueles estabelecidos via levirato, quando um homem morre e seu irmão coabita com a viúva, ou sororato, quando a mulher morre e o marido desposa uma das irmãs, em ambos os casos sororato extenso (AUGÉ, 2003). Todavia, evidencia-se não se tratar de regras explícitas de parentesco amplamente praticadas entre as comunidades vereadeiras, mas sim matrimônios estabelecidos em diferentes gerações e não tratados como excepcionalidades pelos mesmos. Um exemplo dessas relações pode ser observado entre Felipe Gomes Negrão, filho de Bernardo Gomes Negrão, com as irmãs Antônia e Benvinda Rodrigues de Oliveira que, com a morte da primeira, desposou a segunda (figura 16).

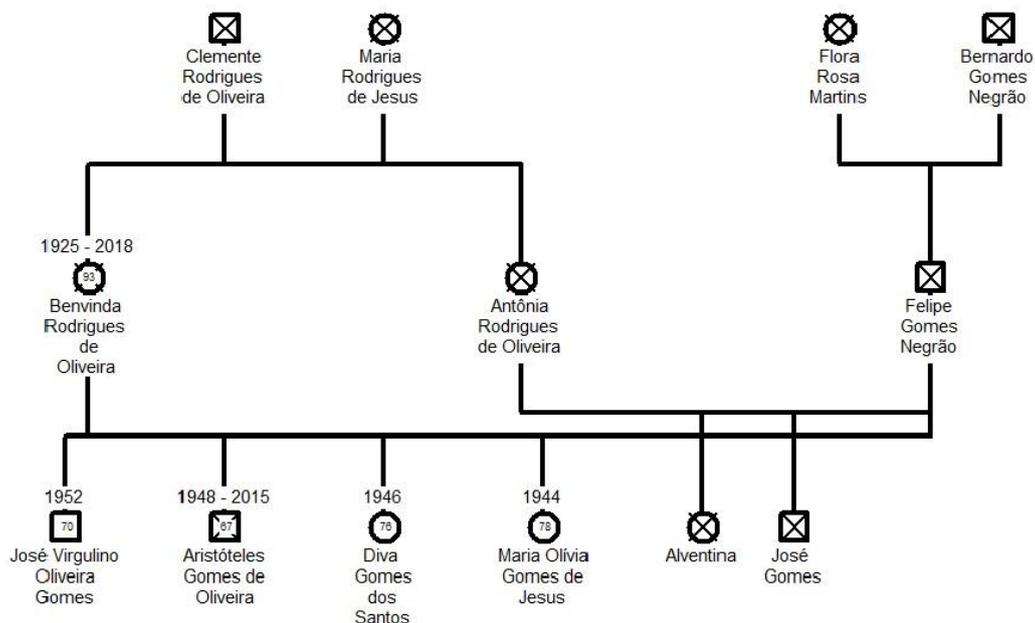


Figura 18: matrimônio estabelecido por sororato.

O mesmo é observado em outras famílias em variadas gerações e vínculos sociais. Vejamos o exemplo de Pedro Pereira dos Santos, avô materno de Seu Pedro, comunidade de Poções (figura 17). Pedro Pereira era agregado nas terras de Cândida Alves, proprietária de terras na fazenda Alegre-Angicos, estabeleceu matrimônio com sua filha, Sebastiana, que veio a falecer, e, posteriormente com sua outra filha, Celvina Alves da Silva. Ponto interessante nessas relações é o fato de que, ao tratar sobre os antigos proprietários de terras dessa antiga fazenda, os moradores de Poções se referem à linhagem materna, principalmente à figura de Cândida Alves. Até nos documentos do período da divisão, o nome que é evidenciado é o de dona Cândida. Como já citado por seu Pedro, os homens vinham para a região dos vereadores, pois havia muita disponibilidade de terras e, por meio do trabalho e casamento, conseguiam

acesso fixando-se naquelas áreas. Já apontei também que, devido ao avanço da regularização e cercamento de terras nas primeiras décadas do século XX, muitas famílias passaram a se deslocar sertão adentro em busca de terras livres, como o caso do pai de seu Pedro e tantos outros que estabeleceram matrimônio com famílias daquelas localidades.

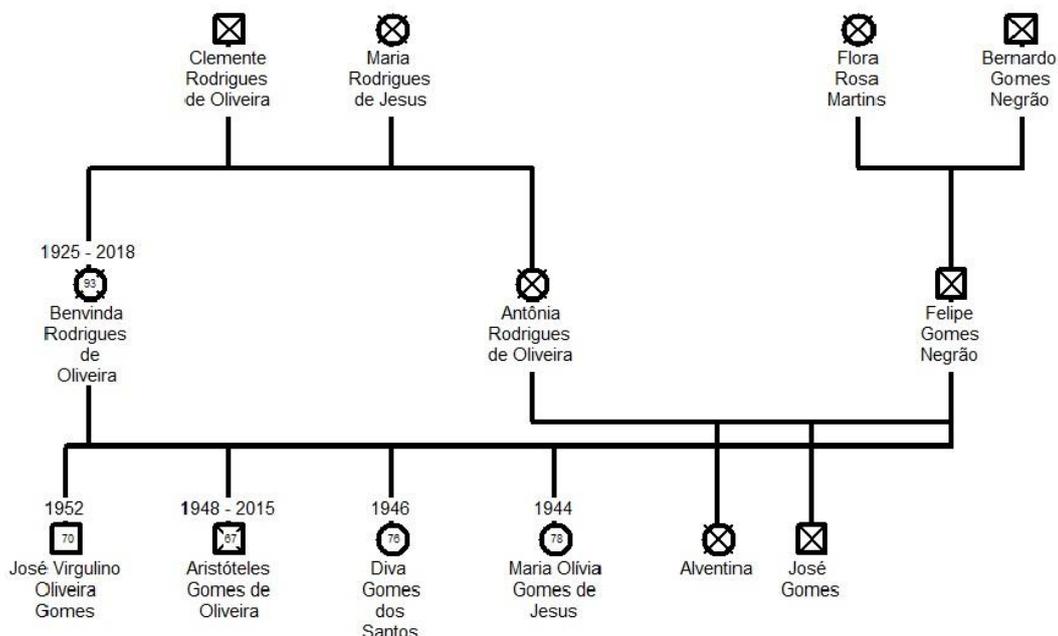


Figura 19: matrimônio estabelecido por sororato.

## 5.2 O GADO: RELAÇÕES ECOLÓGICAS E SIMBÓLICAS

Entre as atividades desenvolvidas pelas comunidades veredeiras, a criação de gado é marcadamente uma das mais representativas da relação familiar e das dinâmicas vinculadas ao ambiente. Assim como tratei no primeiro capítulo, historicamente as imensas planícies da região sanfranciscana foram ocupadas e tornaram-se, pelas suas características ecológicas próprias, áreas naturais para a criação extensiva (superextensivas) de rebanhos. Observam Eloy, Carvalho & Figueiredo que no Cerrado existem 510 espécies de gramíneas nativas, das quais se destacam os gêneros *Paspalum* (104 espécies), *Panicum* (67 espécies), *Axonopus* (25 espécies), *Ichnanthus* (23 espécies), *Aristida* (23 espécies) e *Andropogon* (18 espécies), que ocorrem na maior parte das fitofisionomias desse bioma: campos limpo, sujo e rupestre; cerrado ralo, denso e sensu stricto; cerradão e veredas (ELOY, CARVALHO & FIGUEIREDO, 2017, p.151). Inseridos em um ambiente propício para essa atividade, a experiência secular vinculada ao manejo bovino fez com que a relação com o gado se tornasse

parte do *ethos* dos povos tradicionais do Norte de Minas, não se limitando somente a uma atividade produtiva, mas às formas de construção e gestão do território e transformação do ambiente. Foram muitas as vezes que moradores afirmaram que as dinâmicas dos rebanhos na solta moldam o domínio das famílias sobre as áreas de chapada, pois necessitam ir onde o gado está. Em diferentes momentos apontaram que foi por meio da busca do gado na solta que os antigos passaram a conhecer áreas nunca antes visitadas. O amplo conhecimento de extensas dimensões territoriais pelas comunidades veredeiras se deu pela relação com esses animais. Dessa forma, pode-se afirmar que o gado é estruturante nas relações sociais veredeiras perpassando o âmbito familiar, religioso/ritualístico, ambiental e produtivo. Nas palavras de Antônio de Chiquinho<sup>131</sup> “*tinha que ter algo para viver e algo era gado*”.

### **5.2.1 Variedade de raças e cruzamentos: processos adaptativos ambientais**

Atualmente na região, a raça mais abundante é o gado do tipo nelore (*Bos taurus indicus*). De origem indiana, foi introduzido no Brasil em meados do século XIX, mas somente há cerca de 40 anos passou a ser manejado na região veredeira. Até então, a qualidade de animais amplamente conhecida e criada eram os gados curraleiro ou curraleiro-pé-duro (*Bos taurus taurus*), sendo a raça mais antiga da região. Introduzida no século XVI no processo de colonização do Vale do São Francisco e adaptada ao longo dos séculos às particularidades ambientais, o curraleiro é um gado de menor porte, mais resistente às variações climáticas, escassez de água, adaptado à disponibilidade de alimentos nativos das chapadas, manso e de fácil criação. Esse animal tem a capacidade de resistir até 06 meses em regiões de chapada “*sem lamber sal*”, enquanto outros animais necessitam ser suplementados com o mineral a cada 02 meses. Trata-se de um gado extremamente rústico que se constituiu a partir da relação com as especificidades das áreas de Caatinga e Cerrado. Somente em dezembro de 2012, o curraleiro-pé-duro foi reconhecido como raça local brasileira pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), por meio da portaria nº 1.150.

Diferentemente de outras raças, hoje predominantes entre os veredeiros, o curraleiro, mesmo em períodos prolongados de seca consegue manter boa saúde, sendo resistente às pragas, se reproduzindo e mantendo o fornecimento de leite e carne. Mas, devido ao *lobby* de grandes produtores e conversão do mercado por raças mais produtivas para o agronegócio da

---

<sup>131</sup> Conversa realizada com Antônio de Chiquinho, 68 anos, na localidade Ponte de Pedra, 28 de dezembro de 2019.

carne do Brasil, muitas comunidades passaram a optar pela criação de tipos de gado mais comerciais e de maior produtividade, mesmo que isso acabe gerando perturbações nocivas ao ambiente como um todo. Entre elas os cruzamentos absorventes desordenados que levam à substituição e erosão das raças locais que embora adaptadas tenham níveis inferiores de produtividade (CARVALHO *et al.* 2013). Como consequência, observa-se atualmente entre as comunidades veredeiras a quase extinção do gado curraleiro, restando alguns poucos indivíduos nos municípios pesquisados.

Entretanto, desde que as comunidades veredeiras iniciaram a ampliação de sua rede colaborativa e passaram a ocupar novos espaços no cenário político-ambiental, tanto a nível estadual quanto nacional, alguns moradores passaram a se preocupar com produções mais biodiversas, atrelando práticas tradicionais a novas técnicas vindas da agroecologia. Nesse sentido, a retomada da criação de gados curraleiros é uma possibilidade no horizonte. Esse movimento é fortalecido pelo aumento da demanda por produtos diferenciados, que tenham identidade territorial e estejam vinculados às práticas produtivas de baixa dependência de insumos industriais e de baixo impacto ambiental. Nesse sentido, observa-se um tímido início de valorização e reconhecimento do gado curraleiro como elemento de identidade de povos e comunidades tradicionais da região do semiárido brasileiro, incluindo o Norte de Minas.

Muitos moradores apontaram a diferença dos animais criados hoje com relação àqueles do passado, principalmente no que diz respeito às características alimentares. Jaime explica que, se comparado com o curraleiro, o nelore tem pouco tutano no osso. Conta que “*antes a peãozada pegava um osso, rachava, retirava o tutano, misturava na farofa de feijão ou fava e saia para o trabalho*”. No tempo de seus pais, toda casa tinha uma pedra para extrair o tutano dos ossos, pois o tutano fazia parte da alimentação cotidiana das famílias, principalmente dos trabalhadores. Mas, ressalta Jaime que o nelore criado atualmente entre as comunidades veredeiras é um animal misturado com outras raças, principalmente com o gado do tipo girolando, oriundo do cruzamento entre o gado Holandês (5/8) e o Gir (3/8). Essa mistura possibilita animais de alto rendimento e comercialmente aceitos no mercado de carnes, predominante na região sanfranciscana. Um dos problemas identificados pelos criadores de gado, tipo nelore, em áreas como as chapadas é o fato de que os animais se tornam muito embrutecidos por estarem em regime de solta. Além de serem muito pesados, o que gera grande destruição de veredas e áreas de campina, a rusticidade do ambiente também se torna um desafio para esses animais, apesar de sua resistência. A partir do cruzamento com

o tipo girolando ou giro, como é conhecido entre os veredeiros, busca-se amansar essas características do nelore, pois entre as principais particularidades do primeiro, além de sua rusticidade, está sua docilidade, baixo custo de manutenção, longevidade produtiva e reprodutiva, facilidade de parto e boa produção de leite, quando em pasto. São reconhecidos também pela alta produtividade, mesmo quando há necessidade de restrição alimentar. Outro fator de destaque refere-se a seu sistema termorregulador que permite que o gado tolere altas temperaturas sem entrar em estresse térmico<sup>132</sup>.

Porém, mesmo com avanços genéticos a partir de cruzamentos iniciados ainda na década de 1970 pela EMBRAPA, aqueles animais que chegam às regiões veredeiras necessitam de passar por um longo período de quarentena nas áreas de manga (pastos), pois, caso contrário, sucumbirão quando soltos por longos períodos nas chapadas. Trata-se de um ambiente no qual os animais necessitam conhecer os locais adequados para acessar água, minerais e mesmo os tipos de vegetação. Muitas vezes, ao explicarem sobre como ocorre esse processo adaptativo, os moradores contam que um animal mais novo aprende com o outro o local certo para se alimentar e encontrar água, mas precisa se entrosar no meio do rebanho.

Sobre o tema, Seu Nego, comunidade de Barra de Mandins, comenta da relação adaptativa dos animais em relação ao ambiente.

*É tão resistente que até fica barato para a gente. Uma época um bezerro meu machucou, um cachorro rasgou o bezerro. Eu trabalhava na CEMIG aqui e tinha que levantar todo dia cedinho para tirar o leite para deixar para os meninos. Tinha que buscar cedinho e levar de tardezinha para um pastinho que tenho ali. O bezerro estava machucado. Veja bem o que é o gado na natureza... Eu vi que na estrada a vaca bocou ramos diferentes. Eu observei que ela lambeu lá onde o cachorro rasgou. Aí, não foi preciso eu comprar o antibiótico para o bezerro. Aquele ramo diferente já tinha o antibiótico para sair no leite para curar o bezerro.*

*Um outro bezerro estava com o curso branco. É quando um bezerro mama muito e não come outra coisa e acaba desidratando. A vaca veio comendo de novo outro ramo. Ela sentiu lá que o bezerro estava desidratado, ela come outro ramo. No outro dia ela estava sãozinho. Porque sabe o remédio adequado (Seu Nego, Barra de Mandins, 10 de abril de 2019).*

No decorrer do trabalho de campo, ficou evidente que o manejo do gado entre as áreas de chapada e mata, ao longo das variações climáticas e da vegetação durante o ano, não depende única e exclusivamente da competência daqueles que o fazem. Trata-se também da agência daqueles animais que, a partir de diferentes estratégias e formas de

---

<sup>132</sup> Sobre o manejo da raça Girolando, ver EMBRAPA: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/594820/girolando-raca-tropical-desenvolvida-no-brasil>. Acesso em 09 de março de 2022.

aprendizados, como explicou Seu Nego, criam mecanismos de sobrevivência em ambientes extremos.

### 5.2.2 Criação na solta e a relação com os variados ambientes

A criação de gado entre as comunidades veredeiras obedece aos ciclos das águas. Nos períodos de seca, os animais ficam confinados em pastos plantados localizados em áreas de mata ou em “manchas” encontradas nas chapadas, onde o solo é mais produtivo. Quando iniciado o período de chuvas, após a recuperação das gramíneas naturais da chapada, os animais são soltos permanecendo por lá durante todo o período chuvoso. Trata-se do sistema de solta ou larga, onde os animais são soltos/largados nas imensas chapadas.

<b>Distribuição dos ciclos de chuva e seca</b>			
<b>Estações do ano</b>		<b>Período regular das águas (antigamente)</b>	<b>Período de escassez das águas (atualmente)</b>
Inverno	Período de chuvas	Início: setembro/outubro	Início: dezembro/janeiro
		Término: março/abril	Término: março
Verão	Período de secas	Início: abril/maio	Início: março
		Término: agosto/setembro	Término: outubro/novembro
<b>Dinâmica de solta e presa do gado</b>			
<b>Manejo</b>	<b>Ambiente</b>	<b>Período regular das águas</b>	<b>Período de escassez das águas</b>
Solta / Larga	Chapadas	Início: novembro	Início: janeiro
		Término: junho	Término: abril
Presa / Pasto	Matas-mangas	Início: julho	Início: maio
		Término: novembro	Término: dezembro

Tabela 9: Dinâmica de solta do gado

Como já abordado, para as comunidades veredeiras há somente duas estações no ano, verão e inverno, entretanto, são distribuídas de forma inversa àquelas comumente utilizadas. O período da seca, que ocorre entre os meses de abril e setembro, é associado ao verão; e a época das chuvas, quando há períodos regulares de precipitação, ocorre entre os meses de outubro e março e é associada ao inverno. Devido às alterações climáticas, os períodos de

seca podem abarcar até 09 meses do ano se estendendo de março a novembro. Quando iniciei meu trabalho de campo as comunidades se encontravam no final de um ciclo de seca, com forte escassez de chuva, que se estendeu entre os anos de 2012 e 2017, sendo que a partir de 2018 o regime pluviométrico começou a mostrar sinais de regularidade.

O manejo dos animais em áreas de solta está intimamente vinculado às características climáticas da região e serve como estratégia para manutenção do rebanho em períodos críticos que ocorrem anualmente ou podem se prolongar por extensos períodos de seca. Certo dia em que estava na venda de Seu Pedro, na comunidade de Poções, tive a oportunidade de dialogar com um funcionário de uma das fazendas próximas à comunidade e responsável pelo comércio de gado na região, senhor Juvenal. Ele contou que, na última seca prolongada que tiveram, muitos animais de seu patrão morreram. Grandes criadores da região chegaram a perder parte significativa de seus rebanhos nesse período. Dona Maria, esposa de Seu Pedro, explicou que muitas famílias das comunidades também perderam animais e tantos outros optaram por vender grande parte do rebanho, mesmo com o preço baixo e os animais com menor corpulência. Vale lembrar que esses animais são vendidos por peso e quanto mais saudáveis e pesados, maior o lucro para a família. Todavia, o funcionário chamou atenção para que somente as comunidades que tinham o costume de criar os animais na solta conseguiram salvar maior parte do rebanho, pois aqueles que dependiam exclusivamente dos pastos, esses secaram todos. Naquela conversa informal, os presentes evidenciaram que, nas chapadas, por mais precária que seja a situação, ainda há certa quantidade de espécies vegetais que permitem, mesmo que de forma precária, a sobrevivência dos animais. Outro fator é que, diferente daqueles gados criados em confinamento, o gado acostumado na solta converte-se em outro tipo de animal, com hábitos próprios, inclusive, dotado de estratégias de sobrevivência. Tive a oportunidade de discutir sobre o tema no primeiro capítulo.

Apesar das práticas de manejo buscar salvar os animais dos períodos críticos de seca, quando prolongadas, torna-se impossível eximir-se dos prejuízos. Um dos moradores da comunidade de São Martinho, São Francisco-MG, explicou que na seca de 2008 perdeu cerca de 60 cabeças de gado, pois, mesmo em áreas de pastagem os animais sofreram com a falta de água, uma vez que todos os córregos e rios próximos secaram. Nesse último período de seca tiveram que vender a maior parte do rebanho para que os animais não padecessem até a morte. Agora, devido às limitações espaciais para solta, sua família cria seus animais em número reduzido e somente nas mangas.

Entre os meses de setembro e outubro, a chuva é aguardada com ansiedade pelas famílias, pois significa o ciclo de bonança. Quando em estadia na casa de Jaime, em meados de setembro, sua mãe, Dona Elisa, escutou o sabiá (*Turdus rufiventris*) cantar e nos disse com muita certeza que a chuva estava por vir. O mesmo ocorreu quando estava na casa de Dona Dalva de Seu Manoel, comunidade vizinha. O canto do sabiá é associado à chegada das águas, pois, como me foi explicado, esse pássaro não canta em época de seca. A chegada da chuva significa a possibilidade de salvar a criação que se encontra debilitada com a míngua dos alimentos nas chapadas. Naquele período, Seu Manuel e outros moradores encontravam-se fazendo ração/silagem com o restante da cana, para tentar esperar a chegada das chuvas de outubro e novembro. O ano de 2019 iniciou-se bem, em relação às águas, com a exceção do mês de janeiro, que historicamente é um período de forte calor e sol na região, classificado como “*o sol de janeiro*”. No entanto, após o período das águas, o período de seca foi demasiadamente prolongado, fazendo com que houvesse muitas baixas no rebanho. Alguns animais não aguentaram e as perdas foram grandes. Todo criador sabe que em momentos de seca como essa alguns dos seus animais vão padecer. Segundo alguns criadores, “*viver com a seca, é viver com a morte na espreita*”.



Imagem 12: período de seca e fim das pastagens em áreas de mata.  
Autor: Breno Trindade



Imagem 13: gado tratado com ração/silagem feita a partir das últimas plantações de cana do período  
Autor: Breno Trindade



Imagem 14: recuperação de novilha fraca que não conseguiu retornar das chapadas  
Autor: Breno Trindade

Porém, iniciado o período de chuvas e as chapadas já recuperadas, tendo suas rebrotas capazes de suportar a alimentação do gado, as famílias iniciam o trânsito do gado das mangas para a solta. Esse movimento irá variar de acordo com os ciclos das chuvas, que influenciará

diretamente a qualidade do capim na chapada, conhecido como capim agreste. Como nos explicou Seu Pedro, logo quando chove, o gado “*arrupia*”, porque passa a querer comer somente o broto dos capins da chapada, mas não há quantidade suficiente para todos, resultando em animais fracos e sem peso. Depois do início das chuvas demora ainda trinta dias para as folhagens nativas brotarem de modo exuberante. Isso impacta diretamente o preço do gado, pois no início das águas, setembro e outubro, evita-se a venda de animais, porque é mais vantajoso esperar até novembro, período em que o gado se recuperou do período de seca e se encontra mais saudável e corpulento, pesando mais e aumentando o lucro familiar.

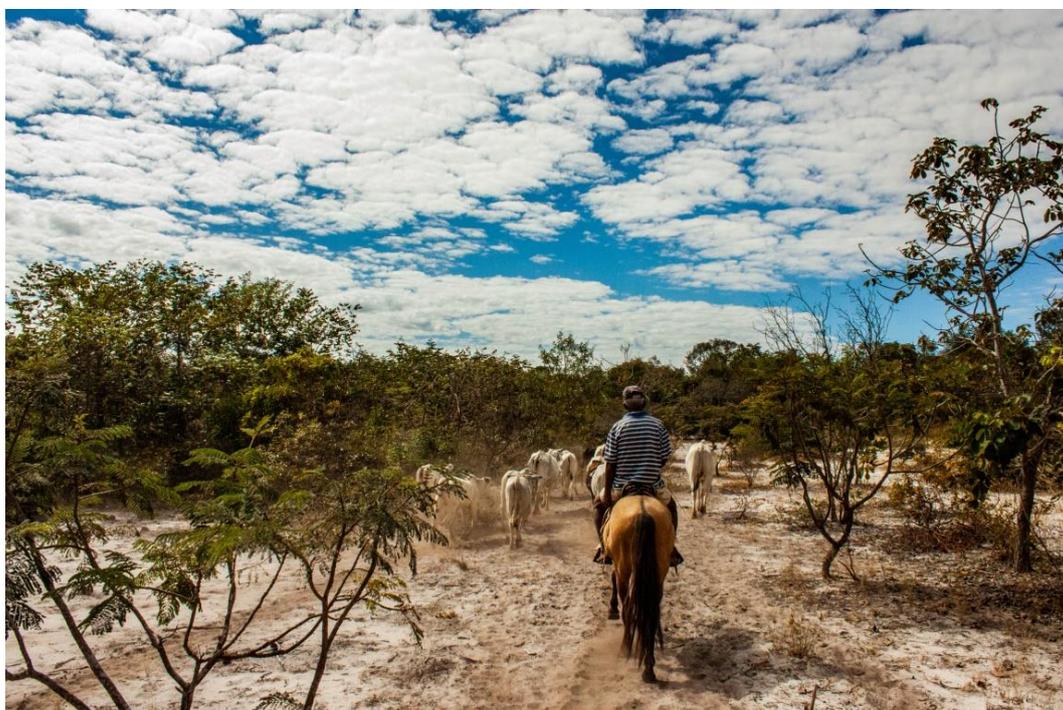


Imagem 15: solta do gado em área de chapada  
Autor: Breno Trindade

Com alimento em abundância nas áreas de solta os animais de diferentes famílias e comunidades são soltos conjuntamente, passando meses sem serem assistidos pelos seus donos. A identificação e diferenciação ocorrem somente pelas marcas de ferro vinculadas às famílias ou indivíduos proprietários. Como muitas vezes me foi explicado, nas chapadas, a cerca é o ferro. Cada criador conhece o ferro um do outro e quando identificado algum animal doente ou tangido junto de outros, aquele criador entra em contato com o dono e comunica que seu animal está recolhido no seu rebanho. Em determinado período que estava abrigado na casa de Seu Mário, comunidade de Barra do Tamboril, ele contou que tinha uma novilha

que estava perdida há dois anos, para além da Cabeceira do Gentil<sup>133</sup>. Naquele dia tinha recebido a notícia que apareceu um gado entre os animais de um filho de Dalvino em Cabeceira de Mocambinho<sup>134</sup>, próximo a Poções. No outro dia Seu Mário saiu antes do sol raiar carregando seu ferro com as iniciais sua e de sua esposa, MS (Mário e Santana), para averiguar se aquele animal tratava de sua novilha, mas não obteve sucesso.



Imagem 16: Ferros da família de Seu Pedro - PM-Pedro e Maria / D11-Donisete  
Autor: Breno Trindade

---

<sup>133</sup> A cabeceira do Gentil é uma área que dista mais de 20 km da comunidade de Barra do Tamboril.

<sup>134</sup> A distância entre a área de solta de Cabeceira do Gentil e Cabeceira de Mocambinho ultrapassa facilmente 30 km.



Imagem 17: Marcação do gado com ferro de Donisete, filho de Seu Pedro, comunidade de Poções  
Autor: Breno Trindade

As áreas de solta vão variando de acordo com a situação do ambiente, a escassez de alimento e água, regime de chuvas, além da disponibilidade de terras. Essas últimas, geralmente são de parentes ou de herança, pois não se encontram mais “terras de ausente” na região. Explicou Seu Mário que, por volta de 1975, ele soltava gado na região de Serra das Araras, nas terras de seus tios, tendo que percorrer com os animais 06 horas de Barra do Tamboril até a solta. Depois foi mudando de terras. Por sua vez, Lalu, da comunidade de Poções, disse que uma das principais áreas de solta do gado para os moradores de Poções são as áreas que estão sob domínio da empresa Plantar Ltda, que abrangem as terras das veredas de Sussuarana, Porcos, Cabeceira de Galho de Dentro, Galho do Meio, Cabeceira de Alegre, Pindaibal do Meio, Pindaibal 1 e 2, Veredinha. Apesar do alto nível de degradação, onde os grandes pantâmes foram convertidos em áreas de chapada e campina, tratam-se de terras abertas sem a presença de cercas, onde as famílias voltaram a ocupar com seus rebanhos. Já para os criadores de São Joaquim e comunidades vizinhas, que estão próximos das terras sob domínio da empresa RIMA Industrial S/A, as áreas de solta foram drasticamente reduzidas. Grande parte dessas terras foi cercada pela empresa e aquelas que não foram totalmente destruídas foram convertidas em Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) com uma

área de 15.870,65 hectares, ao que tudo indica como área de reserva ambiental, estratégia comumente utilizada por empresas<sup>135</sup>.

Em conversa gravada com Antônio Ceará, sua esposa Luiza e Chicão Minhoca, da comunidade de São Joaquim, eles explicam que:

*Antônio Ceará: aqui hoje quase que todo mundo é que são os proprietários das pequenas terras. Não tem mais terras de ausente. Cada um tem sua posse, ele cerca. Então não tem mais lugar de soltar o gado. A RIMA laçou muito na área que era para ser solta. Diz que é dela, mas documento ninguém vê.*

*Chicão Minhoca: O gado aqui ficou pouco. Quem tinha 50 cabeças aqui, hoje não tem 10. Vai vendendo tudo, porque fechou o círculo. Quando criava solto não prejudicava tanto os rios. O que prejudicou os rios mesmo foram as firmas. Porque toda a vida criava gado aqui e os rios tinham água. Gado também não entrava dentro dos brejos. Até porque tinha água para eles beberem mais fora. Todo lugar tinha água. Agora, depois que parou, que proibiu de criar, não tem água. (Chico Minhoca, Antônio Ceara e Luiza, São Joaquim, 05 de abril de 2019).*

Todavia, muitas famílias ainda conseguem manter a solta dos animais em áreas como a da empresa Plantar Ltda que, mesmo muito degradadas, encontram-se abertas.

Apesar do período da solta ocorrer entre os meses de novembro e junho, cada criador ou família possui dinâmicas próprias. Seu Santino, por exemplo, morador da comunidade de Água Boa, Bonito de Minas-MG, conta que seu gado fica solto o ano todo, só prendendo aquelas vacas que estão prenhas. Vale ressaltar que, na região na qual se encontra sua comunidade, apesar de também ter sido fortemente impactada pelas empresas durante as décadas de 1980 e 1990, possui áreas mais bem preservadas que aquelas situadas entre os rios Pardo e Pandeiros.

Mesmo com o início do período de seca, muitos moradores ainda mantêm os animais na solta, embora os pastos plantados estejam prontos para receber as reses. O deslocamento do gado das áreas de chapada para o confinamento nas mangas ocorre somente depois da maturação e retirada das sementes dos capins plantados, que acontece entre o final do período de chuva e início do período de seca. Essas sementes são estocadas para serem plantadas no próximo ano ou mesmo comercializadas entre as comunidades e famílias. Contudo, parte das sementes é conservada nas próprias mangas, deixadas para brotar diretamente a partir de sua queda e do pisoteio do gado. Com esse manejo, passam a não necessitar única e exclusivamente da compra de sementes geneticamente modificadas, diminuindo assim os custos de produção.

---

<sup>135</sup> Conforme a Lei Estadual nº 20.922, de 16 de outubro de 2013, todo imóvel rural deve manter área com cobertura de vegetação nativa, a título de Reserva Legal, de 20% da área total do imóvel. No entanto, essa área não necessita ser exclusivamente na mesma propriedade, podendo ocorrer em outras regiões do mesmo estado, desde que no mesmo bioma. Disponível em: <http://www.ief.mg.gov.br>. Acesso em 16 de maio de 2022.

Entre os capins mais comuns manejados na região veredeira são o brachiaria (*Brachiaria brizantha* cv. *Marandu*), agropole (*Andropogon gayanus* Kunth), e aqueles considerados nativos, como o colonião (*Panicum maximum*), capim vermelho (*Hyparrhenia rufa*), capim guiné (*Panicum maximum* Jacq). Todos esses capins são passíveis de terem suas sementes extraídas, entre os meses de junho e julho, e armazenadas para serem plantadas no início do período chuvoso, nos meses de outubro, novembro e dezembro. Como já discutido no primeiro capítulo, com exceção daquelas gramíneas nativas do Cerrado e Caatinga, muitos dos capins utilizados para alimentação dos rebanhos no Brasil tiveram origem no continente africano. Outro ponto de relevância é que, independentemente da origem da semente, crioula ou industrial, o manejo é o mesmo. Separa-se parte das sementes que brotou e armazenam para o próximo ano.

Sobre o manejo do gado, Seu Pedro (Poções) conta que a presa dos seus animais se inicia próximo ao dia 20 de junho, perto do dia de São João – 24 de junho, posteriormente à retirada das sementes do capim. Diz ainda que “*Lá fora (chapadas), quando o capim seca, o gado vem todo embora. Não precisa nem buscar. Quando pensam que não, eles batem tudo aí*”. Nesse processo, primeiramente, privilegia-se as vacas que estão prenhas ou com bezerros. Posteriormente, buscam as novilhas mais novas. Nota-se que todos os criadores mantêm grande preocupação quando as fêmeas parem seus bezerros no período de seca, pois a possibilidade de alimento é reduzida. Há períodos que mesmo os animais adultos não suportam a escassez de comida e ficam sujeitos a doenças e má nutrição. Por último os mais velhos, que podem ficar nas chapadas até o fim de junho, por serem mais resistentes, possuem menos necessidades que os demais. Os animais ficam presos até outubro e novembro a depender de quando as chuvas irão chegar. Em 2019 as chuvas só firmaram a partir de dezembro, motivo de preocupação por parte de todos os moradores.

Apesar de tentarmos definir momentos específicos de solta e presa dos animais, esses períodos poderão variar, de acordo não somente com a dinâmica das águas, mas também com a forma de cada criador manejar seus animais. Em diferentes momentos pude presenciar verdadeiros debates de quando seria o melhor período para trazer o gado das chapadas para os pastos ou quando seria o melhor momento de soltar os animais. Trata-se de um conhecimento que se dá no presente a partir de adaptações e novas formas de manejo, pois as mudanças pluviométricas forçam novas adaptações. Muitas vezes, ao final do dia, sempre que homens estão reunidos nas vendas, o principal assunto que toma conta das rodas de conversa é o gado. Certa noite, na venda de Seu Pedro (Poções), alguns dos moradores discutiam sobre o melhor

período daquele ano para retirar os animais da solta. Era meado de junho de 2019, ano em que as chuvas tinham sido relativamente boas, e muitos criadores não precisariam alugar pastos, pois as pequenas mangas puderam desenvolver o suficiente para seus rebanhos.

No período de confinamento dos animais, o principal recurso para alimentação são as mangas/pastos, de propriedade familiar. Porém, muitas famílias não possuem domínio sobre terras que possibilitem o cultivo de pastos. Uma alternativa utilizada é o aluguel ou empréstimo de mangas de propriedade de membros da família extensa. Nesse caso, os vínculos de parentesco são a principal estrutura de ordenamento para o acesso às áreas de pasto plantado e distribuição dos animais. De acordo com a forma de manejo dos animais, quando o gado é criado somente confinado, o cálculo é de um hectare por animal, de preferência dois hectares por cabeça. Assim se garante alimento todo o ano, inclusive em momentos de seca. No caso do manejo associado à solta e presa dos animais, como na época da seca, em um único hectare pode concentrar de 20 a 30 cabeças pelo período de até dois 2 meses. Depois dos animais consumirem todo o pasto eles são remanejados para outras áreas de pastagem ou são alimentados com ração/silagem, feita predominantemente com cana de sequeiro, mais resistentes aos períodos críticos de seca. Nesse caso, os custos passam a ser elevados e a nutrição dos animais pode ficar comprometida. A utilização de ração para alimentação do rebanho no período da seca é algo recente entre as comunidades. Antes dependiam única e exclusivamente dos pastos plantados. A aquisição de motores para desintegração da cana para silagem ocorreu nos últimos anos. Fator que contribuiu para passarem o período mais drástico do ano com menos perdas.

Quando os criadores possuem condições de disponibilizar pastos de qualidade ou quando os regimes de chuva estão mais regulares, promovendo fartura nas chapadas, a produção fica mais barata em relação à necessidade de ração e as vacas têm condições de entrar mais vezes no cio, podendo procriar com maior facilidade, possibilitando o aumento do rebanho e, conseqüentemente, do patrimônio familiar. Nota-se que até mesmo o cio dos animais irá variar de acordo com o ambiente em que ele está inserido e a disponibilidade de alimento. A depender da carga nutricional que o animal tem acesso e do espaço disponível, uma vaca pode gerar mais ou menos bezerros ao longo de sua vida. Com animais mais bem nutridos há também maior qualidade na lactação e do nascimento de crias mais saudáveis e resistentes às hostilidades do meio. Por outro lado, concentrar mais reses por hectare implica maior risco de animais mais fracos, mais sujeitos a doenças e parasitas, com menor

possibilidade de procriação e, claro, os gastos com alimentação e medicamentos acabam sendo maiores.

Ainda no que diz respeito ao desenvolvimento dos animais, há grande diferença entre aqueles criados predominantemente nas áreas de chapada, utilizando-se dos pastos plantados em pequenas manchas de solos mais produtivos, como no caso das comunidades de Poções, Vereda Grande, Água Boa, e aqueles animais que oscilam seu manejo entre as áreas de chapada e mata, como no caso de Barra do Tamboril, Capoeirão e Brejinho. Seu Pedro nos conta que na chapada o gado é mais “fino”, mais magro, pois o tipo de ambiente é mais rústico. Mesmo alimentando-se das mangas em períodos de seca, os animais se desenvolvem menos. Já aqueles animais que oscilam entre as áreas de chapada e utilizam os pastos das regiões de mata, caracterizam-se por serem mais pesados e corpulentos, devido à qualidade dos alimentos que são mais nutritivos e com maior abundância. Todavia, a criação de gados nas chapadas é mais barata por necessitar menos da utilização de pastos, mas o gado acaba se desenvolvendo menos. Já nas regiões de mata, a criação do gado é mais cara, pois há que desmatar áreas para a abertura de pastos. Em termos absolutos, um animal de chapada pode variar seu peso em média de 150 kg a 180 kg. Já um animal criado na mata tem seu peso mínimo em 180 kg, podendo alcançar até 250 kg. Em relação aos valores do quilo do animal vivo a diferença pode ser grande. No momento de escrita desse trabalho, um animal oriundo de áreas de mata pode chegar a custar até R\$4.000,00, enquanto um animal criado na maior parte do tempo nas chapadas aproxima-se de R\$3.000,00. Outra diferença fundamental é o fato de que um gado criado na chapada pode ficar até 02 meses sem comer sal sem grandes danos à sua saúde. O mesmo não ocorre com aqueles advindos das áreas de mata. Em termos gerais, um animal precisa de 30g de sal/dia. Como me foi explicado, quando o animal passa muito tempo sem comer sal tende a ingerir uma grande quantidade do mineral e, necessariamente, irá precisar de maior volume de água, caso não tenha acesso poderá até morrer, gerando prejuízo à família.

### **5.2.3 O gado como elemento de diferenciação econômica e fundo de reserva financeira para as famílias**

Ao tratar sobre a relação do gado e sua importância estrutural nas relações sociais e econômicas, uma das falas que mais me chamou atenção foi a de Seu Antônio de Chiquinho que, quando indagado sobre a importância dos rebanhos na cultura veredeira, respondeu que

na região “*tinha que ter gado para ser gente*” (Comunidade de Barra do Tamboril, 28 de dezembro de 2019).

Os rebanhos representam um patrimônio, as cabeças de gado fazem parte de uma segurança financeira, uma espécie de poupança. Todas as famílias a que tive acesso desenvolvem a criação de gado, variando muito a quantidade de cabeças. Enquanto há famílias que possuem de 03 a 16 animais, outras extrapolam 160 indivíduos, variando de acordo com a disponibilidade de terras. Em um único núcleo familiar, há vários proprietários como o pai, a mulher, os filhos, cada um com seu número de cabeças, mas são parte de um mesmo patrimônio doméstico.

Santilino, comunidade da Cruz de São Joaquim, explica que sua família maneja cerca de 30 cabeças, mas não pode aumentar o rebanho devido à limitação do espaço. Quando o rebanho passa de 35 indivíduos é preciso vender o excedente. Conta que se tivesse melhores condições de espaço para manga e solta poderia aumentar o número de cabeças.

Ao comentar sobre a quantidade de gado que possui Seu Pedro não fala apenas dos seus animais individualmente, mas de todos que são propriedade do seu núcleo familiar, inclusive, contabilizando os bezerros que estão para nascer. Em uma das visitas que realizei a comunidade de Poções, na estação da seca, Seu Pedro explicou que naquele período algumas vacas começaram a emojar<sup>136</sup>, pois seus úberes estavam engrossando. Momento importante, pois cada bezerro que nasce contribui para o aumento do patrimônio familiar. Junto com seus filhos e esposa, seu Pedro possui um total de 48 cabeças, sendo que 08 delas estavam para parir.

Ao tratar sobre a experiência veredeira com o gado, é importante não reduzir essa relação à noção de subsistência, pois o manejo e comercialização desses animais se localizam em redes muito mais amplas e complexas do que o autossustento. Sobre a alimentação é necessário diferenciar determinados animais. Toda casa terá suas galinhas e porcos para engorda, sendo um número reduzido de animais que participam de um comércio intracomunitário ou mesmo do sistema de trocas entre familiares. Já o gado encontra-se em outra categoria mental e socioeconômica, pois é fonte de segurança não somente alimentar, mas financeira para as famílias. Não se trata de criar esses animais para o consumo interno, o que pode acontecer em alguns momentos. O gado é quase que exclusivamente elemento de estruturação econômica familiar, parece estar muito mais vinculado ao comércio extracomunitário do que os demais animais. Não seria exagero considerá-lo como principal

---

<sup>136</sup> Trata-se de quando uma vaca se encontra prenha e aproxima-se do período de parir a cria.

elemento comercial daquelas comunidades. Com a venda do gado faz-se novos investimentos em bens de trabalho como maquinário, reformas e construção de novas casas, compra de novas áreas, pagamento de promessas com Santos Reis. Nesse sentido, trata-se de animais que gozam de outro status dentro dos espaços de troca e consumo veredeiro. Diegues Júnior (1960) chegou a alçá-lo à condição de animal totêmico.

Obviamente que o gado também faz parte da alimentação cotidiana dessas comunidades e é comercializado entre as famílias, mas sempre gozando de certa diferenciação. Como já exposto, muitos moradores contam que, no passado, quando não possuíam acesso a resfriamento de alimentos, como frízeres e geladeiras, quando se matava uma rês, repartia-se entre os familiares que assim contraíam uma dívida com a casa de origem do animal. Ao longo do ano outras casas deveriam matar outras cabeças e redistribuir a parte para as demais famílias, retribuindo à primeira casa que “doou” a carne. Assim, as famílias da rede extensa de parentesco tinham condições de comer carne durante todo o ano e sem dificuldades de armazenamento de grandes volumes do alimento. O mesmo ocorria no caso dos porcos, mas a partir de uma rede menos extensa devido ao próprio volume de carne distribuída.

Todavia, com exceção desses momentos de troca, o gado está intimamente ligado à segurança financeira das famílias veredeiras. É tratado como investimento e economia. Na mesma estada que realizei na casa de seu Pedro, pude presenciar ele negociando seu gado e uma novilha que foi dada de presente à sua neta que, anos antes, foi comprada por R\$900,00. O principal atravessador que negocia com as comunidades veredeiras é o senhor Juvenal, da comunidade de Traçadal. Ele visita as casas com seu caminhão e negocia diretamente com cada morador, direcionando os animais para abatedouros de Januária-MG. Nesse referido trâmite, seu Pedro vendeu a novilha, que tinha próximo de três anos de idade, por R\$2.300,00 e passaria o dinheiro para sua neta na segunda feira, pois ela, que mora em Brasília, iria dar entrada de R\$12.000,00 reais em um carro. Na visão de seu Pedro, o gado é uma espécie de poupança que pode levar a altos rendimentos<sup>137</sup>, além de atravessar as relações familiares por meio dos vínculos afetivos entre os indivíduos. Seu Pedro conta que, nesse caso, era o avô contribuindo com os netos que ainda estão buscando estruturar suas vidas.

---

<sup>137</sup> No caso específico da novilha comprado por Seu Pedro e dada de presente para sua neta, no decorrer de três anos o lucro obtido com o animal foi de 60,87% bruto.

#### 5.2.4 Promessas, dívidas e vínculos arriscados

Ao longo da experiência de campo, pude perceber que a relação com o gado carrega em si um poder ambivalente, podendo variar de elemento de riqueza e trocas sagradas a forças negativas e possibilidades de desgraças, a depender das afinidades desenvolvidas com o universo metafísico. Tomemos dois exemplos onde o gado atravessa essas relações como principal protagonista. Primeiro, tratarei dos ternos de folia de Reis e as promessas muito presente entre as comunidades veredeiras. Segundo os maus agouros e vínculos arriscados que marcaram a vida de algumas famílias.

Os estudos sobre folias de Reis são amplamente conhecidos dentro da Antropologia desde a década de 1980 (BRANDÃO, 1981). Comumente abordam o tema a partir de duas perspectivas complementares. Primeiramente, as trocas estabelecidas entre foliões, fiéis e os santos Reis a partir de promessas, ou seja, dívidas contraídas que estruturam um complexo sistema de trocas carregado de poder, no sentido maussiano. Segundo, atrelado a esse circuito de trocas, observa-se, também, nos momentos de saída dos grupos de folia, o giro, a abertura de momento ritualístico em que as atividades ordinárias são suspensas e toda a comunidade adentra um espaço liminar (*communitas*), no sentido turneriano<sup>138</sup>. Comumente, os trabalhos que tratam das folias de Reis versam sobre esses dois universos simbólicos/conceituais. Sobre os grupos de folias de Reis encontrados entre as comunidades veredeiras, centrarei minhas observações na importância do gado como signo máximo de pagamento de promessas.

Entre os veredeiros, os ternos de folia de Reis congregam pessoas de diferentes comunidades e possuem organização própria se diferenciando pelo tronco familiar a que pertencem e pela melodia de cada toada (música). Uma mesma folia toca para diferentes tipos de santos, a depender do tipo de promessa feita pelo fiel ou época do ano. Entre os santos mais comuns destacam-se São José, Santa Luzia, Nossa Senhora Aparecida e, principalmente, os Santos Reis. Para esses últimos, as folias iniciam seu giro entre os dias 24 e 25 de dezembro, se recolhem e voltam a sair no dia 29 ou 30, estendendo seu giro até o dia 04 de janeiro. No dia 05 desse mês, os foliões se recolhem novamente e no dia 06, dia de Santos Reis, terminam as visitas às casas daqueles que fizeram alguma promessa e na última visita retornam à casa do imperador para o fechamento dos trabalhos, o arremate. Trata-se de grande festa onde se reúne grande quantidade de pessoas. Cada grupo possui sua festa separada e os

---

<sup>138</sup> Entre os trabalhos de antropologia que são referência sobre o tema, ver os trabalhos de Carlos Rodrigues Brandão (1981) e Daniel Bitter (2008).

vínculos dos foliões perpassam relações de parentesco, compadrio e, claro, são regidos pelas promessas dos fiéis.

Seu Júlio, pai de Jaime, comentou que quem iniciou a folia em que eles sempre tocaram foi o bisavô dele. Sendo que o pai de seu Júlio, Manoel José Pinto, já tocava na folia da família. Outra explicação comumente dada sobre a origem da folia de Reis foi que “*ela veio do princípio do mundo*”, formada pelos três Reis magos, e seu bisavô teve promessas com os santos Reis e pela sua fé conseguiu ser agraciado. Conta que seu bisavô passou por uma enfermidade e fez uma promessa e foi atendido. “*É bíblico, desde o começo do mundo*”.

De acordo com os foliões, em todas as festas de arremate “*os santos Reis ajudam a dar um gadinho para dar de comer ao povo*”. Chicão Minhoca é um dos foliões mais conhecidos na região. Presidente da associação de São Joaquim, é responsável pelo Terno de Santos Reis dos Minhoca, que reúne muitos foliões de diferentes comunidades. Conta Chicão que das três festas que realizou enquanto imperador, o ano que matou menos gado foram dois animais grandes. Explica que todo ano, na festa final, a média de animais abatidos é três, sendo todos originados de promessas. “*Eu sempre mato é três e é tudo ganhado, tudo doação. Você sai cantando folia, chega em uma casa, às vezes, lá tem um curral e você vai e saúda aquele curral. Ali a pessoa tem uma promessa para santos Reis e ele vai e te dá um gado*” (Chicão Minhoca, Comunidade de São Joaquim, 05 de abril de 2019).

Ao longo do período de campo tive a oportunidade de conversar com diferentes foliões sobre a estrutura das folias, formas de organização dos instrumentos, vozes, promessas, mas comumente o assunto sempre era direcionado, pelos próprios foliões, para as promessas que envolviam o pagamento com a doação de gado. Não que seja a única forma de pagamento de promessas, mas, sem sombra de dúvida, é a mais valorizada e a que rende as memórias mais épicas. Assim sendo, apresento algumas dessas experiências acumuladas pela folia dos Minhoca que expressam diretamente a relação estabelecida entre o agente da promessa, o folião - como representante dos santos Reis, o gado e os próprios santos Reis - como operadores dos milagres.

Contou Chicão Minhoca que ele próprio tinha um bezerro prometido aos Santos Reis que tinha uma longa história.

*Eu ainda não entreguei ele, não. A vaca, eu comprei ela, e mandei um rapaz aqui ir buscar e ele pegou e machucou ela na estrada. Chegou lá machucada, na roça, e ficou catingando (mancando) de uma perna. Ela foi secando uma mão e começou a deitar e não levantar mais. Era um cansaço para levantar ela.*

*Quando foi um dia eu falei que ia matar aquela vaca, que a bichinha estava sofrendo. Aí, Bia (esposa) disse para não fazer nada que era para morrer na mão de Deus. Então eu falei que se Santos Reis ajudar aquela vaca levantar, a primeira*

*cria seria de Santos Reis e se não parir, eu tiro o valor de ¼ dela para Santos Reis e dou para qualquer pessoa que for fazer festa.*

*Não demorou três dias, chego lá e ela está em pé pastando. Aí, passou dois anos e a vaca não pariu. Eu peguei e vendi para Divinão, comprador de gado aqui. Ele demorou e com cinco dias que ele foi buscar a vaca ela estava enchendo o ubro (úbere), ia parir.*

*Aí, Anésio viu ela muito bonita, com o ubro cheio, trocou em outra vaca e levou para o Capoeirão. Eu falei, não, eu tenho que tirar um bezerro dessa vaca. Quando nós fomos para uma cavalgada na Várzea Bonita, ele chegou lá e a vaca tinha parido, mas bicho já tinha comido a metade dela, urubu, cachorro. Então ela morreu e bicho tinha comido bezerro com vaca e tudo. Aí largou lá.*

*Com quatro dias, ele vai lá vender um bezerro para esse mesmo Divino e chegou lá tinha um bezerro berrando na manga. Ele disse: “que bezerro era esse que tanto berra na manga? Eu não tenho bezerro pequeno aqui”. Chegaram no tanque d’água e estava cheio de rastro dele que ele descia para beber. Aí, eles foram ver o bezerro, era lindo. Era a cara da vaca que morreu. Aí falou “moço nós vamos levar esse bezerro para Chicão”. Timóteo falou que levava.*

*Aí, eu falei que o bezerro era de Santos Reis e eu comprava ele o quanto ele custasse. Eu liguei para Timóteo e ele disse que era dar 150,00 reais no bezerro. Aí, eu falei que iria buscar agora. Mandeí os 150,00 dele e trouxe o bezerro. Criei ele na mamadeira. Pois, olha, bezerro quando ele não mama, se a vaca morrer, ele não aguenta 24 horas e trava os queixos e esse estava como era acostumado a pegar mamadeira. Ele chegou e a gente colocava mamadeira e ele pegava como quem estava pegando nos peito da mãe. Agora já está grande, já está boizinho.*

*Esse é de Santos Reis. Você vê que salvou. Viveu sozinho, sem a mãe, recém-nascido. Viveu quatro dias bebendo água. Como que ele achou que aquela água ali iria salvar ele?*

*Muitas coisas acontecem aqui (Chicão Minhoca, São Joaquim, 05 de abril de 2019).*

Na narrativa apresentada por Chicão, não somente os vínculos que regem as relações estabelecidas com santos Reis ficam evidentes, quanto também o intenso fluxo de animais comprados, vendidos e trocados entre os criadores das comunidades. Todavia, quando tais fluxos de animais são atravessados por promessas e dívidas com o plano divino, as estratégias e regras de trocas tomam outras proporções.

Outro episódio que marcou a memória da Folia dos Minhoca foi aquele que aconteceu com um gado de promessa de um dos moradores de São Joaquim, senhor Gilmar.

*Aqui, um cara, Gilmar, tinha uma vaca, uma novilha de Santos Reis. Inclusive, eles ainda têm 13 gados de Santos Reis, esse que o gado fica aqui na rua atentando. A nossa folia, dos Minhoca, passou lá na casa dele e cantou. Ele disse: “eu tenho uma novilha que era para entregar, mas essa novilha está desertada nesse mundo aí. Ela estava para os lados de cabeceira de rio Pardo. Ela está junto dos gados de Nôzinho. Se tiver lá ele traz”.*

*Quando ele foi procurar Nôzinho disse que no meio do gado dele não tinha essa novilha, não. “Moço, é uma novilha de Santos Reis e é para entregar depois de amanhã. Essa novilha desertou para lá e eu não vi ela mais nunca. Eu sei que ela está gorda<sup>139</sup> pelo jeito que ela está lá”. Mas Nôzinho disse que não estava, não.*

---

<sup>139</sup> Observa-se que é no mês de dezembro o período em que as folias realizam o “giro”, momento em que as chapadas se encontram revigoradas pela chuva e os animais encontram-se bem nutridos.

*Com dois dias, Gilmar viu no corredor da casa dele duas vacas de Nôzinho. Vaca de Nôzinho nunca veio aqui na rua<sup>140</sup>. Ele achou estranho e disse: “o que essas vacas estão fazendo aqui?”. Quando ele olha lá na manilha onde o gado dele bebe, olha a novilha dele lá bebendo junto das duas vacas de Nôzinho. De lá ele tocou ela de pé, como muitos anos ele não tinha visto. Tocou e ela foi direto para o curral. Dessas vacas, depois de duas horas elas foram embora e nunca mais elas apareceram aí. Essa vaca estava na solta, sumida por aí. Como era de Santos Reis, ele não estava preocupado e não iria lá buscar. Quando foi para entregar, ela mesma veio. Isso tem uns 03 anos mais ou menos (Chicão Minhoca, São Joaquim, 05 de abril de 2019).*

Como já mencionado, é muito comum que, na solta, os animais fiquem por muitos meses, em alguns casos anos, “desaparecidos” nas chapadas. Nesse contexto, eles atravessam fronteiras entre municípios e a única forma de serem reconhecidos é por meio das marcas de ferro. De acordo com as narrativas apresentadas, o retorno de animais que há muito não se vê, só é compreendido a partir das relações de fé estabelecidas entre as famílias e os santos Reis. Como explicitado pela fala, quando um animal é prometido aos santos Reis o proprietário não preocupa em ir capturá-lo na solta. São os foliões ou os próprios Reis magos que devem trazê-lo.

Outro ponto que chamo atenção para relação com o gado ocorre na própria festa de arremate que pude acompanhar em janeiro de 2019. Na entrega da folia, na casa do imperador, que naquele ano foi no assentamento Paraterra, próximo a São Joaquim, todo o dinheiro recolhido foi entregue a ele (imperador) para auxiliar nos gastos do arremate. No entanto, uma expressiva parte do que foi recolhido o imperador ofertou à folia em sinal de gratidão pelas graças alcançadas. Naquele momento, todos os foliões reunidos em torno da mesa de café da manhã iniciaram um debate para decidir como seria a repartição do dinheiro, pois cada folião abria mão de sua parte para outro folião. Ao final, o guia da folia aceita ficar com uma parte para custear os gastos corriqueiros que tiveram no decorrer do giro, como cordas de viola, cavaquinho, combustível de carros e motos. Nesse mesmo momento, o imperador também juntou toda a carne de gado que sobrou da festa e colocou à disposição dos foliões para dividi-la. Todos repartiram a carne com muito cuidado para que ninguém ficasse com maior quantidade que o outro e deixaram as gorduras e ossos para o final. Após repartirem a carne, passaram a repartir, com o mesmo cuidado, as gorduras e ossos que também eram valorizados. A carne na folia, em especial a de gado, é um alimento diferenciado que tem maior status frente a outros que são doados para a festa.

---

<sup>140</sup> O entrevistado refere-se ao centro urbano de São Joaquim.

Observo que, ao mesmo tempo em que o gado ocupa espaço privilegiado na relação social-religiosa entre as famílias veredeiras, ele também é atravessado por outras relações de poder, nesse caso em específico, consideradas negativas. Assim como Deus, o seu contraponto, o Diabo, tem espaço importante na cosmologia do Vale do São Francisco. Entre os foliões é conhecido o tipo de afinação de viola denominada Rio Abaixo, a qual tem como criador o próprio Diabo. Diferentes narrativas já foram documentadas sobre o tema. No universo dos violeiros do Norte de Minas há aqueles que, com a intenção de se tornarem reconhecidos, recorrem a estratégias encantadas como utilização de cobras peçonhentas, simpatias feitas em um cemitério numa Sexta-Feira Santa, ou mesmo contratos realizados com o maior de todos os violeiros, o próprio Diabo (VILELA, 2010, p. 331).

Personagem de destaque na obra de Guimarães Rosa, o Diabo tem tanta importância quanto Deus nos conflitos existenciais vividos por Riobaldo nas relações sociais e com o próprio ambiente “sertão”. “O senhor não vê? O que não é de Deus é estado do demônio” (ROSA, 2019, p. 50). Explica o protagonista a seu interlocutor que “o demônio esbarra manso mansinho, se fazendo de apeado, tanto tristonho, e, o senhor pára próximo - aí então ele desanda em pulos e prezares de dança, falando grosso, querendo abraçar e grossas caretas - boca alargada. Porque ele é - é dôido sem cura. Todo perigo” (2019, p. 172).

No sertão do São Francisco, o Diabo aparece de várias formas, em diferentes lugares e carregando inúmeros nomes, como já apontou Vilela<sup>141</sup> e tantos outros autores. Em uma das várias passagens em que Riobaldo reflete sobre a figura do Diabo, o jagunço explica: “sei que em cada virada de campo, e debaixo de sombra de cada árvore, está dia e noite um diabo, que não dá movimento, tomando conta. Um que é o Romãozinho, é um diabo menino, que corre adiante da gente, alumando com lanterninha, em o meio certo do sono” (2019, p. 209). Essa mesma qualidade maléfica que se manifesta pela figura de um menino, por vezes, apareceu em conversas e memórias daqueles com que pude dialogar. Sem saber a forma correta de abordar o tema, que em muitos casos configura-se como elemento proibitivo entre os veredeiros, sempre recorria ao Jaime, meu principal interlocutor, para maior esclarecimento.

De acordo com Jaime, Romãozinho é o diminutivo de Romão que, naquele contexto, tratava-se de um rapaz que morava na região e que acabou praguejado (amaldiçoado) por sua própria mãe. O rapaz era responsável por levar a comida para o pai na roça que durante todo o dia labutava nas plantações da família. No entanto, Romãozinho tomou hábito de comer as

---

<sup>141</sup> Tisnado, tisne, peba, pemba, cramulhão, capeta, diabo, demônio, tisne, aquele que não se diz, cujo, o dito, cão, aquele, chifrudo, pé de bode, rabudo, Lúcifer, capiroto, coisa-ruim, manfarro são nomes dados à entidade maléfica personificada pelo diabo (VILELA, 2010, p.343).

melhores partes da marmita, entre elas a carne de gado, deixando somente os restos para seu pai. Com o decorrer do tempo, o senhor passou a ficar furioso pensando ser sua esposa quem estava colocando restos de comida para ele. Certo dia o pai de Romãozinho chegou colérico em casa pronto para matar sua esposa, que descobriu ser seu filho o responsável pela profanação da comida do pai. Como castigo, ela rogou que ele iria comer língua de gado por sete anos. Daquele momento em diante ele desapareceu das imediações das comunidades e com o passar do tempo as pessoas começaram a ver os gados tombando (morrendo) no pasto e quando iam ver o que tinha acontecido, os animais encontravam-se sem a língua. Nessa narrativa, Romãozinho converteu-se no próprio diabo, ao assolar os gados das famílias vizinhas.

Outra história narrada por Jaime foi de uma família que teve que sair da comunidade em consequência desses vínculos arriscados. Nos nossos deslocamentos realizados no território, por diversas vezes, passávamos próximo a uma casa que se destacava frente às outras moradias das comunidades que trabalhei. Trata-se de uma casa grande, de alvenaria, que parecia ser composta por vários cômodos. Ao lado encontrava-se um curral robusto, feito em madeira de boa qualidade, localizada entre Cabeceira e Barra do Tamboril. Porém, encontrava-se aparentemente abandonada, apesar das estruturas estarem em boas condições. Em determinado dia que estávamos indo para Cabeceira do Tamboril, perguntei ao Jaime quem eram os moradores daquele imóvel. Prontamente Jaime respondeu que não moravam mais ali e findou a conversa. Quando chegamos à sua casa ele me explicou que o morador daquela casa tinha feito pacto com o tihoso para ficar rico. De uma hora para outra esse morador foi conseguindo cada vez mais gado e com isso acumulando riqueza. Foi quando construiu aquela casa. Mas com o passar do tempo sua vida e de toda a família começou a desandar. Os animais começaram a morrer e, muitas vezes, quando iam comer, ao abrir as panelas, essas estavam cheias de fezes de gado. A família caiu em desgraça e começou a passar fome. O homem tentou desfazer o pacto, mas a dívida já estava grande. Teve que sair de sua casa e largar tudo para traz. Explicou Jaime que ninguém nunca mais conseguiu morar naquela casa porque desde então ela já tem dono.

Ao longo da pesquisa, muitas vezes, também escutei que aqueles que trabalham diretamente com a matança do gado não são dignos de boa sorte. Segundo Jaime, na sua região é difícil um açougueiro que ele mesmo mate o gado. O açougueiro que sacrifica os animais ao longo do tempo não acumula bonança.

*Com pouco tempo acaba com gado, acaba com tudo. Não rompi, não. E as pessoas que matam o gado para o açougueiro é muito difícil conseguir algo mais além do*

*que ele espera de conseguir, parece que ele fica atrasado. Quando vai indo da pessoa adquirir alguma coisinha acaba que lá na frente acontece alguma coisa ruim: é assassinado, acidenta com faca ou facão. Sempre tem acontecido isso, não com todo mundo, mas sempre acontece esse tipo de coisa. Pai fala, mãe fala, que a profissão mais atrasada que a pessoa escolher é esse tipo de coisa (Jaime, Capoeirão, 23 de junho de 2019).*

Ao tratar sobre práticas proibitivas ao lidar com o gado, Jaime relembra que, em alguns contextos religiosos, o sangue é tido como tabu, não devendo a carne do animal ser consumida sem antes o mesmo ser sangrado.

*Aqui o pessoal sempre mata é de faca. Alguns desmaiam o animal primeiro no cacete ou no machado, na hora que cai, vai lá e sangra para poder sair o sangue. Porque não são todas as pessoas, de todas as religiões que come a carne do gado matado sem tirar o sangue, não. Se matar só de tiro, de cacete ou afogado, eles não comem, não. Diz que tem que derramar o sangue. Já outras religiões não tem disso, não. O que manda é o tempero (Jaime, Capoeirão, 23 de junho de 2019).*

Retomando as palavras de Antônio de Chiquinho em que afirmara que no tempo dos antigos “*tinha que ter algo para viver e algo era gado*”, duas perspectivas merecem ser destacadas. A primeira, já discutida nas seções anteriores, é o fato de que as famílias que detinham cabeças de gado gozavam de maior equilíbrio financeiro, podendo, inclusive, estabelecer contratos mais densos com os santos Reis, pagando suas promessas a partir da doação de animais. Por outro lado, os mecanismos acionados para “*ter algo*”, nesse caso o gado, poderiam levar indivíduos a buscar vínculos arriscados que comprometeriam sua vida e de sua família. Nesse sentido, o segundo ponto de destaque refere-se ao fato de que, ao mesmo tempo em que possuir gado pode trazer equilíbrio financeiro e espiritual, a depender das estratégias utilizadas, também pode trazer a ruína familiar, seja em pactos diretos com o Diabo seja aqueles que, por falta de escolha, necessitam ter como labor a matança do animal. Dessa forma, a relação com gado, não somente se refere à esfera econômica, mas carrega, também, elementos de poder que influenciam diretamente a vida daqueles que lidam com ele no cotidiano.

### 5.3 PRÁTICAS AGRÍCOLAS, EXTRATIVISMO E NOVOS PARADIGMAS

Conjuntamente à criação de gado, as práticas agrícolas, o extrativismo dos frutos do cerrado e a apicultura são outras importantes bases produtivas que, invariavelmente, são atravessadas por redes políticas e familiares entre as comunidades veredeiras. Do mesmo modo que o manejo dos animais requer profundo conhecimento sobre o uso associado dos diferentes ambientes – matas, chapadas e veredas – as roças, extração dos frutos do cerrado e manejo de abelhas também requerem a leitura profunda das relações ecológicas, interação entre espécies e variações climáticas, incluindo as alterações de calor, chuva, qualidade do solo e ciclos vegetais. Relaciona-se ao que se convencionou chamar de sistemas agrícolas tradicionais (SATs), conjunto de práticas e conhecimentos que revelam a interdependência de diferentes domínios culturais e ecológicos: “Trata-se de uma diversidade de processos que envolvem as escalas ecológica, biológica, sociocultural e temporal, atravessa aspectos da vida social, econômica e sagrada com funções simbólicas e produtivas, que repousa sobre ecossistemas, plantas, conceitos, saberes e normas sociais” (IPHAN, 2019, p. 15).

O conhecimento das dezenas de variedades de sementes, frutos, floradas, desde o início da pesquisa, chamou a atenção. Trata-se de um amplo repertório acumulado e ampliado ao longo de diferentes gerações. Porém, os impactos vividos no ambiente, como a escassez de chuva e a seca de grande parte dos córregos e veredas da região, fez com que as comunidades buscassem adaptações operando importantes mudanças na relação com os espaços produtivos e ambientes.

Como destacou Carlos Dayrell (1993), até meados da década de 1970, o Norte de Minas Gerais tinha como principais produtos de comercialização com outras regiões do estado e do país, além do gado, o algodão, a mamona, a farinha de mandioca, a rapadura e o látex da mangada (borracha). Grande parte das famílias veredeiras estavam engajadas nessa produção. Cerca de 60% da população vivia no campo, sendo que, até esse período, um total de 85% da vegetação nativa encontrava-se com altos índices de preservação (DAYRELL, 1993). Por outro lado, essas mesmas famílias dominavam o manejo de um amplo espectro de variados tipos de sementes, espécies vegetais que, juntamente com a criação de animais, alicerçavam a estrutura alimentar e comercial local.

No entanto, em decorrência do movimento de “modernização dos gerais” (NOGUEIRA, 2017), período de intensa exploração das áreas de chapadas e veredas pelas empresas vinculadas ao setor de grãos e siderurgia, o Norte de Minas passou a sofrer com

severa redução do volume hídrico dos lençóis freáticos e secamento de córregos e nascentes, como apontado na seção “Obituário das águas”. Com a chegada das empresas, uma nova racionalidade passa a dominar as práticas produtivas locais. Do mesmo modo que o carvão passou a fazer parte do cotidiano de centenas de famílias, o manejo de sementes geneticamente modificadas foi difundido e, ao longo das décadas de 1980 e 1990, tornou-se predominante, principalmente em decorrência dos constantes ciclos de secas que passaram a ser mais presentes na região. Muitas vezes, ao se referirem às “sementes transgênicas” os moradores diziam “*aquelas sementes que davam somente uma vez*”.

Essa situação histórica é uma das bases para o surgimento daquilo que ficou conhecido como erosão genética. Em decorrência das mudanças ocasionadas pela Revolução Verde e sua racionalidade industrial, implementada em ecossistemas dinâmicos e biodiversos, temos como consequência uma maior fragilidade na manutenção de variedades de organismos em um dado ambiente. A substituição de variedades de sementes tradicionais por híbridos e variedades ditas modernas tem gerado o estreitamento genético das sementes crioulas e de toda uma rede sistêmica de organismos que existem por meio dessa interação, como animais silvestres, principalmente abelhas.

As sementes crioulas, sementes tradicionais ou sementes locais, são variedades de milho, feijões, arroz, mandiocas, canas, favas, dentre tantas outras qualidades, cultivadas por agricultores familiares, comunidades quilombolas, grupos indígenas ao longo de sua existência e relação com seus ambientes. São sementes utilizadas para alimentação humana e animal que apresentam características específicas adquiridas a partir de processos de melhoramento genético por meio de investigação e recriação, muitas vezes, atravessados por sistemas de representação que podem envolver complexas regras e tabus, culminando na seleção daqueles tipos mais adaptados às regiões que foram desenvolvidas<sup>142</sup>.

De acordo com a lei no 10.711, de 05 de agosto de 2003, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudas, no seu artigo XVI, as sementes crioulas são compreendidas como:

XVI - cultivar local, tradicional ou crioula: variedade desenvolvida, adaptada ou produzida por agricultores familiares, assentados da reforma agrária ou indígenas, com características fenotípicas bem determinadas e reconhecidas pelas respectivas comunidades e que, a critério do Mapa, considerados também os descritores socioculturais e ambientais, não se caracterizem como substancialmente semelhantes às cultivares comerciais;

---

<sup>142</sup> Sobre a racionalidade que envolve o conhecimento tradicional, ver Carneiro da Cunha (1999).

As sementes híbridas que passaram a ser conhecidas como variedades de alto rendimento (VARs), produzidas industrialmente, converteram-se em espécies dominantes mundialmente, fazendo com que o alimento consumido tenha origem de reservas genéticas cada vez menos diversas, ocasionando o que se definiu como erosão genética. Tal efeito é observado em qualquer grupo alimentar, principalmente no setor de carnes e grãos.

Tendo como principal tensão a perda irreversível da diversidade genética de cultivares, a diminuição da agrobiodiversidade local tem como consequência a desestruturação de ecossistemas inteiros, impactando diretamente aquelas famílias e comunidades que se formaram a partir da íntima relação com os mesmos. Trata-se, não só, de impactos na variedade produtiva, mas em processos de erosão das condições de produção desse saber. Ao tratarmos da erosão genética devemos também levar em consideração seus impactos sociais, pois implicam na erosão das condições de produção de conhecimento local e dos sistemas de circulação desse conhecimento. Como definido por Manuela Carneiro da Cunha (1999), trata-se da deterioração das formas sociais e de suas instituições vinculadas a formas específicas de conhecimento. Para a autora, o conhecimento tradicional deve ser entendido como uma ciência viva, que experimenta, inova e pesquisa, não se tratando de um simples repositório de conhecimentos. Nesse sentido, trata-se de um arcabouço desenvolvido a partir da relação entre indivíduos, coletivos e seus ambiente/territórios em um processo de livre circulação de conhecimento.

Como argumentou Juliana Santilli:

É a diversidade de plantas cultivadas e animais domésticos, e a sua capacidade de se adaptar a condições ambientais adversas (clima, solo, vegetação etc.) e a necessidades humanas específicas, que assegura aos agricultores a possibilidade de sobrevivência em muitas áreas sujeitas a estresses ambientais. É o cultivo de espécies diversas que protegem os agricultores, em muitas circunstâncias, de uma perda total da lavoura, em casos de peste, doença, seca prolongada etc. Com as monoculturas, de estreitíssima base genética, ocorre o contrário: as pestes, doenças etc. atingem a única espécie cultivada e destroem completamente a lavoura (SANTILLI, 2009, p. 74).

Os processos de erosão genética ocasionados pela monocultura, cultivares dotados de uniformidade genética, acabam criando sérios riscos e vulnerabilidade para a agricultura e, conseqüentemente, para a segurança alimentar de populações inteiras. Santilli chama atenção para que a situação de vulnerabilidade genética ocorre quando uma única espécie é utilizada como base para o cultivo em larga escala, tornando-se uniformemente suscetível a pestes, doenças ou estresses ambientais, devido à sua própria constituição genética, levando a riscos de perdas totais nas lavouras. Diversas são as experiências ao longo da história moderna de

fome, migração e morte ocasionadas pela hiper seleção de variedades, gerando a devastação generalizada de plantações inteiras. Alguns exemplos foram, a “Grande Fome” ocorrida na Irlanda, entre 1845 e 1851, onde as plantações de uma única variedade de batatas, principal pilar de alimentação da população mais pobre, foram atingidas por um fungo (*Phytophthora infestans*), causando uma catástrofe que levou à morte de 2 milhões de pessoas (25% da população irlandesa) e a migração de outras 1,5 milhão para os Estados Unidos, Austrália e Nova Zelândia. Outro exemplo recente foi nos anos 1970, onde outro fungo (*Bipolaris maydis*), conhecido como “praga da folha do milho sulino”, atacou as plantações de milho dos Estados Unidos, levando alguns estados a perderem metade de suas lavouras. O mesmo ocorreu em 1971, na União Soviética, onde lavouras de uma mesma variedade de trigo foram devastadas, abrangendo uma área de 40 milhões de hectares, que se estendia de Kuban à Ucrânia (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; SANTILI, 2009).

No entanto, Santilli argumenta que a culpa pelas perdas de lavouras não deve ser atribuída às pragas que infestaram as plantações ou variações climáticas, que afetaram diretamente as áreas produtivas, mas sim à uniformidade genética dos cultivos. Para a autora, as lavouras não teriam sido drasticamente devastadas se tivessem sido plantadas variedades diversas.

Nesse sentido, como destacou Carneiro da Cunha (2009), os bancos de germoplasmas conservam amplo estoque de variedades de sementes, mas fora de suas áreas de origem, fazendo com que esses cultivares não sejam capazes de gerar variedades resistentes a novos tipos de doenças. Entre as principais estratégias frente à questão estão os modelos de conservação *in situ* ou *on farm*, onde as espécies coevoluem em relação ao seu ambiente<sup>143</sup>. Ressalta Cunha que esse tipo de prática tem sido realizada por séculos por pequenos agricultores, grande parte deles indígenas, os quais conservam e aumentam a diversidade agrícola nas regiões de origem dos principais cultígenos. Trata-se aqui de áreas e regiões do mundo reconhecidas como bioculturais e megadiversas, prioritárias para a conservação *in situ*. Localizados em regiões tropicais e subtropicais, os países que se encontram na zona de interseção combinam alta biodiversidade com ampla diversidade cultural. Como já apontado anteriormente, diversos estudos já trouxeram a interdependência dessas duas variáveis.

É nesse contexto que as comunidades veredeiras se inserem em uma rede política de amplitude internacional, onde novas estratégias e tecnologias de manejo de sementes, animais

---

<sup>143</sup> Sobre as discussões referentes aos modelos e estratégias de conservação de germoplasmas, entre eles *in situ/on farm* e *ex situ*, ver Santilli (2009).

e do próprio ambiente, são apresentadas e passam a interagir com o conjunto de conhecimento local.

### **5.3.1 As casas de sementes crioulas e as redes de trocas de sementes**

Quando iniciado o trabalho de campo, Jaime comentava muito sobre o trabalho desenvolvido na comunidade de Barra do Tamboril, referente à “Casa de Sementes da Gente” e o trabalho feito pelos “guardiões de sementes”. Tratava-se da implementação de projeto a nível regional para a conservação da agrobiodiversidade no semiárido mineiro. Ao pesquisar o tema entre as comunidades veredeiras, Érica Lobato de Oliveira (2014)<sup>144</sup> traçou de forma sistemática o processo político institucional que levou à criação das casas de sementes da região. Todavia, como afirma Santilli (2009), o manejo de sementes crioulas, incentivados por projetos de assistência técnica, se vincula a arranjos institucionais a nível global.

Ao menos desde a década de 1960, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO, sigla em inglês) vem realizando conferências técnicas e encontros sobre a temática da erosão genética. Mas foi somente em 1983, na 22ª Reunião da Conferência da FAO, que foi firmado o Compromisso Internacional sobre Recursos Fitogenéticos. Trata-se do primeiro instrumento internacional a regular o acesso aos recursos fitogenéticos. Todavia, um amplo debate se instaurou a partir de então, entre o Norte e o Sul global, onde países industrializados, detentores da biotecnologia, e os países em desenvolvimento, detentores dos recursos agrícolas, tensionavam sobre o acesso à tecnologia e propriedade de recursos genéticos (CARNEIRO DA CUNHA, 2009; SANTILLI, 2009).

A partir desse contexto diversas ações passam a ser empregadas em diferentes países, fomentadas por projetos cujo foco era atuar frente à erosão genética incentivando a agrobiodiversidade em sistemas produtivos locais. No Brasil, diversas instituições de caráter técnico surgem e passam a integrar a rede Projeto Tecnologias Alternativas (PTA) – articulação nacional promovida pela Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (FASE), que abarcou 42 organizações não-governamentais sob coordenação da

---

<sup>144</sup> O trabalho de Oliveira (2014) ocorreu entre os anos de 2013-2014 e tratou as comunidades em questão a partir de teorias do campesinato. Vale ressaltar que somente a partir de 2017 que esse conjunto de comunidades passa a se organizar politicamente em torno da identidade veredeira. Todavia, outras comunidades próximas, como no município de Bonito de Minas, já estavam se relacionando com essa categoria e incidindo nas pautas políticas junto à Assembleia Legislativa de Minas Gerais e Ministério Público de Minas Gerais, contribuindo na construção do que veio a se tornar o decreto 47.289, de 20 de novembro de 2017, que regulamenta parte da Lei 21.147, de 14 de janeiro de 2014, que instituiu a Política Estadual para Povos e Comunidades Tradicionais de Minas Gerais.

Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)<sup>145</sup>. Essas instituições passam a se organizar a partir daquilo que ficou conhecida posteriormente por Rede de Intercâmbio de Sementes (RIS), que contribuiu para a formação, na década de 1980, do Centro de Tecnologias Alternativas de Montes Claros, que mais tarde converteu-se no Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM). A RIS teve importante papel ao fomentar o debate político e técnico sobre o processo de erosão genética em curso nos sistemas agrícolas e na valorização de variedades locais frente ao domínio de empresas multinacionais sobre a distribuição de sementes. Além de conseguir mobilizar grupos de produtores locais em diferentes partes do Brasil, pautando a implementação de projeto de lei que versava sobre a propriedade intelectual e que previa o patenteamento de sementes e outros seres vivos. (DAYRELL *et al.*, 2011; OLIVEIRA, 2014).

Ao traçar os processos de implementação das casas de sementes na comunidade de Barra do Tamboril, Oliveira (2014) aponta que, durante a década de 1990, no Norte de Minas Gerais, por meio das iniciativas da Rede de Intercâmbio de Sementes, identificou-se a perda de variedades de sementes locais e a incapacidade financeira de agricultores(as) em adquirirem sementes para os plantios anuais. Foi então proposta a implementação de casas de sementes a partir de ensaios e campos de sementes, impulsionado pelos Ensaios Nacionais do Milho Crioulo, realizados em diferentes regiões do país. Todavia, com o encerramento do projeto da AS-PTA, as ações regionais foram retomadas somente em 2003, a partir do Programa Biodiversidade Brasil-Itália (PBBI)<sup>146</sup> cujo objetivo era fomentar soluções baseadas na biodiversidade vegetal, natural e agrícola, para promoção da segurança alimentar entre grupos sociais vulneráveis. Entre os cinco componentes que estruturavam o Programa, o componente 04, vinculado ao manejo sustentável nos biomas Cerrado e Caatinga, permitiu a continuidade dos trabalhos iniciados pela RIS.

Oliveira (2014) mostrou que, por meio de parcerias locais, criou-se a Comissão Regional de Agrobiodiversidade, com atuação no Norte de Minas Gerais e, a partir dela, a Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro. Com base no projeto gerido pela FAO, a Rede ampliou a área de abrangência para além do Norte de Minas, passando a contemplar, também, o Vale do Jequitinhonha. É por meio dessa articulação que foi elaborado o Plano de Ação Estratégico para o uso e gestão compartilhada da agrobiodiversidade pelos povos e comunidades tradicionais do semiárido de Minas Gerais, no qual as comunidades veredeiras

---

<sup>145</sup> Para maiores informações sobre a AS PTA, ver: <https://aspta.org.br/quem-somos/>.

<sup>146</sup> Entre as organizações responsáveis pela operação do Programa no Brasil estavam o Instituto Agrônomo per l'Oltremare-IAO, IBAMA e a EMBRAPA e diversas outras organizações.

estão inseridas. Dessa forma, foram implementados campos de ensaios e casas de sementes para estímulo do manejo comunitário da agrobiodiversidade, com objetivo de conter a erosão genética e garantir a conservação no modelo *on farm* das variedades locais no Norte de Minas e Vale do Jequitinhonha.

Importante ressaltar que, no Brasil, o resgate e conservação da agrobiodiversidade a partir do manejo de sementes crioulas por agricultores familiares tem origem na década de 1970, quando as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), braço da Igreja Católica, iniciou na região Nordeste a organização de Bancos de Sementes Comunitários (BSCs). Tal iniciativa se deu a partir da percepção de que o acesso às sementes seria uma das chaves na situação de miséria e dependência em que vivia grande parte das comunidades rurais. O acesso e manejo de sementes de qualidade possibilitou aos agricultores romper com a dependência da chamada “Indústria da Seca”, que submetia as famílias às doações de grupos políticos locais. Os BSCs também se converteram em novos espaços organizativos influenciando, diretamente, na promoção da luta sindical e partidária na região (CUNHA, 2013).

As casas de sementes às quais parte das comunidades veredeiras estão vinculadas tiveram seu início com um edital do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) para apoio de fundos rotativos solidários, na modalidade “Banco de Sementes”. A Caritas Regional foi o proponente e, com o projeto aprovado, iniciaram a implementação de 28 casas de semente em diferentes comunidades e municípios da região Norte e Jequitinhonha<sup>147</sup>. Em Januária-MG, com o auxílio da Caritas Januária, que já mantinha projetos na região, as comunidades contempladas foram Pau d’Óleo, Barra do Tamboril e Sambaíba.

A inspiração inicial partiu do modelo “Sementes da Paixão”, projeto consolidado no estado da Paraíba, que se converteu em modelo para outras frentes vinculadas ao manejo de sementes crioulas. Assim, para implementação das casas nas comunidades era necessário identificar figuras de referência conhecidas como “guardiãs e guardiões de sementes”. Fato que facilitou a implementação da casa de sementes em Barra do Tamboril foi que naquela comunidade muitos moradores já faziam o manejo de sementes locais, mesmo antes da implementação do projeto. Além de manterem certo engajamento em iniciativas junto à Caritas Diocesana de Januária e o Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM).

---

<sup>147</sup> Os municípios contemplados foram, Olhos d’Água, Porteirinha, Rio Pardo de Minas, Verdelândia, Januária, Chapada Gaúcha, São Francisco, Varzelândia, Itinga, Veredinha, Felisburgo, Jequitinhonha e Rubim (OLIVEIRA, 2014).

A inserção das comunidades pesquisadas em ações vinculadas às instituições da Igreja Católica, como a Caritas Diocesana de Januária, e outras organizações atuantes no Norte de Minas, se deu a partir de cisão dos moradores de Barra do Tamboril com a antiga associação local. Como explicou seu Antônio de Chiquinho (28 de dezembro de 2019), ex-presidente da primeira associação de moradores de Barra do Tamboril, houve um “racha” dentro da associação com a chegada de um projeto que visava a implantação de cisternas de captação e armazenamento da água da chuva, cujo proponente era a Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA) em parceria com a Caritas de Januária. Muitas famílias ficaram interessadas, mas por estar vinculado a instituições católicas, parte dos associados evangélicos se movimentou contra. Como consequência, em 2004, foi criada a Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Pardo, Capoeirão e Adjacências (RIOCAP). Desde então, diversos projetos passaram a ser implementados nas comunidades, ampliando as redes de colaboradores. Outro ponto importante são as próprias transformações ocorridas no diálogo com esses agentes. Ao mesmo tempo em que a RIOCAP passa a integrar uma ampla rede de articulação na região Norte, ela própria ganha outros contornos ao longo dos anos, pois, uma vez inserida em novos contextos políticos, seus associados observam a necessidade de se adequarem aos mesmos. Desse modo, com a sua mudança estatutária e de razão social, a Associação passa de uma representação de pequenos produtores rurais para ser a Associação Central Veredeira, representada pela sigla ACEVER. Entre suas atribuições destacam-se:

- I. Contribuir para a promoção do desenvolvimento sustentável das Comunidades Tradicionais Veredeiras, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia de seus direitos: territorial, social, ambiental e econômico, respeitando e valorizando sua identidade cultural, bem como sua forma de organização.
- II. Exigir do Poder Público, a titulação dos territórios tradicionais das Comunidades Veredeiras, que constituem espaços de uso coletivo acessíveis aos seus membros [...];
- V. Proteger e recuperar o meio ambiente, especialmente nos territórios tradicionais das Comunidades Veredeiras e outras áreas de preservação permanente, definidas na legislação ambiental [...];<sup>148</sup>

Para Oliveira (2014), a história da comunidade com a Casa de Sementes inicia-se formalmente na criação da Associação de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Rio Pardo, Capoeirão e Adjacências (RIOCAP), pois é a partir daí que essas comunidades se inserem em uma rede colaborativa estruturada na região. Por outro lado, podemos também associar a criação da Casa de Sementes, em Barra do Tamboril, como o início de um movimento que, mais tarde, converteu-se na reivindicação dessas comunidades como povos tradicionais orientados a partir da identidade veredeira. Desse modo, a valorização e tentativa

---

<sup>148</sup> Estatuto Social da Associação Central das Comunidades Veredeiras – ACEVER.

de ampliação do manejo de sementes crioulas deve ser entendida como o embrião para voos mais altos que a ACEVER vem realizando nos últimos anos.

Todavia, é importante reconhecer que é por meio de uma prática comum a várias famílias, a troca de sementes, que a ampliação dessa rede começa a ganhar forças. Como bem observou Oliveira (2014), as sementes manejadas pelas comunidades são originárias de diversas localidades, adquiridas em diferentes situações, sendo estabelecida uma rede de intercâmbio. O fluxo de sementes ocorre desde trocas realizadas entre as famílias, dentro da comunidade, entre comunidades vizinhas, com auxílio de instituições de acompanhamento técnico, parcerias e contato com outros movimentos sociais, até em eventos regionais e nacionais, onde se adquire, inclusive, sementes de outros biomas. Vale ressaltar que o intercâmbio de sementes é uma prática comum às famílias e comunidades, ocorrendo em todos os momentos, independentemente da existência das casas de sementes.

No entanto, quando iniciei o trabalho de campo, em agosto de 2018, na comunidade de Barra de Tamboril, a casa de sementes estava esvaziada e quase sem estoques. Assim como pontuado por Oliveira, alguns dos fatores que impactaram diretamente a gestão da troca das sementes entre as comunidades foram o prolongado período de seca, o ataque de pragas em consequência da mesma e os constantes empréstimos de sementes sem devolução por parte dos associados. Sobre o primeiro ponto, a autora havia identificado severa falta de chuva em diferentes períodos entre os anos agrícolas de 2011/2012 e 2012/2013, período de sua pesquisa. Contudo, o referido ciclo de seca se estendeu até 2017, comprometendo não somente as casas de sementes, mas a própria segurança alimentar das comunidades. Em muitos casos, as famílias estavam recebendo água via caminhão pipa. Somente em 2018, a seca parecia ter dado alguma trégua e muitas famílias reiniciaram suas plantações, com a esperança de melhores colheitas. Mas, mesmo assim, o “sol de janeiro”<sup>149</sup> de 2019 foi implacável, acabando com todas as roças de milho. Junta-se a isso o ataque de pragas, como lagartas, que, devido à variação climática e ambiental, encontram ambiente propício para proliferação e atacam as lavouras. Em consequência, aqueles associados que tomaram quantidades de sementes emprestadas não tiveram condições de cumprir com a devolução dos insumos. Muitos moradores explicaram que, devido às secas dos últimos anos, as áreas destinadas às plantações estão diminuindo de tamanho. Como muitos amargaram a perda de roças inteiras, com medo de novos prejuízos, eles passaram a plantar áreas menores, correndo menores riscos.

---

<sup>149</sup> O “sol de janeiro” ocorre no referido mês e trata-se de um intervalo de estiagem dentro do período de chuva que, muitas vezes, é implacável com as roças.

Uma alternativa implementada pela Rede de Agrobiodiversidade do Semiárido Mineiro, frente ao desabastecimento das casas de sementes da região e a possível perda de variedades, foi a criação do Banco Regional Comunitário de Germoplasma, ou Casa Mãe de Sementes, como é conhecida entre os agricultores. Iniciada em 2011, a Casa Mãe está localizada na Área de Experimentação e Formação em Agroecologia (AEFA) do CAA-NM, em Monte Claros/MG, e guarda parte daquelas variedades que estavam nas comunidades impactadas pela seca.

Em consequência da desarticulação das casas de sementes, tanto pela seca quanto pelo sistema de gestão que, em muitos casos, encontrou limites pela própria forma de organização interna das comunidades, as instituições parceiras passaram a adotar outras estratégias para a manutenção da agrobiodiversidade local. Segundo relato de alguns dos gestores, há que mudar o foco de ação desses projetos. Ao invés de concentrar o incentivo em casas de sementes, organizações externas à estrutura política das comunidades, uma alternativa seria centrar naqueles guardiões que tradicionalmente mantêm a prática de cultivar, selecionar e armazenar dezenas de qualidades de sementes crioulas. É inegável que a implementação das casas de sementes contribuiu com as comunidades da região para aproximá-las, não só do ambiente político vinculado à conservação da agrobiodiversidade, mas de um contexto muito mais amplo, associado ao debate dos povos e comunidades tradicionais, a nível local, nacional e global.

Sobre o manejo de sementes crioulas, em todas as visitas que fiz em diferentes comunidades, era comum o diálogo sobre sementes. Muitas vezes Jaime Alves, presidente da ACEVER, ao visitar comunidades vizinhas, levava algumas variedades e apresentava às lideranças locais que, por sua vez, buscavam em quatinhos de suas casas seus estoques particulares. Diferentemente da casa de sementes, mesmo com todas as intempéries, ali, muitas famílias gozavam de expressiva diversidade de cultivares. Jaime me explicou que é difícil chegar a uma casa e não ter variedades de sementes crioulas. Essa prática está associada à segurança alimentar das próprias famílias. O desafio é as famílias se acostumarem com a lógica de organização da Casa de Sementes e depositar parte de seus estoques lá.



Imagem 18: Troca de sementes entre Antônio Seiscentos, comunidade de Capivara, e Jaime, comunidade de Barra do Tamboril, Januária-MG  
Autor: Breno Trindade



Imagem 19: qualidade de feijão adquirida por Jaime na comunidade quilombola de São Félix, Chapada Gaúcha-MG  
Autor: Breno Trindade



Imagem 20: variedade de sementes crioulas manejadas por Jaime, comunidade de Barra do Tamboril. No sentido horário: milho BR da várzea, fava vermelha, melancia pingo de mel, sorgo gigante, feijão guandu manteiga, milho asteca, arroz branco, mini feijão catador, milho preto, milho vermelho, milho branco, fava orelha de vó, fava amarela, feijão bico de ouro ou feijão rosinha, linhaça, abobrinha moranga, quiabo de três quinas.

Autor: Breno Trindade

Em entrevista sobre as variedades de sementes manejadas na região, Seu Vitro disse que, durante toda sua vida, sempre trabalhou com as sementes antigas a partir da seleção dos melhores grãos, garantindo estocagem para o próximo ano.

*O pessoal antigo plantava esse por nome de asteca e outro por nome de milho cunha. Esses milhos, eu ainda tenho a semente deles dois. Todo ano eu planto no meu quintal aqui, colho e guardo a semente dele. Quando chove, como agora, eu torno a plantar. Já o Agrocere<sup>150</sup> não dá de um ano para o outro, porque apodrece. Dá um gorgulho esquisito (Seu Vitro, Barra do Tamboril, 16 de outubro de 2018).*

<sup>150</sup> As sementes de milho do tipo Agrocere, vem sendo desenvolvidas desde 1945, sendo os primeiros milhos híbridos do país. De acordo com o fabricante, trata-se de uma tecnologia que oferece segurança e precisão a partir da técnica de transgenia, melhoramento pontual no gene para melhoramento de características específicas. Entre as promessas estão: facilidade de manejo, redução de custos, maior possibilidade de lucro, facilidade no controle de pragas, elevação de oferta alimentícia, “alimentos mais saudáveis”, “preservação do meio ambiente. Disponível em: <http://www.agrocere.net.br/comunicados/download/Gessulli-Agrocere70anos-m.pdf>. Acesso em 26, de abril de 2022.

Outro ponto fundamental é a trocas de sementes. Desde a primeira reunião da ACEVER, em que tive a oportunidade de participar, presenciei diferentes momentos de trocas de sementes entre variadas comunidades. Na primeira reunião, em específico, Jaime, de Capoeirão, entregou a seu Basílio, de Capivara, um tipo de semente de cabaça e explicou que, quando plantada, se tomasse o cuidado para não haver cruzamento com outras espécies, ela daria um tipo doce de abóbora. Porém, se aquela qualidade sofresse algum cruzamento, ela daria frutos amargos, inviáveis para o consumo humano.

Comumente, ao tratarmos sobre o tema das sementes crioulas, muitos associavam as atividades desenvolvidas pela Caritas Diocesana e o projeto das casas sementes. No entanto, quando questionados sobre a variedade de sementes que conhecem e costumam utilizar, o diálogo se amplia e, então, torna-se possível acionar um conhecimento muito mais amplo.

Em visita à comunidade de Barra do Pequi, município de Chapada Gaúcha-MG, a primeira coisa que Dona Lourdes, presidente da associação local, cobrou de Jaime foi as sementes de milho palha roxa, corujinha e asteca, que ele havia prometido. Um dos maiores interesses é nas palhas dos milhos que as mulheres utilizam para artesanato. No mesmo dia fomos até a comunidade de São Félix, uma das poucas na região que se autodeclararam quilombola e é reconhecida por seus vizinhos a partir desse recorte étnico-racial. Logo quando chegamos, Jaime mostrou a Zéfino e seus irmãos as sementes de fava branca que dona Lourdes acabava de lhe presentear. Logo todos se interessaram formando uma roda ao seu redor. A importância dada a outras variedades de sementes de outras comunidades é sempre grande. Seu Zéfino conta que, desde que iniciou no movimento quilombola, uma das coisas que mais o beneficiou foi o contato com outros povos e a possibilidade de conhecer ou conseguir sementes variadas.

O hábito de trocar sementes traz para o debate diferentes linhas de análise. De um lado, com essas trocas as famílias possibilitam maior variabilidade genética dentro de uma mesma qualidade de semente ou demais cultivares, contribuindo, entre outras coisas, para maior resistência a pragas e aumento de produção. Por outro, essas trocas adensam as relações sociais e vínculos familiares estabelecendo uma rede de intercâmbio e interdependência.

*A mandioca que variadamente a gente vai trocando, mas também tudo daqui. A gente troca porque, às vezes, a semente fica muito cansada naquela terra. Daí, a gente troca com o vizinho lá do outro lado. Panha de lá, planta pra cá, panha daqui, planta lá. Depois a gente torna voltar de novo. Quando troca a maniva ela fica mais forte, enraíza melhor. Tem que variar. É igual ao nosso intestino. Ficar comendo uma comida só toda a vida cansa.*

*Aqui eu planto feijão, fava, tudo crioulo. Feijão de corda. Eu não planto nada que tem que comprar as sementes lá fora. As sementes são todas daqui da família.*

*Quando eu não tenho, meu vizinho tem e me arranja. Eu troco mais eles* (Seu Vitro, Barra do Tamboril, 16 de outubro de 2018).

Como demonstrado nos estudos que levaram ao reconhecimento dos sistemas agrícolas do Rio Negro como patrimônio cultural nacional (IPHAN, 2019), a continuidade de acervos biológicos mantidos de um ano para outro e a sua circulação, compõem uma estratégia de “antirrisco agroecológico” desenvolvida pelas comunidades no contexto de manejos dos sistemas agrícolas tradicionais. Nesse sentido, é inequívoco que, apesar de todas as limitações encontradas pelo projeto de fomento objetivado na Casa de Sementes da Gente, de Barra do Tamboril, o incentivo ao manejo de cultivares crioulos possibilitou maior organização entre as comunidades, despertando para formas de manejo que associam conhecimento tradicional e agroecologia. Atualmente, o que vem sendo fortalecido não é especificamente as casas de sementes no modelo cooperativo, mas aqueles indivíduos que se destacam enquanto guardiões de sementes. Destaco aqui, de forma sucinta, um quadro com alguns dos cultivos que estão diretamente associados ao manejo veredeiro ou que de alguma forma compõem o repertório de conhecimento associado a partir da troca com outras comunidades e povos.

Calendário Produtivo Veredeiro																	
Tipo de cultivo		Variedade produtiva	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Área de incidência	Observação	
Sementes	Abóbora	D'água													Mata	Crioula - Planta no pó da terra	
		Caxi cumprido													Mata	Crioula - Planta no pó da terra	
		Caxi redondo													Mata	Crioula - Planta no pó da terra	
		Jacaré													Mata	Crioula - Planta no pó da terra	
		Moranga													Mata	Crioula - Planta no pó da terra	
	Adubação verde	Crotalária														Mata	Crioulo
		Mucuna Cinza														Mata	Crioulo
		Mucuna Preta														Mata	Crioulo
		Mucuna Verde														Mata	Crioulo
	Arroz	AC médio														Brejo	Crioulo
		Agulhinha														Brejo e Mata	Crioulo de Sequeiro

		Amarelão											Brejo e Mata	Crioulo de Sequeiro	
		Beira campo												Brejo	Crioulo
		Capim												Brejo e Mata	Crioulo de Sequeiro
		Matão												Brejo e Mata	Crioulo de Sequeiro
		Pilintro												Brejo	Crioulo
		Pingo de ouro												Brejo	Crioulo
		São Paulo												Brejo	Crioulo
	Canas	Caiana amarela												Brejo e Mata	Crioula
		Caiana bambu												Brejo e Mata	Crioula
		Caiana preta												Brejo e Mata	Crioula
		Caiana verde												Brejo	Crioula
		Java branca												Mata	Crioula
		Java preta												Brejo e Mata	Crioula

		Manteiga											Mata	Crioula	
		120												Mata	Crioula
		Rosa												Mata	Crioula
		Sequeiro												Mata	Crioula
	Capins crioulos	Agreste												Chapada	Crioula
		Colonhão												Mata	Crioula
		Guiné												Chapada	Crioula
		Meloso												Chapada	Crioula
		Napiê												Chapada	Crioula
		Vermelho												Chapada	Crioula
	Capins industriais	Agropolo												Mata e Tabuleiro	Transgênicos
		Braquiara												Mata e Tabuleiro	Transgênicos
		Búfalo												Mata e Tabuleiro	Transgênicos

		Camerão roxo										Mata e Tabuleiro	Transgênicos
		Mambaço										Mata e Tabuleiro	Transgênicos
		Massai										Mata e Tabuleiro	Transgênicos
		Tanzânia										Mata e Tabuleiro	Transgênicos
	Fava / Feijoa	Anduzinho										Mata	Crioula
		Branca										Mata	Crioula
		Criangú										Mata	Crioula
		Jacu										Mata	Crioula
		Olho de Pombo										Mata	Crioula
		Rajada										Mata	Crioula
		Rosada										Mata	Crioula
		Sangue de boi										Mata	Crioula
		Tomba milho fava										Mata	Crioula

	Feijão de arranque	60 dias											Mata	Crioula	
		Bagem roxa												Mata	Crioula
		Carioquinha												Mata	Crioula
		Jacu												Mata	Crioula
		Jaula												Mata	Crioula
		Coruja												Mata	Crioula
		Rapé												Mata	Crioula
		Roxinho mineiro												Mata	Crioula
	Feijão Catador	45dias												Mata	Crioula
		60 dias												Mata	Crioula
		Andu												Mata	Crioula
		Arroz												Mata	Crioula
		Catador												Mata	Crioula
		Coruja												Mata	Crioula

		Costela de vaca											Mata	Crioula	
		Feijão de corda												Mata	Crioula
		Olho de Pomba												Mata	Crioula
		Roxinho												Mata	Crioula
		Sete camada												Mata	Crioula
		Tomba milho												Mata	Crioula
		Vagem grande												Mata	Crioula
	Gergilim	Branco												Mata	Crioula
		Preto												Mata	Crioula
	Milho	Asteca												Mata	Crioula
		Branco												Mata	Crioula
		Coruja												Mata	Crioula
		Cunha												Mata	Crioula
		Dente de burro												Mata	Crioula

		Doce												Mata	Crioula	
		Hibra													Mata	Crioula
		Palha roxa													Mata	Crioula
		Pipoca pintado													Mata	Crioula
		Sangue de boi													Mata	Crioula
	Sorgo	Granito												Mata	Crioula	
Tubérculo	Mandioca	C12 (projeto)												Mata	Híbrida	
		Lagoa branca												Mata	Híbrida	
		Cipó												Mata	Crioula	
		Castelão												Mata	Crioula	
		Manteiga												Mata	Crioula	
		Olho roxo												Chapada	Crioula	

Extrativismo		Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Agos	Set	Out	Nov	Dez	Área de incidência	Observação
Frutos do cerrado	Abacaxi do mato/ananas													Chapada	
	Araçá													Mata	
	Baru													Mata e Tabuleiro	
	Buriti													Vereda	
	Cabeça de nego/araticum													Chapada	
	Caju													Chapada	
	Cajuí													Chapada	
	Ciriguela													Mata	
	Coco babaçu													Chapada	
	Coquinho azedo													Chapada e Tabuleiro	
	Coquinho xirirí													Brejo e Chapada	
	Favela/Fava Danta													Chapada	
Jatobá da Chapada													Chapada		

Jatobá da Mata														Mata
Jenipapo														Mata
Maracujá do mato														Mata
Pequi														Chapada e Tabuleiro
Tamarindo														Mata
Saputá														Mata
Umbú														Mata
Xixá														Mata
<b>Legenda</b>														
<b>Preparação da terra</b>														
<b>Plantação</b>														
<b>Colheita/extratativismo</b>														

Tabela 10: Calendário produtivo veredeiro

### 5.3.2 Sementes crioulas e a busca por variabilidade genética frente aos “pacotes tecnológicos”

O manejo de sementes e demais cultivares entre as famílias e indivíduos obedece a determinadas regras. Independente da origem da semente, crioula ou transgênica, o modo de gestão será o mesmo na maioria das roças. Ao plantar certa quantidade de sementes, parte do que vingou é selecionada e armazenada em garrafas *pets* e outros recipientes plásticos para o próximo ano. Essa estratégia se mantém desde antigas gerações e é repetida de modo a criar autonomia em relação à compra de sementes que, muitas vezes, possuem valores exacerbados. Pude observar essa prática com sementes de milho, feijão, fava, sorgo, capins nativos e industriais, além das manivas de mandioca. Essas últimas acumuladas em áreas externas às casas para serem plantadas no próximo ano.

Como explicou Seu João Saraiva, na comunidade de Poções, em sua grande maioria, os insumos utilizados são híbridos. Argumenta que o milho C12 (qualidade transgênica de sementes) é mais resistente à falta de água e a incidência solar, mas pontua que as lavouras plantadas nos anos seguintes, a partir da seleção local de sementes, são menos produtivas, fazendo com que os agricultores, para manterem um nível produtivo mínimo, tenham sempre que adquirir sementes modificadas geneticamente. A própria lógica dos projetos locais de incentivo à produção faz com que esses pequenos produtores tenham que estar vinculados a um único modelo produtivo.

Por sua vez, Seu Vitro nos explicou sobre a diferença do manejo de sementes geneticamente modificadas em relação às crioulas.

*Depois que eu saí da empresa (RIMA S/A) voltei a mexer na minha roça. Sempre plantei das sementes antigas e ainda planto. Eu tenho e uso o milho asteca. Comprei esse milho Agroceres. Eu plantei esse milho uma vez única. Deu muito bom milho. Eu guardei ele para plantar nas próximas águas, mas apodreceu tudo. Não plantei mais. O certo mesmo é o milho crioulo (Seu Vitro, Barra do Tamboril, 16 de outubro de 2018).*

No entanto, a perspectiva de Seu Vitro não é a única e talvez nem a dominante. Ao final do período de campo, dezembro de 2019, presenciei uma conversa entre moradores de São Joaquim preocupados com os altos preços das sementes, onde uma saca de milho de 25 quilos podia variar de R\$150,00 a R\$700,00, a depender da variedade das sementes. Trata-se daqueles grupos familiares que não utilizam sementes crioulas por acharem se tratar de sementes de baixa produtividade. Explicaram-me que um milho comum estava custando R\$150,00. Enquanto sementes de qualidade mediana, mas “resistente” aos períodos de seca,

custavam R\$450,00, para o agricultor não cooperado, e R\$420,00 para aquele filiado a alguma cooperativa. No entanto, as sementes superiores, tanto em produtividade quanto em resistência, custavam R\$700,00, o saco de 25 quilos. Trata-se de um preço impossível para um pequeno agricultor. Nesse caso, aqueles que não utilizam sementes crioulas optam pelo uso de sementes modificadas que recebem diretamente da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER-MG).

Esses incentivos agrícolas fazem parte de convênios governamentais que seguem acordos políticos, envolvendo a administração pública e as próprias empresas do setor de sementes e defensivos agrícolas<sup>151</sup>. Os chamados “pacotes tecnológicos” são mais seguros para os bancos, no que tange os empréstimos concedidos aos agricultores, pois há menos riscos da perda das safras para pragas ou intempéries climáticas. Os pacotes tecnológicos são compostos de sementes geneticamente modificadas, adubos de origem mineral e agrotóxicos. Criados no seio da Revolução Verde, no Brasil têm sua origem no processo de modernização conservadora do setor agrícola nacional. Essa modernização ocorre entre os anos de 1945 a 1985 e encontra seu auge na década de 1970, com a criação do Programa Nacional de Defensivos Agrícolas, pelo regime militar, que possibilitou crescimento vertiginoso da indústria brasileira de agrotóxicos. Por ser um modelo baseado na modernização da grande propriedade agrícola a partir de monoculturas, pode ser considerado um anteposto às especificidades da agricultura camponesa ou de povos e comunidades tradicionais, organizada em pequena escala, com intensa utilização de mão de obra e diversidade de cultivos. Os pacotes tecnológicos advêm de empresas transnacionais cuja forma de organização e inserção no mercado global visa a subordinação da renda da terra a partir de articulações oligopolistas (BOMBARDI, 2011).

Desde a década de 1980, marcada por recessão interna, o crédito rural, principal instrumento de política pública para a agricultura, sofre grande revés e passa a contar com expressiva participação dos mecanismos privados de financiamento agrícola. As denominadas *tradings* e indústrias processadoras ou as produtoras de insumos, grupos multinacionais, passaram a ter papel significativo no fornecimento de recursos para a agricultura nacional. Como consequência, observa-se a subordinação tanto do agronegócio quanto da agricultura camponesa aos desígnios de agente internacionais, fomentando o que mais tarde passou a ser

---

<sup>151</sup> A indústria de sementes e agrotóxicos como Monsanto, Bayer, Syngenta, Dupont e Dow concentram as demais marcas. Operando oligopolisticamente, as grandes fusões estão adentrando no mercado de orgânicos que possui grande participação de pequenos produtores, e passam a disputar espaço junto com outros segmentos interessados, como Coca Cola, Nestlé e Cargill.

conhecido como financeirização do setor agrícola (ALENCAR, 2018). Nesse modelo, o pequeno agricultor, quando não impossibilitado de acessar qualquer tipo de crédito, acaba submetido a racionalidades outras, muitas vezes, incentivadas pelas próprias agências de fomento tecnológico. Como observado no Dossiê dos Sistemas Agrícolas do Vale do Ribeira (2017), os riscos causados por projetos de assistência técnica, ao proporem inovações técnicas equivocadas acaba chocando diretamente com outras formas de conhecimentos locais com sérias consequências para as comunidades. Tomemos como exemplo a experiência das famílias da comunidade de Poções.

Diversos são os projetos que chegam até essas comunidades incentivados por redes de parceiros e pelo próprio poder público. No entanto, algumas dessas iniciativas trazem lógicas totalmente avessas àquelas operadas pelas famílias locais. Seu João Saraiva, então presidente da associação comunitária de Poções contou que na década de 1980 iniciaram um projeto de fabricação de fécula de mandioca, cujo financiador era o Banco do Nordeste. O projeto teve início em 1986 e se estendeu até os anos 2000, envolvendo quatro associações locais, a Associação Vizinhos e Amigos de Angicos, Associação Barreira dos Vieira, Associação das Galças e a Associação Comunitária do Espírito Santo, de Poções. O banco financiou cerca de R\$ 500.000,00 para a compra de maquinário e insumos. As sementes foram adquiridas nos municípios de Salinas-MG e Taiobeiras-MG, sendo que a estrutura deveria ser montada pela própria comunidade, assim como a gestão do recurso e administração do projeto.

Primeiramente, os associados teriam que fazer o preparo do solo. Seu João conta que eles entraram “*meio bruto*” na coisa, sem o preparo total do solo e insumos. Na época, foi ele quem preparou suas terras, mas a chuva não chegou no período previsto e as coisas começaram a dar errado. Outros pontos foram que, nessa primeira fase, os moradores ficaram esperando, a chegada do adubo para aplicar nas terras, mas a verba não saiu no prazo esperado prejudicando ainda mais a produção. O mesmo ocorreu com as manivas que não chegaram no momento certo para a plantação. Como nos explicou Seu João, “[...] *mas plantamos. A terra não ficou no preparo correto, mas mesmo assim a gente plantou. Era para plantar de máquina a gente teve que plantar de enxada e aí foi diminuindo a quantidade e a qualidade*”. Mesmo com todas as dificuldades, as roças de mandioca vingaram e a produção foi satisfatória.

O local escolhido para instalação da fábrica de fécula foi na comunidade do Angico. No entanto, os associados enfrentaram grandes problemas para montar a estrutura da maquinaria para beneficiamento da mandioca. Levaram muitos meses para finalizar a montagem, o que

atrasou a produção, tardando, inclusive, a colheita da mandioca que teve que ficar na terra de um ano para o outro. Consequentemente, quando toda a maquinaria estava montada enquanto a mandioca já estava vencendo o prazo para seu beneficiamento. *“Foi indo naquela peleja e a gente sempre teimando naquilo. Só que nessas alturas já tinha muito prejuízo na qualidade da mandioca”*.

Outro fato que prejudicou a produção foi que, ao montar a estrutura para produção da fécula, os envolvidos não pensaram no acesso e qualidade da água a ser utilizada no processo. Necessitavam de água com determinado nível de pureza que não havia entre as comunidades: *“A água tinha que ser quase mineral para poder misturar ela com a fécula para ela ter qualidade, mas a gente não lembrou disso. Tinha que jogar ela em um filtro para filtrar ela todinha e o tempo foi pouco”*. Mesmo assim a produção seguiu com os recursos disponíveis e ao final conseguiram produzir mais de uma tonelada de fécula. Todavia, não obtiveram a qualidade necessária: *“Empacotamos esse trem todo, só que não teve qualidade”* (João Saraiva, comunidades de Poções, 10 de outubro de 2018).

Ao disponibilizar a produção para comercialização houve problemas na qualidade do produto, pois quando era umedecida para o consumo, ao invés de permanecer branca, a fécula ganhava tons de rosa devido à oxidação sofrida. Assim, a produção ficou parada sem possibilidade de escoamento para venda. Como estratégia, Seu João contou que *“trouxemos uns técnicos, um de Belo Horizonte e outro de Montes Claros, os caras vieram. Tentamos dar um salário para eles que a gente nem podia pagar. Ficaram aí por quatro meses, mas não resolveram nada”*. Com a falta de recursos, o engajamento dos associados foi diminuindo. Alguns moradores ainda tentaram plantar com recurso próprios, ao mesmo tempo em que outros não tinham condições: *“Aí, foi diminuindo. No segundo ano ainda tirou mais um pouco, terceiro ano já não tinha mais nada”*. Em decorrência, as associações não puderam pagar a dívida com o banco, ficando seus representantes endividados com cadastro na Serasa, no Serviço de Proteção de Crédito (SPC) e incriminados no cartório de protesto.

Em relação à estrutura, o maquinário ficou abandonado, enferrujando no galpão em Angicos. Os associados receberam uma proposta de um fazendeiro do município de Manga para alugar os equipamentos. Essas máquinas foram levadas de carretas pelo fazendeiro que, durante os primeiros meses, efetuou os pagamentos corretamente, mas, como não prosseguiu com a produção de fécula, não teve condições de continuar com o aluguel. As máquinas foram desmontadas e lubrificadas e estão em sua fazenda há alguns anos para serem recolhidas novamente.

Até o momento da pesquisa a situação estava em aberto, causando grande preocupação àqueles que se envolveram diretamente com o projeto.

*Esse trem ficou num jogo de empurra e o banco colocou a gente na cobrança. Gerente de banco vinha fazer reunião aqui para negociar. O povo pulando fora para não negociar. Porque as associações iriam pagar uma minoria, só que esse trem deu errado e eles estavam querendo individualizar a dívida para que todo mundo pagasse. Na época era para as quatro associações pagarem e o governo iria dar uma carência e a dívida iria ser mínima, não iria piorar ninguém. Era só a associação que ficaria embargada. Como a gente não arranhou dinheiro através do projeto a coisa embananou. Até pouco tempo vinha gente de banco para fazer reunião aqui. Veio uma época do governo federal e derrubou uns 85%, era para pagar 15%. Só que ninguém pagou porque não tinha nada, recurso nenhum (João Saraiva, Poções, 10 de outubro de 2018).*

Sobre o manejo de espécies externas àquelas comumente utilizadas pelas comunidades, Seu João Saraiva informou que a mandioca utilizada no projeto foi de dois tipos, a C12 e um tipo de mandioca branca, mansa, que passou a ser chamada de lagoinha. Ambas as qualidades foram selecionadas pela alta produtividade e concentração de fécula. No seu manejo era utilizado o fertilizante NPK 04-30-10, composto de nitrogênio, fósforo e potássio. Tanto a C12 quanto a lagoinha ainda são utilizadas, pois com o fim do projeto, aquelas quantidades remanescentes foram distribuídas e passaram a compor a variedade de mandiocas locais. Devido à maior resistência em períodos de calor e limitações pluviométricas, suas qualidades foram preservadas, principalmente pelas famílias que plantam nas chapadas. Todavia, seu manejo é o mesmo de outras espécies locais, respeitando suas características próprias. Como nos foi explicado, o tipo C12 não possui sua maniva resistente como as tradicionais, pois não aguenta esperar o cultivo de um ano para o outro. Ela tem por característica desenvolvimento rápido, sendo que não se deve esperar longos períodos para colhê-la, pois há risco de perda. Entre desenvolvimento e colheita têm-se o espaço de um ano. Por sua vez os tipos antigos, como a mandioca cipó e castelão, espécies comuns a todas as comunidades, demoram algo próximo de dois anos para serem colhidas, mas suas manivas são mais resistentes, da mesma forma que suas raízes aguentam muito mais tempo na terra.

Ponto que nos chamou atenção foi quando Seu João Saraiva nos explicou que algumas mandiocas podem mudar de características, passarem de mansas para bravas. É o que acontece com a C12 e outros tipos antigos, que até seis meses possuem características de mandioca mansa, só depois de certo tamanho que elas passam a ser tóxicas, ganhando

comportamento de mandioca brava. “*Nos primeiros seis meses ela enxuga*<sup>152</sup>, *mas se deixar passar de ano ela não enxuga mais não. Você pode cozinhar que ela continua dura*”. Fato parecido é trazido por Riobaldo, no romance roseano:

Melhor, se arrepare: pois, num chão, e com igual formato de ramos e folhas, não dá a mandioca mansa, que se come comum, e a mandioca-brava, que mata? Agora, o senhor já viu uma estranhez? A mandioca doce pode de repente virar azangada — motivos não sei; às vezes se diz que é por replantada no terreno sempre, com mudas seguidas, de manaíbas — vai em amargando, de tanto em tanto, de si mesma toma peçonhas. E, ora veja: a outra, a mandioca-brava, também é que às vezes pode ficar mansa, a esmo, de se comer sem nenhum mal (ROSA, 2019, p.15).

O manejo tradicional de espécies geneticamente modificadas aponta para o predomínio de conjuntos de conhecimentos que se interpõem a racionalidades externas de gestão e domínio da terra. Trata-se de um espaço de conflitos entre visões diferenciadas que constroem mundos diferenciados. Muitas vezes, os gestores buscam ministrar cursos de qualificação para que esses produtores passem a operar suas produções a partir de um conjunto de códigos e linguagens comuns ao universo dos projetos, advindos do mundo empresarial e/ou da administração pública. Tal estratégia, por diversas vezes, é frustrada, pois inicialmente alguns avanços são observados, mas logo o manejo local se interpõe causando conflitos e frustrações como as descritas por João Saraiva e o projeto de produção de fécula financiado pelo Banco do Nordeste. Todavia, algumas práticas ganham força entre as comunidades, como é o caso da apicultura, que aumentou consideravelmente o número de adeptos e seu volume produtivo.

### **5.3.3 Ressignificando o ambiente e o manejo tradicional**

O ano de 2019 foi de difícil compreensão para as comunidades. Como relatou Dona Elisa, “*a chuva tá um mistério*”, pois mesmo com todos os anúncios de chuva ocorridos no São João, em junho, até o mês de dezembro, não havia ocorrido nenhuma sequência de precipitação satisfatória, somente pequenas chuvas, isoladas e pontuais, que vieram de forma desigual no território como um todo. Muitas vezes, chovia na comunidade de Barra do Tamboril e os moradores de São Joaquim não ficavam sabendo. Todos esperavam que 2019

---

<sup>152</sup> Enxugar significa a capacidade da mandioca, ao ser cozida, amolecer ao ponto de ficar macia para o consumo. No caso das mandiocas “bravas”, cultivadas especificamente para extração de seus derivados, não são consumidas de outra forma, pois não enxugam.

fosse um ano bom para plantar, pois 2018 havia sido melhor que 2017 e, como a seca e chuva operam em períodos cíclicos, muitas famílias se animaram a preparar a terra como de costume, entre os meses de agosto de setembro, obedecendo a profecia de São João. Entretanto, algumas poucas roças encontraram condições para se desenvolverem, mas as grandes perdas ficaram para o cultivo do milho, que foi castigado pelo “sol de janeiro”.

Sobre as estratégias para leitura da dinâmica das águas, uma das principais ocorre no mês de junho, com a profecia de São João. Como explicou Laura, comunidade de Tamboril (junho de 2019), se dia 23 de junho, dia de São João, tiver “*nevoado*”, significa haverá chuva no mês de setembro. No entanto, caso seja o dia 24 que amanheça anevado, podendo cair até uma neblina mais carregada, é sinal de chuva no mês de outubro. Se a névoa cair somente dia 25 de junho, a chuva começará somente em novembro. O mesmo ocorre para os demais meses, dia 26 de junho é associado a dezembro e 27 a janeiro. Já dia 28 começa a profecia de São Pedro, onde a contagem retoma e passa a ser calculada a partir de setembro, sendo 29 associada a outubro, dia 30 a novembro, 31 a dezembro. O dia 01 de julho está vinculado ao mês de janeiro. Como me foi descrito, “*um dia vale por um mês próximo*”. Assim, o conhecimento religioso está diretamente associado com o regime das águas, que orienta as famílias sobre o período correto para o manejo dos animais, preparação da terra, período das floradas.

Nota-se que, com a chegada de agentes parceiros como Cáritas Diocesana, Articulação Semiárido, CAA-NM e as parcerias desenvolvidas com mandatos de deputados estaduais e federais, assim como pesquisadores e universidades, novas tecnologias passam a ser incorporadas ao repertório local. Novas formas de trabalhar a terra no contexto do semiárido, o manejo de diferentes sementes, que chegam a partir da interação com outros povos tradicionais, e a incorporação de novas técnicas, como a apicultura. Tudo isso surge da interação com esses agentes externos que, por meio de projetos e emendas parlamentares, contribuem para reestruturação do conhecimento tradicional, a partir dessa teia de atores e fluxo de conhecimentos.

Diferentes são as tentativas de incremento das atividades produtivas para geração de renda que buscam adaptar os conhecimentos locais a técnicas sustentáveis diversas, objetivando maior preservação ambiental e manejos “mais adequados” em ecossistemas sensíveis, como as veredas. Entre elas, destaca Eduardo M. Ribeiro (2010), a capacitação de agricultores para o manejo agroflorestral, ao invés dos cultivos tradicionais realizados a partir do esgotamento de pequenas áreas de veredas; incentivar o extrativismo de frutos do cerrado

ao invés da manutenção de lavouras nos brejos; trocar a criação de gado na solta pela criação de abelhas, reduzindo assim os impactos dos sistemas produtivos sobre o ambiente.

Entretanto, algumas dessas ações se mostraram frustradas, demonstrando as contradições entre as diferentes perspectivas que sustentam tanto o conhecimento local das comunidades veredeiras quanto aquelas trazidas pelos agentes externos. Todavia, algumas ações encontraram espaço entre algumas famílias e vêm se incorporando ao conjunto de conhecimentos locais. Dentre as principais atividades encontradas hoje entre as comunidades veredeiras destaca-se a apicultura, realizada a partir do manejo de abelhas africanizadas. Trata-se de uma espécie híbrida advinda do cruzamento entre abelhas do tipo *Apis mellifera* com abelhas africanas, *A. m. Scutellata*. Caracterizam-se por manterem uma boa produção sem serem tão agressivas quanto as de origem africana.

A primeira iniciativa para o manejo de abelhas ocorreu entre o final de 2004 e início de 2005, via Projeto Pandeiros. A demanda surgiu da necessidade de criar mecanismos de geração de rendas para as famílias que viviam da produção de carvão, como já discutido no quarto capítulo. As primeiras tentativas de qualificar os moradores para a produção de mel foram frustradas, fazendo com que um número restrito de participantes prosseguisse com as atividades. Entre aqueles que estão desde o início e que conseguiram se firmar, tendo a apicultura como principal atividade, destacam Toni Cigano, de Cabeceira de Mandins, e a família de Dedé, de Barra de Mandins.

Como explicou Toni, a apicultura na região se iniciou com os projetos implementados pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG), não havendo anteriormente manejo de abelhas nas comunidades. O mel utilizado era extraído somente para consumo familiar com a produção das abelhas nativas, como jataí (*Tetragonisca angustula*), borá (*Tetragona clavipes*), arapuá (*Trigona spinipes*), abelha boca de sapo (*Partamona helleri*), mandaçaia (*Melipona quadrifasciata*), uruçú (*Melipona scutellaris*), marmelada (*Frieseomelitta varia*) e tataíra (*Oxytrigona tataira*). Entretanto, esse extrativismo não se dava de forma sistematizada e não estava inserido em uma rede de comércio. Com a chegada das empresas e em decorrência da produção de carvão com a derrubada das matas nativas, as abelhas desapareceram quase que completamente da região. Outros projetos vinculados à produção de mel, como o desenvolvido pela Caritas Januária, também passaram a se preocupar com a recuperação das abelhas nativas.

Jaime conta que, no caso das abelhas *Apis*, elas tendem a proteger a rainha. Quando o enxame é atacado elas buscam fugir levando a rainha junto do enxame. No caso das abelhas

nativas, ocorre o contrário. Quando atacadas, elas vão embora e deixam a rainha na colmeia. Assim, quando ocorre o caso de uma máquina passar por cima de alguma árvore em que se encontre um enxame nativo, aquela colmeia vai morrer.

Desde o início das atividades contrárias ao desmatamento, as comunidades perceberam melhorias quanto à recuperação ambiental e à presença de abelhas. Em conversa coletiva, Lembra Toni que:

*[...] quando a gente começou criar abelha aqui, para você conseguir um enxame para colocar na caixa era difícil. Hoje, com a criação de abelha europa, as abelhas aumentaram mais de 80%. Esse ano, só de enxame voador, eu já peguei mais de oitenta enxame. Eu peguei um enxame esse dia, primeiro de agosto, eu já colhi mel nele” (Toni Cigano, Cabeceira de Mandins, 23 de setembro de 2018).*

No mesmo diálogo, Jaime comentou que na região de mata a presença de abelhas também aumentou consideravelmente.

*Eu peguei um agora (enxame). Hoje eu coloquei a caixa, quando foi meio dia ela já estava cheia. Os meninos estavam descendo para o lado do rio e me chamaram dizendo que tinha um enxame em um pé de pau. Eu coloquei a caixa e quando fui vê já estavam mudando para dentro dela (Jaime, Cabeceira de Mandins, 23 de setembro de 2018).*

Toni explica que para a manutenção e reprodução da vegetação nativa as abelhas são agentes de extrema importância, assim como a recuperação de áreas derrubadas e a presença de abelhas são fatores interdependentes.

Em relação à produção de mel, somente a partir do Projeto Pandeiros e a aproximação com técnicos da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) e da EMATER-MG, unidade Montes Claros, que ações passaram a ser mais bem estruturadas pela Cooperativa dos Pequenos Produtores Agroextrativistas de Pandeiros Ltda – COOPAE. Passada a fase de início das atividades, a CODEVASF disponibilizou equipamento para 19 famílias, sendo 20 ninhos com 40 miogueiros para cada produtor. Como descrito pelos produtores, o ninho se refere à parte de baixo da caixa e é onde fica os filhotes com a abelha rainha. Já os miogueiros, trata-se das partes superiores das caixas, onde concentram toda a produção de mel daquele enxame. O mel que se encontra concentrado no ninho é destinado para alimentação do enxame como um todo e não se mexe. A extração ocorre somente no mel produzido nos miogueiros, parte superior das caixas/colmeias. A quantidade de miogueiros em uma colmeia pode variar de dois a quatro, a depender da disponibilidade de alimento daquele ambiente.

O primeiro contato que tive com a produção de mel, foi com Toni Cigano. Na primeira visita à sua casa, Toni explicou que estava trabalhando com um total de 160 colmeias

distribuídas em diferentes apiários. Cada apiário pode ser constituído por um conjunto de 15 a 25 colmeias, que são alocadas em áreas mantendo uma distância de 03 a 04 metros entre cada caixa. Cada apiário deve manter uma distância média de 03 quilômetros um do outro. Nesse ambiente, o produtor tem que estar atento à disponibilidade de água e de acesso às diferentes floradas de cada época. Toni conta que uma caixa deve render ao produtor uma média mínima de 40 quilos de mel por ano. Suas caixas / colmeias têm uma produção média de 52 kg/ano. A alta produtividade se deve às características ambientais específicas da região de gerais.

A região de cabeceira e barra de Mandins encontra-se em uma área privilegiada, de tensão ecológica. Trata-se de um ambiente de transição entre área de chapada e Mata Seca, localizado em áreas de morro. Localmente é chamada de terra mista ou gerais, e difere das áreas de tabuleiro, que ocorre na transição entre mata e chapada. Já tive a oportunidade de discutir o tema no terceiro capítulo desse trabalho, mas é importante lembrar que, para as comunidades veredeiras, gerais tem mais o caráter de uma unidade da paisagem do que um bioma em si.

Sobre a diversidade de floradas, Jaime explica que nas áreas de mata, onde se concentram as terras de cultura, há menos floradas, quando comparadas àquelas das terras mistas. Entre as floradas da mata, destaca-se o angico, a aroeira, a periquiteira. No entanto, para a região de chapada e terra mista o número de espécies e de floradas é mais diverso, pois são áreas que concentram tanto as floradas da mata quanto das chapadas: “*Se a terra é mista, como é o caso de Mandins, tem a florada da mata e a florada da chapada também. Igual aqui em casa. Aqui é cerrado (chapada) misturado com cultura (mata). Nós temos árvore aqui que é de mata seca e árvore de cerrado, tudo junto. Mesmo com o lugar seco a gente tem variedade de florada*”. (Toni Cigano, Cabeceira de Mandins, 23 de setembro de 2018).

Distribuição das Floradas ao longo do Ano													
Tipo de Florada	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	Área de incidência
Angico ( <i>Anadenanthera falcata</i> )		■	■	■									Mata Seca/Mata
Aroeira ( <i>Astronio urundeuva Engl.</i> )					■	■	■						Mata Seca/Mata
Assa Peixe ( <i>Vernonia polysphaera</i> )		■	■	■									Mata Seca/Mata
Cagaita ( <i>Eugenia dysenterica</i> )								■	■	■			Chapada



aroeira. A florada da aroeira ocorre de junho a julho, havendo poucas floradas significativas que possam gerar mistura de pólen para produção do mel. Assim, o mel produzido nesse período mantém características específicas e por isso é denominado mel de aroeira. Quando o mel é produzido a partir de uma diversidade de floradas, não sendo possível definir uma predominância, ele é denominado mel nativo.

O número de coleta realizado nas colmeias irá variar de acordo com a disponibilidade de chuvas que é determinante para a quantidade e qualidade das floradas. Em muitos casos, um mesmo tipo de árvore pode florar diferentes vezes em um mesmo período. Toni explica que no início do ano o paudoim é a principal florada, se estendendo de janeiro até abril. Comumente, o indivíduo flora uma única vez, mas em áreas de terra mista essa florada pode ocorrer até três vezes em um mesmo período: “*Ele flora, a chuva vai embora e a florada acaba, quando a chuva volta ele torna a florar de novo*”.

Depois de prolongado período de seca, que durou até 2017, observa-se significativo aumento na produção de mel. Durante os períodos críticos, as coletas se restringiram a duas vezes ao ano, de janeiro para fevereiro, na florada do paudoim, e de junho para julho, na florada da aroeira. Com a melhora das chuvas foi possível fazer a colheita do mel proveniente da florada da sucupira e cagaita, entre os meses de agosto e setembro. Mas, nos períodos de maior escassez, mesmo florando, não há néctar suficiente para as abelhas.

*Nessa época agora (setembro de 2018), a gente já produziu mel satisfatoriamente. Para quem não produzia antes, esse ano a gente produziu próximo de 400 litros, com uma média de 1,4 kg por litro, a gente pode colocar uma média de quase 700 kg de mel agora. Para quem não produziu nada nessa época (setembro de 2017), está satisfatório (Toni Cigano, Cabeceira de Mandins, 23 de setembro de 2018).*

Toni explica que em setembro a coleta realizada é denominada cata, pois algumas colmeias não se encontram com quantidade satisfatória de mel.

*Eu chego em um apiário e tem 16 colmeias, chego em outro tem 25 colmeias. Às vezes, quando você chega e mexe com a primeira colmeia, do jeito que está a primeira está a última, todas cheias de mel. Assim, você chega e tira dez, vinte miogueiro em um apiário, mas tem vez que você vai e não pega tudo. Por isso a gente chama de um cata (Toni Cigano, Cabeceira de Mandins, 23 de setembro de 2018).*

Todavia a quantidade ainda impressiona. Quando chegamos à sua casa, em uma única cata eles haviam coletado uma média de quase 400 litros de mel.

Em abril de 2019, acompanhei uma dessas catas. Foi um período em que estava passando alguns dias na casa de Toni e ele me convidou. Trata-se de um serviço muito pesado

onde se necessita da ajuda de outras pessoas. Para isso Toni conta com o auxílio de Dedé e Léo, pai e filho, moradores de Barra de Mandins, que produzem em parceria com ele.

Acordamos às quatro horas da manhã, sendo que às quatro e meia já estávamos encontrando com Dedé e Léo. Fomos com uma caminhonete a um dos apiários que Toni mantém próximo à uma comunidade denominada Quilombo. Trata-se de uma comunidade negra, reconhecida pelos seus vínculos familiares, mas que, segundo Toni, não está a par de nenhuma discussão sobre as políticas de reconhecimento étnico-raciais. Sua principal liderança é seu Bauzinho, com quem tive o prazer de estar algumas vezes. O lugar onde as caixas se encontram é conhecido como lagoa do Canto. Todavia, não há mais lagoa, pois parte dessa área foi explorada pela empresa Plantar Ltda.

Antes de vestir todo o paramento para aproximar das colmeias, Toni fez algumas considerações em relação aos cuidados necessários. Explicou que para manejar os enxames há que ter atenção porque abelhas ficam muito alvoroçadas com o cheiro de animais, muito provavelmente por se sentirem ameaçadas: *“Quatro coisa que abelha não é chegada, gente, cavalo, cachorro e galinha, por caso do cheiro”*. Me pareceu quase impossível finalizar o trabalho de um dia sem ser agraciado com uma série de ferroadas.

Ao todo, em uma manhã de cata, trouxemos para o salão do mel, que fica ao lado da casa de Toni, 30 miogueiras, com possibilidade de extração de aproximadamente 180 litros de mel oriundo de floradas silvestres, pois era o mês de abril quando as floradas são variadas. Até as flores de assa-peixe ou plantas rasteiras que se encontram no quintal das casas servem como alimento para as abelhas e produção de mel. Depois do processo de desopercular os favos de mel, retirada da camada de cera que mantém o mel nos favos, que se encontram estruturados nos quadros, que por sua vez se localizam dentro de cada miogueiro, esses são colocados na centrífuga para retirada do mel. Após a extração de todo o volume de mel, há que recolher todos os quadros, remontá-los nos miogueiros e retornar aos apiários para devolvê-los a todas as colmeias.



Imagem 21: apiário localizado na antiga área de exploração da empresa Plantar Ltda.  
Autor: Breno Trindade



Imagem 22: Verificação e retirada dos quadros para extração de mel.  
Autor: Breno Trindade



Imagem 23: processo de desopercular os favos  
Autor: Breno Trindade

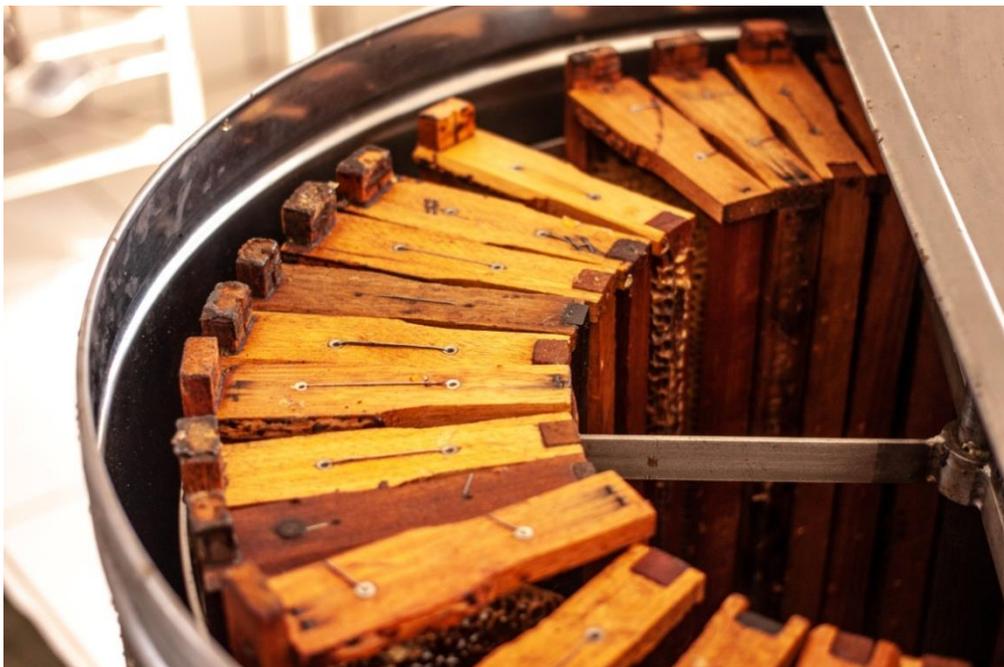


Imagem 24: inserção dos quadros na centrífuga para retirada do mel  
Autor: Breno Trindade

A produção de mel entre as comunidades veredeiras é uma prática que vai ao encontro da perspectiva de preservação ambiental, que passa a ser incorporada a partir dos vínculos estabelecidos com determinados agentes externos. Assim como a implementação das casas de sementes se vinculam à busca de frear a erosão genética, o manejo de abelhas ocorre como alternativa frente às profundas transformações que trouxeram consequências catastróficas aqueles ambientes. A prática da apicultura trouxe importantes mudanças locais, não somente como alternativa ao carvão, mas a partir do que Anna Tsing (2019) chamou de ambientes de perturbação lenta, os quais permitem a colaboração interespecífica entre diferentes espécies. No caso da abelha, há a necessidade de manutenção de áreas nativas para que os enxames possam se alimentar das floradas, fator que auxilia a polinização de diferentes espécies e que afeta diretamente o bem estar das próprias abelhas nativas, que estavam desaparecidas há algumas décadas.

Seu Nego, morador da comunidade de Barra de Mandins, quando questionado sobre a produção de mel disse que *“já está dando para progredir sem agredir”*. Complementa explicando que, *“eu estava precisando arrumar uma cerca minha e chamei o menino aí (Rômulo, filho de Dedé) para ir lá com a motosserra para tirar umas madeiras. Eu não vou tirar as que estão vivas. Porque ela vai me dar o mel lá no futuro. Só vamos mexer na doente ou na que está morta”* (Seu Nego, Comunidade de Barra de Mandins, 10 de abril de 2019).

Nota-se que os projetos desenvolvidos entre as comunidades veredeiras, como as casas de sementes e produção de mel, atrelados às práticas locais como a troca de sementes e manejo de gado na solta, permitiram desenvolver uma espécie de “consciência crítica ambiental” – reflexão que questiona, não as práticas locais, mas as tensões oriundas de novas tecnologias incorporadas de agentes externos, como a monocultura do eucalipto, esgotamento dos brejos e a produção de carvão. Como sempre afirma Toni, *“um pequi em pé alimenta mais gente do que ele derrubado para fazer carvão”*.

A produção de carvão continua sendo um dos maiores problemas entre as comunidades veredeiras, pois muitos moradores que são contrários ao movimento o são porque a pauta impacta diretamente seus lucros. Tanto Toni quanto Jaime sofrem ameaças constantes, por manterem uma postura combativa contra o desmatamento e o manejo do fogo na região.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do presente trabalho procurei demonstrar os principais elementos históricos, políticos e ambientais que, quando associados, permitem entender a relação das comunidades veredeiras com seu ambiente/território e seu processo de organização política que culminou na reivindicação de uma identidade específica. Nos cinco capítulos, busquei desenvolver os argumentos estruturantes que perpassam: (i) os processos históricos de formação da região em análise; (ii) a constituição da categoria povos e comunidades tradicionais que orienta o próprio processo de reivindicação da identidade veredeira; (iii) as relações e variações ambientais e as formas de classificações nativas, base para a constituição do ambiente vivido pelos veredeiros; (iv) os eventos que marcam a memória e temporalidade veredeira com destaque para aquilo que denominei evento-catástrofe, vinculado às ações de implementação e exploração do ambiente por agentes externos e as tensões decorrentes do encontro desses diferentes mundos e, por último, (v) tratei algumas das principais formas das comunidades veredeiras habitarem e se relacionarem com seus ambientes, não só por meio do conhecimento local, mas através da incorporação de novos conhecimento adquiridos, desde relações estabelecidas com uma ampla rede de agências a nível regional, nacional e internacional.

De acordo com o apresentado, as comunidades veredeiras, distribuídas entre os municípios de Januária, Bonito de Minas, Chapada Gaúcha, São Francisco e Cônego Marinho, habitam e fazem uso associado dos diferentes ambientes que compõem seu território, ao menos desde o século XIX. Viajantes e cientistas documentaram a exuberância e riqueza daqueles ambientes e a abundância de alimentos e recursos manejados por grupos sociais ali presentes (BURTON, 1980; SAINT-HILAIRE, 1847; SPIX & MARTIUS, 1840; PIERSON, 1972). Mas, a ocupação dessas áreas deve ser sempre percebida a partir da experiência colonial e do processo de genocídio de grupos indígenas que, de uma forma ou de outra, fizeram parte da própria formação dessas comunidades tradicionais que, na história do lugar, ressurgem como *catrumanos* (RIBEIRO, 2010).

É por meio das especificidades ambientais e políticas que busquei tecer os principais eixos argumentativos desse trabalho. Primeiramente, as particularidades históricas que culminaram no entendimento de uma região com identidade e pertencimentos próprios, a região sanfranciscana, que tiveram como suas principais forças formadoras os currais da Bahia e de Pernambuco. É por meio dessa experiência que o gado se torna elemento simbólico e estruturante do universo econômico, social e mental na região e,

consequentemente, das comunidades veredeiras. É por consequência dessa relação e do manejo estabelecido com o gado, devido aos processos de transumância, que o ambiente veredeiro se constitui.

Essencial para compreensão dessas comunidades são as ações perpetradas pelo Estado e agentes privados, no âmbito da implementação de projetos vinculados à modernização do sertão. Inicialmente, a institucionalização das terras - via sistemas de grilagem resultantes das medições iniciadas em 1920 e, posteriormente, pelas frentes desenvolvimentistas vinculadas à Revolução Verde no Brasil que culminou na exploração do extraordinário estoque de recursos naturais, tais como águas, flora, madeira, frutos, solos e fauna, que, desde a década de 1970, provocou um dos espetáculos mais brutais de destruição da natureza e da cultura material e imaterial registrada na região Norte de Minas Gerais.

Em consequência desse processo, observa-se a organização de movimentos sociais regionais que passaram a constituir uma ampla rede de articulação política, que tiveram como marco a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, ocorrida no Rio de Janeiro em 1992. Observa-se aí aquilo que denominei de giro ecológico, no qual sindicatos de trabalhadores rurais, ONGs e universidades passam a incorporar o debate ambiental em suas agendas, o que influenciou todo um universo conceitual e político, constituindo-se como uma das bases para o que veio a ser denominado povos e comunidades tradicionais e que, no Norte de Minas, deu origem à Articulação Rosalino Gomes e, mais tarde, outras organizações, como a Associação Central Veredeira (ACEVER).

Esses são os elementos que orientaram esse trabalho e que deram base para a compreensão do processo de afirmação da identidade veredeira. No entanto, se esse é o contexto histórico-político em que as comunidades veredeiras se encontram imersas, também chamei a atenção para aqueles elementos que compõem o que podemos considerar o projeto tradicional que subjaz às ações da ACEVER e demais povos da região. Argumentei que as práticas tradicionais devem ser percebidas a partir dos vínculos e conhecimentos relacionais ao ambiente, nos termos de Ingold (2004) e Lewontin (2002). Nesse mesmo sentido, Tsing (2019), ao utilizar o conceito de paisagem, que aqui interpretamos como ambiente, o define como um conjunto de sedimentos concretos de fluxos vitais, condições atmosféricas, sonhos, memórias e representações manifestas num dado espaço axial para grupos humanos e não-humanos.

Enfatizei ao longo desse trabalho que grande parte do território veredeiro encontrava-se fortemente arruinado pelos efeitos não planejados dos projetos que tiveram o sertão como

principal laboratório para o desenvolvimento agro-silvo-pastoril. Fato que levou pesquisadores, como Altair Sales Barbosa (2020), a afirmarem que o Cerrado como bioma não mais existe, tamanha a destruição perpetrada pelo avanço do agronegócio iniciado na década de 1950 e intensificado a partir de 1970 pela Ditadura Militar. Desde então, esse modelo mórbido tem comprometido um complexo ambiental que registra mais de 20 mil nascentes, responsáveis pelo abastecimento de oito das 12 regiões hidrográficas do país. Enfatiza Barbosa que as águas que nascem no Cerrado abastecem as grandes bacias do continente sul-americano, e todas elas nascem de aquíferos, com destaque para o Guarani, o Bambuí e o Urucuia. Segundo os argumentos do autor, entramos em um caminho sem volta, pois o nível de degradação desse ambiente chegou a um estágio irreversível. Desse modo, observa-se um efeito cascata no comprometimento de sistemas inteiros, mesmo quando a exploração já não mais ocorre localmente, como o caso, no presente estudo, das áreas degradadas pelas empresas Plantar Ltda e Grupo Rima Industrial S/A, onde observa-se o secamento de mais de uma centena de córregos e veredas na região, como demonstrei no levantamento intitulado “Obituário das águas” e que classifiquei como evento-catástrofe.

De acordo com a denúncia feita ao Tribunal Permanente dos Povos (TPP), a modernização do campo implementada na Ditadura Empresarial-Militar, a partir dos anos 1970, foi o marco do início do processo de ecocídio do Cerrado<sup>153</sup>. Trata-se de ações sistemáticas operadas pelo Estado brasileiro e inseridas na alçada de projetos de “desenvolvimento” para modernização da agricultura, grandes projetos de mineração e obras de infraestrutura que tinham, entre seus objetivos, a ocupação do interior do país e a exploração de recursos ambientais. De acordo com a acusação, os danos graves, a ampla destruição e a perda de ecossistemas inteiros representam, não somente a diminuição severa de recursos ambientais, mas uma ameaça à própria condição de reprodução social e permanência de diferentes grupos que têm o Cerrado como elemento estruturante de identidades culturalmente diferenciadas. Assim, compreende-se as ações de exploração

---

<sup>153</sup> O Tribunal Permanente dos Povos (TPP) foi criado em 1979, na Bolonha, Itália. Atualmente possui sua sede em Roma. Trata-se de um tribunal internacional de opinião que, desde sua criação, vem atuando como um instrumento de apoio e promoção das lutas dos povos, em busca e defesa do direito à autodeterminação. O Brasil, devido ao amplo histórico de conflitos socioambientais, desde o fim da ditadura militar, ocupou uma parte importante da atenção do TPP, onde várias sessões ocorreram mediante denúncias de repressão dos direitos dos povos e de neocolonialismo que se desenvolveram nas primeiras décadas do segundo milênio. Em 2016, impulsionada pelos conflitos fundiários que se agravaram no contexto das rupturas da institucionalidade democrática no Brasil, foi lançada a “Campanha em defesa do Cerrado” que juntou 50 movimentos e organizações sociais e peticionou ao TPP denúncia sobre o crime de ecocídio contra o Cerrado e os povos e comunidades tradicionais que nele habitam. Contribuí com a denúncia no caso das comunidades veredeiras do município de Januária-MG e o conflito instaurado desde a década de 1980 com empresas do complexo siderúrgico/florestal. Para maiores informações, ver: <https://tribunaldocerrado.org.br/>.

implementadas no Cerrado como *processos*, no sentido de enfatizar sua sistematicidade geográfica, que ocorrem em todo o Cerrado, estendendo-se ao longo dos últimos 50 anos. O processo de ecocídio do Cerrado está intrinsecamente associado a um processo de etnocídio dos povos que o habitam.

Porém, para os povos veredeiros, a extinção do Cerrado enquanto bioma não se trata necessariamente do fim de seus mundos, pois, nos últimos 30 anos, essas comunidades habitam as ruínas daquilo que antes era seus ambientes/territórios. Consequentemente, elas devem ser tratadas como mundos em devir, como indica Tsing (2019). A reivindicação de ambientes altamente perturbados por intervenções de um capitalismo feroz, que mudou as dinâmicas ecológicas daqueles lugares, os quais, muitas vezes, nem o conhecimento local sabe lidar com tais perturbações, aponta para um território tradicional em constante processo de construção que se projeta no tempo. O território tradicional veredeiro está sendo construído a partir de percepções, negociações e incorporações de novas formas de conhecimento associados às experiências acumuladas ao longo da relação política e ecológica no seu território e no mundo. Trata-se também de um território em devir.

O projeto almejado pelas comunidades, que devemos classificar como aplicação do conhecimento tradicional a partir de criações e percepções do vivido, nos termos de Ingold (2004), conforma-se na construção de seu território baseada em novos paradigmas que mesclam camadas de conhecimentos adquiridos a partir dos vínculos estabelecidos com outros povos e grupos sociais, como a incorporação do discurso ambiental, a agroecologia, a preservação de áreas específicas do ambiente, a incorporação e/ou valorização de percepções indígenas na relação com o território.

## 6.1 DISPUTANDO O FUTURO

Como já apontado por Alvarez, Dagnino, Escobar (2001) diante das grandes narrativas ou culturas políticas hegemônicas, leia-se liberais e nacionalistas, estão os movimentos étnicos, ambientais e feministas, que nos conscientizam sobre novas culturas políticas em relação à natureza (ALVAREZ, DAGNINO, ESCOBAR, 2001). Se há algo que merece nossa atenção ao estudarmos os grupos sociais abarcados pela categoria povos e comunidades tradicionais, é sua capacidade de resistir e nesse processo ressignificar seu presente nos oferecendo, em suas práticas ou inserções políticas mais amplas, possibilidades utópicas em um mundo que se apresenta cada vez mais distópico. Como afirmado por Ribeiro (1992), as

utopias proveem uma alteridade para atores sociais manifestarem, baseados em suas leituras sobre as condições do passado e do presente, perspectivas coletivas de construção da realidade social, política e econômica.

Mas o que fazer no futuro também é um campo de disputas. Magoroh Maruyama (1978) descreve que, por volta dos anos 1950 e 1960, uma nova área de estudos surgia nos países industrializados, denominada de *futuristics* / *futureology*. De caráter etnocêntrico, seu foco principal era a elaboração de previsões, tendo como base os impactos tecnológicos e econômicos no mundo. A ênfase, tanto nos estudos tecnoeconômicos quanto socioculturais passou a influenciar diretamente as previsões e analisar alternativas vinculadas ao desenvolvimento / progresso. Posteriormente, essa área estruturou-se como uma espécie de análise de riscos. Os estudos de futuro tinham como um de seus principais componentes a geração de metas. O autor destaca que a ideia de que a sociedade estava caminhando para uma catástrofe e os países industrializados eram os principais responsáveis em arrastar todos para esse abismo era corrente. Além disso, essa catástrofe não poderia ser evitada se não houvesse uma mudança dos paradigmas nunca antes questionados. Para tal, essas ações só poderiam ser implementadas a partir da revisão das ações passadas e do estabelecimento de metas e planificação de novas ações. Trata-se do que Arjun Appadurai (2015) chama de política de probabilidade e que nas últimas décadas, converteu-se em modelo dominante em uma “sociedade de risco”.

No hay duda de que, a medida que las interpretaciones estadísticas de la enfermedad, la catástrofe, el bienestar y el gobierno son dominadas cada vez más por modelos cuantificables de riesgo, la gubernamentalidad en todo el mundo adopta cada vez más las características de una empresa de manejo de riesgo. (APPADURAI, 2015, p.14).

A crítica desenhada pelos pós-modernos, ainda na década de 1980, tratava de romper com algumas das principais ideologias de progresso ancoradas no século XIX, a partir de um discurso anti-utópico, avesso a categorias, interpretações e propostas universalizantes. Por outro lado, nesse mesmo período o ambientalismo, em suas duas versões (conservacionista e preservacionista), também tinha como um dos seus principais pontos de ancoragem o futuro, um elemento central de sua arquitetura interpretativa. Convertido em movimento social desde as últimas décadas do século passado, o ambientalismo, em suas várias faces, adentrou o século XXI, como interlocutor fundamental no sistema mundial.

É curioso que, ao mesmo tempo em que o ambientalismo se firma como aspecto fundamental entre agências multilaterais, empresas transnacionais, organizações não-

governamentais e movimentos sociais, assiste-se à consolidação de um processo de reprimarização da economia em países em desenvolvimento iniciado, com o advento da Revolução Verde e reestruturado com as reformas neoliberais da década de 1990. O que assistimos no sul global, e especialmente em áreas como o Cerrado brasileiro, é um processo de valorização e ampliação de *plantations* modernas e de exploração mineral, no qual os grandes atores do mercado são as corporações transnacionais de comercialização de *commodities* agrícolas e minerais (*tradings*), que passam a controlar cada vez mais o armazenamento, processamento, logística e comercialização a nível mundial. A produção passa a ser dependente de novas tecnologias produzidas por grupos transnacionais e *startups* num avanço conservador que mescla capital internacional, aparelhamento do Estado, expansão da fronteira agrícola na Amazônia, grilagens de terras, violência no campo, tudo isso legitimado por um verniz de sustentabilidade que reafirma uma curiosa perspectiva vocacional desses países.

Se o futuro está, de um lado no planejamento estratégico de metas para mudanças no avanço do progresso, por outro lado também está na continuidade produtiva e das relações sociais de um passado colonial, não havendo espaço para novas utopias. Sobre os riscos do desaparecimento das utopias, Ribeiro (1992) destacou que ao longo do tempo, toda vez que a utopia desaparece, a história deixa de ser um processo que conduz a um fim último. Como consequência, desaparece também a própria noção de tempo histórico, que conduz a realidade social a épocas qualitativamente diferentes, fazendo com que a história se torne cada vez mais semelhante ao espaço não-diferenciado. Todos os elementos do pensamento enraizados nas utopias passam a ser tratados apenas como “ponto de vista” cético e relativista. O próprio processo político vivido no ocidente, com a ascensão de grupos de extrema direita, passa a relativizar os desdobramentos das transformações ambientais vividas nos últimos anos, relativizando, inclusive, a contribuição científica. Bruno Latour tratou tais posicionamentos como “denegação” da crise ecológica e sanitária, trata-se da “fuga das condições impostas pela terra” (LATOURE, 2020, p. 10).

Como consequência, mais uma vez entramos em um “novo” ciclo de riscos de extinção. Como tratado no capítulo 2, em 1972, com o estudo do Clube de Roma - *The Limits to Growth* (Meadows), os limites vinculados aos altos índices de produção e consumo eram a ameaça à própria vida na Terra. No entanto, se Edgar Morin (1997) postulou que a continuidade do crescimento econômico-industrial arrastaria o conjunto da biosfera e toda a humanidade para uma catástrofe de proporções planetárias, mesmo com todo o esforço dos

*futuristics* que propuseram metas e planejamentos para mudança desse curso, adentramos o século XXI com a confirmação de estarmos imersos em um “Novo Regime Climático” (LATOURE, 2020) e/ou em um mundo em catástrofe (STENGER, 2015), o que muitos passaram a considerar como os caminhos para uma sexta extinção. Como explicou Elizabeth Kolbert (2015), de tempos em tempos a vida na Terra passa por perturbações extremas, levando à extinção em massa de expressiva quantidade de espécies vivas. No entanto, nunca antes a humanidade teve papel tão central nessas transformações. Nos últimos 200 anos, assistimos a um tipo de reorganização intercontinental, por meio do aumento de fluxos humanos e de mercadorias, observamos, de forma menos deliberada, o deslocamento de organismos de um continente para outro, reorganizando a biosfera a nível global<sup>154</sup>. Ao mesmo tempo, após o descobrimento de reservas de energia subterrâneas e a criação de novas tecnologias, passamos a alterar a composição da atmosfera, modificando o clima e a química dos oceanos. Todavia, Lewontin (1998) demonstrou a ampla capacidade dos organismos de modificarem e serem modificados pelos seus ambientes. Assim, plantas e animais passam a criar mecanismos adaptativos e/ou se deslocam para outros ambientes. Contudo, devido às profundas perturbações a nível global e a drástica mudança de amplos ecossistemas, como o próprio Cerrado, no caso brasileiro, uma imensa quantidade de espécies — a princípio centenas, depois milhares e, talvez, milhões — se vêm ilhadas. Como resultado, os níveis de extinção dispararam (KOLBERT, 2015). O processo da extinção em massa e o surgimento de pandemias<sup>155</sup> (WALLACE, 2020), parece estar vinculado ao mesmo contexto de transformações de ambientes e fluxos de organismos humanos e não-humanos. A partir dos argumentos de Kolbert, estamos diante de um presente em que, ao mesmo tempo em que somos testemunhas de um dos eventos mais raros na história da vida, somos também seus causadores. O projeto moderno de civilização colocou a espécie humana no lugar de “espécie

---

<sup>154</sup> Tratam-se de uma infinidade de seres, como fungos, insetos, vírus, bactérias e mesmo roedores, pássaros e toda sorte de organismos.

<sup>155</sup> A tese central da obra de Rob Wallace é que o modo de produção capitalista vinculado às atividades agropecuárias e todas as cadeias que a elas estão ligadas, o que passamos a chamar de “agronegócio”, “é a junção perfeita de circunstâncias” para surgimento de novas epidemias. Ao estudar o H1N1, o epidemiologista argumentava se tratar de mais um dos vários patógenos que surgem no horizonte como efeito do neoliberalismo para a saúde global. Trata-se de como o agronegócio organizou porcos e aves e a capacidade desses vírus em cruzar espécies hospedeiras e atravessar grandes distâncias espaciais entre populações de animais. Demonstra o autor que os seres humanos construíram ambientes físicos e sociais, em terra e no mar, que alteraram radicalmente os caminhos pelos quais os patógenos evoluem e se dispersam pelos continentes. No entanto, chama atenção para que o agronegócio, em suas várias vertentes – indústria alimentícia, laboratórios, defensivos agrícolas, apoiado pelo poder estatal – ao mesmo tempo em que trabalham contra esses patógenos, criando mecanismos para combatê-los, atuam também na manutenção deles, seja na ampliação de ambientes favoráveis ao surgimento de novos agentes, seja a partir do lucro com a produção laboratorial. Nas palavras do autor, trata-se de uma “conspiração entre homens e micro-organismos”. (WALLACE, 2020).

daninha”, capaz de afetar diretamente seu próprio destino, bem como o da maioria das espécies do planeta.

## 6.2 ELABORANDO OUTROS MUNDOS E O CASO VEREDEIRO

Nesse amplo contexto, De la Cadena e Blaser (2018) destacam as demandas apresentadas por grupos cujo desaparecimento de seus mundos foi assumido no início do Antropoceno<sup>156</sup> (CROTZEN & STOERMER, 2000). Para eles, está no colonialismo moderno a origem das forças políticas e econômicas que adquiriram poder destrutivo sem precedentes na história humana. Trata-se da extração acelerada de recursos ambientais para satisfazer uma demanda global por minerais e energia, tendo como centro o paradigma do crescimento econômico, base do paradigma neoliberal. Estruturadas via alianças necropolíticas entre o Estado e grandes corporações, a partir de um discurso de servir o bem comum nacional, estas práticas criam populações dispensáveis em proporções maciças (MBEMBE, 2016). Nas disputas de narrativas, ambientalistas argumentam que a extração acelerada tem como consequência a destruição do mundo, enquanto investidores e governos nacionais reivindicam, com base em uma mentalidade moderna, a possibilidade de desenvolvimento de regiões atrasadas, como já discutido por Ribeiro (1992) e apresentado quando tratei da chegada das empresas no território veredeiro. A escala e a velocidade dessa destruição é elemento central nas ações que colocaram ambientalistas, indígenas e demais povos em alianças contra as extremas frentes de exploração ambiental.

De la Cadena e Blaser indicam que indígenas e outros grupos buscam historicamente parcerias criativas, aparentemente difíceis e complexas, com aliados vindos de mundos heterogêneos: organizações não-governamentais, camponeses, grupos afrodescendentes na América Latina, produtores de produtos orgânicos, pequenos comerciantes, sindicatos de trabalhadores, estudantes universitários, Igreja e indivíduos vinculados à teologia da libertação, advogadas(os) feministas e ambientalistas. Nesse contexto situo parte da rede de articulação em que se encontram as comunidades veredeiras. Entre os parceiros vinculados aos projetos desenvolvidos no território destacam-se: Articulação Rosalino Gomes, Centro de

---

<sup>156</sup> Nos últimos anos um amplo debate se formou sobre as definições vinculadas ao Antropoceno. Para fins do presente trabalho a crítica direcionada por Jason W. Moore (2022) traz importantes contribuições. Segundo o autor, grande parte dos debates ignoram questões acerca do capitalismo, do poder de classe, antropocentrismo, enquadramentos dualistas (natureza e sociedade) e o papel dos Estados impérios.

Agricultura Alternativa do Norte de Minas (CAA-NM), Caritas Diocesana, Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA), Word Wide Fund for Nature, Misereor, entre outras instituições.

O centro dessa articulação está não só nas reivindicações do presente ou no reconhecimento das atrocidades vividas desde um passado distante, mas na disputa de um futuro, onde a luta pelo reconhecimento é a luta pela existência social, cultural, produtiva e metafísica de grupos inteiros. As alianças estabelecidas entre os vários agentes podem, segundo os autores, serem capazes de refutar o curso atual do mundo e propor uma prática de um mundo de muitos mundos ou o que chamam de um pluriverso: mundos heterogêneos em diálogo, em uma ecologia de práticas, negociando sua difícil união na heterogeneidade. Trata-se aqui de encontros pragmáticos, onde se faz importante reconhecer que “*diferentes teorias-cosmologias*, ainda que incomensuráveis e irreduzíveis entre si, podem dar conta das mesmas experiências – dos mesmos *matter of fact* – em contextos particulares” (ALMEIDA, 2021, p.12). Como argumentou Eduardo Viveiros de Castro, o ocidente como conhecemos está no fim e uma variedade infinita de novos mundos surge<sup>157</sup>.

Tentei demonstrar, a partir do caso veredeiro que a pressão sofrida em territórios coletivos por frentes desenvolvimentistas, com destaque para mineração e agroindústrias, pode ser percebida como uma verdadeira guerra entre mundos relacionais, na qual diferentes alianças são estabelecidas como forma de resistência. Dentro dessa arena, as lutas pela manutenção de territórios e o reconhecimento de identidades específicas tornam-se lutas pela defesa da existência dos muitos mundos que habitam o planeta. Sobre o dilema entre realismo e multirrealismo, problematizou Mauro Almeida que “ou há um único mundo do realismo científico ocidental moderno ou há vários mundos correspondentes a cada cultura e a cada povo. Há uma resposta a esse dilema que consiste em afirmar que vivemos em um mundo único composto de vários mundos locais” (ALMEIDA, 2021, p. 23). Arturo Escobar, a partir do pensamento zapatista, compreende tratar-se de lutas por um mundo no qual caibam muitos mundos, isto é, lutas pela defesa do pluriverso. (ESCOBAR, 2007, p. 6).

No Brasil, grande parte da mobilização se enquadra em um movimento mais amplo e descontínuo, onde grupos heterogêneos que mantêm vínculos específicos com seus territórios passam a se organizar frente aos avanços desenvolvimentistas que ameaçam seus mundos. No caso das comunidades veredeiras, grande parte de seus territórios encontra-se sob o domínio

---

<sup>157</sup> VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. A revolução faz o bom tempo. In: Colóquio Internacional Os Mil Nomes de Gaia - do Antropoceno à Idade da Terra, realizado no Rio de Janeiro entre 15 e 19 de setembro de 2014. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=CjbU1jO6rmE&t=2350s>. Acesso em 27 de julho de 2022.

das empresas, que desde a década de 1980 se estabeleceram na região. Apresentei as diversas formas de destruição que recaíram sobre os ambientes e corpos desses indivíduos, seja na supressão e esgotamento das principais veredas mantenedoras do equilíbrio hídrico local, seja na exploração de mão de obra com uso indiscriminado de agrotóxicos, que pode ter levado ao adoecimento e morte de membros daquelas comunidades. Se por um lado, esses grupos estão submetidos a experiências baseadas em uma necropolítica, que se dá a partir de práticas coloniais contemporâneas, onde a truculência física tem continuidade na truculência ontológica, por outro, essas lutas podem ser interpretadas como contribuições importantes às “transições” ecológicas e culturais em direção ao pluriverso. Essas transições são fundamentais para enfrentar as múltiplas crises ecológicas e sociais produzidas pela ontologia “uni-mundista” e suas concomitantes narrativas, práticas e atualizações modernas, como o neoliberalismo.

No transcurso histórico, esse projeto de se consolidar como Um Mundo — que hoje chega a sua máxima expressão com a chamada globalização neoliberal de corte capitalista, individualista e seguindo certa racionalidade — levou à erosão sistemática da base ontológico-territorial de muitos outros grupos sociais, particularmente aqueles nos que primam concepções de mundo não dualistas, isto é, não fundadas nas oposições já indicadas. (ESCOBAR, 2007, p. 5).

Escobar denota a essas outras formas de existir – mundos não dualistas – como ontologias relacionais ou relacionalidades. Do ponto de vista apresentado, não há seres discretos autocontidos limitados a si mesmos ou por sua própria vontade, mas sim um mundo inteiro que se atualiza minuto a minuto, dia a dia, através de uma infinidade de práticas que vinculam uma multiplicidade de humanos e não-humanos. Nesse sentido, uma ontologia relacional pode ser definida como “aquela em que nada (nem humanos nem não-humanos) preexiste às relações que nos constituem. Todos existimos porque existe tudo” (ESCOBAR, 2007, p. 5). É nesse contexto que localizo a constituição do Movimento Veredeiro e a formação da ACEVER, que surgem como possibilidade de luta e construção de novos caminhos em meio à destruição vivida nas últimas décadas.

Alfredo Wagner Almeida, ao tratar dos “novos movimentos sociais”, surgidos a partir de 1980, apontava que “a ‘crise ecológica’ vivida por segmentos do campesinato e por grupos indígenas da Amazônia teria uma dimensão marcadamente política e ideológica e não corresponderia à denominada ‘questão ecológica’ vinculada à sociedade abrangente” (1989a, p. 05). O que percebemos nas últimas décadas, a partir das variadas alianças que passaram a ocorrer entre segmentos tradicionais e a própria sociedade abrangente, é uma aproximação ou conciliação de agendas. Em um mundo distópico, constantemente ameaçado por previsões

apocalípticas, aprendemos com aqueles que tiveram seus mundos perturbados, a lançar mãos de múltiplos conhecimentos e formas de interação com os diferentes ambientes e fazer das ruínas um lar.

Como ponderou Appadurai (2015), realidades como aquecimento global, degradação, extinção de biomas inteiros e a experiência humana potencialmente breve, como arquitetos centrais do futuro e da natureza, são elementos fundamentais para concebermos a construção de uma antropologia sensível, não somente às tradições de um passado que se mantêm atualizadas no presente, mas para as formas colaborativas, os encontros e alianças entre diferentes grupos humanos e não-humanos que apontam para tradições projetadas para o futuro. Ou, como defendido por Anna Tsing, trata-se da *ressurgência* de novos mundos a partir do que a autora chamou de *contraentropia*, a reorganização de paisagens e povos nos escombros ecológicos e sociais produzidos pelo capitalismo.

Nesse sentido, a construção da perspectiva de conhecimento tradicional por parte das comunidades veredeiras, e de demais segmentos tradicionais, é fortemente influenciada pelo diálogo estabelecido com perspectivas ambientalistas de preservação e conservação atreladas à visão particular e profunda que essas comunidades têm sobre o seu território. Desse modo, não estamos diante de uma visão globalizante sobre relação natureza/sociedade, mas trata-se de novas construções mentais estruturadas a partir do encontro entre cosmologias de fora e a particular maneira que o povo veredeiro interpreta, reconstrói e se relaciona com seu ambiente. Os territórios reivindicados tomam como base o passado, a vida que existia antes da chegada das empresas, para que, a partir de alianças entre diferentes agentes, ocorra a construção de novas possibilidades de futuros. Tal perspectiva vincula as comunidades veredeiras que estão a mais de 700 km da capital mineira, a uma rede de diferentes povos tradicionais, ambientalistas e pesquisadores de diferentes partes do mundo que, de um modo ou de outro, estão estabelecendo vínculos e diálogos, nos quais novas formas de se pensar o “bem viver” e a felicidade tornam-se caminhos necessários para a crise civilizacional que se expande.

## 7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, J. Capistrano. **Capítulos de história colonial: 1500-1800**. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1998 [1907].

ALARCON, Daniela. A Forma Retomada: contribuições para o estudo das retomadas de terras, a partir do caso tupinambá da Serra do Padeiro. **RURIS** – v. 7, n. 1, p. 99-126. mar. 2013.

ALBERT, Bruce. O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza. **Serie Antropologia**. Brasília: UnB, n. 174, 1995.

ALBERT, Bruce. “Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos: notas sobre o trabalho de campo pós-malinowskiano. **“Situação Etnográfica” e Movimentos Étnicos Campos**, v. 15(1), 2014. p. 129-144.

ALENCAR, Maria Wanda. **Financiamento público do BNDES à agricultura dependente de agrotóxicos no Brasil, no intervalo de 2002 a 2016**. 2001. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2018.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Terras Tradicionalmente Ocupadas: processos de territorialização, movimentos sociais e uso comum”. *In: Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas*. Manaus: PGSCA/UFAM, 2008 [2004]. p. 25-131.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Universalização e localismo: movimentos sociais e crise dos padrões tradicionais de relação política na Amazônia. **Revista Reforma Agrária**, Campinas-SP Ano 19, nº 1, p. 04-17, abril/julho, 1989a.

ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. “Terras de preto, terras de santo, terras de índio – uso comum e conflito.” *In: HÁBETTE, J.; CASTRO, Edna (Org.). Na trilha dos grandes projetos*. Belém: Cadernos do NAEA, n.10, 1989b. p.163-96.

ALMEIDA, Mauro W. B. Narrativas agrárias e a morte do campesinato. **RURIS**. Campinas, vol. 1, nº 2, p. 157-188, 2007 [1998].

ALMEIDA, Mauro W. B. Anarquismo Ontológico e Verdade no Antropoceno. **Ilha**, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 10-29, 2021.

ALVARES, Sonia E.; DAGNINO, Evelina; ESCOBAR, Arturo (org.). **Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos** (novas leituras). Belo Horizonte: UFMG, 2001.

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS. Disponibilidade e demandas de recursos hídricos no Brasil. **Cadernos de Recursos Hídricos**. Brasília, maio, 2005.

ANASTASIA, Carla Maria Junho. Potentados e Bandidos: os motins do São Francisco. **Revista do Departamento de História UFMG**, nº 09, p. 79-85, 1989.

ANAYA, Felisa C. **De “encurralados pelos parques” a “Vazanteiros em Movimento”**: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

ANAYA, Felisa C. “Vazanteiros em movimento”: o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. **Ciência & Saúde Coletiva**, 19(10), p. 4041-4050, 2014.

ANAYA, Felisa C.; ESPÍRITO SANTO, Mário M. **De Gentes, Plantas e Bichos: Diversidade e conservação nas Matas Secas do norte de Minas**. Montes Claros, 1. ed. Montes Claros: Unimontes, 2014. 68p.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A questão do território no Brasil**. São Paulo: Editora Huciteca, 2ª ed., 2004.

ANTONIL, André João. **Cultura e Opulência do Brasil**. Rio de Janeiro, 1837.

ANTONIO FILHO, Fadel David. Sobre a palavra “sertão”: origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). **Ciência Geográfica**. Bauru, v. XV, n. 1, janeiro/dezembro, 2011.

APPADURAI, Arjun. **El futuro como un hecho cultural**. México, Fondo de Cultura Económica, 2015.

ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos Vazanteiros do Pau de Léguas**. 2009. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2009.

ARRUDA, Gilmar; SIVA, Aparecida Leite V.; BIASSETTO, Eliane Aparecida. Paisagens do medo: a expansão do ideário ecologista na cidade de Londrina-PR – (1970-1990). **Espaço Plural**, ano 12, n. 25, p. 49-62, 2011.

ARRUDA, Rinaldo V. “Populações Tradicionais” e a Proteção dos Recursos Naturais em Unidades de Conservação. **Ambiente & Sociedade**, ano 2, n. 5, 1999.

ARRUTI, José Maurício A. A Emergência dos “Remanescentes”: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. **MANA** v. 3, n.2, p. 7-38, 1997.

ARRUTI, José Maurício A. **Mocambo: antropologia e história do processo de formação quilombola**. Bauru: Edusc, 2006.

AUBERTIN, Catherine; PINTON, Florence. L'invention du biome Cerrado. **Confins** [Online], v.17, 2013.

AUGÉ, Marc. **Os domínios do parentesco: filiação, aliança matrimonial, residência**. Lisboa, Edições 70, 2003.

AUGUSTIN, Cristina H. R. R.; MELO, Dirce R.; ARANHA, Paulo Roberto A. Aspectos geomorfológicos de veredas: um ecossistema do bioma do Cerrado, Brasil. **Revista Brasileira de Geomorfologia**, v.10, n.1, p.103-114, 2009.

BALÉE, Willian. Cultura na vegetação da Amazônia Brasileira. *In*: NEVES, W. A. (Org.). **Biologia e ecologia humana na Amazônia: avaliação e perspectivas**. Belém: MPEG, 1989, p. 95-109.

BALÉE, Willian. People of the fallow: a historical ecology of foraging in lowland South America. *In*: REDFORD, K.; PADOCH, C. (Eds.). **Conservation of neotropic forests: working from traditional resource use**. New York: Columbia University Press, 1992, p. 35-57.

BARBOSA, Altair Sales. Peregrinos do Cerrado. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, São Paulo, 5: 159-193, 1995.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. **Da Nação ao planeta através da natureza**: uma abordagem antropológica das unidades de conservação de proteção integral na Amazônia brasileira. 2001. 589f. Programa de Pós-graduação em Antropologia Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. “Notas para uma história social das áreas de proteção integral no Brasil”. *In*: RICARDO, F. (org.), **Terras Indígenas e Unidades de Conservação da natureza**: o desafio das sobreposições, ISA, 2004.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Populações tradicionais: introdução à crítica da ecologia política de uma noção. *In*: ADAMS, C.; MURRIETA, R.; NEVES, W. (orgs.). **Sociedades caboclas amazônicas**: modernidade e invisibilidade. São Paulo: FAPESP; Annablume, p.109-143, 2006a.

BARRETTO FILHO, Henyo Trindade. Os predicados do desenvolvimento e a noção de autoctonia. *In*: **Tellus**, ano 6, nº10, p. 11-21, abr. 2006b.

BARTH, Fredrik (org.). **Ethnic groups and boundaries**. London, George Allen & Unwin, 2000 [1969].

BARTOLOMÉ, Miguel. El regreso de la barbarie: una crítica etnográfica a las ontologías “premodernas”. **Trace**, México, nº67, junho, p. 121-149, 2015.

BASTO, Bruno Neris. **A firma, o território**: uso comum e mobilização no sertão de Minas Gerais: os povoados das veredas e dos gerais de Januária. 2014. 144 f. Dissertação (mestrado). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.

BATALHA, Marco Antônio. O cerrado não é um bioma. **Biota Neotrop** [online]. 2011, vol. 11, no. 1.

BENJAMIN, Walter. **Mágica e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 3ª ed. São Paulo: Ed. Brasiliense S.A. 1987.

BITTER, Daniel. **A bandeira e a máscara**: estudo sobre a circulação de objetos rituais nas folias de reis. 2008, 191f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia, Rio de Janeiro, 2008.

BOEGE, Eckart *et al.* **El patrimonio biocultural de los pueblos indígenas de México**: hacia la conservación *in situ* de la biodiversidad y agrobiodiversidad en los territorios indígenas. México: Instituto Nacional de Antropología e Historia: Comisión Nacional para el Desarrollo de los Pueblos Indígenas (INAH-CDI), 2008.

BOELEN, Rutgerd; *et al.* “Hydrosocial territories: a political ecology perspective”. **Water International**, 41:1, p. 1-14, 2016.

BOMBARDI, Larissa Mies. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. In: **Boletim Dataluta**. NERA – Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária. Presidente Prudente, setembro de 2011, p. 1 – 21.

BOMBARDI, Larissa Mies. Agrotóxicos e agronegócio: arcaico e moderno se fundem no campo brasileiro. Direitos Humanos no Brasil 2012. In: **Relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos**. São Paulo, 2012.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. - São Paulo: FFLCH - USP, 2017. 296 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Sacerdotes de viola: rituais religiosos do catolicismo popular em São Paulo e Minas Gerais**. Petrópolis: Vozes, 1981.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. “A comunidade tradicional”. In: UDRY, Consolacion; EIDT, Jane Simoni (eds.). **Conhecimento Tradicional**: conceitos e marco legal. Brasília, DF: Embrapa. 2015 [2010]. pp. 21-101.

BRASIL, Senado Federal. Resoluções do Senado Federal. **ANAIS**: 1946/76 – Brasília-DF, 1977.

BRASILEIRO, Sheila; SAMPAIO, José A. Laranjeiras. Estratégias de negociação e recomposição territorial Kiriri. In: CARVALHO, MR., e CARVALHO, AM., org. **Índios e caboclos**: a história recontada. Salvador: EDUFBA, p. 147-16, 62012.

BRUNER, Edward. Ethnography as narrative. In: TURNER, V. W. **The Anthropology of experience**. Chicago: University of Illinois Press, 1986.

BURTON, Richard Francis. **Viagem de canoa de Sabará ao Oceano Atlântico**. São Paulo: Edusp; Belo Horizonte: 1980 [1869].

CADENA, Marisol de La; BLASER, Mario. **A Word of many Worlds**. Duke University Press - 2018.

CARVALHO, Ana Paula C. Os antropólogos e a identificação de terras quilombolas no Brasil (1997-2015). **Revista Antropolítica**, Niterói, n. 47, p.221-254, 2019.

CARVALHO, Geraldo .M.C; *et al.* Avaliações fenotípicas da raça bovina curraleiro-pé-duro do semiárido do Brasil. **Arch. Zootec.** 62 (237): 9-20. 2013.

CÉSAIRE, Aimé. **Discourse on Colonialism**. Translated by Joan Pinkham. This version published by Monthly Review Press: New York and London, 1972. Originally published as “Discours sur le colonialisme” by Edition Presence Africaine, 1955.

CHAVES, Luiz Antônio; RIBEIRO, Luiz Gustavo Gonçalves. Os atos ilícitos praticados no âmbito do reflorestamento no norte de Minas Gerais e Alto Jequitinhonha: estudo de caso e repercussão penal. **Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v.11, n.21, p.317-339, janeiro-junho, 2014.

CHAVES, Rodrigo Pádua Rodrigues. A identificação de terras indígenas e os relatórios de identificação e delimitação da Funai: reflexões sobre a prática da antropologia no Brasil (1988-2003). In: LIMA, Antônio Carlos de Souza Lima; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade (Org.). **Antropologia e identificação: os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

CHILES, João Marques. **Dicomer, dibeber, ou coisa de velho? A agrobiodiversidade e a cultura alimentar geraizeira na comunidade de pau d’arco**. 2018. 223f. Dissertação (mestrado). Programa de Pós-Graduação Profissional em Desenvolvimento Sustentável (PPG-PDS), Universidade de Brasília, 2018.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO (CMMAD – COMISSÃO BRUNDTLAND). **Nosso Futuro Comum**. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

COELHO, Marco Antônio T. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

CORREA, Célia Nunes. **O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada**. 2018. 218 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, 2018.

COSTA. Antônio Gilberto. A cartografia do território de Minas Gerais e seus limites oitocentistas: anexações e desmembramentos. **IV Simpósio Luso Brasileiro de Cartografia Histórica**, Porto, 2011.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos. Identidade através de rito em Brejo dos Crioulos- MG**. 1999. Dissertação de Mestrado. Brasília: Departamento de Antropologia da UnB.

COSTA, João Batista de Almeida. **Brejo dos Crioulos e a Sociedade Negra da Jaíba: novas categorias sociais e a visibilização do invisível na Sociedade Brasileira**. In Revista Brasiliense de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Ano V, p. 99-122, 2001.

COSTA, João Batista de Almeida. **Mineiros e Baianeiros: englobamento, exclusão e resistência**. 2003. 332 f., Tese (Doutorado), Departamento de Antropologia – Universidade de Brasília, 2003.

COSTA, João Batista de Almeida. **Os Guardiões das Veredas do Grande Sertão: a população tradicional veredeira do Assentamento São Francisco e Gentio, o Parque Nacional Grande Sertão Veredas e o Inventário das Referências Culturais**. Brasília: Funatura; IPHAN, 2005.

COSTA, João Batista de Almeida. “Cultura, Natureza e Populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira”. **Revista Verde Grande**. Montes Claros, v. 4 n. 01 p. 3-45, 2006.

COSTA, João Batista de Almeida. Tempo Reverso e Espaço Transfigurado: etnocídio nas veredas do sertão. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**, v. 7, p. 13-42, 2012.

COSTA, João Batista de Almeida. Conflitos ambientais no sertão roseano: A atualização do carrancismo contra veredeiros e quilombolas em Minas Gerais. **Anuário Antropológico**, v. 45, nº 3, set-dez, 2020.

COSTA, Julia Marques Dalla. **O “agir temerário, fraudulento e tirânico”**: a antropologia e os antropólogos segundo a CPI da Funai e do Incra (2015-2017). 2019. 154 f., il. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

COSTA, Pereira. **Em prol da integridade do território de Pernambuco**. Instituto Archeologico e Geográfico Pernambucano, Recife, 1918.

COSTA, Sandra Helena Gonçalves. **“Recantilados” entre o direito e o rentismo**: grilagem judicial e a formação da propriedade privada da terra no norte de Minas Gerais. 2017, 609f. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo. 2017.

COSTA FILHO, Aderval. **Os Gurutubanos**: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte-mineiro. 2008. 293f. Tese (doutorado) – Universidade de Brasília, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Brasília. 2008.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O conceito de bioma. **Acta Botanica Brasilica** [online]. v. 20, n. 1, p. 13-23, 2006.

COUTINHO, Leopoldo Magno. O conceito do cerrado. **Revista Brasileira de Botânica**, v. 1, p. 17-23, 1978.

CROTZEN, Paul J. & STOERMER, Eugene F. “The Anthropoce”. *In*: Global Change: News Letter, nº41, maio, 2000.

CRUZ, Laura Valladares de la; OHMSTEDE, Antonio Escobar. La etnicidad frente a las nuevas violencias em América Latina. *In*: CRUZ, Laura R. Valladares de la (Org). **Nuevas Violencias en América Latina**: los derechos indígenas ante las políticas neoextrativistas y las políticas de seguridad. México: Universidad Autónoma Metropolitana – Unidad Iztapalapa: Juan Pablos Editor, 2014.

CUNHA, Flavia Londres da. **Sementes da Paixão e as Políticas Públicas de Distribuição de Sementes na Paraíba**. 2013. 185f. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Rural

do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Práticas em Desenvolvimento Sustentável. Seropédica, Rio de Janeiro, 2013.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Populações tradicionais e a Convenção da Diversidade Biológica. In: **Estudos Avançados**, 13 (36), 1999.

CUNHA, Manuela Carneiro da; ALMEIDA, Mauro W. B. “Populações tradicionais e conservação ambiental”. In: CUNHA, Manuela Carneiro da, **Cultura com aspas e outros ensaios**. São Paulo: CosacNaify, 2009.

CUNHA, Manuela Carneiro da. Cultura e “cultura”: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CUNHA, Manuela Carneiro da. **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

D’ANGELIS FILHO, João Silveira; DAYRELL, Carlos Alberto. Ataque aos Cerrados: a saga dos geraizeiros que insistem em defender o seu lugar. **Cardernos do CEAS**. Salvador: Centro de Estudos e Ação Social, n. 222, abr./jun, 2006.

DAS, Veena & POOLE, Deborah. “El Estado y sus márgens”. **Revista Académica de Relaciones Internacionales**, GERI-UAM, n. 8, 2008, P. 1-39.

DAYRELL, Carlos. A questão ecológica no limiar da questão agrária: o caso dos cerrados do norte de Minas Gerais. **Reforma Agrária**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 70-80, jan./abr. 1993.

DAYRELL, Carlos A. **Geraizeiros e Biodiversidade No Norte De Minas**: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais. Dissertação (Mestrado). 192f. – Huelva, Espanha: Sede Ibero Americana de La Rábida, Universidade Internacional de Andalucia, 1998.

DAYRELL, Carlos A. **De Nativos a Caboclos: reconfiguração do poder de representação de comunidades que lutam pelo lugar**. Tese (Doutorado). 459f – Universidade Estadual de Montes Claros. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social, setembro de 2019.

DAYRELL, Carlos. A. et al. Redes Sociotécnicas e Modos de Vida Tradicionais: estratégias de fortalecimento da agrobiodiversidade pelo CAA-NM no norte de Minas Gerais. In: MACHADO, A.T. et al. **Manejo sustentável da agrobiodiversidade nos biomas cerrado e caatinga com ênfase em comunidades rurais**. Brasília: Embrapa, p. 145-168, 2011.

DESCOLA, Philippe. Ecologia e cosmologia. In: CASTRO, Edna & PINTON, Florence (org.) **Faces do Trópico Úmido**: conceitos e questões sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente. Belém, Pará, Brasil: Editora Cejup, 1997.

DIEGUES, Antônio Carlos. **O Mito Moderno da Natureza Intocada**. São Paulo: HUCITEC. 2008 [1996], pp. 13-21.

DIEGUES, Antônio Carlos (org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério de Meio Ambiente; São Paulo: Nupaub/USP, 2001.

DIEGUES JÚNIOR, Manuel. **Regiões culturais do Brasil**. Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – INEP. Rio de Janeiro, 1960.

DUTRA, Rodrigo Marciel. S.; SOUZA, Murilo M. Oliveira. Cerrado, Revolução Verde e evolução do consumo de agrotóxicos. **Sociedade & Natureza** [online], v. 29, n. 3, pp. 473-488, 2017.

ELOY, Ludivine; CARVALHO, Igor S. H. de; FIGUEIREDO, Isabel. Sistemas agrícolas tradicionais no Cerrado caracterização, transformações e perspectivas. **Coleção Transição Agroecologia Conservação e uso da agrobiodiversidade**. Ed 01, v. 03, 2017.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Tradução de Diana Ochoa. 1ª edição: Fundación Editorial el perro y la rana, Caracas, Venezuela 2007.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. Ed. Enviñón, outubro, 2010.

ESCOBAR, Arturo. **Territórios de diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”**. Clima com Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte, ano 02 - volume 02, abril, 2015.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. CLACSO; Consejo Latinoamericano de Ciencias, set. 2005. p. 133-168. (Colección Sur Sur)

EVANS-PRITCHARD, E. E. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota**. São Paulo: Perspectiva. 1993.

EZLN. **Cuarta Declaración de la Selva Lacandona**. Ejército Zapatista de Liberación Nacional (EZLN). México, 1º de janeiro de 1996.

FAGUNDES, Guilherme Moura. **Fogos gerais: transformações tecnopolíticas na conservação do Cerrado (Jalapão, TO)**. 2019. 444 f., il. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

FERRI, Mário G. Ecologia dos Cerrados. *In*: FERRI, Mário G. **IV Simpósio sobre o Cerrado**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. da USP, p. 15 a 33, 1977.

FIEBRIG, Immo; BOMBARDI, Larissa Mies & NEPOMUCENO, Pablo. Hypothesising On The Emergence Of Sars-Cov-2 Through Bats: Its Relation To Intensive Pig-Factory Farming And The Agro-Industrial Complex. Research Gate, maio, 2020.

FLEISCHER, Soraya. Antropólogos ‘anfíbios’? Alguns comentários sobre a relação entre Antropologia e intervenção no Brasil. **Revista Antropológicas**, ano 11, vol. 18(1), 2007.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. RJ: Edições Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: História da violência nas prisões**. 27ª edição. Petrópolis: Vozes, 2003.

FUNAI. **Manual de Redação Oficial**. Fundação Nacional do Índio-Funai. Brasília, 2016.

GADAMER, Hans-George. **Verdade e o método**: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Vozes, Petrópolis-RJ: Vozes, 1999 [1900].

GALIZONI, Flávia Maria. **A Terra Construída**: família, trabalho, ambiente e migrações no Alto Jequitinhonha, Minas Gerais. Dissertação de Mestrado. São Paulo: USP/FFLCH. 2000.

GALVÃO, Olímpio J. de Arroxelas. Raízes históricas da questão fundiária no Brasil. **Revista de Desenvolvimento Econômico**. Salvador/BA, Ano VIII, n. 14, julho, p.5-11, 2006.

GLIESSMANN, S. R. **Agroecologia**: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2ª ed., 2001.

GOLDMAN, Marcio. "Quinhentos anos de contato": por uma teoria etnográfica da (contra)mestiçagem. **Mana** [online]. 2015, v. 21, n. 3, pp. 641-659.

GUERRA, Flávio. **Pernambuco e a Comarca do São Francisco**. Recife: Diretoria de Documentação e Cultura da Prefeitura Municipal do Recife, 1951.

HOLANDA, Sergio Buarque. **Raízes do Brasil**. 26ª ed., São Paulo: Cia das Letras, 1995 [1936].

INSTINTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias: 2017**. Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

INGOLD, Tim. Two reflections on ecological knowledge. In: Ortalli, G.; Sanga, G. (eds.), **Nature Knowledge**: ethnoscience, cognition, identity. Berghahn, New York. 2004. pp. 301-311.

INGOLD, Tim. Chega de etnografia! A educação da atenção como propósito da antropologia. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 39, n. 3, p. 404-411, setembro-dezembro, 2016.

IPHAN. **Dossiê Sistema Agrícola Tradicional do Rio Negro**. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Brasília, DF, 2019.

ISA. **Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola Do Vale Do Ribeira – SP**. Instituto Sócio Ambiental (ISA), Relatório, v. 1, 2017.

JATOBÁ, Sérgio; CIDADE, Lúcia; VARGAS, Glória. Ecologismo, ambientalismo e ecologia política: diferentes visões da sustentabilidade e do território. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 24, n. 1, p. 47-87, janeiro/abril, 2009.

LAPIERRE, Jean William. Introdução às teorias da etnicidade. In: POUTIGNAT, P. & STREIFFENART, J. **Teorias da Etnicidade**. São Paulo: Fundação Editorial da UNESP, 2011.

KOLBERT, Elizabeth. **A sexta extinção**: uma história não natural. 1ª edição. Editora Intrínseca Ltda. Rio de Janeiro-RJ. 2015.

LATOURE, Bruno. **Diante de Gaia**. São Paulo: UBU e Atelier de Humanidades, 2020.

LEFF, Enrique. **Ecologia, Capital e Cultura: a Territorialização da Racionalidade Ambiental**. Editora da FURB. Blumenau, 2000.

LEWONTIN, Richard c. **A tripla hélice**: gene, organismo e ambiente. São Paulo, SP: Companhia das Letras, 2002 [1998].

LIMA, Antônio Carlos de Souza; BARRETTO FILHO, Henyo Trindade (org.). **Antropologia e identificação**: Os antropólogos e a definição de terras indígenas no Brasil, 1977-2002. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

LITTLE, Paul E. Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: por uma Antropologia da territorialidade. **Anuário Antropológico**, 28 (1), 2002, 251-90.

LITTLE, Paul E. Ecologia Política como Etnografia: um guia teórico e metodológico. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre: PPGAS, ano 12, n. 25, janeiro/junho, 2006, p. 85-103.

LOPES. José Sérgio Leite. Sobre processos de “ambientalização” dos conflitos e sobre dilemas da participação. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, ano 12, n. 25, p. 31-64, janeiro/junho, 2006

MARTINEZ-ALIER, Joan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

MATTOSO, Kátia M. de Queirós. **Bahia, século XIX: uma província no Império**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1992.

MAZZETTO SILVA, Carlos Eduardo. **O cerrado em disputa: apropriação global e resistências locais**. Brasília: Confea, 2009.

McCORMICK, John. **Rumo ao paraíso**: a história dos movimentos ambientalistas. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios** - PPGAV/EBA/UFRJ - n. 32 - dezembro 2016.

MINAS GERAIS. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar Denúncias Contra A Chamada "Máfia Do Carvão"**. Assembleia Legislativa de Minas Gerais, 1996.

MINAS GERAIS. **Relatório do Projeto Jaíba 2005 – 2010**. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, s/d.

MONTEIRO, Fernanda Testa. **As(as) apanhadores(as) de flores e o Parque Nacional das Sempre-Vivas (MG)**: travessias e contradições ambientais. 2011. 241 f. Dissertação

(mestrado) - Programa de PósGraduação em Geografia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

MOORE, Jason (org). **Antropoceno ou Capitloceno?** Natureza, história e a crise do capitalismo. São Paulo: Elefante, 2022.

MOREIRA, Gislene. **Sertões contemporâneos:** rupturas e continuidades no semiárido. Salvador: Eduneb; Edufba, 2018.

MORIN, Edgar. Por um pensamento ecologizado. In: CASTRO, Edna; PINTON, Françoise. In: **Faces do trópico úmido.** Belém: UFPA/NAEA, 1997.

MOTTA. Márcia Maria Menendes. A Lei de Sesmarias e a ocupação colonial: sobre as leis. In: MOTTA. Márcia; ZARTH, Paulo (Orgs.). **Direito à terra no Brasil:** a gestação do conflito 1795-1854. São Paulo: Alameda, 2012, p. 129-197.

MUNDURUKU, Daniel. O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990). In: **Coleção educação em foco.** Série educação, história e cultura. São Paulo: Paulinas, 2012.

NEVES, Walter Viana. **Avaliação da vazão em bacias hidrográficas com veredas, em diferentes estágios de conservação, na APA do rio Pandeiros – MG.** 2011. 58 f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-graduação em Ciências Agrárias, área de concentração em Agroecologia, Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

NOGUEIRA, Mônica. **Quando o Pequeno é Grande:** uma análise de projetos comunitários no Cerrado. São Paulo: Annablume. 2005.

NOGUEIRA, Mônica. **Gerais a dentro a fora:** identidade e territorialidade dos Gerazeiros do Norte de Minas Gerais. Brasília: Mil Folhas. Coleção Mil Saberes. 2017.

NUNES, Yule Roberta Ferreira; AZEVEDO, Islaine Franciely Pinheiro; NEVES, Walter Viana; VELOSO, Maria das Dores Magalhães; SOUZA, Ricardo de Almeida; FERNANDES, G. Wilson. Pandeiros: o Pantanal Mineiro. **MG.BIOTA**, Belo Horizonte, v.2, n. 2, jun./jul. 2009.

OLIVERIA, Cláudia Luz. **Vazanteiros do rio São Francisco:** um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais. 2005. 135f. Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2005.

OLIVEIRA, Érica Lobato de. **Conservação de base comunitária de sementes crioulas:** a experiência da Casa de Sementes de Barra do Tamboril, Januária/MG. 2014. 112f. Dissertação (mestrado) – Universidade de Brasília, Faculdade UnB Planaltina, Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento Rural, Brasília, 2014.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Etnografia enquanto compartilhamento e comunicação: desafios atuais às representações coloniais. In: BELA FELDMAN-BIANCO (ORG.). **Desafios da Antropologia Brasileira.** 1ed. Brasília: ABA Publicações, 2013, v. 1, p. 47-74.

OLIVEIRA, João Pacheco de. Uma etnologia dos “índios misturados”? Situação colonial, territorialização e fluxos culturais. **Mana**, v. 4, n. 1, p. 47-77, 1998.

OLIVEIRA, Luiz Tarcizio Gonzaga; LEAL, Jonas Vaz Leandro; LIMA Paulo Cesar Vicente. “Colocar no papel, tirar do papel”: A Lei 21.147 e o processo de conquista e efetivação de direitos dos povos e comunidades tradicionais em Minas Gerais. **Anais IV ENADIR** - Encontro Nacional de Antropologia do Direito, GT 09 - Direitos sociais, direitos indígenas e vulnerabilidade social, 2015.

OLIVEIRA, Moisés Dias de. **Autodefinição identitária e territorial entre os geraizeiros do Norte de Minas Gerais**: o caso da comunidade Sobrado. 2017. 138 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

NABHAN, Gary Paul, **Cultures of Habitat: On Culture, Nature and Story**. Washington DC: Counterpoint Press, 1987.

PARAJULI, Pramod. Ecological Ethnicity in the Making: Developmentalist Hegemonies and Emergent Identities in India. **Identities**, v. 3 (1-2), p. 15- 59, 1996.

PARAJULI, Pramod. Beyond capitalized nature: ecological ethnicity as an arena of conflict in the regime of globalization. **Ecumene**. v. 5, n. 2, p.186-217, 1998.

PARAJULI, P. Retornando ao lar Terra: etnicidades ecológicas e diversidades bioculturais na idade da ecologia. In: HERCULANO, S.; PACHECO, T. (Org.). **Racismo Ambiental**. I Seminário Brasileiro sobre Racismo Ambiental. Rio de Janeiro: FASE, p. 100-118, 2006.

PEIRANO, Mariza. 1985. O antropólogo como cidadão. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, 28(1):27-43.

PEREIRA, Elenita Malta. Sensibilidade ecológica e ambientalismo: uma reflexão sobre as relações humanos-natureza. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 20, n. 49, p. 338-366, setembro-dezembro, 2018.

PEREIRA, Laurindo Mékie. História de uma “história”: ensaio sobre o pensamento regionalista norte-mineiro. **Anais do XVIII Encontro Regional de História – O historiador e seu tempo**. ANPUH/SP – UNESP/Assis, 2006.

PESSÔA, Vera Lúcia Salazar. O paradoxo da Revolução Verde no Cerrado. **Élisée**, Rev. Geo. UEG – Goiás, v.9, n.2, e922013, julho- dezembro, 2020.

PIERSON, Donald. **O homem no vale do São Francisco**. Rio de Janeiro, 1972.

PIRES, Simeão Ribeiro. **Raízes de Minas**. Montes Claros: Minas Gráfica, 1979.

PORTO-GONÇALVES, Carlos. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Dos Cerrados e de suas Riquezas**: de saberes vernaculares e de conhecimento científico. Rio de Janeiro e Goiânia: FASE e CPT, 2019. 48p.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. De Caos Sistêmico E De Crise Civilizatória: tensões territoriais em curso. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, Sobral/CE, v. 22, n. 2, p. 103-132, agosto, 2020.

POSEY, D. Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, B. (Org.). **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: Vozes, vol. 1, B, p. 173-84, 1987.

POSEY, D.; FRECHIONE, J.; EDDINS, J.; SILVA, L. F.; MYERS, D.; CASE, D.; MACBEATH, P. **Ethnoecology as applied anthropology in Amazonian development**. Human Organization, v. 43, nº 2, p. 95-107, 1984.

PRADO JÚNIO, Caio. **História econômica do Brasil**. 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

QUIJANO, Anibal. “El Fantasma del Desarrollo en América Latina”. **Revista Venezolana de Economía y Ciencias sociales**, Caracas, v. 6, n. 2, p. 73-90, 2000.

QUIJANO, Anibal. Raza, Etnia y Nación en Mariátegui: Cuestiones abiertas. In: R. Forgues (Ed.) **José Carlos Mariátegui y Europa: la otra cara del descubrimiento**. Lima, 1993, p. 166-187.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad y Modernidad/Racionalidad. In: H. Bonilla (Comp.) **Los Conquistados: 1492 y la población indígena de las Américas**. Quito FLACSO / Ediciones Libri Mundi, p. 437-449, 1992.

QUIJANO, Anibal. **Modernidad, identidad y utopia en América Latina**. Lima: Sociedade e Política Ediciones. 1988.

RAMOS, Débora Albuquerque Meira Coelho. **Contribuição da análise de fitólitos para a reconstrução paleoambiental na Lagoa do Uri, semiárido de Pernambuco**. 2019. 124f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2019.

REIS, João José. Quilombos e Revoltas de Escravos no Brasil. **Revista USP**, v.28, p.14-39. 1996.

RIBEIRO, Eduardo Magalhães (Org.). **História dos Gerais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Descotidianizar. Extrañamiento y conciencia práctica, un ensayo sobre la perspectiva antropológica. **Cuadernos de Antropología Social**, Sección Antropología Social, Instituto de Ciencias Antropológicas, Facultad de Filosofía y Letras-UBA, v. 2, nº. 1, p. 65-69, 1989.

RIBEIRO, Gustavo Lins. **Empresas Transnacionais: um grande projeto por dentro**. Ed. Marco Zero e Anpocs, São Paulo, 1991.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Ambientalismo e desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento. **Série Antropologia**, Brasília, v. 123, p.1-36, 1992.

RIBEIRO, Gustavo Lins. Poder, redes e ideologia no campo do desenvolvimento. **Novos Estudos - CEBRAP** [online], nº 80, p.109-125, 2008.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. Fitofisionomia do Bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P. (Eds.) **Cerrado: ambiente e flora**. Brasília: Embrapa, 1998, p.89-166.

RIBEIRO, José Felipe; WALTER, Bruno Machado Teles. As principais fitofisionomias do bioma Cerrado. In: SANO, S. M.; ALMEIDA, S. P.; RIBEIRO, J. F. (Eds.). **Cerrado: ecologia e flora**. Brasília: Embrapa, 2008, p.151-212.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas Anãs do Sertão**: o Cerrado na história de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica. 2005.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Sertão, Lugar Desertado**: o Cerrado na cultura de Minas Gerais. Belo Horizonte: Autêntica. 2006.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão**: veredas. 22ª ed, São Paulo: Cia das Letras, 2019 [1956].

SAHLINS, Marshall. Cosmologias do Capitalismo: O Setor Trans-Pacífico do Sistema Mundial. **Anais da XVI Reunião Brasileira de Antropologia**. Campinas, SP, p. 47-106, 1988.

SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem às nascentes do rio São Francisco e pela província de Goyaz**. Primeiro Tomo. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1937 [1847].

SAINT-HILAIRE, Augusto de. **Viagem pelas Províncias de Rio de Janeiro e Minas Gerais**. Tomo I. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1938 [1847].

SANTILLI, Juliana. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo; Brasília: Peirópolis; Instituto Socioambiental e Instituto Internacional de Educação do Brasil, 2005.

SANTILLI, Juliana. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores**. 2009. 409f. Tese (doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Programa de Pós-Graduação em Direito. Curitiba, 2009.

SANTOS, Ana Flávia Moreira. **Do terreno dos caboclos do Sr. São João à Terra Indígena Xakriabá**: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção de fronteiras. 1997. Dissertação (Mestrado). Brasília: PPGAS.

SANTOS, Rafael Barbi Costa. Sobre cultura e segredo entre os Xakriabá de São João das Missões/MG. **Cadernos de Campo**, São Paulo, n. 23, p. 1-381, 2014.

SCOTT, James C. Exploração normal, resistência normal. **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 5, Brasília, 2011 [1985] pp. 217-243.

SENNA, Nelson Coelho de. Sobre Ethnographia Brasileira – Principaes povos selvagens que tiveram o seo “habitat” em territórios da Minas Geraes. **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XXV, 1937.

SIGAUD, Ligia. **Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidroelétricos**: As Barragens de Sobradinho e Machadinho. Comunicação nº 9. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Museu Nacional. 1986.

SILVA, Carlos Eduardo Mazzeto. **Cerrados e Camponeses no Norte de Minas**: um estudo sobre a sustentabilidade dos ecossistemas e das populações sertanejas. 1999. Dissertação (mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Instituto de Geociência, Belo Horizonte/MG, 1999.

SILVA, Francisco Carlos Teixeira da Silva. Pecuária e formação do mercado interno no Brasil-colônia. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 8, p. 119-156, abr. 1997.

SILVA, Karla Karoline Rodrigues; MAIA, Cláudio Lopes. Latifúndio: uma análise a partir do arcabouço normativo do regime de sesmarias no Brasil. **Revista de Direito Agrário e Agroambiental**, Goiânia, v. 5, n. 1, p. 1 – 17, janeiro/junho, 2019.

SILVA, Moacir. M. F. A Propósito da Palavra “Sertão”. **Boletim Geográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, v. VIII, n. 90, p. 637-644, set., 1950.

SILVA, Roberto Marinho da. **Entre o combate à seca e a convivência com o semiárido**: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento. 2006. 298 f. Tese (Doutorado) Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, Jonielson Ribeiro de. **Terras geraizeiras em disputa**: os processos de autoafirmação identitária e retomada territorial de comunidades tradicionais de Rio Pardo de Minas frente à concentração fundiária. 2017. 228 f., il. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

SOUZA, Maria do Carmo Fonte Boa *et al.* Aspectos Hidrodinâmicos e Qualidade das Águas Subterrâneas do Aquífero Bambuí no Norte de Minas Gerais. **RBRH – Revista Brasileira de Recursos Hídricos**, v. 19 n.1, 119-129, janeiro/março, 2014.

SPIX, Johan; MARTIUS, Carl. Viagem pelo Brasil 1817. **Revista do Arquivo**, São Paulo, 1940 [1840].

STENGER, Isabelle. **No tempo das catástrofes**: resistir à barbárie que se aproxima. Tradução Eloísa Araújo Ribeiro. São Paulo, Cosac Naify, 2015.

TORRES, Mauricio; *et al.* “Populações tradicionais”. In: TORRES, M. (coord.), **Floresta Nacional do Crepori**: atividade de complementação ao censo e caracterização socioeconômica de seus ocupantes. São Paulo: ICMBio. 2012 pp. 147-169

TRUMAN, Harry. **Public Papers of the Presidents of the United States**, Harry S. Truman, Washington, U.S. Government Printing Office, 1964 [1949].

TSING, Anna. **Viver nas ruínas**: paisagens multispecies no Antropoceno. Brasília, IEB – Mil Folhas, 2019.

TURNER, Vitor. **O processo ritual**: estrutura e anti-estrutura. Rio de Janeiro: Vozes, 1974.

VASCONCELOS, Diogo L. A. P. de. **História Média de Minas Gerais**. Imprensa Oficial de Minas, Belo Horizonte, 1918.

VIA CAMPESINA DO BRASIL. **O campesinato no século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Curitiba/Brasília, novembro de 2004.

VIANNA, L. P. **Considerações críticas sobre a construção da idéia de população tradicional no contexto das unidades de conservação**. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – FFLCH/ USP, São Paulo, 1996.

VIEIRA, Renata Guimarães. “**Nós Somos Raiz Do Lugar**”: produção do espaço na Comunidade Quilombola São José do Barro Vermelho. 2018. 170f. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte.

VILELA, Ivan. Vem viola, vem cantando. **Estudos Avançados** 24 (69), 2010.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo, Editora Ática. 2001

WALLAACE, Rob. **Pandemia e Agronegócio**: doenças infecciosas, capitalismo e ciência. Editora Elefante & Igrá Kniga, São Paulo, 2020.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Volume 1. 4ª edição. Brasília: Editora UnB, 2015 [1922].

WOLF, Eric. “Encarando o poder: Velhos insights, novas questões”. In: FELDMANBIANCO, Bela e RIBEIRO, Gustavo Lins (org.). **In: Antropologia e poder**. Tradução de Pedro Maia Soares. Brasília: Editora Universidade de Brasília; São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Campinas: Editora Unicamp, 2003.

WOLF, Eric. **Europa y la gente sin historia**. México: FCE, 2006 [1982].

WOORTMANN, Ellen F. **Herdeiros, Parentes e Compadres**. São Paulo, Brasil, 1994.

WOORTMANN, Klaas. “Com parente não se neguecia”. O campesinato como ordem moral. **Anuário Antropológico**, v. 12 n. 1, p. 11-73, 2018 [1988].

WOORTMANN, Klaas. **O selvagem e o Novo Mundo**: ameríndios, humanismo e escatologia. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WORSTER, Donald. Para fazer história ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8. p. 198-215, 1991.

WORSTER, Donald. **Nature's economy**: a history of ecological ideas. Second Edition. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens. Desenvolvimento e Conflitos Ambientais: Um Novo Campo de Investigação. *In*: ZHOURI, Andréia; LASCHEFSKI, Klemens. (org.). **Desenvolvimento e conflitos ambientais**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010, p. 11-34.